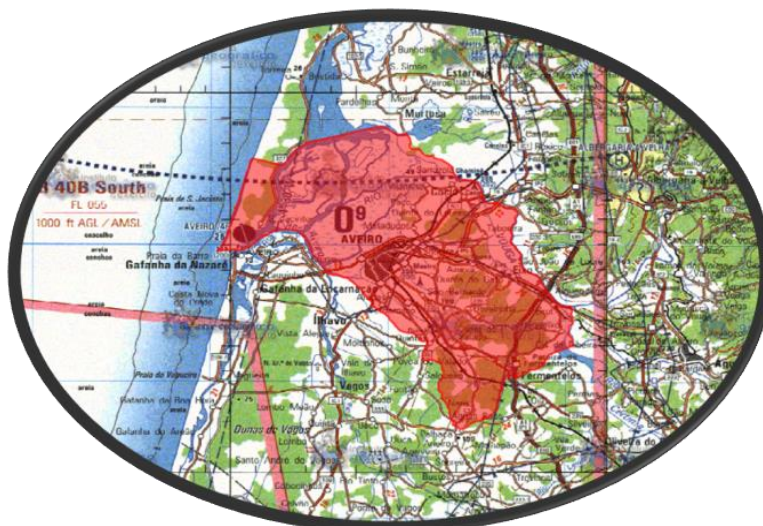


Jorge Carvalho Arroteia



Município de Aveiro:
vademecum geográfico

2015



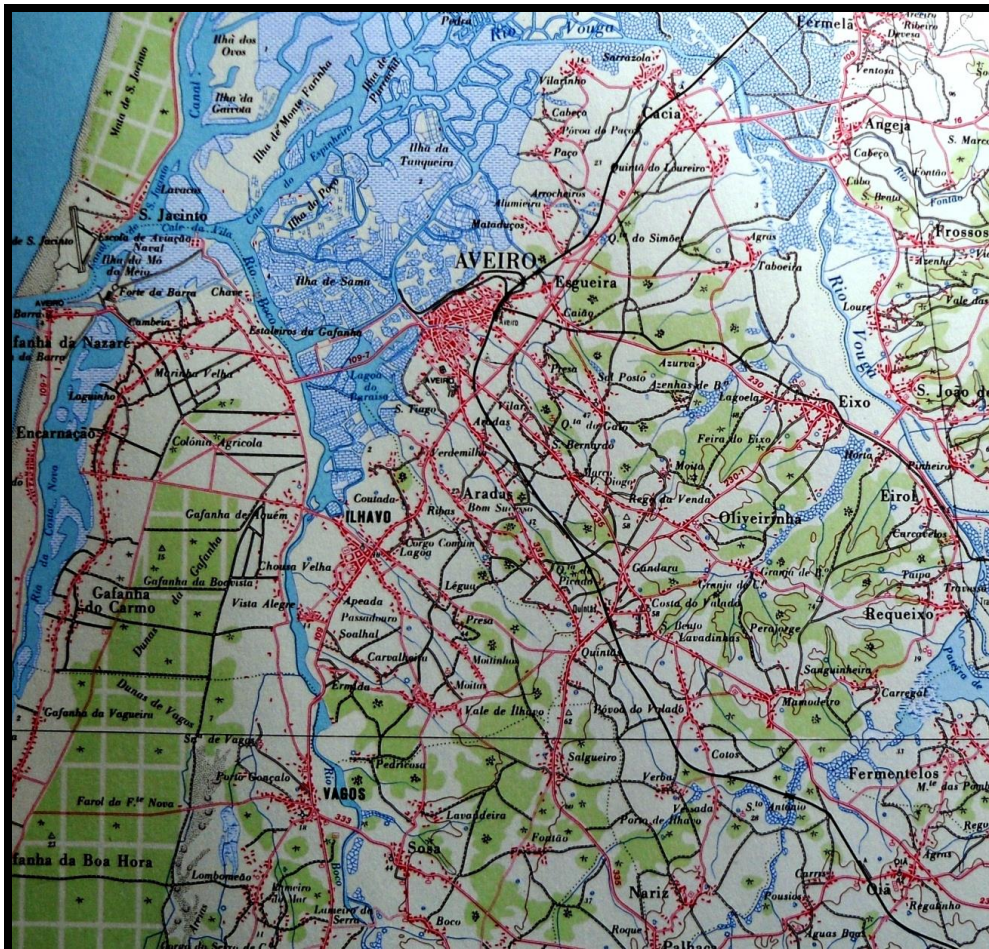
Ficha técnica:

Editor: Jorge Carvalho Arroteia
ISBN: 978-989-20-5652-4
Título: Município de Aveiro: Vademecum Geográfico
Autor: Jorge Carvalho Arroteia
Suporte: Eletrónico
Formato: PDF/PDF/A
Depósito legal n.º:

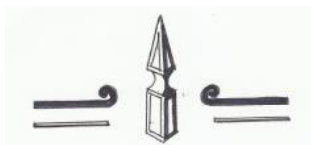
Capa: <http://www.igeoe.pt/igeoesig/> 12OUT13
Ornatos: Afonso Henrique



Figura 1 - Carta de Portugal - Fl. 16. Aveiro



Original: Escala 1/100.000
Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1974



Aveiro!
Espelho de água
E gaivotas a esvoaçar.
Canais esbatidos,
Moliceiros,
Velhas salinas,
Cidade antiga,
Uma terra virada para o mar.
Distante mar que te deu vida...
Homens, mulheres, do teu seio
Que partiram...
Outros, que ficaram
Embalados pela brisa,
E neblinas constantes
De uma ria,
De uma terra sem par.



Índice

Abertura	8
Análise geográfica	10
Análise territorial.....	14
Apreciação do povoamento antigo.....	18
Aproveitamento dos recursos primários.....	24
Aradas	28
Barcos e pinturas.....	31
Barra de Aveiro	36
Bases da evolução do povoado	44
Cacia.....	49
Cidade de Aveiro.....	52
Clima.....	57
Comércio e serviços.....	60
Construção social do município.....	67
Demografia: notícia histórica	76
Demografia: crescimento intercensitário	82
Demografia: composição e estrutura.....	88
Dimensões funcionais da cidade.....	92
Divisão territorial	97
Eirol	102
Eixo.....	105
Emigração	109
Esgueira	113
Geografia urbana: a Vila.....	117
Geografia urbana: morfologia da cidade.....	127
Glória.....	137
Habitação e famílias.....	140
Hidrografia.....	142
Indicadores territoriais.....	145
Industrialização.....	149
Jardins e espaços públicos	156
Litologia e morfologia	158
Migrações internas	161
Movimento natural da população	167
Nariz	171
N.ª Srª da Fátima	172
Oliveirinha	174
Ovos-moles e gastronomia tradicional.....	177
Património geográfico	181
Pesca	186

Pestilências	191
Pilares do crescimento urbano	196
Poder do conhecimento	199
Poder Local.....	206
Porto de Aveiro.....	212
Qualidade de vida	217
Redes e Acessibilidades	223
Rede escolar	227
Requeixo.....	232
Ria de Aveiro	235
S. Bernardo	242
S. Jacinto	244
Salgado de Aveiro	247
Santa Casa da Misericórdia	252
Santa Joana.....	255
Santiago: campus universitário	257
Sub-regiões naturais.....	261
Transações marítimas e portuárias	265
Turismo	270
Universidade de Aveiro.....	278
Urbanização recente	283
Vera Cruz.....	288
Xadrês multicultural	291
Zona: “arco lagunar”	294
Zoneamento e prospetiva.....	301
Posfácio.....	304
Bibliografia.....	308
Índice de Quadros	325
Índice de Figuras.....	326
ANEXOS I - População 2011	328
População, famílias, alojamentos e edifícios	328
Estrutura etária.....	329
Escolaridade.....	330
População ativa	331
Situação perante o emprego	332
II - Reorganização Administrativa do Território.....	333
(Lei nº 22/2012).....	333
Anexo III	337



Abertura

Pouco mais de uma década após a publicação do ensaio “Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano” (Arroteia, 1998), entendemos ser oportuno atualizar e dar um novo tratamento ao referido texto. A presença na Assembleia Municipal levou-nos a um conhecimento mais detalhado do município e incentivou a fazê-lo, integrando-o numa série de memórias geográficas que ao longo do tempo fomos recolhendo sobre o território, o povoamento e a sociedade portuguesa.

A versão de agora, desenvolvida a partir do texto anterior, conta com uma nova organização e aprofundamento, sendo os temas tratados por ordem alfabética, de **A** a **Z**. Esta apresentação facilita uma consulta mais expedita dos assuntos que entendemos essenciais para a análise geográfica do território, do povoamento e da população residente no município de Aveiro, bem como dos fatores e dos pilares de desenvolvimento que têm vindo a ditar o presente e o futuro próximo de Aveiro e da sua área urbana. Nestas circunstâncias refletir sobre Aveiro, numa perspetiva geográfica (humana e histórica), obrigamos a atender:

- Ao sistema geográfico natural e aos aspetos relacionados com o povoamento;
- Ao crescimento da população, das suas atividades e movimentos;
- Aos contextos de crescimento relacionados com os fatores naturais e locativos;
- À ação de atores urbanos e às iniciativas locais de desenvolvimento;
- À evidência do poder do conhecimento representado pelas atividades de formação de recursos humanos (RH), investigação e desenvolvimento (I&D), produzidos na instituição universitária aveirense;
- À construção de um novo poliedro de desenvolvimento que tenha em consideração os principais atores locais e regionais, que atenda à centralidade dos centros urbanos mais dinâmicos e às acessibilidades que estão a beneficiar a cidade de Aveiro e a sua região.

Outros assuntos poderiam ser considerados, sobretudo os que se prendem com questões territoriais e sociais e o ordenamento do território. Contudo, porque entendemos que essas perspetivas configuram uma ação deliberada do poder político e autárquico, procedemos apenas à sua contextualização. Esta ação exige, na sua construção, a intervenção de diversos agentes - que não só os relacionados com o poder local -, mas também o poder do conhecimento, através de redes institucionais, humanas e de serviços lideradas pela Universidade de Aveiro, pelas suas Escolas, Laboratórios, Centros de Investigação e Recursos.

Com este texto associamo-nos à afirmação da cidade (em data próxima do seu quarto de século da sua existência) e das suas instituições; ao conhecimento da área territorial e municipal e à construção da memória

geográfica - que é igualmente histórica, económica e cultural - e aos traços de uma herança pessoal e coletiva – entendida como “tudo o que é herdado do passado” (George et. al., 1966, 29) – que constitui o “complexo histórico-geográfico” (V. M. Godinho) do município, da cidade e da sua área urbana. Procuramos, igualmente, aprofundar o conhecimento da terra e da gente que habita este “complexo geográfico” em que “a paisagem é apenas um aspeto fisionómico, meramente exterior” (Souto, s/d, 3) e que revela os aspetos essenciais do seu desenvolvimento relacionados com uma série de contextos naturais, históricos e humanos favoráveis à sua evolução.

O território em questão foi alterado por ações climáticas e naturais, sobretudo na área estuarina e lagunar e sujeito a ações antrópicas decorrentes do arroteamento do território que se acentuaram num espaço antigo, que Gaspar (1998, 33) designa por “território alavário”. Como limites desta área, o autor (loc. cit.) aponta que “abrangeria então toda a zona de aluvião, onde se misturavam as águas vindas do interior com as que fluíam e refluíam do oceano, incluindo o estuário do Marnel, com as suas marinhas de sal até Alquerubim” e no qual “Eixo e o atual baixo-Vouga estariam aí incluídos”. Em relação ao contexto geográfico que nos serve de referência, seguimos o pensamento de O. Ribeiro (1970, 80) de que “é o destino humano que modela a fisionomia das regiões e que lhe confere a sua personalidade geográfica”.

Esta a razão da análise de vários temas, que apesar da sua conexão servem para justificar o contributo de cada um deles na construção da memória geográfica de Aveiro e do seu município. Duas referências a este propósito:

➤ A primeira tem a ver com o modelo de apresentação. A um enquadramento teórico inicial, em que se pretende realçar o contributo de análise da geografia humana e histórica, segue-se o tratamento individualizado de diversos assuntos que fazem parte da geografia do Município;

➤ A segunda prende-se com a perspetiva que defendemos, de que o exercício do poder democrático exige um conhecimento da memória e dos contextos sociais, económicos e culturais locais que justificam as medidas de ação municipal, bem como a sua avaliação futura.

Neste aspeto seguimos a reflexão de Souto (s/d, 10): “quem quiser ser dirigente na região a estude bem para bem compreender e poder servir, guinando-a de forma a resultar da sua polimorfia a grande beleza de uma grande unidade”. Os tempos são outros, as perspetivas são múltiplas, as opções sobre o futuro da “polis” são diversas, mas a sugestão mantém-se atual. A Reorganização Administrativa do Território (Lei nº 22/2012) sugere o aprofundamento desta questão que deverá facilitar o estabelecimento de sinergias territoriais e sócio-culturais com vista ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, humanos e dos equipamentos disponíveis no Município. Sugere, ainda, a sua próxima avaliação.

Na elaboração deste texto move-nos ainda o desejo de prestar uma justa homenagem a todos os que têm contribuído para o desenvolvimento deste território; aos aveirenses que se habituaram “à liberdade da ria e do mar, que

moldou o seu espírito para outros anseios de cultura” (Gaspar, 1997, 8). Fica ainda o nosso testemunho de reconhecimento às gentes e às instituições de Aveiro¹ que nos acolheram. Aos familiares que aqui nos prenderam - Isabel Marina, Nuno Filipe e Mariana Isabel - e aos que conosco trabalharam e que nos aceitaram como seus, expressamos a nossa gratidão.



Análise geográfica

Não se questiona a importância dos estudos geográficos no conhecimento das sociedades atuais e nos seus processos de desenvolvimento. Para tanto contribuíram geógrafos de diferentes formações e escolas, entre os quais O. Ribeiro (1970, XVI), para quem a Geografia “é uma ciência de observação”, cujo fim é descrever e interpretar. Tarefa, esta, que segue uma metodologia própria a qual, de acordo com este autor (loc. cit.), assenta no “ordenamento de factos e reflexão acerca do modo como se encadeiam e podem compreender as suas correlações”, evidentes nas manifestações da presença humana, no espaço que a rodeia. De realçar que a marca da ação humana sobre o meio, como resultado da marcha da civilização, traduz etapas de um longo processo de evolução baseado na exploração dos recursos primários e na integração de diferentes tecnologias que se divulgaram de forma mais rápida com a revolução industrial, a utilização da máquina a vapor e a difusão da energia elétrica. Por isso as marcas sobre a paisagem atestam (Ribeiro, 1955, 194), na “expressão das relações entre o homem e a terra”, o resultado “por um lado, das condições naturais e por outro, da forma de colonização, modos de vida, sistema de exploração (...)”.

Tem-se ainda em consideração que os estudos de natureza geográfica têm vindo a abarcar espaços cada vez mais alargados, que não só as unidades de paisagem construídas pelo homem, mas sim unidades cada vez mais vastas na sua expressão e complexidade. Entende-se por paisagem, “a fisionomia exterior das regiões” (Ribeiro, 1960, 65), objeto principal da geografia humana. Foi esta realidade que inicialmente chamou a atenção dos geógrafos e naturalistas. Outros autores têm refletido sobre os fenómenos relacionados com a ação do homem sobre o território e os cenários mais específicos relativos às formas de povoamento humano. À semelhança do que escreveu Vasconcelos (1980.II, 256), entendemos o povoamento como sendo o “estudo da origem remota ou recente das povoações que constituem Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)”. Outras preocupações da ciência geográfica vão ao encontro das relações entre as formas de povoamento e o espaço

1 Universidade de Aveiro, Assembleia Municipal de Aveiro, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e Região de Turismo Rota da Luz.

construído que evidenciam determinadas configurações territoriais e sociais decorrentes da ação humana.

Como em tempo escreveu Ribeiro (1970, 51), “a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência de base e de convergência, um ponto de partida e um lugar de encontro: como uma encruzilhada, portanto, onde se chega e donde se sai por vários caminhos”. Por isso sendo a geografia um “ciência do espaço” (George, 1966, 18) - “em função do que ele oferece ou fornece aos homens e como ciência da conjuntura e do resultado das sucessões de conjunturas” (loc. cit.) -, importa ter presente as situações que motivaram a evolução e “domínios de civilização” (op. cit., 80), as “formas materiais” e do “património humano” (op. cit., 14) que as caracteriza e os movimentos da população que os determinam. A este respeito afirma Braudel (1989, 25) que “cada civilização está ligada a um espaço de limites quase estáveis, donde, para cada uma delas, uma geografia particular, a sua, que implica umas quantas possibilidades, e impedimentos dados, alguns quase permanentes, nunca os mesmos de uma civilização para outra”.

Tomamos como exemplo as civilizações agrárias que se afirmaram nas margens do Mediterrâneo (Ferro, 1986) e aqui frutificaram. Aliando atividades relacionadas com a exploração dos recursos naturais e o seu comércio, encontramos testemunhos que fazem transparecer as etapas de um longo processo civilizatório e a evolução dos sistemas sociais e políticos associados. Recordamos que um dos aspetos mais marcantes destas transformações teve lugar nos centros de atração demográfica de natureza urbana, gerando fenómenos complexos relacionados com o processo de urbanização, de ocupação e de diferenciação do espaço, de mobilidade humana e de relações sociais e culturais entre os habitantes. Neste, como noutros exemplos, o tempo permite compreender a evolução dessas civilizações e as mudanças sociais que é possível conhecer através da análise histórica e geográfica.

Não se pretende com este tipo de reflexão analisar as etapas da evolução humana ligadas aos processos de urbanização e de industrialização. Ao fazê-lo seguimos o pensamento de Ribeiro (1970, 31), quando afirma que qualquer reflexão sobre as “condições geográficas das épocas passadas não é possível sem a observação das condições atuais” ou seja, sem o recurso à observação direta, imprescindível à geografia, sobretudo à geografia histórica e às suas preocupações sobre os diferentes tipos de civilização. Como referiu Birou (1978, 66), civilização é “o tipo de desenvolvimento material e espiritual característico de uma sociedade” (loc. cit.), conceito que anda associado ao progresso material, intelectual e moral e implica (loc. cit.) “um conjunto coerente de conhecimentos e de técnicas para dominar a natureza e organizar uma vida social complexa com divisão de trabalho social”.

A consideração destes aspetos remete-nos para a leitura de Hagget (1976, 74) e para os exemplos de movimento, difusão, inovação e das razões porque estes fenómenos interessam à geografia e à sociologia. No primeiro caso, exemplos vários carreados da história das migrações humanas, da colonização

dos grandes espaços, sobretudo no novo mundo, da evolução das técnicas agrícolas, da evolução mercantil ou da revolução dos transportes, conduzem-nos a um dos problemas atuais relacionado com “a propagação das idéias dentro da sociedade e do papel dos dirigentes como catalizadores da inovação e do problema da resistência à mudança” (op. cit., 76). De forma simples, Birou (1978, 207) definiu inovação, como resultado “de fazer algo de novo. Mudar por espírito de novidade”.

As questões anteriores permitem várias respostas que nos obrigam a pensar na intervenção de atores e poderes sociais que se apropriam do espaço e tornam-se responsáveis pelo tipo de organização territorial que acompanha os processos de alteração do meio geográfico e social e das formas de ocupação daí decorrentes (Claval, 2001). Esta é uma postura geográfica que começou a evidenciar-se com a emergência de questões sociais e humanas relacionadas com as desigualdades do desenvolvimento sócio-económico e com outras visões do globo e do espaço baseadas no melhor conhecimento da ecúmena.

A dimensão espaço-temporal é hoje em dia uma dominante em estudos da geografia humana e social, agora com novos sentidos e interpretações. Destaca-se a valorização do fator tempo (cronológico), relacionando as formas de organização espacial com as facilidades de aquisição de bens e serviços, exemplificados em teorias, leis e modelos de interpretação sistematizados por vários autores (Hagget, 1976). Não admira por isso que a utilização de modelos tenha sensibilizado os geógrafos, sobretudo depois da explosão da informação qualitativa, estatística e territorial que hoje caracteriza os sistemas de informação geográfica. Estas formas de leitura são aplicadas na análise de diferentes conceções do espaço e na sua interpretação. Daqui decorre a construção de diferentes modelos demográficos e sociológicos, de desenvolvimento económico, de geografia urbana, de localização de povoações, de localização industrial e da atividade agrícola. Neste último caso sobressai o modelo clássico de localização agrícola enunciado há quase dois séculos por Von Thunen (1826), sobre a “teoria do estado isolado”.

No seu conjunto os exemplos anteriores assinalam as preocupações da nova geografia com determinados tipos de fenómenos sociais e humanos e valorizam as novas dimensões desta ciência, nomeadamente as que se prendem com os domínios social e cultural da geografia humana. A este respeito Dollfus (1973) entende que esta interpretação permite uma leitura diacrónica do tempo e do espaço, bem como das relações sociais que se estabelecem entre os atores e os fatores geográficos. Daí a complementaridade de abordagens de natureza interdisciplinar que hoje se constituem imprescindíveis para a compreensão dos fenómenos societários e das populações.

O recurso aos ensinamentos de outras ciências é necessário. Recordam-se as questões relacionadas com o conhecimento da sociedade e com a mudança social, na sua relação com o número, o espaço e o tempo. Assim o assinalou

George (1972, 8): se o espaço “é tema principal para a geografia“, já o tempo “que é, aparentemente um assunto mais diretamente sociológico, mas que, na medida em que se torna difícil de separar da utilização do espaço, torna-se objeto de preocupação dos geógrafos” (loc. cit.). Finalmente o número “que, no domínio do humano, é assunto de estudos demográficos, mas que interessa, igualmente, ainda que de forma diferente, à geografia e à sociologia” (loc. cit.).

Estes aspetos facilitam uma leitura diacrónica da sociedade, sobretudo se esta for entendida no sentido em que Fernandes (1983, 31) defendeu, ou seja, considerando a sociedade “concebida como um sistema ou um todo integrado”. Por isso “qualquer mudança de um elemento tende a provocar um processo de redefinição dos restantes elementos de forma a conseguir-se de novo o equilíbrio do sistema” (loc. cit.), interpretação que permite entender como as decisões e as práticas no âmbito do sistema político são indissociáveis das tomadas de decisão relativas aos outros sistemas sociais. Tal perspetiva obriga-nos a atender, na análise da vida social, aos aspetos relacionados com os laços sociais, a sociabilidade e a coesão social, domínios aprofundados por diversos autores, nomeadamente por Durkheim (1977) e Gurvitch (1979).

De acordo com o anteriormente referido, à geografia cabe desempenhar uma função explicativa, de carácter compreensivo, debruçar-se sobre a realidade cultural e social dominante no território, quer se trate de espaços rurais ou de espaços urbanos, onde os traços de unidade e de diversidade traduzem evidentes assimetrias espaciais e sociais. Estas desigualdades são geradoras de tipos de acessibilidade (física, sócio-económica e cultural) diferenciadas, que acompanham outras disparidades e que obrigam a geografia a uma postura de análise crítica e de ação, nomeadamente no âmbito do planeamento territorial e social. Para o efeito exige-se a utilização de metodologias apropriadas, com especial referência para o método geográfico. Assim o assinalou George (1977.I, 347), que deu especial relevo ao contributo da “geografia sociológica”.

De acordo com este autor (op. cit., 348), esta deve conduzir-nos:

➤ Num primeiro momento, procurar entender “os quadros da morfologia social”;

➤ Num segundo momento, conhecer a “diversidade dos factos sociais e das combinações sociais no mundo” (loc. cit.), fazendo realçar as especificidades e os “tipos regionais”.

Os aspetos acima descritos realçam a necessidade de uma articulação entre a geografia e as demais ciências sociais, sobre a metodologia a seguir no estudo dos traços humanos e culturais relacionados com a vida em sociedade e na ligação com o espaço que a rodeia. Este procedimento obriga-nos a repensar a geografia humana numa perspetiva de ação partilhada com as demais ciências do homem, incluindo nas suas preocupações os temas estruturantes do universo de estudo de outras ciências sociais, tais como a

demografia, a sociologia ou mesmo a economia e a análise regional. Por isso cabe-lhe, também, debruçar-se sobre a “crosta exterior da sociedade” (Gurvitch, 1979, 17) e observar como as suas camadas se interpenetram e como os “fenómenos sociais totais” (loc. cit.) ocorrem e se associam aos contextos naturais. Assim, somos obrigados a destacar as diferentes facetas de evolução do sistema geográfico definido em torno do território de Aveiro e dos antigos concelhos que hoje integram este município e animam o seu centro urbano.

Para a concretização deste trabalho tivemos de recorrer à consulta de diversas fontes documentais e ao cumprimento de um plano de trabalho que teve em conta o pendor histórico de algumas dessas obras. Tais fontes servem-nos de base para a compreensão da evolução próxima e para a leitura dos fenómenos físicos e humanos e dos seus reflexos no espaço social e urbano que habitamos. Um espaço marcado pelo esforço dos habitantes da região ribeirinha, onde a atividade humana foi condicionada e animada pelo estímulo ambiental (Martins, 1949, 8), pela luta insana contra o mar e pela relação entre a terra e o "enorme pólipó com os braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira" (R. Brandão) que nos separa do oceano. Este é o espaço da ria e do município de Aveiro, que no dizer de J. Magalhães Lima (1968, 11), tem um enquadramento geográfico muito particular: “ao norte de Portugal, sobre o Atlântico, a linha da costa afrouxa e decai para o lado da terra, fechando-se pelo poente uma extensa meia-lua de planuras vastas, cortadas de canais e lagos, e na linha interior demarcada pelas primeiras elevações dos contrafortes das serras de Arouca, Talhadas, Caramulo e Buçaco”.



Análise territorial

As notas sobre o povoamento, o território e a sociedade do município de Aveiro, foram redigidas tendo em conta as preocupações e a formação do autor nos domínios da geografia humana e social e a utilização da metodologia desta ciência. Seguindo as orientações de O. Ribeiro (1960), desejamos que este texto seja encarado como mais um contributo para a reflexão e exploração metodológica de alguns fenómenos territoriais e sociais que interessam à geografia humana, entendida por esse autor (op. cit., 65) como o “ramo de saber que especialmente se ocupa da descrição e interpretação das formas visíveis da superfície terrestre”, dos espaços humanos e das paisagens. Nesta perspetiva ganha relevância o estudo das formas de ocupação e de organização do espaço, a atividade e as condições de vida dos habitantes, bem como os fatores naturais e humanos associados à construção do território e aos contextos de desenvolvimento que assinalam diversos estádios de

evolução e crescimento civilizacional. Este o trabalho que encetámos no qual procuramos ter em conta a ação da própria natureza e a “atividade do homem que, habitando a terra, nela trabalha em ordem ao seu progresso material, social e moral” (Gaspar, 1997, 12).

Como cenário dessa ação temos o território do município de Aveiro, um espaço geograficamente multifacetado nas formas de povoamento e nos seus aspetos naturais, determinados pela presença de formações sedimentares diversas, de aspetos climáticos próprios e da cobertura vegetal e culturas variadas que acompanham o relevo e o solo de toda a área onde se inscreve. No contexto geográfico em que se insere, este município regista formas de relevo que atestam a presença de rochas mais antigas e resistentes à erosão que deram origem aos acidentes mais acentuados do interior, a que se sucedem formas de relevo litoral talhadas em rochas brandas e em depósitos e coberturas de natureza sedimentar.

Tomando por base o antigo distrito, à sua parte alta pertencem as serras de Freita, Arestal, Arada e Buçaco e os contrafortes da serra do Caramulo, formações antemesozóicas a que se sucedem, a ocidente, as formações mesozóicas e cenozóicas que estabelecem a transição para as formações quaternárias recentes da orla litoral. Aqui, o haff terminal do rio Vouga, conhecido por ria de Aveiro, preenchido por água e aluviões, alberga os sedimentos transportados pelos rios que descem daquela região e contribuem para a sedimentação de todo o sistema lagunar. Estas condições naturais tornaram-se favoráveis ao desenvolvimento da atividade lacustre e marítima, à agricultura e à vida de relação lagunar, fluvial e terrestre. Além disso construíram uma paisagem singular marcada pela comunhão do homem com o ambiente natural. Razão tem F. Moura (1968, 5, 18) quando afirma: “a humanização da paisagem de Aveiro sugere qualquer coisa de atividade lúdica, de esforço manobrado pela mão da inocência criadora da infância que se compraz em regalar os olhos com o produto da sua energia. O pragmatismo, aqui, surge corroborado por uma moldura doirada de beleza e aconchegado pelo calor de uma visão que amacia o sensorio”.

Se atendermos a esta moldura e à atividade humana dominada pela cidade de Aveiro, somos obrigados a evocar O. Ribeiro (1994, 171): "tentar explicar uma aglomeração urbana é, antes de mais nada, inseri-la neste contexto complexo: posição no espaço, lugar que ocupa entre as suas congéneres, sítio onde se implantou". Assim, na origem do povoamento litoral ocupado inicialmente pelo antigo burgo, Aveiro situa-se numa "reentrância da costa rochosa sobre o mar em que se desenvolvia uma espécie de outeiro, ladeado ao sul pelo declive de Rabães e ao norte pelo vale do Cojo" (Gaspar, 1997, 16). Sobre essa ocupação humana o mesmo autor (loc. cit.) prossegue dando conta da existência de “uma rudimentaríssima fortificação de defesa no sítio onde seria mais tarde, na época cristã, a Igreja de S. Miguel e, atualmente, a Praça do Município ou da República”.

A localização de Aveiro revela, portanto, uma situação estratégica no contacto entre o mar e o rio, o litoral e as terras do interior. Tal facto deve-se à sua posição "na confluência de várias linhas de comércio, muito próxima de estradas que atravessavam o País" (Silva, 1997, 16). Por isso as referências às povoações mais antigas, como Talábriga - próxima da foz do Vouga ou em lugar pouco distante – de Alavarium e de Aviarium ("por ser uma região cheia de lagoas, onde abundavam as aves palmípedes" – Gaspar, 1997, 27), beneficiaram da proximidade das estradas romanas que ligavam Olissipo, a Bracara Augusta, ou apenas Aeminium, a Calem. Esta situação foi aproveitada pela fixação humana em local plano, próximo da foz do rio Vouga, dominado por terraços marinhos onde se localizam as povoações ribeirinhas e denota as alterações decorrentes de uma sedimentação oceânica e fluvial que fez variar o traçado do rio e da sua barra.

Neste processo histórico evocamos a Alavarium dos latinos, que no dizer de Gaspar (1977, 21), "terá sido arrasada pelos vândalos quando, no século V, por aqui passaram, vindos da Galiza, a caminho da Andaluzia". Prossegue o mesmo autor assinalando que esta povoação foi "restaurada e repovoada pelos alanos, aos quais se seguiram os suevos e os visigodos", uma vez que aos mouros que aqui chegaram "no início do século VIII, atribui-se a construção de um castelo e de uma mesquita, onde existiria o castro lusitano e, antes, a fortificação transcodana".

O antigo lugar era animado pelo tráfego marítimo que muito antes da fundação da nacionalidade percorria as costas do Atlântico e usava o ancoradouro de Alavario (séc. X), referida no registo da doação que a Condessa Mumadona Dias – "a dama mais poderosa do noroeste peninsular, no século X" (Gaspar, 1997, 23) - fez ao Mosteiro de São Salvador dos Monges de São Bento, em Guimarães, no ano de 959. Este documento é histórico na memória do povoamento local e na humanização da paisagem lagunar e traduz, no dizer de F. Moura (1968, 5, 21), "as suas barbas brancas de anciania – de uma anciania que enterra, fundamentalmente, as raízes na pré-história e na história". Disso nos dão conta alguns topónimos que na atualidade servem de testemunho ao arroteamento de maninhos e terrenos incultos, ao parcelamento da terra em eidos e à ocupação de lugares inóspitos e cobertos de matagais sobre os quais foi exercida uma ação humana, persistente e duradoura.

A relação de topónimos de lugares do concelho de Aveiro confirma a existência de antigas arroteias e a sua ligação a nomes atuais tais como casa e casal, associados a cristãos-novos ou a novos-ricos que se instalaram na região (Vasconcelos, 1936. II, 306), ou a vários moradores ocupados no amanho da terra. Por outro lado a diversidade de quintas revela, no dizer deste autor (op. cit., 306), "um eido ou quintal" que toma proporções maiores e sobe à categoria de quinta e a existência de pequenos quintais – "fração de vila, concedida pelo proprietário a servos ou clientes para a agricultarem" (op. cit., 379) -, antigos aforamentos (Dionisinos?) concedidos a povoadores ocupados

na exploração de propriedades rústicas (op. cit., 423). No mesmo sentido pronuncia-se Gaspar (1997, 35) que refere, desde o longínquo século XII, a existência de “uma aldeia vilar (...); as terras eiradas ou aradas em torno da igreja de S. Félix ou S. Fins (...); uma casa de campo, com certa ampliação agrícola, dedicada a S. João Batista, denominada Vila de Milho (...); a propriedade da família Gato (...), a granja da família Picado (...); outras terras quintanas ou quintãs com seus casais contratados (...)”, situados em lugares e freguesias limítrofes da cidade.

A presença destes e de outros topónimos comprova a riqueza da antiga sociedade aveirense e a forma de ocupação do solo, ligada às atividades rurais e a diferentes heranças familiares dos seus moradores. São testemunhos os topónimos como Aradas, Cavadas e Cavadinhas, Póvoa do Paço e Póvoa do Valado, Quinta da Condessa e Quinta do Torto, Vila, Vilar e Vilarinho. Estas povoações são marcas de um longo período de ocupação humana, de aproveitamento dos recursos naturais e da vida de relação com outros habitantes oriundos da mesma região, do interior do território ou já do Mediterrâneo e das costas do Atlântico norte. Note-se que a composição sedimentar dos solos do concelho de Aveiro e a sua fertilização constante foi propícia ao incremento da atividade agrícola e à cultura de antigos cereais, antes da revolução do milho e do cultivo de outros produtos que serviram de base à subsistência da população e à vida dos lavradores e de uma classe fundiária que se foi consolidando à medida que o arroteamento das áreas incultas progrediu e passou a alimentar os mercados da região. Servem-nos de exemplo os territórios de Esgueira, Aradas, Eixo e Requeixo, conhecidas pelas suas atividades agrícolas.

Embora visitado por vários povos, que em tempo percorreram a Península, o aglomerado primitivo de Aveiro foi-se consolidando, beneficiando das condições geográficas que favoreceram as atividades primárias ligadas à terra e ao mar, ao tráfego do sal, à navegação marítima e à pesca, as quais identificam a memória desta povoação ribeirinha, situada em “amena, deliciosa e feracíssima planície (Leal, 1873, 261). Sobre a povoação prossegue o autor afirmando ser “das mais bellas de Portugal, e com razão se lhe chama a ‘Veneza lusitana’”. Outro entendimento tem Sant’Anna Dionísio (1984, 471) ao afirmar haver “na horizontalidade da sua paisagem e na ligação (...) da vida campestre com a atividade de circulação dos pequenos barcos no labirinto dos esteiros, a lembrança da Holanda (...), mas de uma Holanda meridional, com mais sol e certa maciez de atmosfera quase mediterrânica”.

As descrições anteriores levam-nos a evocar a cidade salgada que se perdeu e servem de pretexto para recordar imagens antigas de Aveiro. Avivam-nos também a memória, sobretudo em épocas de maior construção, que deixam o testemunho de ciclos de poder, naturalmente efémeros, mas sempre perpetuados nas lápides do tempo.

As circunstâncias que vivemos obrigam-nos a uma atenção redobrada em relação à preservação do contexto geográfico da cidade e da sua área urbana

sob pena de irmos a construir, num futuro próximo, uma cidade idêntica às demais, que se descaracterizaram por via do camartelo, perdendo os traços de uma originalidade geográfica, sem recuperar os traços de organicidade de uma grande metrópole. Este é um desafio cuja resposta compete aos eleitos e aos eleitores, aos programas e ações de governo e, acima de tudo, à participação autárquica e ao empenhamento cívico dos cidadãos. Daqui decorre a imagem, a matriz e a funcionalidade da cidade e da sua região; a consistência da comunidade urbana adjacente e as suas relações com os municípios vizinhos; a afirmação do poder local e das suas exigências face às propostas de ordenamento e compromissos assumidos com o poder central e o espaço europeu.



Apreciação do povoamento antigo

A referência à antiguidade de Aveiro passa pela análise de fatores geográficos relacionados com a evolução do povoamento local, entendido por Baud, Bourgeat e Bras (1997, 286) como um “processo de ocupação do espaço pela população e pelas características resultantes dessa repartição e ocupação”. Esta nota sugere uma observação cuidada sobre as formas da sua distribuição no território, da sua apropriação e domínio do solo, bem como das diferentes formas de organização social construídas pelos grupos humanos que habitam o território próximo da linha de costa desde a antiga pré-história. A este respeito dizem-nos Almeida e Fernandes (2001, 17), que o património arqueológico de Aveiro apresenta diversos “vestígios que atestam a presença humana (...) desde monumentos magalíticos e castros da Idade do Ferro, a vestígios materiais romanos, passando depois por todo o património edificado em termos de igrejas e casas, senhoriais ou não, com alguma antiguidade”. Registam-se os testemunhos da Agra da Pedra Moura e da Mamoia, como vestígios funerários de monumentos “indicadores da população neolítica ou proto-histórica” (Girão, 1922, 58), com uma situação próxima da costa, o que sugere o forte atrativo da pesca litoral pelos habitantes mais antigos.

Não só a pesca como o comércio marítimo de cabotagem e a extração dos recursos naturais favoreceram a colonização humana deste território e a expansão das atividades agropastoris e lagunares, justificando os vestígios de diferentes tumuli ou colinas funerárias no interior do território do baixo Vouga. No seu estudo sobre a arqueologia no concelho, Almeida e Fernandes (2001) dão-nos conta da existência de diversos testemunhos do megalitismo que ocorrem no antigo território litoral e estão representados por colinas funerárias revestidas de pedras ou só de areia, presentes em Eixo, N^a Sr^a de Fátima e Aradas. São elas a Mama de Pegas, Mamodeiro” e Pedras da Moura, respetivamente. A primeira é revelada por “um pequeno monte, perto do vale

da Horta” (op. cit., 27), parcialmente destruído; a segunda, por um “tumulus basicamente constituído por materiais argilosos e areno-argilosos, provenientes do terraço onde a mamoa se localiza” (loc. cit.); a última, pela existência de um pequeno monte ou promontório já destruído, existente no lugar com o mesmo nome (op. cit., 28).

Diz-nos Silva (Bol. Municipal de Aveiro, XI, 22, 26), que nas suas plurifacetadas dimensões, o megalitismo “é uma etapa precisa de um desenvolvimento económico, social e político de comunidades em avançado estado de desenvolvimento, num tempo mais ou menos específico, ainda que de diacronia larga (...)”. Contudo por ação das variações do nível médio das águas do mar e das transgressões marinhas, com influência direta sobre a erosão e o traçado dos leitos dos principais cursos de água, grande parte destes testemunhos encontram-se perdidos. A importância destes megálitos é assinalada pelo referido autor (op. cit., 30) como “uma afirmação perene dos mortos à comunidade dos vivos”, como sepulturas que “constituem o que de mais perdurável o homem dessa época nos legou (...) de primordial importância para o conhecimento de tais populações”. Pena é que de muitas delas não se tenha já qualquer referência. Se assim acontecesse, o seu conhecimento traria lume sobre as antigas condições de vida, povoamento e evolução da linha de costa marítima em tempos Neolíticos e anteriores, muito antes dos documentos escritos permitirem reconstituir essa presença.

Outros vestígios são enumerados pelos autores referidos (Almeida e Fernandes, 2001) como existindo junto do lugar da Capela de São Mateus – Moita (próximo do local de Marrasa), de castros próximos de Verdemilho - a Agra do Crasto, ocupada por edificações do Campus Universitário - e em Cacia, onde terá existido um “castro ou oppido ou a parte fortificada da povoação” (Souto, 1930, 19. cit. por: Almeida e Fernandes, op. cit., 32). A este respeito já Gaspar (1997, 15) tinha observado que estes vestígios, presentes noutros locais do litoral português, a norte do rio Lis, desenvolveram-se “entre os princípios do quarto milénio até aos primeiros séculos do segundo milénio antes da nossa Era”. Apesar da dificuldade do seu reconhecimento - por razões naturais de erosão ou já de incúria humana - estes vestígios não podem ser esquecidos pondo em realce a antiguidade do povoamento litoral e as facilidades de subsistência oferecidas pelas enseadas marinhas aos nossos mais antigos antepassados.

Registe-se o sítio estratégico de Aveiro, próximo do mar, o que sugere que esta povoação tenha sido visitada por navios fenícios, cartagineses e romanos, que à época tinham acesso direto à foz do Vouga e aqui podiam realizar as suas transações comerciais. Disso nos dá conta Girão (1922, 60), que no seu estudo sobre a bacia do Vouga assinala a referência a um “antigo portulano fenício ou cartaginês do século V a.C.”, que regista uma antiga ilha “em frente da foz do Vouga, uma ilha hoje desaparecida”, referenciada num estudo de Martins Sarmiento. Trata-se da “Pelagia ínsula”, “formada por uma vegetação marinha muito densa, ‘herbarum abundans’, mas ao mesmo tempo

de equilíbrio muito instável” (loc. cit.), pouco perene dada a sua constituição e localização.

Além de outras descrições produzidas por este autor, apresentamos mais duas notas concordantes com a antiguidade de Aveiro. A primeira, de Loureiro (1904, 3), refere o seguinte: “Attribue-se a fundação de Aveiro a Brigo, rei de Hespanha, pela época de 1314 annos antes de Christo. Não passa isto de uma fabula, como fabula são as lendas que em torno d’este nome se teem criado”. Assim, justifica mais além: “Quando as trevas do passado encobrem a origem de qualquer villa ou cidade, cria-se a lenda que tudo aclara e explica. E, quanto mais phantástica e extraordinária ella é, tanto melhor cala no ânimo do povo, quasi sempre crédulo e ingénuo”.

Por sua vez, Gomes (1877, 106-107), na apresentação da povoação publicada no trabalho sobre O Districto de Aveiro, diz o seguinte: “Aveiro é povoação antiquíssima. Querem muitos que seja a antiga e formosa Talábriga dos celtas (...). Aveiro teve a sua origem na povoação de Aviarium, fundada junto à foz do Vouga no tempo de Marco Aurélio. Destruída pela invasão árabe julga-se, e com bons fundamentos, ter sido reedificada pelos annos 990. No entanto não passou d’uma pobre e humilde aldeia durante os reinados dos nossos primeiros monarchas. D. Diniz e seu filho D. Affonso IV, para a elevarem, concederam-lhe privilégios e franquias: mas foi baldado esforço.

Para cúmulo de desgraça, a mísera aldeia – que d’isso não passava, apesar do seu título de villa – foi reduzida a cinzas pouco depois da morte de D. João I. Mas Aveiro em breve ressurgiu mais bella ainda, com o seu cinto de muralhas, das ruínas em que a sepultara o incêndio, e d’onde arrancou o braço hercúleo do immortal infante D. Pedro, 1º Duque de Coimbra. Data d’esta época o seu engrandecimento. Foi grande, quando Portugal o foi também (...).” A esta matéria refere-se ainda Leal (1873. I, 259), assinalando também que esta foi “cidade importantíssima e muito comercial no tempo dos romanos, que, alatinizando a palavra (como costumavam) lhe chamavam Talabrica”.

Outros estudos mais recentes, discutidos por Lopes (1995), sugerem uma outra situação dessa “cidade” romana, com base na análise do “Itinerarium Antonino” e no facto das condições locais de circulação não permitirem, neste troço do território, uma grande proximidade à linha de costa, como fazia supor a proposta de Gaspar Barreiros (de 1561) em que baseou P. Leal. Por isso defende este autor (Lopes, op. cit., 343) a localização de Talábriga no interior, a sul do Vouga, mais precisamente na civitas do Marnel, na zona de confluência do Vouga com o Águeda e o Cértima, aonde terá chegado um braço do mar antes da sedimentação da laguna. Esta a posição igualmente assumida por Gaspar (1998, 24), afirmando que a velha civitas romana dominava um território mais vasto – o “território Vauga” - atravessado quer pela estrada romana de Olissipo-Bracara (entre Conímbriga e Lancóbriga), quer da estrada romana que se dirigia a Viseu.

As condições que levaram à variação da linha média das águas do mar relacionadas com as sequências climáticas, conduziram ao avanço das águas marinhas e ao assoreamento progressivo das fozes dos rios, nomeadamente no período de dominação romana sobre o território português – entre 300 anos a. C e 400 d. C. –, sendo responsáveis pela evolução da linha de costa no centro litoral de Portugal e da foz do rio Vouga. Referências várias dão conta da existência deste ancoradouro natural visitado pelas populações do norte de África, que por aqui navegavam causando razias e aprisionando a população. Sobre este assunto Leal (1873. I, 263) anota a ocorrência, entre os séculos VIII e XI, de constantes batalhas e invasões marítimas por parte de esquadras agarenas, tornando a povoação inabitável.

A exploração das águas salinas no baixo Vouga lagunar, para consumo próprio e exportação, intensificou outros contactos como veio a acontecer durante o período de Reconquista, entre os séculos VIII e XII. Neste período verificou-se um período de interrupção do “domínio e poderio cristão” (Bastos, 2006, 73), só alcançado depois da fixação da fronteira meridional e da conquista de Coimbra, em 1080, quando a diocese foi restaurada e introduzido como Bispo, D. Paterno. Diz a mesma autora (op. cit., 74), que a ação das Dioceses foi importante no processo de Reconquista, não só como centros “disciplinadores e revitalizadores do culto cristão”, mas ainda “como pólos de fixação das populações, erigindo estruturas produtivas próprias capazes de dinamizar a própria economia” (loc. cit.).

A relação do património do Cabido Conimbricense no Baixo Vouga, do início do século XII, confirma a posse de herdades doadas à Sé de Coimbra (Bastos, 2006, 76), cujos limites iam até ao rio Antuã. De acordo com este estudo (op. cit., 9) este espaço registou, entre os séculos X e XIII, uma notável pujança económica resultante da consolidação de “ambientes propícios à produção de sal (principal riqueza da zona)”, devido à consolidação da restinga litoral. A par desta atividade notou-se o incremento da pesca e a consolidação de rotas comerciais marítimas que tinham o sal como produto fundamental e que a partir deste troço litorânico permitiram compensar, através do aproveitamento das águas do mar, o que alguns solos vizinhos ainda não arroteados, não permitiam fabricar.

Localmente, a associação entre o mar e os terrenos próximos acabou por ser benéfico dado o aproveitamento, em simultâneo, das condições naturais de planura e clima oferecidas pelo oceano e pela ria, em estreita relação e dependência. A isso se refere o relato de um viajante no início da segunda metade do século XIX (Abreu, 1865, 13), que chama a atenção para a extensão do lago salgado, ou seja, da laguna de Aveiro “que produz grandes tainhas, grossas enguias, bellos lingoados, magníficos sollhos, e diversos mariscos. Além d’isso os seus arredores produzem em grande quantidade quanto é necessário á vida, o que torna muito económica a subsistência allí”. Assim o fizeram os povoadores mais antigos.

O conjunto destas notas atesta que a construção do povoamento humano foi um processo lento, como assinala Gaspar (1998, 23-24), que afirma primarem as terras do baixo-Vouga pela antiguidade de vestígios humanos que aqui se encontram, tais como os vestígios fúnebres e relatos de uma romanização intensa dominada pela “cidade de Talábriga (...) que se situou no Marnel ou nas suas imediações, pelos restos das estradas na Branca e Talhadas”. Outros testemunhos de metal, cerâmica, adornos e esqueletos, situados nesta área do território, confirmam a influência local desta antiga civilização mediterrânica.

Evocamos a primeira referência conhecida do território aveirense, “o nome de Aveiro, alatinado em “Alauario” (Madahil, 1959, VII), que data do início do século X (de 959), contida na doação da Condessa Mumadona, “filha dos condes visigodos D. Diogo e D. Oneca e oriunda da Galiza” (loc. cit.), ao Mosteiro de Guimarães. A partir de então são vários os documentos, particularmente após a fundação da nacionalidade, que mencionam o lugar de Alaueiro (séc. XI), Aaueiro (séc. XII e XIII), Auerio e Aaueiro (séc. XIII), Aueiro (séc. XIV) e Aveiro (séc. XVI), referindo-se a doações de marinhas e a herdades situadas na vila de Aveiro e noutros lugares vizinhos tais como Sá, Esgueira, Cacia e Alquerubim.

A proximidade destes lugares assinala, portanto, a existência de vários núcleos de povoamento junto à foz do Vouga e a navegabilidade deste rio ao longo de séculos. Uma acessibilidade que era comum ao “território alavário”, que “abrangeria então toda a zona de aluvião, onde se misturavam as águas vindas do interior com as que fluíam e refluíam do oceano, incluindo o estuário do Marnel, com suas marinhas de sal até Alquerubim” (Gaspar, 1998, 33) e onde se incluía todo o baixo-Vouga e o território de Eixo. Documentos coevos do início do século XII (ano de 1100) registam outras doações, como a de Zoleima Roupariz, que “doou ao Mosteiro de Lorvão, entre outras verbas, uma marinha em Sá, junto do rio Vouga e perto do litoral do mar” (Christo e Gaspar, 1986, 246) e a do Presbítero Soeiro, que doou “à Mitra de Coimbra uma herdade que possuía em Esgueira, junto da foz do Vouga e do litoral marítimo” (op. cit., 72).

Do século XIII (1216) regista-se a doação feita por “D. Urraca Afonso, meia-irmã de El-Rei D. Sancho I, e seu marido”, que “doaram ao Mosteiro de São João de Tarouca mil moios anuais de sal que tinham em Aveiro” (op. cit., 37). Muitos outros escritos posteriores a esta data, assinalam um processo longo de transferência de propriedades nesta área ribeirinha, a exploração das salinas e o seu interesse económico. Destes, assinalamos ainda a “inquirição das terras do Vouga, ‘sobre os reguengos e direitos e foros e cousas’ pertencentes a El-Rei”, da qual consta a referência a bens situados em Aveiro, Eirol, Horta, Eixo, Esgueira, Requeixo, Sá, Verdemilho e Vilarinho” (op. cit., 313). A este respeito mencionamos, de 1306, dois documentos relativos a Aveiro que tiveram como protagonista o próprio monarca, D. Diniz: o primeiro, em que este permutou com o mosteiro de Celas de Coimbra, “a

terça parte de Aveiro e o padroado da igreja da Vila“ (Madahil, 1959, 108) e o segundo, em que permutou com o mosteiro de S. João de Tarouca, "a terça parte e o senhorio da vila de Aveiro, a Granja e outras herdades e marinhas", (op. cit., 111), ficando com todo o senhorio da vila. Este interesse foi prosseguido pelos monarcas seguintes e trouxe benefícios ao povoamento de Aveiro e do seu termo.

No seu estudo sobre “O baixo-Vouga em tempos medievos”, diz M. R. C. Bastos (2006, 120 e 132) que durante o século XIII ter-se-á verificado um maior crescimento demográfico e aproveitamento dos solos na área lagunar do baixo Vouga, facto que indicia o crescimento de outras atividades locais, nomeadamente o comércio e a exploração do sal. Esta situação coincide com o esforço desenvolvido por D. Diniz na desflorestação e no “aproveitamento e ocupação dos solos” (Bastos, op. cit., 217), marcas que assinalam o início de uma nova fase de povoamento para o termo e o burgo de Aveiro. Note-se que a preocupação Dionisina por Aveiro é referida por esta autora (op. cit., 132) através do estabelecimento de arroteias, justificadas pela “crescente afirmação do povoado e da necessidade implícita de conquista de novas terras de cultivo”. Complementarmente, este monarca fez incluir a povoação no seu património passando a tutelar a sua “organização a todos os níveis” (Silva, 1997, 66).

Nos reinados seguintes outros soberanos vieram a preocupar-se com o burgo, as suas atividades e os seus habitantes. Assim o comprova o relato elaborado depois do terramoto de 1755. Quando da elaboração da “Memoria Paroquial de Aveiro”, em 1758, Aveiro, é apresentada como uma “Villa nobre e notável (...), a principal villa da Provincia da Beyra, e pela sua agradável situação a mais excellente do Bispado de Coimbra a que pertence a Comarca de Esgueira”. Foi ainda cabeça de Ducado (Amorim, 1991, 14).

Estas são algumas referências a propósito da ocupação humana do território de Alavario, onde a “ausência de materiais de construção resistentes não permitiu a conservação de estruturas de edifícios medievos nem mesmo modernos” (Almeida e Fernandes, 2001, 25). Os que restam permitem confirmar as etapas da evolução da cidade e as atividades principais da sua população. Atividades que na memória dos mais antigos, remetem para a ria e salgado, para a cidade e campos em redor, para o verde que os cobre e para a extensão de água, em tons de azul, que se confundem com os mesmos tons do firmamento, numa simbiose que Vidal (1967, 21) descreve: “Nós, os de Aveiro, somos feitos, dos pés à cabeça, de Ria, de barcos, de remos, de redes, de velas, de montinhos de sal e areia, até de naufrágios. Se nos abrissem o peito, encontrariam lá dentro um barquinho à vela, ou então uma boia ou uma fateixa, ou então a Senhora dos Navegantes”.



Aproveitamento dos recursos primários

As atividades relacionadas com a vida económica de Aveiro e do seu concelho são diversificadas, havendo entre elas as que prolongam as tradições milenares ligadas à exploração do solo e dos recursos naturais, a pesca interior na laguna e a exploração do sal e as que surgiram em função do desenvolvimento industrial e tecnológico, da acumulação de conhecimentos e da investigação científica. Destas, a área das telecomunicações pode ser a mais sugestiva. Quanto às atividades do setor primário e em particular a agricultura, é praticada nos terrenos férteis circunvizinhos das agras, na periferia da cidade: Aradas, S. Bernardo, Esgueira, Cacia, revelando sinais de um povoamento antigo ligado ao mundo rural. A ocorrência de terrenos férteis em associação com a evolução das próprias atividades mercantis e a capacidade de compra do mercado local e abastecedor das embarcações que demandavam o porto de Aveiro comprovam o interesse no aproveitamento dos recursos agrícolas e o seu contributo no desenvolvimento das povoações ribeirinhas.

Algumas das referências a doações, editadas por Madahil (1959.I, 7, 9 e segs), relativas ao início da Monarquia, dão conta de propriedades na “vila de Aveiro”, em Sá, Eixo, Esgueira, Arada e a marinas e salinas, em Esgueira e noutros lugares. Estas doações, uma delas, de 1081 (op. cit., 15), inclui a vila de Eixo e são dignas de realce na medida em que confirmam o aproveitamento do solo e a dimensão de algumas povoações onde se praticava uma atividade agrícola ou já de comércio, que importa individualizar.² Comprovam ainda a permanência de diversas quintas nos lugares e freguesias limítrofes, algumas delas com um longo passado histórico. Tal facto abona a favor da riqueza da sociedade aveirense e dos concelhos vizinhos, como em Eixo, no decurso dos séculos XVI e XVII, quando se começaram a acentuar dificuldades de navegação na barra do Vouga e a sociedade aveirense teve de valorizar todos os recursos de que dispunha, nomeadamente a exploração do solo. Anteriormente, já a agricultura era importante na vida da população local, como regista Bastos (2006, 166) que refere a existência, no século XIII, de moinhos de cereais destinados à moagem e ao “escoamento da farinha para aglomerados populacionais pouco ruralizados”.

O relato do Prior de S. Miguel - então dependente da ordem de S. Bento de Aviz, onde havia “uma colegiada com vigário e beneficiados” (Gaspar, 1974, 24) e que fora anteriormente doada, em 1306, por D. Aldara Peres ao mosteiro de S. João de Tarouca (Madahil, 1959.I, 105) -, descreve em 1758, quando deu resposta ao inquérito constante da “Memória Paroquial do Reino”, esta “singular Vila”: “A natureza a dividio em duas, e a arte a fez huma só. Aquella abrindo-lhe no meio hum valle, que hoje está bordado de Quintas; e esta fazendo-a communicavel por duas pontes, a da Ribeira e a do

2 Veja-se: Madahil, 1959 – Milenário de Aveiro - Colectânea de documentos históricos.

Cojo (...). Prossegue, afirmando: “Estendesse quaze toda, de Norte a Sul em forma prolongada sobre huma deliciosa e fértil campina, sem embaraço em muitas legoas à roda”. Respondendo a outra questão, afirma (op. cit., 18): “A boa qualidade das terras contíguas a esta villa he tão excellente que produz todos os frutos que lhe semeao com muita abundância, e certamente bastaiao para a ordinária sustentação deste Povos se continuamente os não extrahirao para outras Comarcas”. Enumerando esses produtos, assinala: “Trigo, milho, cevada, e legumes he a melhor e mais certa colheita dos arrabaldes de Aveiro: porém a mayor e que enriquecia os Senhores e Labradores era o sal que colhiao nas marinhas”, deixando ainda referido a quase extinção desta recolha causada pelo encerramento da barra.

Como faz notar Silva (1997, 169), o agregado urbano “desenvolveu-se pelo aproveitamento de todos os recursos que lhe estavam ao alcance”. Assim (loc. cit.), “numa região de terras aluviais, mas ainda demasiado alagadiças para serem férteis, numa região excêntrica às grandes vias terrestres, numa região onde o artesanato, pelo fraco povoamento e escassez de recursos, se desenvolvera, ela soube aproveitar as únicas riquezas em que abundava – o sal e o peixe – e dar-lhes o único tratamento que os tornaria rentáveis, o comércio”. Note-se que a dependência do crescimento de Aveiro e da sua região das atividades do setor primário manteve-se perene na vida das populações ribeirinhas – lavradores e marinheiros – os quais, no dizer de Souto (s/d., 7), guiam “os bois em terra e o barco na ria, amanhando a marinha, donde extrai o sal alvíssimo, e amanhando a terra, donde respiga o trigo, o milho e o arroz, e donde colhe as batatas e os legumes, o vinho e as frutas em produção maravilhosa de intensa pluricultura”. Labor que se refletiu na evolução das povoações vizinhas de Esgueira, Aradas ou mesmo de Cacia e de Sá, núcleos de povoamento mais próximos de Aveiro e que rivalizavam nas atividades marítimas dos seus habitantes.

A proximidade destes lugares assinala a coexistência de vários núcleos de povoamento nas margens do Vouga e a sua navegabilidade ao longo de séculos. Com a sedimentação contínua da barra de Aveiro e as pequenas variações climáticas registadas ao longo dos séculos - de que se recorda a “Pequena idade do gelo”³, ocorrida na Europa entre meados do século XVI e finais do século XIX (Sarmiento e Cardoso, 2007, 97) - a atividade agrícola foi-se ressentindo, sobretudo em períodos de maiores cheias com fraca produção agrícola, febres e maleitas, que acompanharam os períodos de insalubridade da laguna. Disso nos dá conta o Prior de S. Miguel, em 1758, ao dar resposta à “Memória Paroquial do Reino” (Amorim, Bol. Municipal de Aveiro, XII, 23/24, 18), registando a cultura abundante de trigo, milho, cevada e legumes, “a melhor e mais certa colheita dos arrabaldes de Aveiro”. Observa no entanto que “a mayor e que enriquecia os Senhores e Labradores era o sal”,

3 Referem-se Sarmiento e Cardoso (2007, 97) à descida das temperaturas médias inferiores às atuais, de cerca de 2°.

colhido nas marinhas as quais, de acordo com o referido Prior (loc. cit.), “hiam-se extinguindo pela falta da Barra e pouca sahida das aguas doces de que abundava a Ria”. Complementarmente (op. cit., 23), assinala a existência de “muitas arvores frutíferas e silvestres, grande quantidade de pumares, hortas e terras de labouras” nas suas margens em particular “as que se entendem pela parte do nascente”.

A referida situação deu origem a uma outra observação contida num relatório do século XIX, assinado pelo Governador Civil de Aveiro (Rodrigues, 1998, 16) onde se lê: “enquanto as povoações rurais aumentam em população e riqueza, edificando-se novas casas e construindo-se com melhoria muitas das existentes, vai a Cidade em progressivo abatimento e decadência”. Acresce: “em uma terra pobre, sem comércio e sem indústria, não podia deixar de sentir-se a ausência dos principais proprietários (...). Além disso, os lucros da pesca de que vive mais de metade da população da Cidade, têm diminuído consideravelmente por falta de atividade e indústria, enquanto à do Mar, e por haver escasseado peixe na ria, desde a abertura da Barra”. Esta descrição contrasta com o relato que Abreu (1865, 143) faz das “ferteis campinas de Aveiro, que noutro tempo produziam 30 mil moios de trigo, e as salinas que também haviam produzido quantidade de sal superior a 16 mil moios, sofreram as consequências, porque este grande território transformou-se num pântano, cujos miasmas se tornaram o flagello das povoações vizinhas”.

A vida económica do Distrito de Aveiro ressentia-se desta complexa situação, que obrigava à sua dependência económica das cidades de Coimbra e Porto – para onde se exporta o “muito bom sal (...) em navios costeiros” - e da vila da Figueira, por onde saem “os vinhos exportados” (Rodrigues, 1998, 17). Assim se nota que a atividade agrícola da região, assente em meados de Oitocentos “no milho, que nunca chega para o consumo, em algum vinho, muito ordinário, lenhas, legumes e frutas de toda a qualidade” (op. cit., 18), só veio a beneficiar depois da abertura da barra e da fertilização dos solos com o escasso e o moliço da ria. No entanto a recolha desta vegetação, praticada sem regras pela voracidade dos marinheiros-lavradores obrigou a que, em 1868, o Governo Civil tenha estabelecido períodos de defeso nos concelhos ribeirinhos, em particular para os que residiam fora do concelho de Aveiro a quem ficava vedada a recolha do referido produto em qualquer época do ano.

As culturas que aqui se desenvolveram com base nas culturas ervenses e nas pastagens permitiram a criação abundante de gado bovino, sobretudo para a produção leiteira, o que fez da região ribeirinha a maior bacia de produção de leite do país e sede de indústrias de laticínios e alimentares. Também a fertilidade dos solos da bacia do Vouga, bem como as suas características climáticas, estiveram ainda na origem do desenvolvimento de uma policultura intensiva, para autoconsumo ou para venda e de uma produção diversificada baseada na cultura de batata, milho, feijão e, nalguns locais, da própria vinha, como sucede nos terrenos mais próximos da Bairrada. Hoje praticamente

inexistente é a cultura do arroz, cultura introduzida na Península pelos árabes e levada a cabo nas margens alagadiças do rio Vouga. A salinização crescente dos campos litorais, a degradação dos solos e os custos de produção têm conduzido à sua extinção, aqui, como noutras bacias hidrográficas a sul do Vouga. A redução de toda a atividade agrícola está associada à quebra das explorações agrícolas, que entre 1991 e 1999 baixaram de 2647, para menos de metade, tendência que tem vindo a agravar-se na atualidade.

Se tivermos em conta a evolução das atividades do setor primário no decurso da segunda metade do século passado, em particular a atividade agrícola, verifica-se que esta foi completada pela indústria, que no conjunto do distrito de Aveiro viu implementado um processo de crescimento industrial difuso, com um forte vínculo à atividade rural, a qual, através do aumento de rendimentos familiar, “permitiu o acesso à terra e a compra de equipamento” (Pires, 1986, 263). Esta situação que se baseava na boa produtividade dos solos e na facilidade de estrume natural, permitiu identificar a agricultura da região ribeirinha como um dos casos sugestivos de uma atividade rural, em part-time, que complementava os recursos auferidos nas unidades industriais e assegurava um maior rendimento familiar e prosperidade económica.

Quanto à estrutura fundiária local, está marcada pelo minifúndio e por terrenos ocupados pela exploração florestal. Como refere Silva no seu trabalho sobre “Aveiro Medieval” (1997, 96), a existência de uma mancha de matas nas proximidades de Aveiro é antiga, mas certamente condicionada por “desbravamentos e arroteamentos” periódicos. Contudo a implantação da indústria de papel, inicialmente no rio Caima, inaugurada no início do século passado e posteriormente descontinuada, bem como a indústria mais recente de pasta de papel, em Cacia, vieram ditar a expansão da mancha de eucalipto globulus em detrimento do pinheiro marítimo e de outras espécies (tais como o choupo, castanheiros e folhosas diversas) que dominavam os leitos dos cursos de água.

Já o subsolo, rico em barro, deu origem ao aproveitamento de novas fontes de riqueza, como a exploração dos materiais argilosos que estão na origem da cerâmica local e das diferentes unidades de produção que existiram neste povoado ribeirinho. Disso nos dá conta Gomes (2010, 39), que assinala testemunhos arqueológicos da indústria cerâmica existentes:

➤ “Lugar da Agra do Norte em Verdemilho – cerâmicas do período Calcolítico e Idade do Bronze.

➤ Lugares da Torre e da Marinha Baixa em Cacia – cerâmicas e vidros do período tardo-Romano-Visigótico.

➤ Fornos cerâmicos de Eixo – período Romano e tardo-Romano.

➤ Formas de Pão-de-Açúcar – cerâmicas (em regra fragmentos) encontradas em Aveiro, Funchal e Machico, produzidas em olarias de Aveiro nos séculos XVI, XVII, XVIII, para transportarem por barco o melão de açúcar sacarino produzido na Madeira e no Brasil”.

Estes testemunhos alimentaram a antiga e complexa indústria do barro vermelho e preto e o fabrico de azulejos, ex-libris desta região. Completam ainda o rol das atividades primárias, como a agricultura, e sobretudo a pesca, praticada pelos habitantes locais na ria e no mar, quando tiveram de lidar com as condições adversas da natureza e de encontrar soluções adequadas para a sobrevivência e fixação na sua terra prometida. Como se constata através de diversos relatos da história local, a relação entre as atividades económicas, o crescimento da terra, a atração e a repulsão dos seus habitantes, tem levado a análises contraditórias que balançam entre a defesa do esforço humano levado a cabo pelos seus moradores e a sua condenação. Assim o fez Abreu (1865, 14) que na sua descrição de viajante à cidade de Aveiro, escreveu: “se os seus moradores povessem de lado a indolência, que desgraçadamente os domina, poderia Aveiro recuperar ainda do seu antigo esplendor, porque tem muitos elementos de que lançar mão para isso, e um delles é a piscicultura, industria que, bem aproveitada, seria em poucos annos um grande ramo de commercio”.

Corroborando o interesse por este assunto, declara o autor ter publicado, em 1863, no jornal “Camião das Províncias” um artigo sobre o assunto, o qual “passou despercebido, porque era cousa de utilidade pública e sem fim político” (loc. cit.), concluindo a seguir: “Nada esperâmos conseguir com tal recommendação; mas ao menos servirá ella para mostrar aos vindouros, que a decadência de Aveiro provém mais de seus moradores, do que d’outra qualquer cousa” (loc. cit.). As observações deste viajante prosseguem ainda com recomendações sobre a necessidade da arborização da língua de areia litoral e de “tentar a aclimação do ‘mangue’ (arvore do Brazil, que só vegeta em terreno lavado por agua salgada) nas muitas ilhas alagadiças de que a ria está semeada; porque, surtindo bem effeito, haveria uma barreira contra as areias do mar, e a Mortoza e outras povoações circumvisinhas, seriam abastecidas de lenha, etc.” (loc. cit.).



Aradas



Heráldica da Freguesia de Aradas.

O território da freguesia de Aradas, paredes meias com Aveiro e com o concelho de Ílhavo, pertenceu ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a quem foi doado em 1181, tendo obtido foral dos frades em 1219 (Leal, 1873, 225). Assinala ainda este autor (loc. cit.), a transmissão da sua posse “para os frades cruzios da serra do Pilar (Gaia) em 1700, com os casais de Ilhavo que eram do mesmo legado”. Note-se que no registo de documentos sobre o Milenário de Aveiro, Madahil (1959, 25) refere-se a várias doações deste território ao Mosteiro de Santa Cruz no decurso do século doze incluindo-se uma, do próprio Rei, fundador da monarquia.

Tratando-se de um povoado bastante antigo - anterior até ao processo de romanização e integrando já a rede de lugares relacionados com a cultura castreja -, a sua posse ficou assinalada por desentendimentos dentro de instituições religiosas, como o atesta uma carta de excomunhão lançada pelo Cabido da Sé de Coimbra ao mosteiro de Sta Cruz, por estes não “quererem pagar os direitos que lhe eram devidos de vários casais seus, entre os quais Verdemilho e Arada” (Madahil, 1959.I, 106) - antes de ser propriedade dos Cónegos Regrantes do Convento da Serra do Pilar. No entanto, ainda em Quatrocentos, os casais de Aradas e de Verdemilho faziam parte da relação de propriedades que o mosteiro de Coimbra possuía em Aveiro, juntamente com outras propriedades em Sá, Cacia, Requeixo, Eixo, Ílhavo e outros lugares.

A transferência da posse para os frades da Serra de Pilar, incluindo as igrejas de Verdemilho e Sá, fez-se em 1509 (Madahil, 1959.I, 259), que terão mantido a igreja local (Gaspar, 1974, 37) situada numa “extremidade da paróquia”. E estes, “vindo à igreja do seu padroado, faziam a viagem de barco desde Ovar”, como foi habitual durante séculos. Contudo a importância do lugar de Verdemilho terá determinado a construção - durante o início do terceiro quartel de Oitocentos -, de uma nova matriz em lugar mais arejado. Regista o mesmo autor (loc. cit.), que “aliado aos caminhos maus e lamacentos e ao constante estado ruinoso das paredes por causa dos fracos alicerces e do chão lodoso, levaria os povos a instarem, desde 1834, pela edificação de uma nova igreja, tanto quanto possível no centro geográfico da freguesia”. Tal veio a a contecer nos anos seguintes com a inauguração do novo templo, em 1856.

A riqueza destas terras e a salubridade das águas e do clima terão contribuído para o crescimento da freguesia e dos lugares mais próximos, nomeadamente Verdemilho, que teve foral ao tempo de D. Manuel (em 1514). E próximo das terras da ria, na separação da sua frente lagunar, a baixa altitude junto aos esteiros permitiu, no tempo de D. José I, a exploração de “sementeiras de arroz” (Gomes, 1877, 105). Regista este autor (loc. cit.) que esta terá sido “uma das primeiras povoações de Portugal” onde se cultivou este cereal, que em tempo constituía uma cultura dominante das áreas planas e alagadiças situadas nas terras baixas das bacias hidrográficas de outros rios portugueses, a sul da Ria de Aveiro: Mondego, Lis, Tejo e Sado, locais onde as

condições de humidade e de insolação permitiam uma cultura rendosa deste cereal.

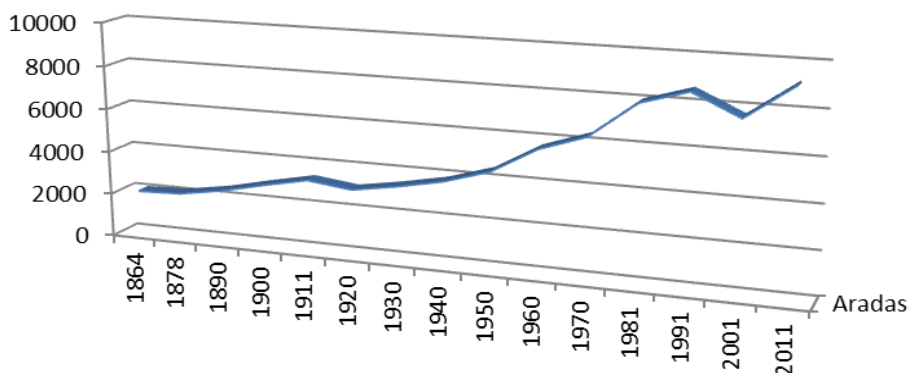
Sofrendo, como outras localidades, de desastres naturais, o lugar de São Pedro das Aradas sentiu os efeitos do terramoto de 1755, o que levou o Pároco local a escrever, nas Memórias Paroquiais, o seguinte (Costa, 1956, XXII, 121): ”esta freguezia (...) he aquelle Promontorio ou finisterrae que mais confina as margens do rio Vouga e a Costa de Mar oceano, porque sem padastro do Norte descobre todas as navegaçoins de hum, e outro, chegando as partes da mesma igreja hum retalho daquelle rio mais fabricado da indústria porque remoto das enchentes não experimenta o fluxo, e refluxo da Maré”. Daí, conclui o vigário, “rezam porque nada se observou mais que o movimento das agoas segundo a elevação ou inclinação da terra, nem inchente (...)”. Como noutras freguesias próximas da laguna, nomeadamente em S. Bernardo, Aradas beneficia de bons solos agrícolas, “sem esterilidade na terra (...) ahinda que pobres de comércio, só vivem dos mesmos rendimentos que fabricão”, como regista o vigário local em 1756 (op. cit., 122). Possui restos de antigas quintas, que Costa (1930. I, 597) assinala: Boa Vista, Casal, Medella, Picado, Qta de N^a Sr^a do Carmo, Ribeira e S^a das Dores e vários lugares: Baixieiro, Bom Sucesso, Cabeço dos Frades, Cardosa de Baixo, Cardosa de Cima, Picado, Rego das Canas e Verdemilho.

Pela sua oportunidade transcrevemos de Vidal (1967, 49), uma das suas impressões de viagem a esta terra: “Verdemilho não é um nome suposto, é um nome de uma aldeia real, autêntica, genuína (...)”. Um lugar onde “parece que a gente está a ver essas benditas planícies regaladas de pãozinho fresco, com duas e três maçarocas de respeito em cada haste, com bandeiras pitorescas a ondular ao sabor dos ventos que passam” (loc. cit.). Uma terra que o autor evoca, na extensão e beleza das suas culturas, o eco dos “moinhos de vento que vão gemendo e cantando pelos campos fora a sua doce e interminável tarefa” (loc. cit.).

Pela reforma administrativa de 1835 foi criado o concelho de Aradas, o qual foi extinto no ano seguinte, em 1836, e incorporada a freguesia no espaço do concelho de Aveiro. Teve uma indústria de cerâmica de barro preto, usada na região circundante, o que a identificou como a terra de oleiros, artesãos e artistas. Essa produção decorreu da abundância de matéria-prima e da facilidade de obtenção da energia – lenha – para o consumo dos fornos de cozedura. Esta tradição perdura nos anais da indústria cerâmica aveirense.

Dada a sua posição na periferia de Aveiro, a atividade económica da freguesia ressentia-se desta proximidade ficando numa situação de dependência em relação à cidade, perdendo os traços de antiga ruralidade para se tornar, cada vez mais, num airoso arrabalde urbano. Isso o demonstra a evolução de habitantes residentes neste espaço do município de Aveiro, confirmada pelos dados dos censos de 2011: 9157 habitantes, o que traduz um acréscimo de mais de 1,5 milhares de indivíduos em relação ao início da década anterior.

Figura 2 - Aradas: evolução da população



Os dados da evolução demográfica dos principais lugares da freguesia – Aradas, Bom Sucesso, Quinta do Picado e Verdemilho – acompanham a variação registada no início do século devido ao desenvolvimento de novas zonas residenciais no espaço da autarquia de Aradas e nas demais freguesias vizinhas da cidade. Assim se justifica a representatividade deste lugar como um dos mais populosos da cidade após a redefinição de limites urbanos traçados pelo I.N.E, com 3207 habitantes em 2011. Os lugares mais populosos da freguesia eram, na mesma data: Quinta do Picado – 2234 hab.; Bom Sucesso – 1941 hab.; Verdemilho – 1265 hab. e Aradas – 510 habitantes.



Barcos e pinturas

A natureza lagunar da terra de Aveiro oferece nas suas paisagens, atividades tradicionais e embarcações, os mais sugestivos testemunhos da idiossincrasia desta região. E os barcos moliceiros constituem um testemunho das antigas atividades tradicionais da ria, da apanha do molicho e um repositório atual de arte popular e da arte de navegar. Fazem parte do sistema agromarinho que identifica toda a região lagunar do baixo Vouga.

Como assinala Raul Brandão (1982, 77), “este lindo barco serve para tudo. Vai à pesca e carrega o sal e o molicho pelas terras dentro. É o meio ideal de transporte entre estas terras ribeirinhas. Substitui os animais de carga, as diligências nas feiras e é o encanto da ria. Têm não não sei o quê de ave e de composição de teatro. Anima a paisagem”. São por isso considerados das mais típicas e bonitas embarcações portuguesas e um dos raros testemunhos do nosso património fluvial. A este respeito escreveu também Moura (1968, 5, 17): “deslizam na água, vaidosos e vibrantes, com os ancinhos descomunais a arrastar, com a borda rasando o lume de água, sob o peso do molicho de um

verde fresco e intenso, a vela a panear atacada pela aragem levezinha, quando viram de rumo para novo bordo”.

Quanto à sua construção, feita em estaleiros da ria e por artistas que guardam os segredos da tradição secular destas obras e da apanha do moliço, segue um modelo com fundo plano e calado reduzido e uma proa alargada e sobreerguida que serve de “câmara aos tripulantes e de paiol, de mantimentos” (Guimarães, 1983, 25). Por sua vez o castelo da ré é o local “onde se acondicionam o barril de água, as forcadas e as tamancas é coberto por uma tampa móvel, que serve de assento ao arrais” (loc. cit.). Já o leme, de grandes dimensões, ajuda a dirigir a embarcação por entre os esteiros mais estreitos, onde se aventurava no transporte do moliço, de alfaias e do gado para o trabalho agrícola.

A deslocação da embarcação era feita essencialmente à vela, geralmente trapezoidal, que pode atingir os 8 metros de altura. Sempre que necessário era utilizada uma vara com 4 a 6 metros de comprimento, que os tripulantes faziam assentar no fundo da laguna e empurradas pelo peito dos tripulantes que se deslocam no bordo da embarcação, da proa à ré. Nos canais mais estreitos e mesmo noutras situações, o barco podia ser movido à sirga. De entre as embarcações da ria o barco moliceiro é ainda conhecido pela sua grande estabilidade estando adaptado à pequena profundidade dos canais e ao regime das marés. Por isso foi considerada por Magalhães Lima (1968), como “um valioso instrumento de trabalho”, que podia transportar até 5 toneladas de moliço. Os exemplares de maiores dimensões atingiam os 15 metros de comprimento e 2,5 metros de largura, o que lhes permitia navegar ao longo dos esteiros.

Note-se que a apanha do moliço na ria sendo uma fonte de prosperidade para os campos da região ribeirinha, foi em certos momentos interdita devido à intensidade da sua exploração, como sucedeu em 1868 e 1912, em que correram éditos sobre a proibição da sua apanha. A este respeito observa Moreirinhas (1998, 233) que “a partir de 1830, com o liberalismo, e até 1917, houve coincidência entre o controlo da laguna, incremento da pesca longínqua e costeira e necessidade de mão de obra”. Prossegue, afirmando: “Para os pescadores, tais medidas constituíram uma restrição à sua prática individual, empurrando-os para uma condição de assalariados que mantiveram até ao presente”.

Um pequeno excerto de Brandão (1982, 78) faz-nos recordar a faina da apanha do moliço praticada nestes barcos de grande calado: “Todo o horizonte está cheio de velas. Saem da cinza e da noite, saem do sol e dos buracos alagadiços, do lodo e das nuvens. Um rapaz ao leme e dois homens em cada barco, com os grandes ancinhos seguros nas tamancas, vão rapando sempre, arrancando sempre à ria os seus cabelos finos, que só resistem enquanto verdes. Tira-se o ancinho cheio de fios a escorrer e mete-se o moliço na caverna. E o barco segue, levando à proa uma padiola com degraus para descarregar e ao lado uma prancha que lhe serve de segundo leme. Mal

tocam na água (...). Ao longe outros e outros ainda rapam, fazendo circuitos leves de andorinha. Rapam as mulheres da lavoura, rapam os homens de perna nua metidos na água até à cinta, e acolá anda um bando de cachopinhas a rapar, sempre a rapar, com as saias ensacadas (...)

Assim se justifica, também, uma referência à *Aguarela* de Miguel Torga onde se lê:

“Campos de Aveiro.
Manchas verdes de arroz,
E a vela dum barco moliceiro
Que um pirata ali pôs.
A servir de moldura,
O velho mar cansado;
E um céu alto a descer e a ter fundura
Na quilha reluzente dum arado”.

A motorização recente de algumas destas embarcações traduz um novo ritmo de trabalho da população e uma alteração dos seus hábitos, sobretudo dos moliceiros profissionais que fizeram desta embarcações a sua casa e residência permanente. Vergados pelo cansaço, pelo peso dos anos e pela emigração, os moliceiros de hoje constituem um dos testemunhos das velhas tradições lagunares e da identidade dos povos da região ribeirinha. Razão pela qual a sua preservação tem vindo a ser considerada como um património que importa conservar. Este património foi descrito por (Girão, 1922, 174) como importante “alfaia agrícola – carro fluvial desses lavradores-barqueiros” os quais, “trabalhadores e singularmente prolíficos, deixando o arado para se meter na campanha, emigrando temporariamente em épocas especiais para a pesca do atum e do bacalhau ou ainda, definitivamente, levados pela sua paixão aventureira, para fundar colónias inconfundíveis ao longo da costa portuguesa e espanhola”. Uma presença a destacar entre as populações marítimas da Península Ibérica.

Apesar das características de navegabilidade desta embarcação, são as pinturas ornamentais que as tornam ainda mais singulares. Os painéis decorativos pintados manualmente, à proa e à ré, assumem um testemunho de velhas memórias da ria de Aveiro. Aqui destaca-se a exuberância das figuras decorativas sobre temas dedicados ao espaço e aos assuntos lagunares, à sociedade dos notáveis e dos trabalhadores da ria, à relação homem-mulher, ao humor popular, a figuras históricas e a festas religiosas. As suas legendas sarcásticas traduzem mensagens populares que reafirmam um sentimento de pertença e de carinho que as populações ribeirinhas lhes dispensam. Sentimento que está plasmado nos motivos utilizados, em particular nos elementos florais e nas cores, muito próximas das da canga vareira, como observa Guimarães (1983, 28).

Recordamos por isso Egas Moniz (1950) e um escrito de meados do século passado: “Os barcos moliceiros são os mais airosos e bem lançados que atravessam as águas da Ria. De proa muito arqueada, com as suas pinturas

a cores vivas, de um primitivismo ingénuo, ora religiosas ora profanas (...). Um nunca acabar de folclore pinturesco e de frases encorajantes! Cor e forma, alma de marinheiro a florir em crenças e a arrebatá-lo em esperanças!”.

Desenhados por artistas profissionais ou simples amadores, mas inicialmente pelo mestre do barco, estas imagens evocam um passado distante quando a sua presença animava o sistema lagunar do baixo Vouga e as inúmeras atividades da população centradas na pesca, na agricultura e na exploração dos recursos naturais da laguna de Aveiro. Como recorda Brandão (1982, 77) esta embarcação, como seu “não sei quê de ave e de composição de teatro”, património cultural da ria e antigo meio de transporte nos seus canais, é uma marca geográfica deste território e paisagem e serve hoje de recordação aos mais idosos e aos crentes de uma cultura viva que urge preservar.

O estudo destas pinturas tem sido, por isso, tema de grande interesse etnológico tratado por autores nacionais e estrangeiros. Entre eles citamos C. Sarmento e C. Rivals. A primeira autora (1999, 25), descreve as pinturas dos moliceiros com uma “frescura de expressão (...)”. Já C. Rivals (1984)⁴, considera as pinturas dos barcos moliceiros de Aveiro como expressando uma arte popular, com múltiplas facetas inscritas em embarcações, as quais “nous émerveillent parce qu’elles sont à la fois fonctionnelles et belles comme des objets parfaitement adaptés à leurs fins et si chères à ceux qui les utilisent qu’ils n’ont pas hésité à les embellir encore”. No entendimento deste autor trata-se de uma embarcação que apresenta semelhanças com os drakkards normandos, com as gôndolas venezianas e com as pirogas senegalesas. Contudo estes traços não suscitam nenhuma hipótese quanto à sua origem ou à sua difusão.

Para além destas embarcações, outras há que merecem uma breve referência. Destacam-se, o saleiro (ou salineiro) e a bateira as quais, no dizer de Souto (s/d, 7), “brilham no seu seio os canais, os montes de sal, as velas brancas dos barcos de caprichoso feitio”. O saleiro é um barco robusto e de grandes dimensões, anteriormente usado para transporte de gado, de produtos agrícolas e de sal, ao longo dos canais da ria e que desempenhou um papel relevante no desenvolvimento das comunicações entre os povos ribeirinhos. O transporte de mercadorias nesta embarcação podia atingir uma dezena de toneladas. Por sua vez, a bateira, é um barco de pequenas dimensões (entre os 3,5 metros e os 6,5 metros), usado para os mais diversos fins nos canais, esteiros e nas águas da ria. No seu estudo sobre a ria de Aveiro e as suas embarcações, Laranjeira (s/d, 46) descreve-a como sendo um barco de fundo plano, que lhe dá acesso a águas pouco profundas, descrevendo nove espécies associadas aos fins para que é usada: mercantel, moliceira ou de canelas, marinho, erveira, patacha, labrega, caçadeira, chinha e bugiganga ou mugiganga.

⁴ Claude Rivals, Professor de Etnologia – Universidade de Toulouse le Mirail (FR)

Em publicação da Universidade de Aveiro sobre as embarcações tradicionais da ria de Aveiro (década de oitenta), Armando Moura dá particular realce às seguintes: bateira chinchorra, usada na Torreira e utilizada na arte da chinha; a bateira berbigoeira, usada na apanha do berbigão e na arte berbigoeira e a bateira erveira, usada no transporte de juncos e de ervagens. Estas e outras embarcações são usadas de forma distinta, como assinala Brandão (1982, 72): “exploram a ria os mercantéis, que fazem o tráfego da sardinha, os barqueiros que fazem os fretes marítimos, os rendeiros das praias que lhe aproveitam os juncais, os marnotos, que se empregam no fabrico do sal, os moliceiros, que apanham as algas, e finalmente os pescadores da Murtosa (...)”.

A referência anterior evoca algumas das atividades da população que encontrou na ria e nas suas águas os benefícios de ocupações garantidas pela presença de uma vasta toalha líquida, pelas ilhas e canais interiores que as retalham e também por embarcações distintas que desde tempos idos têm servido de meio de transporte, de vida e de animação à população. Que o diga o São Paio da Torreira, o “advogado contra as maleitas” (Sarmiento, 1999, 17), que em setembro acompanha os devotos nos seus banhos, cantares e os protege nas regatas aguerridas que estas embarcações, em sua honra, disputam nas águas da ria. Esta é uma tradição que se mantém na actualidade, mau grado a perda de gente, a decadência das atividades tradicionais e a saída de cena dos artistas que souberam configurar nos moldes destas embarcações e, sobretudo, nas suas decorações e pinturas, “uma certa infantilidade subversiva e (...) uma bem-aventurada ignorância técnica” (op. cit., 25), posta em prática na configuração e desenhos dos painéis da proa e da ré, no coberto e na bica da embarcação.

Como assinala Amadeu de Sousa (1997)⁵, os moliceiros são embarcações que se identificam pelas suas ilustrações e recorte (...):

“As proas são rendilhadas
Por coloridas pinturas,
Com frases adequadas
As populares formosuras.
As proas são rendilhadas,
São ornadas de figuras”.

Mais ainda, regista C. Sarmiento (op. cit., 151): são repositórios de arte cuja natureza traduz “o espírito de um povo que enfrenta quotidianamente grandes dificuldades de subsistência sem nunca perder o sentido de humor e a alegria” expressas noutras manifestações populares, como as festas em honra do seu padroeiro, o São Paio da Torreira. Um santo que é merecedor de muito reconhecimento popular e promessas antecipadas (Sarabando, 1966, 63):

5 “Moliceiros” – Amadeu Sousa. In: Moliceiros da ria de Aveiro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1997, 32

“Ó S. Paio da Torreira,
Ó milagroso santinho
Eu hei de ir lá, para o ano,
Lavar o santo com vinho”.

Figura 3 – Proa de barco moliceiro.



Foto: Claude Rivals (+)



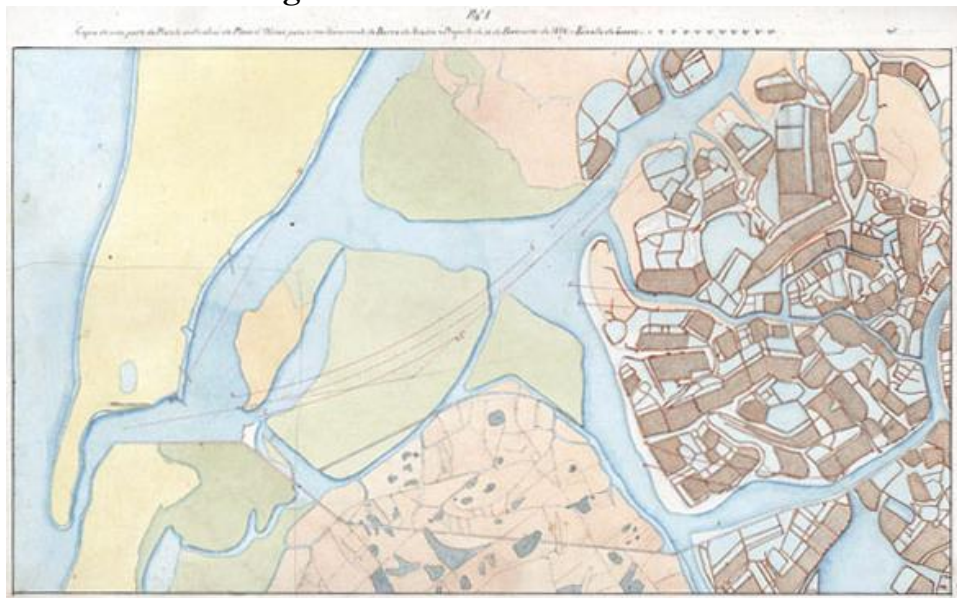
Barra de Aveiro

O contributo da barra de Aveiro para o crescimento da cidade e da região ribeirinha tem sido uma constante ao longo de séculos e dela têm resultado benefícios, mas também as maiores contrariedades de que há memória na vida da população local. Tal facto decorre da ligação entre o acidente lagunar e o mar, assegurada através de uma porta de entrada natural, mas que nos últimos séculos tem sido mantida artificialmente aberta: a foz do rio Vouga. Isso depende da intensidade das correntes marítimas que afetam o litoral português, da carga sedimentar que transportam e do contributo das linhas de água que longitudinalmente atravessam o território e que através dessa carga sólida concorrem para o mesmo efeito.

A evolução desta embocadura ao longo do tempo marcou a localização do cais e do porto de Aveiro, inicialmente no Albói e na Ribeira – fora da zona muralhada -, ancoradouros que acolhiam as naus e os galeões que demandavam o trapiche. Depois da construção do Cais das Pirâmides, o ancoradouro estendeu-se pela zona interior do canal central, animando o principal espelho de água da cidade que importa resguardar. Com a sedimentação da foz do Vouga e o decréscimo do movimento comercial, o

cais da Vila foi-se deteriorando originando um sem número de medidas, de impostos e de obras de beneficiação para garantir a sua operacionalidade.

Figura 4 - Barra de Aveiro: 1648⁶



Os relatos da história da Vila e da Cidade estão cheios de referências ao esforço humano e económico para manter aberto um dos pulmões económicos da cidade. Estas contrariedades surgem mencionadas a partir do século XVI, quando se acentuou a deslocação do cabedelo litoral para sul da capela de N^a Sr^a das Areias, dificultando cada vez mais a saída da carga sólida transportada pela bacia do Vouga e a navegação no seu interior.

A este respeito assinala Gomes (1877, 142): “segundo se lê no Livro de registo da câmara municipal, existia ella em 1580 a 2 leguas da cidade”, conservando-se em bom estado “ate 1685, em que começou a ser obstruída pelas arêas, e a afastar-se para sul” (loc. cit.). Com estas cheias iniciava-se uma longa agonia das povoações de Aveiro, de Esgueira e demais lugares da frente ribeirinha, que até então tinham mantido um comércio marítimo considerável. Por sua vez um relato de Coimbra (1836, 14) descreve esta situação em 1656, data em que “tinha principiado a ser deficultoza a navegação em Aveiro, e deminuído muito o seu comercio, não tanto por cauza da guerra, que os Inglezes e Holandezes fizeram a Portugal, como por cauza da Barra, que já tinha então perdido muito da sua profundidade, deficultando assim a navegação”.

Como fez notar F. Neves (1933, 1), as obras mais antigas para a fixação da barra na Vagueira tiveram lugar em 1643, sem o resultado desejado. De notar que as areias transportadas pelas correntes marítimas proveniente das principais bacias hidrográficas do norte do país, nomeadamente da bacia do

6 In: Edição eletrónica (2005): <http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/ebooks> (4JUN2011)

Douro, cujo arroteamento para a plantação das vinhas foi acelerado a partir da segunda metade de Setecentos, constituíam a grande carga sólida responsável por este assoreamento com efeitos em toda a costa atlântica portuguesa, até aos fundos da Nazaré. A descrição de acontecimentos que conduziram à abertura definitiva da barra de Aveiro atesta também a intensidade das correntes interiores, bem como a luta insana do homem contra o determinismo geográfico ditado pela natureza e a falta de meios consistentes para a sua concretização. Assim, de acordo com este autor (loc. cit.):

➤ Em finais do século XVII, “mandou D. Pedro II a Aveiro, para a estudarem, dois engenheiros italianos, que planearam a abertura d’uma nova barra na costa de S. Jacintho; mas nada se fez, e o seu estado era cada vez mais deplorável”;

➤ “Em, 1755 foi encarregado Carlos Mardel da abertura projetada; uma grande inundação destruiu os trabalhos principiadados”;

➤ “Em 1757 ofereceu-se o capitão-mor, João Sousa Ribeiro, fazer à sua custa a despeza com a abertura de um regueirão na arêa, que communicasse a ria com o mar, e dessa vasante á enorme massa de águas, que alagava os campos e a cidade”;

➤ Em 1758, “foi aberto o regueirão no sítio da Vagueira; mas, mal divididas as correntes, em breve se entupiu”.

➤ “Em 1780 começaram novamente as obras (...) no sentido de fixarem a barra na Vagueira; mas, arrastada pela corrente, em breve estava a barra na costa de Mira”. Estas obras foram interrompidas ao tempo de D. Maria I, em 1783.

Nesta última data, quando o estado de ruína ameaçava de novo a abertura ao mar, a sua recuperação foi autorizada utilizando o dinheiro das contribuições da Barra (loc. cit.). O mesmo já anteriormente tinha sucedido, no tempo de D. Pedro II, quando a Câmara de Aveiro foi autorizada a “lançar durante três anos um imposto de um real em cada quartilho de vinho vendido nas tabernas da vila de Aveiro e seu termo” (Neves, 1954, 320). De notar que o mau estado da entrada marítima foi registado no Inquérito promovido pelo Marquês de Pombal depois do terramoto de 1755, tendo o Cura da freguesia de S. Miguel assinalado a “dificulto zicima entrada da Barra deste Porto” (Costa, 1956, 133), do que resulta “o grande vexamen de fintas todos os annos a que os habitadores desta vila não podem suprir pois neste dispêndio consomem o que lhes era muito prezizo para o seu alimento e isto faz experimentar a toda esta vila o major Rigor de fome e miseria”.

A necessidade de obras e a falta de meios financeiros para as executar levou à criação do cargo de Superintendente das Obras da Barra, em 1756, bem como à aplicação de um imposto sobre a carne e o vinho vendidos em Aveiro, cuja receita revertia para o Cofre da Barra, guardado pelos religiosos do Carmo e destinado à execução desses trabalhos. Uma medida que não se aplicando ao lugar vizinho de Sá, justificava um maior volume de vendas neste

lugar uma vez que o concelho de Ílhavo, a que pertencia, não era obrigado a esse pagamento.

A elevação a cidade foi aproveitada para introduzir um conjunto de melhoramentos no seu termo pelo que, em 1791, a Câmara local resolveu "representar a Sua Magestade sobre a grande precisão de um canal ou desaguadouro, por onde saíssem para o mar as imensas águas que aqui se juntavam na ria e aqui se demoravam" (op. cit., 191), tarefa que terá sido executada no ano seguinte com a abertura de um regueirão junto da capela de N^a Sr^a das Areias, em S. Jacinto. Estava dado mais um passo, continuado através de uma série de diligências posteriores, para as obras de beneficiação da barra. Apesar destas diligências e no que a Aveiro diz respeito, observa Amorim (2000, 638) que "de 1790 a inícios do século XIX, a barra estava entregue a si própria", dado que "os dinheiros recolhidos pela Provedoria de Aveiro no famoso cofre da barra integraram-se, desde 1791, num só cofre, que agrupava os cofres de Coimbra, de encanamento e navegabilidade do Mondego, e do Erário Régio".

Neste decurso de tempo a Câmara local foi desenvolvendo esforços para encontrar uma solução definitiva para a barra e para os problemas locais relacionados com a baixa de fertilidade do solo, alagado e inculto, das margens da laguna. Os investimentos foram direccionados para novos levantamentos cartográficos os quais, no dizer de Amorim (loc. cit.), permitiam simultaneamente "um reconhecimento do território, uma visão real e pormenorizada, mas igualmente uma antevisão de um futuro que tardava, sobretudo quando às razões económicas, políticas e até militares se sobrepunham as contrariedades técnicas de financiamento".

Estas preocupações, que se fizeram sentir desde o tempo do Marquês de Pombal, tinham a ver com o desassoreamento das barras das cidades portuárias e com a construção de vias de comunicação fluviais – como seja a ligação através da ria de Aveiro, ao rio Mondego e ao rio Douro – e de ligações terrestres que permitissem a circulação mais rápida de pessoas e de mercadorias entre as cidades do reino. Para tanto recorreu-se a especialistas estrangeiros - arquitetos, engenheiros e outros - e a militares que dariam um forte contributo ao desenvolvimento destas iniciativas. Sobre a sequência de obras levadas a cabo na barra de Aveiro e além do resumo das intervenções elaborado por Inês Amorim (1997), no âmbito da Exposição sobre a cartografia antiga da cidade, transcrevemos de Abreu (1865, 143), o seguinte:

"Em 1801 mandou o conde de Linhares estudar um plano que restituísse Aveiro ao seu antigo esplendor, e encarregou d'isso o tenente-coronel Carvalho e o brigadeiro Oudinot. Fizeram-se os estudos, aprovaram-se, começaram-se os trabalhos em 1802, e concluíram-se em 1808, tendo-se gasto quantia superior a cem contos de réis. Os resultados, obtidos em consequência d'estas obras, foram satisfactórios, não só porque se mudou a direcção que a corrente tomara, conservando-a sobre o lado meridional, mas porque a mortalidade diminuiu consideravelmente pela mudança de

salubridade. Não foram, porém, tanto como era de desejar, porque as areias, acumuladas umas sobre as outras, iam fechando a entrada da barra aos navios, que demandavam o porto ou que d'elle queriam sahir”.

As obras realizadas e inauguradas mais tarde, no reinado de D. Maria II, incluíram a construção de duas pirâmides quadrangulares à entrada do canal, “junto à cale da Veia (...) uma em cada margem”. A distância entre as pirâmides e a Ponte-Praça - cerca de um milhar de metros -, sendo o cais “formado por muralhas nas duas margens em todo este comprimento” (op. cit., 321). Apesar desta beneficiação as margens continuaram a deteriorar-se em simultâneo com a porta para o mar, continuando a reclamar novas e constantes intervenções.

Data de 1808 a abertura definitiva da barra e o restabelecimento da atividade marítima e piscatória na cidade. Na execução destes trabalhos foram utilizados os materiais rochosos da antiga muralha aveirense, impedindo assim sua conservação. É a seguinte uma descrição da época relativa aos resultados destas obras levadas a cabo em 3 de abril de 1808, em consequência das cheias que nesse inverno fustigaram Aveiro, inundando toda a parte baixa desta povoação. Reproduzimos um excerto da "Memoria sobre a nova Barra d'Aveiro aberta em 3 d'abril de 1808" (Pimenta, 1942, 164-165):

"A história marítima d'Aveiro he mui interessante. Há seculos que este Payz tem soffrido acontecimentos do maior interesse, porque o ter a Barra huas vezes aberta outras fechada tem influido para que tenha experimentado diffrentes alternativas, e he delas, que tem dependido o Commercio, a Agricultura, e mais que tudo a saude dos habitantes; e por isso mesmo as Artes nesta parte de território tem marchado a passos lentos, porque esta Cidade estava entregue somente aos acazos naturaes da embocadura do Vouga, que huas vezes innundava o Payz, outras o fazia florecer.

Não se pode exatamente fixar a Epocha, em que se projetou hua muralha, que he hoje o que existe da parte do Sul, e que muito bem se pode chamar o sustentaculo da Barra porque he d'encontro a ella, que batem as agôas expedidas das diffrentes partes, que compoem aquella Ria. A necessidade de sustentar as agôas em hua corrente porporcionada à sua abundancia he que fez certamente conceber o projeto de levantar esta muralha. Para fazer face a essas despesas, uma ‘carta de lei’ (...) substituiu o imposto denominado real da barra por outro imposto de dois réis acrescentado, em todo o distrito de Aveiro, ao produto do real de água e destinado exclusivamente às obras do porto de Aveiro" (Christo e Gaspar, 1986, 340).

Sobre as condições do tempo, regista Coimbra (1836): “As copiosas chuvas de inverno do anno de 1808 elevarão as agoas da ria a tal altura que abismando marinhas e ilhas trasbordarão do cães e cobrirão os bairros baixos da cidade, innundando as cazas de seus moradores de modo que em algumas só pelas janellas se podião servir, e não se podendo soffrere tão penosa situação não pouco habitantes houve que em grupo tentarão, no mez de fevereiro do dito anno hir abrir a Barra”. O relato da situação na cidade

completa a imagem anterior: "as águas que cobriam as ruas da praça, desta cidade, e os bairros do Albói e da Praia, abaixaram três palmos de altura dentro de vinte e quatro horas e outro tanto em o seguinte espaço, e em menos de três dias já não havia água pelas ruas e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes com esta grande Obra da Barra" (Christo e Gaspar, 1986, 168).

Quadro 1 - Resumo do estado da barra de Aveiro e das obras propostas para a sua abertura

<i>Data</i>	<i>Eng^{os} e outros</i>	<i>Situação da Barra</i>	<i>Propostas de abertura</i>
Séc. XIII		Torreira	
1407		Frente à Ilha da Testada	
1515		Frente à Ilha Monte Farinha	
?		Forte Novo	
1643		Forte Velho	
1687	Holandeses, eng ^{os} hidráulicos	Vagueira	S. Jacinto
1757	J. Sousa Ribeiro-Cap. Mor Ílhavo	Fechada, em Mira	Canal na Vagueira, frente ao Forte Velho
1777	Guilherme Helsden, Isidro Paulo Pereira e M. de Sousa Ramos	3/4 Léguas abaixo da Vagueira	Entre o Forte Novo e S. Jacinto (N ^a S ^a Areias)
1780	João Iseppi (IT)	O mesmo	Manter atual barra
1788	Guilherme A. Valleré	Mira	?
1791	Estevão Cabral e L. Valleré	Fechada	Abrir regueirão abaixo da capela de S. Jacinto
1802 a 1808	Reinaldo Oudinot e Luis Gomes de Carvalho	Fechada, em Mira	Entre o Forte Novo e S. Jacinto

In: Inês Amorim (1997) – Cartografia antiga da Cidade

Diversas notícias dão conta das vicissitudes registadas na barra de Aveiro depois da sua abertura, verificando-se que o ressurgimento do movimento comercial então ocorrido foi fugaz, perdurando até 1823 (Sampaio, 1966, 11). Na verdade os trabalhos de beneficiação foram praticamente suspensos durante as invasões francesas, como assinala Coimbra (1836, 17-18): “pouco tempo foi preciso decorrer para se conhecer, que nem todas as vantagens prometidas se tinham realizado, porque supposto tivesse melhorado a saúde pública (para o que parece ter sido profícua a Barra) logo se principiou a observar, que os campos e ilhas incultas o continuavam a ser, em razão de serem inundadas pela água salgada nas marés, visto a impetuosidade e altura destas, pela proximidade da Barra”.

De acordo com o mesmo autor (loc. cit.), os acontecimentos acima referidos acabaram por provocar “quasi todos os proprietários d’Aveiro se recentirão de huma tão grande perda, principalmente as cazas nobres, muitas das quaes tiravão daquellas propriedades, que perderão, a maior parte da sua subsistência e ostentação”. Dada a extensão da laguna e os efeitos nefastos do estado das ligações entre a laguna e o mar, esta situação era vivida pelas populações rurais que se viam impedidas de transportar até ao mercado da cidade os vinhos e cereais, a lenha, a cal e outros produtos consumidos localmente. Por sua vez, Gomes (1877, 145) assinala o mau estado a que tinha chegado em 1857, quando “por iniciativa de José Estevão, reuniram-se na casa da câmara todos os proprietários de marinhas, a fim de chamarem a atenção do governo para a necessidade do seu melhoramento”, ou já a situação registada em 1873, quando a barra “quasi que podia atravessar-se a vau” (loc. cit., 145).

Após a abertura da barra em terrenos de areia (por isso propícios a novas divagações e à obstrução da embocadura), não se quedaram as obras de beneficiação e embora restabelecido o caminho para o oceano, a água salgada continuava a cobrir as ilhas e as marinhas inundando-as frequentemente e impedindo o seu pleno aproveitamento. Por esta razão prosseguiram os trabalhos de beneficiação durante toda a segunda metade do século XIX, consistindo em melhorias pontuais ou em obras de beneficiação mais alargadas. Entre estas conta-se a construção de um molhe provisório na margem esquerda do Vouga, a reintegração da ria de Mira no sistema lagunar do Norte, a reparação de esteiros, a arborização das dunas, etc. As obras de construção da barra foram ainda assinaladas com a construção do farol da Barra, cuja construção decorreu entre março de 1885 e junho de 1893 (Loureiro, 1904, 78). De acordo com Gaspar (Bol. Municipal de Aveiro, XI, 22, 1993, 18), a defesa desta obra deve-se a José Estevão, que solicitou “a construção de um farol”, entre a barra e os areais de Mira “a fim de que possam evitar-se os naufrágios que tão frequentes se têm tornado nestes últimos tempos, no extenso litoral entre o Cabo Mondego e a Foz do Douro”.

Acompanhando a realização destes trabalhos e à melhoria das condições de salubridade e de povoamento, nomeadamente através da utilização dos

adubos da ria, assiste-se à intensificação das atividades agrícolas e à fixação de numerosos colonos nos areais contíguos. São estes novos povoadores que com a sua dedicação e esforço contribuem para o desenvolvimento da economia local. Daí que tenham recrudescido as "atenções da administração pública" (Cunha, 1959, 30), levando à continuação das obras encetadas bem como à realização de novos trabalhos, nomeadamente o encanamento do leito do Vouga e a construção de um dique na sua margem direita, junto à foz, para sustentar a sua deslocação para sul. Estas obras eram fundamentais para suportar a indústria pesqueira, nomeadamente a da pesca longínqua do bacalhau, que via ameaçadas as suas embarcações à entrada da cale do Vouga.

A luta pela beneficiação da barra de Aveiro foi finalmente consagrada no âmbito da Lei dos Portos (em 1926) que permitiu, a partir de 1930 e até ao final da segunda metade de Novecentos, a fixação da barra nos moldes atuais. Foi uma nova fase do ressurgimento da atividade marítima que correspondeu pela positiva à fixação de diversas atividades no distrito de Aveiro e ao esforço de internacionalização da indústria portuguesa. A este propósito assinalou Rezende (1944, 11) que embora fazendo declinar o movimento de navios, o estado da barra não terá afetado demasiado o tráfego das pequenas embarcações na ria as quais transportando o sal, o peixe e o moliço, "vadeavam constantemente a vasta laguna do Vouga, levando aos esteiros da periferia, um manancial de riqueza, que alastrava e abastecia povoações bastante distanciadas".

A história das povoações ribeirinhas, de Ovar a Mira - como seja o caso da Murtosa cujo crescimento, durante o século XIX, deve-se à intensificação das atividades lagunares - realça a importância deste movimento interior na laguna, entre aqueles dois extremos e de Aveiro à parte terminal do rio Águeda e de outros afluentes. Foi este trânsito lagunar que permitiu a continuidade do comércio entre o norte e o sul, o litoral e as serranias do interior, em épocas marcadas por condições naturais que limitavam a circulação nos esteiros e canais, condicionando o crescimento do burgo de Aveiro e de muitas outras povoações em seu redor. A história local ilustra como esse ressurgimento esteve associado à atividade marítima e lagunar e a uma osmose contínua e profunda entre povos de diversas origens e "o Vouga a fronteira em que as colmeias nórdicas enraizadas estancaram as arremetidas do derrame muçulmano" (Lima, 1968, 87). Assinala ainda o mesmo autor (loc. cit.) ser este o "lugar predestinado para dar ao mundo um exemplo de notável êxito da cooperação étnica das duas grandes culturas e dos dois nobres temperamentos, o oriental e o nórdico, que fundaram e disseminaram por todos os continentes a moderna civilização europeia".

Embora manifestando identidades locais muito próprias estes lugares realçam, no seu quotidiano mais distante, o peso do sistema agrolagunar e a sua ligação às terras baixas da marinha. Foram estas condições que permitiram prolongar, já a longa distância da costa, o caráter anfíbio dos ancestrais habitantes das terras do baixo Vouga.



Bases da evolução do povoado

A análise do povoamento da área lagunar de Aveiro deve ter em consideração a evolução da linha de costa, a fixação de antigos povoadores, as lutas travadas nestes lugares do litoral, outrora defendidas por pequenas torres de defesa dos haveres e das pessoas. Conta ainda com os movimentos de circulação de pessoas e de mercadorias no continente e por via marítima. Neste caso embora os relatos sejam diversificados, não é fácil estabelecer uma data a partir da qual a ocupação humana nas margens do Vouga teve lugar e com ela a exploração dos recursos naturais que permitiram o estabelecimento de relações comerciais com outras povoações do reino ou fora dele, com a Corte e com os povos do norte e do sul do continente europeu.

Documentalmente a doação da viúva e condessa Mumadona Dias “testificada nos meados do século X” assinala que Aveiro vivia “sob o signo do cultivo agrícola e do fabrico do sal” (Gaspar, 1997, 33), atividades que se tornaram crescentes para a importância do burgo de Aveiro como praça comercial ligada ao salgado, à navegação, ao comércio e às pescarias. Isso terá estado na base da evolução das povoações ribeirinhas próximas da foz do Vouga que partilhavam com Aveiro a relevância destas atividades. Esta situação justificou a doação que El-Rei D. Fernando fez a D. Leonor de Teles, sua mulher, "da vila de Aveiro com seu termo e porto de mar, dízimas, portagens, tributos reais, padroados de igrejas, jurisdições, rendas, foros, direitos (...)" (Madahil, 1959.I, 137).

A importância da povoação marítima, animada pelas atividades lagunares e marítimas, foi reforçada com a construção da muralha defensiva por iniciativa, certamente de D. João I, ao que parece depois de um incêndio devastador que afetou a povoação. Estas obras terão sido iniciadas por volta de 1418 (Gaspar, 1975, 15), tendo recebido do Infante D. Pedro grande impulso para o desenvolvimento da vila através das casas que este mandou edificar dentro do perímetro das suas muralhas. As obras, mandadas edificar pelo Infante D. Pedro (1392-1449) – o "Duque de Coimbra, Senhor de Aveiro e Regente do Reino" - valeram-lhe ter ficado registado como o Reedificador de Aveiro e marcam ainda o início de uma nova etapa na vida do burgo aveirense, então devidamente defendido e demarcado do "resto da região" (Silva, 1997, 27). Em simultâneo assinalam a capacidade local de suportar uma população ocupada no comércio e serviços, de alimentar o Convento Dominicano de N^a Sr^a da Misericórdia, pedido ao Papa pelo Infante e de atrair outros moradores mais distantes.

Foi ainda este donatário que concedeu o privilégio à povoação de que “nenhum nobre ou pessoa poderosa se pudesse demorar n’ella mais de quatro dias sem o beneplácito dos seus moradores” (Gaspar, 1975, 15) e que

apresentou ao Papa o pedido para a fundação do Convento Dominicano de N^a Sr^a da Misericórdia, em 1423 (Christo e Gaspar, 1986, 104). Tais iniciativas foram marcantes na vida da povoação pelo que representam em termos de atração sobre as populações vizinhas e pela animação das atividades internas baseadas no movimento fluvial e pelo acesso direto ao mar. Esta nota pode ser corroborada com a lista de privilégios medievos concedidos a Aveiro (Gomes, 1877, 112): “D. Duarte ordenou em 1430 que, durante a feira de março, franca por nove dias, se não podesse prender nenhum criminoso, logo que constasse que viera a ella para comprar ou vender (salvo se na feira cometesse novo delicto), nem citar qualquer por dívidas”. Uma iniciativa importante uma vez que atraía população de pontos distantes da ria que circulavam através desta com as suas mercadorias e que davam à futura Vila um movimento digno de nota.

A importância da povoação e do comércio marítimo que animou Aveiro - a "vila maior do litoral entre o Mondego e o Douro, com uma vitalidade marítima sempre crescente" (Neves, 1997, 23) -, fica assim assinalada pelo comércio marítimo, pela extensão física da povoação e ainda através de novas doações, de construções e de iniciativas que assinalam, desde o longínquo século XV, a intensificação da vida e do "mercado salino que cresce cada dia" (Silva, 1997, 28). Comprovando este tráfego e no que respeita a doações, temos conhecimento da concessão da "dízima alfandegária de diversas mercadorias que viessem ao Reino por determinados portos de mar, entre os quais Aveiro", feita por D. Afonso V, em 1450, a sua esposa a Rainha D. Isabel (Christo e Gaspar, 1986, 223). O crescimento da povoação facilitou ainda o início da construção da Igreja do Mosteiro de Jesus (religiosas Dominicanas), em 1462, cerimónia presidida por D. Afonso V, o Africano, facto quem deu alento à instalação de novas ordens religiosas.

O recolhimento ao Convento de Jesus da princesa D. Joana (entre 1472 e 1490) - e com ela a chegada do seu séquito que por aqui ficou - veio a determinar uma maior atenção régia a esta povoação, facto que foi acompanhado pela princesa que durante a sua permanência terá procurado "defender a liberdade de Aveiro, ante as atitudes menos simpáticas ou as prepotências de estranhos" (Gaspar, 1997, 58) e favorecido o desenvolvimento da vila e das suas atividades comerciais e piscatórias. Recordamos as doações que a Infanta recebeu de D. João II, da vila e ilhas de Aveiro e dos lugares de “Eixo, Requeixo, Vilarinho e outros, e bem assim os maninhos e as dízimas do pescado” (Madahil, 1959.I, 235) e que esta fez ao convento onde se acolhera, bem como as diligências que encetou para a compra de terrenos anexos ao mosteiro com o objetivo de o alargar. A este respeito assinalam Christo e Gaspar (1986, 50) o privilégio concedido, quando da construção do Mosteiro de Jesus, aos caseiros lavradores e marnoteiros do Mosteiro, “que lavrarem seu bens (...) de não pagarem peitas, fintas e outros encargos”.

A chegada de outras ordens religiosas à sociedade aveirense de antanho ilustra a prosperidade da povoação e o contributo dos novos conventos na organização do espaço e na fixação de novos moradores. Não esqueçamos que estes conventos empregavam várias pessoas nos trabalhos de dentro e, sobretudo, nos trabalhos das propriedades vizinhas que faziam parte das doações dos fiéis às ordens e conventos religiosos. Complementarmente, a atenção dispendida pelos monarcas em relação a Aveiro ficou registada através de novas medidas, como a doação feita por D. João II, de "duas propriedades - a quinta de Canelas e a marinha do Puxadouro" aos religiosos dominicanos (Christo e Gaspar, 1986, 79) e a autorização aos pescadores aveirenses (1488) para continuarem a "vender à dúzia o peixe que pescassem" (op. cit., 175).

Transcrevemos uma descrição (Gaspar, 1988, 105) sobre a vida da povoação, em tempos recuados: "o burgo do século XV estava a conhecer um período de grande progresso, graças à atividade dos moradores, ao desenvolvimento da indústria salineira, à proteção real e à vinda de pessoas nobres e ilustres. Os seus habitantes eram (...) uns pescadores e mareantes, outros marnotos e medidores, outros armadores e construtores navais, outros mercadores e comerciantes, outros artífices de construção civil e mesteirais, outros fidalgos, religiosos e clérigos".

Estas referências marcam a importância local das atividades salícola e piscatória, esta apoiada pela indústria de construção naval em estaleiros próximos do canal central da ria. Consta que em Aveiro foram construídas algumas naus e galeões que participaram na expedição de Alcácer-Quibir, facto que atesta a tradição local desta indústria ao longo do tempo e o seu contributo para a manutenção das atividades ligadas à ria e ao mar.

Como foi notado datam de meados do século XVI as notícias dos primeiros desaires sofridos pela barra local devido aos fenómenos de assoreamento que passaram a afetar o crescimento da povoação, dos seus habitantes e atividades. A descrição de A. Costa (1930. II, 1087) ajuda-nos a compreender a dimensão desse fenómeno: "o tempestuoso inverno de 1575, obstruindo-lhe de areias o porto e a barra, deu princípio à sua decadência". Nota ainda o mesmo autor (loc. cit.) que, "com o decorrer do tempo agravou-se tanto esta desgraça, que a barra, pelo movimento das areias, foi removida quinze milhas mais para sul, tornando-se difícil e perigosa; os fertilíssimos campos, que tinham chegado em alguns annos a produzir 30.000 moios de trigo, e as celebradas marinhas, d'onde se tiravam annualmente 12 a 16 mil moios de sal ou se esterilizaram (...) ou alagadas se converteram terrenos pantanosos e insalubres que muito concorreram para que a villa se fosse despovoando".

Dependendo da intensidade das intempéries, o estado da barra foi-se deteriorando progressivamente, em particular com os temporais ocorridos nos anos de 1585 e de 1685, levando à decadência do movimento portuário. Particularmente adversas foram ainda as condições sentidas em 1739, quando

novas cheias cobriram todo o reino (F. Neves, 1947, 25), ou mais tarde quando "um inverno rigoroso e uma cheia extraordinária arruinam novamente a barra e quase a inutilizam", fechando-a totalmente em 1756. Esta situação diz bem das razões naturais que contribuíram para a decadência desta povoação, provocando a miséria geral, as doenças que dizimavam os habitantes e os reveses da classe piscatória ligada já à pesca marítima nos bancos da Terra Nova.

Outros fatores terão igualmente facilitado esta situação: a ruína da frota local no desastre de Alcácer, a ameaça dos holandeses sobre as nossas costas, particularmente durante o domínio Filipino e a mudança dos interesses mercantis para o novo mundo em resultado da colonização e do povoamento destas terras. Confirma-o a descrição de Neves (1985, 47): "não era a pesca do bacalhau do norte Atlântico, nem o Oriente, mas o Brasil, os escravos e o açúcar, a prata e o tabaco, a madeira (...) e, por cá, o sal, o vinho, o pescado". Os sinais de decadência das atividades ligadas ao mar, como o comércio e a pesca, continuaram a afetar esta vila, levando ao afastamento progressivo de parte da sua população.

Referindo-se ao início do século XVII, entre 1619 e 1624, R. e Cunha (1959, 4) dá conta da entrada pela barra de Aveiro de "trezentos navios ingleses, francezes e holandeses, dos quaes 109 carregados de bacalhau e os restantes com carga de ferro, aduela, chumbo, breu, linho, taboado, panos, papel, e outras mercadorias", alguns deles "em lastro para embarcar sal". Observa ainda este autor que "os armamentos para a pesca da Terra Nova teriam já desaparecido, ou estariam em extrema decadência" (loc. cit.). Por sua vez Neves (1985, 102) assinala a importância da colheita das esmoladas do bacalhau recolhidas pela Misericórdia de Aveiro, facto que comprova a permanência da pesca longínqua no porto de Aveiro. Esta terá decaído de tal forma que, por finais de Seiscentos, "até o bacalhau era importado (...) quando cem anos antes era um dos principais fatores de riqueza externa".

A evolução destas atividades coincide com a descrição feita por volta de 1630 pelo geógrafo Pedro Teixeira, que a propósito da Vila de Aveiro escreve: "su población es tan grande como noble mostrando antiguedad en sus edificios, muy rica de trato por la mucha sal que en su puerto se embarca para muchas partes (...) Fabricanse en este puerto, orillas del rio, galeones y navios y otras embarcaciones usadas en este reyno de Portugal muy ligeras que llaman carabelas" (In: Neves, 1985, 47).

Sobre o movimento comercial, F. Neves (1971, 41) dá-nos conta da diversidade de mercadorias transacionadas em Aveiro no termo do século XVII (em 1667), tais como: "pescado fresco, sardinha salgada e bacalhau vindos do Porto; frutas várias, cebolas, queijos, mel, caça, azeite, açúcar, vinho, sal; carvão, lenhas, cera, tecidos, tomento, cabedais (...); louça de Castela, da Beira e de Coimbra, tejolo, telha, vidro; esteiras, palões, gamelas, taboleiros, peneiras, joeiras; lã para sombreireiros, ferro, breu, etc." Tal facto alerta-nos, mau grado o estado da barra, para a importância regional deste

porto situado na “franja de terra que corre de Norte a Sul, entre a cidade de Braga e a vila de Loulé” (Serrão, 1975, 225), a zona mais habitada do país.

A intermitência do movimento portuário, a falta de resolução dos problemas da barra de Aveiro, nomeadamente durante o domínio Filipino, conduz à decadência económica e demográfica registada nesta região ribeirinha durante os séculos seguintes. A crise local e a evolução destas condições geográficas estiveram certamente relacionadas com as primeiras saídas de pescadores da zona lagunar para outros lugares da costa portuguesa: Lisboa, Costa da Caparica, Setúbal, Faro e Olhão ou tão-somente para o vale inferior do rio Tejo. Outros poderão ter tomado lugar nas naus que saíam do Reino, rumando já para outras paragens, engrossando os caudais da emigração.

Apesar destas condições, o reconhecimento de outras situações relacionadas com a sociedade aveirense esteve na origem, logo no início do domínio espanhol, da retribuição da lealdade da povoação ao novo soberano. Então Aveiro foi elevada à categoria de vila notável e transferida para aqui a sede da Comarca de Esgueira. Esta honra não se pode desligar da importância que Filipe II (I de Portugal) conferia à povoação, que desde então passou a gozar “dos privilégios concedidos pelos reis passados destes Reinos à cidade de Coimbra” (Gaspar, 1997, 110). Transcreve-se do mesmo autor (loc. cit.), o reconhecimento desse monarca pelos “serviços que os moradores dela têm feito aos reis meus antecessores (...) e a ser povoada de muitos fidalgos cavaleiros e pessoas de nobre geração”.

Estes são alguns traços da sociedade local, que de acordo com Resende (1944, 233), era então constituída por "homens de letras e homens com riqueza, todos laboriosos, ativos, filhos de alguém que com os seus solares brasonados ou com os seus pergaminhos recônditos em velhas arcas, fizeram florescer a 'nobre e notável vila', marcando no meio das famílias nobres um lugar de primoroso destaque". Mesmo registando sinais evidentes de crise portuária e de decadência da sua população, a vila mantinha outras condições atrativas, sobretudo para os religiosos que se fixaram em novas edificações contribuindo para o alargamento da povoação. De acordo com Amorim (1996, 243), na origem do núcleo destes conventos estaria "uma doação piedosa que captou outras devoções e doações, junta-se a instituição de capelas e ainda os dinheiros provenientes da Índia e do Brasil", ajudados por uma administração cuidada que permitiria a sua sobrevivência. Foi assim durante décadas.

Não esquecer que Aveiro registava já saídas da sua população que noutros locais partilhavam os interesses dos colonos e dos emigrantes portugueses nas terras do Índico, em Vera Cruz e noutras paragens permitidas pelo comércio e navegação marítima. O contributo desta população foi relevante para o incremento posterior dos movimentos emigratórios da população local e de outras populações ribeirinhas, que em momentos de maiores dificuldades decidiram buscar, noutras paragens, os meios mais apropriados para a sua

subsistência. Trata-se de uma história antiga que os movimentos mais recentes de Oitocentos, Novecentos e da actualidade, vieram confirmar.



Cacia



Heráldica da Vila de Cacia

O lugar de Cacia foi associado, por alguns autores, à memória da povoação de Talábriga, cidade que fazia parte da via militar que ligava Aeminium, a Cale. A propósito desta povoação, Gomes (1877, 162) adianta: “é um problema histórico a fundação e o local da antiga cidade de Talabrica (...) uma das 36 cidades tributárias da Lusitania pertencente ao ‘conventus iuridicus’ de Emerita, e que estava situada juncto à margem do Vouga”. A sua localização é referida por Leal (1873, 259) como sendo situada “no sítio atual de Aveiro, não no de Cacia ou Esgueira”.

Prossegue o referido autor afirmando que a mesma terá sido importante no tempo dos romanos, facto que não surpreende tendo em conta os limites da costa que penetrava bastante para o interior da foz deste rio. Tais referências confirmam a antiguidade do povoamento junto ao mar antes ainda do crescimento, para sul, do cordão marítimo e dunar que hoje separa a laguna de Aveiro do Oceano Atlântico. Contudo, a divergência sobre a localização daquela civitas romana mostra o interesse das investigações sobre o povoamento litoral, sobre a variação da linha de costa e a navegabilidade do Vouga que antes do seu encanamento, próximo da vila, tinha um percurso meandrizado diferente do atual.

A memória histórica da vila de Cacia fixa-se próximo da data da formação do reino de Portugal, com uma doação do conde D. Henrique e de D. Teresa aos frades do Convento do Lorvão e no tempo de D. Afonso Henriques, pela doação de várias propriedades em Verba, Valado, Taboeira e Cacia ao mesmo mosteiro. Na época medieval surgem outras referências a Cacia, ao castro de Cacia, bem como a outras povoações mais antigas tais como Sarrazola, Póvoa do Paço, Vilarinho e Quintã do Loureiro, por parte de habitantes possuidores de bens nestas localidades. A Ilha da Testada, no leito do Vouga, faz ainda parte do território de Cacia e aumentava as possibilidades de produção desta

terra. Refere-se Leal (1873. II, 26) que a povoação antiga situava-se numa “bonita, extensa e fértil planície”, com “extensas veigas pantanosas, que produzem arroz e muitos pastos com que se engordam muitos gados, sobretudo cavallar, muar e asinino”. Estas condições naturais vieram a alterar-se com o tempo devido à expansão crescente do parque industrial instalado na freguesia.

Tenhamos em atenção que a proximidade do mar beneficiou a povoação primitiva com as águas salinas a darem origem à exploração do sal, um produto indispensável para a exportação e conservação de alimentos antes da descoberta das técnicas de refrigeração. Por sua vez a localização junto da foz do Vouga, embora trazendo-lhe as dificuldades inerentes ao isolamento em certos períodos do ano, quando as cheias impediam a circulação pedestre, permitia-lhe a pesca destinada aos mercados compradores. Conjuntamente com estes produtos, os minérios de ferro e de cobre explorados nas minas do interior, podem ter constituído carregamento de embarcações oriundas ou com destino a outros portos do Atlântico ou do Mediterrâneo.

As considerações sobre esta terra do baixo Vouga continuam a sugerir a sua missão de celeiro, mas destacam também a sua posição defensiva e militar. Assim, quando da invasão dos franceses a Portugal, refere-nos Gaspar (1998, 147) que dada a sua posição geográfica junto do leito do Vouga, a povoação de Cacia, juntamente com outras localidades situadas na margem esquerda deste rio, como Eixo, Eirol e Lamas, foram “de tal forma guarnecidas pelas tropas anglo-lusas e pela guerrilha dos populares, incluindo elementos do clero, que os franceses, na segunda invasão, não transpuseram o rio”. Tal sucedeu em maio de 1809 e em resultado deste acolhimento, “acossados para o norte e sucessivamente vencidos, tiveram de retirar de Portugal” (loc. cit.).

Note-se que esta freguesia do concelho de Aveiro esteve integrada no concelho de Esgueira até à sua extinção, em dezembro de 1836. Reconhecida ainda pelas atividades agrícolas e criação de gado, que beneficiaram dos solos de aluvião regados pelas águas da ria e do Vouga que atravessa a freguesia e embora vocacionada para a atividade agrícola, Cacia foi escolhida para sede da fábrica da Companhia Portuguesa de Celulose, empresa constituída em 1941 e cujo início de laboração data de 1953. Durante décadas esta foi uma das unidades fabris responsável pela produção de pasta de papel, especialmente para exportação. Sendo conhecida como indústria poluente, os efeitos da construção desta infraestrutura alteraram o equilíbrio ambiental do Baixo Vouga nos solos, nas culturas e na vida animal. Equilíbrio este que o tempo, o esforço humano e algumas obras hidráulicas tendem a minimizar depois dos danos causados ao ambiente natural.

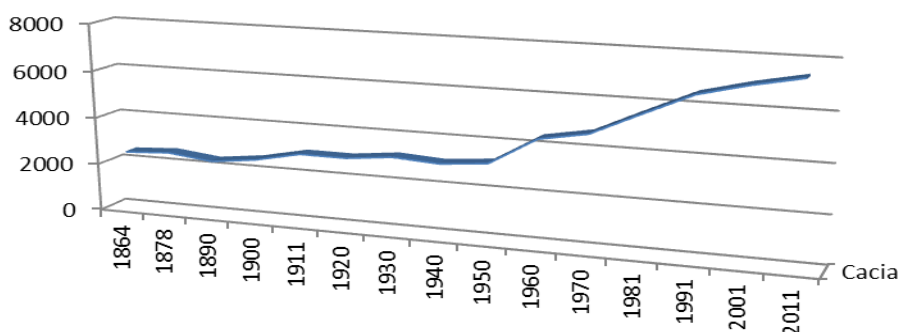
Ao tempo em que Sarabando escreveu (1966, 139) outras causas, certamente ligadas à emigração, justificavam o seguinte testemunho:

“Adeus, terra de Cacia,
mal de ti nunca direi;
até quando Deus quiser,

não sei se cá voltarei”.

Esta a marca que fica desta antiga vila cuja localização próximo do porto de Aveiro, da linha de caminho de ferro e da abundância de caudal para alimentar a antiga indústria de fabrico de pasta de papel, alterou por completo a paisagem e a vida dos seus habitantes. Contribuiu, igualmente, para uma variação dos seus moradores que em épocas distintas e seguindo a evolução da atividade industrial acabou por se fixar dentro dos limites deste território. Esta a tendência que tem prosseguido na atualidade apesar das dificuldades de circulação interna causadas pela construção de novas vias rápidas no termo desta autarquia.

Figura 5 – Cacia: evolução da população



As unidades industriais e serviços instalados no seu termo e a proximidade de Aveiro justificam o crescimento demográfico mais recente registado nesta freguesia e nos diversos lugares que dela fazem parte. Isso o demonstra o acréscimo de quase quatro centenas de habitantes entre 2001 e 2011, elevando nesta data a população residente para cerca de 7,4 milhares de cidadãos, distribuídos pela sede e por outros lugares mais populosos: Quinta do Loureiro – 1503 hab.; Serrazola – 1241 hab.; Póvoa do Paço – 915 hab.; Cabeço – 826 hab.; Vilarinho – 561 hab. A sede da freguesia, Cacia, registava 2231 moradores.



Cidade de Aveiro



Heráldica da Cidade de Aveiro

A posição do burgo de Aveiro e o sítio onde se implantou o lugar facilitaram o seu crescimento, o qual foi sempre dependente do estado da barra do Vouga e das acessibilidades marítimas, portuárias e terrestres. Por isso, tal como sucede em muitas outras cidades ligadas ao mar, o conhecimento geográfico desta cidade lembra o enunciado das teses deterministas de Ratzel relacionadas com o peso dos fatores físicos e naturais presentes na vida de Aveiro, sobre a atividade das suas gentes e as suas manifestações e interesses sociais e culturais. Assinala Cunha (1959, 3) que “as antigas populações que se estabeleceram nas margens do pequeno mar interior que deu origem à Ria de Aveiro, aproveitando os recursos que lhes forneciam os terrenos férteis e as águas piscosas, orientaram definitivamente a atividade das gerações futuras”.

Fazendo fé de que “o homem é um produto da superfície da terra” (Ribeiro, 1970, 72), também é verdade que a humanização da paisagem nesta área ribeirinha comprova uma longa e persistente ação do homem que aqui introduziu “transformações profundas e formas inteiramente originais” (op. cit., 74) ou seja, que soube ser mais agente do que produto, mais ator do que consumidor, mais produtor do que simples recolector. Entende-se assim o contributo da ação antrópica como um dos demais fatores geográficos - juntamente com o relevo ou clima -, e o seu grande feito na alteração deste ambiente natural. Por isso a povoação de Aveiro, como as demais povoações próximas da laguna, mostra que as condições naturais foram determinantes para a sua afirmação como terra de acolhimento para os que aqui nasceram, para as populações vizinhas e para outros habitantes mais afastados que para aqui se dirigiram ao longo de séculos.

A evolução de alguns aspetos do crescimento desta Vila serve para recordar que apesar das condições adversas relacionadas com o estado da barra e a decadência do seu comércio marítimo, foi no tempo de D. José que um facto político deu origem a que Aveiro viesse a aceder ao estatuto de cidade. Ficou relacionado com o atentado de que foi vítima o monarca, em 3 de setembro de 1758, no qual terá estado envolvido o Duque de Aveiro (?). Em resultado desta ocorrência a Câmara da Vila, logo no ano seguinte prestou juramento de fidelidade ao monarca, afirmando que “não queria continuar a

ter por donatário o duque de Aveiro, o homem que havia atentado contra a vida do seu rei e senhor" (Christo e Gaspar, 1986, 43).

Este gesto terá sido do agrado do monarca que em sinal de apreço emitiu, em 11 de abril de 1759, um alvará de nomeação a cidade dando-lhe o nome de Nova Bragança, "não só porque os aveirenses assim o requereram, mas para fazer esquecer o título do duque de Aveiro, título que ficou extinto com a execução de D. José de Mascarenhas" (Quadros, 1984, 32). Esta designação acabou por não se impor ou ficou mesmo desconhecida uma vez que, de acordo com Gaspar (1964, 38), o próprio vigário de Nossa Senhora da Apresentação deixou escrito que nessa ocasião el-rei deu a Aveiro a mercê de "cidade do mesmo nome".

Para melhor esclarecimento transcreve-se parte da carta de elevação de Aveiro a cidade, datada de 30 de setembro de 1759 (Madahil, 1959. II, 586):

"Dom Jozé por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algaruez daquem e dalem Mar em Africa Senhor da Guine, e da Comquista Navegação Comercio da Athiopia Arabia Perçia e da India, etc. Faco Saber Aos que esta Minha Carta virem que eu fui servido Mandar passar o Aluara do thior seguinte:

Eu ElRey faço saber aos que ezte Meu Aluara virem que Conciderando Eu a situação Natural Povoação e Circunstancias que ComCorrem Na villa de Aueyro e Nos Seoz Habitantez e folgando pellos ditos respeitos e por Outros que inclinarão a Minha Rial begniguidade de lhes fazer honrra e Merçe. Hey por bem e me praz que a dita villa de Aueiro do dia da publicação dezte en diante fique ereta em Cidade e que tal Seja deNominada e haja todos os privilegios e Liberdades de que deuem gozar e gozão as Outras Cidadez dezte reino, Comcorrendo com ellaz em todos os Atos publicoz e vzando os Cidadãos da Mezma Cidade de todas as diztincoiz e prehinencias de que vzão os de Outras Cidadez (...)."

Com a subida ao trono de D. Maria I, a cidade retoma a antiga designação. Ao mesmo tempo, embora o comércio local tenha continuado a sofrer com a deterioração do estado da barra, a cidade manteve no seu termo um grande número de casas senhoriais pertencentes à nobreza (Neves, 1984, 19), que vivendo dos rendimentos fundiários e eventualmente do ouro do Brasil, mas geralmente fiel ao poder real, foi assegurando uma certa prosperidade à povoação. O mesmo permitiu a implantação dos novos conventos que nessa época continuaram a fixar-se no termo da cidade, como foi o caso dos Carmelitas Descalços de N^a Sr^a do Carmo (próximo do lugar de Sá) e com o Recolhimento de São Bernardino (no perímetro do "cimo de vila").

Uma nota sobre Aveiro datada de 1762 (Castro, 1762, 31) descreve a cidade e os seus arredores: "Desagua aqui o rio Vouga, e fica a barra distante da Cidade três léguas: he larga na boca, e chega a ter em preamar vinte e quatro palmos de água de alto, porem he mudável, por ser de arêa. Corre da ponta da barra até a Villa de Ovar hum canal profundo pela distancia de sete léguas, e retalhando a terra com vários braços, e esteiros no âmbito de quinze

léguas, se reparte em muitas penínsulas, e lizirias, onde se fabricação marinhas de sal claríssimo, e se cultiva todo o género de lavoura”.

Beneficiando da proteção régia, foram dados os primeiros passos na industrialização da cidade com a concessão de alvará (1765) para a instalação de uma fábrica de algodão, estamparias e tecidos (Christo e Gaspar, 1986, 239) e em 1775, com a construção da fábrica de louça fina do Cojo que por volta de 1790 mereceu de D. Maria I, "a graça da isenção de direitos na entrada nas alfândegas do País, para todos os materiais de que carecesse" (Christo e Gaspar, 1986, 172). No entanto o estado global da cidade era bastante precário havendo necessidade de diversas obras que foram inventariadas num 'Aviso' elaborado pelo secretário de Estado de D. Maria I e no qual constavam: "melhoramentos na barra, no cais e no esteiro da Ribeira e do Cojo, até às meras reparações no aqueduto da fonte da Praça, nos paços do Concelho e na cadeia pública" (op. cit., 315).

Estamos em crer que estas iniciativas, juntamente com o declínio do comércio que afetava a vida económica da cidade - assente na indústria e comércio do sal, pesca e secagem do bacalhau, pesca lagunar, construção naval, cultura do arroz, indústrias de cerâmica, telha, louça e adobes, e ainda na serração de madeiras e construção naval - incentivaram novos pedidos da Câmara para se proceder às obras de abertura da barra e à dinamização do comércio marítimo. A sua quebra afetava não só as atividades locais mas também a região envolvente de Coimbra, Bairrada, Ovar e do Porto de onde provinham, respetivamente, louças, vinhos, sardinha salgada e vinhos. Note-se que além das atividades já descritas o termo de Aveiro era rico em explorações de minério tais como volfrâmio, estanho, chumbo, carvão, ferro e caulino, que faziam parte do leque de produtos a exportar para o exterior. Por isso uma vez mais, em 1791, a Câmara local resolveu "representar a Sua Magestade sobre a grande precisão de um canal ou desaguadouro, por onde saíssem para o mar as imensas águas que aqui se juntavam na ria e aqui se demoravam" (op. cit., 191), tarefa que terá sido executada no ano seguinte com a abertura de "uma barra ou regueirão" junto da capela de N^a Sr^a das Areias, em S. Jacinto (op. cit., 94).

A imagem da cidade de Aveiro desde a sua proclamação até meados do século seguinte não é a de uma povoação próspera, mas sim de uma terra em decadência, como o demonstram os valores da população residente que em meados do século XVIII, não deveriam ultrapassar os 3,5 milhares de habitantes. Assinala Amorim (2000, 612) que Aveiro era afetada por uma quase insularidade resultante da sua localização geográfica, afastamento da estrada real e acessível sobretudo por via marítima quando as condições de circulação interna tornavam impraticável o acesso através dos pauis, esteiros e dos cursos de água em seu redor. Por isso só a partir de meados de Oitocentos, com a estabilização política e social da sociedade portuguesa é que se começam a sentir esses efeitos através do crescimento da sua população e atividades: a população quase que duplica nesse período e a vida

económica indicia sinais de crescimento, reclamando obras e benefícios coletivos que suportassem esse tão almejado desenvolvimento.

É assim que nos finais do século XIX a cidade assiste a um surto de construções que se vai prolongar pelo século seguinte, dando origem uma nova etapa do crescimento urbano e industrial. Das obras então levadas a cabo destaca-se a construção do Liceu de Aveiro (1855-60), do Teatro Aveirense (1881), da Escola Industrial (1894) a que se seguem, no início do século seguinte, muitas outras obras de interesse público tais como o Governo Civil, o Jardim Público e depois o Tribunal, o novo Hospital e a Universidade. A este respeito Rodrigues (1998) dá conta da evolução das novas edificações na cidade de Aveiro, em particular na primeira década do século passado, em contraste com o que sucedera em décadas anteriores. Entre estas existem algumas que sobressaem pela utilização de “elementos da gramática decorativa Arte-Nova nas frontarias” (op. cit., 307).

Estas edificações fazem parte do movimento Arte Nova, que se desenvolveu nos finais de Oitocentos e que “teve o seu auge de criatividade na década subsequente”, resultando “das transformações sócio-culturais que tiveram lugar na Europa, mas também nos EUA, onde a expansão industrial resultou na criação de riquezas concentradas nas novas cidades industrializadas” (C.M.A., 1999). Este novo estilo, de que faz parte o edifício sede da Assembleia Municipal de Aveiro, é um dos muitos exemplos que integram o roteiro de edificações desta natureza existentes na cidade.

O intenso movimento de construção na cidade de Aveiro durante a primeira década de Novecentos é assinalada por Rodrigues (2010, 43), que faz notar: “a cidade transformou-se num estaleiro”, com “uma acentuada desruralização do espaço e da paisagem urbana”. Ao mesmo assunto refere-se Neves (2000, 57) e à construção de diversos edifícios na cidade e seus arredores, símbolos das casas da burguesia. Apesar da guerra o surto de construção urbana vai prosseguir durante o primeiro quartel do século e encontra-se representado na construção de novas artérias urbanas, da que a Av. Lourenço Peixinho constitui um bom exemplo.

Sobre a vida em Aveiro diz-nos Leal (1873, 272) que as condições naturais desta terra e da sua região permitia aos “povos aveirenses (...) ser dos mais industriais, ricos e felizes de todo o reino”. Contudo acrescenta o referido autor (loc. cit.) que “estão, porém, muito distantes da felicidade e ainda mais da riqueza, por desaproveitarem os recursos que a natureza lhes poz á mão”. Estes eram os recursos que vinham da exploração da ria e do solo, do labor das suas gentes e atividades, do comércio e da circulação de mercadorias transportados pelos almocreves e outros que percorriam os canais da ria, as estradas de Macadam e o caminho de ferro que de Aveiro seguiram para o interior da Península e para outros locais da região norte e centro do país. Disso nos dá conta o esforço desenvolvido na construção das vias de acesso à cidade, a partir de meados de Oitocentos.

Transportadas igualmente pela navegação marítima, as mercadorias de Aveiro chegam a outros portos e percorreram as rotas conhecidas ao longo das costas do oceano, para o norte da Europa e para outros destinos distantes de África e do novo continente que faziam parte do roteiro dos comerciantes e navegadores portugueses de antanho. Estas foram algumas das atividades que acompanharam a evolução da cidade de Aveiro antes da sua industrialização e sobretudo da terciarização crescente que hoje lhe dá vida e que atrai novos equipamentos, serviços e habitantes, sobretudo a partir do arranque da revolução industrial. De então para cá a cidade sofreu alguns impulsos que lhe foram dados pelas obras do complexo portuário, pela reativação da função piscatória, pela sua afirmação como centro administrativo, pela emigração e, mais recentemente, pela ampliação da rede escolar e universitária e criação de uma nova rede de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias.

O conjunto destes fatores veio alimentar uma maior fixação da população residente e a expansão da área urbana que soube aproveitar os terrenos agrícolas e em pousio social, no interior e nas suas margens, para implantar novas áreas residenciais e de serviços. A cidade cresceu e com ela diversificaram-se as suas funções; a mancha construída alargou-se e com ela surgiram novas vias de circulação interna e periféricas; a população aumentou e isso implicou a criação de outros equipamentos e serviços; diversificaram-se as atividades produtivas e de lazer e com elas surgiram novas rotas de circulação que reforçam as antigas vias de comércio que serviam a cidade lagunar do baixo-Vouga.

Como as demais cidades litorais, a fixação de habitantes continua a privilegiar os centros urbanos de maiores dimensões que revelem capacidade de permitir aos seus residentes e visitantes as condições de vida favoráveis ao crescimento, ao emprego e qualidade de vida e que anteveja alguma prosperidade futura. No caso vertente, esta tende a assentar na consolidação de novas iniciativas empresariais, nas redes de conhecimento e na inovação que configuram certos empreendimentos levados a cabo neste Município. Mais ainda, na consolidação de um projeto de desenvolvimento comum aos municípios que integram a CIRA e na afirmação da sua rede urbana, tornando-a mais coesa entre si e promotora da fixação de novos residentes e atividades. No esforço conjunto de valorização da Comunidade Interurbana de Aveiro, a página oficial da Região de Aveiro, a propósito da sua participação no RUCI, regista o seguinte⁷:

“O Programa Estratégico da candidatura às Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, visa construir, consolidar e/ou ativar dinâmicas coletivas de desenvolvimento urbano da rede de cidades e principais aglomerados populacionais da região de Aveiro, a qual se designou de

7 In: http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29289&projectoId=12, 11FEV15

Comunidade Interurbana de Aveiro. Aposta num modelo de inovação focado em novas áreas de procura emergente – economia sustentável, economia criativa e cuidados de saúde e bem-estar – sustentado na promoção do empreendedorismo e de uma comunidade bem informada. Neste sentido, a materialização da estratégia engloba quatro áreas temáticas (A) e onze projetos (P): três áreas de inovação, que respondem a grandes desafios da sociedade contemporânea; e uma área transversal que garante o desenvolvimento e a consolidação da atitude empreendedora. As três áreas de inovação (A1, A2 e A3) constituem novas agendas comprovadas e estimuladas pelas orientações de política pública da Comissão Europeia e respondem a grandes desafios globais assentes no desenvolvimento de estratégias com tradução ao nível local.”



Clima

A importância do clima na vida e nas atividades da população manifesta-se na ação direta dos seus elementos - temperatura, precipitação, pressão atmosférica, vento, humidade, nebulosidade, insolação - e, ainda, na ação dos fatores que os condicionam - latitude, relevo, proximidade e afastamento do mar, correntes marítimas, circulação geral atmosférica. Dada a sua localização, o território de Aveiro faz parte do Noroeste português, unidade geográfica fortemente afetada pelos ventos marítimos dominantes de Oeste e do Noroeste, originários da faixa de anticiclones subtropicais que no seu trajeto marítimo são carregados de humidade. Quando atingem o continente estas massas de ar, transportadas pela circulação geral atmosférica, dão origem a precipitações que na área em estudo atingem valores pouco superiores aos 900 mm/ano. A sua maior incidência regista-se, de novembro a janeiro e os mínimos, em julho e agosto.

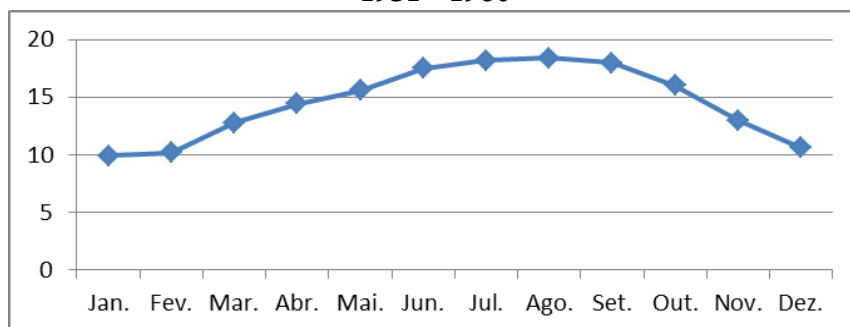
Dada a proximidade do oceano as temperaturas médias anuais são moderadas, próximas dos 14,6°, coincidindo as temperaturas extremas com os meses de inverno (cerca de 10°) e de verão (por vezes superiores a 30°). O número anual de horas de insolação é elevado, da ordem das 2500 horas anuais. As amplitudes térmicas diárias são reduzidas, da ordem de 7° e os valores de humidade do ar oscilam entre os 79% e os 88%, como resultado quer da evaporação permanente da toalha líquida da ria, quer da ação dos ventos dominantes do quadrante marítimo, sobretudo evidentes no final da primavera e nos meses verão, o que torna os traços atlânticos mais acentuados.

Nestas estações são os ventos marítimos que servem para amenizar as temperaturas mais elevadas sentidas nas zonas balneares quando “apenas as brisas marítimas encham de névoas o litoral sem que caia uma gota de água”

(Ribeiro, 1970, 297). Como observa este autor (loc. cit.), nas estações seguintes a faixa de “ar seco e límpido das latitudes subtropicais (...) desce de inverno, e sucede que os ventos atlânticos varrem e regam toda a terra portuguesa”. Nalgumas circunstâncias porém, tal como sucede nas áreas do interior, são os ventos secos que sopram do continente europeu que acentuam as condições mais agrestes que fazem alterar as temperaturas locais.

Prossegue afirmando (loc. cit.): nas estações seguintes a faixa de “ar seco e límpido das latitudes subtropicais (...) desce de inverno, e sucede que os ventos atlânticos varrem e regam toda a terra portuguesa”. Nalgumas circunstâncias, porém, tal como sucede nas áreas do interior, são os ventos secos que sopram do continente europeu que acentuam as condições mais agrestes que fazem alterar as temperaturas locais.

**Figura 6 - Temperaturas (°C) médias anuais (Aveiro/Barra):
1931 - 1960**



Fonte: O clima de Portugal (1970)

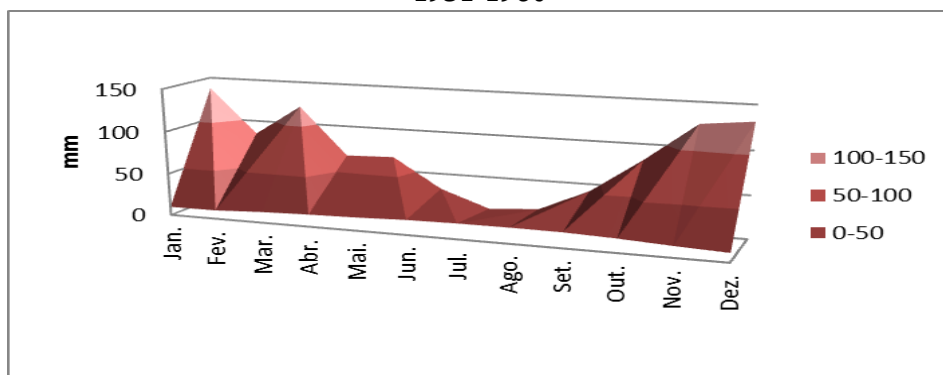
Apesar da sua localização - latitude: 40° 38' 18" N e longitude: 8° 39' 09" W - os fatores assinalados tornam a temperatura amena, facultando a vida humana, expressa na própria paisagem, onde se combinam os traços da influência atlântica com certas afinidades de natureza mediterrânica que se acentuam a sul da Beira-Mar. São estas condições que chamaram a atenção de cientistas e escritores, como a Saramago (1999, 121), que na sua viagem a Portugal dá conta do Sol, que “mesmo antes da sua hora, escondeu-se por trás duma bruma húmida que pairava sobre o mar”. Mais ainda, “bruma foi ela que na manhã seguinte todo o céu estava forrado de cinzento, a atmosfera fria e crespa”, e como remata a concluir, “um dia de sol, um dia de névoa, de tudo se precisa para fazer um homem” (op. cit., 124).

Às condições climáticas descritas acresce, junto à costa, a ação das correntes marítimas de sentido norte-sul, determinadas pela circulação geral atmosférica e influenciada na nossa latitude pelo Anticiclone dos Açores e pela divergência dos ventos que daí decorre. Esta corrente, que corresponde a uma ramificação da corrente quente do Golfo, além de tornar mais amenas as temperaturas médias, tem efeito benéfico sobre as variedades piscícolas existentes nos bancos pisqueiros do Atlântico, favorecendo a sua reprodução e captura. Estas condições marítimas fazem-se ainda sentir na temperatura

média das águas, que aumentam de norte para sul, bem como na sua salinização o que levou ao favorecimento da produção do sal nas margens mais meridionais da costa portuguesa.

Por outro lado dada a localização deste território na unidade estrutural da Orla sedimentar ocidental, a cobertura vegetal dominante manifesta-se na presença de diversas espécies lenhosas, em particular de pinus pinaster, favorável à fixação de areias de duna junto da costa e às plantações recentes de eucalipto nas encostas mais íngremes. Contudo os incêndios da região, destruindo a vegetação rasteira e não só, têm vindo a agravar as condições de erosão das encostas facilitando a escorrência direta das águas pluviais e o empobrecimento dos solos. Já nas áreas mais húmidas persistem manchas de choupos e de salgueiros, sendo cada vez mais raros os carvalhos e os castanheiros que testemunham a diversidade de formações vegetais que as queimadas recentes ou o mercado da pasta de papel têm vindo a contribuir para a sua redução.

**Figura 7 - Precipitação total (Aveiro/Barra):
1931-1960**



Fonte: O clima de Portugal (1970)

As culturas agrícolas estão adaptadas aos solos de natureza arenosa dominantes, que nesta faixa do litoral foram enriquecidos por materiais orgânicos extraídos da ria de Aveiro, o moliço e o escasso, por estrume de origem animal ou já por compostos inorgânicos. À fertilização incorporada por estes produtos junta-se a irrigação abundante, que é uma característica desta área litoral. Estas condições determinam uma intensa ocupação do solo e uma desigual distribuição da população, conduzindo a uma diferenciação dos seus modos de vida e representados, até há poucas décadas, pelas atividades do setor primário. A mesma situação manifesta-se também na alteração dos padrões do crescimento económico que vieram esbater a poderosa influência do clima nas atividades rurais da sua população, nas culturas dominantes dos campos e das courelas e na riqueza fundiária que deram vida aos casais, às quintas e à subsistência diária de muitos moradores da região.

As condições naturais e de clima permitem um aproveitamento intensivo do solo, formas diversas de povoamento - com particular destaque para a sua dispersão-ordenada - e uma configuração irregular das povoações - povoações lineares, cruciformes e estreladas (Girão, 1941) -, cujo traçado vai coexistindo com o crescimento das aglomerações urbanas que a ritmo acelerado tendem a ganhar novos espaços rurais e em pousio social e a alargar a mancha de betão já construída. Esta, sim, assemelha-se a um polvo marinho e em crescimento que ameaça as formas primárias do ordenamento do território e tem vindo a pôr em causa a capacidade da carga humana instalada.

Aqui, como noutras áreas urbanas, as aldeias e casais há muito que perderam os seus limites tradicionais, contribuindo para o alastrar contínuo da mancha construída, agravando assim os encargos sociais e autárquicos decorrentes da implantação e manutenção de novas infraestruturas básicas que assegurem o bem-estar e a vida dos moradores. Esta é uma velha questão ligada ao ordenamento do território: o de concentrar as manchas residenciais de forma a reduzir os custos da construção e da manutenção das infraestruturas básicas ou permitir que a dispersão do povoamento venha a agravar esses mesmos encargos e os custos inerentes à sua utilização.

Sendo estas as condições naturais e a situação de parte do Município de Aveiro, importa ter em atenção a evolução das condições climáticas na actualidade e os seus efeitos sobre os processos erosivos e de sedimentação na costa, bem como nas bacias de drenagem dos cursos de água que drenam esta área. As cheias e inundações, outrora periódicas e frequentes no baixo Vouga, podem vir a constituir-se como um cenário frequente em todo o litoral português conseqüente às alterações que estamos vivenciando. Trata-se dum cenário considerado pela União Europeia⁸, através do European Flood Action Programme e das ações nele previstas relacionadas com a prevenção, protecção, preparação e informação das populações ribeirinhas sobre os riscos associados às derivas do clima.



Comércio e serviços

Tendo em conta o mapa geográfico do litoral português verifica-se como as relações marítimas e portuárias, juntamente com a atividade piscatória, estiveram na origem do crescimento das principais povoações litorais. No caso de Aveiro foram essas ocupações que se afirmaram à medida que a vila e depois a cidade chamou a si um conjunto de funções administrativas, judiciais, militares, religiosas e outras. No seu conjunto as ocupações e os serviços obrigam a deslocamentos dos habitantes dos arredores para o centro,

8 http://ec.europa.eu/environment/water/flood_risk/flood_risk.htm, em 15OUT13

alimentando o comércio fixo e de retalho que pelo menos desde há oito séculos tem vindo a concorrer com as feiras e mercados que fazem parte integrante da vida da cidade e de algumas povoações do seu concelho.

Disso nos dão conta Christo e Gaspar (1986, 104) que relatam o pedido de autorização apresentado a El-Rei D. Duarte, em 1434, para a realização de uma feira anual "que começará o primeiro dia de maio e durará até ao dia de S. Miguel". Trata-se da "feira franca" de Aveiro. Por sua vez, Leal (1873, I, 260) assinala uma outra, "no primeiro dia de novembro" e um mercado "no último dia de cada mez". A feira anual, em novembro, era realizada em Esgueira. A este respeito faz notar Silva (1997, 122) o empenho no desenvolvimento económico desta terra e a atitude avisada do Infante D. Pedro, que ao tempo revelava já "uma determinada concepção económica que procurava, ao estimular a actividade mercantil e a circulação de produtos, revitalizar os circuitos económicos e incrementar o povoamento".

Ainda no concelho é célebre a feira dos 28, em Aveiro e a feira de Oliveirinha (a 21 de cada mês). Igual importância tem a feira de Eixo (no dia 3 de cada mês), a qual "teve princípio a 3 de outubro de 1855" (Leal, 1873, 13). Escreve ainda este autor (loc. cit.): "O local d'esta feira é dos melhores do reino, e a feira muito concorrida de gado vaccum e suíno". Para tanto não terá sido alheia a construção da Estrada de Aveiro a Águeda a qual, no dizer deste autor (op. cit., 281), "concorreu poderosamente para o desenvolvimento da agricultura, indústria e commercio dos povos d'estes sítios".

As vias de comunicação e os transportes vieram beneficiar o crescimento da cidade que fica assinalado pelo aumento da mancha urbana, pelo acréscimo da função residencial e por outras funções que se vão instalando no seu interior. Destas, a atividade comercial acompanhou o movimento diário dos moradores e veio a ocupar os espaços construídos, adaptando-se às necessidades da povoação residente ou da população móvel que periódica ou ocasionalmente converge para o centro urbano. A evolução das atividades terciárias deu origem a uma vida comercial representada pelo comércio de retalho, bastante diversificado (sobretudo de frequência diária, como o alimentar, mas também ao comércio ocasional de vestuário, produtos diversificados para o lar e pessoais) e pelo comércio especializado e de consumo, igualmente com grande difusão urbana.

Alterações da mobilidade interna e de política de ocupação dos solos têm levado ao esbatimento da circulação pedonal em algumas artérias e à quebra do setor comercial em diversos quarteirões urbanos, nomeadamente o comércio a retalho e o comércio tradicional. Para além deste equipamento, o terciário urbano é ainda composto por serviços pessoais e de recreação, serviços públicos e administrativos, gabinetes de apoio financeiro e técnico especializados (nomeadamente no domínio da saúde), que no seu conjunto enriquecem a extensão e a valência das funções centrais (Gaspar, 1972) que concorrem para reforçar a área de influência deste aglomerado urbano.

A cidade de Aveiro surge, portanto, como um lugar central dotado de boa acessibilidade e de uma capacidade de atração que ultrapassa largamente os limites do seu concelho. Tal não nos surpreende uma vez que tratando-se de uma antiga sede do distrito, Aveiro apresenta uma área de influência que atinge, no caso de alguns bens centrais, os municípios mais próximos. Confirma-se assim, como escreveu O. Ribeiro (1994, 151), que Aveiro é um centro de trocas de alguma dimensão que se poderá notar através da "amplidão da sua área de abastecimento e na irradiação dos produtos que fabrica ou distribui".

A situação geográfica desta cidade reduz a sua dimensão funcional, dada a proximidade a outros centros urbanos de grau superior e que concorrem no traçado da respetiva área de influência. É o caso do Porto e da sua área metropolitana e de Coimbra. Razão tem J. Gaspar (1993, 79) quando assinala que "Aveiro não se desenvolve como uma grande cabeça, contribuindo para o crescimento de outros centros que, à volta do sistema deltaico da ria e do Vouga, tendem a especializar-se: Ovar, Murtoza, Águeda, Ílhavo, Vagos". É esta constelação de pequenos centros, gravitando em alguns dos seus aspetos em torno do centro urbano principal que reforça a importância de Aveiro, não como cidade isolada, mas polarizando uma incipiente mas não desprezível área urbana.

Vejam os mais alguns aspetos referentes às funções centrais e aos bens disponíveis neste centro. O seu levantamento realça a importância da hotelaria e da restauração, indispensáveis ao turismo que constitui um dos fatores de desenvolvimento de toda esta sub-região ribeirinha. Diferentes fatores conjugam-se para este efeito: por um lado a natureza lagunar desta área, que oferece nas suas paisagens e atividades tradicionais um dos primeiros produtos turísticos da região; por outro, a diversidade do património construído que assinala as diversas etapas históricas da evolução da nossa sociedade. Para além destes aspetos as inúmeras tradições piscatórias locais (marítimas e lagunares) e a proximidade à região serrana, banhada pela bacia do Vouga, permitem um enriquecimento notável do património cultural de toda a bacia deste rio (relacionadas, sobretudo, com a etnografia e as tradições gastronómicas), bem representado nas diversas componentes urbanas da cidade. Também as obras portuárias de beneficiação recente, bem como a construção de novas vias rodoviárias que servem este centro, aproximando-o do interior da Península Ibérica, vieram reforçar a centralidade de Aveiro e favorecer o incremento de outras atividades lúdicas relacionadas com o lazer e o turismo, os desportos náuticos e a navegação de recreio.

Estes considerandos sugerem a leitura de Lopes (1971, 21) que a propósito do conceito de base económica urbana, nota a importância da cidade como uma "comunidade humana localizada no espaço a qual para existir, tem de importar bens do mundo exterior. Em consequência, a 'base' da sua economia, vai assentar nos seus habitantes e em todos os restantes elementos cujas atividades permitem à cidade pagar as importações". Foi

assim ao longo de séculos em que se regista uma evolução da sociedade local, a qual revela diferentes estádios do desenvolvimento económico e social assentes nas atividades de subsistência, no crescimento das atividades agrícolas, no desenvolvimento e revolução técnica, na construção de diversas infraestruturas e no incremento do comércio. No seu conjunto estas serviram de base ao lançamento da economia moderna e de consumo de massa que acompanham os níveis de vida e de bem-estar da população residente.

Estas referências servem para se compreender a evolução do comércio a nível urbano e na área do município onde se regista a presença de diversos tipos de comércio diário, ocasional e excepcional, bem como o comércio ambulante das feiras e mercados. Tendo em atenção o caso do comércio urbano, importa realçar que a sua diversidade e localização anda associado às funções regionais desempenhadas pelo centro urbano e à sua morfologia interna, privilegiando os eixos de maior circulação e densidade populacional. Esta a imagem que nos fica quando analisamos a sua distribuição na cidade, bem como a sua categoria e especialização. Disso nos deu conta o Plano Director da Cidade de Aveiro (1964), que ao tempo inventariou 695 estabelecimentos na área urbana, dos quais 219 de tipo diário (173, de produtos alimentares) e 476 de tipo ocasional, excepcional e de vendas por junto (dos quais, 46 de produtos alimentares; 359, diversos e 71, de venda por junto).

A data em que este levantamento foi realizado não estavam ainda em curso as grandes mutações operadas no setor, quer pela introdução de novos produtos e estabelecimentos, quer pela construção de grandes superfícies comerciais dentro e fora do perímetro da cidade e que depois da 2ª guerra mundial foram incorporados na estrutura urbana (Salgueiro, 1989, 151). Diz-nos esta autora (op. cit.) que “o centro de comércio e serviços de um núcleo urbano, que tradicionalmente se desenvolvia em volta de uma praça e de umas quantas ruas, tende a ser substituído nas novas urbanizações por um ‘centro comercial’ coberto”, dotado de infraestruturas tais como parques subterrâneos e lojas diversificadas, que permitem uma maior afluência de pessoas a esse local.

A implantação destes novos equipamentos na cidade de Aveiro é uma realidade sendo os mesmos considerados nos planos de ordenamento urbano e a sua instalação facilitada em áreas de maior acessibilidade, dentro e fora da cidade. Com estas iniciativas estes novos locais de comércio passaram a ser considerados a “espinha dorsal da distribuição dos lugares de várias dimensões pelo território, bem como da organização intraurbana” (op. cit., 153), ditada por critérios de dimensão, centralidade, potencial demográfico e área de influência. Note-se como a procura destas catedrais de consumo, como são as grandes superfícies comerciais, confirma uma certa função social destes centros que promovem o convívio entre as pessoas, a animação dos lugares e a criação de espaços lúdicos, tornando-se um elemento estruturante da cultura urbana. Por isso autores há que os consideram como “a versão moderna dos mercados ao ar livre” (loc. cit.), das feiras e dos mercados locais,

com a sua ambiência e contactos pessoais. E a sua deslocação para a periferia das cidades acabou por interferir no conceito da própria cidade (Cadima Ribeiro, 1998), na reconfiguração das suas funções e atração e nos hábitos dos seus moradores.

A abertura do mercado a grandes cadeias internacionais tem vindo a gerar alterações profundas nas funções tradicionais das áreas urbanas, contribuindo para uma alteração significativa do comércio mais antigo. Trata-se de um fenómeno registado noutros lugares e contextos, o que tem levado as autoridades oficiais a tomar medidas que esbatam a evolução moribunda do comércio nos centros tradicionais (tais como o PROCOM), mas não atenuada pelos programas de requalificação ou decorrentes da ação de associações de classe constituídas para a defesa dos interesses dos seus membros. Disso nos dá conta Rodrigues (1998) a propósito da criação da Associação Comercial de Aveiro (A.C.A.), em 1858, data que assinala o arranque de um esforço coletivo que deseja a melhoria das condições de acesso à barra - e ao seu comércio de cabotagem -, e a construção de diversas infraestruturas rodo-ferroviárias facilitadoras do desenvolvimento local e regional da cidade, do concelho e do distrito de Aveiro de que se refere igualmente a criação, em 1858, da Caixa Económica de Aveiro.

Sobre esta iniciativa, Gomes (1877, 114) assinala os objetivos económicos e financeiros da instituição e a “aplicação de parte das sobras a despesas de beneficência”. Contudo, para responder às solicitações da população nesta área, para além da antiga Irmandade da Misericórdia foi criada, em 1864, a Associação Aveirense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas, “fundada por alguns artistas e auxiliada por ilustrados cavalheiros desta cidade” (op. cit., 115), com o fim de prestar “socorros aos associados nos casos afflictivos de enfermidade, e assegurar auxílio às suas famílias quando a morte vem arrebatá-los”.

Após estas iniciativas a mudança social vai demorar a estabelecer-se e só no início do século seguinte, em particular no termo da 1ª Guerra mundial, é que se regista “um ambiente de euforia empresarial que se reflete no movimento do porto de Aveiro” (Rodrigues, 2010, 74) e noutras iniciativas, tais como fundação do Banco Regional de Aveiro, em 1920. Através desta instituição bancária foram feitos investimentos em várias indústrias da região, consolidando o poderio do capital aveirense e os seus interesses na industrialização do concelho. Por isso, afirma este autor que “as elites políticas e económicas da cidade da ria (...) detinham saber, dominavam a administração local, o associativismo empresarial, recreativo e benéfico e tinham forte influência em alguns governos da República” (loc. cit.). Conclui, escrevendo (loc. cit.): “Aveiro estava em vias de tornar-se o pólo regional que não conseguira ser nos séculos anteriores”.

A referência à A.C.A. como promotora do “desenvolvimento do comércio desta cidade e do distrito, indagando as suas necessidades, e procurando todos os meios legais para os promover” (Artº 2 dos Estatutos da

A.C.A.), merece ser destacada. Fazendo fé no estudo de Sousa (1996, 23), o movimento associativo registado entre nós com a implementação do Liberalismo, “tropeça nas associações profissionais especializadas, as corporações do Antigo Regime, e sacrifica-as aos princípios do individualismo e do liberalismo económico”. Contudo, observa o mesmo autor (loc. cit.) que “apesar de as vicissitudes da construção da sociedade liberal o penalizarem até finais do século XIX (...), toma novo fôlego e desdobra-se em múltiplas formas: as tradicionais associações de socorros mútuos (...), as cooperativas (...) e, finalmente, as associações de classe”.

A “necessidade de se dotar o País de meios seguros e modernos de circulação de pessoas e mercadorias” através da beneficiação da barra (Rodrigues, 1998, 14), foi uma das razões fundamentais para a defesa de interesses dos comerciantes de Aveiro quando da constituição dessa Associação. Tal facto é corroborado por Leal (1873. I, 261) que regista o interesse desses melhoramentos, com reflexos na cidade e no seu território: “se se conseguir desentupir bem a barra, e feitas as estradas transversaes (...) que liguem Aveiro com as povoações próximas, como já está ligada com Lisboa e Porto, pela estrada de ferro; e, sobretudo, se houver decidida vontade e dedicação nas câmaras e povo aveirenses, ainda poderemos ver esta bella cidade rejuvenescida, tornar aos dias felizes do seu antigo esplendor, e ser uma das mais formosas e ricas cidades portuguezas”. Fazendo eco das preocupações que ao tempo dominavam a sociedade aveirense, faz o reparo seguinte: “Se porem lhe supprimirem o bispado e o districto administrativo, para o que tantas tentativas têm feito os governos do reino, dar-lhe-ão um golpe tremendo, de que tarde e difficilmente sarará”.

Nesta configuração a sociedade aveirense beneficia da extinção das ordens religiosas e da fragmentação do seu património, abrindo espaços para o desenvolvimento de novas atividades económicas como a indústria, o comércio terrestre e o comércio do sal. Por outro lado, a criação desta e de outras agremiações económicas, culturais e mesmo sociais que vieram a constituir-se no seio da sociedade aveirense, realça a sua evolução e mudança tal como a conhecemos nos dias de hoje. Algumas delas são já seculares, outras são de criação mais recente e orientadas para a defesa de interesses dos cidadãos, da urbe e de classes profissionais. Face ao desenvolvimento industrial local, a própria A.C.A. passou a designar-se, em 1905, por Associação Comercial e Industrial de Aveiro abrindo assim lugar, mais tarde, para a separação da componente industrial e criação de agremiação autónoma, a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (A.I.D.A.).

Embora considerando, como A. Girão (1941, 271), que “dando e recebendo, o centro urbano reflete em cada época as condições de vida da região”, não é uma tarefa fácil reconstituir, mesmo com o auxílio documental ou de outros testemunhos históricos, todo o processo de crescimento e de consolidação comercial desta cidade. Contudo mais do que referi-lo em pormenor pensamos, à semelhança de O. Ribeiro (1994, 141), que interessará

destacar "na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto", as marcas "das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida". Tal facto esteve presente no incremento das atividades terciárias da população residente, como no lançamento de atividades ligadas à transação de mercadorias com o exterior, através do comércio internacional bem representado nesta área.

Estas notas realçam como a evolução urbana e social de Aveiro não se pode desligar do peso dos fatores geográficos e naturais que a acompanham desde a sua formação. Também a vida deste centro não pode ficar alheio a todo um processo de urbanização mais vasto registado no nosso país e na sociedade portuguesa, identificado com a litoralização crescente do território, com o despovoamento do seu interior e a concentração dos habitantes no centros urbanos dotados de melhores acessibilidades e equipamentos culturais, sociais e outros. No caso vertente Aveiro experimentou, à sua escala, o mesmo tipo de fenómenos sociais, económicos e culturais relacionados com o declínio das atividades e da sociedade rural, da urbanização-industrialização, da mobilidade geográfica da população e o surgir de atividades e serviços que alimentam a terciarização. No seu conjunto, estas mudanças contribuíram para alterar os padrões de distribuição dos habitantes no território, as suas ocupações, as funções urbanas e a capacidade de atração-irradiação humana desta cidade e o movimento das mercadorias e serviços internacionais.

Para além deste tipo de comércio, o comércio local continua a desempenhar uma função importante na vida da cidade em virtude da sua diversificação e melhoria, quer ainda pelo peso do emprego e a procura de novos públicos. Neste caso Aveiro beneficiou da instalação de novos equipamentos e serviços que deram origem a uma maior mobilidade da população e por isso têm vindo a contribuir para a animar este setor. Beneficiou, igualmente, de novas urbanizações e da atração de residentes locais e de várias proveniências que aqui se radicaram. Neste caso a presença do ensino superior veio a determinar uma influência crescente da educação terciária na vida económica da cidade e a manifestar o seu peso no arranjo do tecido urbano, conjuntamente com uma maior abertura e afirmação da comunidade local na sociedade portuguesa e não só na Região-Centro onde a Universidade de Aveiro está localizada. Para além desta, as acessibilidades rodoviárias e, sobretudo, as ferroviárias, mantêm o transporte de um caudal não negligenciável de visitantes pendulares, que diariamente contribuem para alimentar as unidades do setor terciário existentes na cidade e na sua periferia.



Construção social do município

A construção social do município de Aveiro⁹ tem por base o concelho, criado ao tempo de D. Afonso III (Gaspar, 1997, 208), “na altura em que se procedeu à organização municipal do País”, compreendendo então freguesia-paróquia de São Miguel. Esclarece Gaspar (1974, 7) que os seus limites estendiam-se “até às paróquias de Aradas, Esgueira, Vera-Cruz e Eixo – aqui pela fronteira da atual Oliveirinha” a que se juntou, em data recente, o território de outras unidades administrativas entretanto extintas.

Fora esta descrição, diz-nos Gaspar (1974, 23) que “desde a época da reconquista cristã até ao século XVI, a vila de Aveiro era apenas constituída pela freguesia de São Miguel, cuja igreja matriz, com a porta principal voltada para poente (...) se erguia altaneira em frente aos Paços do Concelho, a norte do largo actualmente denominado Praça da República”. Por sua vez Sant’Anna Dionísio (1984, 474) afirma que “a influência política da vila sobre a população das cercanias era quase nula”, já que a “sua jurisdição não ia além do limite marcado pelo alcance de um tiro de uma besta disparado das suas muralhas”. Prossegue o referido autor: “ao que estava para além desse alcance dava-se o nome de ‘sertão’” sendo que “os habitantes deste, entregues à lavoura, eram, em regra, pouco dados com a população municipalizada, dentro dos muros”.

Estes eram os recursos que bastavam aos fregueses desta paróquia, complementados pelo exercício de outras atividades ligadas ao comércio e à vida marítima e portuária, contribuindo assim para o crescimento efetivo dos seus habitantes. Por isso apesar das pestes que grassaram nesta região desde a Idade Média, a dimensão da paróquia-mãe e o elevado número das “pessoas de comunhão” – num total de 11365 indivíduos (Gaspar, 1974, 23) -, levaram o Prelado de Coimbra a proceder, em 1572, ao desmembramento da paróquia de São Miguel criando mais três novas freguesias eclesiásticas, pelo que o território inicial ficou repartido em quatro paróquias, a saber:

➤ São Miguel (sediada na Igreja do mesmo nome, a mais antiga de Aveiro e datando do século XI), delimitada pela zona muralhada da Vila e pelo bairro do Alboi;

➤ Espírito Santo, incluindo parte muralhada da povoação e ainda os convento de S. Domingos, o convento de Jesus, o convento de Santo António, o cimo da Vila e os lugares de Vilar, S. Bernardo, Santiago, Presa e Quinta do Gato;

9 As Armas da cidade de Aveiro, inscrevem-se sobre fundo verde, “com uma águia estendida de prta, armada e bicada de vermelho, carregada de um escudete das quinas das armas nacionais, acompanhada de um sol de ouro, à direita, e de uma lua de prata, à esquerda. As armas cercadas pelo colar da Ordem da Torre e Espada. Coroa mural de prta de cinco torres” (Portaria. II Série, D.G., 9AGO60). A Bandeira é “gironada de branco e de vermelho, com as armas ao centro”, tendo por baixo uma fita branca e a legenda, em letras vermelhas: Cidade de Aveiro.

➤ N^a Senhora das Candeias ou Apresentação (conhecida ainda por freguesia de S. Gonçalo – Barreira, 1998, 19), a norte do canal central da ria e o território para poente, desde a “calle de Villa” até ao canal de Ovar;

➤ Vera Cruz, a norte do canal central da ria e o território para nascente, onde se incluíam os conventos do Carmo e de Sá (até então integrado em Ílhavo), bem como parte dos lugares da Presa e da Quinta do Gato.

O poder territorial medievo exercia-se, portanto, sobre o território junto da laguna mas a sua ação religiosa abarcava os lugares próximos habitados por uma população ocupada na atividade agrícola, a quem cabia a exploração da terra e o abastecimento deste e de outros mercados mais distantes. A construção social do município é lenta até à reforma Liberal e à criação do Distrito de Aveiro, quando o concelho de Aveiro passou a integrar os concelhos vizinhos de Eixo e de Esgueira. Por determinação do Governador (11 de outubro de 1835), foram ainda suprimidas as quatro freguesias existentes e constituídas apenas duas: a norte do canal central, a freguesia de Vera Cruz e a sul do referido canal, a freguesia de N^a Senhora da Glória. Para além de outros critérios esta decisão reflete a quebra da importância da cidade e das suas atividades marítimas num período em que a própria sociedade portuguesa estava ainda sob os efeitos da guerra peninsular e das lutas liberais.

Através da reforma Administrativa de Rodrigo da Fonseca Magalhães (Decreto de 18 de julho de 1835) altera-se “a divisão administrativa do reino, dividindo o país em Distritos, Concelhos e estes em Freguesias” (Santos, 2001, 3), geridas por um Comissário de Paróquia. Já o Código Administrativo de 1842 (Costa Cabral) “cometia ao Regedor a execução das deliberações legais da Junta, dar parte ao administrador do concelho das deliberações que julgasse exorbitantes da sua jurisdição, e abrir testamento. Além disso, competia-lhe exercer todas as funções da administração pública que lhe fossem delegadas pelo administrador do concelho, ou do bairro, bem como as funções policiais (...) da polícia geral e preventiva (...)”. A partir de então, as Juntas de Paróquia têm funções de administração da fábrica da Igreja e dos bens da Paróquia, dependentes do Administrador do Concelho.

De destacar as alterações ocorridas nas duas últimas décadas de Oitocentos, coincidentes com a crise do liberalismo e a sucessão de reformas da administração local – entre 1878 e 1900 – nomeadamente a que foi preparada pelo aveirense José Luciano de Castro – defensor de “uma larga e racional descentralização” - estabeleceu em 1880 uma diferenciação entre os concelhos, em 1^a, 2^a e 3^a ordem, consoante o total de habitantes e fez corresponder, a cada um deles, um número variável de Vereadores. A este respeito observa Serra (1988, 1062) que na viragem dos anos 90, “a questão financeira, somada à questão nacional, pôs fim às tentativas de articular liberalismo, uniformidade-nacional e descentralização”.

Quadro 2 – Cronologia das freguesias

<i>Sec.</i>	<i>Freguesias</i>				
XI	S.Miguel				
XII	S.Miguel				
XIII	S.Miguel				
XIV	S.Miguel				
XV	S.Miguel				
XVI	1572	S. Miguel	Esp.Santo	N ^a S ^a Apres.	Vera Cruz
XVII		S. Miguel	Esp.Santo	N ^a S ^a Apres.	Vera Cruz
XVIII		S. Miguel	Esp.Santo	N ^a S ^a Apres.	Vera Cruz
XIX	1835	N ^a S ^a Glória			Vera Cruz
	1836	Glória			Vera Cruz
	1849	Oliveirinha			
	1853	Eixo			
		Requeixo			
		Eirol			
		Esgueira			
		Cacia			
		Aradas			
	1872	Nariz			
XX	1942	Gloria		Vera Cruz	Esgueira
	1955	S. Jacinto			
	1969	S.Bernardo			
	1984	S.Joana			
	1985	N.S.Fatima			

Com a implantação da República, a Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913 cria as Paróquias civis -, posteriormente designadas por Juntas de Freguesia - separando da sua alçada as competências sobre a fábrica da Igreja e outras funções relacionadas com a Paróquia religiosa. A regulação posterior das Juntas de Freguesia cabe no âmbito dos Códigos Administrativos de 1936 e de

1940 que regulam as bases do poder local, até à aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976. De acordo com aquele primeiro documento (Parte I – Título I, artº 1), “o território do Continente divide-se em concelhos que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias”. Mais ainda, “A freguesia é o agregado de famílias que, dentro do território municipal, desenvolve uma ação social comum” (artº 177).

O novo Código Administrativo de 1940 consagra “em toda a sua amplitude um sistema centralizador” (Bilhim, 2004, 11)¹⁰ uma vez que a autonomia financeira dos Municípios era muita relativa pois estava dependente das “deliberações camarárias que (...) careciam de aprovação do Governo e do Conselho Municipal”.

A Junta de Freguesia é um órgão da administração que tem como órgão consultivo o Conselho Paroquial, de que fazem parte os Chefes de Família da freguesia. Esta constitui a Base XII do Código Administrativo de 1936 que consagra o seguinte: “direito de eleger as juntas de freguesia pertencerá privativamente às famílias representadas pelos respectivos chefes”. Mais ainda, a Base XIV diz também: “As posturas paroquiais serão sempre submetidas à aprovação do presidente da câmara, que examinará a sua legalidade e conformidade com os interesses do município”, podendo desta decisão a junta recorrer para o Governo Civil e em fase posterior para o tribunal competente. Trata-se do “regime de tutela” que o Governador consigna na Base XXV do Código Administrativo de 1936.

Com a aprovação da Constituição da República Portuguesa (em 1976), passam a ser consideradas autarquias locais as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, reconhecidas como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas” (Art. 236). Têm como órgãos “uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável” (art. 239), que no caso das freguesias são: a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. Note-se ainda que a legislação última sobre as competências e regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro), assim o confirma reajustando as suas competências próprias e nas suas relações com os outros órgãos autárquicos e outras, relacionadas com a vida comunitária.

Acerca da região escreveu Neves (2011, 49), que “a alteração das tutelas sobre esta zona lagunar, ao longo do tempo, quer por parte de senhores eclesíasticos como, também da alta nobreza, podiam variar as áreas a enquadrar nestas unidades administrativas”. Referindo-se ao caso de Aveiro, aponta que a “importância política cresceu, numa primeira fase, com a criação do ducado, tal como enfraqueceu, globalmente, nas décadas seguintes à Restauração até à extinção deste”. Já Sousa (1940, 83 e segs), regista que até ao

10 Bilhim, João (2004) – A governação nas autarquias locais. Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação.

Liberalismo a configuração do poder municipal assentava no concelho de Aveiro, “limitadíssima era a área do concelho e julgado, para assim dizer, na respetiva metrópole, pois que findava pelo norte e poente na ria, ilhas e marinhas (...). Pelo nascente terminava a cidade e concelho ao Carmo, pois que o convento de Sá (...) era uma ouvidoria pertencente ao concelho de Ílhavo. Estendia-se o concelho de Aveiro para sudeste, abrangendo os lugares de Presa, Quinta do Gato, Vilar e S. Bernardo, até ao marco onde começava o concelho de Eixo. Para sul, findava na Estrada Nova, um pouco além da Fonte dos Amores, confinando por aí com o microscópico concelho de Arada (...)”. Por isso a anexação do território dos concelhos medievais de Aradas, Eixo, Esgueira e Requeixo veio a permitir, após a sua extinção, a construção do atual concelho de Aveiro que englobou as unidades administrativas fundadas no poder fundiário das casas senhoriais e das instituições religiosas que exerciam o seu poder no território do baixo-Vouga.

De, Neves (2011, 63), transcrevemos as freguesias-paróquias existentes no início de Seiscentos:

- “As quatro paróquias de Aveiro, criadas em 1572;
- A de Esgueira, como antiga vila e concelho, depois, cabeça de comarca;
- Aradas – paróquia e pequeno concelho criado em 1181, por foral de Santa Cruz de Coimbra;
- S. Julião de Cacia, cuja paróquia remonta ao séc. XVII;
- Sta Eulália de Eirol;
- Sto Isidoro de Eixo, vila antiga e cabeça de concelho”
- S. Paio de Requeixo, vila antiga e pequeno concelho (?)”.

Na transição para as reformas liberais de Oitocentos, são marcantes algumas datas:

➤ 1835, quando da criação do Distrito de Aveiro e a sua divisão em concelhos, onde se incluía o concelho de Aveiro e o concelho de Eixo, passando este a ser um Julgado da Comarca de Aveiro, ficando livre de Barcelos (Gaspar, 1998, 168);

➤ 1836, quando a freguesia de Aradas – que havia sido elevada a sede de concelho, em 1835 – e o respetivo concelho foi extinto e incorporado no concelho de Aveiro;

➤ Na mesma data, a freguesia de Esgueira, conjuntamente com a freguesia de Cacia foi integrada em Aveiro, quando da extinção desse concelho;

➤ 1853, quando da extinção do concelho de Eixo, as freguesias de Eixo, Requeixo e Eirol, são integradas no de Aveiro.

A configuração estabelecida em 1835 foi alterada em datas posteriores e segue uma matriz geográfica que dá seguimento à dimensão e importância relativa de algumas povoações vizinhas, que durante a fase de atrofia da ria de Aveiro e das atividades comerciais e marítimas da cidade, tinham adquirido uma certa prosperidade. Esta ficou a dever-se ao peso das atividades fundiárias ou das pequenas indústrias que aí prosperavam.

A formatação do concelho de Aveiro foi completada em meados de Oitocentos, no âmbito das reformas de 1856, quando a costa de São Jacinto foi desanexada da freguesia de S. Cristóvão de Ovar passando a depender, “tanto civil como eclesiasticamente” (Gaspar, 1985, 20) da freguesia e paróquia de Vera Cruz. Esta separação veio cancelar o domínio territorial de Ovar sobre a restinga de areia formada a sul do Furadouro e só interrompida com a fixação da barra do rio Vouga. Por sua vez a freguesia da Torreira havia sido integrada no concelho da Murtosa quando da criação deste concelho.

Temos assim, em meados de Oitocentos, quatro manchas de povoamento próximas entre si:

- A cidade de Aveiro, núcleo urbano e das principais atividades económicas da região ribeirinha;
- Esgueira, sede de concelho animado por atividades agrícolas e ligadas ao mar;
- Aradas, vivendo das atividades fundiárias e marcada pela sua reduzida extensão;
- O concelho de Eixo, mais distante, animado por atividades rurais e pequenas indústrias de cerâmica e de latoaria que abasteciam o mercado local e outros mais distantes.

Cada uma destas povoações reunia diferentes núcleos de povoamento, quintas e casais que se vão progressivamente alargando à medida do crescimento dos seus moradores, contribuindo para o povoamento disperso desta área do território nacional. Das povoações mais próximas de Aveiro realça-se a importância de Esgueira, “uma villa antiquíssima, mas não pude saber por quem nem quando foi fundada” (Leal, 1873. III, 57) uma vez que, esclarece o mesmo autor (loc. cit.) “quando o conde D. Henrique tomou posse de Portugal em 1093, já esta povoação era uma populosa villa, à qual elle concedeu foral em 1110”. Em data posterior D. Afonso IV deu-lhe outro foral, em 1342 e D. Manuel, em 8 de junho de 1515, concedeu-lhe um “foral novo”. No entanto as vicissitudes relacionadas com a evolução da barra e o decréscimo da atividade marítima, do comércio e mesmo da produção do sal conduziram à perda de importância do concelho e da sua sede, erguida sobre um pequeno esporão sedimentar dominando os canais da ria e as marinhas próximas que daí se estendiam até ao mar.

Apesar da sua anexação ao concelho de Aveiro, a povoação rural manteve a sua ligação à cidade mais próxima e apesar da barreira física constituída pela construção da linha de caminho de ferro, o crescimento efetivo desta freguesia manteve-se constante pelo que a mesma foi integrada na cidade de Aveiro, por decisão camarária, em 6 de setembro de 1944. Fazia parte do antigo concelho de Esgueira, a freguesia de Cacia, localizada na margem esquerda do Vouga e reconhecida pela fertilidade dos solos e pastagens das margens deste rio. Dada a sua situação mais distante da cidade de Aveiro esta freguesia manteve-se integrada no concelho de Esgueira até à sua extinção, em dezembro de 1836.

Na parte sul da cidade, o território da freguesia de Aradas pertenceu ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a quem foi doada em 1181, tendo obtido foral dos frades, em 1219 (Leal, 1873, 225). Nota este autor (loc. cit.) a transmissão da sua posse “para os frades cruzios da serra do Pilar (Gaia) em 1700, com os casaes de Ilhavo que eram do mesmo legado”. Tratava-se de uma terra cuja população vivia das atividades do setor primário. Pela reforma administrativa de 1835 foi criado o concelho de Aradas, o qual foi extinto no ano seguinte, em 1836, e incorporada a freguesia no espaço do concelho de Aveiro, juntamente com o antigo lugar de Vila de Milho, então Verdemilho. Como outras freguesias próximas, nomeadamente S. Bernardo, Aradas beneficia de bons solos agrícolas, possui restos de antigas quintas e regista nos seus pergaminhos a existência de uma indústria cerâmica, sobretudo de barro preto, que se filia na ação de antigos oleiros que aí prosperaram. Uma atividade que deu um bom contributo ao processo de industrialização local.

Mais afastado do centro da ria e das suas atividades e assente na riqueza fundiária dos seus moradores, a freguesia de Eixo - antiga sede de concelho e em cujo território se situam as freguesias de Requeixo, Eirol, Nariz, N^a Sr^a de Fátima e o lugar de Azurva - teve um percurso histórico distinto das anteriores. Diz-nos Gaspar (1998) que se trata de uma povoação bastante antiga, situada em terreno fértil em que os vestígios da indústria cerâmica parecem testemunhar uma influência romana, bem antiga. Por sua vez, Gomes (1877, 167) afirma o seguinte: “ignora-se a epocha da fundação da villa de Eixo”. Contudo a sua importância desde o tempo de D. Dinis comprova o contributo destas terras régias na formação da riqueza do Reino, a sua elevada produção agrícola e o seu papel no abastecimento dos mercados locais e da região. Tal foi o sentido da concessão do novo foral Manuelino a Eixo, em 1516, “tendo principalmente em vista a cobrança e arrecadação das rendas e Direitos Reais” (Neves, 1969, 7).

Note-se que do concelho de Eixo foi desanexado o território para a criação da freguesia de Santo António da Oliveirinha, em 1849 (Gaspar, 1974, 68). Diz-nos P. Leal (1873. VI, 281) ser esta uma “terra fertilíssima em todos os géneros do paiz, e abundante de peixe, tanto do Vouga como do mar”. O desenvolvimento de então associado à agricultura, indústria e comércio “dos povos d’estes sítios” (loc. cit.) ficou a dever-se à construção da estrada de Aveiro a Águeda que veio facilitar as ligações dos “povos, carros e cavalgaduras dos logares d’Águeda e outras povoações das margens do Vouga”. Dois dos principais lugares desta freguesia eram a Costa do Valado - “villa da extincta comarca de Esgueira” (Gomes, 1877, 178) e Quintãs. Por sua vez uma outra freguesia do concelho de Eixo, Eirol (separada de Travassó, em 1620 - Gaspar, 1977, 209), foi integrada no concelho de Aveiro quando da extinção daquele. Situa-se na margem esquerda do rio Vouga, de quem beneficia a qualidade dos solos de aluvião, a sua irrigação e fertilidade.

O processo de construção social do município de Aveiro fica ainda assinalado pela integração das freguesias de Nariz e de Fermentelos – que

anteriormente haviam transitado para o concelho de Oliveira do Bairro (Gaspar, 1977, 209) - situação que se alterou em 1872 com a integração da primeira freguesia novamente no concelho de Aveiro e de Fermentelos, no concelho de Águeda. À povoação de Requeixo de Riba Vouga, também pertencente ao concelho de Eixo, foi-lhe concedida foral ao tempo de D. Manuel, em 2 de junho de 1561 ou 1516 (P. Leal, 1873. VIII, 146). A partir de então manteve-se fiel à atividade agrícola da sua população, tarefa que partilhou com os territórios vizinhos, como a freguesia de Nariz, cujo território esteve incorporado no concelho de Eixo, por pertencer à casa de Bragança.

Em 1819 o espaço da nova freguesia deixou de pertencer a Requeixo e quando da extinção do concelho de Eixo foi integrada em Oliveira do Bairro. Mais tarde, em 1872, deixou de pertencer a Oliveira do Bairro e foi integrada no concelho de Aveiro. Trata-se de uma unidade de base essencialmente rural, cujo subsolo se situa já na transição para a sub-região vizinha da Bairrada. Além da agricultura, possui esta terra uma vasta cobertura de natureza vegetal e solos férteis explorados para esta atividade.

Deste núcleo de povoamento mais distante de Aveiro contamos com a criação recente, com terras da freguesia de Requeixo, da unidade religiosa de N^a Sr^a de Fátima, estabelecida em 13 de agosto de 1960. A criação da nova freguesia data de 1985. No seu território situa-se a mamoa de Mamodeiro, que no dizer de Gaspar (1997, 15) constitui um dos testemunhos funerários do megalitismo existentes no concelho de Aveiro desenvolvido no território litoral, de Leiria a Aveiro, entre “os princípios do quarto milénio até aos primeiros séculos do segundo milénio antes da nossa Era”. Como observa Silva (Bol. Municipal de Aveiro. XI, 22, 29), “este monumento ocupa uma posição ‘avançada’ no contexto do povoamento (...) do Centro-Norte Litoral de Portugal, na medida em que é a sepultura megalítica que mais próxima se encontra da linha de costa” e à cota de 80 metros de altitude.

Um longo período decorreu entre estas formas de povoamento e as bases atuais da ocupação humana promovidas pela evolução marítima e lagunar e pelo arroteamento progressivo destas e doutras terras do futuro Município de Aveiro. No entanto o aumento urbano da cidade de Aveiro e a fixação de novos habitantes acabou por determinar a criação de novas unidades administrativas, mais próximas da sua sede. Entre elas conta-se a freguesia constituída a partir do lugar de São Bernardo, cuja antiguidade é referida por Gaspar (1977, 35), constituído a partir duma ocupação de casais assente na cultura do solo e no seu aproveitamento intensivo. No seu conjunto estes alimentaram o mercado local o que veio a propiciar o crescimento deste e doutros lugares vizinhos, justificando a sua evolução mais próxima.

Também a freguesia de Santa Joana, constituída inicialmente como paróquia no final de 1961, por D. J. Evangelista Lima Vidal, com lugares de Presa, Quinta do Gato e Viso, dependentes de Esgueira, Glória e Vera Cruz,

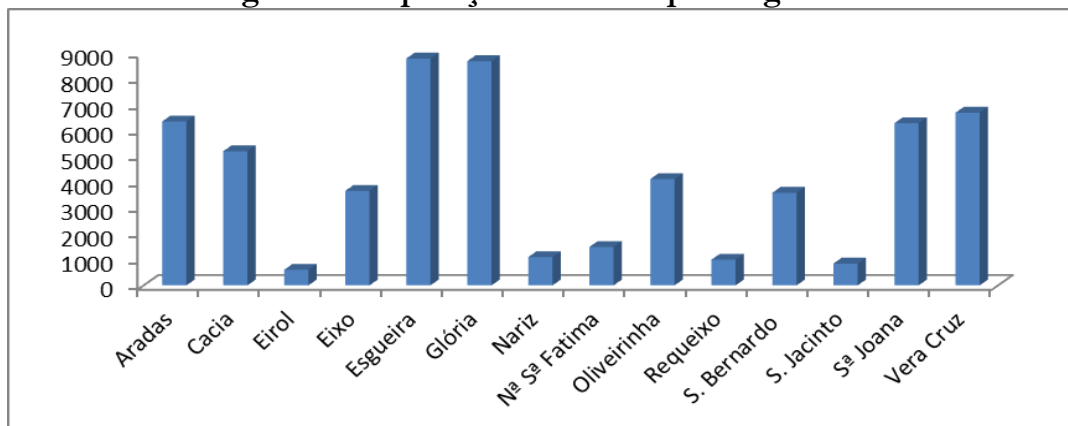
antecedeu a criação da freguesia do mesmo nome. A sua elevação a freguesia data de finais do ano de 1984.

O movimento de constituição de novas paróquias e freguesias atingiu também o território do outro lado da ria. Neste caso a freguesia de S. Jacinto, outrora integrada na paróquia e na freguesia de Vera Cruz, foi autonomizada no início da segunda metade de Novecentos. Este movimento deu continuidade a uma evolução centenária de um pequeno lugar piscatório que beneficiou da proximidade do oceano e da laguna, oferecendo as condições favoráveis para a implantação de novas atividades e serviços. A povoação primitiva foi acolhida na paróquia da freguesia de Vera Cruz até ter sido desmembrada desta, em 1955. Contudo a separação religiosa de Vera Cruz teve primeiramente lugar em 1953. O território primitivo pertenceu à freguesia de S. Cristóvão de Ovar, cujos domínios acompanharam a evolução do cabedelo litoral até à constituição do concelho da Murtosa.

Ao que anteriormente foi assinalado há a fazer notar, nos finais do século XIX, em 1898, quando foi restaurado e desanexado do concelho de Aveiro, o concelho de Ílhavo, extinto anos antes em 21 de novembro de 1895 (Christo e Gaspar, 1986, 51). Este processo realça como a emancipação de novas unidades administrativas e religiosas assentou no crescimento da população e das suas atividades e nas perspectivas de desenvolvimento sócio-económico registadas no concelho de Aveiro, sobretudo durante a segunda metade de Novecentos. Para tanto, terão contribuído a intensificação da agricultura, a industrialização-urbanização, o aumento do comércio regional e internacional e as remessas da emigração.

Depois de 1930 na área do concelho - 197,5 km² -, a população mais do que duplicou, facto que acompanha o crescimento das suas atividades produtivas antes da abertura definitiva das portas à emigração, fenómeno que foi aqui bem sentido apesar da produtividade do solo e da riqueza das suas explorações, insuficientes para sustentar a necessidade e a procura de outros meios de riqueza e de subsistência.

Figura 8 - População residente por freguesias: 2011



Ao movimento de saída da sua população há ainda a registar o fenómeno inverso de atração populacional decorrente da evolução favorável da bacia de emprego e oferta de oportunidades de trabalho em Aveiro e nos centros urbanos vizinhos. Isso o comprova a evolução da população na maioria das freguesias deste município registada desde o começo de século e recentemente, entre os censos de 2001 e 2011, em que esse aumento foi de mais de cinco milhares de habitantes, repartidos de forma distinta pelas diversas freguesias do Município.

A construção social do Município de Aveiro e dos municípios vizinhos da C.I.R.A., embora cada um com a sua individualidade, tem vindo a reforçar a identidade do Município e do sistema urbano da Ria de Aveiro no seu conjunto.



Demografia: notícia histórica

O conhecimento da população de Aveiro no antigo regime tem por base a consulta de documentos oriundos de diversas fontes e origens relativas a Aveiro e às povoações mais próximas. Destas salientamos as informações contidas na certidão dos capítulos especiais do Conde de Aveiro, apresentadas nas Cortes de Lisboa, em dezembro de 1439. Neste documento ficou determinado que para o apuramento dos 13 "besteiros do conto de número", a que Aveiro era obrigada (pelas Ordenações Afonsinas, de 1427), entrassem também os moradores de Esgueira (Madahil, 1959.I, 215). Tal significava que estas duas povoações deveriam ter muito próximo de 2.800 (?) habitantes, tendo em conta a relação de 213 moradores para cada besteiro (Galego e Daveau, 1986, 11). Este montante deve, no entanto, ser observado com algumas restrições dada a composição social da população de Aveiro onde se incluíam muitos clérigos e pescadores. Beneficiando estes últimos de certos privilégios - como o de não servirem de besteiros de conto - (Gomes, 1889, 89), é de crer que o montante acima estabelecido fosse mais elevado.

Quadro 3 – Numeramento de 1527

<i>Povoação</i>	<i>Vila</i>	<i>Termo</i>	<i>Total</i>
Aveiro	894	566	1460
Esgueira	175	136	311
Arada	27	-	27
Eixo	46	63	109

In: Galego e Daveau, 1986 (2), 107

Quase um século depois o Numeramento do Reino, mandado elaborar por D. João III (que decorreu entre 1527 e 1532), refere-se ao total de fogos

existentes em Aveiro (em nº de 894) e no seu termo (em nº de 566), num total de 1460 fogos. Tal valor poderia equivaler a cerca de 5.800 habitantes (tomando a média de 4 hab/fogo) ou a 7.300, como sugere Gomes (op. cit., 71), não incluindo nestes os moradores dos conventos existentes nesta povoação.

Nesta data o número de vizinhos residentes na vila de Esgueira era de 175, num total de 311, incluindo o seu termo (cerca de 1.200 moradores?) e de 27 os vizinhos residentes na vila mais próxima de Arada; 50, na vila de Ílhavo (130 no conjunto da vila e no seu termo) e 46, na vila de Eixo (109, no conjunto da vila e seu termo), todas elas consideradas separadamente neste levantamento da população. Embora com as limitações inerentes a um cálculo desta natureza os valores anteriormente citados chamam-nos a atenção para a dimensão de Aveiro comparativamente com outras povoações do Reino, como Coimbra. Nessa data esta cidade deveria ter 1329 fogos, num período da nossa história marcado pelo acréscimo da vida urbana e pelo incremento da atividade agrícola assinalado pelo aumento das arroteias, pelo acréscimo da produção de cereais, vinho e azeite e, sobretudo, pela introdução de uma nova cultura, o milho, que passou a ser uma base segura da alimentação e favoreceu um acréscimo sensível da população portuguesa (Marques, 1976.I, 239).

Apesar destas condições favoráveis a vila de Aveiro, à semelhança do que sucedia noutras áreas lagunares, viu a evolução da população condicionada pelas pestes que atingiam o país e pelas sezões provocadas localmente pela retenção das águas devido ao mau estado da barra. Refere-se Pinho Leal (1873, 260) ao “grande e tempestuoso inverno de 1575”, quando por ação das cheias que entulharam a barra “os campos tornaram-se então alagadiços e estéreis; a produção das marinhas diminuiu espantosamente, e quasi cessou a pescaria”. Por isso “a cidade tornou-se insalubre (por causa das águas estagnadas) e entrou a despovoar-se, reduzindo-se a menos de 4000 almas” (loc. cit.). Por sua vez Sampaio (1966,10), ao analisar a importância do estado da barra no crescimento da sua região, observa verificar-se “esta coincidência: à medida que a abertura da barra se deslocava para sul, as calamidades recrudesciam”. O que não admira pelo facto das dificuldades de escoamento das águas da laguna aumentarem ficando mais tempo retidas na laguna e aumentando assim os riscos causados por essa estagnação.

De acordo com Gaspar (1997, 47) o século XVI foi bastante pródigo nestes incidentes que marcaram a evolução demográfica desta povoação em 1524, 1569, 1579/80 e, por fim, em 1599/1600. Mesmo assim o levantamento das pessoas de comunhão residentes na freguesia de S. Miguel (a única existente em 1572, quando foram criadas as restantes freguesias), mandado realizar por D. João Soares, apontava para 11.365 “pessoas de comunhão”. Como observa A. Neves (1997, 29) tal valor deveria pecar por defeito uma vez que não contemplava as pessoas “que não comungariam, entre crianças, protestantes, estrangeiros diversos, sobretudo de religião protestante, mouros,

ciganos, índios e escravos (para não falar de judeus, pois que convertidos em cristãos-novos, seriam obrigados à prática católica)".

O mesmo autor avança com o cômputo global de 16000 a 18000 habitantes (op. cit., 54-55), montante que se terá mantido "certamente em fase crescente pela viragem do século, mantendo-se, sem grande alteração, até meados de Seiscentos". Trata-se de um valor surpreendente que atesta a importância da vila de Aveiro nessa época antes da regressão que a atingiu nos séculos seguintes, até finais de Setecentos, quando a sua população ficou reduzida a menos de um quarto daquelas estimativas. Fazendo fé noutros documentos verificamos que quase dois séculos depois, em 1721, as Informações Paroquiais, então redigidas pelos Curas, dão-nos conta da redução para cerca de 4000 fregueses ou pessoas de comunhão residentes nas quatro freguesias da vila (Madahil, 1935. I, 37-46; 325-332 e 1936. II, 151-160).

Quadro 4 - Estimativas da população

Freguesias	Inform. Paroquiais Recens.		
	1721	1755	1801 *
Freguesia de Espírito Santo	1300	800	1128
Freguesia de N ^a Sr ^a da Apresent ^a	814	612	894
Freguesia de S. Miguel	1297	850	897
Freguesia de Vera Cruz	1212	965	914

In: Amorim, 1996, 163

Estes valores parecem-nos confirmados quando da ocorrência do terramoto de 1755 e do inquérito mandado realizar por D. José I junto das paróquias do reino, com o fim de avaliar os estragos causados por esse acidente. Os dados então recolhidos nas quatro paróquias de Aveiro (Costa, 1956) dão-nos um montante aproximado de 3227 habitantes, valor que deve ser encarado com algumas reservas uma vez que se refere a uma estimativa da população residente, não contemplando esse levantamento todos os habitantes mas apenas os indivíduos com mais de sete anos. Esta situação foi contrária à que genericamente se viveu no país nessa época quando se apurou, globalmente, um aumento significativo da população residente. Este fenómeno é justificado por O. Marques (1976.I, 515), devido a "uma melhor organização do sistema distribuidor, acompanhado por um acréscimo de produção, tanto na agricultura como na indústria".

Relativamente à população de Aveiro, os valores registados oscilam de fonte para fonte, uma vez que quando da realização da Memória Paroquial de 1758, o Prior de São Miguel contou, dentro do recinto da Vila, oitocentos e setenta e dois vizinhos, com duas mil cento e vinte e quatro pessoas e nos lugares próximos de Aradas, cento e setenta e cinco vizinhos, com mais quatrocentos e noventa e duas pessoas (Amorim, Bol. Municipal de Aveiro.

XII, 23/24, 14). Estes valores, da ordem dos 3,1 milhares, são assim justificados: “a falta de Comercio, a continuada vexação das fintas, o estrago das doenças, e finalmente a mudança dos tempos, tem reduzido esta Villa ao pequeno numero de Habitantes, que hoje a povoao”.

Estes dados diferem dos que assinala R. e Cunha (1930, 28), que calcula em 4400 os habitantes da vila, em 1767 e apenas 3500 em 1797 – o que confirma a descrição anterior - estando por isso a povoação a "caminho de se extinguir". Esta situação é confirmada pelos dados recolhidos por Sousa (1979, 54-55) quando dos recenseamentos de 1801-1802, datas em que a população local deveria orçar os 3833 habitantes. Para tanto contribuía a grande mortalidade infantil e a saída da população adulta que não conseguia resistir quer à insalubridade local, quer às fracas condições de vida devido à decadência da atividade marítima.

Nesta data a estrutura etária da população residente na Comarca de Aveiro estava marcada pela dimensão do grupo etário 0-6 anos, que representava apenas 15.8%. Trata-se de um dos valores mais baixos registados na Beira onde se assinala, em simultâneo, uma das proporções mais elevadas do grupo de idosos (com mais de 60 anos), que atingiam os 9%. Estes dados confirmam tratar-se já de uma população duplamente envelhecida, na base e no topo, comprovando assim não só as condições repulsivas que então se faziam sentir nesta área, mas igualmente uma forte incidência dos movimentos migratórios (migrações internas e emigração), atestada pela baixa relação de masculinidade, da ordem dos 91.6%, contada em toda a Beira.

Quadro 5 – Crescimento da população de Aveiro, entre 1417 e 1900

<i>Anos</i>	<i>Fog os</i>	<i>Habitant.</i>	<i>Intervalo</i>	<i>Aum.h abít.</i>	<i>Méd/ano</i>
1417		2800			
1527	894	4500	110	1700	> 15.5
1572	2000	12000	45	7500	> 166.7
1650	1710	7700	78	-4300	< 55.1
1685	1650	7400	36	-300	< 8.4
1736	1331	5324	50	-2100	< 42.0
1767		4400	31	-900	< 29.1
1797		3500	30	-900	< 30.0
1801	1059	3868	4	363	> 90.8
1864		6395	63	2527	> 40.1
1878		6852	14	461	> 32.9
1890		8860	12	2008	> 167.3
1900		10012	10	1152	> 115.2

In: Barreira, 2001, 58

Apesar do largo período a que diz respeito, transcrevemos de Barreira (2001, 58) um quadro síntese do crescimento da população de Aveiro, entre 1417 e 1900. As diversas causas da variação no concelho de Aveiro estão realçadas nos valores de uma evolução que contrariamente a outras cidades do Reino espelha, na sua variação, as causas locais que durante mais de três séculos estiveram na origem dos movimentos naturais e migratórios que afetaram os habitantes. Mesmo que apreciados no seu conjunto, estes dados comprovam a fatalidade que perseguiu esta povoação desde os meados do século XVI por via do fecho da barra, das pestes, das inundações e do decréscimo das atividades marítimas (comércio marítimo, pesca, construção naval, salicultura). Para além destas causas poderemos igualmente invocar as perdas da população causadas pela emigração para o Brasil, quando se incrementou o rush mineiro neste território.

A consulta do estudo de V. Serrão (1975) relativo à estimativa da população portuguesa em 1640, a qual toma por base o conceito de vizinho, ou seja “o chefe de família sem a indicação da respetiva mulher e filhos, quer dizer, o fogo ou o local onde vivia o agregado familiar” (op. cit., 223), permite conhecer a população local à data da Restauração. Os dados recolhidos pelo autor indicam a existência, em Aveiro, de 2000 vizinhos, 1 Hospital, 1 Misericórdia e 1 Feira anual, com a data de 25 de março. Pelo seu interesse transcrevemos a descrição contida neste documento (op. cit., 284): “Aveyro – nueve léguas de Coimbra esta la villa de Aveyro, en llanura remate de una ria que en dos la divide com famosa puente, seguro puerto, fuertes muros, 9 puertas, 2000 vezinos, 4 Parroquias, 3 Conventos de frayles y uno de monjas, se llama Labara (...)”

Esta situação é corroborada por Amorim (1996, 408), que para data posterior afirma: “Demograficamente, a cidade, ao longo do século XVIII, caracteriza-se por uma grande estabilidade do número dos seus habitantes: uma mortalidade acentuada mas que declina lentamente, ao longo do século, acompanhada de uma fecundidade medíocre”. Prossegue, afirmando: “A cidade diminui até meados do século, recuperando então muito lentamente devido a dois fatores de caráter demográfico: por um lado a diminuição da intensidade das crises de mortalidade, e por outro a tendência para um maior acolhimento de gentes num círculo predominante de 30km de raio”.

Outros elementos relativos à população de Aveiro no início do século XIX refletem a estagnação económica a que havia chegado a cidade, aqui confirmada pelo reduzido número dos seus habitantes. A comprová-lo estão não só alguns dos valores demográficos disponíveis, como a redução, em 1835, das quatro freguesias que faziam parte da cidade para apenas duas: Vera Cruz (por anexação com a freguesia de N^a Sr^a da Apresentação) e N^a Sr^a da Glória (pela reunião das freguesias de S. Miguel e do Espírito Santo), separadas pelo canal central. De acordo com Quadros (1984, 95), tal medida ficou a dever-se aos “poucos meios para a decente sustentação de quatro

freguesias e dos seus respetivos párocos e o ser então muito diminuta a população em Aveiro".

Um relatório do Governo Civil elaborado na transição da primeira para a segunda metade do século XIX ajuda-nos a compreender melhor a situação vivida na cidade de Aveiro e na sua periferia (Braga, 1995, 194): "enquanto as povoações rurais aumentam em população e riqueza edificando-se novas casas e reconstruindo-se com melhoria muitas das existentes, vai a Cidade em progressivo abatimento e decadência. Diversas causas têm concorrido para este resultado; em uma terra pobre, sem comércio e sem indústria, não podia deixar de sentir-se a ausência dos principais proprietários devido em grande parte às diversas e sucessivas comoções políticas (...) a abolição de muitos ofícios públicos de cujo rendimento se sustentavam bastantes famílias e enfim, a ausência de um Corpo do Exército em Quartel permanente nesta Cidade.

Além disso os lucros da pesca de que vive mais de metade da população da Cidade têm diminuído consideravelmente por falta de atividade e indústria enquanto à do Mar, e por haver escasseado peixe na Ria desde a abertura da Barra. Mas sobretudo ao estado da Barra é que, no meu entender, deve principalmente atribuir-se a decadência desta Cidade, bem como à falta de vias de comunicação para o interior". De acordo com o mesmo documento a população das duas freguesias urbanas deveria orçar os 4590 habitantes (2279 moradores na freguesia de Sr^a da Glória e 2311 moradores na freguesia de Vera Cruz) representando, mesmo assim, quase metade da população do concelho, ao tempo estimada em 10260 indivíduos (Braga, 1995, Anexo I).

Os dados recolhidos por Rodrigues e Pinto (1997, 139) comprovam a dimensão do crescimento da população de Aveiro, que de 3868 habitantes em 1801, terá passado para 6395 em 1864 e ultrapassado os 10000 moradores, em 1900. Tais valores atestam as transformações que acompanharam o reacender das atividades administrativas, sobretudo depois da elevação a cidade, "fator de atração de gentes, por ter gerado a necessidade de criação dum aparelho administrativo, que despoletou uma certa animação económica" (Amorim, 1996, 187). Estas as atividades que entretanto foram crescendo nesta área ribeirinha depois do longo período de estagnação que marcou a vida do burgo durante mais de três séculos, em que a evolução da barra deu origem à formação de diversos obstáculos à navegação marítima. Como consequência deste fenómeno não só a população local decresceu, como muitas das populações ribeirinhas que viviam das atividades lagunares e algumas populações marítimas do litoral mais próximo, foram obrigadas a deslocar-se para outros sítios da costa atlântica ou já para as grandes cidades do Reino.

Os dados anteriormente referidos relativos à evolução de Aveiro e às suas atividades devem ser completados com outros elementos mais atuais sobre a população e os seus movimentos, natural e migratório, responsáveis pelo crescimento desta povoação. Esta análise terá em atenção os dados estatísticos recolhidos através das instâncias oficiais – na atualidade, o Instituto Nacional

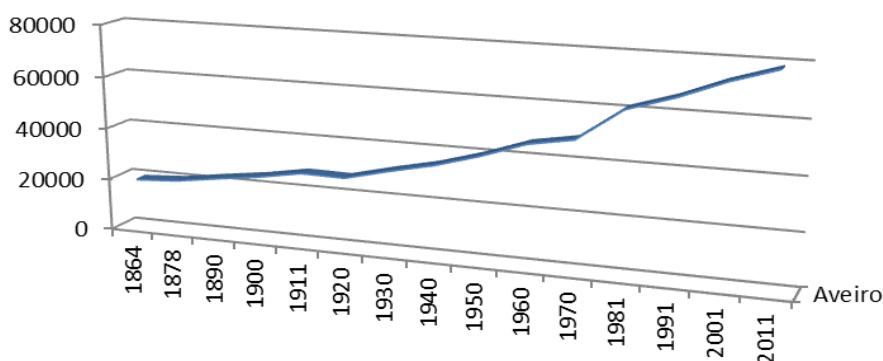
de Estatística, criado em 1935 e anteriormente pela Direção Geral de Estatística, do tempo da 1ª República - quando dos recenseamentos gerais da população, ou seja, desde 1864 até aos nossos dias. Este levantamento demográfico foi 1º recenseamento da população portuguesa elaborado segundo as orientações do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas, de 1853, o qual ditou as regras das operações censitárias realizadas na fase científica, que marca a realização dos censos posteriores.



Demografia: crescimento intercensitário

Com a realização dos recenseamentos da população, iniciada nos moldes científicos atuais em 1864, passamos a dispor de dados que permitem conhecer a evolução estatística da população portuguesa, bem como a sua composição e estrutura. Naquela data a população do concelho de Aveiro orçava as duas dezenas de milhar de habitantes, montante que regista, desde então, um aumento acentuado o qual permitiu, até aos alvares dos anos cinquenta do século passado, uma duplicação dos seus habitantes. A fazer fé em estudos anteriores (Soares, 1904), tal facto deve-se ao aumento da salubridade desta região ribeirinha, facilitada depois da reabertura da barra de Aveiro e à "fertilidade progressiva dos campos, que marginam os inumeros braços da ria e à produção cada vez maior do sal" (op. cit., 28) aliados ao comportamento demográfico dos seus habitantes.

**Figura 9 - Variação da população no concelho de Aveiro:
1864-2011**



Fonte: INE

Uma apreciação conjunta do que se registou entre 1864 e 2001 verifica-se que a população portuguesa sofreu um aumento de seis milhões de habitantes, acréscimo que foi particularmente sentido junto dos grandes centros de Lisboa, Porto e Setúbal, mas que atingiu ainda os distritos de Braga, Aveiro,

Viseu, Leiria, Santarém e Faro. Esta situação deve-se ao reforço da urbanização e litoralização, o que conduziu ao aumento da população urbana no continente, que depois dos anos sessenta viu aumentar estes habitantes em mais de um milhão de indivíduos. Quanto à evolução da população no concelho de Aveiro, esta quadruplicou entre 1864 e 2011.

Nos anos seguintes e à exceção do período intercensitário coincidente com o primeiro conflito armado (1911-1920), durante o qual ocorreu uma perda de 281 indivíduos – devido à gripe pneumónica e ao aumento da mortalidade ligado ao agravamento das condições sociais durante esse conflito - o crescimento manteve-se sempre positivo. Esta evolução está de acordo com o movimento geral da população portuguesa que desde o fim da primeira grande guerra, até aos anos setenta do século passado, registou um acréscimo de cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Quadro 6 – Evolução da população - freguesias de Aveiro

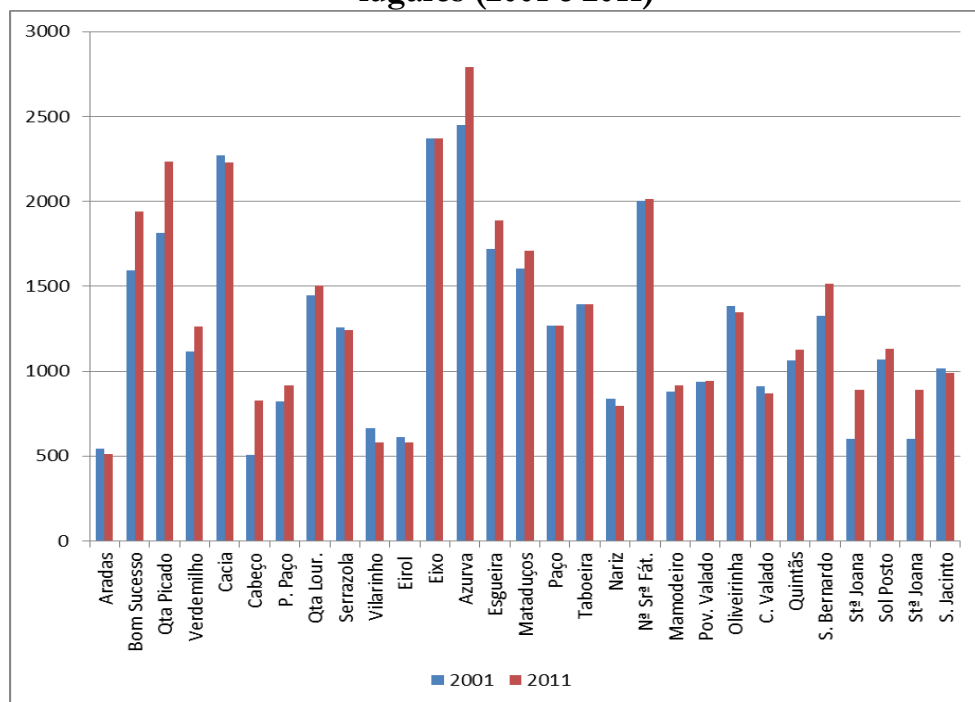
<i>Data</i>	<i>Esgueira (a)</i>	<i>Glória (b)</i>	<i>V.Cruz (c)</i>	<i>Total (a+b+c)</i>	<i>Pop. Total</i>
1864	1836	3151	3305	8292	19296
1878	2109	3524	3613	9246	20332
1890	2361	4351	4567	11279	22719
1900	2491	4674	5277	12442	24919
1911	3015	5131	5806	13952	27802
1920	3182	4488	5789	13459	27521
1930	3744	5690	7005	16439	31644
1940	4215	6846	7974	19035	35303
1950	5205	7987	8981	22173	40187
1960	6858	9422	7787	24067	46055
1970	8390	7200	8145	23735	49005
1981	11720	9235	8926	29881	60284
1991	10702	9864	8854	29420	66444
2001	12262	9917	8652	30831	73335
2011	13431	9099	9657	32187	78450

Neste período se atendermos à evolução nas freguesias urbanas de Esgueira, Glória e Vera-Cruz, verificamos que Esgueira foi a única freguesia que manteve um ritmo crescente da sua população. Glória e Vera Cruz sofreram perdas no período de 1911-20 e mais tarde, entre 1960-70. Neste caso (e por razões de desmembramento do seu território), a variação mais significativa foi acolhida na freguesia da Glória (-33,6%), cabendo a Vera-Cruz um ligeiro acréscimo de +4,6%. De qualquer modo estas três freguesias albergavam, em 1981, cerca de metade da população do concelho, sendo a

freguesia de Esgueira notada por ter duplicado num período relativamente curto, entre 1950 e 1970, o total dos seus habitantes.

Em relação a 1991 nota-se que o peso da população essencialmente urbana no conjunto da população do concelho decaíu para 40,8%, facto que assinala o avanço da urbanização nas freguesias vizinhas de S. Bernardo, Aradas, Oliveirinha e St^a. Joana e outras, que acompanhou a chegada de novos moradores atraídos pelas oportunidades de emprego criadas na cidade e arredores. No início da centúria seguinte, em 2001, o conjunto destas freguesias veio acolher cerca de 24 milhares de habitantes, o que representa quase 1/3 da população do município. Já as freguesias mais distantes de Eixo, Eirol, Requeixo, N^a S^a de Fátima e Nariz, acolhiam cerca de 10,5 milhares ou seja, cerca de 15% da população do concelho.

Figura 10 - Concelho de Aveiro: distribuição da população por lugares (2001 e 2011)



Fonte: INE (2011)

Os dados do XV Recenseamento Geral da População, de 2011, indicam um acréscimo da população no concelho de 5128 indivíduos, elevando para esta data o montante de residentes no Município de Aveiro para 78450 indivíduos. Destes, 37120 eram Homens e os restantes 41330, Mulheres. A sua variação no território não foi uniforme afetando a freguesia urbana da Glória e outras unidades administrativas mais distantes. A sua variação no território não foi uniforme afetando a freguesia urbana da Glória e outras unidades administrativas mais distantes. Com efeito, as densidades demográficas registadas no território do município são variáveis apresentando uma densidade média de 369,3 hab./Km² (em 2009). Esta concentração baixa

significativamente nas áreas que abrangem terrenos de natureza lagunar e nas superfícies húmidas, mas chega a ultrapassar um milhar de habitantes/km² na Glória ou mesmo em S. Bernardo e em Santa Joana. A nível do concelho este crescimento deve-se à fixação de novos habitantes, em estreita relação com o crescimento do centro urbano de Aveiro, expandindo-se com a criação de novas freguesias.

No que respeita à sua variação no perímetro da cidade de Aveiro, nota-se que este território traduz a influência da proximidade da mancha citadina, com a construção de novos aglomerados habitacionais que partilham com o centro urbano alargado, ao já com a periferia, os seus serviços e funções. Assim o comprova a distribuição dos habitantes por lugares, onde se nota uma concentração de cidadãos quer nas sedes de freguesia, quer noutros centros que beneficiam de melhor acessibilidade e vias de comunicação. No caso das freguesias mais distantes, à exceção de Eixo que tem vindo a apresentar um crescimento positivo, as demais sedes de freguesia que fazem parte do arco interior do concelho de Aveiro: Requeixo, Eirol, Nariz, S. Jacinto, registam um crescimento ligeiro da sua população, como é o caso de Requeixo, ou mesmo um ligeiro decréscimo, como sucede nas demais. Esta é uma realidade do município de Aveiro que continua a evidenciar os traços humanos mais antigos relacionados com a ocupação deste território e o caráter periférico da sua distribuição em relação ao seu centro urbano.

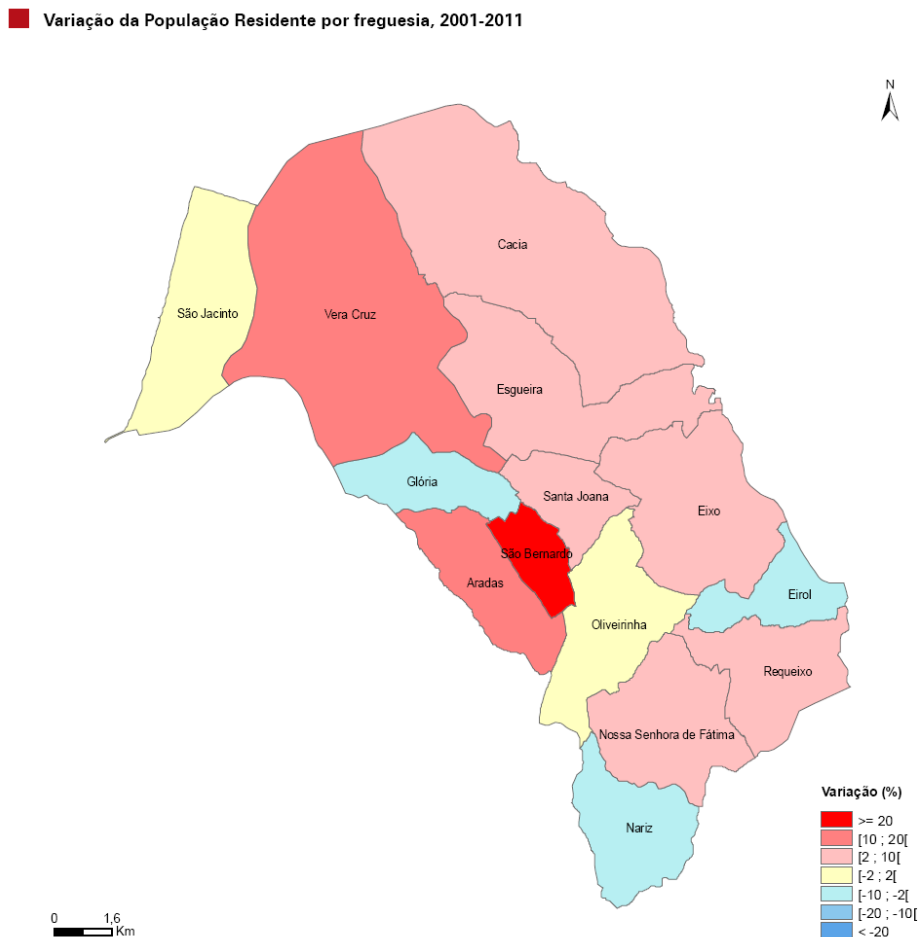
Aqui, como nas áreas de maior fertilidade, humidade e nas terras mais planas do Noroeste português, os traços da ocupação humana estão expressos na diversidade e casais e de lugares, que agrupando os centros administrativos mais antigos ou seguindo as vias de circulação, os núcleos industriais e a proximidade da cidade de Aveiro, favoreceram a dispersão dos aglomerados populacionais de maiores dimensões. Num dos seus estudos, J. Gaspar (1987, 26) assinala que as variações da população nos centros urbanos fica igualmente a dever-se à evolução da estrutura e das funções disponíveis, ao crescimento da cidade e das suas periferias onde se vão constituindo pequenas bacias de emprego.

Não sendo alheias ao movimento natural da população e aos movimentos migratórios (migrações internas e emigração, bastante sentidas em toda esta região), a criação de novas oportunidades de trabalho continua a alimentar alguns destes movimentos, em particular os que afetam a população mais jovem. Daí que a distribuição destes habitantes nas diferentes freguesias do concelho não seja uniforme, sugerindo os maiores valores nos locais de fixação de casais mais jovens e em idade de procriação. Estes movimentos estão associados à estrutura produtiva local, confirmada pela diversidade de ocupações da população ativa residente no concelho e às acessibilidades urbanas de Aveiro e dos municípios que partilham o mesmo território e bacia de emprego. Inserem-se, por outro lado, na tendência geral registada no continente português marcada pela concentração populacional junto da

fachada atlântica – litoralização -, em detrimento do despovoamento das áreas montanhosas e planálticas do interior.

Os dados do XIV Recenseamento da População, de 21 de março de 2011, - INE¹¹, dão-nos uma imagem mais precisa da variação espacial dessa população nas diferentes freguesias do concelho. Em relação aos valores do censo de 2011 e para o conjunto das freguesias do município é de destacar, como foi notado, o decréscimo populacional da freguesia urbana da Glória e no território limite do concelho, em Nariz e Eirol e ainda em São Jacinto. Esta situação, que à escala municipal revela as assimetrias naturais e de crescimento, contraria a tendência geral que ocorreu na área do município de Aveiro e na NUTIII do Baixo-Vouga.

Figura 11 – Variação da população residente por freguesia, 2001-2011



Fonte: INE, 2011

11 Os diversos dados divulgados pelo INE referem resultados provisórios e definitivos. Procurámos seguir os últimos.

A constatação desta diversificação territorial, em termos populacionais e das atividades humanas, é própria das unidades de menor dimensão e das áreas mais vastas, constituindo um dos traços individualizadores da paisagem geográfica e da caracterização das suas unidades dominantes. Contudo, se acompanhada por indicadores de desenvolvimento económico e de carácter cultural, permite construir manchas sociais da população residente e dos níveis de bem-estar que os identifica. Neste caso e no contexto da NUTII da Região Centro, este território tende a esvaziar-se.

Entre o início do século atual e 2011 registou uma perda de – 21,3 milhares, num total de 2327,0 habitantes agora recenseados. Tais valores confirmam a extensão de uma grande área de repulsão populacional existente no centro do país, que apesar da existência da rede de centros urbanos existentes não consegue atrair ou mesmo reter a sua população mais jovem, deixando que os mais idosos engrossem o caudal de residentes. A referida situação tem vindo a acentuar a extensão do despovoamento das terras do interior, marcadas pela existência de algumas cordilheiras montanhosas e por solos esqueléticos ou pouco férteis que permitiram, ao longo de séculos, o pastoreio, uma magra agricultura de subsistência e a exploração dos recursos vegetais. Não obstante os investimentos realizados na melhoria das vias de circulação e ao nível dos diferentes municípios, tal não bastou para agravar o despovoamento há muito registado em diversas áreas e ao longo da raia interior onde cresceram diversas fortificações militares e os portos secos, favoráveis ao comércio entre Portugal e a sua vizinha Espanha.

No que respeita à população portuguesa nas diferentes NUTII, destacam-se as perdas registadas na região Centro (-0,9%) e no Alentejo (-2,3%), face aos valores do censo de 2001. Uma breve referência à evolução da situação demográfica no decurso desta última década permite as seguintes observações¹²:

➤ entre 2001 e 2011, a diminuição da população, de 0,9% na última década, “inverte a trajetória de crescimento que se vinha delineando na década de 90;

➤ com um saldo natural negativo de -2,6%, “existindo um considerável desequilíbrio entre nascimentos e mortes, foi a componente migratória positiva (1,7%) que atenuou o decréscimo populacional”;

➤ a “evolução regional contrariou a tendência nacional de aumento populacional ligeiro (1,9%), suportado pelos saldos natural e migratório positivos (0,2% e 1,7%, respetivamente);

➤ em 2011, a Região Centro concentrava 22% da população nacional, tendo vindo a perder importância ao longo das últimas décadas.”

Estes traços acompanham a diversidade das dinâmicas regionais que identificam o território português no seu conjunto e as diversas NUTII e NUTIII que o integram.

12 http://datacentro.ccdrc.pt/Uploads/Docs/RC_Censos2011_Prelim.pdf, 15OUT13



Demografia: composição e estrutura

Para além dos aspetos relacionados com o crescimento dos habitantes, a composição e a estrutura da população denotam as mudanças sociais operadas no cenário ribeirinho de Aveiro e da sua região. Com efeito, a análise da composição da população do concelho no decurso dos últimos censos, traduzida no sex-ratio de habitantes (H/Mx100), andou próximo de 93%, valor que de forma global traduz um relativo desequilíbrio de sexos justificado pela emigração da população masculina. Já a análise da estrutura etária confirma a tendência geral observada na sociedade portuguesa traduzida no seu envelhecimento progressivo, na redução dos nascimentos e no aumento da esperança de vida da população. Estas situações têm provocado um acréscimo de população adulta e idosa nos centros urbanos e nas áreas mais afetadas pelas migrações.

Quadro 7 - Aveiro: Estrutura da população residente

<i>Ano</i>	<i>P. Res.</i>	<i>Idade</i>			
		<i>0-14</i>	<i>15-24</i>	<i>25-64</i>	<i>>65 anos</i>
2001	73 335	11899	10588	40267	10581
2011	78450	11431	8551	45202	13266

Ao nível do concelho, entre o começo do nosso século e o início do decénio anterior, registou-se uma quebra acentuada da população infantil e jovem até aos 24 anos, a favor do acréscimo da população jovem, adulta e envelhecida (> 65 anos) (INE). A nova realidade evidencia o fenómeno de envelhecimento progressivo da nossa sociedade resultante da combinação dos movimentos natural e migratório e da melhoria das condições sociais, sanitárias e de saúde da população, responsáveis pelo aumento da esperança de vida dos cidadãos. Uma visão alargada deste problema, em 2011, permite situá-lo no decurso da última década nas diferentes freguesias do Município.

Em Aveiro a estrutura demográfica registada entre 1991 e 2001, traduziu-se numa redução do grupo etário das crianças até aos 14 anos: -11,8% e dos jovens adultos, entre 15-24 anos: -3,7%, aumentando a proporção dos jovens adultos: +17,0% e sobretudo dos idosos: +40,3 %. Tomando em consideração os dados de 2011, a percentagem da população de <14 anos representava 14,6% da população total e a população com >65 anos, 16,9%, sendo que a população em idade ativa – 25-64 anos – ascendia a 57,6 %.

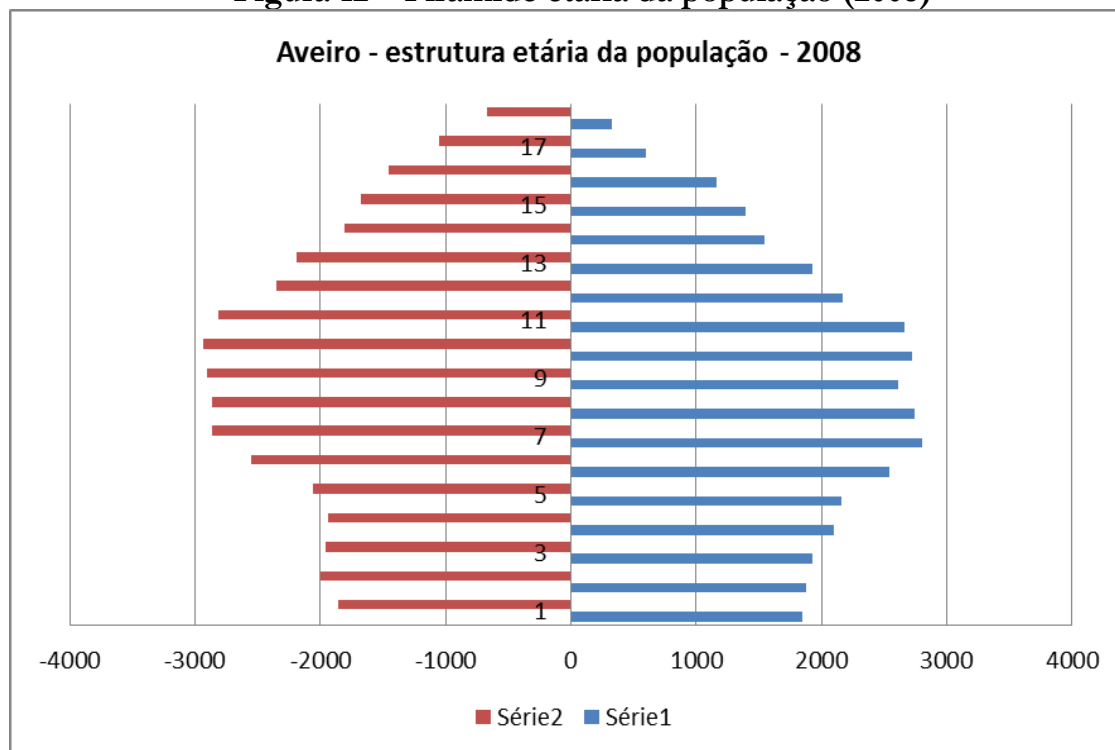
Quadro 8 – Aveiro: Estrutura da população residente (2011)

Zona Geográfica	<i>População residente em 2011</i>					<i>População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)</i>				
	<i>Total (H+M)</i>	<i>Grupos etários</i>				<i>Var. Total</i>	<i>Grupos etários</i>			
		<i>0-14</i>	<i>15-24</i>	<i>25-64</i>	<i>> 65</i>		<i>0-14</i>	<i>15-24</i>	<i>25-64</i>	<i>> 65</i>
Aveiro	78450	11431	8551	45202	13266	6,97	-3,93	-19,24	12,26	25,38
Aradas	9157	1310	924	5364	1559	20,04	19,85	-12,25	26,24	26,44
Cacia	7354	1112	842	4202	1198	4,97	-7,18	-18,09	11,93	16,76
Eirol	753	82	96	404	171	-3,59	-40,15	-3,03	1,25	17,12
Eixo	5571	899	622	3200	850	6,05	-6,45	-21,76	11,07	37,99
Esgueira	13431	2153	1562	7972	1744	9,53	-1,19	-11,95	13,77	33,95
Glória	9099	1012	996	5166	1925	-8,25	-24,19	-37,12	-4,88	22,85
Nariz	1418	206	164	803	245	-3,34	-17,27	-30,21	9,7	-2,39
Oliveir.	4817	708	513	2609	987	0,77	-11,39	-22,39	6,4	13,71
Requeixo	1222	196	129	662	235	2	-10,5	-26,29	7,47	25
S. Bernardo	4960	799	487	2924	750	21,6	19,61	-17,6	30,24	30,43
São Jacinto	993	136	120	563	174	-2,26	-22,73	-32,58	5,04	38,1
Vera Cruz	9657	1325	931	5664	1737	11,62	2,63	-10,57	16,11	20,46
Stª Joana	8094	1182	938	4627	1347	9	-6,49	-14,73	12,03	44,53
Nª Sª Fát.	1924	311	227	1042	344	2,89	-5,76	-17,15	8,88	11,33

O comportamento demográfico dos habitantes no concelho de Aveiro reflete o mesmo tipo de variação, com perdas no grupo funcional dos 0-14 anos e um leve acréscimo no grupo etário dos 15-24 anos. Esta última quebra traduz a redução de nascimentos ocorrida durante o terceiro quartel de Novecentos. Neste caso a distribuição e relevância dos equipamentos sociais destinados à população sénior, à população portadora de deficiência, à população infantil e a outros estratos populacionais, tende a acompanhar a sua distribuição no território mas depende, fortemente, das iniciativas da comunidade e nas múltiplas respostas familiares, institucionais e autárquicas

que promovam o desenvolvimento humano e o apoio social aos que dele necessitam.

Figura 12 – Pirâmide etária da população (2008)



Legenda: Série 1 – H; Série 2 – M

1-17: grupo etário: 0-4; 5-9; 10-14; 15-19; 20-24; 25-29; 30-34; 35-39; 40-44; 45-49; 50-54; 55-59; 60-64; 65-69; 70-74; 75-79; 80-84; > 85 anos.

A imagem comparada da pirâmide etária da população residente (INE, 2008) traduz este comportamento, identificado pela redução do nº de nascimentos (envelhecimento na base) e aumento do nº de idosos (envelhecimento de topo). Este envelhecimento, comum a todo o país, é igualmente comprovado pelo ratio de pensionistas da segurança social/1000 habitantes, que em 2009 atingia os 301,95. Este é um valor revelador do peso desta população sobre a força ativa e de trabalho residente nesta área.

A análise da população ativa e o cálculo das respetivas taxas de atividade, por sexo e grupos etários, indicia a existência de outros fatores que acompanham a importância das diferentes acessibilidades aos bens culturais e ao sistema de ensino. Recordamos a acessibilidade cultural, fruto da herança cultural das famílias, que anda associada aos níveis de instrução da população portuguesa. Por sua vez a acessibilidade económica está ligada aos rendimentos familiares e à repartição da riqueza. Por isso importa atender aos valores relativos à estrutura da população ativa, o que nos permite identificar as alterações estruturais da mão de obra, bem como a intensificação do fenómeno de terciarização evidenciado pelo aumento da população no setor

dos serviços em detrimento dos demais setores de atividade. Assim se verifica em 2011 com o acentuar das mudanças ocorridas desde os anos sessenta na sociedade portuguesa, com a redução dos ativos no setor primário e o empolamento do setor dos serviços.

Tal como notou J. Gaspar (1972, 337), também neste município "a industrialização, pela acumulação de riqueza que produz e pelo adensamento populacional que gera, desencadeia a necessidade de um incremento das atividades de comércio e serviços nos territórios em que se instala". Com efeito a evolução das atividades económicas de Aveiro e do seu concelho foi totalmente alterada desde meados de Oitocentos, quando a qualidade dos solos em exploração e a sua forma animava uma intensa atividade agrícola que permitia que "cerca de 57% da população do concelho trabalha no campo e esta percentagem eleva-se a 93% no Distrito" (Sousa, 1996, 24).

Prossegue o mesmo autor, escrevendo: "A terra, à exceção dos cereais panificáveis em que Aveiro é deficitário, fornece-lhe sustento – milho feijão, batatas, legumes, carne, pelo menos no interior – e ainda alguns produtos de exportação, como as madeiras de pinho, e alguns minérios (...). Contudo, a parte mais dinâmica desse conúbio genésico entre o mar e a terra – a Ria de Aveiro -, autêntica fábrica de sal, peixe e moliço, cuja produtividade se prende com o estado da Barra". O aproveitamento destes casos justifica a evolução da estrutura da população ativa em diversos momentos censitários.

Se atendermos à situação local em finais de Oitocentos (em 1899), este mesmo autor (op. cit., 37) regista a produção de "60.000 toneladas de produção anual de sal, as 12.000 toneladas anuais de peixe, vindo do litoral (quase só de sardinha), cujo valor ascende a 250-300 contos, os 50 contos de valor anual da pesca da Ria e os 100 contos de capital investido pelas empresas em S. Jacinto (...), impõem este complexo económico como 'a melhor fonte das suas riquezas e o principal fator da sua atividade comercial e industrial". De então para cá o recuo da atividade agrícola e da criação de gado, as vicissitudes registadas na barra, a industrialização do concelho, a terciarização crescente da sociedade local, a mobilidade da população, etc., acabaram por alterar esse estado, justificando as alterações demográficas e urbanas mais recentes. Estes factos, conjuntamente com a localização geográfica do centro urbano, têm contribuído para que Aveiro continue a ser um pólo de atração demográfico e económico da região.

Dado que a composição profissional de uma população está relacionado com o tipo de organização da vida económica, justifica-se que os dados acima descritos sejam comparados com a evolução das atividades humanas locais. Assim, traduz estádios distintos de um encadeamento de iniciativas, de oportunidades e de equilíbrios relacionados com o ritmo de crescimento (Lopes, 1995, 4), de aproveitamento dos recursos naturais e humanos e de relações intersectoriais (op. cit., 5). Esta associação é particularmente necessária quando da preparação de "políticas estabelecidas para atingir fins de desenvolvimento", integradas em processos de planeamento (op. cit., 8). É

neste contexto que se devem entender os levantamentos e trabalhos relacionados com o ordenamento social, ambiental e do território do município que nos permitem conhecer o seu crescimento recente e evolução futura. Uma evolução que compromete os diversos atores e cidadãos, obrigando a uma visão esclarecida do que desejam da urbe onde residem e dos grandes desafios que a cidade e a rede de centros urbanos que lhe estão associados, podem responder num futuro próximo.



Dimensões funcionais da cidade

A análise da dimensão societária dos fenómenos geográficos, nas suas relações com os fenómenos de natureza humana, sugere uma apreciação dos aspetos relacionados com a perceção e a vivência do espaço, da distribuição e da difusão dos fenómenos materiais e sociais no território. Não sendo estática ao longo do tempo, a cidade, como um todo orgânico, acaba por refletir na sua vivência diária, feições distintas que comprovam o grau de especialização dos serviços e funções que a diferenciam dos demais centros urbanos em redor.

Parafraseando Dollfus (1973, 52), entendemos o espaço geográfico como “un espace ressenti et perçu par les hommes en fonction de leurs systèmes de pensée comme de leurs besoins”, que traduz vivências distintas consoante a herança cultural dos grupos sociais e que apresenta formas diferenciadas de um processo dinâmico em marcha, em evolução permanente. Neste sentido somos obrigados a considerar o movimento (Hagget, 1976, 43 e segs), como um fator relevante na compreensão das paisagens humanas e da procura de bens e serviços disponíveis num território alargado, dominado por um centro urbano de maiores dimensões (Gaspar, 1972). Trata-se de uma preocupação dominante em alguns estudos geográficos desenvolvidos a partir de meados de cinquenta de Novecentos, como se pode apreciar pela leitura da obra de Gaspar (op. cit.) sobre a área de influência de Évora, trabalho pioneiro e de referência no domínio da geografia locativa e do planeamento regional.

Estudos desta natureza ilustram a atenção que a geografia tem vindo a conceder aos problemas humanos e espaciais, sobretudo os que se relacionam com a organização do território, orientando novas pesquisas sobre a atividade económica, o mercado e os movimentos de pessoas quando da procura de determinados bens e produtos (op. cit., 50). Tais situações são expressas em fluxos e no conhecimento da centralidade (op. cit., 52), a qual traduz (op. cit., 53) “a importância relativa de um lugar em relação à região que o envolve”. Esta noção dá continuidade à linha de pensamento de O. Ribeiro (1970, 101) de que os fenómenos geográficos se deveriam refletir “nas formas da

paisagem, na organização das regiões, nas preferências e modos de atividade das populações”.

A partir daqui podemos entender as novas orientações da geografia, algumas delas defendidas por autores tais como George (1972, 179) sobre a evolução dos fenómenos geográficos e o fenómeno urbano consequentes à revolução industrial, nomeadamente no que respeita às mudanças operadas na sociedade urbana. Acresce ainda a consideração simultânea de diversos aspetos relacionados com a localização das cidades e a sua configuração, os que respeitam ao número e à evolução dos habitantes, à diferenciação espacial das atividades humanas e à estrutura socioprofissional e residência dos moradores. De acordo com este autor (op. cit., 200), a concertação destes estudos pode conduzir a um conhecimento mais adequado das dinâmicas e dos fluxos de diferente natureza, temas centrais para a compreensão dos problemas espaciais e das suas relações com a investigação geográfica.

No mesmo sentido pronunciou-se Claval (1987, 369), quando afirma que “as atividades humanas têm um suporte territorial. A distância trava a interação. O espaço tem uma significação profunda para os indivíduos e para as sociedades”. Daí a diferenciação do poder de atração de um centro urbano, baseado nos equipamentos e serviços de que dispõe, no grau de especialização e na capacidade de satisfação dos clientes que os procuram.

Estudos mais recentes, nomeadamente os que seguiram à investigação de Gaspar (1972), têm vindo a realçar como a componente espacial é determinante na compreensão de certos fenómenos urbanos e na delimitação de áreas de influência e de áreas de mercado, contribuindo desta forma para o reforço da matriz geográfica do conhecimento e da importância desta em diversas áreas de intervenção. Como exemplo destes estudos referimos as redes de transporte e de comunicação e mais recentemente a *Web* que veio facilitar a aproximação dos homens e construir um novo espaço de relação - o ciber-espaço. Este esbateu os limites físicos e facilitou a relação e a sociabilidade entre os cidadãos.

Tal como o reconheceu Dollfus (1973, 6), “l’espace géographique se fait et évolue à partir d’ensembles de relations, mais ces relations s’établissent dans un cadre concret, celui de la surface de la Terre“. Neste caso estamos a pensar no município de Aveiro, onde se exerce o poder local e autárquico, com as suas funções e órgãos próprios, mas também o exercício de outras formas de poder administrativo decorrentes dos serviços aqui sediados ligados à justiça, à segurança dos cidadãos, à segurança social, ao emprego, etc. Igualmente temos de atender ao exercício do poder do conhecimento, centrado nas atividades de I&D desenvolvidas na U.A., nos seus laboratórios e centros de investigação. Cada um deles dá um contributo ao processo de construção de novas regiões e acessibilidades, assente na escolha de novos indicadores, que não só de natureza administrativa e política, até agora utilizados.

As novas formas de organização espacial têm vindo a criar mudanças profundas na nossa maneira de ser, de pensar, de agir e de olhar o espaço

geográfico que nos rodeia. São alterações que resultam de processos de mudança, uns mais lentos do que outros, mas beneficiando do processo de difusão geográfica que corrobora a reflexão de Claval (2001, 216) de que “les transformations sont en cours (...) on sent déjà tout ce qu’elles apportent à la compréhension d’un monde où les conflits ne laissent plus tant de la rareté des ressources que des sentiments d’identité, des images d’autre, et des sentiments de frustration qui les accompagnent“. Tais situações são muitas vezes sentidas de forma impercetível por grupos mais restritos de cidadãos, sobretudo pela população ligada à educação terciária, ou seja, ao ensino superior, mas nenhum poder - em particular o poder local - pode ficar indiferente às centralidades emergentes criadas nas malhas do seu território.

Esta perspetiva vem ao encontro do pensamento de P. George (1972, 26) para quem o espaço geográfico é tridimensional, pelo que pode ser estudado pelos seus traços geográficos como um meio de relações sociais e como um meio profissional (loc. cit.) ou seja, como um espaço de localização. Neste caso, “chaque type de société se projette sur une fraction de l’espace humanisé qui constitue son milieu géographique” que se constitui, também, como um espaço de relação, identificado como “un groupement d’espaces fonctionnellement complémentaires ou similaires, présentant un ou plusieurs caractères d’unité, qui constituent l’environnement familial des individus en dehors de leur espace vécu”. Dado que cada um destes aspetos interage entre si, o espaço urbano assume um papel relevante de ator, juntamente com os cidadãos que o habitam e as instituições que acolhe.

Ao pensarmos no município de Aveiro, temos em mente a junção de certos traços culturais e a noção referida pelo mesmo autor (op. cit., 35), de área cultural, definida “comme l’espace occupé par un type de société globale qui est en même temps un type de civilisation”, decorrente de um processo histórico de ocupação humana e de exercício do poder. Este entendimento vai igualmente ao encontro do preconizado por R. Telles (1988, 187. In: Santos, 1988), quando entende a região, como “um fator geográfico e cultural”, como “áreas geográficas definidas por condicionalismos mesológicos e biológicos que se inter-relacionam intimamente com as realidades culturais, sociais e económicas, consequências da humanização do território” (op. cit., 188). Estes são aspetos que se identificam na orla sedimentar ocidental e litoral onde se localiza a cidade de Aveiro, o seu concelho e o conjunto de municípios da Ria.

Se atendermos, por outro lado, à cidade, temos de evocar o pensamento de O. Ribeiro (1994, 176): “as aglomerações urbanas constituem os nós de uma malha de organização do espaço em função das relações humanas”, animadas por atividades do setor terciário (comércio e serviços) implantadas na sua sede. No caso vertente verificamos que este setor tem acompanhado a evolução do centro urbano refletindo na sua configuração e movimento as fases de evolução do próprio aglomerado. À época a que nos reportamos a evolução das atividades terciárias têm dado origem a uma intensa vida

comercial, representada pelo comércio de retalho, bastante diversificado (sobretudo de frequência diária como o alimentar, mas também o comércio ocasional de vestuário, de produtos de beleza, para o lar e pessoais) e pelo comércio especializado e de distribuição. Estes equipamentos estão representados pelos estabelecimentos do designado comércio tradicional, por outros de criação mais recente e pelas grandes superfícies e centros comerciais existentes na periferia urbana.

Para além deste equipamento, o terciário urbano é ainda composto por diversos serviços pessoais e de recreação, por serviços públicos, de apoio financeiro e técnico-especializados (nomeadamente no domínio da saúde), que no seu conjunto enriquecem o nº e a valência das funções centrais (Gaspar, 1972) que concorrem para reforçar a área de influência deste aglomerado urbano. Neste caso a cidade surge como um lugar central dotado de boa acessibilidade, que ultrapassa largamente os limites do concelho. Tal não surpreende uma vez que as acessibilidades facilitam que o poder de atração da cidade de Aveiro alastre a uma área vizinha que atinge, no caso de diversos bens centrais, os municípios mais próximos.

A cidade funciona como um centro de trocas de alguma dimensão, confirmado pela extensão da sua área de influência determinada pelas funções essenciais de natureza administrativa, defesa, comércio, religiosa e outras, exercidas pelas cidades mais antigas e, sobretudo, pelas antigas capitais de Distrito. A estes serviços junta-se o comércio diário e ocasional, a hotelaria e a restauração, indispensáveis à mobilidade urbana e ao turismo, sendo bem representados no rol de equipamentos funcionais que animam o dia a dia urbano e servem a população que os solicita.

Com a expansão do processo de industrialização-urbanização e o acréscimo e diversificação de funções e de serviços instalados nos centros urbanos, estes passaram a ter uma dimensão funcional, assentando nas valências tradicionais, e uma outra mais lúdica, a que se associam as obras de requalificação e reconstrução urbanas em diversos locais da cidade. No seu conjunto os bens e serviços postos à disposição da população nos centros e nas áreas urbanas permitem hierarquizar a dimensão funcional do centro. Esta dimensão é igualmente determinada pela sua posição e proximidade em relação a outros centros urbanos de grau superior, que com ele concorrem no traçado da respetiva área de influência.

Em trabalho recente editado no âmbito dos 250 anos da cidade de Aveiro, Semedo (2009, 34-44) assinala um conjunto de funções urbanas desempenhadas pela cidade de Aveiro, tais como a Política e Administrativa, Religiosa, Hospitalar, Financeira, Industrial, Turismo, Portuária, Ensino, Comercial. Todas elas assentam num equipamento terciário urbano diversificado e abundante, representando diversas funções centrais que concorrem para reforçar a expressão da área de influência deste aglomerado.

Observou O. Ribeiro (1994, 151) que qualquer cidade caracteriza-se por ser um centro de trocas de dimensão considerável, o que se poderá notar

através da "amplidão da sua área de abastecimento e na irradiação dos produtos que fabrica ou distribui". Contudo, como nota Salgueiro (1992, 105), os elementos disponíveis sobre Aveiro realçam, mesmo assim, uma certa fragilidade do seu sistema urbano - entendido como o "conjunto de lugares e respetivos territórios adjacentes ligados por relações de ordem hierárquica a um centro urbano principal" (loc. cit.). Tal fragilidade anda associada à sua área de influência, a qual é condicionada pela proximidade de outros centros regionais geograficamente consolidados, como sejam Porto e Coimbra.

Assim o notou Gaspar (1993, 79): "Aveiro não se desenvolve como uma grande cabeça, contribuindo para o crescimento de outros centros que, à volta do sistema deltaico da ria e do Vouga, tendem a especializar-se: Ovar, Murtosa, Águeda, Ílhavo, Vagos". É este grupo de centros de média dimensão, localizados em torno de Aveiro e reforçado localmente pelas funções sediadas nas freguesias urbanas de Glória, Vera Cruz e Esgueira e ainda nos espaços vizinhos de Aradas, São Bernardo e de Santa Joana, que reforçam a importância deste centro urbano, não como cidade isolada, mas polarizando uma incipiente mas não desprezível área urbana em construção. Desta área fazem parte as cidades e vilas dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (C.I.R.A.), antecessora da Região de Aveiro.

Os dados referidos num estudo do INE (2004) sobre o sistema urbano, as áreas de influência e a marginalidade funcional na Região Centro, recordam a importância regional de Aveiro no contexto urbano português, nomeadamente na área litoral. Dos indicadores seleccionados o primeiro tem a ver com o índice de centralidade a nível nacional, que situa o centro urbano de Aveiro no 18º lugar de um rank, onde se nota a importância do processo de litoralização e o peso das áreas urbanas de Lisboa e do Porto. Esta situação deve-se ao peso demográfico da constelação urbana construída em torno destes centros, conhecida por Área Metropolitana, e que é particularmente significativa em Lisboa. Aqui, o crescimento demográfico ganhou maior expressão durante a segunda metade de Novecentos, com a industrialização-urbanização da capital e de outros centros mais próximos situados em ambas as margens do rio Tejo.

Uma segunda nota evidencia a imagem de relativa atrofia de Aveiro (o mesmo acontece com Leiria), quando se observa o sistema urbano da região centro. O exemplo destas duas cidades, cada uma no seu extremo, surge associada à luta contra a falta espaço próprio para uma adequada afirmação territorial face aos centros urbanos mais antigos de Coimbra e também do Porto, no caso de Aveiro. Esta situação persiste apesar dos valores da sua população residente, das atividades desenvolvidas, da importância do mercado de transações que as animam e das acessibilidades que favorecem a relação destes centros entre si. Os fluxos que emergem de e/para Aveiro são pouco expressivos se comparados com outras cidades próximas, mesmo se comparados com Viseu, o que nos obriga a refletir sobre a centralidade do

território de Alavario comparativamente ao espaço funcional de outros centros urbanos da Região Centro do país e à capacidade de atração e de irradiação dos serviços de que dispõe. Esta afigura-se como uma questão essencial nas decisões de política municipal e intermunicipal a ter em conta pelos autarcas eleitos.

A consulta de diversos projetos de intervenção no âmbito da C.I.R.A. e da articulação das suas iniciativas com as propostas da C.C.D.R.C. para este território, podem tornar-se como mais-valias significativas para Aveiro e a sua região se forem alcançados níveis de oferta e de prestação de serviços, nomeadamente no domínio da formação dos recursos humanos que superem, pela sua matriz identitária e excelência, a prestação dos centros urbanos que lhe são adjacentes.



Divisão territorial

As notas que coligimos sobre o concelho de Aveiro têm por base a unidade administrativa medievá, “talvez desde o tempo de el-rei D. Afonso III” (Gaspar, 1997, 208), que perdurou até às reformas liberais, coexistindo na sua proximidade com os concelhos de Aradas, Eixo e Esgueira, cujas freguesias acabaram por ser integradas no município aveirense. Estas são povoações com um longo passado histórico, que sobreviveram na sua organização até à reformulação dos governos liberais e às reformas que se lhe seguiram.

Observa Serrão (1989. II, 139) que o processo crescente de municipalização do território reforça a ação fiscalizadora do Poder Central. Por sua vez, Marcelo Caetano (1985, 219) assinala que a reforma dos concelhos como comunidade de vizinhos ou homens-bons, referida ao tempo de D. Dinis (1299) por concilium, manteve-se durante a Idade Média como “a assembleia dos vizinhos de uma povoação reunida para tratar dos interesses comuns”. Estes homens-livres tinham de “resolver os seus problemas pelos próprios meios” (loc. cit.), de “ser arriegados na terra, nela radicados pela propriedade ou pela tradição familiar, homens livres e de condição honrada, não gozando de estatuto pessoal que os isentasse de encargos comuns (como a nobreza e alto clero) ou os submetesse a regime especial (mouros forros e judeus)” (loc. cit.). Como símbolo desse poder municipal temos a casa do Concelho, o Pelourinho (ou a Picota), o Selo e a Forca, que encontramos referidos em diversos documentos e em testemunhos ainda hoje existentes.

A divisão atual do território com base nos concelhos remonta a 1832 - reforma de Mousinho da Silveira (Sousa e Gonçalves, 2002, 23) – quando se “dividiu o Reino de Portugal e Algarves e Ilhas adjacentes, sob o ponto de vista administrativo, em provincias, comarcas e concelhos”. A este respeito

esclarece Souza (1940, 46): “pelo antigo regime, estava o reino dividido em comarcas, que se compunham de diversos concelhos, julgados e ouvidorias”, sendo que no atual distrito de Aveiro “havia, pois, duas comarcas, a de Aveiro (outrora de Esgueira), e a da Feira, cada uma com seu corregedor, mas com um só provedor, o de Aveiro (...)”. Esta divisão foi alterada em 1836, por Passos Manuel (op. cit., 34), que “manteve os 17 distritos administrativos então existentes, subdivididos em concelhos e estes em freguesias, mas reduzindo drasticamente o número de concelhos, passando a existir apenas 351 (...)”.

No texto elaborado por A. Girão, Esboço duma carta regional de Portugal, defende este autor (In: Santos, 1988, 144) que “o concelho constitui uma unidade administrativa que urge respeitar num país, como o nosso, de arreigadas tradições municipalistas”. Tendo presente a ocorrência de sucessivas reformas da administração local registadas no final de Oitocentos e a nova reorganização promovida pelo Estado Novo, consignada no Código Administrativo de 1936, revisto em 1940, o território do Continente foi dividido em freguesias, agrupadas em concelhos. Por sua vez estes agruparam-se em 18 distritos e estes em Províncias. De acordo com esse texto a autarquia local é “pessoa coletiva de população e território e fração do território do Estado que pode simultaneamente ser a circunscrição base (por exemplo, a freguesias) e parte integrante das circunscrições de outras autarquias, ou seja, o concelho e a província” (Sousa, 2002, 66).

Antes da reorganização administrativa de 2012, o concelho de Aveiro era constituído pelas freguesias de Aradas, Cacia, Eiol, Eixo, Esgueira, Gloria, Nariz, N^a Sr^a de Fátima, Oliveirinha, Requeixo, S. Bernardo, S. Jacinto, Santa Joana e Vera Cruz. Já a divisão do território em Distritos, para efeitos de administração pública, surge com a Constituição de 1822 (Título VI, Cap. I, art^o 212), a qual remete para data posterior a sua designação e funções. A Carta Constitucional de 1826 mantém esse projeto mas abre as portas para a divisão futura do país criada pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835 (Sousa, 2002, 17), estabelecendo “um certo número de concelhos, à frente dos quais estaria um administrador geral, de nomeação régia, auxiliado por uma Junta Administrativa em que estavam representados os concelhos, através dos seus procuradores”. Aí se indicam, também, as províncias: Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo, reino do Algarve, Madeira, Porto Santo e Açores (art^o 20). Dada a sua extensão, os limites das referidas províncias não foram ajustados às diferentes divisões militares e eclesiásticas, deixando em aberto essa correção para a definição dos respetivos limites distritais.

Completando esta anotação, acrescenta Sousa (loc. cit.) que durante o Antigo Regime entendia-se por distrito “a extensão, espaço de terreno dentro de certos limites, sujeita a certos magistrados, prelados, juizes, com as comarcas de lavouras, pastos, bosques, soutos que produzem mantimentos, materiais para vestir, edificar, para manufaturas, etc”. Assinala o mesmo autor (loc. cit.) que a precisão destas unidades administrativas surge no reinado de

D. Maria II, “na sequência da revisão da célebre reforma de Mousinho da Silveira, de 1832”, a qual permitiu “reorganizar a administração local em novas bases, determinando a divisão do Reino até dezassete distritos administrativos, os quais agrupavam um certo número de concelhos” (op. cit., p. 18). Prossegue, afirmando (loc. cit.) que “estavam assim criados os distritos, solução de compromisso entre as províncias, circunscrições mais extensas e as comarcas, com área mais reduzida, os quais, com exceção do de Setúbal, desmembrado do distrito de Lisboa em 1926, vieram até aos nossos dias”.

Como escreveu Graça (1992, VIII-IX), “só com o restabelecimento da Carta Constitucional (1834) e, depois, em 25 de Abril de 1835, o território nacional foi dividido em distritos, concelhos e freguesias ou paróquias, tendo à sua frente, respetivamente, o Governador Civil, o Administrador do Concelho e o Regedor, todos de escolha governamental e funcionando como seus agentes”. Foi na sequência do triunfo do Liberalismo que a referida Lei e o decreto de 18 de julho do mesmo ano (Gomes, 1877, 23) criaram o Distrito de Aveiro (1835), constando então de 52 concelhos. A referida divisão administrativa foi alterada nos anos seguintes, sendo que, em 31 de dezembro de 1836, em 29 de outubro de 1840 e em 31 de dezembro de 1853, o número de concelhos foi sendo reduzido. Antes da sua extinção, em setembro de 2011, o Distrito de Aveiro abarcava os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Estarreja, Santa Maria da Feira, Ílhavo, Vale de Cambra, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

A Constituição de 1933 retirou ao distrito a sua função de autarquia local passando este a ser considerado como círculo de administração geral, consagrando-lhe o Código Administrativo de 1940 uma função mais precisa como “circunscrição administrativa para o exercício da ação do Governador Civil” (Graça, 1992, XIV). Por sua vez observa Sousa (2002, 18), tendo por base um trabalho de J. Serra (1991), que o distrito “acabou por se tornar no quadro preferencial da desconcentração dos serviços públicos, dos serviços à política, passando pelos tribunais, e ser adaptado pelo sistema eleitoral e pelos partidos políticos”. Este foi um processo “que o regime democrático, após 1974, continuou a reforçar quer pela adoção dos círculos distritais, quer pela estruturação interna, adaptada aos mesmos, que todos os partidos políticos acabaram por abraçar” (loc. cit.).

Pelo seu interesse evocamos Gomes (1877, 11) e a sua descrição do distrito de Aveiro: “situado na província do Douro, é limitado ao N. pelo districto do Porto, a E. pelo de Vizeu, ao S. pelo de Coimbra, e a O. Pelo Oceano Atlântico. Tem um comprimento de 78 Kilometros, e de largura 50; a sua superfície é de 292:522 hectares”. Completa esta apresentação, referindo: “A sua área é bastante montanhosa: atravessa-a a cordilheira que divide as bacias do Vouga e Douro; e passa entre os rios Paiva e Vouga; e a que corre entre o Vouga e Dão, servindo de divisória às bacias do Vouga e Mondego”. Esta configuração é considerada por Santos (1988, 144) que descreve o

distrito “como circunscrição regional (...) puramente arbitrária, pois os distritos, longe de assentarem em qualquer critério geográfico ou económico, agrupam, com intuítos centralizadores e com a mesma preocupação geométrica (...), concelhos das mais variadas condições, retalhando por vezes regiões muito vastas, cuja unidade importava conservar intacta a despeito de tudo, porque assim o exigiam as suas características essenciais” (loc. cit.).

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (artº 291), a divisão distrital deve existir “enquanto as regiões administrativas não estiverem concretamente instituídas”, cabendo ao Governador Civil “representar o Governo e exercer os poderes de tutela na área do distrito”. Com o início de funções do XIX Governo Constitucional (2011), o cargo de Governador Civil foi extinto e as suas funções transferidas para os respetivos Secretários e, posteriormente, por outras entidades públicas.

Na configuração territorial atual podemos ainda considerar os limites da Diocese de Aveiro, formada por dez Arciprestados e cento e uma Paróquias agrupadas na mesma unidade religiosa. Nesta divisão o território de Aveiro integrava, desde a fundação da nacionalidade, a Diocese de Coimbra. Dela dependiam as quatro paróquias de Aveiro, criadas em 1572, numa época em que a povoação registava ainda uma grande atividade económica, como significativa era também a sua população. As questões históricas que decorreram no século seguinte, durante o domínio Filipino e a situação vivida depois da Aclamação, mantiveram as aspirações religiosas da população local e o sentir da sua autonomia em relação a Coimbra.

O apreço régio de D. José pela população aveirense quando do atentado de 1758, ficou expresso na criação da Diocese de Aveiro desmembrando-a de Coimbra, o que sucedia desde o período da Reconquista em que esta estendia-se para norte, até aos limites do rio Antuã. A criação da nova Diocese, em 1774, “com o mesmo território da antiga Comarca ou Correição de Esgueira” (Christo e Gaspar, 1986, 164) a qual estava sujeita ao bispo de Coimbra, passou a ter como metrópole a cidade de Aveiro. Diz-nos Gaspar (Bol. Municipal de Aveiro, XIII, 25/26, 33) que esta abrangia quatro jurisdições inferiores - Recardães, Ílhavo, Águeda e Oliveira do Bairro – com as suas respetivas aldeias. Por sua vez, Gomes (1877, 117) regista que “por carta de aviso do Marquez de Pombal de 10 de março de 1775”, foi o Bispo de Aveiro autorizado “a celebrar o ato da sua posse na igreja da misericórdia, que passou servindo de cathedral” (loc. cit.).

Note-se que as relações entre a administração da Irmandade da Misericórdia e o Bispo local foram motivo de algumas intervenções régias, estando mais tarde na origem da transferência da Sé para a Igreja do Convento Dominicano de São Domingos. Sobre este assunto fazemos ainda notar que criação da Diocese de Aveiro – sufragânea da Arquidiocese de Braga - em 12 de abril de 1774, pelo Papa Clemente XIV, a pedido do monarca D. José I, é justificada por Amorim (1996, 56) que afirma ter havido a preocupação de dar a Aveiro “um papel crescente entre dois polos que

tradicionalmente se impunham, em termos de jurisdição política e religiosa - Porto e Coimbra", situação que se tem mantido ao longo destes últimos séculos. À data da sua criação a comarca ou provedoria de Esgueira “agrupava 71 freguesias, com mais de 20000 fogos e cerca de 75000 habitantes”.¹³

Por sua vez regista Gaspar (1980, 11) que esta Diocese foi “Forçadamente extinta em 1882 – ano em que o território a sul do Vouga voltou a ser incorporado na Diocese de Coimbra”. Tal medida levou a que se fizessem sentir as vozes do clero e de freguezes reclamando contra tal medida, invocando a injustiça e os transtornos causados contra a influência do bispo de Coimbra, que nunca terá ficado satisfeito com a redução da sua diocese e a criação da de Aveiro. Sobre este assunto transcrevemos um excerto da Carta enviada em 1881, antes ainda de tal decisão, ao Monarca onde se afirma:

“Senhor! A supressão do Bispado d’Aveiro, além de ser uma offensa às velhas tradições e costumaz, é um menospreso para esta Cidade, e um motivo de incomodos e transtornos e despezas para os Povos d’esta circunscripção ecclesiastica, já por terem de ir ao Porto ou a Coimbra, já por que os despachos, nas Camaras ecclesiasticas d’estas Cidades, são muito mais despendiosos, do que são no atual Bispado de Aveiro”. A restauração da Diocese de Aveiro foi restabelecida em 11 de dezembro de 1938, ficando a ser pastoreada por D. João Evangelista de Lima Vidal. Com a restauração da Diocese são transferidas para esta as responsabilidades da gestão católica das Paróquias que a integravam.

Diz-nos Gaspar (1998, 44) que “as paróquias, cuja importância social excederia a das próprias instituições municipais, embora já delineadas em épocas passadas, foram-se reestruturando entre os séculos XI e XIV, segundo o progresso da evangelização e da colonização das terras reconquistadas aos mouros”. Prossegue, assinalando que a designação futura da freguesia resulta do apoio dado pela Igreja aos seus paroquianos e daí que “fossem naturalmente denominados filii ecclesiae, donde derivaram as palavras comuns de freguesia e filigreses – fregueses”. Esta designação tem a ver com a sua relação com o pároco, tido como elemento aglutinador dos habitantes dos núcleos de povoamento que se iam estabelecendo na periferia dos templos.

A delimitação destes espaços e circunscrições de natureza civil e religiosa está associada ao traçado de limites reais e mentais, sugerindo mapas de vivência, de poder e de representação social. No que respeita à Diocese, os Arciprestados que a integram: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos, ocupam o território mais setentrional da Diocese de Coimbra quando foi desmembrada para constituir a nova unidade religiosa de Aveiro. Por sua vez as paróquias a norte da antiga fronteira da bacia do Antuã, anterior limite da Diocese de Coimbra, estão integradas na Diocese do Porto.

13 Consultado em: <http://www.diocese-aveiro.pt/showpg.asp?pgid=4>, em 12MAI2011

Estas notas confirmam-nos que a divisão administrativa foi-se consolidando com base nas divisões eclesiásticas – as paróquias ou freguesias religiosas –, nas freguesias e nos concelhos, outrora da responsabilidade do poder régio e agora fazendo parte do sistema político e das autarquias locais. Mesmo assim alertam-nos para a necessidade periódica da sua avaliação tendo em conta as dinâmicas culturais, territoriais e demográficas que marcam o processo de mudança da sociedade portuguesa, isoladamente e no seu contexto europeu. Também aqui são de assinalar comportamentos demográficos e dinâmicas de crescimento diferenciadas e uma procura crescente por parte de novos moradores que buscam, na velha Europa, um lugar de refúgio condigno para a vivência da sua condição humana.



Eirol



Heráldica da Freguesia de Eirol

Esta antiga freguesia do concelho de Eixo, designada por Sta Eulália de Eirol, surge em várias referências do povoamento medievo das Terras do Vouga. Uma dessas menções é assinalada por Gaspar (1998, 39) que dá conta de uma “doação feita por el-rei D. Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, em dezembro de 1166, de propriedades onde consta o lugar de Santa Eulália de Eirol, “com todas as suas pertenças” (loc. cit.). Regista o mesmo autor (loc. cit.) que “Eirol e Carcavelos, no século XVI, passariam para a posse do mosteiro de S. Salvador de Grijó”, o que evidencia o esforço desta comunidade conventual em relação ao povoamento das terras do baixo Vouga e o arroteamento progressivo da sub-região pantanosa do concelho de Eixo, que passou posteriormente para o concelho de Aveiro quando aquele foi extinto.

A sua antiguidade está ainda confirmada na referência ao foral de Segadães, que recebeu em 1516. Esta freguesia foi separada da de Travassô (que incluía o lugar de Carcavelos) em 1620, mas continuou “sob jurisdição do mosteiro de S. Salvador de Grijó, até 1834” (Gaspar, 1998, 169) e pertencente ao Priorado deste convento. Faz notar este autor (loc. cit.) que o trabalho de

exploração agrícola foi feito “a soldo dos senhores que haviam conquistado as referidas terras ou as tinham adquirido por doação”, sendo incentivada por essas comunidades religiosas. Por sua vez diz-nos Costa (1938.VI, 166-167) que em 1839 esta freguesia aparece integrada na comarca de Aveiro, embora pertencente ao “concelho de Segadães, em 1852 na mesma comarca e concelho de Eixo; em 1862 na comarca e concelho de Aveiro e em 1878 no julgado de Requeixo”. Entretanto há a registar uma nota sobre a sua extinção, proposta colocada pelo Governo Civil de Aveiro à Câmara de Eixo, juntamente com a criação da freguesia de Oliveirinha. O reduzido crescimento demográfico dessa terra ou os interesses emergentes da classe política local estiveram na base dessa intenção, mas o respetivo órgão respondeu “que não convém a sua extinção, não só por ser muito antiga mas porque os povos dela olham para isso com desagrado” (Gaspar, 1998, 182).

Quanto à designação deste lugar, poderá a mesma ver com a palavra Eiró? - enguia ou espécie de enguia, existente em abundância e que “se propagam na ria” - conforme Quadros (1984, 27) assinala a propósito do topónimo de Aveiro (Ave e Iró ou Eiró)? Ou deriva da existência de antigas “eiras” destinadas à seca de cereais? Uma questão em aberto mas justificada pela localização da freguesia na margem esquerda do rio Vouga e da cultura de cereais que beneficia da qualidade dos solos de aluvião e dos traços climáticos que apresenta.

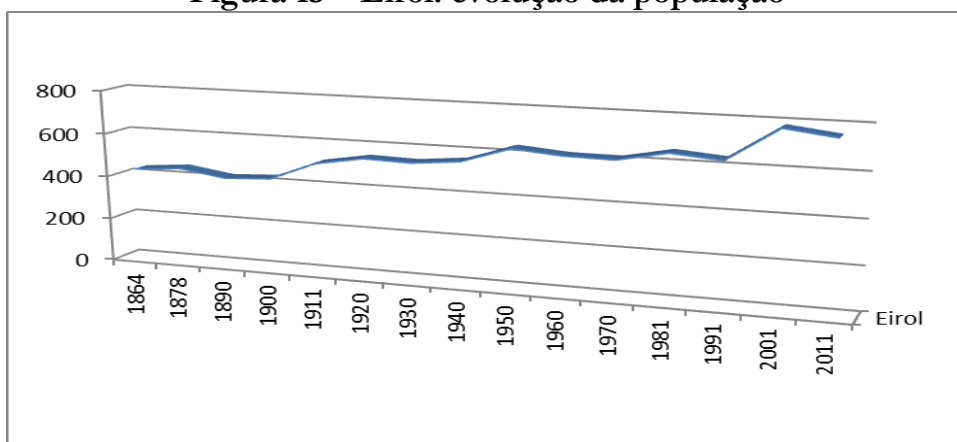
A este respeito escreveu P. Leal (1873. III, 10) que “a terra é muito fértil em todos os géneros de agricultura. Cria-se aqui muito gado, que se exporta”. Uma atividade rural que tem acompanhado a evolução desta freguesia cuja sede, alcantilada sobre o vale, deixa a descoberto uma atividade rural de onde ressaltam as antigas culturas do milho e do arroz e a fragilidade dos solos alagadiços, de tipo paul, que ganham expressão nas freguesias vizinhas de Requeixo e de Fermentelos. Uma atividade centrada na agricultura e na vida simples dos seus antigos habitantes, concentrados em torno da velha igreja construída com pedra da região e que serve de referência aos fregueses e aos que habitam o mesmo vale.

Para além da atividade rural situam-se nesta freguesia restos de explorações de grés vermelho ou arenitos – o arenito de Eirol -, utilizados na construção do Farol da Barra (Loureiro, 1904, 78). Tais depósitos - Triássicos e Cretácicos - servem de escarpa ao leito do rio Vouga, entre Eirol e Eixo, que depois desta localidade prossegue em vale alargado por Angeja e Cacia (Girão, 1922, 48). Como terra rica em água impõe-se uma referência à Ponte da Rata com o seu aqueduto de três vãos sobre o rio Águeda, que serve para recordar as cheias violentas e a corrente de águas “de jusante para montante” (loc. cit.), que se fazem sentir nesta área da bacia do Vouga. Antes da sua construção o atravessamento do rio era feito através de uma barca de passagem. Mais tarde a acessibilidade a esta freguesia foi facilitada pela linha do Vouga, infraestrutura que poderia servir de transporte de novos habitantes que quizessem disfrutar, na povoação tipo “ninho de águia” (J. Magalhães Lima)

ou nos lugares vizinhos, a paisagem rural permitida pelo vale e pela vegetação dos rios Águeda e do Vouga.

Os dados da população residente em 2011 apontam para uma perda diminuta de habitantes (cerca de três dezenas), mas que analisada no seu contexto geográfico chama a atenção para o reduzido peso demográfico desta freguesia – 753 habitantes em 2011 – na sua dimensão e conexão com as demais freguesias interiores de município de Aveiro. O incremento de novas oportunidades de trabalho no perímetro de Aveiro têm vindo a facilitar a fixação de maior número de moradores nos dois principais lugares da freguesia, Carcavelos e Eirol, apesar dos valores elevados da emigração anteriormente registados nesta área do município de Aveiro.

Figura 13 – Eirol: evolução da população



Esta situação contraria a antiga distribuição em casais, que tendo como base de subsistência em culturas cerealíferas de regadio ou mesmo trigo e centeio, asseguravam a subsistência de diversos moradores ocupados nas lides agrícolas permitidas nos campos do baixo Vouga. A evolução dos habitantes da freguesia faz antever a própria evolução das atividades económicas locais deste antigo priorado da apresentação do Convento de Grijó, que tendo conhecido foral ao tempo de Dom Manuel (em 1516), foi sendo conhecido pela elevada produção das sementes cerealíferas e produção de outros produtos da terra.

A população residente nos principais lugares da freguesia repartia-se pela sua sede: Eirol – 581 hab. e Carcavelos – 169 habitantes.



Eixo



Heráldica da freguesia de Eixo

O território desta freguesia apresenta vestígios de um povoamento pré-histórico, romanizado e evoca as raízes medievais das terras de Eixo (já referidas em 1079) e do seu concelho, cujas notícias datam de 1282 (Neves, 2011, 46). Por sua vez Bastos (2006, 81) regista que o Cenóbio de Santo Isidoro de Eixo data de 1095. De acordo com a mesma autora (op. cit., 84), “os mosteiros funcionavam como centros espirituais e culturais (...) autênticos bastiões de revitalização económica, promovendo a (re)organização e amanho das parcelas fundiárias” e dessas tarefas estavam ocupados os fregueses que se fixavam nas terras pertencentes à Igreja e às suas ordens.

Como fez notar Gomes (1877, 167), “ignora-se a epocha da fundação da villa de Eixo”. Contudo na sua descrição sobre o “almoxarifado de Eixo” indica várias datas em que estas terras aparecem mencionadas: 1079, 1289, 1324 e 1413. Já Gaspar (1998), num dos seus estudos sobre esta vila e concelho, dá-nos conta da longa história e património deste antigo “almoxarifado” ou seja do território “reguengo”, sob alçada de um oficial régio especializado no fisco – o almoxarife (op. cit., 57).

Sobre a antiguidade desta terra, P. Leal (1873. III, 12) confirma que no ano de 1095, o “famulo de Deus, Zoleima Gonçalves, fez doação de certas propriedades á egreja e mosteiro de Santo Isidoro d’Eixo”, no território da então Diocese de Coimbra e próximo da cidade de Marnel. Assinala ainda (op. cit., III, 10) a doação de terras da freguesia, por D. Dinis (por serem “reguengas estas terras” – op. cit., 11) ao Mosteiro de Santo Tirso e a importância desta povoação a qual, “depois de Aveiro, é a villa de Eixo a terra maior do concelho”. Por sua vez, nota Gomes (1877, 168) terem sido estas terras “confiscadas por D. João II, e doadas à princeza Sancta Joanna, por cuja morte no convento de Jesus de Aveiro voltaram para a coroa em 1490” (op. cit., 168). A sua importância fica igualmente assinalada pela presença do monarca D. Fernando, que no ano de 1372 aqui doou a Vila de Aveiro a sua esposa, D. Leonor Telles, quando se dirigia ao Mosteiro de Leça do Balio para o casamento com esta princesa.

O concelho de Eixo teve foral novo concedido por D. Manuel, em 2 de junho de 1516, aos “Concelhos e Terra de Eixo e Requeixo, tendo principalmente em vista a cobrança e arrecadação das rendas e direitos reais” (Gaspar, 1998, 63). Diz-nos o mesmo autor (op. cit., 72) que em 1645 “a Casa

de Bragança ficou a ser titular do Almojarifado e Julgado de Eixo que, além deste, eram constituídos pelas Vilas e Concelhos de Requeixo, Ois da Ribeira, Paus e Vilarinho do Bairro – todos, por isso mesmo, da Comarca, Correição ou Provedoria de Barcelos”. A sua ligação à Casa de Bragança assim o determinou uma vez que, como nota Gomes (1877, 168), “a sereníssima casa de Bragança até 1832 não só recebia os foros, rações e laudemios das terras de Eixo, que lhe resavam os seus tombos, mas até se arrogava o senhorio da generalidade do terreno”. Tal situação durou até 1846 (op. cit., 169), quando “foram revogados os foraes, e extinctos todos os foros, serviços e prestações agrárias de qualquer natureza ou denominação”.

Por sua vez faz notar Miranda (1866, 8) que a par da Casa de Bragança, “tinham allí terras outros senhorios” como a Ordem do Hospital ou de Malta; os conventos de S. Tirso, de Grijó, de S. Pedro de Rates, de Lorvão, de Sta Cruz de Coimbra e outros, nomeadamente casas de fidalgos que repartiam entre si o território do Almojarifado de Eixo. Faz ainda notar este autor (loc. cit.) que tais “aquisições proviessem de doações de antigos Senhorios d’essas terras; umas porque mettiam n’essas casas religiosas pessoas da sua família, que queriam dotar (...); outras por mera devoção e liberalidade, para com essas Casa religiosas, como a respeito das terras de Sta Cruz, de Pedroso, e de Sto Thirso”.

Ainda sobre a importância da povoação, observa Costa (1838.VI, 168), que “a grandeza e amenidade da terra devia convidar os seus antigos donatários (da grande casa de Marnel) a viverem por algum tempo”, facto que está relacionado com o crescimento e importância que a Vila assumiu como sede concelhia de um território alargado e habitado por habitantes que se distinguiram na vida religiosa e política local e nacional. Contudo pouco numerosa era ainda a sua população quando do Numeramento de 1527 quando o concelho de Eixo, que compreendia a vila de Eixo e oito povoados, tinha apenas 109 vizinhos (Neves, 1968, 8) - valor que pode corresponder a cerca de meio milhar de habitantes - assim distribuídos: “Póvoa de Valade – 9 v.; Valade – 6; Mamodeiro – 1º; Sampaio – 4; Requeixo – 24; Carcavelos – 3; Azenhas de Água da Granja e Venda – 4; Salgueiro – 3”.

Refere-se este mesmo autor (op. cit., 19) ao forte desenvolvimento agrícola registado neste concelho durante os séculos XVI e XVII e que levaram, no termo de Seiscentos (em 1689), que estivessem referenciadas no termo da vila de Eixo os seguintes lugares e póvoas: lugares – Requeixo, Mamodeiro, Póvoa, Valade, Salgueiro, Quintãs de Gonçalo Gonçalves, Mouta, Quintãs do Salgueiro, Marco, Carcavelos, Verba; póvoas – Azenha de Baixo, Granja de Baixo, Granja de Cima, Picotos, Cavalinhos, Carregais, São Paio, Sanguinheira, Pericosa e Costa de Valade.

A importância do antigo concelho de Eixo está confirmada por ter sido sede de Juizo de Fora (Leal, 1873. III, 11) e “Juizo Ordinário (composto das freguezias de Requeixo e de Fermentellos, e dos curatos d’Eirol e Nariz”, sendo extinto em 1853 e a freguesia e lugares incorporados no concelho de

Aveiro, mantendo a sua sede a categoria de Vila. A este respeito Ferreira (2005, 115) dá-nos conta de algumas alterações então operadas: Horta e Eirol, transitaram para Eixo; Fermentelos, até então integrado no concelho de Óis da Ribeira, transitou também para o concelho de Eixo (tendo sido incorporado, em 1895 no concelho de Águeda); Nariz, até então dependente do concelho de Esgueira, foi igualmente integrado em Eixo e o lugar de Taipa (Requeixo), foi também incorporado neste concelho. Sobre os lugares desta freguesia diz-nos ainda o autor (loc. cit.) que esta antiga paróquia de Santo Isidoro de Eixo deu lugar, depois da criação da freguesia de Santo António da Oliveirinha, em 1849, aos lugares de Horta e de Azenha de Baixo.

Confirmando o que anteriormente foi assinalado, Costa (1938.VI, 169) observa que “depois de Aveiro, é a villa de Eixo a terra maior do concelho, passando pela sua principal rua, chamada Rua Direita, que tem 2km de comprimento, a estrada de Aveiro a Águeda”, circunstância benéfica para o comércio da terra e das populações locais. Esta via facultava a ligação do território de Aveiro à antiga estrada mourisca que ia de Lisboa ao Porto, razão pela qual assumia uma significativa atividade comercial. Sobre as atividades da população, diz-nos Ferreira (2005, 19) que o seu antigo concelho, composto por dois núcleos principais, a sede e Requeixo, “prefigurava-se como um pequeno burgo com ares de urbanidade”.

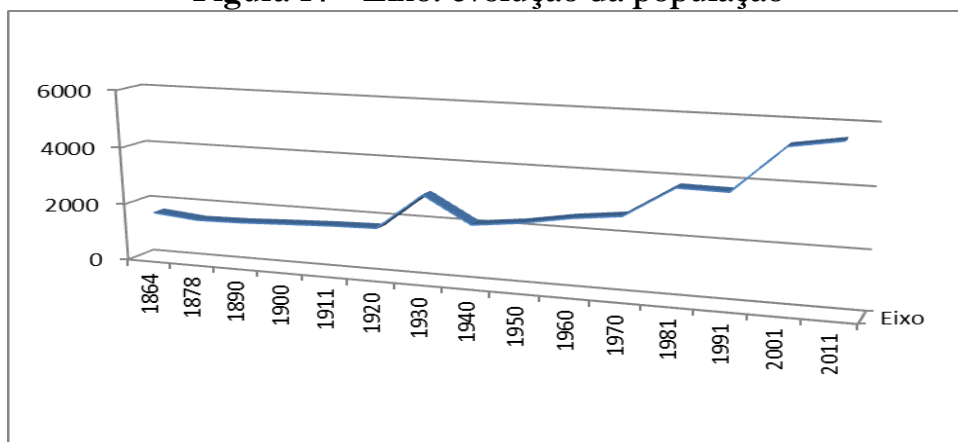
De notar a atividade agrícola centrada em algumas quintas onde abundava a criação de cereais: milho, trigo, cevada, aveia e centeio e a criação de gado vacum e cavalar (Leal, 1873. II, 12), para a qual concorrem “os muitos e bons pastos, não só dos terrenos altos, mas, e principalmente, dos extensos terrenos do campo ou terras baixas, que ficam entre a villa e as margens do rio Vouga”. Este é o principal acidente geográfico desta freguesia. Assinala-se ainda a tradicional indústria cerâmica de telha e tijolo, descrita por Gomes (1877, 171) como já existindo em 1555. Estas afirmações estão reafirmadas no trabalho assinado por Almeida e Leal (1987) sobre a descoberta de um forno no sítio da Costa de Arriba, lugar de Ribeirinha, destinado ao fabrico de telhas, tijolos e outros produtos para construção, datados entre os séculos I e III d.C.

Já a manufatura de caldeiras de cobre e outras obras, que “quase foi um monopólio d’esta villa” (Gomes, 1877, 171), geraram emprego e rendimentos a várias famílias devido à sua exportação para os principais mercados do país. Estas as atividades que deram nome à povoação e cuja memória, conjuntamente com os solares e o demais património edificado, abonam a favor da antiguidade e importância desta freguesia e concelho, que tendo deixado de o ser, mantem no seu estatuto de Vila a representatividade de um importante pólo de povoamento medieval. Quando da reforma liberal de Oitocentos, foi deixado cair a favor de Aveiro. Tais atividades alimentavam diversas profissões ligadas ao funcionalismo público e outras que serviam de suporte à vida da população: alfaiates, padeiras, peneireiros, sombreireiros e outros.

O testemunho de Vidal (1967, 187) diz-nos bem da apresentação deste lugar: “Eixo é uma aldeia graciosa e poética – a rainha das aldeias – uma linda Ceres no meio dos campos, de pés molhados das águas do seu ribeiro, de regaço atulhado de espigas e de cachos de uvas, de braços nus para o trabalho, de foice ao ombro, de rosto cheio, aberto, ridente”. Descrição algo diferente, recolhida do imaginário popular é aquela que Sarabando (1966, 16) recolheu:

“Terra de Eixo, terra de Eixo
Forte terra me gabais,
Que não tem senão loureiros
Para ninhos de pardais...”

Figura 14 – Eixo: evolução da população



O crescimento económico de Aveiro deu lugar à construção de novas áreas residenciais o que facilitou um acréscimo dos seus habitantes nos principais lugares da freguesia: Azurva (por incorporação deste lugar da freguesia de Esgueira) – 2790 hab.; Eixo – 2368 hab. e Horta – 333 habitantes. Estes são os lugares que permaneceram na antiga freguesia depois da desanexação de Oliveirinha, quando a área total da freguesia-mãe passou, de quarenta e seis, para dezasseis Km². Os dados de 2011 registam uma população de 5,5 milhares de indivíduos, o que representa um acréscimo de quase três centenas de habitantes em relação ao início do século.

É no espaço desta freguesia que se situa a Quinta de São Francisco, com cerca de 14 ha. Propriedade da Portucel-Soporcel desde 1982 e outrora da família Magalhães Lima, é referida pelo significado do seu arboreto. Iniciado pelo seu antigo proprietário, Jaime Magalhães Lima, este é constituído por mais de 150 espécies vegetais, principalmente eucaliptos. Aí tem a sede um centro de investigação tecnológica (Instituto de Investigação da Floresta e Papel – RAIZ), que desenvolve trabalhos de pesquisa relacionados com a atividade da empresa, a floresta e a produção de pasta de papel.



Emigração

Tal como sucedeu em relação a outros distritos do continente também em Aveiro a emigração tem uma tradição antiga, associada à crise das subsistências, à atividade portuária e à navegação com o exterior. Lembra-nos O. Martins (1956, 211) que "as repetidas e abundantes sangrias desde a primeira expedição ultramarina que foi a de Ceuta", as catástrofes e as precárias condições da economia portuguesa justificam a expansão deste movimento, que tendo o Minho como centro de irradiação, alastrava "pelo litoral, para sul (Beira-Alta) nos distritos de Aveiro e Coimbra principalmente" (op. cit., 219). Um fenómeno que o referido autor justifica (op. cit., 221), "não provém dum capricho, de aventura, de uma sede de enriquecer", mas sim da "míngua de meios de subsistência" que conduziam à "indústria agrícola da engorda do gado humano para exportação".

Embora difíceis de contabilizar (dada a falta de elementos estatísticos), mas de acordo com a tradição desta área, as saídas para o Brasil (e eventualmente para outras paragens) interessaram desde muito cedo à população ribeirinha. Disso nos dá conta Gomes (1877, 19), que no decurso do último quartel de Oitocentos, escreveu: "tem sido immensa a emigração no nosso districto com relação ao Brazil". Prossegue, afirmando: "Ainda assim não há motivo para grandes receios, porque não é a miseria ou a falta de trabalho que obriga aquelles nossos irmãos a abandonarem o solo querido da pátria, mas antes a ambição de riqueza". Mais ainda: "Nem as doenças, que em tempos normaes levam 27% da colónia portugueza, nem a epidemia de febre amarella, que quasi annualmente alli se desenvolve, teem detido a corrente emigratória".

Sobre os valores indicados por este autor (loc. cit.), entre 1868 e 1873 saíram 7996 indivíduos oriundos do Distrito de Aveiro, sendo este o 2º Distrito do país a fornecer os contingentes para a emigração. Acrescenta o seguinte comentário (loc. cit.): "Considerada a emigração, como geralmente o é, uma exportação de braços e capitães, nós, os habitantes do districto de Aveiro, podemos chamar-lhe antes exportação de braços e importação de capitaes".

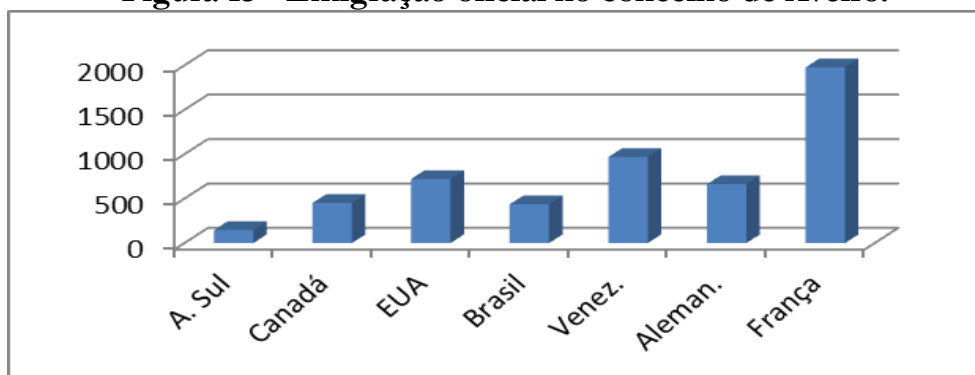
A apreciação da evolução da emigração portuguesa registada desde o século XX, levada a cabo por J. Evangelista (1971, 132-150) e outros autores (Arroteia, 1983), permite conhecer com maior detalhe a extensão deste fenómeno desde o terceiro quartel do século XIX. Atesta também a sua importância no distrito de Aveiro, tido conjuntamente com os distritos contíguos do Porto e de Viseu como uma das áreas de forte emigração transoceânica (Brasil, Venezuela, Argentina, E.U.A. e Canadá), antes da sua orientação para a Europa. Os valores globais referentes à emigração legal entre os finais de noventa do século XIX e meados do século XX, registam quase uma centena e meia de emigrantes, representando cerca de 10% do total de saídas estimadas no continente ao longo desse período. Aveiro,

conjuntamente com os distritos do Porto, de Viseu e de Coimbra contribuíram com cerca de metade das saídas oficiais então registadas, num total de mais de um milhão de emigrantes.

No que concerne ao distrito de Aveiro este movimento registou um período de maior intensidade entre 1920 a 1929, em que a média anual de saídas ultrapassou as 4500, com um máximo de 7989 emigrantes em 1920. No período seguinte, entre 1930 e 1939, a média anual de saídas baixou para 1500 e entre 1940 e 1949, decaiu ainda mais para cerca de um milhar de emigrantes. Após o segundo conflito armado e com o incremento das saídas para a Europa, a emigração ficou assinalada por um novo acréscimo dado que, apenas entre 1955 e 1959, o total de emigrantes oficiais ascendeu a mais de uma dezena e meio de milhares. Já nos anos seguintes esta variação acompanhou as tendências gerais da emigração, tendo-se registado 13,9 milhares de emigrantes no distrito entre 1960 e 1964; entre 1965 e 1969, quase três dezenas de milhares e entre 1970 e 1974, pouco mais de duas dezenas de milhares. Estes valores referem-se, apenas, às saídas legais registadas pelos serviços de emigração e não têm em conta a designada emigração clandestina, bem representada pelas saídas para França ou mesmo para outros mercados de trabalho situados na Europa. Com a quebra deste movimento a partir dos anos setenta de Novecentos, a emigração no distrito e no concelho de Aveiro continuou a decair.

Os dados anteriores devem ser completados com uma referência às preferências emigratórias. Tal como sucedeu com a corrente emigratória no seu conjunto, as saídas para o Brasil e para outros destinos transoceânicos preencheram, até aos anos sessenta do século passado, o maior número de registos oficiais de que temos conhecimento. Tal facto dá sequência à antiga emigração de pescadores e outros emigrantes para o continente sul-americano no decurso do período difícil de fecho da barra de Aveiro ou já depois da sua reabertura, no início de Oitocentos. Este foi um movimento comum a outras partes do território então atravessadas pela crise económica e social que marcou os anos finais da monarquia até à eclosão do 1º conflito armado, bem como à intensa propaganda defendida por redes de engajadores, promotoras da emigração para o Brasil.

Figura 15 - Emigração oficial no concelho de Aveiro:



Tomando em conta o período mais volumoso da emigração portuguesa, entre 1955 e 1974, verificou-se que dos 5,5 milhares de emigrantes legais saídos do concelho nesse período, 35,6% dirigiram-se a França e 12% para a Alemanha, sendo que as saídas para o continente sul-americano representaram cerca de 30% - BR, com 437 saídas e a Venezuela, com 969 emigrantes. Estes valores evidenciam a continuidade destes movimentos para anteriores destinos do outro lado do Atlântico, muito procurados por emigrantes da região ribeirinha. Por sua vez os EUA acolheram mais de sete centenas de naturais deste concelho e o Canadá, apenas 453 indivíduos.

Até ao final dessa década o total de emigrantes oficiais ascendeu a seis centenas, dos quais mais de metade teve ainda como destino o continente norte-americano, em particular os EUA. Esta foi a tendência registada na área dominada pela ria de Aveiro, uma vez que nas áreas mais interiores mantiveram-se as preferências pelo Brasil, dando especial relevo ao movimento familiar encetado nas décadas anteriores. Esta situação pode ser apreciada através da imagem relativa à situação nos concelhos do Distrito de Aveiro e na dimensão e volume de saídas para os principais destinos europeus e transoceânicos. Na transição da 1ª para a 2ª metade de Novecentos, das cerca de três dezenas de milhares de saídas registadas, quase $\frac{3}{4}$ foram encaminhadas para o Brasil, 17,4% para a Venezuela e apenas 3,3% para os EUA. Esta tendência foi ainda notada no quinquénio de 1954/59, em que a emigração oficial do distrito ascendeu a mais de 15 dezenas de milhares, das quais mantiveram-se preponderantes os destinos acima referidos: Brasil, Venezuela e EUA, respetivamente com 56,2%, 33,8% e 3,3% de emigrantes.

Com o incremento da emigração legal e clandestina para a Europa, a emigração no distrito de Aveiro vai registar, no começo da década de sessenta, uma nova recomposição do destino dos seus emigrantes. De 1960 a 1964, das quase 14 dezenas de milhares de emigrantes, cabem ainda ao Brasil - 44,2% de saídas, à Venezuela - 24,5%, aos EUA - 8,2%, ao Canadá - 4,8%, e à França - 15,4% desse montante. Já nos finais da década de sessenta, entre 1965 e 1969, o total de emigrantes legais ascendeu no distrito de Aveiro a mais de duas dezenas de milhares (28881 emigrantes), dos quais apenas 6% continuaram a sair para o Brasil, 10,3% para os EUA, mas mais de metade (52,6%) destes

emigrantes preferiram a França. As alterações acima notadas continuaram a verificar-se no início da década de setenta sendo que, entre 1970 e 1974, das mais de duas dezenas de milhares de saídas legais (21592 emigrantes), a emigração para os EUA representou 20% desse total, para a Alemanha - 23,5% e para França - 26,5% desse todo.

Figura 16 - Composição da emigração oficial no distrito de Aveiro: 1955-1974

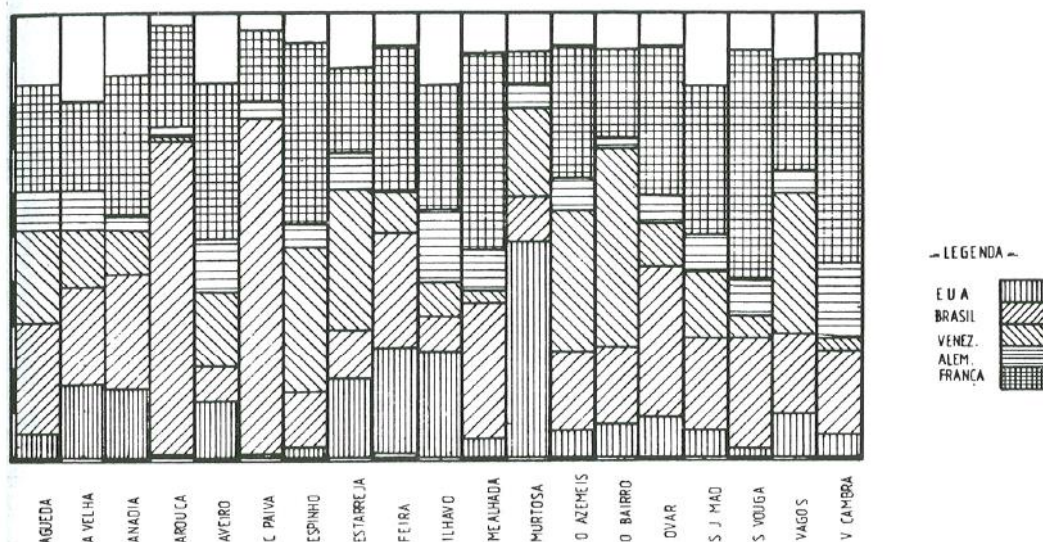


FIG. 24 - Composição da emigração nos concelhos do distrito de Aveiro (1955-1974)

In: Arroteia, 1983, 161

Os dados anteriores permitem assinalar que durante o período de grande intensidade emigratória em Portugal, correspondente ao 3º quartel do século XX, o concelho de Aveiro regista uma certa diversidade de preferências que no início dão continuidade à vaga da emigração transoceânica para o Brasil. Este foi o destino que durante séculos animou a emigração portuguesa, mas alimentou ainda uma forte corrente de emigrantes para a Venezuela e um número significativo de saídas para o continente norte-americano, em especial para os EUA, destino bem conhecido de certas classes profissionais oriundas da área ribeirinha, como os naturais do concelho da Murtosa.

A história local diz-nos que quando a recessão económica se abateu sobre este concelho, nas primeiras décadas de Novecentos, os pescadores locais foram obrigados a partir para os E.U.A e Canadá. Anos mais tarde, nas décadas de sessenta e setenta, outros pescadores da ria seguiram o seu exemplo, desta vez para Cuxhaven (Alemanha) onde se dedicaram à pesca no Mar do Norte. Já a emigração para França ou mesmo para a Alemanha vem realçar a integração deste movimento no grande ciclo da emigração portuguesa para a Europa, como foi verificado no continente português. Estes

destinos são referenciados nas saídas dos emigrantes em todo o concelho de Aveiro, facto que uma análise mais circunscrita, a nível de freguesia, acaba por realçar.

Os testemunhos da dimensão deste fenómeno podem ser analisados na própria paisagem através dos traços exteriores das edificações que marcam as vagas sucessivas da emigração para o Brasil, para os E.U.A. e para a Europa. O mesmo poderia ser comprovado através da análise da natureza e origem dos depósitos bancários e nas estimativas das remessas dos emigrantes, canalizadas para a banca aveirense durante os períodos de maior emigração. Estes depósitos foram responsáveis por muitos dos investimentos industriais e urbanos relacionados com o comércio e a construção civil, realizados nesta área. No entanto o volume dos valores referentes à emigração no distrito e no concelho de Aveiro, parecem contrariar o nível de desenvolvimento sócio-económico que globalmente caracterizou esta área do território e a natureza dos meios de subsistência que conduziram ao êxodo de milhares de emigrantes isolados e de famílias inteiras.

A emigração aveirense, que em períodos mais remotos acompanhou a evolução do estado da barra de Aveiro e o agravamento das condições de vida da população ativa, merece duas notas complementares. A primeira, relacionada com a sua contextualização a nível nacional: Aveiro participou, como os demais concelhos densamente povoados da faixa litoral centro do país, neste movimento; a segunda, com as particularidades locais marcadas pela importância das saídas transoceânicas e para a Europa. Na atualidade novas vagas de emigração têm sido consumadas com destino a França, Espanha, Luxemburgo, Suíça e Andorra, países onde reside um número considerável de cidadãos nacionais.

Tal como tem vindo a acontecer na sociedade portuguesa, a mobilidade da população ribeirinha mantém-se nos dias de hoje com novas saídas de jovens e adultos, que não encontrando os meios de subsistência na área da sua residência, prosseguem os destinos da diáspora portuguesa.



Esgueira



Heráldica da Freguesia de Esgueira

A antiguidade da povoação de Esgueira está registada em documentos medievos do início do século XI (de 1103) ou já dos séculos seguintes, em 1210, dos quais se destaca o Testamento de D. Sancho I, onde se dá conta da vila de Esgueira, e a doação posterior de sua filha, a Infanta D. Teresa, ao mosteiro de Lorvão, em 1234 (Madahil, 1959.I, 73). Posteriormente outros registos de notáveis, senhores e donatários desta villa, situada em “outeiro mais ou menos rochoso, com certa amplidão, aqui sobranceiro à ribeira e ao vale que outrora foi braço de mar” (Gaspar, Boletim Municipal de Aveiro, XIII, 25/26, 26), confirmam a importância crescente desta localidade que se foi enriquecendo com a chegada de novos moradores e o crescimento das suas atividades.

Do seu concelho diz-nos Neves (2011, 46) que as primeiras referências datam de 1294, suportado pelo selo medieval que tinha desenhado “um navio envergado sobre ondas azues” (Costa, 1938.VI, 292), como sucedia com outras vilas marítimas. Um símbolo que assinala o contributo das atividades do mar ligadas ao comércio de peixe e de sal e ao movimento da laguna relacionado com o comércio interno e com o exterior, a pesca e a apanha do moliço usado na adubação das suas terras. Em século posterior ao referido, D. Afonso IV concedeu-lhe foral, em 1342 e D. Manuel, em 8 de junho de 1515, deu-lhe foral novo, o qual faz “circunstanciadas referências às marinhas de sal, às lezírias, aos maninhos, aos baldios” (Gaspar, Boletim Municipal de Aveiro, XIII, 25/26, 30).

De acordo com o autor (op. cit., 29), este é o principal documento da história de Esgueira, “diploma que marcava a lei basilar da vila e do concelho”, orientando “as formas de administração económica e de relação social entre os habitantes, e entre estes e as entidades outorgantes” (loc. cit.). Tal foi uma das formas do poder central intervir mais diretamente na vida das povoações através da nomeação de juizes de fora e de corregedores, representantes do poder régio e com funções de correição, numa província (loc. cit.). Esgueira “foi sede de uma vasta comarca ou correição, a cuja jurisdição se sujeitavam trinta e uma vilas, dez concelhos e um couto” (op. cit., 31), categoria a que foi elevada em 1533.

Sobre a antiguidade desta comarca, refere P. Leal (1873. II, 58) que “é tão antiga a comarca da Esgueira, que já existia no tempo de D. Diniz”, quando o monarca mandou ordenar a sua demarcação, de “Saa” (Madahil, 1959, 115). Tal facto é assinalado por Gaspar (Boletim Municipal de Cultura, XIII, 25/26, 27-29) que regista várias doações ocorridas durante a Idade Média relacionadas com bens e propriedades situadas na margem esquerda do Vouga, em Esgueira, que se valia da sua localização para fazer chegar os seus produtos e comércio a diversos lugares do Reino. Por sua vez diz-nos Gomes (1877, 173) que “o concelho de Esgueira, que se compunha das freguezias de Cacia, Esgueira, Nariz e Palhaça, foi extinto por decreto de 6 de novembro de 1836”.

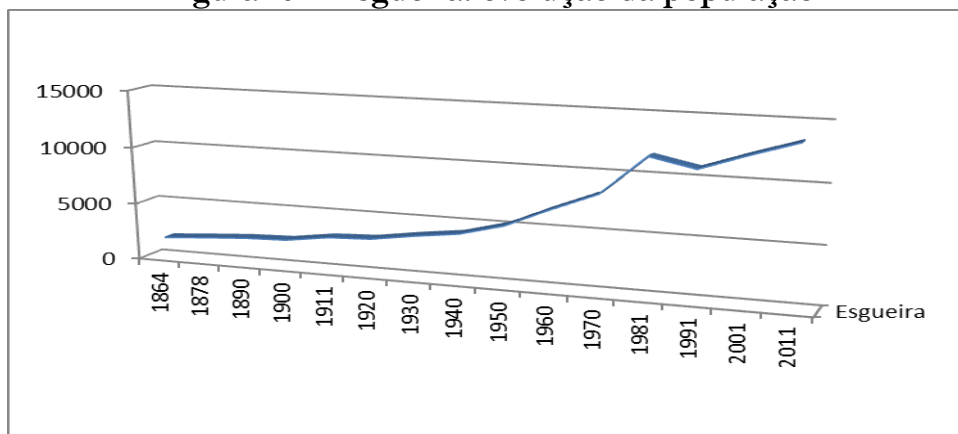
Àcerca desta comarca escreve o autor dizendo que outrora o Reino estava dividido em “meirinhados, quasi tão grandes como as actuaes províncias, e estes em almoxarifados, nas terras principaes” (loc. cit.). Assim, “o almoxarifado de Aveiro, que já existia em tempo de D. Diniz, pertencia ao meirinhado da Beira, e compreendia toda a comarca de Esgueira”. Esta comarca perdurou até 1759 quando D. José I criou a comarca de Aveiro, “ordenando que o provedor que até então o havia sido de Esgueira o fique sendo d’esta cidade” (op. cit., 175). Prossegue, dizendo: “mas Aveiro também era comarca, posto que da correição de Esgueira. Foi no meado do século XV que o infante D. Pedro reuniu as duas comarcas, ficando contudo sendo Esgueira a sede da correição”.

A configuração da povoação está associada ao nome: Esgueira (‘Iscária’) – (cf. Gaspar, Boletim Municipal de Aveiro. XIII, 25/26, 26) e o povoado principal veio a constituir-se como “um núcleo populacional com uma atividade própria (...) que iria desempenhar um papel preponderante sobre a região, apesar da proximidade da florescente vila de Aveiro” (op. cit., 28). Para tanto contribuíam as atividades de comércio marítimo, com a sua Alfandega situada próximo a um dos esteiros - por cima do qual foi construída a ponte de C.F. -, as atividades administrativas ligadas à função comercial e as lides rurais que beneficiavam da produtividade do solo e das formas de exploração e culturas dominantes.

Dada a existência de outras vias de circulação, o comércio terrestre por almocreves e o trânsito lagunar animavam também a vida comunitária do centro antigo, dominado pela Câmara, Pelourinho (símbolo do poder municipal, como o foral e o selo do concelho) e a Igreja de Santo André. Estas marcas assinalam a importância desta terra próxima de Aveiro e de outras povoações ribeirinhas, relevância que assumiu com o comércio do sal e pescado e as atividades agrícolas nas suas quintas e casais localizados na plataforma litoral, sobranceiros às terras da ria. Estes casais beneficiavam diretamente da recolha do moliço da laguna, usado na adubação dos terrenos. A importância da Vila é reafirmada pela presença de vários solares contando-se aí, em 1824, “ruínas de vinte e tantos palácios com as armas dos seus moradores” (loc. cit.).

Apesar da proximidade da vila de Aveiro e a concorrência das suas atividades económicas baseada na exploração das salinas e no trânsito portuário, a importância desta povoação ficou confirmada como sendo vila marítima e sede do corregedor da comarca, até 1760. Como foi referido nesta data, por decreto de D. José I, a Provedoria de Esgueira passou a designar-se por Provedoria de Aveiro. Esta transferência anda associada à decadência das atividades marítimas, salineiras e comerciais decorrentes do entupimento da barra e à alteração da linha de maré e das culturas que haviam acompanhado o crescimento da vila e o concelho medievos. No seu termo destacam-se vários lugares como Alumieira, Azenha de Baixo, Forca, Mataduços, Moutas, Paço, Quinta do Gato, Quinta do Lares, Quinta do Simão, Sol-Posto e Taboeira.

Figura 17 – Esgueira: evolução da população



A evolução recente da freguesia, integrada há menos de um século na cidade de Aveiro, acentua a implantação de diversas unidades industriais e de serviços, atividades geradoras de emprego e que permitiram a fixação de antigos e novos moradores acolhidos nas urbanizações de antigas quintas e propriedades rurais, que gradualmente foram invadindo o espaço rural deste antigo concelho medieval. Disso nos dão conta os vestígios dessas casas agrícolas que “despertam natural curiosidade, pelas datas e bom aspeto ou mesmo descaindo para os esteiros, cuja tecitura se mantém desde tempos imemoriais como artérias de vida destes povoados que, trabalhando os campos, viviam de olhos postos na laguna” (Neves, Semedo e Arroiteia, 1989, 100).

O crescimento dos limites urbanos da freguesia, comum aos lugares vizinhos de Aveiro, beneficiou da maior oferta de habitação e dos custos de construção menos elevados, bem como da melhoria das acessibilidades ao centro urbano e aos novos equipamentos que se instalaram na cidade de Aveiro. Por isso assiste-se à fixação de novos residentes em todos os lugares da freguesia, com particular destaque para a sede da freguesia: Esgueira – 1886; Mataduços – 1708 hab.; Taboeira – 1393 hab.; Paço – 1269 hab., em número que tem vindo a consolidar os dados já registados em censos anteriores.

Entre 2001 e 2011 a população residente na freguesia aumentou 2,5 milhares de habitantes, situando-se nesta última data em 13431 residentes, o que representa um dos acréscimos mais significativos em todo o município e tornando-a na freguesia mais populosa deste concelho. Daí que o lugar de Aveiro, integrado nos limites desta freguesia em 2011, seja o mais populoso com 7175 habitantes. Tal preferência advém da proximidade entre os dois centros, das facilidades de acesso bem como do aproveitamento do solo, outrora de vocação agrícola, para a implantação de lotes industriais, urbanizações e outras formas de ocupação que servem para animar os circuitos económicos locais e a própria vida urbana que se estabelece com a

vizinha cidade de Aveiro. Estas constituem as novas realidades sociais e culturais, também económicas, que assinalam a evolução do antigo burgo de Aveiro e das suas periferias.



Geografia urbana: a Vila

Nesta apresentação sobre a geografia urbana de Aveiro importa ter em consideração a evolução da povoação, a sua configuração, limites e as marcas deixadas ao longo do tempo pelo poder régio, religioso, administrativo e pelos habitantes que aqui residiram. Como assinala La Blache (1954, 381), "quando estudamos a génese das cidades no passado, descobrimos que o que faz desabrochar o germe, o que lhe assegurou o desenvolvimento, foi geralmente a presença de um obstáculo", neste caso o acesso ao mar. A partir daí intervieram outros fatores relacionados com a melhoria das condições de acessibilidade entre os povos do baixo Vouga e as populações vizinhas. No caso presente a análise da evolução do burgo de Aveiro realça a importância do sítio e dos elementos estruturantes da planta da povoação representados pelas vias de circulação que orientaram a edificação urbana. É a existência destes eixos que identificam a sua localização no território face às demais povoações e às vias de acesso que permitiram o escoamento dos produtos resultantes das atividades marítimas e portuárias ligadas à pesca, ao comércio marítimo do sal e a outras mercadorias.

Como elementos marcantes do sítio urbano, contam-se os serviços relacionados com a administração pública, marítima e portuária, as igrejas e os conventos, o hospital, a cadeia e os serviços ligados à segurança e justiça. Modernamente a Universidade com o seu campus e as superfícies comerciais têm gerado novas urbanizações e arranjos do espaço urbano. Cada um destes serviços desempenha uma função própria e uma vez concentrados dentro ou fora da malha urbana, vão formatando a mancha da cidade e o traçado de novas vias de circulação. Em tempos idos tanto por razões de segurança como para delimitação do espaço habitado, a cerca ou muralha edificada em torno do casco urbano, serviu para limitar e impor regras de acesso, como seja o pagamento de taxas aos forasteiros e aos produtos entrados nesse perímetro.

Tendo presente alguns destes considerandos importa recordar as descrições mais antigas que nos dão conta da história da povoação, sujeita como foi à ação de diversos visitantes que a atacaram e defenderam até à edificação das muralhas – construídas com pedra de Cantanhede e de Ançã - que corriam ao longo do esteiro central da vila. Inflitando nas imediações do vale do Cojo, para sul, até ao Mosteiro de São Domingos, seguiam daqui para poente na direção do Convento de Santo António (Silva, 1997). Do lado

poente esta edificação continuava sobranceira à baixa de Santo António, então cortada por um fio de água, até às imediações da Ribeira. Estes eram os limites da muralha nos séculos XIV e XV, identificada por Silva (1997, 27) “como uma estrutura grandiosa e dignificante que a demarcava do resto da região, criando um espaço que se vislumbrava de longe e que se distinguiu nitidamente do resto da paisagem que a circundava”. Dentro dela “ficava a vila, comercial e portuária, salinífera; lá fora os campos, o modo de vida tradicional e rural” (loc. cit.).

As muralhas, o esteiro das azenhas e o canal do Cojo serviam de separação entre o burgo de Aveiro e as povoações mais próximas. A abertura para o exterior da povoação era feita através de várias portas: a porta da Ribeira, na parte baixa da povoação e junto da ria, na zona da Rua da Costeira; a porta do Cojo, na direção do vale do mesmo nome; a porta do Campo, próximo do Convento de São Domingos; a porta do Sol, em face ao Convento de Jesus; a porta da Vila, no termo da rua Direita; a porta de Vagos, próximo ao futuro Convento de Santo António; a porta de Rabães, em direção à baixa de Santo António e a porta do Alboi, abrindo-se sobre o bairro do mesmo nome. De acordo com Gaspar (1975, 15) existia ainda uma outra porta, a do Cais ou do Norte, próximo da já mencionada porta da Ribeira.

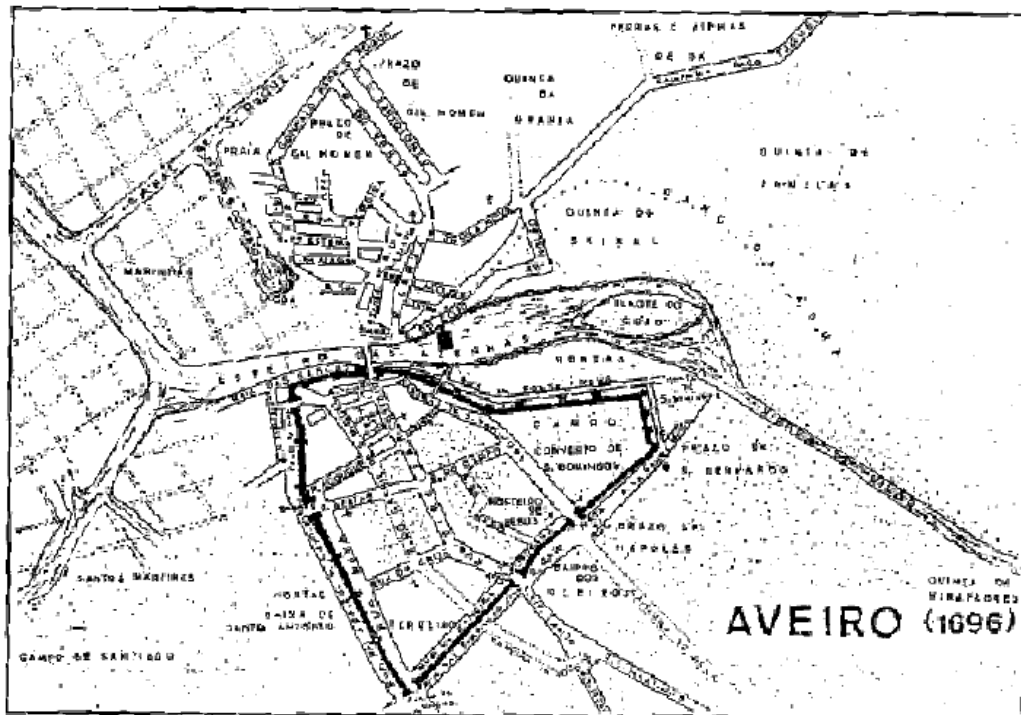
Da configuração descrita faziam parte os eixos de circulação que permitiam o acesso ao burgo e aos arrabaldes que alimentavam, em população e géneros, os residentes dentro da área muralhada. Outrossim os serviços de natureza religiosa e ligados à administração régia e comercial que animava o estuário do rio Vouga e que se agrupavam na velha urbe de Aveiro, distinguindo-a com o movimento e os rendimentos provenientes do exercício dessas atividades.

A designação de cada uma daquelas portas na vila de Aveiro, associada à respetiva localização das entradas, não merece reparo especial a não ser a porta de Rabães (ou porta dos Rabinos?). Esta designação poderá estar associada à presença de uma significativa comunidade judia em Aveiro, fácil de justificar tendo em conta a importância das atividades comerciais estabelecidas no porto local, as ocupações desta população e ao facto de ser aberta muito próxima à Judiaria localizada junto do Terreiro (Neves, 1997, 20). Estamos numa fase inicial do crescimento do burgo de Aveiro em que as preocupações com a defesa e o acesso de estranhos à povoação marcavam as ameaças da época através da edificação de muralhas e das respetivas portas de acesso.

Os relatos anteriores permitem-nos perceber que o crescimento desta povoação esteve ligado ao aproveitamento da própria laguna. A comprová-lo está mais um documento do começo do século XV (1407), em que se faz referência à doação da ilha da Testada, no termo de Esgueira, Almojarifado de Aveiro - “da qual uma das confrontações era a veia que vinha pela passagem de Cacia e seguia para o mar” - ao meirinho-mor da Comarca de

Entre-Douro e Minho (Madahil, 1959.I, 153). Presume-se que esta ilha, situada então próxima da foz do rio Vouga, constitui mais uma indicação da sua marcha gradual para sul, no que é comprovado por outras referências documentais e pela asfixia gradual que essa deslocação trouxe ao comércio marítimo em Aveiro.

Figura 18 - A muralha no século XV



Planta da cidade em 1696

In: Barreira, 1998, 20

Antes de tal acontecer - durante o século XV e começo do seguinte - a povoação, "a maior vila do litoral entre os rios Douro e Mondego (...) progredindo em população e em riqueza e manifestando uma vitalidade marítima sempre crescente" (Gaspar, 1997, 87), continuaria a desenvolver-se em torno do chamado cimo de vila, onde se localizava a Igreja de S. Miguel (no sítio da atual Praça da República e onde foi edificado o antigo Liceu), a Casa da Câmara, a Cadeia e a Albergaria de São Brás, uma das instituições assistenciais criadas em Aveiro antes da fundação da Misericórdia.

As principais artérias corriam dentro da muralha: a rua da Costeira e a rua Direita, onde se localizavam umas casas do tempo de D. João I (Christo e Gaspar, 1986, 487), a rua da Corredoura e a rua das Beatas, que corriam em direção às portas meridionais da povoação. Como elemento estruturante do tecido edificado encontra-se o cais, ao longo do canal central e as suas dependências e armazéns, bem como os templos religiosos que iam aglutinando os fiéis à sombra das torres sineiras. Contam-se neste caso, para

além da Igreja mais antiga, de invocação a S. Miguel, a Igreja do Espírito Santo no espaço do Largo de Camões, conhecido igualmente por Cinco Bicas ou Espírito Santo, demolida no início da segunda metade de Oitocentos (1858).

As pedras que daí resultaram terão sido usadas na construção da torre da Igreja da Senhora da Glória. Como fez notar Quadros (1984, 14), com a demolição do templo mais antigo de S. Miguel, em 1835, “cometeu-se com este edifício a mesma falta que se cometera com outros” uma vez que só se conservaram os retábulos e o trono do templo que transitaram para o templo de S. Domingos. Materiais diversos como pedras de túmulos e com outras inscrições, talvez do tempo dos árabes, foram utilizadas no “lageado do átrio dos Paços Municipais” (loc. cit.) ou levados para outros locais.

O crescimento das atividades no burgo de Aveiro e a sua afirmação como mercado permitiu que outras povoações vizinhas fossem ganhando importância, de tal forma que no termo do século XV, em 1495, o testamento de D. João II refere-se a Aveiro com as suas lezírias e ilhas dentro da foz, bem como aos lugares próximos de Sá, de Verdemilho e de Arada. Aqui habitava uma população ocupada na atividade agrícola e no “arroteamento das quintas e na criação de aves e de animais domésticos” (Gaspar, 1988, 106), necessários ao alimento da vila, dos seus mercadores e navegantes. A este respeito uma descrição feita por A. Costa (1930. II, 1087) dá conta que “pouco a pouco a população foi aumentando, chegando transpôr os limites que a apertavam, e dilatando-se para o norte e para o sul, formou arrabaldes cheios de boa casaria, que não tardaram a constituírem-se em novos bairros da villa”. Um desses núcleos, o bairro do Alboi, terá sido ocupado pelo comércio e por negociantes de outras nacionalidades, em especial holandeses, flamengos e ingleses que aqui se acolheram dando seguimento à atividade comercial, sobretudo com o norte da Europa, que então se ia tornando cada vez mais florescente.

Outro bairro despontava a norte, do outro lado do braço da laguna, que ligava ao Cojo. Disso nos dá conta uma doação antiga feita ainda no terceiro quartel do século XIV, quando “El-Rei D. Pedro I fez doação a Gil Eanes e sua mulher (...) de uma herdade no termo de Aveiro, no lugar que chamam a “Gouveia de Vila Nova” (Christo e Gaspar, 1986, 211). O alargamento de Aveiro neste sentido, atestado pela “construção de novos arruamentos e a arroteia de novas marinhas” (Silva, 1997, 28) assinala não só uma nova fase no desenvolvimento da povoação, mas também a expansão das suas atividades comerciais do outro lado da vila. A este respeito, Gaspar (1988, 106) refere-se à Vila Nova, “onde já havia um estaleiro para a construção de barcos e naus”, certamente instalado no canal de S. Roque, santo protetor dos carpinteiros navais. Completando esta descrição, o mesmo autor (op. cit., 106) nota a existência neste pequeno bairro, de “algumas habitações toscas, levantadas com adobos de lama e cobertas de colmo”, revelando o caráter humilde dessas residências.

Para além das características do sítio onde cresceu o burgo, Aveiro beneficiou ainda da sua localização costeira, a meio caminho entre outras povoações igualmente animadas pelas atividades marítimas e portuárias - Foz do Douro e Figueira da Foz do Mondego – e da sua implantação próxima do contacto entre o mar e a serra. Esta situação foi particularmente benéfica para a evolução do comércio fluvial que corria a parte litoral da laguna e a zona interior do baixo Vouga, até Águeda. E se é certo que a natureza das mercadorias transacionadas para outros portos marítimos seria diferente das que lhe chegavam por via fluvial (constituídas fundamentalmente por cereais, frutas, cera, couros, sebos, e ovos), o comércio de cabotagem e com exterior era enriquecido com sal, vinho, peixe (fumado, seco e de escabeche), cortiça e cerâmica (produzida localmente no bairro das Olarias e no termo da vila), enviados para portos mais distantes.

A expansão das transações comerciais foi determinante para o aumento do burgo aveirense e da sua população e para o seu crescimento, fenómeno que foi extensível a outras cidades do reino e que se acelerou com a empresa dos Descobrimentos. A este respeito observa A. Neves (1985, 26) que Aveiro terá partilhado de tal empreendimento, beneficiando dos seus efeitos imediatos: "foi a miragem do ouro, dos escravos, do marfim, da malagueta e da pimenta, do açúcar, da prata, do tabaco, das novas terras e mercados (...), mas também do vinho, do bacalhau, do sal". Este desempenho não se pode desligar da outorga do foral que D. Manuel I fez a esta vila, porto notável da foz do Vouga, no ano de 1515 (em data próxima de idêntica outorga de foral que fez a Ílhavo e a Esgueira, elevada a Comarca em 1533).

Pelo seu interesse transcreve-se parte daquele documento, datado de 4 de agosto desse ano (Madahil, 1959. I, 287):

"Dom Manuel per graça de Deos Rey de portugal e dos Algarves daaquem e daalem mar em africa Senhor da guinee e da conquista e nauegaçam comércio dethyopia arabia perssia. E da India. A quamtos esta nossa Carta de foral dado pera Sempre aa villa d'aveyro fazemos Saber, que per bem das Sentenças e determinações geraes e espiciaaes que foram dadas e feitas per nos e com os do nosso comselho e leterados acerqua dos foraaes dos nossos Regnos, e dos dereitos, Reaaes e tributos que se per elles deviam darrecadar e pagar E asy pollas Inquiriçoens que principalmente mandamos fazer em todollos lugares de nossos rregnos e senhorios justificadas primeiro com as pessoas que os dictos direitos tinham achamos que os direitos reaes Se devem hy darrecadar na maneira Seguinte

Por quamto a dicta Villa foy nouamente edificada na maneyra em que agora he por omde nam se poderam achar nem auêr nella titollos antigos nem forais por omde os direitos Reais foram hy postos. Nem Se podessem bem Saber e justificar pera por elles com as outras nossas leis e decraçãoes Sobre os dictos Cazos se poderem bem fazer os dictos foraaes. Portanto nos mandamos ora tirar particular Inquiriçam na dicta Villa per nossos officiaaes e com os da Villa per todallas pessoas della da maneyra e costume que hy se os

dictos direitos Recadavam (...). E asy as que ora fizemos com acordo de nossos leterados pera determinações dos dictos foraaes acordamos que os dictos nossos direitos rreaaes se ajam darrecadar na dicta Villa asy os da terra Como do mar na forma Seguinte (...)."

De acordo com outros testemunhos para além da atividade agrícola e da prática da pesca nas águas da laguna e no mar, ou já próximo da costa, os pescadores locais foram adquirindo experiência na arte de navegar no oceano, reconhecendo-lhe D. Manuel I, no início do século XVI (em 1503), "todas as liberdades de que têm e que gozam os pescadores de quaisquer lugares dos nossos Reinos, a que temos dado nossos privilégios" (Christo e Gaspar, 1986, 465). Estamos em crer que a distinção então conferida aos pescadores de Aveiro teria já a ver com o domínio que tinham das artes de marear e eventualmente já com a sua participação nas pescas da Terra Nova, descoberta próximo do início de Quinhentos. Diz a tradição que tal achado contou com a participação de navegadores locais. Com a descoberta destes pesqueiros no continente americano e dada a riqueza piscícola das suas águas, os marinheiros aveirenses, juntamente com os de Figueira da Foz do Mondego e de Viana da Foz do Lima, foram dos primeiros a participar ativamente nessa faina. Daí que este monarca tenha ordenado, em 1506, o "pagamento da dízima do pescado da Terra Nova", que em Aveiro chegou a render vários milhares de réis (op. cit., 408).

Um relato dos meados de Quatrocentos, assinado pelo Juiz de fora de Aveiro dá conta da existência de 72 embarcações entre "naus e navios e caravelas que nesta vila há" (op. cit., 96). Outro autor, F. Neves (1971, 39), assinala que no ano de 1552 "o porto de Aveiro já tinha setenta navios (naus, navios e caravelas), com a tonelagem de 5.100 tonéis", dedicando-se muitos deles não só à pesca do bacalhau, mas ao "comércio externo com a Irlanda, Inglaterra, Flandres e Ilhas portuguesas; e ainda com a Galiza". Por sua vez a descrição de A. Costa (1930. II, 1087), atesta-nos a importância da povoação: "Aveiro, graças à capacidade que então tinha o seu porto e a sua barra, chegou a estar tão próspera, que no anno de 1550 contava com 11:000 habitantes, e possuia mais de 150 navios, pela maior parte de alto bordo, expedindo todos os annos não menos de 60 para a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova, e mais de 100 carregados de sal para diversos portos".

Embora não totalmente coincidentes, estes relatos confirmam a importância de Aveiro como centro marítimo e portuário e o seu contributo na consolidação do império colonial português, situação que se alterou nos anos seguintes devido ao mau estado da barra e à presença da frota local (ao que parece parte dela construída em Aveiro), na expedição que D. Sebastião preparou para o norte de África (em 1578). Diz-nos Cunha (1959, 4) que o porto local, juntamente com Viana, Porto, Lisboa e Setúbal, fora uma das bases navais dessa expedição.

Que a dimensão de Aveiro era, nesta data, bastante razoável, parece ser comprovada pela criação de mais três freguesias, além da de S. Miguel que

então ocupava toda a zona nobre da povoação situada entre muros. Note-se que até início do século XVII a povoação tinha ainda acesso direto ao mar, orientando o crescimento da vila nesta direção. Em provisão de 10 de julho de 1572, o Bispo de Coimbra, D. João Soares, criou mais três freguesias: Espírito Santo, N^a Sr^a da Apresentação e Vera-Cruz, uma vez que "tendo visitado a igreja de S. Miguel, achou haver nela '2.000 vizinhos e mais de 11.000 almas de cura, afora muita gente estrangeira que nela de contínuo reside" (Christo e Gaspar, 1986, 285). De acordo com as descrições anteriores, estando parte da povoação cercada por braços da ria e pelos ribeiros que nela convergiam e outra parte cercada de muralhas, o fulcro dessa atividade e a própria construção de embarcações seria exercida na zona extramuros, próximo da Ribeira (onde estava localizada a Alfândega), no bairro do Alboi (onde se concentravam os mercadores estrangeiros) e, sobretudo, na margem norte do braço do Cojo.

Descreve-nos F. Neves (1973, 241-242) essa ocupação (século XVI): "a maior parte dos pescadores e mareantes de Aveiro vivia num subúrbio desta vila, ou arrabalde que veio a chamar-se Vila Nova. Este lugar estava situado ao norte do prolongamento do Esteiro da Ribeira e do paúl chamado Cojo, e tinha uma rua antiquíssima chamada Rua Torta, que depois se chamou Rua de Vila Nova, Rua da Vera Cruz, e atualmente se chama Rua de Manuel Firmino". Nesta área e de acordo com Christo e Gaspar (1986, 211), "El-Rei D. Pedro I fez doação a Gil Eanes e sua mulher (...) moradores em Aveiro, e a todos os seus sucessores, para sempre, de uma herdade no termo de Aveiro, no lugar que chamam a Gouveia de Vila Nova. A parte norte da vila era habitada por gente ocupada nas fainas do mar e por moradores mais abastados. Entre esses incluíam-se os cristão-novos de Aveiro, que certamente foram abandonando "a área da tradicional comuna, para se instalarem, como também noutras vilas e cidades acontecia, em novas zonas de habitação, do tipo Vila Nova" (A. Neves, 1997, 80).

Situavam-se igualmente nessa área as propriedades de alguns dos senhores locais, não sendo de excluir que, quando da construção da muralha da vila, existisse já aí um núcleo importante de povoamento que se engrandeceu à medida que as atividades marítimas se foram estabelecendo nesta zona. A comprová-lo está uma outra referência dos finais do mesmo século (1580) quando Gil Homem, cavaleiro e fidalgo da Casa de El-Rei e sua mulher, "resolveram dar de aforamento umas propriedades, que também eram foreiras do dito duque, a saber: umas casas, pomar, vinhas e horta, dentro da vila de Aveiro e no sítio chamado do Campo do Frade, na Granja da Vila Nova", com o objetivo de que "se abrisse uma rua, que era muito necessária à serventia desta Vila Nova e à construção de sessenta ou setenta moradias, cujos chãos seriam aforados às pessoas que os quizessem tomar" (Christo e Gaspar, 1986, 469), como de facto veio a acontecer.

A ligação entre esta parte nova da vila e o casco mais antigo foi inicialmente assegurada pela ponte da Ribeira. Entretanto a expansão da

povoação para sul foi-se concretizando, nomeadamente com a doação que o comerciante João Nunes Cardoso -, o rico de Aveiro, como era conhecido, "pessoa abastada, proprietário de embarcações que iam à pesca do bacalhau à Terra Nova e com grande trato de comércio" - fez, em 1524, de uma horta para a construção do Convento Franciscano de Santo António (op. cit., 131). De acordo com Gaspar (1997, 47) a edificação deste convento deve-se à peste que nessa data assolou a povoação, a qual terá causado "tais prejuízos entre nós que os aveirenses, dirigindo-se devotamente a Santo António, fizeram o voto de construir um convento para os frades franciscanos".

A criação deste convento, fora de portas, marca não só a minguada de espaço dentro do casco muralhado, mas também o início da expansão da povoação nesta direção com base no arroteamento das terras incultas ou ocupando posteriormente os terrenos desta ordem religiosa, como mais tarde se veio a verificar. Certamente que o alargamento a que nos referimos e o desenvolvimento das atividades rural e piscatória nestas duas zonas distintas, a meridional e a setentrional poderão identificar, já nessa época, os limites territoriais dos ceboleiros, mais ligados às atividades agrícolas e dos cagaréus, vivendo próximo da água e alimentados pelas fainas da ria. Procurando, ao tempo, marcar os limites de Aveiro, temos a povoação ladeada pelas águas do Vouga, pelo esteiro central e por alguns riachos. De fora, ficavam os bicudos, habitantes de Esgueira e os outros moradores.

De acordo com Marques Gomes (1899, 54), Aveiro teria então a seguinte configuração: "na margem d'este esteiro de uma, e outra parte correm as casas de vários mercadores, na Ribeira os naturaes; na do Alboy os inglezes, que lhe puzeram aquelle nome de Albyon sua terra natal que significa Inglaterra, às quaes fazendo costas outras ruas por todo aquelle sítio, enchem dois bairros bem povoados de mercadores, mareantes, pescadores e marnotos". Por sua vez referindo-se à parte nova da povoação, o mesmo autor nota ainda: "para a parte boreal se vão estendendo, e levantando as ruas até ao bairro chamado de Villa nova, por se unir com as quintas de alguns principaes da terra, e chega por grande distância sem interrupção alguma à ermida de N^a Sr^a da Alegria, que supposto fica em Sá, domínio da illustre casa dos Almadás."

Uma outra descrição do mesmo autor (op. cit., 18) descreve-nos este lugar: "Villa Nova ou arrabalde, como também foi conhecida a parte da atual freguezia de Vera-Cruz, a principiar da rua hoje d'este nome para cima, era quasi exclusivamente habitada por pescadores, pilotos e marinheiros". Mais além este autor (op. cit., 50) completa este relato nos termos seguintes: "em meados do século XV não havia aqui egreja ou ermida em que se podesse celebrar missa; a nascente povoação não tinha ainda templo seu, e apesar de ter fronteiras mas já muros a dentro, além da egreja de S. Miguel a dos frades Dominicanos (...) a sua população preferia ir cumprir o preceito dominical, a um concelho estranho". Ao que parece "os pescadores e mareantes de Villa Nova iam ouvir missa a Santa Maria, logar de Sá, (...) ainda mesmo não há sessenta anos, pertença do concelho d'Ílhavo" (op. cit., 50). Certamente que

estas preferências seriam ditadas não tanto por razões de proximidade física, mas já pelas condições de acesso ao núcleo cívico da vila.

Entretanto o culto em honra de N^a Sr^a da Alegria e a importância da confraria de pescadores e mareantes de Santa Maria de Sá, estabelecida em finais do século XII ou no início da centúria seguinte (que inclusivamente possuía um pequeno hospital para os seus confrades em Vera Cruz), sediada na Capela de Sá, terá feito prosperar o interesse por este pequeno povoado. Estamos em crer que antes de se ter verificado a decadência das atividades marítimas no século XVII, responsável pela extinção desta confraria, este lugar terá continuado a ser um núcleo de atração para novos habitantes, preenchendo assim o espaço pouco habitado do caminho que ligava as vilas de Esgueira e de Aveiro. Esta ocupação terá sido facilitada pelo crescimento da própria Vila Nova e do aforamento de "dezassete pequenas casas com os respetivos quintais nele encorporados" (Christo e Gaspar, 1986, 94), que foram tomadas por uma fidalga local, D. Beatriz de Lara e Meneses, onde mais tarde deu início à construção do Convento do Carmo, na proximidade daquele lugar.

Tal como aconteceu com os outros conventos, nomeadamente com o dos Dominicanos (o masculino, de 1423 e o feminino, de 1462), o Convento de Santo António dos Frades Menores da Província da Soledade (de 1524), e também o Convento dos Carmelitas Calçados de N^a Sr^a do Carmo (masculino), criado em 1613, terá funcionado juntamente com o Convento Madre de Deus de Sá como núcleo aglutinador de povoamento, fazendo com que ao seu redor (nos terrenos das vinhas de Sá) se instalassem novos moradores, sempre necessários aos trabalhos de apoio dentro e fora dos muros conventuais. O mesmo sucedeu com o Convento de Carmelitas Descalças (1658) e eventualmente com o Recolhimento de S. Bernardino (1680), instalados na zona muralhada (Amorim, 1996, 60). Esta a área que albergava a população mais distinta e mais afortunada da vila de Aveiro. Note-se que o recinto de muralhas era comum aos cascos das vilas marítimas e portuárias e as outras povoações situadas na costa e constituía uma atalaia contra as incursões dos piratas berberes e outros, que desde cedo invadiram as costas do Atlântico, saqueando e aprisionando as populações que transportavam consigo para as praças do norte de África.

Afetada pelo estado da barra que teimosamente se foi afastando para sul, dificultando cada vez mais o comércio local e tornando insalubre o clima da terra, Aveiro foi-se esvaziando da sua população, sobretudo entre Seiscentos e Oitocentos. No entanto não deixou de ir participando nos movimentos sociais e políticos da época sem desmerecer, em absoluto, do interesse dos monarcas espanhóis e já depois da Restauração, da coroa portuguesa. Vejamos alguns testemunhos.

Logo no início do seu reinado, D. Filipe I distinguiu Aveiro com o cognome de 'Vila Notável', justificando-o pela grandeza da povoação: "e havendo outrosim respeito aos muitos serviços que os moradores dela têm

feito aos reis meus antecessores (...) e a ser povoada de muitos fidalgos cavaleiros e pessoas de nobre geração e criação e casas nobres e de criação dos reis destes Reinos (...) e por ser cercada de muros e enobrecida de Igrejas, mosteiros e de muitos edifícios e casas nobres" (Christo e Gaspar, 1986, 203). A este respeito nota Amorim (1996, 45) que as causas reais desta nomeação estiveram sobretudo relacionadas "com o envolvimento da vila no conflito da sucessão, do qual decorreu a destruição da cidade, pelo exército do Prior do Crato, após a aclamação, em Aveiro, de Filipe II".

A consideração manifestada por este monarca e pelos seus sucessores em relação a esta povoação justifica que D. Filipe II, em 1601, tenha igualmente concedido à vila "a faculdade de poder continuar a usar, pelo tempo de seis anos, da imposição de carnes e vinhos para as obras das igrejas, calçadas e fontes da dita vila" (Christo e Gaspar, 1986, 334). Estas obras seriam de todo em todo necessárias ao embelezamento da terra, que apesar dos sinais evidentes da crise marítima, prosseguiu com novos empreendimentos. Uma dessas iniciativas, de maior significado, foi a construção do templo da Misericórdia no local onde hoje se encontra. Para esta edificação o monarca concedeu a verba de quatro mil cruzados (A. Neves, 1985, 56). Tal como sucedeu noutros locais os domínios da Santa Casa da Misericórdia, no cimo de Vila, condicionaram a estrutura urbana e da cidade como hoje a conhecemos.

Por nos parecer oportuno completamos as referências anteriores com uma outra, transcrita por V. Serrão (1975, 284), a qual nos dá um enquadramento geral da Vila de Aveiro e das suas atividades na altura da Restauração: "(...) segurissimo puerto, dilatado de copiosas salinas blanquissimas, abasteciendo el Reyna y outras partes, parage donde surgen, y cargan diuersas embarcaçoes, saliendo algunas vezes sesenta naos propias a Terrnoua, Peninsula Septentrional, para pesquerias de bacallaos (...) es fertilissima de pan, vino, frutas, legumbres, hortaliças, aues, diuersidad de beches; vistosas fuentes, artificiales y nativas". Esta descrição é ainda completada com outra nota: "A vila tinha uma Casa de Misericórdia e um rico Hospital, celebrando uma grande Feira a 25 de março, dia da Virgem e mercado semanal às 3^{as} feiras e sábados" (loc. cit.).

Pouco mais podemos acrescentar sobre o povoamento desta área. Contudo fazemos notar, de acordo com o estudo de Serrão (op. cit., 217), que a população local, não sendo numerosa, teria sido igualmente afetada pela "união ibérica (...) uma das causas da sangria de gente então verificada em Portugal". Conclui o mesmo autor (loc. cit.), afirmando: "o episódio da Invencível Armada bastaria para comprovar o facto". A dimensão deste acontecimento sobre a geografia da Vila não fica comprovada. No entanto às perdas de habitantes sucedem-se, como em qualquer ciclo de natureza económica, alterações na dimensão e volume de vendas, no crescimento dos mercados, na mobilidade de mercadores e de outros habitantes num período em que, além do comércio fixo, as feiras e mercados periódicos tinham o

maior significado para o crescimento das povoações, na localização dos serviços e no traçado dos arruamentos.

O conjunto destas notas permitem conhecer a geografia interna desta localidade e o seu enquadramento em termos da evolução futura do povoado, das suas atividades e habitantes, bem como da sua evolução próxima em período anterior ao ter sido elevada à categoria de cidade. Embora parcial, esta é a imagem que resta da antiga povoação de Aveiro, que em conjunto com as povoações vizinhas de Esgueira, Aradas, Ílhavo e de Eixo - para não falar de outras povoações a norte, vizinhas da Ria -, contribuíram através da mobilidade de mercadorias, pessoas e capitais para a sua animação e crescimento.



Geografia urbana: morfologia da cidade

Como um elemento vivo, a cidade revela no seu interior e na área que a rodeia, o dinamismo das células e a fluidez das relações que se estabelecem dentro e fora do perímetro urbano. No caso de Aveiro esta ação tem variado no tempo dependendo do crescimento das atividades que a animam e do alargamento da sua área de influência a um território que foi crescendo para fora do seu espaço muralhado. A apreciação dos limites da povoação em várias épocas elucidam-nos sobre as vicissitudes por que passou esta cidade, particularmente durante os anos menos favoráveis em que devido ao assoreamento da barra, teve de renegar à sua vocação marítima. Embora sem pretender decalcar outras descrições, parece-nos importante recordar os seus limites em datas distintas: quando da elevação a cidade ou já mais tarde, quando do arranque da industrialização.

Nos finais do século XVIII, princípios do século XIX, a cidade era ainda um “espaço limitado por muralhas, a sul, e a norte”, além de “um outro aglomerado marcado por ruas, relativamente geométricas, que confluem à praça da Ribeira”, como assinala Amorim (1997, 117-118). Prossegue afirmando: “a dividir estes dois espaços uma via larga, aquática, se impõe, o chamado esteiro (canal) da cidade, fundamental ligação com a Barra e o mar” (loc. cit.). Por sua vez a descrição de Sousa (1940) e a apreciação do mapa que a acompanha, esclarece-nos sobre a estruturação da cidade em torno dos dois núcleos principais: chão da vila e vila nova, ligados entre si pelas pontes que atravessavam o esteiro central ou do Cojo.

Dizem-nos Christo e Gaspar (1986, 226) que em 1891, uma “exposição assinada por 163 signatários e dirigida à edilidade Aveirense, defendeu a necessidade de o Ilhote do Cojo ser expropriado e ficar fazendo parte do domínio público municipal, para poder servir livremente de cais da ria e termo de um ramal ferroviário a construir desde a estação da C. P., sobretudo para o

transporte de sal” e eventualmente de outras mercadorias destinadas à indústria aveirense. Para além destes núcleos identifica-se a extensão de terrenos pantanosos que corriam lateralmente ao esteiro das azenhas, a praia fluvial que bordejava a sul as principais edificações da vila nova, só mais tarde aterrados e ocupados por novas edificações. Estes núcleos de povoamento continuam a mostrar sinais de expansão, o mais antigo para sul, principalmente na direção da estrada que ligava Aveiro a Arada (no prolongamento da rua Direita e até ao Largo de Sebastião), ou da estrada real que seguia por S. Tiago.

Coincidindo com as outras portas da muralha encontramos pequenos núcleos mais densos, particularmente próximo da cerca de S. Domingos onde se desenvolvera o antigo bairro dos Oleiros. Não estando ainda ocupada a baixa de Santo António, mas conservando-se a ocupação do Alboi e da zona dos Santos Mártires, na parte da vila nova, os limites da povoação andavam a poente muito próximos da marinha rossia e da futura praça do Peixe, bordejando pela sua parte norte o esteiro de S. Roque. A partir daí estendiam-se na direção oposta para a parte alta ocupada pela igreja de Vera-Cruz, seguindo linearmente em direção ao Carmo e ao lugar de Sá, no caminho de Esgueira.

Embora alargada com novas edificações, Aveiro estava impedida de intensificar o comércio marítimo verificando-se mesmo a transferência de algumas companhias aqui sediadas para a Figueira da Foz do Mondego. Tal situação dera origem a petições ao Monarca sobre o mau estado da barra e à necessidade da sua reparação. Registando-se a pequena largura da embocadura lagunar e a mobilidade dos fundos, estes continuavam a impedir o acesso a embarcações de maiores dimensões gerando várias queixas. Por isso em meados do século XVIII (1751), D. José I autorizou que "fossem cobrados dois réis em cada quartilho de vinho e em cada arrátel de carne, os quais seriam aplicados nos trabalhos da abertura da barra nova de Aveiro" (Christo e Gaspar, 1986, 89). Perante as necessidades de um comércio mais intenso e exigente em embarcações de maiores dimensões, as obras de beneficiação deste e de outros portos do país surgia como um fator de desenvolvimento e de progresso defendido pelo Estado absolutista. Tal vinha a suceder desde o tempo dos Filipes que concederam ao porto de Aveiro uma “ligação complementar aos da Galiza, só interrompida com as guerras da Restauração” (Amorim, 2000, 610).

Recorde-se que no ano seguinte ao terramoto de 1755 aquele monarca criou a Superintendência das Obras da Barra, permitindo que se lançasse o "imposto do real de água a pagar por todas as câmaras municipais da Comarca de Esgueira" com vista ao financiamento destes trabalhos (op. cit., 224). A fazer fé em informações dessa época, o seu estado seria tão calamitoso que o Capitão-Mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro foi autorizado, em 1757, a "fazer à sua custa um regueirão na areia, a fim de se escoarem as águas para o mar" (op. cit., 68), o que veio a proceder no lugar da Vagueira. Não admira

por isso que a cidade se mantivesse condicionada pelo dinamismo das suas atividades sem revelar indícios de uma grande expansão urbana, o que só vai acontecer depois das obras de abertura da barra ao comércio marítimo e, em especial, ao retomar da navegação ligada à pesca do bacalhau.

Os limites da povoação desenhados no Plano Diretor da Cidade de Aveiro (Auzelle, 1964, PL.05), nos fins do século XVIII, são os seguintes:

- norte: canal de S. Roque e rua do Carril;
- nascente: Convento das Carmelitas Descalças (Igreja do Carmo), Arnelas (R. Eng^o Von Haff), Fonte Nova e Bairro das Olarias, até à rua de S. Martinho;
- sul: rua de S. Martinho e rua de S. Sebastião (até um pouco a norte da tv. de S. Martinho) e rua do Rato;
- poente: rua de Santo António (rua Homem de Cristo) e rua das Arribas (rua da Arrochela) até ao campo dos Santos Mártires, seguindo pelas trazeiras dos quintais da rua das Barcas (rua José Rabumba) até ao Rossio, praça do Peixe e Capela de S. Gonçálinho.

A planta da cidade de 1780-81(?) apresentada por I. Amorim na Exposição Cartografia antiga de Aveiro (29NOV1997) realça o interesse deste mapa como peça fundamental para a reconstituição futura da cidade, do traçado das suas ruas e dos pormenores de intervenção no Rossio, na Ribeira e no Cojo.

Esta configuração interna deixa em seu redor uma rede de outras povoações que embora não fazendo parte da cidade, são referidas como “se lhe devem conjuntar” (Madahil, 1968, 618), pelo senado da câmara, em catorze de dezembro de mil novecentos e noventa e um, numa petição enviada à Rainha D. Maria, a Piedosa. Destas localidades, Sá e Arnelas, termo da vila de Ílhavo, são referidas em primeiro lugar seguindo-se-lhe Esgueira, Arada e as mais distantes povoações de Ílhavo, Ermida, Soza, Vagos. O mesmo é referido em relação à vila de Eixo e a vários lugares que fazem parte desta, como Póvoa, Costa do Valado, Taipa, Oliveirinha, lugares que se deviam agregar e unir à cidade de Aveiro para evitar o incómodo e encontro de vários jurisdições e também para que daí resulta um mais fácil “expediente nos seus litígios” (op. cit., 620).

Referindo-se ao seu traçado nos finais do século XIX, a descrição de C. e Sousa (1940) mostra como ainda nessa época os limites da cidade eram bem reduzidos. Não sendo nosso objetivo descrever pormenorizadamente a evolução da ocupação atual, relembramos o seu traçado quando da transição para a sociedade industrial e de serviços que se verificou depois da melhoria das condições de acessibilidade que estiveram na origem deste fenómeno desde os finais do século XIX. Recordamos, assim, algumas das obras de beneficiação realizadas quando Aveiro registou um novo fôlego no seu crescimento devido às obras da barra e à reabertura do porto à navegação marítima.

Do lado de cima de vila e por volta de 1840, após a demolição da Igreja de S. Miguel (em 1835), foi arranjado o largo fronteiriço dos Paços do Concelho, trabalho que prosseguiu com a demolição de alguns dos edifícios que lhe estavam próximos, tais como o palácio episcopal e a porta da Ribeira. O mesmo se verificou com o templo do Espírito Santo, deitado por terra em 1858. Do lado da Vila Nova, em 1851, deliberou a Câmara "aterrar a marinha rossia, com vista a dar ao Largo do Rossio uma forma regular, arborizando-o e embelezando-o (...) com o fim não só de tornar mais regular o dito largo, como também de proporcionar ocasião a novas construções que se tornam necessárias" (Christo e Gaspar, 1986, 190), tendo ocorrido o seu ajardinamento no final da primeira década de Oitocentos.

A construção de novas edificações e o traçado das ruas foi realizado mais tarde, ainda durante o terceiro quartel desse século. Posteriormente reconheceu a edilidade "a grande falta de casas, principalmente para a classe pobre dos pescadores 'em cujo bairro estão famílias aglomeradas em casas que não comportam um tão grande número de moradores", pelo que foi sugerido à edilidade a "construção de novas habitações no terreno municipal da marinha rossia" (op. cit., 44), deliberação que foi cumprida pelo município procedendo ao estudo do terreno, ao traçado das ruas e ao seu "aforamento em hasta pública, em lotes iguais" (loc. cit.).

Figura 19 - Aveiro: 1780-81(?)



In: Aveiro: 1780-81(?) (IGC, nº 390) - Inês Amorim

Completando as iniciativas anteriores foram concretizados outros melhoramentos no centro da cidade, tais como a construção de um "edifício

para as repartições públicas do Distrito", próximo ao Terreiro das Carmelitas (op. cit., 370) - correspondendo na atualidade ao edifício do Governo Civil onde ficaram sediados o Governo Civil, a Junta Geral do Distrito, as Direções de Finanças, de Estradas e Escolar, a Delegação da Junta Autónoma de Estradas, da Hidráulica do Mondego, o Tribunal de Trabalho - e as obras de reconstrução do "cais da Ribeira ou do canal central", concluídas em 1872 (op. cit., 387). Também a construção do Quartel de Sá no lugar onde outrora existia o Convento do mesmo nome (durante o último quartel do século XIX), foi decisiva para o alargamento do perímetro urbano, arrastando consigo a edificação de novas habitações à sua volta e a construção de novas artérias urbanas.

Em termos de ocupação do espaço a construção da estação ferroviária, em Vale de Curvo, a cerca de 800 metros a nascente dos limites da cidade, constituiu o mais importante fator de crescimento urbano de Oitocentos e dos primeiros anos do século XIX. Este melhoramento anda associado à implantação das novas unidades industriais na cidade e à construção da zona anexa à estação de caminho de ferro, que na sua forma definitiva foi aberta ao público no começo da segunda década do século XX. Tal acontecimento veio a impor a urbanização de toda a zona envolvente à gare, bem como a construção de diferentes artérias estruturantes da aglomeração urbana.

Por deliberação da Edilidade Aveirense, em maio de 1863 “discutiu-se a urgência de uma rua de ligação mais fácil entre a estação de caminho de ferro e a cidade, pelas vantagens que daí viriam para o comércio, a indústria e a agricultura”. Esta deliberação acabou por ser concluída com a construção da Av. Lourenço Peixinho, que permitiu essa ligação passando a constituir a principal via de relação e de expansão urbana da cidade. Uma função que continua a fazer-se sentir embora com os problemas inerentes à necessidade da sua requalificação, tendo em conta o envelhecimento de algumas edificações e o abandono de atividades comerciais aí instaladas.

Complementarmente à edificação desta avenida foram construídos outros arruamentos que ligam a estação aos terrenos de Sá (caso da atual R. Almirante Cândido dos Reis) e ao Cais do Cojo (pela atual R. Comandante Rocha e Cunha), então animados pelo movimento de tráfego destinado a outros pontos da cidade.

O fenómeno da industrialização induzido pela construção da linha de C.F. foi-se ampliando com a construção de novas unidades industriais. Destacamos a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense (1888-1891) e as unidades cerâmicas concentradas inicialmente numa zona de grande acessibilidade marítima, junto do esteiro do Cojo. Foram elas que fizeram parte do processo de industrialização de Aveiro e do seu termo e que convém recordar: Fábrica de Louça da Fonte Nova (1882), junto ao cais do mesmo nome ou seja na parte trazeira do cemitério do Cojo; Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos (1897), em lugar não muito distante da Agra dos Frades para onde foi transferida no começo do século; Empresa Cerâmica da Fonte Nova (1903) e

a Fábrica de Louça dos Santos Mártires (1905) que deu mais tarde lugar à Fábrica Aleluia de Louças e Azulejos e depois à Fábrica Aleluia (1917), no lado oposto à fábrica anterior, junto da antiga ponte de pau e do esteiro do Cojo.

Para além da sua importância no preenchimento do espaço urbano a localização destas unidades fabris, com acesso direto ao mar através dos esteiros da ria e próximo da linha de caminho de ferro, mereceram das autoridades e da população algum apoio por se pensar na sua ligação direta à via ferroviária. Foi assim projetado um ramal que continuando a linha do Vale do Vouga terminasse no Ilhote do Cojo "para poder servir livremente de cais da ria" e para o transporte de sal. Igualmente foi defendida a construção de um ramal de caminho de ferro americano (sobre carris de ferro mas puxado por animais), ligando a estação de C.F. à barra daquele rio. Embora estes projetos não se tenham concretizado manteve-se como herança das obras então realizadas a chamada ponte de pau que permitia o transporte terrestre, puxado por juntas de bois, das mercadorias desembarcadas no cais do Cojo com destino à estação de Aveiro.

Note-se que à época o esteiro do Cojo apresentava na sua parte central uma pequena ilha, ocupada essencialmente pela agricultura, mas o mesmo acabou por ser aterrado nos finais do século XIX para a construção do Mercado Municipal. Por sua vez a abertura de um novo arruamento ligando a estação ao centro da cidade, iniciada em 1918, veio a permitir o alargamento da urbe naquela direção, até então ocupada por "terreno maninho" (Tavares, 1959, 58). À abertura desta nova frente de urbanização deve-se a implantação de novas residências, do comércio e de serviços, cuja importância atual nos permite ajuizar o alcance e a oportunidade dessas decisões.

Também na parte da Vila Nova, Christo e Gaspar (1986, 394) dão-nos conta da cedência, para aforamento, da Quinta da Apresentação com vista à edificação de pequenas casas e à construção de novos arruamentos, o que veio a acontecer com a abertura da rua de ligação do Largo da Apresentação à R. de S. Roque e das suas perpendiculares entre a Tva. da Palmeira, a R. do Arco e a Rua do Vento. Entretanto novas construções assinalam esta fase de expansão urbana. Recordamos a edificação do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, próximo do Parque Municipal, na quinta da Senhora da Ajuda (anexo ao convento de Santo António), iniciado em 1901; as obras de demolição de parte do Convento das Carmelitas "para a abertura de uma praça que veio a chamar-se do Marquês de Pombal" (op. cit., 275) em 1905 e as obras de "ajardinamento do Rossio de São João", em 1909 (op. cit., 131).

Convirá realçar que ao longo da primeira metade do século XX, Aveiro foi alargando o seu perímetro urbano através da construção de diversos melhoramentos públicos e de outras obras. Assim aconteceu a nascente, com a ocupação do espaço central e limítrofe da Av. Dr. Lourenço Peixinho e a sul, ultrapassando os limites que lhe tinham sido impostos pelo Convento de Santo António e pela Fonte das Cinco Bicas, construída próximo do local

onde antes se erguera a Igreja do Espírito Santo. Não muito distante desta e para o lado nascente veio a concretizar-se a construção do Liceu Nacional de Aveiro, inaugurado em 1952. A urbanização do bairro Dr. Álvaro Sampaio, que lhe fica adjacente, marca assim uma nova fase da urbanização desta parte da cidade cuja ampliação sofreu novo relance a partir dos anos oitenta.

Figura 20 – Limites da cidade (1954)



Fonte: Auzelle (1954), pl. 05

Para poente a cidade foi-se estendendo ultrapassando agora os limites impostos quando da construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, pelo Seminário Diocesano (em terrenos de Santiago, nos anos quarenta) e

pelo bairro social da Misericórdia, construído entre 1947 e 1949. A norte desta pequena mancha urbana, a edificação do bairro dos Santos Mártires completou a ocupação mais densa da zona do Alboi. Independentemente destas novas áreas de expansão urbana e dada a integração nos limites da cidade da freguesia vizinha de Esgueira, a cidade vai progredir a sua expansão nessa direção, transformando gradualmente povoações de feição mais rurais em verdadeiros dormitórios urbanos.

O mesmo veio a suceder no início da década de sessenta quando a área citadina foi de novo ampliada pela inclusão dos lugares de Aradas, de S. Bernardo e da Quinta do Gato e, mais recentemente, pelo seu alargamento às novas freguesias de Santa Joana Princesa e de N^a Sr^a de Fátima. Um alargamento administrativo que vem confirmar a expansão e afirmação crescente da cidade fora dos seus limites tradicionais e o conquistar de novos habitantes e funções. Este processo de expansão urbana foi acompanhado de diversos estudos sobre a urbanização das cidades contidos nos Planos Gerais de Urbanização, que surgem no país em 1934 por iniciativa do Ministro das Obras Públicas de então, Eng^o Duarte Pacheco, enquadrados pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização. No entanto as preocupações com o espaço urbano remontam à 2^a metade de Oitocentos com a criação dos Planos de Melhoramentos, em 1865, que vieram a ter seguimento em Lisboa e no Porto.

De acordo com Ferreira (2003, 41), a postura de encarar o urbanismo como obra pública, procedendo à “infraestruturação do território nacional nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, abastecimentos, comunicação e energia, indispensáveis ao desenvolvimento económico e à industrialização do país”, foi uma das preocupações do Estado Novo que beneficiou a cidade de Aveiro através da elaboração do Antepiano de Urbanização da Cidade de Aveiro, de Moreira da Silva, referente ao período de 1948 a 1959. A esse documento segue-se o Plano Diretor da Cidade de Aveiro (1964) e o Antepiano Regional de Aveiro (1962-1967), de Robert Auzelle. Estes documentos foram fundamentais para regular a expansão da cidade de Aveiro no espaço das antigas quintas sobre o vale do Cojo, onde se implantaram novas escolas e áreas residenciais.

As preocupações com o ordenamento da cidade de Aveiro, seguindo as instruções legais dos Ministérios que tiveram a contínua responsabilidade deste pelouro, foram sendo sucessivamente ampliadas através de novos Planos de intervenção dos quais se registam o Plano Integrado de Aveiro-Santiago (PIAS), de 1979 e em articulação com este, o Plano Geral da Universidade de Aveiro (1979), que marcou a construção do Campus Universitário de Santiago nos terrenos anexos ao pequeno lugar de S. Tiago, fronteiro à laguna de Aveiro e à designada Lagoa do Paraíso. Em ligação com os anteriores documentos, refere-se ainda o Plano Geral de Urbanização de Aveiro (1981).

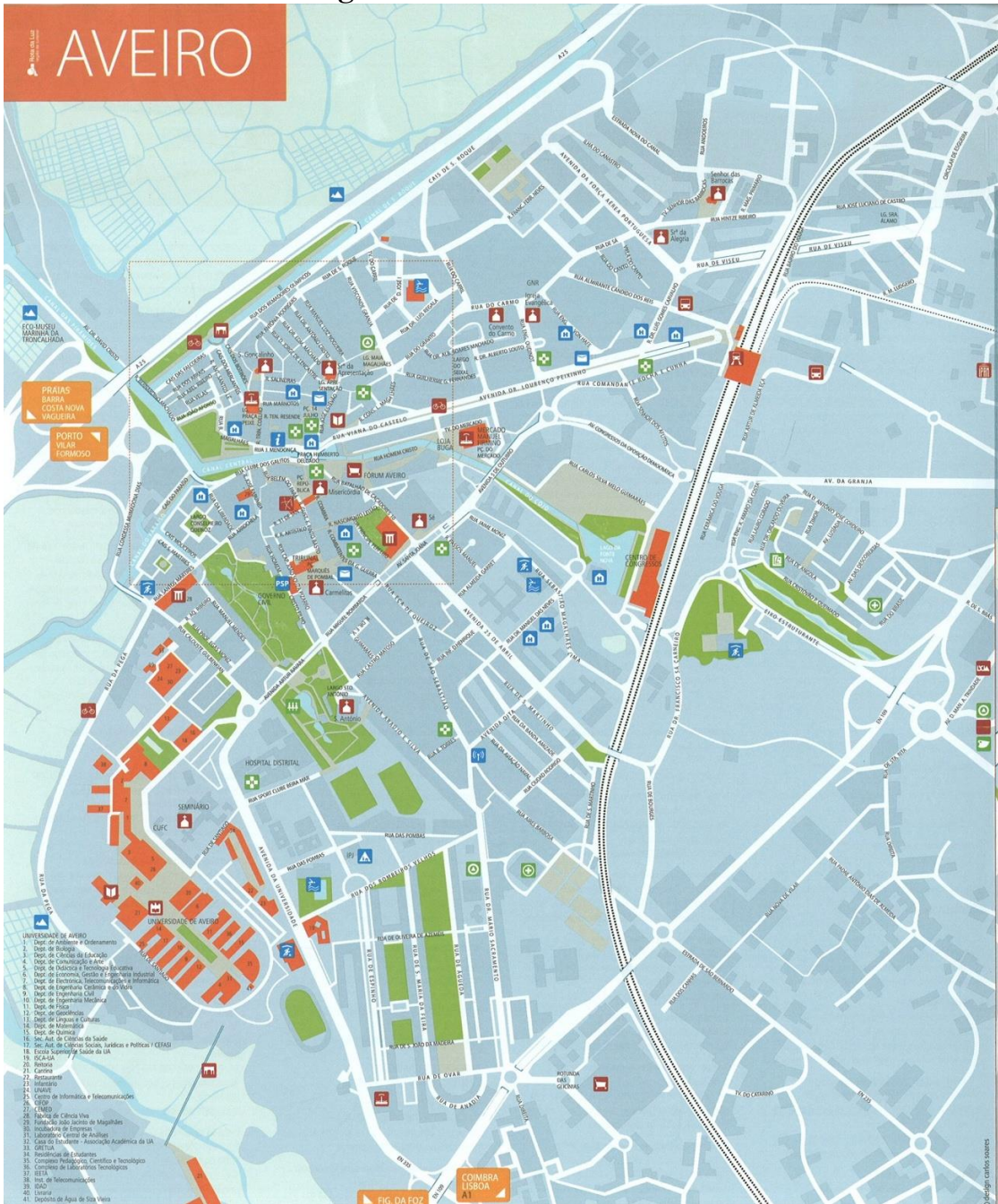
O primeiro trabalho foi dedicado ao território entre o Canal de Esgueira, o Canal de S. Roque e a Ria, o limite da Quinta do Crasto e a E.N.109; o segundo foi dedicado à integração do território da cidade, no seu concelho e espaço adjacente. À data, a estrutura urbana da cidade deveria articular-se com o espaço da ria e do Porto de Aveiro, então localizado na antiga Lota; na área industrial da cidade, em torno do cais da Fonte Nova e no universo de serviços implantados na cidade de Aveiro.

As imagens da cidade dos anos sessenta apresentam um espaço estruturado em torno do Canal Central, da Avenida Lourenço Peixinho e da Ria, deixando a descoberto diversas áreas de feição rural ou em pousio social que viriam a ser usadas na expansão futura da cidade de Aveiro. Entre eles conta-se o lugar de Santiago, para o qual o poder central destinou a construção de um núcleo de habitações sociais, sob responsabilidade do então Fundo de Fomento de Habitação, que em 1979 apresentou o Plano Integrado de Aveiro – Santiago.

O crescimento da cidade e a legislação entretanto publicada sobre esta matéria vieram a determinar, em tempos distintos, a elaboração de novos instrumentos de planeamento urbano, como o Plano Diretor Municipal (P.D.M.), preparado em 1995 e que abrange todo o concelho de Aveiro. Como refere Fonseca (2010, 87) este instrumento de planeamento municipal “define as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território”. Já então a cidade de Aveiro surge como um centro urbano com um forte pendore do setor terciário, facto que resulta da queda da indústria no seu perímetro urbano e do surgimento de serviços alimentados por uma forte clientela, como a Universidade e o Hospital. Longe ia o tempo em que as guarnições militares existentes na cidade e entretanto reduzidas na sua dimensão ou desativadas, desempenhavam um papel relevante na animação urbana e na localização do seu comércio.

Depois daquele Plano é desenvolvido o Plano Estratégico de Aveiro (1996), o PROCOM (1997) e finalmente o Programa Polis – Aveiro, no início já do século atual. Note-se que a publicação destes Planos tornou-se obrigatória por via da publicação da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e Urbanismo – Lei nº 48/98, de 11 de agosto – que tem em vista a organização e valorização do território nacional e dos aglomerados urbanos “tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado” (artº 1 da referida Lei). Ao terem em consideração a vida interna da cidade e a oportunidade de aproveitamento das novas centralidades, os últimos documentos têm vindo a dar uma maior importância ao ensino superior e a outros elementos estruturantes da organização do espaço como o turismo, a ria e a antiga Lota. São por isso considerados eixos estruturantes fundamentais para a ocupação de espaços vitais da cidade que vão orientar o seu crescimento urbano e do concelho, em anos futuros.

Figura 21 - Cidade de Aveiro: 2008



Fonte: Edição da Rota da Luz; Região de Turismo

No século atual o desenvolvimento o Programa Polis – Aveiro (2003), implementado pelo Ministério do Ambiente, tem em vista melhorar certos aspetos da vida das cidades, entre as quais, Aveiro. Nesta cidade a intervenção segue os objetivos gerais do Polis XXI visando “qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade, visando um funcionamento urbano inclusivo, coerente, sustentável e mais participado pelos cidadãos” e recai sobre as áreas limítrofes da Ria, especialmente na área da antiga Lota e as

frentes urbanas definidas pelos canais. Trata-se de intervenções de “regeneração” urbana que visam alcançar a competitividade e a integração regional, definidos no documento orientador do MAOTDR (2007).

Já o delineado Plano do Parque da Sustentabilidade (2009), incluído no âmbito das Parcerias de Regeneração Urbana, permitiu um conjunto de obras paisagísticas, funcionais e de equipamentos urbanos e espaços de convívio e bem-estar, estruturantes da sociabilidade, da vida urbana e da ocupação do solo. Estes são indispensáveis para a revitalização de certas áreas e artérias da cidade que devido à extinção e à deslocalização de serviços, outrora sediados na coroa interna da cidade, acabaram por gerar quebras significativas da mobilidade em certas zonas da aglomeração aveirense.

Como os demais setores da vida social as cidades carecem de ser geridas tendo em consideração as suas características próprias, a sua evolução e o seu projeto urbano baseado, hoje mais do que nunca, num paradigma de desenvolvimento sustentável. Aqui incluem-se as questões de natureza social e cultural, ambiental e territorial, económica e político-institucional, que garantam o seu crescimento endógeno e atento à região envolvente. No âmbito interno a gestão urbana carece de dar a maior atenção às pessoas que nela habitam e às que aí se deslocam com frequência, às instituições e empresas aí sediadas ou que aí prestam os seus serviços. No que respeita à sua relação com o espaço vizinho, impõe-se a articulação territorial, a distribuição e a qualidade dos serviços como elementos estruturantes da coesão social, da gestão de proximidade e do reforço da identidade urbana e das populações que vivem a cidade. Esta a visão futura que deve garantir a ligação entre o território urbano e as atividades económicas, mas que tenha o homem como centro das suas preocupações.



Glória



Heráldica da Freguesia da Glória

A freguesia da Glória ocupa parte do território da paróquia de São Miguel, a qual foi desmembrada em 1572 em mais três paróquias, uma das quais manteve a designação anterior em honra do santo padroeiro. O espaço

que ocupa constitui a matriz territorial mais antiga de Aveiro, que “compreendia a parte mais nobre da então vila de Aveiro, a mais distinta e, talvez a mais favorecida de fortuna”, pertencendo-lhe “quase toda a parte muralhada desta povoação” (Quadros, 1984, 53) e o bairro do Albói. Ocupa ainda o território da paróquia do Espírito Santo, que à data estendia-se para sul das muralhas incluindo nela os lugares de Cimo de Vila, Vilar, São Bernardo e parte da Presa e da Quinta do Gato (Gaspar, Boletim Municipal da Cultura. XVIII, 105). Afirma o mesmo autor (op. cit.) que este parcelamento poderá ter resultado do elevado número de fregueses residentes numa só paróquia ou para “retirar prestígio social e rendimento material” ao priorado de São Miguel, reduzindo-lhe a sua influência e poder (op. cit., 106).

O relato da memória Paroquial de 1758 (Amorim, Boletim Municipal de Cultura. XII, 23/24, 21) refere-se às muralhas que limitam a freguesia mãe de S. Miguel: “este bayrro he o mais antigo e o da primeira fundação de Aveiro”, próximo do Bairro do Espírito Santo. Quanto aos muros que limitavam a povoação, com a altura de “trinta e dois pés geométricos”, são “os mais fortes e os melhores que há daquelle tempo (...) tem no seu circuito nove portas, e dezasseis Torres” (loc. cit.). Fora destas entradas situavam-se os terrenos agrícolas e as quintas, cuja população animava a Fonte dos Amores e os tanques de lavar roupa situados junto a uma das saídas da povoação no seu contacto com a zona rural circundante.

De acordo com Gaspar (1974, 24) quando da sua criação, em 1835, no âmbito das reformas liberais, as paróquias de São Miguel e do Espírito Santo foram reunidas passando a paróquia de N^aSr^a da Glória a ocupar o espaço a sul do canal central, no qual estava localizado o templo de São Miguel – “testemunha ocular dos feitos homéricos dos antigos aveirenses” (op. cit., 25) -, que remontaria ao tempo de D. Sisnando (séc. XI). Esta igreja foi demolida por ordem do Governador Civil de então, depois da divisão paroquial. Como nota Gaspar (loc. cit.) “não fosse o seu nome lembrar perpetuamente o do rei proscrito”, perdeu-se na imagem urbana da cidade de Aveiro. Recorde-se que a derrota de D. Miguel e a assinatura da Convenção de Évora-Monte, em 1834, assinalou o fim do Absolutismo e com a assinatura da Carta Constitucional aquele monarca foi enviado para o exílio.

Para além da Igreja de S. Miguel a qual, “em razão da sua muita antiguidade e pela incúria dos homens, achava-se necessitada de muitos concertos” (Quadros, 1984, 95), a paróquia-freguesia acolhia ainda a referida Igreja do Espírito Santo cuja demolição foi iniciada em 1858. Diz-nos Gaspar (1974, 24) que esta paróquia, batizada então de N^a Senhora da Glória, “recebeu o nome de Glória – talvez para honrar a rainha D. Maria da Glória, que não só a Mãe de Deus”. A este respeito recorda Quadros (1984, 174) que depois da extinção das ordens religiosas, em maio de 1834, “houve quem fosse de opinião, que se mudasse a sede desta freguesia para a igreja, que fora do convento de S. Domingos” – como veio a suceder - pelo que foi “a do

Espírito Santo considerada como inútil e quase votada completamente ao abandono pelas autoridades e corporações administrativas” (loc. cit.).

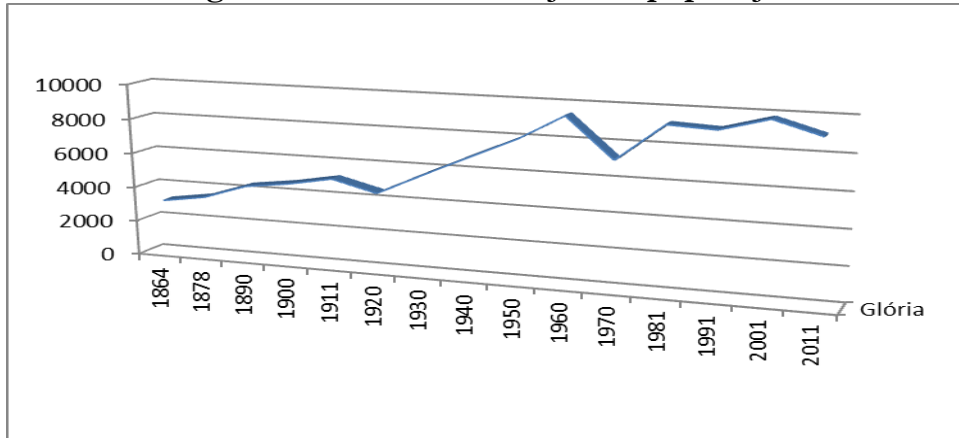
Regista a memória local que a demolição destes templos não foi do agrado dos paroquianos, em particular dos fregueses da matriz de S. Miguel. Por isso para a sua concretização tonou-se necessário que fossem conduzidos da Barra “os presos, que ali estavam cumprindo sentença de condenação a trabalhos públicos” (Quadros, 1984, 96). Os materiais daí resultantes foram usados na construção do cemitério e dos Paços do Concelho.

Sendo uma freguesia urbana por excelência, aqui têm vindo a ser localizados serviços de apoio às novas funções da cidade, nomeadamente a hospitalar e a universitária, esta última que veio a ocupar os terrenos ubérrimos das quintas e quintais de Santiago, os celeiros da cidade, como eram conhecidos. Também os trabalhos recentes de urbanização do antigo cais do Cojo alteraram a fisionomia da urbe conferindo-lhe uma feição comercial e de lazer. Com estas obras a cidade de Aveiro ganhou uma nova centralidade sugerindo, por esta via, a execução de outros trabalhos de valorização do espaço construído e a manutenção de boas práticas na construção e sustentabilidade urbana.

A abertura de novas frentes de construção no espaço da freguesia tem vindo a atrair moradores e por isso a população tem acusado, no decurso dos últimos censos, as variações decorrentes do crescimento destas atividades. Contudo a fixação destes novos habitantes não tem conseguido estancar a preferência por outros espaços residenciais situados fora desta freguesia, menos onerosos que as ofertas de alojamentos nas urbanizações construídas localmente. Esta situação tem condicionado a anterior procura, como se registou no decurso das últimas décadas, levando a uma redução da população urbana nesta freguesia sede de Aveiro, da ordem das nove centenas, como foi expresso nos dados do censo de 2011 quando a população desta freguesia registou 9099 habitantes. Continuam por conhecer os valores da população temporária, constituída essencialmente por estudantes universitários que residem em alojamentos alugados e não constam no rol estatístico dos moradores desta freguesia.

Não obstante as perdas registadas, a freguesia da Glória está referenciada por albergar os principais equipamentos culturais, de saúde e mesmo sociais da cidade de Aveiro, não sendo igualmente de desmerecer a atividade comercial, embora decadente em alguns setores, que continua a animar algumas das suas artérias. Esta situação confere um maior peso administrativo e institucional a esta parte antiga da cidade mas não reduz a necessidade de se repensar a localização de novas edificações que venham a substituir as anteriores ou mesmo que possam ser implantadas na cidade de Aveiro.

Figura 22 – Glória: Evolução da população



A articulação entre o poder local e o poder do conhecimento instalado nesta área nobre da cidade de Aveiro pode facilitar algumas das decisões estratégicas que a este respeito venham a ser tomadas, nomeadamente as que respeitam a obras de grande procura ou afluência pública, às condições de circulação ou mesmo às opções relacionadas com as acessibilidades e modelos de fruição do espaço público.



Habitação e famílias

Tendo presente a realidade portuguesa, a evolução dos habitantes e do povoamento regista a diversidade de fatores, que não só de natureza histórica e geográfica, responsáveis pela ocupação do território e pela dinâmica da população. Com efeito se num passado mais remoto as condições físicas foram determinantes para a evolução desses fenómenos, a diversificação das atividades humanas, económicas e produtivas, a construção das vias de comunicação e a realização de investimentos em infraestruturas e na criação de postos de trabalho, têm favorecido uma nova distribuição dos residentes e condicionado a sua composição, movimentos e atividades. Daqui decorre que a estrutura familiar da população nacional tenha vindo a alterar-se ao longo dos anos, em particular no decurso das últimas três décadas quando as mudanças sociais se fizeram acompanhar de alterações significativas ao nível das estruturas familiares, dos modos e condições de vida e de alojamento da nossa população.

A recolha discriminada de informação sobre a habitação e os alojamentos familiares foi iniciada com a realização do 11º Recenseamento da População – 1970, informação que passou a ser disponibilizada nos censos seguintes. Os dados de 1981 servem-nos de comparação. Nesta data o total de famílias

clássicas residentes - entendidas como o “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si” (INE) - ascendia a 17,2 milhares em todo o concelho, sendo os maiores valores registados nas freguesias urbanas que fazem parte da cidade ou da sua coroa urbana: Glória, Vera Cruz, Esgueira, no primeiro caso e ainda em Cacia, Oliveirinha e Eixo.

Regista-se assim que a variação da população residente no concelho, foi suportada pelo acréscimo de famílias clássicas e de alojamentos existentes nas freguesias do município. De acordo com o INE, entende-se por alojamento familiar, a “unidade de habitação que pelo modo como foi construída ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família”. Este aumento foi significativo no decurso dos dois últimos períodos intercensitários, nomeadamente já no século atual e foi mais relevante nas freguesias urbanas e peri-urbanas de criação recente. Quanto à dimensão dos núcleos familiares, traduzida nas pessoas residentes, regista-se o predomínio de famílias com reduzida dimensão, sendo que quase metade das famílias clássicas residentes no concelho, são constituídas por 2 – 3 pessoas. Tal facto comprova a redução substantiva da fecundidade notada na sociedade portuguesa no decurso das últimas décadas, bem mais acentuada nos meios urbanos e na sua proximidade, bem como um novo figurino da nossa sociedade marcado pela redução de filhos em cada casal.

Sendo esta a imagem das freguesias urbanas, uma nota ainda para o caso do antigo território de Eixo, que tem vindo a acolher um aumento significativo de famílias clássicas e de alojamentos. Esta distribuição confirma a capacidade de atração deste território bem como as novas formas de ocupação do solo em construções unifamiliares e urbanizações de maior dimensão, que têm vindo a alargar a capacidade de alojamento no município de Aveiro. Uma oferta que apesar do seu volume atual vai contando com a afluência de novos habitantes, pequenas indústrias, serviços e equipamentos que garantem o seu crescimento. Importa no entanto que este se mantenha equilibrado no respeito pela idiosincrasia das suas paisagens e expectativas de qualidade de vida oferecidas aos seus habitantes.

Os dados dos censos da população permitem-nos conhecer as condições de habitação e alojamento no que respeita à existência de infraestruturas básicas: luz, água e esgotos, bem como o regime de propriedade individual. De notar que no concelho de Aveiro o abastecimento de energia e saneamento era quase total, verificando-se ainda que $\frac{3}{4}$ dos moradores eram proprietários do respetivo alojamento. De acordo com o censo de 2011 verifica-se um acréscimo de mais de seis milhares de agregados familiares em relação ao início da década, num total de 31187 famílias residentes no município de Aveiro em 21 de março de 2011 (das quais, 31142, clássicas e 45, institucionais). Os mesmos dados registam a existência de 40570 alojamentos e de 22817 edifícios, na mesma data.

Estes valores acompanham a variação da população residente no concelho ocorrido entre 2001 e 2011 e refletem, sobretudo na parte do edificado, a disponibilidade do parque habitacional da cidade, ainda não preenchido, mas apto a acolher novos residentes. Esta foi a tendência igualmente registada na maioria dos municípios do Baixo Vouga que viram aumentar o património edificado, algum dele a aguardar a sua plena utilização.



Hidrografia

A bacia hidrográfica do rio Vouga, onde se inclui o complexo lagunar do baixo-Vouga ou Vouga-lagunar, conjuntamente com a bacia da laguna de Aveiro, constituem as duas principais bacias hidrográficas desta área concelhia. No seu interior algumas ribeiras escoam-se para a bacia do Cértima, que integra a Pateira de Fermentelos, subsidiária do Vouga. Este rio atravessa transversalmente o continente português pondo em contacto o planalto beirão e o litoral atlântico, tendo sido referenciado pelos autores antigos “como um dos maiores das Hespanhas, o Vacca de Plínio, o Vacuum de Strabão e o Vacuum de Ptolomeu, correndo entre as serras da Gralheira e do Caramulo” (Loureiro, 1904, 8). A partir daí, diz Gomes (1877, 12), que “a 24 Quilómetros da foz, as margens distanciam-se mais, deixando de ambos os lados vasta planície, que o rio inunda na ocasião das cheias”.

Outro autor, Cerqueira (1980; 6), assinala que rio Vouga (148 km de comprimento) tem sido um dos fatores de aproximação entre o interior e o litoral, “a Beira Alta, gémea do nosso litoral - gémea e siamesa por indestrutível e congénita aliança corográfica e humana”. Esta relação ficou mais próxima depois da construção da linha férrea do Vale do Vouga, entre Sernada e Viseu (seguindo a par com as margens deste curso de água) e concessionada em 1896. Contudo anteriormente a esta obra e quando se privilegiavam as ligações fluviais, foram feitas propostas no sentido de permitir essa navegação até S. Pedro do Sul, na Comarca de Viseu, “que tira dela uma grande utilidade” (Amorim, 1997, 122).

Percorrendo parte do seu percurso em solos de natureza granítica desde a nascente, próximo do santuário da Senhora da Lapa - a 930 metros de altitude - até jusante de Oliveira de Frades ou atravessando já formações xistosas, até às imediações de Albergaria-a-Velha, a bacia do Vouga - com uma área total de cerca de 3677 km² -, regista nesta parte do leito superior e médio as características de um rio de montanha. Vales por vezes bastante encaixados e um caudal sujeito às variações pluviométricas da região acidentada que atravessa, são os traços dominantes do rio e dos seus afluentes (Águeda, Cértima e Caima) ao percorrer os contrafortes da Serra de Arada, do Caramulo e do Buçaco.

Já na sua parte terminal, de Pessegueiro até à foz, o rio corre em terrenos brandos da orla meso-ceno-antropozoica e por isso espraia as suas águas num vale amplo e marcado por uma intensa e diversificada atividade humana. Outrora era frequentado por pequenos barcos, de fundo chato, que transportavam os produtos do mar para o interior e os produtos da terra para consumo e exportação, rio abaixo até à foz. Disso nos dá conta Gaspar (1998, 115) em data próxima a 1758, que na proximidade de Eixo “divide esta freguesia da de São João de Loure, somente navegam barcos de uma vela (...). As margens do rio são campos que se cultivam e têm arvoredo”. Este percurso constituía uma estrada fluvial – de pescado, sal e mercadorias - entre Aveiro e as povoações serranas, sobretudo quando da realização das feiras que eram um momento privilegiado para a realização dessas transações comerciais.

Tal riqueza está plasmada na descrição que o Prior de S. Miguel, que em 1758 deu resposta à Memória Paroquial do Reino (Amorim, Boletim Municipal. XII, 23/24, 21), que lhe chama o “Rio da prata, talvez pela imponderável conveniência que dá aos que se aproveitao dos diversos géneros de que abundam”. Acerca do regime deste curso de água, o citado prior de São Miguel (op. cit., 22), assinala o seguinte: “Nos mezes de inverno com as aguas das chuvas que descem ao Vouga se augmenta da maneira que as vezes parece hum mar então corre para este com grande acelleraçõ no seu refluxo. No Verao fica somente nas calles e nos esteyros, faz a enchente e vazante aquellas cheias de gados, e algumas labouras: estas de sal quando o tempo o permite, e tudo offerece aos olhos huma bellissima recreaçõ”.

Este registo permite entender as diferentes fases de erosão que o rio atravessa, desde a fase de juventude - com vale estreito e caudal reduzido, fácil de atravessar - à fase de maturidade, no seu curso médio e superior – quando a bacia vai recolhendo novos afluentes, alargando o seu caudal – e, por fim à fase de velhice, na sua parte terminal, com meandros divagantes e acentuada sedimentação (Girão, 1922, 48). A deposição da carga sólida ocorre quando o leito se encontra a uma cota reduzida, devido à evolução da própria linha de costa e à ação continuada das pequenas linhas de água que drenam para a laguna e aí depositam a sua carga sólida. Este autor (op. cit., 55), associa a esta evolução à alteração das vias de circulação no passado quando do desvio da estrada mourisca de Águeda ao Porto (op. cit., 63).

Citando Viterbo, afirma (loc. cit.): “a costa se entupiu e alteou por causa das areias (...) e os rios estagnados não só esterilizaram os campos, mas também fecharam a passagem dos caminhos”. Decorrente deste processo de envelhecimento surge a formação da “zona alagada e pantanosa onde assentam as ‘páteiras’ de Fermentelos, Frossos e Taboeira” dado que, como escreve este autor, “era aí que as águas torrenciais do Vouga experimentavam o embate das águas das marés, entrando por isso num estado de maior agitação”, por as “condições hipsométricas da região serem de molde que a ação das águas marinhas se exercesse numa parte do curso inferior”. Por isso devido às características morfológicas e à evolução das areias marítimas, o

curso terminal deste rio tem continuado a ser objeto de diversas intervenções, desde a data da abertura definitiva da sua barra até aos dias de hoje.

Sobre as alterações do seu percurso, diz-nos Gomes (1877, 139) que antigamente o curso do rio corria próximo da Murtosa e do Muranzel, “seguinto depois em direção á barra pela calle do Oiro”. Dada a velocidade terminal destas águas e o transporte da carga de sedimentação o seu leito foi objeto de outras obras como as realizadas em 1813, “para encurtar o trajeto das aguas, e encaminha-las melhor para a bôcca da barra, foi o seu leito mudado na direção de Sarrazola á bôcca da calle do Espinheiro” (loc. cit.). Este troço - a “avenida de água” (Moreira, 1987, 65) - ficou conhecido por Rio Novo do Príncipe em homenagem ao Príncipe D. João, filho de D. Maria I. Os trabalhos então realizados vieram a permitir um melhor aproveitamento dos campos do Baixo Vouga e a intensificação da criação do gado bovino, uma vez que garantiram a drenagem das águas das cheias que na época das chuvas ficavam acumuladas com os sedimentos transportados no leito sinuoso do rio velho, limitando essas pastagens.

Figura 23 - Bacia hidrográfica do rio Vouga

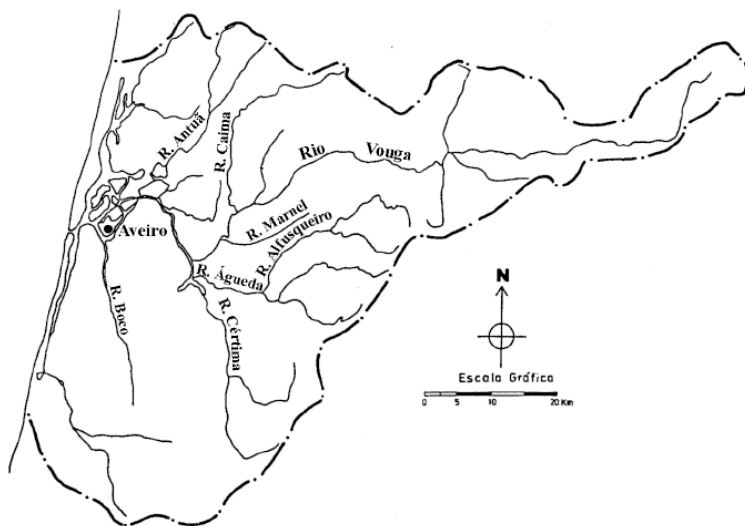


Figura 1 - Hidrografia do Baixo Vouga

In *Monografias Hidrológicas dos Principais Cursos de Água em Portugal Continental*, Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1986, p. 215.

In: *Bastos*, 2006, 23

As características descritas assinalam vocações distintas desta bacia hidrográfica: uma vocação essencialmente florestal na sua parte média e superior e outra essencialmente agrícola e leiteira, nos campos da ribeira e do baixo Vouga. A estas junta-se a função de lazer, a que se associa o espelho de água de maiores dimensões constituída pela laguna terminal. Disso nos dá conta a evolução milenar e urbana de Aveiro, que continua marcada por uma

realidade geográfica (natural e humana), onde o mar se insinua “pelos canais retalhando a planície em cujo centro, como uma artéria, corre placidamente o Vouga” (Oliveira Martins. In: Nemésio, 1978, 19).

No seu trajeto o rio Vouga atravessa locais com diferentes atividades económicas, que determinam a poluição das suas águas e afluentes, tais como as indústrias de celulose, cerâmica, metalurgia e metalomecânica e outras atividades relacionadas com lagares, destilarias, vacarias, efluentes domésticos e outros. Esta a situação que tende a ser recuperada.



Indicadores territoriais

As preocupações relacionadas com a distribuição dos recursos naturais e humanos num quadro geográfico determinado, bem como a análise das condições locais e regionais associadas ao seu aproveitamento e repartição, constituem um quadro privilegiado de análise no estudo das relações entre os fenómenos físicos, biológicos e humanos, à superfície terrestre e ao estudo das suas relações comuns. Realçam, ainda, os fatores dinâmicos que favorecem o processo de crescimento económico e de bem-estar social e cultural, a começar pelas condições de vida dos obreiros e atores principais que são os seus habitantes. A área em referência, o município de Aveiro, retrata um mosaico de situações que identificam a importância do complexo histórico-geográfico e os fenómenos populacionais que acompanham a evolução do poliedro de desenvolvimento regional, com múltiplas faces, vértices e arestas, orientados em função de diversos eixos internos e condicionalismos externos.

Através desta nota queremos valorizar algumas das oportunidades contidas nos eixos de referência, nas iniciativas dos seus atores e nas preocupações do sistema político. Dela sugerimos uma leitura geográfica consentânea com os pressupostos teóricos, a metodologia e a interpretação e exploração dos dados e das fontes disponíveis. As preocupações ora expressas apontam para o conhecimento da população: evolução, composição, estrutura, distribuição espacial e movimentos e ainda os dados referentes ao estágio de desenvolvimento social, económico e cultural da cidade, do seu concelho e região.

Temos presente que a análise dos diversos dados sobre esta área evidenciam o aproveitamento das condições naturais, favoráveis à atração-repulsão dos habitantes e à evolução das suas atividades agrícolas, industriais e comerciais, sem esconder a importância de outros contributos locais e nacionais, regionais ou de âmbito internacional que igualmente têm acompanhado este crescimento. Esquecê-lo seria tão desprezioso como injusto tendo em conta não só a marcha dos fenómenos sociais (e totais) no

seu conjunto, como a relevância de alguns dos seus atores mais proeminentes. E a história passada e recente de Aveiro diz-nos que os houve, em diferentes momentos e com capacidades distintas de intervenção na vida política desta cidade e município.

Estas considerações levam-nos a pensar, com Elias (1991, 192), na diferenciação de diferentes etapas de desenvolvimento social baseadas em “complexes événementiels extra-humains (...) que nous désignons par les termes vagues d'événements naturels”, em “rapports humains, ce que nous désignons généralement par les termes de rapports sociaux” e, finalmente, “d’après l’aptitude que possède chacun de ses membres à exercer une maîtrise sur soi en tant qu’individu ayant appris, dès l’enfance, à s’orienter plus ou moins seul, sans pour autant être indépendant des autres”. Relacionando a tríade acima indicada com a evolução social, defende o mesmo autor que “le premier type de maîtrise correspond à ce qu’on a coutume d’appeler le développement technologique, le deuxième à ce qu’on définit comme le développement de l’organisation sociale (...). Le processus de civilisation illustre le troisième type de maîtrise”.

Os conceitos acima transcritos levam-nos e encarar o processo de desenvolvimento não só como um processo social e evolutivo mas, também, como o preconiza Lopes (1995, 273), associado às questões do território. Pressupõe, portanto, o “acesso aos bens e serviços básicos e às ‘oportunidades em geral em situações de relativa igualdade’”, sendo que “a criação e manutenção de tais condições de acesso exige intervenção sempre que as assimetrias tendam a alargar-se como frequentemente acontece (...)”. Tais afirmações permitem-nos registar o processo conducente à melhoria das condições de vida da população e à mudança das estruturas da sociedade resultante de diferentes iniciativas locais e de ações concretas levadas a cabo pelo poder central, pelos municípios ou por cidadãos, traduzidos em investimentos diretos e indiretos com o intuito de criar riqueza e/ou melhorar as condições de vida dos habitantes. Esta perspetiva segue de perto o conceito de desenvolvimento sustentado, proposto em 1987 por Gro Harlem Brundtland, como sendo o “desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”.

De acordo com Lopes (1987, 293), o crescimento regional pode ser devido a "mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço" e a processos internos à região. Nestas circunstâncias, "o crescimento económico surge (...) associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho", sendo possível encarar o fenómeno da urbanização em resultado do "decréscimo da importância relativa desse setor na economia". Daí que se tenha registado "a tendência, primeiro para a industrialização e, depois, para a ‘terciarização’ com acentuada diversificação dos serviços". Não sendo um processo uniforme, este acarreta um conjunto de transformações na estrutura económica, que de acordo com o mesmo

autor (op. cit., 292-293), passa por diversas fases sucessivas, desde a economia de subsistência aos serviços.

É hoje reconhecido que o desenvolvimento de uma sociedade anda associada ao incremento do setor terciário, contribuindo os setores primário e secundário (loc. cit.) “só, indiretamente, para o bem-estar humano, proporcionando as bases materiais que o condicionam”. Por sua vez o setor terciário “proporciona diretamente o bem-estar humano, constituindo-o e assinalando o nível que este chega a alcançar”. Este é um dos autores que se refere à evolução da evolução dos setores de atividade, tal como foram identificados por Colin Clark, considerando que a evolução do setor terciário tem vindo a afirmar o surgimento de um novo setor, em crescente evolução, o setor quaternário, derivado da economia do conhecimento (op. cit., p. 269) o qual, conjuntamente com o anterior, é dominado pelos white-collars (op. cit., 347).

Seguindo a linha de pensamento de Perroux (1987), a caracterização destes estádios de desenvolvimento é identificada por diversos tipos de indicadores que podem dividir-se em dois grandes grupos:

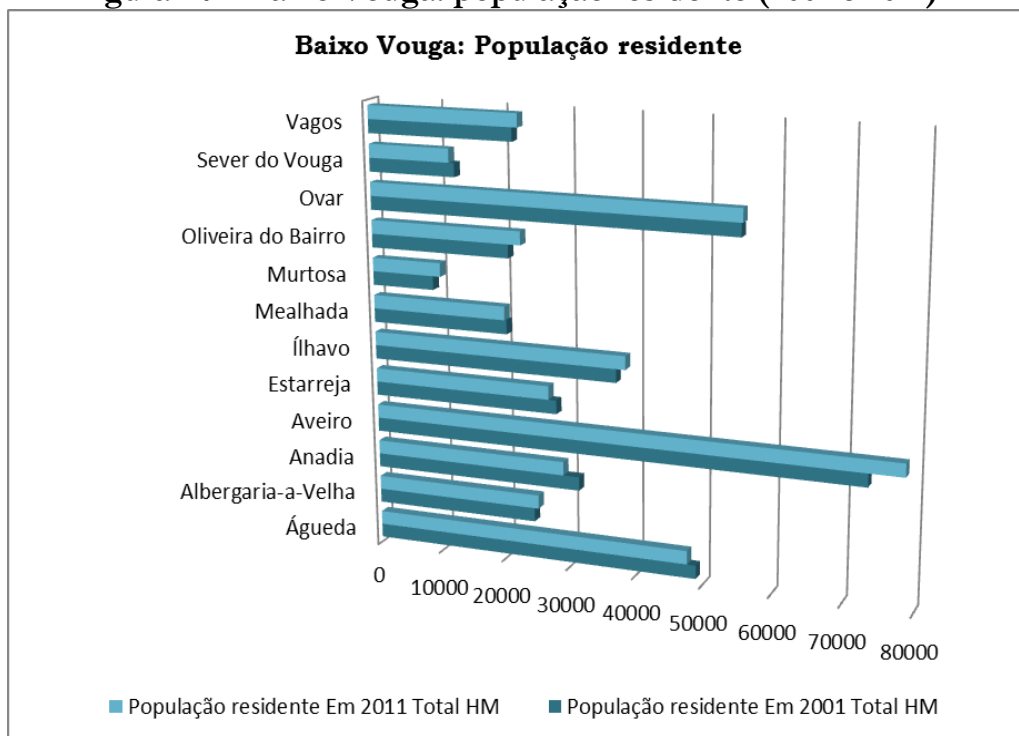
➤ Indicadores elaborados em torno do crescimento, tais como os que se referem ao produto real per-capita, ao nível de vida, à produtividade e os diferentes indicadores estatísticos relacionados com as estruturas (da população por atividades, de rendimento nacional, de emprego, de condições de trabalho, etc.);

➤ Indicadores sociais, agrupados segundo o conteúdo (op. cit., 89), tais como as contas sociais e demográficas, as estatísticas sociais; segundo o emprego e os indicadores sociais, segundo as técnicas de inserção, tais como as contas satélites, o relatório social, o balanço social, etc.

Não se ficam por aqui os dados usados na caracterização de uma determinada situação económica ou social. Muitos outros, de natureza demográfica e cultural, são inspirados no estado e no grau de instrução da população e acesso aos bens culturais e utilizados para identificar o estado de desenvolvimento de um grupo ou sociedade. Pelo seu interesse fazemos notar, no caso dos indicadores demográficos, os que podem ser considerados mais ajustados numa análise desta natureza. Referimos o caso das taxas brutas de natalidade e de mortalidade num determinado período, expressos pelo nº de nascimentos ou de óbitos, respetivamente, sobre a população total no meio do período; a taxa de fecundidade geral, traduzida no nº de nascimentos ocorridos num determinado período, em relação ao total de mulheres fecundas (entre os 18 e os 49 anos de idade) existentes a meio desse período; o excedente natural da população, traduzido na diferença entre o nº de nascimentos e o nº de óbitos registados num determinado período e o saldo migratório, calculado pela diferença entre o nº de emigrantes (saídas, para fora do país) e o nº de imigrantes (entradas no país) registadas no mesmo lapso de tempo.

A estes indicadores muitos outros se podem associar consoante a natureza, os objetivos e a profundidade do estudo em causa incluídos em fontes de vária natureza¹⁴ incluindo o INE.

Figura 24 – Baixo Vouga: população residente (2001 e 2011)



In: INE, 2011

A leitura desses dados permite completar certos aspetos da análise sócio-económica e demográfica do concelho de Aveiro e das condições de vida dos seus moradores. Recorde-se que tão importantes como estes são os dados relacionados com o desenvolvimento humano da sua população - expressos nas condições de saúde, educação, padrões de vida e liberdade política - aspetos contemplados nos trabalhos do P.N.U.D. sobre o desenvolvimento humano e as responsabilidades dos sistemas de poder. Tomando como certa as recomendações de um desses textos (PNUD, 2004, 6), “a identidade cultural dos povos deve ser reconhecida e aceite pelo Estado, e as pessoas devem ser livres de exprimir essa identidade sem serem discriminadas noutros aspetos das suas vidas”. Trata-se de um dos desafios a que nos cabe responder conjuntamente com as questões de natureza territorial relacionadas com as assimetrias espaciais e as desigualdades sociais que afetam o espaço municipal e regional onde residimos.



14 Vejam-se a propósito, os indicadores constantes do projeto-piloto: “Urban Audit” – referentes a Aveiro <http://www.urbanaudit.org/CityProfiles.aspx> - em 22JUL11

Industrialização

O processo de industrialização do território aveirense foi lento, dependendo de diversas iniciativas individuais e de fatores relacionados com a disponibilidade de capitais e de mão de obra, fontes de energia, abastecimento de matérias-primas, incentivos ao investimento, acessibilidades de escoamento dos produtos ao mercado e, mais recentemente, do avanço tecnológico e do empreendedorismo local. No seu conjunto os fatores de localização geográfica da indústria foram determinantes em todo o distrito de Aveiro, onde a industrialização obedeceu às “leis da oferta e da procura normais numa economia dita precisamente de mercado” (Caetano, 1986, 313), intensificando-se “à medida que os transportes se vão modernizando” (loc. cit.) e ditando a sua polarização.

No caso específico de Aveiro, Semedo (2009, 39) aponta que a “indústria tem-se revelado fator e consequência da crescente acessibilidade da cidade e da região tendo para isso contribuído a melhoria das comunicações: o porto e os eixos rodoviários e ferroviários”. A primeira fase desta industrialização foi marcada pela transformação de produtos cereais – moagem, desde 1406 (Gaspar, 1997, 41) - e nas olarias dispostas na periferia da cidade e em Eixo, em cujos fornos se deram os primeiros passos para o fabrico de porcelana em Portugal durante o último quartel de Oitocentos (Gaspar, 1998, 123). Na cidade, e em particular no vale do Cojo, foram construídos em épocas distintas fábricas de vidros e de tijolos e recuperados moinhos e moagens.

Sem se referir ao local exato, mas assinalando a existência de “azenhas, junto à vila de Aveiro, que moíam com água do mar”, Madahil (1959.I, 2015) dá-nos conta que estas haviam pertencido ao Infante D. Pedro e doadas depois da morte, em 1449. Outras iniciativas relatam-nos o fabrico de tecidos e de saboaria antes da elevação de Aveiro a cidade, quando beneficiou da proteção régia e foram dados os primeiros passos na sua industrialização. Assim aconteceu por volta de 1765, quando foi concedido alvará para a instalação de uma fábrica (que funcionou apenas até 1795) de algodão, estamparias e tecidos, propriedade do italiano João Batista Locatelli (Christo e Gaspar, 1986, 239). Esta medida foi apoiada pela Vereação de Aveiro (Amorim, 1992, 141), que incentivou a divulgação da amoreira – e a criação e conservação do bicho-da-seda - em toda a área da comarca de Aveiro e nas terras vizinhas.

A primeira fábrica existente na cidade, a fábrica do Cojo, fundada no início do último quartel do século XVIII, distinguia-se pelo fabrico de “louça muito ordinária” (Rodrigues, 1998, 18), como se lê num relatório oficial do século seguinte. O caso da indústria cerâmica de barro vermelho, sendo fortemente induzida pelo crescimento industrial e urbano, acabou por atingir um elevado grau de “concentração” no distrito, tal como as indústrias ligadas às “matérias-primas agrícolas, facilmente perecíveis” (Caetano, 1986, 311). Esta referência coincide com a descrição de Rodrigues (2010, 139) que dá

realce às indústrias alimentares da sub-região da ria de Aveiro, de onde se destacam “as conservas de peixe, de frutos e de legumes, a produção de lacticínios, a moagem e o fabrico de pão”. Destas, as conservas, cujo peso na exportação foi relevante em alguns períodos da sua laboração, a refinação do sal, a seca e a salga do bacalhau, permanecem na memória de muitos aveirenses como sendo as mais ajustadas à evolução das atividades marítimas.

Voltamos à cerâmica. A construção da Fábrica de Louça Fina do Cojo, em pleno período Pombalino (1769-1777), destinada à produção de “louça fina, branca, de verniz, concorrente à de Coimbra, que integrasse os circuitos comerciais existentes” (Amorim, 1996, 699), por volta de 1775, mereceu anos mais tarde, em 1790, “a graça da isenção de direitos na entrada nas alfândegas do País, para todos os materiais de que carecesse” (Christo e Gaspar, 1986, 172). De acordo com Amorim (op. cit., 404), esta indústria filia-se numa longa “história de manufaturas” e beneficia de mão de obra familiarizada com as técnicas de fabrico do barro e com as disponibilidades financeiras locais. Refere ainda a mesma autora (op. cit., 420), que a mesma foi ainda “bafejada tardiamente pelo sopro do privilégio régio”, pela inovação tecnológica permitida pela utilização do vapor e pelo alargamento do mercado de escoamento, inicialmente através do transporte pela ria e depois da construção das linhas férreas para outros destinos, nomeadamente para o Brasil.

Note-se que mesmo depois do seu encerramento - por volta de 1814 (?) como regista Amorim (1996, 415) -, a continuidade de olarias na região dá seguimento à tradição da indústria de barro vermelho, à experiência e à incorporação do trabalho humano, refletindo ainda a pujança do mercado local. Tanto esta unidade como as outras que se vieram a localizar em Aveiro e no seu termo, gozavam aqui das melhores condições para a sua implantação. Por um lado, a exploração próxima do subsolo permitia retirar parte da matéria-prima indispensável à laboração, em especial o barro vermelho que alimentava a produção cerâmica em diversos locais desta faixa litoral, entre Ovar e Vagos.

A este assunto refere-se Gaspar (1997, 145): “ao longo de três séculos, Aveiro revelou uma vocação instintiva para modelar a argila. Porém, nos princípios de Oitocentos, logo após as invasões francesas, o artesanato entrava em tal decadência que em 1813 acabaram por se demolir os fornos existentes - o que em parte teria sido motivado pela industrialização que ensaiava os primeiros passos”. Assim veio a acontecer num processo que foi facilitado pelo escoamento dos produtos através da laguna (a caminho dos portos secos mais distantes), do porto de Aveiro e a da presença próxima de fontes de energia e lenha que asseguravam a laboração contínua destas unidades. Em data posterior a presença do caminho de ferro, facilitando o escoamento dos produtos manufaturados, foi o mais importante aliado da industrialização aveirense.

Quando da implementação das novas unidades de produção, após a revolução industrial, o estado global da cidade era bastante precário, havendo

necessidade de diversas obras que foram inventariadas num Aviso elaborado pelo secretário de Estado de D. Maria I e no qual constavam: "melhoramentos na barra, no cais e no esteiro da Ribeira e do Cojo, até às meras reparações no aqueduto da Fonte da Praça, nos Paços do Concelho e na cadeia pública" (op. cit., 315). Estas iniciativas, juntamente com o declínio do comércio que afetava a vida económica da cidade - assente na indústria e comércio do sal, na pesca e secagem do bacalhau, na pesca lagunar, na cultura e descasque do arroz, nas indústrias de cerâmica, de telha, de louça e adobes, na serração de madeiras e na construção naval - incentivaram novos pedidos da Câmara para se proceder às obras de abertura da barra e à dinamização do comércio marítimo. A sua quebra afetava não só as atividades locais mas também a região envolvente, de Coimbra ao Porto.

Note-se que além das atividades já descritas, o termo de Aveiro era rico em explorações de minérios, tais como volfrâmio, estanho, chumbo, carvão, ferro e caulino, que faziam parte do leque de produtos a exportar para o exterior. E pelo que já notamos a abertura da barra do Vouga constituiu-se como uma marca relevante no processo da evolução da cidade e no reacender das suas atividades económicas. Por isso a facilitação das condições de acesso ao exterior, como os habitantes de Aveiro desde longa data se haviam habituado, constituiu uma das condições fundamentais para o estabelecimento de novas atividades permitidas pelo processo de industrialização do país e com base na utilização da máquina a vapor, nas facilidades de transporte e no alargamento dos mercados.

Um desses reflexos fica registado na iniciativa do industrial José Ferreira Pinto Basto, que requereu e lhe foi dado provisão, em 1824, para a construção de uma "grande fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos na sua quinta chamada da Vista Alegre da Ermida, freguesia de Ílhavo, comarca de Aveiro" (Christo e Gaspar, 1986, 271). Realizado o processo de mecanização da fábrica da Vista Alegre, em meados do Oitocentos (1855), a este mesmo industrial se deve a mecanização a vapor das azenhas do Cojo (construídas pelo começo do século XV ou mesmo antes), destinadas à moagem de arroz e cereais.

Outras iniciativas ligadas à indústria cerâmica devem ser referidas (Gaspar, 1977 e Rodrigues, 1996). Ainda nos finais do século XIX, a construção da fábrica de Cerâmica Fonte Nova (1882) destinada à produção de louças e materiais cerâmicos para exportação, a Fábrica Nacional de Vidros Aveirense (1888) e a Fábrica de Cerâmica de Jerónimo Pereira Campos (1897), que deu continuidade à cerâmica Campos. Já no século XX, a Empresa Cerâmica da Fonte Nova (1903); a Empresa Cerâmica do Vouga; a fábrica Artibus (1947); a cerâmica Aleluia (1973) e outras empresas sediadas no concelho deram continuidade a esta indústria. Note-se que o aumento dos custos de produção, a abertura do mercado à concorrência externa, bem como a exaustão de alguns filões de matéria-prima ou a deterioração da sua qualidade, levaram à redução desta atividade nos limites do concelho.

A industrialização mais recente, já com características modernas (em particular o fabrico de porcelana e de barro vermelho), marcam uma segunda fase com avanços tecnológicos significativos ao nível da produção, da organização do trabalho, da utilização de novas fontes de energia e transportes, pelo que a sua localização segue novos padrões de distribuição mas continuou a realçar a importância da acessibilidade como um fator determinante desta localização. Tal configuração segue o modelo desenhado no termo do terceiro quartel de Oitocentos com a construção, em 1854, da estrada de Aveiro a Viseu (via Albergaria-a-Velha), a qual permitiu a sua ligação à estrada Lisboa-Porto e a construção das linhas de caminho de ferro do Norte (inaugurada em 10 de abril de 1864) e mais tarde a do vale do Vouga (aberta ao tráfego em 8 de setembro de 1911), que facilitaram os acessos a outros pontos do país.

No seu conjunto estas novas infraestruturas permitiram o escoamento dos produtos oriundos da sub-região ribeirinha para outros mercados no país e no estrangeiro. Por um lado, a construção da linha férrea do Norte facilitou os acessos à barra de Aveiro à Foz do Douro, circulação que nos finais do século anterior se previa ser possível de concretizar através da abertura de um canal entre os rios Vouga e o Douro, ou até mais a sul, até ao Mondego, aproveitando os braços da ria. Inicialmente tal ligação poderá ter pesado negativamente no desenvolvimento do porto de Aveiro. No entanto a linha do vale do Vouga traçada de forma a servir toda a bacia deste rio até Viseu, incrementou o tráfego de Aveiro com a zona centro-interior do território.

De acordo com testemunhos da época (Madahil, 1966, 51), a abertura da linha de caminho de ferro veio ainda a permitir "a exportação de mariscos e peixe para Badajoz" e eventualmente para outros locais da vizinha Espanha, como aconteceu em relação à Figueira da Foz quando da abertura da linha férrea da Beira Alta e esta povoação estendeu a sua ação até Salamanca ou mais além. Contudo não se registou a afluência de banhistas às suas praias como sucedeu na vizinha Praia da Claridade.

No início da segunda metade do século XIX, a ligação de Aveiro ao exterior foi ainda enriquecida com a rede de comunicações telegráficas e postais, bem como com a construção de novas estradas em direção à Barra, a Coimbra e a outras povoações mais próximas. A industrialização aveirense fica no entanto associada quer à construção da linha do Norte - devida ao grande esforço e à pertinência do tribuno aveirense, José Estevão Coelho de Magalhães - quer ainda às obras do porto, que no dizer de R. Cunha (1928, 136) permitiram a esta cidade "antes do advento da viação ordinária e dos caminhos de ferro, realizar tão rapidamente pelo próprio esforço a sua reconstrução económica", como ficou demonstrado pelo movimento comercial que durante o terceiro quartel do século passado animou a sua barra.

De assinalar que na defesa desta ligação à rede de transportes nacionais, na qual assentou a expansão das diversas atividades económicas do país,

aquele político aveirense reafirmou a necessidade da melhoria das facilidades de comunicação entre Aveiro e as outras cidades, nomeadamente o Porto, por onde se escoavam diversos produtos da região. De acordo com Neves (1985, 147), a linha férrea do Norte conduziu “ao longo do século XIX, uma cada vez maior aproximação da capital nortenha, como que fugindo a Coimbra, depois de lhe ter prestado vassalagem durante séculos”.

A construção da linha ferroviária esteve ainda na origem da construção de novas unidades fabris, especialmente na zona de São Roque, para onde foi construído um ramal destinado ao transporte de mercadorias para os armazéns e para as fábricas situadas ao longo desse canal. Este troço assegurava a ligação do caminho de ferro ao Cais das Pirâmides, acessibilidade que se perdeu com a transferência do cais para os terrenos da Gafanha e que hoje em dia, mercê das obras realizadas no porto de Aveiro, parece de novo constituir-se como indispensável para o aproveitamento das infraestruturas portuárias e para o transporte de mercadorias por via ferroviária.

Recorde-se que a construção daquela linha férrea não foi uma tarefa fácil. Para além dos custos relacionados com as expropriações de terrenos destinadas à construção desta infraestrutura, tal deu origem a um conjunto de trabalhos de engenharia assinaláveis para a época. Citamos, a propósito, o atravessamento do vale da Presa e o aterro dos terrenos anexos pertencentes à quinta das Agradas (dada a natureza movediça do solo), bem como a construção do viaduto de Esgueira, uma das obras mais notáveis então realizadas devido à abertura do vale e ao encharcado dos terrenos onde foi implantado.

A diversificação destas atividades e o seu progressivo desenvolvimento têm contribuído para reforçar o peso económico de Aveiro (sobretudo ao nível da área mais alargada do distrito), outrora referido por alguns indicadores de riqueza e de bem-estar social, como um dos mais prósperos do país. Para isso concorreram também, de forma relevante, as consideráveis remessas de emigrantes (oriundas sobretudo da América, um dos continentes preferidos pelos emigrantes locais), que conferiram grande solidez ao mercado regional de capitais. Parte destas poupanças terão sido aplicadas em investimentos locais, à semelhança do que já tinha acontecido nos finais do século XIX quando do arranque da industrialização, em que foram investidos capitais brasileiros na constituição de algumas das grandes sociedades da indústria cerâmica aveirense.

Independentemente dos aspetos anteriores, outros fatores mais recentes estiveram na origem do crescimento da cidade de Aveiro, particularmente durante o terceiro quartel do século XX quando do recente surto de urbanização e de terciarização sugerido pela construção de novas infraestruturas, pelo alargamento do perímetro citadino e pela implantação definitiva do ensino superior nesta cidade. Ainda, pela ação do poder local e autárquico, que pugnou pela ampliação e beneficiação da área urbana. Foram estes os fatores internos considerados como indutores (ou de suporte) desse

processo baseado na iniciativa, disponibilidade dos recursos naturais, força de trabalho, capital, tecnologia e informação empresarial.

A estes juntaram-se os fatores externos ou de procura, relacionados com a abertura de consumidores e de investimentos em infraestruturas. Estas condições garantiram o lançamento de diferentes apostas empresariais na área do concelho de Aveiro, dentro e fora do parque industrial da cidade e das empresas de vulto que aí se fixaram, contribuindo globalmente para o crescimento e desenvolvimento local e urbano. No seu conjunto estas indústrias cresceram nas áreas de maior componente agrícola na região ribeirinha, tal como as indústrias associadas à madeira cuja localização expressa uma dominância e proximidade das manchas florestais que cobrem o território do Baixo Vouga.

Identificada como uma das indústrias responsáveis pelo crescimento do porto de Aveiro e simultaneamente acusada pelos seus efeitos na poluição das toalhas de água que banham o leito do rio, a indústria de celulose (criada em Aveiro e inicialmente no concelho de Albergaria-a-Velha), representa uma nova geração de unidades fabris de grandes dimensões, da qual fazem parte as indústrias do complexo químico de Estarreja. Trata-se de indústrias que no termo da segunda guerra mundial foram consideradas relevantes para o crescimento económico do país e cuja instalação regional anda associada às obras portuárias, às acessibilidades, à disponibilidade de mão de obra e de água e à facilidade de descarga de efluentes.

Para além destas indústrias, o setor moderno da indústria local inclui ainda um leque diversificado de unidades metalomecânicas e metalurgia de base, também com forte representação na bacia hidrográfica do rio Vouga. Outras há, relacionadas com as indústrias tradicionais como a construção naval, que tem vindo a extinguir-se nas últimas décadas. Contudo a esta se deve o desenvolvimento da atividade psicotória no arranque da vida portuária da praça de Aveiro e que há menos de um século desempenhou um papel de relevo na construção de diversas unidades de pesca longínqua.

Igualmente dignas de notas foram as indústrias de moagem, de produção de alimentos para animais, conservação de alimentos pelo frio, pesca e secagem do bacalhau, exploração do sal, lacticínios, mobiliário, têxteis e outras, geradoras de emprego e de riqueza nesta área. No seu conjunto estes exemplos integram um leque diversificado de indústrias transformadoras de cariz moderno ou revelando sintomas nítidos de uma modernização que diretamente ou indiretamente têm contribuído para a expansão da atividade portuária, para o alargamento do comércio, dos serviços, dos transportes e do emprego em toda a região de Aveiro.

Dada a expansão recente de todo o aglomerado urbano e a implantação de novas infraestruturas, devemos ainda considerar a construção civil como um dos setores responsáveis pela criação de um número significativo de postos de trabalho nesta área. Note-se que as características anteriores expressam a importância assumida pela indústria transformadora em todo o

distrito, onde o número de empresas dos diversos ramos e setores ultrapassava, em 1995, sete milhares de unidades (com particular relevância para o setor dos têxteis e vestuário, madeira e cortiça e produtos metálicos, respetivamente 2201, 1614 e 1408 estabelecimentos fabris), empregando na mesma data mais de 157 milhares de indivíduos.

Uma breve retrospectiva quanto à sua evolução comprova o dinamismo deste setor, particularmente sentido a partir dos anos cinquenta do século passado, quando se operou o arranque da segunda fase de industrialização do distrito. Registe-se ainda que entre 1890 e 1930, o aumento da população ativa na indústria transformadora foi de apenas 4 milhares de indivíduos (24,6 milhares em 1890 e 30,4 milhares em 1930). Por sua vez, em 1950, o número de trabalhadores empregados na indústria transformadora atingia os 43 milhares, valor que quase duplicou até 1970 (73,3 milhares), continuando a crescer desde então para atingir os 107,5 milhares em 1981. Em 1995 havia cerca de 157,3 milhares de ativos no distrito, dos quais cerca de 9,3% residentes no concelho de Aveiro, repartidos por um número considerável de pequenas e médias empresas que contribuem para animar o tecido empresarial desta área e para a expansão de outros setores de atividade tais como o comércio e as exportações a nível internacional.

As alterações entretanto produzidas na região têm conduzido a uma quebra deste setor de atividade sendo que, dos 40093 ativos recenseados em 2011, apenas $\frac{1}{4}$ estava afeto ao setor Secundário. Indissolúvelmente ligado ao fenómeno de industrialização, a urbanização tem vindo a acompanhar este processo de transformação das atividades económicas e de mudança social, hoje marcado pela terciarização crescente da sociedade aveirense ultrapassando nesta data os 62% da população ativa.

No termo desta referência ao fenómeno da industrialização de Aveiro, uma palavra sugerida pela leitura de Rodrigues (2010, 569 e segs.) sobre as empresas e os empresários da região. A empresa, entendida como “um dos protagonistas da economia e da sociedade modernas”, relacionada com a produção agrícola, industrial e comercial, substituta das unidades de produção de tipo familiar, teve em Aveiro uma longa expressão e significado no crescimento da urbe, das suas atividades económicas e de toda a sua região. Por sua vez os empresários, a título individual, familiar ou coletivo, souberam e estruturaram projetos de desenvolvimento local, deram-lhes forma e afirmaram-se no mercado concorrencial da sua terra ou já fora de portas.

Não cabendo neste trabalho proceder ao seu levantamento e diversificação, é no entanto oportuno recordar o impulso que os pioneiros da indústria local deram a movimentos de classe, como as associações patronais. Importa ainda assinalar a correspondente ação das associações de trabalhadores no processo de crescimento e de afirmação da indústria aveirense, entendida no seu conjunto como um fator de progresso, de desenvolvimento local e regional, mas também por um “vasto conjunto de transformações de natureza política, económica, social e cultural” (Rodrigues,

2010, 620) que têm vindo a promover esta atividade na vasta sub-região da ria de Aveiro. Uma área que em tempo oportuno soube afirmar as suas indústrias e atividades congêneres entre as demais, a nível europeu e internacional, mas que hoje sofre os mesmos efeitos e consequências do vasto processo de deslocalização e de internacionalização das grandes empresas.

Desta situação resultou uma alteração significativa na distribuição territorial das unidades industriais, sobretudo nas de maior dimensão e um crescimento de pequenas unidades que tentam contrabalançar as perdas registadas no tecido e dinâmica empresarial na NUTII-Centro e NUTIII-Norte. Com o tempo as unidades de longa duração e características familiares acabaram por ceder lugar a empresas de dimensão mais reduzida, condicionadas pela turbulência e sobrevivência dependente da evolução dos mercados.



Jardins e espaços públicos

A referência a este tema justifica-se pelo significado que os espaços públicos têm na vida interna das povoações, como espaços de fruição coletiva e de estreitamento de vivências, de laços comunitários e de lazer, quer ainda pela memória de antigas superfícies de vocação agrícola e outras, preenchidas hoje por manchas verdes. Estas formas de ocupação do solo têm vindo a alargar-se em contextos sociais (rurais e urbanos) diferenciados, levando à implementação de projetos orientados para o aumento de espaços arborizados destinados ao ócio e ao bem-estar dos habitantes.

Note-se que a alteração das estruturas demográficas da nossa população, o despovoamento crescente das áreas rurais, a terciarização das atividades económicas e a urbanização alargada do território nacional, têm gerado um certo número de mutações sociais responsáveis pela alteração dos padrões tradicionais de vida e de ocupação dos tempos livres da população residente. E as cidades, surgindo como principais pólos de atração, têm vindo a criar espaços arborizados onde a vegetação natural permite equilibrar os efeitos nocivos de uma circulação pedestre condicionada pelo traçado das ruas ou pela concentração anormal de gases poluentes. Daí que os espaços públicos, os parques e os jardins, os corredores ecológicos e outros, sejam considerados como os pulmões naturais que urge defender e ampliar em prol da melhoria das condições de vida e de bem-estar da população no seu geral.

Tal como aconteceu noutras cidades tem vindo a assistir-se em Aveiro, no decurso das últimas décadas, à construção de diversos equipamentos sociais - que não só os espaços de lazer com ocupação vegetal - como outras infraestruturas desportivas, implantadas em locais próximos dessas superfícies naturais ou destinadas à fruição pública. A mais antiga é o Jardim Público de

Aveiro, iniciado em 1862 e construído a partir do arboreto dos franciscanos, anexo ao convento onde residiam. Dele consta a alameda e o jardim onde se distribuem diversas espécies vegetais e pequenas toalhas de água. Com a sua instalação deu-se continuidade à mancha urbana intramuros, fazendo progredir a povoação para sul na direção das quintas e quintais vocacionados para a atividade agrícola, devido à sua implantação em solos de boa qualidade e de grande fertilidade. Entre as culturas então existentes contava-se a cultura de cereais e o arroz, este nos terrenos baixos e facilmente irrigados que bordejavam o lugar de São Tiago e noutros locais banhados pelas águas da ria.

Uma descrição de Gomes (1877, 137) refere-se a este espaço público nos termos seguintes: “Do parapeito voltado ao poente descortina-se o formoso panorama das grandes planícies, que rodeiam a cidade. Listradas de prata pela corrente da ria e pelos seus lagosinhos multiformes – de longe a longe alvejantes da brancura iriada das salinas”. A paisagem descrita veio a alterar-se no início de Novecentos com a construção do Hospital da Misericórdia, do bairro da Misericórdia, do Seminário Diocesano e durante a segunda metade do século XX com a urbanização dos terrenos adjacentes à capela de S. Tiago.

A lírica popular, não esquece este e outros locais (Sarabando, 1966, 15):

“Adeus Aveiro mimoso,
ó Cojo passeador;
no Jardim de Santo António
passeia lá o meu amor.”

Complementarmente a este jardim, a valorização comum de outros espaços verdes na cidade de Aveiro está ilustrada com o Jardim do Rossio e, mais recentemente, com a abertura do jardim da Baixa de Santo António. Destes, há sobretudo a assinalar a antiguidade do local onde se desenvolve a praça do Rossio, com as suas antigas palmeiras que evocam o local portuário da navegação à vela e um ambiente tropical trazido certamente da navegação por outros lugares. A sua construção foi possível depois do aterro da antiga marinha Rossia, por volta de 1875 e da destruição da Capela de São João (datada de 1607), aquando da implantação da República e depois do seu ajardinamento, nos finais da Monarquia.

Carecendo de uma adequada requalificação urbana este jardim está associado à história passada e recente da cidade de Aveiro sendo que a paisagem em redor não evoca nenhum dos eventos, desde a permanência das tropas inglesas aquando da guerra peninsular, ao velho Matadouro, à Praça de Touros e ao clube de eleição da cidade de Aveiro, o Sport Club Beira-Mar, cuja história está igualmente associada ao seu campo de jogos neste espaço público. Outras superfícies carecem, igualmente, de novo tipo de valorização, nomeadamente os espaços recentemente urbanizados, sobretudo os que se situam dentro do perímetro urbano, de forma a garantir uma maior distribuição e fruição das manchas verdes pelos cidadãos aveirenses.

Complementarmente aos espaços de lazer situados na cidade, a intervenção do poder local tem vindo a garantir a construção de novos

espaços de utilização cultural e desportiva em vários lugares do concelho. Muitos destes equipamentos constituem-se como fatores de qualidade de vida; outros têm vindo a perder superfície com o aumento das áreas construídas sem a correspondente disponibilização dos respetivos espaços verdes que devem integrar as áreas urbanizadas mais recentes.

Uma palavra para o espaço florestal da Quinta de S. Francisco, em Eixo, antiga propriedade de Jaime Magalhães Lima, conhecida pela diversidade de espécies de eucalipto que aqui plantou apesar de lhes reconhecer alguns inconvenientes. Assim o escreve Vidal (1967, 55) a propósito da sua visita a este local e onde o Dr. Jaime terá assinalado: “Vê acolá aquele eucalipto? À roda dele não vive uma erva, não se abre ao sol um botão, não se enche uma espiga de grãos; tudo é pouco para as suas potentes raízes. É um déspota, é um assassino”.

Se tomarmos em consideração o concelho e os espaços de lazer disponíveis contamos com iniciativas populares e do movimento associativo, que identifica certos lugares e comunidades residentes no município de Aveiro, como cuidadores dos pulmões urbanos existentes no espaço do município de Aveiro. Muitas delas têm-se distinguido na defesa de interesses da população, do seu bem-estar e das condições de vida dos associados através de iniciativas múltiplas que fazem parte dos calendários de atividades.

Como em tempo assinalou C. Lobo (1999, 211), “Para que os espaços residenciais funcionem capazmente é necessário dotá-los de equipamento urbano, isto é, instalações onde a população possa acorrer para obter a satisfação de necessidades e serviços sociais”. Este é um princípio fundamental para melhorar a qualidade de vida urbana, sobretudo em contextos onde as atividades de lazer e de desporto ao ar livre ganham cada vez mais adeptos e praticantes.



Litologia e morfologia

A diversidade geológica de Aveiro é evidente quando se analisa o território alargado do antigo distrito, onde se encontram testemunhos de rochas de natureza muito diversa. Numa descrição antiga refere-se M. Gomes (1877, 11) à presença de rochas “schistosas, profundamente metamórficas e de aspecto granitoide, às quais se associam shistos não metamórficos e outras rochas palcozóicas”, na área mais serrana de Freita e que se prolongam para sul, até ao Buçaco e ao Caramulo. São estes os relevos de rectaguarda da laguna aveirense, debruada por afloramentos permocarbónicos e eruptivos hercínicos de granitos e xistos de vária espécie e de quartzitos.

Por sua vez, Gomes e Ladeira (2009, 12), assinalam que a unidade mais antiga – Complexo Xisto Grauváquico Ante Ordovício – “representado por

xistos argilosos”, não aflora na zona metropolitana de Aveiro “mas serve de substrato às outras formações”. Na orla litoral onde se situa o concelho, predominam os depósitos Ceno-Antropozoicos e outros mais modernos constituídos por areias de praia e de aluvião, arenitos e argilas mais antigas que cobrem as margens dos esteiros e jazem sob a povoação urbana. Dos primeiros fazem parte os calcários encontrados na área da cidade e os arenitos vermelhos do Triássico - arenito de Eírol – ou os arenitos de Requeixo e de Mamodeiro usados na construção. A par destas formações outras ainda, de natureza argilosa, permitem a sua exploração sendo utilizadas na indústria cerâmica – telha, tijolo, louça e outros materiais antigos como os adobes – que fizeram prosperar as antigas cerâmicas desta terra.

Os depósitos mais recentes, de origem Plistocénica, constituem a maior extensão da área litoral, baixa e aplanada, e estão representados em dois níveis distintos: o mais baixo, de 5-8 metros, e o mais elevado, de 15-20 metros. Esta extensão é decalcada pelas curvas de nível que identificam os patamares e os níveis de erosão talhados nos materiais e depósitos de cobertura. Disso nos dão conta Gomes e Ladeira (2009, 11), assinalando que a área metropolitana de Aveiro é constituída por duas zonas morfológicamente distintas: “zona 1 – constituída pela Ria de Aveiro e, Zona 2 – constituída pela restante parte da cidade e bairros limítrofes”. A primeira é preenchida por “canais, sapais e marinhas. Com cotas inferiores a 5 metros”; a segunda, por um conjunto de “plataformas semiplanadas”, com cotas máximas de 50 metros.

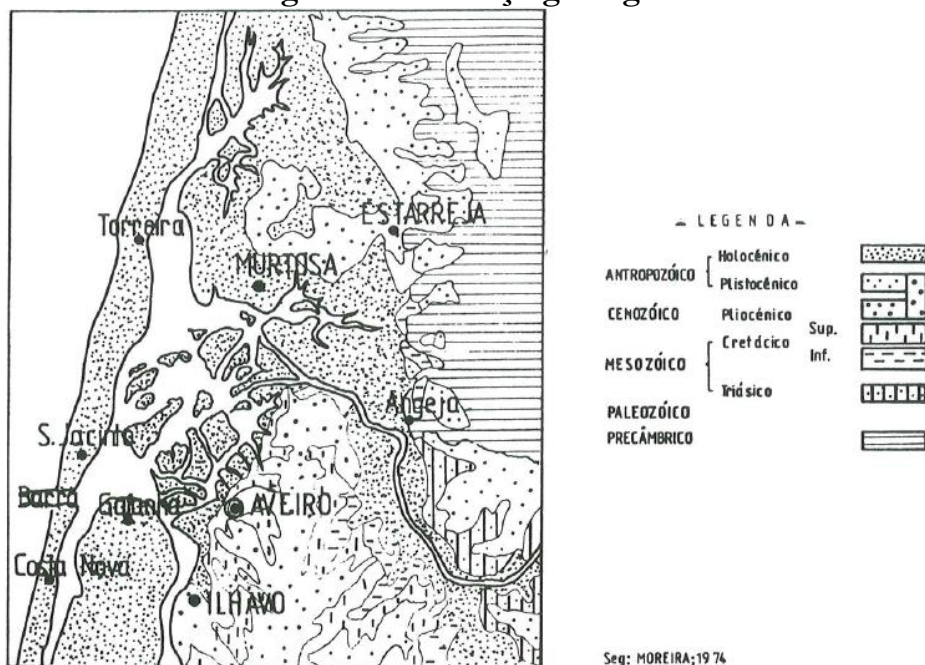
Na área do litoral, na qual sobressaem “como elementos impressionantes da paisagem os inúmeros braços da ria dispostos em intrincada rede” (Carta Geológica de Aveiro – Folha 16-A, 6), predominam os depósitos atuais de areia de duna e de aluvião transportados pelo Vouga e seus afluentes. Estes assentam sobre depósitos de areias limpas ou levemente lodosas e sobre camadas de lodos (op. cit., 14) que servem de base à ocupação humana. A notícia explicativa que acompanha a Carta Geológica de Portugal (folha de Aveiro), caracteriza esta região “dominada pelas salinas e pelos montículos brancos do sal, é debruada, do interior, por arriba fóssil bem marcada, pela qual se passa para extensa plataforma regular que se desenvolve para leste de Aveiro, formada por superfícies de praias antigas, quaternárias”. São estes antigos terraços marinhos e fluviais que identificam a morfologia litoral e a sua configuração atual.

No território circundante à cidade abundam os depósitos Plistocénicos constituídos essencialmente por areias, definindo os níveis inferiores dos terraços litorais – terraços de praias antigas ou já terraços fluviais antigos (loc. cit.): os primeiros são essencialmente constituídos por “areias de cor castanha amarelada, de diversos calibres e por vezes com seixos dispersos”; os segundos, por “depósitos cascalhentos” menos rolados e de dimensões maiores que os anteriores. São formações encontradas na parte mais alta de Aveiro e de Esgueira e que se prolongam pelas povoações limítrofes.

Os níveis superiores, dos 30-40 metros, situam-se a maior distância sendo cobertos de sedimentos de vária espécie que estão na origem das atividades humanas de natureza essencialmente agrícola, praticada com sucesso na área do concelho de Aveiro. Assentam sobre materiais do Cretácico, principalmente do Senoniano (Cretácico médio) ou já do Aturiano (Cretácico superior), sendo os mais frequentes constituídos por argilas e arenitos. Outras formações aparecem-nos sob a forma de calcários brandos, que na cidade deram origem ao entalhe dos vales do Cojo e de Esgueira. São estas formações Mesozoicas mais duras que constituem o esporão sedimentar onde assenta o burgo de Aveiro - "o oppidum fundado pelos fenícios junto ao Cojo" (Gaspar, 1997, 27), próximo do rio Vouga e da sua foz.

Importa realçar que esta morfologia litoral no qual se integra o baixo Vouga lagunar, com os depósitos de sedimentos interiores e a respetiva restinga litoral, constituiu um dos fatores favoráveis para a construção do Aveiro medievo e para a sua evolução futura. Tal permitiu a expansão da produção do sal, para a qual se conjugaram não só os fatores climáticos e ambientais, mas ainda a existência de terrenos protegidos (Bastos, 2006, 143-144), "abrigados do fustigo das ondas oceânicas mas relativamente próximos do mar para aí chegar a indispensável água salgada" de uma zona estuarina, dotada de sedimentos argilosos favoráveis à construção de marinhas, bem como de terrenos planos que facilitavam essa construção. Estes são os elementos de uma paisagem multifacetada a qual, no dizer de Souto (s/d., 3), "torna-se o complemento da geologia estratigráfica e estrutural e a face viva de uma herança de longínquas formas e incontáveis transformações".

Figura 25 – Esboço geológico



In: Arroteia, 1983, 38

A diversidade litológica do distrito e do concelho de Aveiro está ainda patente na diversidade de jazidas minerais e das indústrias extrativas, no domínio das substâncias minerais não-metálicas. Destas são de realçar as areias, argilas e saibros, que alimentam as unidades fabris ligadas à indústria cerâmica. Diz-nos Gomes (2010, 39) que este termo “é aplicado a um mineral natural constituído essencialmente por minerais, que são filossilicatos hidratados, que é geralmente plástico quando lhe é adicionado quantidade adequada de água e que endurece após secagem e mais ainda após cozedura”.

Indica ainda este autor (loc. cit.) vestígios atuais da exploração de Barreiros que alimentaram a indústria cerâmica em Aveiro, ainda hoje visíveis junto à antiga fábrica de Jerónimo Pereira Campos, junto ao pavilhão dos Galitos, na margem esquerda do canal de S. Roque e próximo do atual Parque de Feiras e Exposições de Aveiro. Há ainda a assinalar as serrações de madeira e pequenas oficinas relacionadas com o artesanato local que souberam aproveitar os depósitos naturais e a respetiva cobertura vegetal para afirmarem uma laboração de interesse económico.

Em fases distintas da evolução do povoado, estes fatores contribuíram para a evolução das suas gentes e atividades e para a identificação de uma marca associada à indústria e ao artesanato cerâmico abundante em Aveiro e na sua região.



Migrações internas

Os movimentos da população englobam os movimentos naturais (natalidade e mortalidade) relacionados com o crescimento natural da população e os movimentos migratórios (emigração e imigração), que registam as saídas e as entradas de população num determinado território. Para além destes é de assinalar os movimentos internos da população que acompanham as mudanças de residência num espaço determinado, como seja a NUTIII do Baixo Vouga ou o concelho de Aveiro.

Tomando como referência Ribeiro (1955, 125) regista-se na região litoral, do Minho ao Mondego, um movimento antigo de fixação de habitantes que deixaram as “terras densamente povoadas e que, através dos vales por onde correm as águas e os caminhos, afluíam à orla marítima” ou mesmo os que daqui, em épocas de crise, saíram em ranchos para trabalhos agrícolas noutros locais do território. Este foi o panorama dos movimentos internos da população portuguesa no decurso da civilização agrária que identificou, durante séculos, a nossa sociedade.

Atendendo ao estudo de Soares (1904, 36) sobre Aveiro, nota este autor que no início do século XIX, por cada 1000 habitantes aqui residentes só 795 eram naturais do concelho de Aveiro, 87 naturais do distrito de Aveiro, 108

naturais de outras partes do país e os restantes, nascidos no estrangeiro. Assinala ainda (op. cit., 36) que “a imigração para Aveiro é grande”, sendo devida “às indústrias ou commercio, que occupam quasi só gente da terra” (loc. cit.). De acordo com Cunha (1959, 50) tal facto justifica-se pela florescente atividade da indústria agrícola em toda a zona da laguna, em particular “na segunda metade d’esse século” (loc. cit.), em que se fixaram “nas dunas uma população de 10.000 almas adstricta aos abundantes recursos da produção agrícola, obtida pelo emprego dos adubos da ria no cultivo de uma superfície de cerca de dois mil hectares de areias” (loc. cit.).

Por sua vez relata-nos Moreira (1987, 203) o êxodo de pescadores desta região lagunar ou já da Costa de S. Jacinto e da Gafanha para as costas do sul, nomeadamente para a bacia do Tejo e para o Algarve, durante o século XVIII. Este movimento que “advinha em parte da própria natureza flutuante dos recursos e do caráter predatório da atividade pesqueira”, levou à formação de diversas colónias de pescadores locais ao longo da costa, mas também a conflitos com as populações autóctones. Tal facto decorria da experiencia dos pescadores de Aveiro nas artes e na malha das redes utilizadas nos locais de chegada. Relata-nos o autor que em 1819, “os pescadores do Tejo queixaram-se dos de Aveiro e Ovar que traziam redes de arrasto para aquela zona, o que era contrário às disposições da Lei”. Em face disto o capitão do porto de Lisboa, “que lhes deu ganho de causa, sendo as redes dos varinos perdidas a favor da Casa Pia” (loc. cit.).

Este exemplo serve apenas para ilustrar que as migrações internas na circunscrição administrativa de Aveiro tiveram lugar em dois sentidos: por um lado atraíram camponeses-pescadores das vilas próximas da Gândara, principalmente de Vagos e de Mira para as atividades produtivas e para o arroteamento das terras vizinhas; por outro lado levaram ao expatriamento da sua população, sobretudo os marítimos residentes na sua costa quando as condições locais se deterioraram. Note-se que o estudo das migrações internas no continente português tem sido abordado segundo perspectivas distintas. Uma das mais antigas diz respeito à caracterização dos movimentos internos da população feita por A. Girão na sua Geografia de Portugal (1941), relacionados com o fenómeno de urbanismo (op. cit., 299), com as tarefas agrícolas, com as migrações periódicas (op. cit., 302) e com a colonização interna (op. cit., 305).

Em trabalho especializado, Girão e Velho (1948) debruçaram-se igualmente sobre este tema e com base nos elementos recolhidos no VIII Recenseamento Geral da População e analisaram, por períodos decenais, a variação dos não naturais de outros concelhos do mesmo distrito e de outras naturalidades em cada um dos concelhos do continente, no período de 1890 a 1940. A análise em causa permitiu definir, para cada um desses períodos, os principais centros de atração e de repulsão populacionais, onde se conta o distrito e o concelho de Aveiro. Ao mesmo tempo apontam algumas das causas justificativas desse comportamento. No conjunto do país registaram

duas manchas de maior densidade humana, as bacias inferiores do Tejo e Sado e toda a região alentejana vizinha, bem como a “zona mais reduzida em extensão mas não menos importante do Douro litoral” (op. cit., 12). Outra constatação diz respeito à observação do movimento da população por escalas, desde os centros de menor importância para outros de maiores dimensões, através da passagem por locais de dimensões intermédias (loc. cit.).

Em data posterior, A. Alarcão (1964) analisou a dimensão dos movimentos da população em Portugal avaliando o poder de atração e de repulsão demográfica das várias unidades administrativas do continente, à escala do concelho, com vista à determinação “em termos quantitativos, do êxodo rural e do afluxo urbano” (op. cit., 511). O período de análise refere-se aos anos compreendidos entre 1920 e 1960, para os quais o autor determinou os valores de atração e de repulsão através da conjugação das variações absolutas da população com os referidos saldos fisiológicos calculados anualmente. No que ao concelho de Aveiro diz respeito, entre 1921 e 1960, os saldos líquidos foram sempre uma constante, contrariamente aos demais concelhos do distrito - à exceção pontual de Espinho e S. João da Madeira - com uma atração positiva de + 347 indivíduos, + 1501, + 822 e + 497 indivíduos, respetivamente nos períodos de 1921/30, 1931/40, 1941/50 e 1951/60.

Os resultados deste estudo permitem reconhecer como os movimentos da população entre os diversos concelhos do território constituem indicadores valiosos do estudo das economias regionais e do próprio desenvolvimento económico nacional responsáveis por estas deslocações. No caso de Aveiro realçam, igualmente, a importância e o crescimento do concelho e das suas atividades produtivas, com uma atração líquida de mais de três milhares de novos habitantes no período em referência.

O mesmo assunto mereceu a atenção de outros autores, nomeadamente de Batista e Moniz (1985), que para o período referente ao decénio seguinte procederam a um estudo semelhante. Seguindo metodologias diferenciadas e tendo também por base unidades administrativas distintas - no primeiro caso, o concelho e no segundo, o distrito - este trabalho acentua a aceleração dos processos de urbanização e de industrialização de certas áreas litorais do continente português, factos que conduzem à intensificação dos fenómenos de atração e de concentração demográficas que aí se têm verificado. É o que tem sucedido nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, na península de Setúbal e noutros polos urbano-industriais de desenvolvimento mais recente, como Aveiro e Braga, distritos que se distinguiram como centros de fixação preferidos pelos habitantes jovens e adultos de outros locais do território.

Tendo presente os resultados desse estudo (Batista e Moniz, 1985, 15), verifica-se que esta distribuição era espacialmente assimétrica, beneficiando sobretudo os distritos do litoral onde se concentram as maiores oportunidades de emprego ditadas pelas estruturas económicas dominantes. Com efeito os

fluxos migratórios registados entre 1973 e 1981, mostram que apenas cinco dos dezoito distritos do continente: Setúbal, Lisboa, Faro, Aveiro e Porto registaram um saldo positivo das migrações internas. No caso de Aveiro o saldo destes movimentos, que entre 1950-1960 tinha ultrapassado um valor positivo de +3.2/1000 habitantes, atingiu no período de 1961-1970 um saldo igualmente positivo (resultante do saldo natural e do saldo externo) de +4.4/1000 habitantes. Já no período de 1973/1981, o saldo migratório interno cifrou-se em + 2158 indivíduos, situação apenas registada nos distritos de Faro: + 1895 indivíduos; Lisboa: + 9539 indivíduos; Porto: + 6395 indivíduos e Setúbal: + 32622 indivíduos.

Os dados referidos por estes autores (op. cit., 45) relativamente à composição destes movimentos por grupos etários, permite-nos apreciar a importância da saída dos jovens-adultos e dos adultos dos seus distritos de origem, fenómeno que não sendo novo na história das migrações portuguesas, parece demonstrar as características laborais e económicas destes movimentos. Este fenómeno atesta ainda a forte hemorragia demográfica e social particularmente sentida nessas mesmas áreas e o forte êxodo rural que tem alimentado o crescimento das grandes urbes e as numerosas saídas para o estrangeiro responsáveis pelo aumento significativo das comunidades de portugueses residentes, há várias décadas, em diversos pontos do globo.

A apreciação de outros indicadores referentes à extensão destes movimentos no território português permite concluir que nas datas dos recenseamentos de 1981 e de 1991, o montante de cidadãos nacionais residentes em cada um dos distritos do continente, naturais desse mesmo distrito, era bastante reduzido principalmente nos distritos de Lisboa e Setúbal. Tal facto comprova o que anteriormente foi assinalado quanto à capacidade destes pólos atraírem habitantes doutras regiões limítrofes, bem como de todo o território nacional.

Os dados relativos ao recenseamento de 1991, relacionadas com o desenvolvimento deste movimento entre 1985 e esta data, continuam a mostrar a atração crescente das áreas mais densamente urbanizadas do litoral, em detrimento das regiões interiores. Com efeito foram as NUTIII do Grande Porto, da Península de Setúbal e da Grande Lisboa que então registaram as maiores percentagens de 6,16%, 8,75% e 8,79%, respetivamente, de indivíduos provenientes de outros concelhos e residentes nessas zonas geográficas. Tal facto tem vindo a constituir-se como um mal endémico da sociedade portuguesa e acentua as fragilidades do planeamento sócio-económico, ou mesmo a sua ausência, uma vez que tal situação tem continuado a agravar-se durante as últimas décadas. Estas razões levam-nos a pensar no agravamento das tendências demográficas anteriormente já referidas: o despovoamento crescente de largas áreas do interior e da faixa central do território e a litoralização acentuada da faixa atlântica, de Braga a Setúbal e do litoral algarvio.

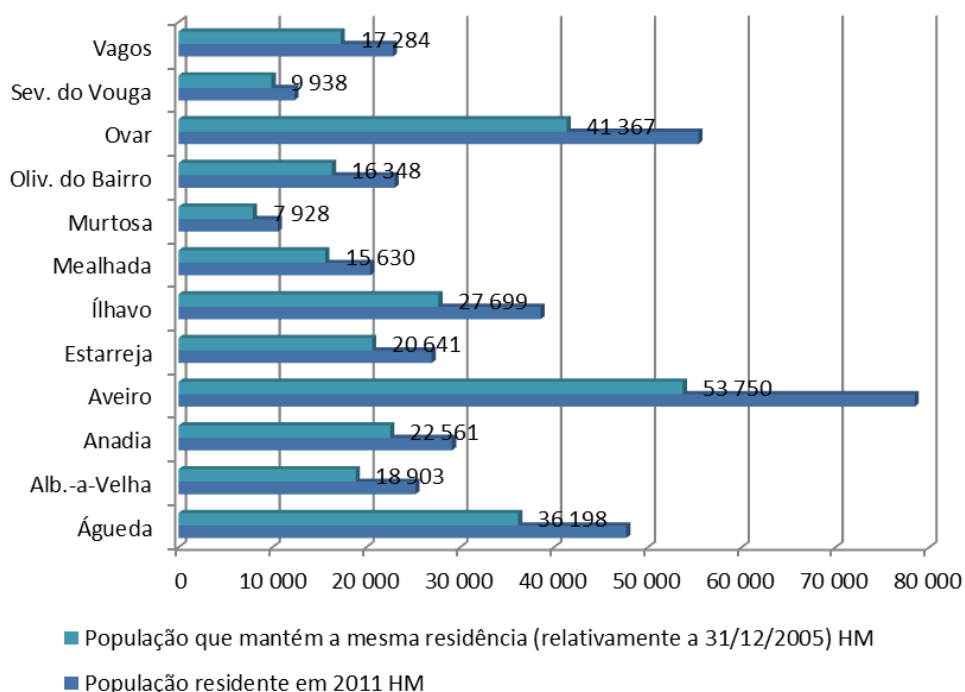
No caso do concelho de Aveiro, a percentagem da população residente em 1991, que em relação a 1989 não havia mudado de domicílio, foi de 80,6% (no Baixo Vouga: 95,9%) e as saídas de moradores locais para outros concelhos do país foi superior a 1,3 milhares. Em relação ao mesmo período houve uma perda de 19 indivíduos. Pelo contrário em relação a um período mais alargado, de 1985 a 1991, o saldo migratório registado no concelho de Aveiro foi de 509 indivíduos, facto que abona a favor da oferta de condições de trabalho no início dos anos oitenta e a alteração do mercado nos finais do mesmo período. Esta situação é comprovada através de uma análise detalhada à escala das NUTIII, elaborada a partir dos valores da população residente em 1991 e das estimativas do crescimento relativas aos anos de 1995 e de 2000.

Embora com as reservas inerentes a uma análise desta natureza, as tendências esboçadas ao nível das diferentes regiões do território parecem-nos significativas das mudanças esperadas quanto ao comportamento global da população portuguesa durante esta última década. E no caso de Aveiro a percentagem de habitantes oriundos de outros concelhos e aqui residentes, passou de 2,1% em 1991, para 6,3% em 2001 (num total de 66444 e 73335 habitantes, respetivamente). A estes valores deveríamos acrescentar os dados relativos às migrações diárias e semanais de estudantes e de população ativa que para aqui se desloca.

Em relação ao último censo de 2011 e à população que havia mudado de residência em relação ao ano de 2005, os dados relativos aos diversos Municípios da NUTIII do Baixo Vouga fazem notar que em três dos municípios ribeirinhos: Aveiro, Ovar, Ilhavo e mesmo em Águeda, os residentes que mudaram de domicílio entre meados da década passada e o início da atual ascenderam a 24,7 milhares, 14,0 milhares, 10,9 milhares e 11,5 milhares, respetivamente. Nos demais, o valor dessa variação foi bastante inferior o que realça a menor capacidade de atração face aos territórios vizinhos.

No conjunto da região Centro, Aveiro surge referenciado como um local de atração quer para os povos do interior beirão, quer para outras populações oriundas do norte e do centro do país. Como primeira justificação assinalam-se as diferentes oportunidades de emprego criadas nesta área, quer para os homens quer para a população feminina e os índices mais elevados de bem-estar e de desafogo económico dos seus moradores. Esta situação igualmente poderá ter sido entendida pelos movimentos de fixação dos habitantes residentes nas antigas colónias de África ou pelo regresso de emigrantes portugueses da Europa, da América e de outros continentes para onde se têm dirigido os nossos compatriotas.

Figura 26 - Baixo Vouga: população que mudou de residência entre 2005 e 2011 e população residente em 2011



Contrariamente ao que assinalou Nazareth (1988, 148) este processo de litoralização deveria contribuir para o crescimento da população residente e para a manutenção de níveis de fecundidade que permitissem assegurar, durante os próximos anos, um crescimento natural ligeiramente positivo, não fora a alteração dos comportamentos demográficos e da estrutura, registada na população portuguesa. De facto a quebra dos valores da fecundidade feminina nos últimos anos para valores mais reduzidos dão crédito a esta afirmação, juntamente com a quebra acentuada do índice sintético de fecundidade para valores inferiores a 1.3. Este valor impede a renovação das gerações e contribui para o aumento do envelhecimento da nossa população. Face a esta tendência, só a fixação da população jovem e em idade de procriação conseguirá atenuar os efeitos do crescimento zero e de crescimento negativo da população portuguesa.

Sendo certo que a nível da população jovem que aqui estuda ou trabalha, parte dela fixa a sua residência na área próxima, muitos deles são obrigados à expatriação. Nestas circunstâncias, talvez se justifique uma referência aos Cantares de Aveiro (1947) e aos seus conteúdos relacionados com esta terra:

“Aveiro: eu te saúdo
com profunda emoção!
Longe estou. Comigo vives
dentro do coração”.

Outra forma de a recordar foi recolhida por Sarabando (1966, 15):
“Quem me dera estar agora

Onde está meu pensamento:
Desta terra para fora
E de Aveiro para dentro...”

Uma e outra forma expressam na lírica comum os sentimentos de ausência desta pequena “pátria” lagunar.



Movimento natural da população

A apreciação de diferentes estudos relacionados com a evolução da população e do povoamento no continente português comprova a diversidade de fatores responsáveis pela distribuição e dinâmica da população nacional. Com efeito se num passado mais remoto as condições físicas foram determinantes para a evolução desses fenómenos, a melhoria das condições de vida e de saúde da população, a diversificação das atividades humanas, económicas e produtivas, a construção de novas vias de comunicação, a realização de investimentos em infraestruturas e na criação de postos de trabalho conduziram, no decurso das últimas décadas, a uma nova distribuição dos habitantes e a novas formas de mobilidade.

Note-se que o conhecimento dos movimentos naturais da população (natalidade e mortalidade) desde o início do registo civil (em 1911) até à atualidade, permite-nos verificar a evolução deste fenómeno traduzido na diferença entre o total de nascimentos e de óbitos ocorridos num determinado período. Para além do movimento natural da população, o quantitativo global de habitantes varia em função da intensidade dos movimentos migratórios, expressos na diferença entre as saídas – emigração – e a entrada – imigração – de cidadãos num determinado país ou região.

Tendo em conta a apreciação do número de nascimentos ao longo dos anos, verifica-se que estes têm oscilado bastante entre o início do século passado e os anos mais próximos sendo que os valores médios de natalidade, superiores aos 30‰ no primeiro quartel do século XX, decaíram para menos de 20‰ durante a segunda metade desse século, situando-se no começo da década de noventa abaixo dos 12‰. Em 2008 o valor médio da natalidade registado na população portuguesa foi de 11,4‰, decaindo para 8‰ em 2012. No distrito de Aveiro a taxa bruta de natalidade baixou de 31‰ em 1900, para 23,4‰ em 1970 e daqui para 17,1‰ em 1981, sendo de 11,2‰ em 2009. Esta variação acompanha a evolução dos nascimentos em geral marcada por uma quebra das taxas de natalidade e de fecundidade, o que segue a tendência geral referida há longo tempo nas sociedades europeias onde a industrialização e a urbanização crescentes foram acompanhadas de uma quebra acentuada dos valores de natalidade.

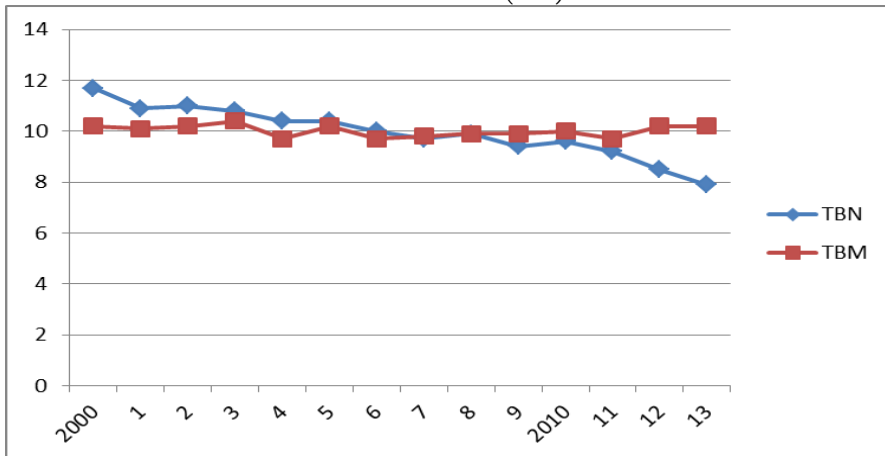
Pelas suas tradições e cultura e ainda devido ao processo de desenvolvimento económico e social, Portugal, que acompanhou tardiamente o processo da revolução industrial comum aos diferentes países do ocidente europeu, só na segunda metade do século passado começou a registar alguns daqueles fenómenos demográficos, em particular a quebra de nascimentos, o que em parte se justificava pelo enorme êxodo gerado pelo agravamento das migrações internas em direção aos centros urbanos e pela emigração para o estrangeiro. Estas condições acabaram por se intensificar no decurso das duas últimas décadas mostrando que não só a emigração (e a saída dos jovens e adultos em idade de procriação) tem sido a principal responsável pelo aparecimento destes sinais na população portuguesa. Tal movimento aumentou com a urbanização e a industrialização crescentes, a mobilidade interna dos habitantes e o despovoamento de muitas áreas do nosso território.

Em simultâneo a divulgação dos métodos anticoncetivos, a alteração dos padrões de vida tradicionais, em que a família era considerada como suporte institucional da vida social, os modelos de política social relacionados com a promoção e a estabilidade familiar, etc., acabaram por agravar estas quebras. E no caso do município de Aveiro, este não deixou de sofrer os mesmos efeitos da mudança social ocorrida em toda a sociedade portuguesa e da alteração dos seus comportamentos demográficos.

As mudanças acima assinaladas levaram a que Portugal, que há menos de meio século era considerado como uma reserva demográfica do sul da Europa - devido ao crescimento e à juventude da sua população - tenha passado a ser um pólo de forte atração demográfica e de acolhimento de imigrantes oriundos inicialmente das antigas colónias de África e mais tarde de outras origens. Tendo em conta o contexto demográfico e sócio-económico mediterrânico e a extensão dos fenómenos de exclusão social dominantes em algumas regiões do Magrebe, conhecidas igualmente pelas fortes pressões demográficas decorrentes dos efetivos populacionais aí residentes e da distribuição dos seus recursos, Portugal passou também a ser considerado como uma das portas de entrada do velho continente, embora sem os efeitos registados em alguns dos países mais próximos da bacia mediterrânica.

Quanto à mortalidade, esta tem igualmente variado sendo particularmente acentuada desde o início do século anterior - e particularmente desde o flagelo da pneumónica - até aos anos trinta, mas reduziu-se gradualmente desde então. Como justificação podemos notar a melhoria das condições higiénico-sanitárias e de vida da população, que se alteraram durante a segunda metade do século XX. Nos últimos anos o seu acréscimo justifica-se pelo aumento da população idosa em todo o concelho, o que fez aumentar o respetivo total de óbitos. Mesmo assim os valores encontrados nesta área andam próximos das médias nacionais em relação aos diferentes períodos considerados.

Figura 27 - Portugal: evolução da TBN e TBM – 2000 a 2013 (‰)



Retomando o exemplo anterior verificamos que os valores médios de mortalidade da população portuguesa, orçando os 20‰ no termo do primeiro quartel do século XX, baixaram para cerca de metade nos anos sessenta, situando-se em valores próximos de 10,4‰ nos anos noventa. Depois de uma quebra no início do século atual, os dados de 2012 de 10,2‰ expressam a variação da própria estrutura etária da população portuguesa. Esta variação, conjugada com os valores gerais da natalidade registada na população portuguesa, conduziu nos últimos anos a um crescimento natural negativo da população residente traduzido num saldo natural deficitário. Assim veio a acontecer em 2007, 2009 e 2010 quando se registou um saldo natural negativo da nossa população.

Os valores referidos no censo de 2011 justificam-se pelos valores elevados do saldo migratório (diferença entre os fluxos de entradas e de saídas), o qual veio a contribuir para o leve acréscimo da população portuguesa. Sem o contributo deste fluxo de entradas e a continuar a registar-se um decréscimo tão acentuado dos nascimentos, a população portuguesa teria sofrido uma quebra acentuada. Os dados do concelho de Aveiro acompanham as mesmas tendências, realçando sintomas idênticos sobre a evolução futura dos seus habitantes. A manter-se a tendência nacional de redução do saldo natural da população residente e na ausência de aumento significativo da taxa de crescimento migratório, a população tende a reduzir-se e a envelhecer, decorrendo daí acréscimos ainda maiores nos orçamentos da saúde e das prestações sociais.

Quanto ao aumento da esperança de vida à nascença, estimada em 75 anos no total, em 1997 (80,6 anos em 2012), justifica as tendências de envelhecimento, no topo, das estruturas demográficas da população portuguesa. De forma global podemos recordar que após o baby-boom ocorrido na maior parte dos países do ocidente europeu e em Portugal depois da 2ª guerra mundial, o aumento progressivo da população com idade

avançada constitui um dos sintomas preocupantes dos desequilíbrios demográficos que hoje afetam o nosso território. Neste período os saldos naturais vieram a decrescer, ocorrência que se traduz num défice acentuado de nascimentos registados neste concelho.

Quadro 9 – Baixo-Vouga: indicadores demográficos - 2011

	hab/Km2	T.B.Nat.	T.B.Mort.	T.B.Nup.	T.Fec.Ger.	I.S.F.
Portugal	114,3	9,2	9,7	3,4	38,7	1,4
Bx. Vouga	216,2	8,3	9,5	3,3	34,6	1,2
Agueda	141,9	7,7	10	3,1	32,8	-
Alb. Velha	158,6	8,7	9,7	3,2	36,5	-
Anadia	133,9	6,9	10,9	3,2	32,2	-
Aveiro	197,1	9,7	8,3	4,1	38,3	-
Estarreja	148,4	8	11	2,6	34,5	-
Ílhavo	524,2	7,9	8,2	2,6	31,8	-
Mealhada	184,6	7,3	10,6	3	31,8	-
Murtosa	143,9	7,7	12,3	3,2	34,7	-
Ol. Bairro	263	9,2	10,4	4,3	38,6	-
Ovar	374,3	8,3	8,7	3,2	33,4	-
S. Vouga	94,6	6	11,3	2,8	27,4	-
Vagos	138,5	8,4	8	3,9	35,1	-

In: INE; 2012, 79¹⁵

Este é um fenómeno que acompanha outros indicadores micro-demográficos tais como a dimensão média das famílias, que passou de 2,9 em 1991 para 2,4 em 2001 ou seja um valor bastante inferior ao da média portuguesa. Assim se justifica o peso significativo de famílias clássicas constituídas por 2-3 elementos em 2001. No que diz respeito ao Município de Aveiro, a dimensão média da família que em 1981 era de 3,5 pessoas, baixou no último censo para 2,5, valor idêntico à da Região Centro onde se insere.

Estas referências acentuam a perspectiva de um crescimento natural da população portuguesa tendencialmente negativo, como é comum aos demais países europeus, sendo uma das consequências demográficas mais relevantes da revolução industrial e terciária experimentada no velho continente. Em alguns desses exemplos, embora afetados pelo crescimento negativo da população autóctone, o movimento geral de habitantes tem sido equilibrado pelas migrações externas ou seja pela imigração de cidadãos de outras nacionalidades. É esta, também, a imagem do nosso país dado que, entre 2001 e 2010, a estimativa da população total assinala um acréscimo da ordem das duas centenas de milhares de habitantes (10.562,1 milhares, em 2011). Este acréscimo foi devido a um forte contributo do fluxo de entradas (imigração) de cerca de meio milhão de indivíduos, o que conseguiu superar as perdas de quase 150 milhares de saídas (emigração) e um crescimento natural bastante reduzido, de cerca de 22 milhares.

15 INE (2012) – Anuário Estatístico da Região Centro. Lisboa, INE



Nariz



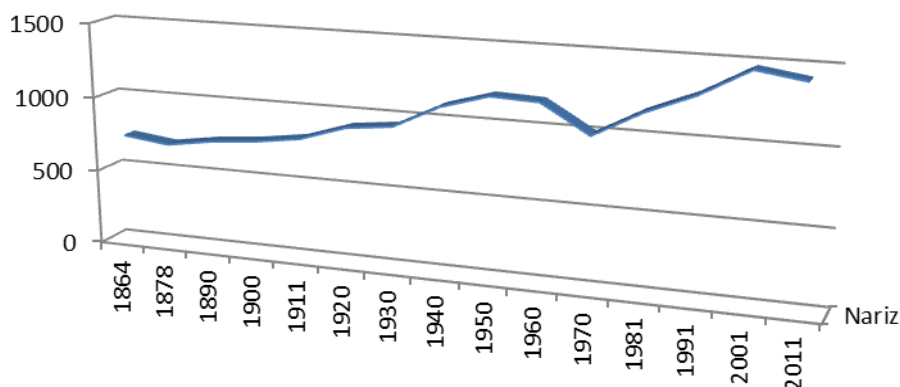
Heráldica da Freguesia de Nariz

O território da freguesia de S. Pedro de Nariz foi da “apresentação da casa de Bragança, no termo da villa de Esgueira” (Costa, 1943.VIII, 55) e esteve incorporado no concelho de Eixo até à extinção deste, em 1853. Diz-nos Gaspar (1974, 65) que o Bispo de Aveiro “haveria de desmembrar a paróquia de Nariz, com o território vizinho, num dos primeiros meses de 1819”. Nesta data o espaço da nova freguesia deixou de pertencer a Requeixo e mais tarde, em 1853, passou para Oliveira do Bairro até 1872, data em que deixou de pertencer a este concelho. Há ainda registo de ter integrado a comarca de Aveiro, em 1835; a comarca de Anadia, em 1862 e em 1872, apesar da sua proximidade a Oia, a freguesia foi definitivamente integrada no concelho de Aveiro.

Estas decisões confirmam que este território, apesar de ser um dos mais interiores do concelho de Aveiro e com uma base essencialmente rural, foi disputado pelo concelho de Eixo e pelos concelhos vizinhos da Bairrada, de quem se aproxima já pela natureza do solo e pelas culturas dominantes. A agricultura tem sido de facto a atividade dominante dos seus habitantes e a fonte principal de subsistência da sua população. Complementarmente beneficia também da vasta cobertura de natureza vegetal com predomínio para o pinheiro, a vinha e a oliveira.

Desta freguesia fizeram parte os lugares de Cabeço da Eireira, Caniças, Carriz, Porto de Ílhavo, Ramalheiro, Roque, Verba e Vessada. Contudo a criação de atividades industriais tem vindo a diversificar a dependência rural que deu vida a esta povoação e aos seus lugares principais de Nariz, Verba e Vessada, situação que é comum aos lugares vizinhos. Tal facto justifica o crescimento demográfico que se tem acentuado desde os anos setenta, não obstante o decréscimo de meia centena de moradores, registado na última década. Em 2011 os dados do censo registaram, apenas, 1418 habitantes, dos quais 797 residentes na sede da freguesia; 274 no lugar de Vessada e 209 no lugar de Verba.

Figura 28 – Nariz: evolução da população



Defensora das tradições culturais que animam este território, a população de Verba através do seu grupo folclórico, tem vindo a promover o património etnográfico local e regional, através da realização periódica de um Festival de Folclore.



N.ª Sr.ª da Fátima



Heráldica da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima

A freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima é constituída essencialmente por antigas terras da freguesia de Requeixo. De acordo com uma nota de Monsenhor J. Gaspar, publicada no Boletim Municipal (1985, 6, 11-19), a criação desta nova paróquia deve-se à atuação do bispo auxiliar de Aveiro, D. Domingos da Apresentação que em 1954, após ter visitado a paróquia de Requeixo, “deslocou-se às povoações de Mamodeiro e da Póvoa do Valado e verificou a demasiada distância até à Igreja paroquial e a exiguidade das respetivas capelas”.

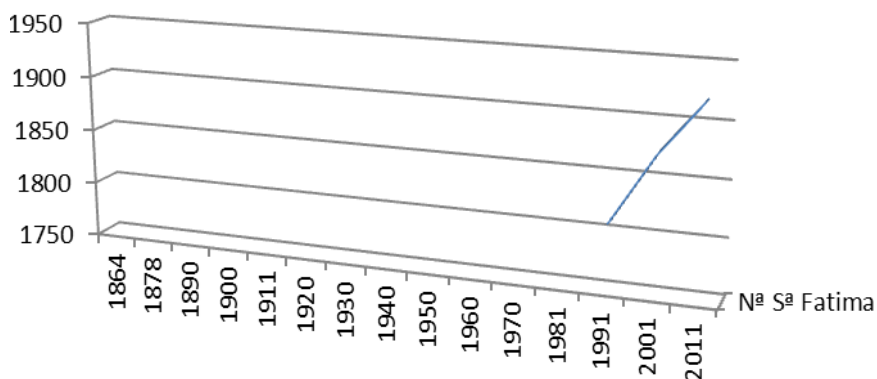
Nessa data a reivindicação para a criação de uma nova freguesia e paróquia fazia parte já das aspirações dos habitantes desta última localidade, que desejavam a constituição de uma nova unidade eclesiástica. Este pedido foi apresentado pela população desses dois lugares ao Bispo da Diocese, em

1959, com os fundamentos seguintes: “a distância de cerca de seis quilómetros e e de quatro quilómetros, respetivamente, desde a matriz de S. Paio de Requeixo às capelas da Póvoa do Valado e de Mamodeiro (...)”, a reduzida dimensão das capelas locais, o aumento demográfico atual e esperado a juntar ao milhar de moradores desses lugares, a existência de um cemitério comum, reconhecido então “como o mais forte traço de união entre estes dois povos”.

A respeito deste lugar, escreveu Vidal (1967, 243): “Como doutra vez já se disse (...) dos diferentes Vilares que há nas terras de Portugal, assim eu digo agora também das muitas e variadas povoadas que se espalham por todo o país, e parece que com especial profusão cá dentro da Diocese. Esta não precisa propriamente de identificação geográfica; traz logo consigo o genitivo que a define: não é uma Póvoa qualquer, não é uma Póvoa em geral, é a Póvoa do Valado”.

A decisão da criação da nova paróquia de N^a S^a de Fátima (e não a de N^a S^a das Precas, como desejavam alguns habitantes), com os lugares acima referidos e ainda o lugar de Perajorge, foi concretizada em 13 de agosto de 1960 e o lançamento da 1^a pedra da futura Igreja, realizado em 1961. Nesse ano, por iniciativa dos habitantes desta paróquia, ficou ainda estabelecido concretizar o pedido oficial para a constituição da nova freguesia, o que se veio a concretizar depois de 1974, através da Lei n^o 104/85, de 11 de julho. Nesta data a Assembleia da República aprovou a criação da freguesia de N^a S^a de Fátima, “desmembrando o seu território do da freguesia de Eixo”.

Figura 29 – N^a S^a Fátima: Evolução da população



A ligação à matriz fundiária e produtiva de base rural está patente na memória deste território e nos muitos topónimos que indiciam a produção de géneros cerealíferos em leiras, casais e pequenas quintas, que deram origem a esses lugares de que se destacam os dois mais importantes, Mamodeiro e Póvoa do Valado. Contudo a proximidade da cidade de Aveiro tem pesado na alteração da estrutura produtiva local, na ocupação de parte da sua população e, sobretudo, no crescimento demográfico registado desde a sua criação. A evolução das atividades e o crescimento urbano e dos serviços alastraram às freguesias adjacentes da cidade de Aveiro, conduzindo à implantação de novas

atividades industriais – cerâmica e química – e ao aumento do comércio e serviços que animam a terciarização crescente da sociedade rural tradicional.

Por sua vez, a abertura das novas redes de circulação facilitaram a proximidade a Aveiro e justificam o acréscimo demográfico de meia centena de moradores, registado na última década. Os dados do censo de 2011 dão-lhe uma população de 1924 habitantes dos quais, 941 residentes no lugar de Póvoa do Valado e 918 no lugar de Mamodeiro.



Oliveirinha



Heráldica da Freguesia de Oliveirinha

A criação da freguesia de Santo António da Oliveirinha data de 1849 (Gaspar, 1974, 68) e foi conseguida com a desanexação de lugares da freguesia de Eixo. Diz-nos P. Leal (1873. VI, 281) ser esta “terra fertilíssima em todos os géneros do paiz, e abundante de peixe, tanto do Vouga como do mar”. Daí a designação porque foi conhecida, Oliveirinha do Vouga, nome adotado para se distinguir das demais povoações do país com o mesmo nome (Antão, 1991, 13). Realçam-se dois dos lugares principais desta freguesia: Costa do Valado e Quintãs.

A Costa do Valado - “villa da extincta comarca de Esgueira” (Gomes, 1877, 178), era um pequeno lugar da freguesia de Eixo que no decurso do século XVI terá aumentado, “construindo a sua primeira capela” (Antão, 1991, 207), a qual terá sido reedificada no final da primeira metade de Seiscentos (em 1749 - cf. Antão, 1991, 208). Por sua vez, Quintãs, um dos maiores lugares da freguesia e o mais distante da sede, foi inicialmente conhecido por São Bartolomeu das Madrugas, designação que foi alterada em 1799. De acordo com Antão (1991, 199), “madrugar para ir à missa a Eixo e cultivar as quintas deve estar na origem dos nomes adotados...”. Justificação plausível tendo em conta a natureza do solo para as culturas e a distância a percorrer até à sede deste antigo concelho.

Nesta freguesia existiu a casa e morgado da Oliveirinha, com origem no aforamento do prazo da Granja, em 1488, quando “um tal Jorge da Silva apossa-se de uma grande porção de terreno no vale do Baçal, termo da vila de

Eixo, dizendo que lho tinha aforado perpetuamente a infanta D. Joana em 1488, mediante o foral anual de um capão, dois alqueires de trigo e cinquenta réis em dinheiro (...). Era formado por terrenos de matos maninhos, com cursos de água”. De acordo com Neves (1968, 5), os lugares de Eixo, Requeixo, Paus, Ois da Ribeira, Quinta de Vilarinho do Bairro e Balazaima, juntamente com a vila de Mortágua e o senhorio da vila de Aveiro, foram doadas à princesa pelo seu irmão, D. João II, em 1485. Faz no entanto notar o mesmo autor (op. cit., 11) que a Infanta não tinha poderes para ceder estes bens da coroa, mas apenas “aforar ou aprazar maninhos”, o que põe em causa a legalidade do referido morgadio.

Os passos seguintes do novo proprietário consistiram no arroteamento destes terrenos, na construção de casas e azenhas, situados no Almojarifado de Eixo. Vicissitudes várias possibilitaram que após a Restauração estas terras revertissem para a casa de Bragança, mantendo-se o aforamento do prazo da Granja na posse dos descendentes daquele donatário. Como assinala Neves (op. cit., 19), os sucessivos herdeiros do dito prazo da “Granja ou da Oliveirinha foram-no partilhando, e subaforando ou vendendo parcelas de terreno”. Daí resultou a instalação de novos foreiros, colonos e casais, o que contribuiu para intensificar o povoamento do dito prazo.

Esclarece Neves (1968, 18) que a designada Quinta da Oliveirinha, situado no termo da vila de Eixo e próximo da Quinta da Granja, terá sido construída no início de Seiscentos, quando do casamento de um desses herdeiros do morgado que passou a viver com a sua consorte “no chamado sítio de Oliveirinha, próximo da Granja e pertencente ao prazo da Granja” (Neves, 1968, 20). Esta Casa de Morgado vigorou até 1860 quando da abolição dos “vínculos”, em 30 de junho desse ano (op. cit., 31). E quando da criação da nova freguesia de Oliveirinha, em 1849, a designada Quinta da Oliveirinha passou a integrar a nova freguesia, conjuntamente com a maior parte dos lugares que faziam parte da freguesia de Eixo, dando assim o nome à nova unidade administrativa.

Note-se que a criação desta nova freguesia terá sido antecedida da criação de um Curato eclesiástico na paróquia-mãe, em 1826, abrangendo os lugares mais distantes de Quintãs, Póvoa, Costa de Valade e Oliveirinha, justificado porque “um só pároco não podia com prontidão acudir com o pasto espiritual a seus fregueses, principalmente de inverno, porque se tornavam os caminhos invadeáveis por causa das barreiras de que se compunham” (Gaspar, 1998, 158). A este respeito diz-nos Antão (1991, 148), que os lugares de São Bento, Cavadinha e Póvoa do Valado “eram meeiros das freguesias de Eixo e Requeixo”, levando a grande confusão na marcação dos serviços religiosos, situação ultrapassada em 1843 em que os dois primeiros lugares ficaram a pertencer à freguesia de Eixo e a Póvoa à freguesia de Requeixo (op., cit., 150).

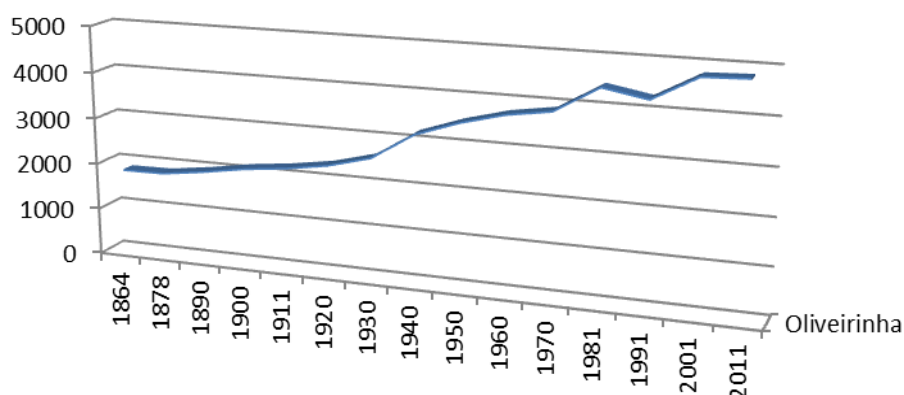
Sobre o território desta freguesia diz-nos ainda Costa (1938.VI, 169), que antes da sua separação da freguesia de Sto Isidoro, esta freguesia compreendia

vários lugares, nomeadamente “Horta, ao nascente; Granja, Póvoa, Costa do Valado e S. Bento ao sul; e da Oliveirinha, Quintans, parte de Salgueiro, Moita e Azenha de Baixo, ao poente”, que passaram a integrar a nova paróquia-freguesia depois da sua criação, em 1849. No seu conjunto faziam parte desta freguesia os lugares de Cavadinha, Costa do Valado, Granja de Baixo, Granja de Cima, Marco, Moita, Oliveirinha, Picoto, Quintãs, Rego da Venda, S. Bento e Vale do Diogo.

O desenvolvimento da povoação e dos seus lugares principais anda associado à agricultura, a atividade mais antiga devido à natureza do solo “cultivável e de boa produção” (Antão, 1991, 22), com formações argilosas que formam “os Barreiros, de onde se extrai o barro para a confeção de material cerâmico” (loc. cit.). Além da agricultura contava-se ainda a destilação de aguardente e o fabrico de cobertores e mantas de lã. A indústria local, primeiramente assente na cerâmica, diversificou-se posteriormente dando origem a oficinas de caldeiraria e outras, que permitiram a afirmação de algumas unidades industriais nos mercados da região. Já o comércio “dos povos d’estes sítios” (loc. cit.) ficou a dever-se à construção da estrada de Aveiro a Águeda que veio facilitar as ligações dos “povos carros e cavalgaduras dos logares d’Águeda e outras povoações das margens do Vouga”.

A instalação de novos equipamentos e serviços de ensino e de saúde, culturais e de ensino fazem desta freguesia um espaço de residência favorável para quem trabalha no local ou no centro próximo de Aveiro e justificam a atração de novos moradores. Assim se pode entender a evolução demográfica registada desde os anos setenta do século passado na sede da freguesia, Oliveirinha – 1346 hab.; Quintãs – 1128 hab. e nos lugares de Costa do Valado – 867 hab.; Moita - 395 hab.; Gândara – 318 hab.; Picoto – 174 hab.; Granja de Baixo – 141 hab.; São Bento – 139 hab.; Vale Diogo – 120 hab.; Granja de Cima – 97 hab., Horta – 174 habitantes. Estes valores atestam um antigo povoamento disperso nesta área litoral e o contributo das atividades rurais que inicialmente estiveram na origem da fixação dos habitantes.

Figura 30 – Oliveirinha: evolução da população



Refere-se Vidal (1967, 197) ao lugar de Horta, como “nome de um povoado tão claro, tão matinal, que quase nos apeteceria chamar um ninho de aves no ramo de um choupo às margens do Vouga”. Prossegue, afirmando, “E quem mesmo sabe se o nome que deram à terra não terá sido dado pela ventura perene das suas hortas, pela fragância silvestre das suas flores, ervilhas, laranjas e rosas – há lá tudo, um pouco à mistura”. Por sua vez diz-nos Antão (1991, 219) que o último lugar, a Gândara, compreendia “muitos hectares de terreno, sendo considerada terra de ninguém, onde os regimentos aquartelados em Aveiro, vinham fazer exercícios militares” e depois da sua passagem para a posse da Junta de freguesia começou a ser povoada. Também aqui as novas acessibilidades a Aveiro permitem a fixação da população residente e a escolha de eleição para alguns habitantes que se radicaram definitivamente na área do município aveirense. Entre 2001 e 2011 o acréscimo de moradores na freguesia foi de apenas 37 cidadãos, sendo a população total neste ano de 4817 habitantes.

Estes são alguns dos traços desta freguesia, animada pela diversidade das suas atividades económicas e vida local que anima a Vila que preza, nos seus pergaminhos, a origem de diversas figuras públicas do município de Aveiro.



Ovos-moles e gastronomia tradicional

A referência aos ovos-moles como um dos ex-libris aveirenses, serve para recordar a importância da doçaria tradicional de Aveiro justificada pelas atividades da população, recursos e saberes, nomeadamente os que foram desenvolvidos pelas instituições religiosas que no passado aqui se radicaram. Por isso as notas relativas à doçaria da região ribeirinha têm a ver com a origem local dos produtos usados na sua confeção, assentes nas atividades rural e inspirados na atividade piscatória, e também no encontro da população lagunar com povos de outras regiões, nomeadamente das terras serranas interiores, que contribuíram para a divulgação dos saberes da culinária e da sua doçaria neste e noutros mercados.

Uma das marcas mais vincadas que se identifica como produto da cidade de Aveiro é o fabrico de ovos-moles, confeccionados segundo as receitas conventuais, nomeadamente de religiosas Dominicanas. Esta congregação estabeleceu-se no Convento de Jesus, cuja construção foi iniciada em 1462, ao tempo de D. Afonso V, pai da Princesa Santa Joana que aqui viveu entre 1472 e 1490, data da sua morte. Importa recordar que como centro religioso, já depois das lutas liberais do início de Oitocentos, Aveiro mantinha dois Conventos (Gomes, 1877, 130): Convento de Sá, fundado em 1644 e pertencente à Ordem Franciscana e o Convento de S. João Evangelista, da

ordem das Carmelitas, “fundado em 1668 por D. Raymundo de Lencastre, em cumprimento das disposições testamentárias de sua tia, D. Beatriz Lara”.

À parte destes conventos coexistiam outras Igrejas integradas em ordens religiosas entretanto extintas, tais como a Igreja de Santo António (do convento de Santo António, fundado em 1524) e a Igreja de N^a Sr^a do Carmo (do convento dos Carmelitas Descalços, construída a partir de 1628). Já a Igreja de N^a Sr^a da Glória, sagrada em 1564, era a “egreja do extinto convento de N^a Sr^a da Misericórdia, da ordem de S. Domingos” (Gomes, 1877, 136) e a Igreja de Jesus, pertença do “real convento de Jesus” (loc. cit.), fundado em 1458.

Feita a referência à associação deste doce às receitas conventuais, regista-se que na sua confeção os ovos-moles usam como matérias-primas, a água, o açúcar, a gema de ovo e a hóstia. Foram inicialmente divulgados como remédio na convalescença dos doentes. A memória popular reserva a utilização dos ovos, sobretudo em gemadas com leite ou vinho, como uma das formas de recuperação física em estados de maior debilidade. Já a criação de galináceos era habitual na população, servindo de pagamento para rendas ou para presente a Senhores ou vizinhos do burgo. Por sua vez o comércio do açúcar no cais da Vila passou a ser usual depois da descoberta e intensificação da cultura sacarina na Ilha da Madeira e da sua exportação para o continente.

Regista, Almeida (2009, 359), a importação de açúcar da Madeira para o convento de Jesus logo no começo do século XVI e a sua utilização na enfermaria ou mesmo a sua distribuição “através de ofertas aos mais necessitados, quer por forma de retribuição e por forma a fazer face às despesas do convento”. Até aí o açúcar era um produto raro, trazido da Ásia através de rotas comerciais terrestres e por isso sem grande acesso à população remediada. Tal só aconteceu quando a produção local na ilha do Atlântico e mais tarde no Brasil quando entrou em larga escala nas rotas comerciais marítimas. Não admira por isso que, juntamente com os cereais do norte de África, no porto de Aveiro fossem transacionados o sal e este derivado da cana sacarina, transportado em talhas de barro fabricadas nas olarias da região.

Como doce conventual este produto foi envolvido em hóstia, mas com motivos marítimos: conchas, peixes, berbigão, navalheiras e outros, ou em barracas de madeira - as mais tradicionais - e de cerâmica. Esta a forma de apresentação usual a qual, de acordo com Almeida (2009, 359), se deve também ao facto do seu fabrico nos conventos facilitar que “uma das apresentações usuais deste doce ser feita em invólucro de hóstia (...) usada no culto”. A sua utilização em cerimónias públicas antes ainda da queda da monarquia passou a ser habitual e depois da extinção dos Conventos religiosos em Aveiro, com a vitória do Liberalismo - depois de 1833, quando um decreto de D. Pedro IV proibiu a admissão de mais noviços nos Conventos - as receitas ficaram na posse de algumas famílias que souberam preservar os segredos da sua feitura e as usaram para consumo público. A

partir de então a sua utilização tem vindo a generalizar-se em derivados tais como castanhas de ovos, fios de ovos, lampreias de ovos e como recheio de pastelaria diversa. Certas referências indicam a sua cobertura por chocolate, dando origem aos ovos-moles negros, raramente comercializados.

Notícias mais antigas dão conta da existência de uma confeitaria local que no início da segunda metade de Oitocentos procedia à sua venda, sobretudo em épocas festivas tradicionais. Face à procura crescente deste doce e à adulteração no seu fabrico, foi localmente encetado um movimento de certificação, em 1998, com evolução favorável a partir de 2006 e a consolidação pela U. E. como ovos-moles de Aveiro, produto com Indicação Geográfica Protegida, em abril de 2009. Este processo foi encetado pela Associação de Produtores de Ovos Moles, comprometendo-se a utilizar ingredientes locais e a recorrer a técnicas tradicionais, sendo acompanhadas por tratamento científico prestado pela Universidade de Aveiro.

O reconhecimento e valorização deste produto, seguindo os métodos tradicionais e a confinção da sua origem à área dos municípios que fazem parte da região lagunar de Aveiro – a C.I.R.A. – impedem a sua confeção noutros locais. Em conjunto com a associação de produtores, a defesa do seu bom nome é também assegurada pela Confraria dos Ovos-Moles de Aveiro, associação cultural criada em 2009 que pugna pela sua divulgação junto de associações gastronómicas semelhantes.

Sendo certo que a culinária tradicional utiliza os produtos do meio e os saberes dos seus habitantes, devemos considerar o seu uso diário e extensão ao calendário religioso como uma sucessão de rituais que obedecem aos estilos de vida da população e à celebração de festividades que promovem a utilização de produtos menos usuais e por isso de maior custo. Tais eventos são uma oportunidade de se reforçar a memória coletiva de um povo e as suas tradições de natureza rural, piscatória e religiosa, dando oportunidade a que se estreitem os sentimentos de solidariedade coletiva que unem os cidadãos entre si e à sua comunidade. Estas considerações servem para valorizar a cultura gastronómica aveirense como fazendo parte da região ribeirinha onde se insere, mas estando dotada de certas especificidades decorrentes dos modos de vida, dos saberes locais e das atividades diárias da sua população.

Sendo certo que a doçaria faz parte de um menu festivo de onde constam outros produtos e sabores, tais como as raivas, confeccionadas com massa adoçada ou as cavacas de São Gonçalinho, que fazem as delícias dos devotos na altura das festas do Santo, registamos outros sabores que integram o cardápio da região ribeirinha. Individualizam-se os pratos de peixe como específicos desta área e da região da Beira-Mar, aos quais se associa o molho de escabeche, que servia para conservar as espetadas de mexilhão e enguias fritas enlatadas, vendidas em barricas na estação do C.F.

A este respeito assinala Abreu (1865, 13), que “um dos principais ramos de commercio em Aveiro, e que é uma especialidade privativa d’alli, são os famigerados mexilhões e ovos molles”, acrescentando: “É curioso o bulício e

algazarra que faz uma multidão de mulheres e rapazes oferecendo aquelle género aos viajantes quando chegam os combayos, e tanto insistem elles para que lhes comprem o seu mercado, que às vezes não há outro remédio senão satisfaze-los”. Prossegue, afirmando: “esta condescendência porém, há-de contribuir para fazer perder o crédito, que aquelle appetitoso marisco e saboroso doce com tanta razão adquiriram, porque o que alli se vende é uma completa fraude commercial” (loc. cit.). Esta referência evoca uma curiosa observação dos hábitos locais na segunda metade de Oitocentos assinalando neste relato sintético da cidade de Aveiro a figura da mulher “não só porque a maior parte d’ellas são formosas, mas porque o vestuário de que usam, dá-lhes um certo gagé, que as torna graciosas e provocadoras”.

Nesta região são ainda as enguias (assadas à moda do pescador, fritas e sobretudo em caldeirada) e o peixe da ria (fritadas de peixe), o bacalhau (pataniscas, em sopa – chora – ou de várias formas), o peixe do mar (grelhado ou confeccionado de outro modo) e os mariscos, os elementos estruturantes de uma dieta alimentar geográficamente selecionada. Neste ancestral receituário aveirense constam também pratos simples, desde as papas naberças e a bola de sardinha, aos pratos mais complexos como a raia de pitéu e os doces, como o arroz doce, as papas de carolo, as rabanadas e o digestivo para as acompanhar, o licor de alguidar.

Estas são algumas das receitas que ainda hoje ilustram o relicário festivo da região. Complementarmente, também os pratos de carne incorporados pela criação de gado nas pastagens adjacentes da ria ou já nas áreas serranas que lhe servem de anteparo, fazem parte da ementa que integra os sabores da vaca da região marinhoa, o porco, o leitão e os sabores da serra com base no cabrito e na chanfana. A memória destes pratos tradicionais da ria de Aveiro justifica-se não só pela sua relação com as atividades tradicionais da população, dos cagaréus e ceboleiros, que têm aqui as suas raízes familiares mais profundas, mas também por todos os que por adoção aqui se fixaram vindos quer das zonas serranas do interior, seguindo as águas do Vouga, quer por muitos outros habitantes que aqui moram em consonância com as necessidades de mão de obra determinadas pela expansão das indústrias locais.

Como observa Almeida (2009, 358), “do litoral à montanha, os recursos alimentares deram origem a deliciosos pratos que a imaginação popular foi enriquecendo, pois a necessidade aguça o engenho”. Por isso a uma geografia das migrações, junta-se uma outra geografia de sabores, constituídas pela junção de vários cardápios locais e regionais que se cruzam na zona lagunar e que permitem a diversidade de ementas que caracterizam a cozinha aveirense. Por sua vez, Semedo (2009, 126), defende que gastronomia tradicional é a “memória secular de saberes que permitiram a apropriação de produtos, de diferentes origens e natureza (...) do receituário cagaréu”, propondo por isso a sua inclusão como um pólo gastronómico do Ecomuseu do Salgado de Aveiro, iniciativa que promova o conhecimento desta atividade à qual a história de Aveiro não se pode dissociar. E em todos os momentos e

pratos de confeção popular, o sal artesanal de marinhas e a flor do sal contribuem para o enriquecimento e sabor de qualquer ementa oriunda desta região.

Mais do que um repositório de sabores a cozinha ribeirinha faz parte não só do imaginário coletivo mas, também, de um património geográfico que lhe confere uma identidade própria face a produtos da mesma natureza usados por outras populações ribeirinhas.



Património geográfico

A referência ao património geográfico tem subjacente o ensaio pioneiro de Ribeiro (1961) - *Geografia e Civilização* e os exemplos recolhidos pelo autor sobre testemunhos da chamada civilização do granito e as formas de coberturas de casas: o velho terraço algarvio ou açoteia, de influência muçulmana e os telhados múltiplos e inclinadas, usados no Oriente e também utilizados nesta parte do território português.

Difícil de definir, mas defendendo que o estudo das civilizações interessa a cientistas com formações distintas tais como historiadores, arqueólogos, etnólogos e geógrafos, o autor (op. cit., 17) assinala que estes reconhecem o património da nação e o que foi trazido de fora, através das formas inscritas na paisagem (loc. cit.). Esta atitude privilegia o uso do método baseado na observação e nos ensinamentos da geografia histórica, que nos permitem o conhecimento de um conjunto de relações humanas entre povos oriundos de contextos geográficos diferenciados. Ação, esta, que no caso de Aveiro conjuga-se numa simbiose de dois elementos estruturantes: a planície e a água que cobre as superfícies planas do litoral e que preenche e vivifica, através de vales profundos e geralmente encaixadas, a montanha do interior.

Neste tipo de abordagem importa realçar dois grandes domínios em que se exerce a observação geográfica: o património físico ou natural, e o património humano. O primeiro decorre da existência de diversos tipos de fenómenos estruturais, morfogenéticos, sedimentares, erosivos e outros. Destes, a laguna de Aveiro constitui um exemplo único que interessa preservar não só pelo significado na vida da população, como ainda pelo seu contributo atual com vários significados e leituras geográficas, sócio-económicas e culturais. Destas, realçamos a engenharia dos esteiros e desembarcadouros, dos cais e das malhadas, das motas e das valas; a biodiversidade da sua fauna e flora; o valor económico das marinhas; os processos erosivos decorrentes do abandono das atividades lagunares tradicionais ou das obras recentes de engenharia hidráulica e portuária.

Referimos ainda o património humano o qual, de acordo com Ribeiro (1961, 14), é traduzido sobretudo em formas materiais e que surge como

sendo “um produto do espírito” (loc. cit.) em que a tradição e o atual devem ser inseridos numa linha evolutiva e explicado “tanto pelo ajustamento ao ambiente natural como por contactos humanos” (Ribeiro, 1961, 15). No dizer deste autor (Ribeiro, 1970, 312), o património humano traduz-se em formas materiais diversas, em formas de paisagem, onde “o esforço humano aparece sempre, como um traço indelével”. Nesta referência tomamos como assente que este património tende a transmitir-se “por um lado, num quadro terrestre que ajudará a compreender a sua génese e os êxitos e fracassos da sua expansão, por outro, num conjunto de relações de povos, envoltas em obscuridades que nem sempre a História consegue penetrar” (Ribeiro, 1961, 14). Foi também assim em Aveiro e nos municípios da ria.

Recordando aspetos diversos da geografia histórica da região, somos confrontados com testemunhos que evocam as antigas civilizações Neolíticas, a presença Romana, a influência Árabe, a Cristianização e Reconquista do Reino, a expansão Quatrocentista portuguesa, o domínio de Castela, a determinação do Liberalismo e a consolidação da República. Estes são testemunhos que integram vestígios materiais e imateriais, construções e relatos, painéis ou meras descrições que a tradição oral permite reconstruir e que, felizmente em muitos casos, testemunhos e documentos de diversa natureza permitem apreciar.

Na área ribeirinha onde Aveiro se implantou seguimos, assim, uma postura que privilegia a observação e a explicação de certos desses testemunhos, descritos “pelo ajustamento ao ambiente natural como por contactos humanos” (Ribeiro, 1961, 15) e pelas formas movediças de uma paisagem construída ao longo de milénios, de que poucas povoações se podem orgulhar. É essa realidade que temos presente na paisagem que cerca a cidade e o município de Aveiro: a ação do meio ambiente, o trabalho do homem e o processo de crescimento e de desenvolvimento humano relacionado com as condições de vida dos seus habitantes.

Como cenário físico, tomamos como referência as jazidas de rochas mesozoicas mais duras e sobretudo as argilas e as areias terciárias e quaternárias que constituem os materiais dominantes da construção local. Terá sido esta origem, escassa e branda por natureza, uma das causas da destruição da muralha medieva e dos exemplos de reaproveitamento das suas pedras para as obras da barra ou das lajes de pedra (túmulos dos mortos) da Igreja de S. Miguel, para a Casa da Câmara de Aveiro. Justifica-se assim que as velhas construções de madeira e as embarcações do mesmo material, ocupadas sobretudo por pescadores ou as barracas dos marnotos e salineiros, tenham há muito desaparecido deixando vestígios em locais próximos da ria.

Por sua vez as edificações de barro cru de adobe vieram paulatinamente a ser substituídas pelo barro cozido ou tijolo, material cerâmico dominante nesta área. Este foi o material utilizado que assinalou as fases de construção urbana e as etapas de crescimento da população, aliada ao incremento do comércio, ao transporte de mercadorias e ao fabrico de utensílios usados

nessas deslocações: açúcar, cereais e porque não, também o azeite, expedido para outros portos e cujos achados cerâmicos nos lodos da ria, disso nos servem de testemunho.

No que respeita à arquitetura local, esta tem vindo a usar os materiais a que tem maior acesso nas estruturas dos edifícios e no seu revestimento, fazendo substituir as argamassas exteriores pelo azulejo, dominante na região ribeirinha. Usado de forma distinta, sobretudo nas construções mais nobres e de emigrantes de sucesso, o azulejo soube combinar-se com o ferro, o tijolo, a cantaria e outros materiais, dando formas caprichosas que relatam épocas de maior esplendor nas áreas rurais do município e sobretudo no seu centro urbano. Aqui, o estilo Arte Nova, presente em diversos edifícios da cidade são disso um testemunho, como o são os exemplares dos solares de brasileiros ou as casas de emigrantes europeus e americanos que se encontram em diversos cantos deste território. E o que dizer dos restos das moradias que marcaram o avanço da povoação para a estação de C.F., através da sua frente pioneira?

Outras frentes se seguiram, cada uma com o seu cariz urbano ou ainda feição ruralizante, mas que a urbanização recente acabou por transformar. Dessas áreas cita-se o Campus de Santiago, reconhecido pelo seu património arquitetónico, pelo pátio e claustros das instalações da Universidade de Aveiro, atual repositório de obras de grandes arquitetos e germe de uma cultura do saber, de poder e da economia do conhecimento que expressa o petróleo cinzento (depois do petróleo verde e na escassez do petróleo negro), da nossa economia e sobrevivência.

Mas o património geográfico de Aveiro tem algo mais. Servimo-nos de uma descrição de Gaspar (1993, 79) para o afirmar: o património genético e humano das suas gentes, tocadas que foram pelas navegações dos mediterrânicos e dos normandos “que aí deixaram marcas na miscigenação”, dos habitantes que daqui saíram para o Atlântico Norte, as Àfricas, as Índias e o Brasil. Regista este autor (loc. cit.) que “ainda hoje Aveiro tem um pouco de tudo isto inscrito nos genes das suas gentes e da sua urbanidade”.

Por sua vez, Magalhães Lima (1968, 94), testemunha como os Povos do Baixo Vouga, que aqui se radicaram “por igual amando a terra e o mar e por sua arte os possuindo”, terão conseguido “que aqueles dois afetos e os modos de ser estéticos e económicos correlativos, que algures foram causa de divórcio, aqui fossem motivo de união e vivam juntos na mais saudável beleza e riqueza”. Estes traços não são indiferentes ao crescimento de inúmeras atividades ligadas ao comércio e à indústria, à mobilidade humana, à difusão do conhecimento e da inovação e, sobretudo, aos valores e urbanidade da população aveirense.

Não pretendemos estabelecer qualquer roteiro geográfico do património material ou humano de Aveiro ou do seu município. As notas já redigidas ajudam-nos a situar as marcas, os testemunhos e os trilhos de uma geografia histórica da cidade e do seu território. Um espaço que tem presente diversos monumentos, cada um dos quais com o seu significado histórico, construído

com materiais próprios, apresentando um estilo singular ou importado, usado para diversos fins, mas todos eles assinalando na configuração do seu traçado, na implantação espacial ou na evocação que assinalam uma marca do crescimento desta terra, das suas povoações e do poder de atração das suas gentes. Uma terra que, segundo Magalhães Lima (1968, 14), com as características de “terra firme em que parte do mar se transformou e agora podemos calcar (...) nunca alterou o seu caráter de abrigo e refúgio das tormentas marítimas, como também nunca perdeu as suas condições de acessibilidade por via marítima”, aberta às influências quer do sul mediterrânico, quer das brumas do norte dos habitantes que aqui se acolheram.

Neste mosaico humano e étnico, difícil de destringir, bem mais simples é percorrer um trilho urbano onde se destacam os seguintes elementos estruturantes:

➤ Frente ribeirinha da cidade e canais da ria. Nela encontramos uma diversidade de seres planctónicos e de peixes e os testemunhos de técnicas ancestrais ligadas à leitura do tempo e à exploração do sal, à conservação dos muros e dos canais antes da utilização do betão, aos pequenos ancoradouros urbanos, às embarcações tradicionais e aos vestígios de antigas construções de madeira, que a idiossincrasia de algumas zonas urbanas sugeria uma melhor adaptação da arquitetura local a essa frente e arco lagunar;

➤ Praças e artérias urbanas. Como elementos estruturantes de uma paisagem que viu a povoação crescer e veio a transformar-se, mas que consegue ainda identificar pelo traçado dessas artérias, sobretudo na parte mais antiga da cidade, pela sua toponímia e pelos elementos identificadores das construções, uma relação com um passado distante e com a história da evolução urbana da cidade, dos seus bairros, dos ancestrais centros de convívio ou só de passagem da sua gente;

➤ Conventos e capelas. Testemunhos de uma ocupação e diferenciação do espaço dentro e fora de portas, hoje integrados na malha urbana, os edifícios em questão merecem ser recordados como elementos estruturantes de um povoamento local responsável pela organização do espaço urbano e pelas relações estreitas entre as ordens religiosas e os interesses de outras congregações, dos patronos desses conventos ou tão só da população que veio estabelecer-se à sua sombra.

Neste percurso são várias as opções que podemos seguir. Rebelo e Quaresma (1979) sugerem-nos um roteiro histórico e geográfico integrado numa visão mais ampla de Aveiro e da sua região; já a leitura da história e da arte da cidade é sugerida por Neves (1984); as capelas de Aveiro foram objeto de estudo de Christo (1989). Outros temas são referidos por Neves (1985) no seu estudo sobre a azulejaria de Aveiro. Fora da malha urbana, podemos seguir Amaro, Semedo e Arroiteia (1989) que nos dão uma perspetiva mais alargada da área ao sul do Vouga e onde se destacam os seguintes aspetos:

➤ As áreas húmidas do Vouga e as Pateiras. Neste domínio o percurso a seguir é moroso, realçando as obras de correção do leito do Vouga, o significado desta via de comunicação entre o interior e a barra de Aveiro, o significado geográfico das pateiras como superfícies de recolha e distribuição dos afluentes do Vouga antes de entrarem no seu leito. Significativo é o valor da fauna e flora associada a estas superfícies húmidas, com a diversidade ecológica dos seus biótopos lagunares e terrestres;

➤ Os sítios e as edificações de interesse público. Cada uma das freguesias que hoje integram o município de Aveiro tem as suas edificações religiosas e civis, que evocam etapas do crescimento e do desenvolvimento local, situações ou datas que assinalam factos e a vida da população, as suas atividades e os acontecimentos que perduram na memória coletiva desses lugares. Uns mais preservados que outros, contribuem para o enriquecimento do património geográfico e histórico desta constelação de lugares que se dá pelo nome de Município de Aveiro.

A construção da identidade de uma região passa pela consideração de testemunhos diversos onde “o historiador reconstitui as civilizações pelos documentos, o arqueólogo pelos vestígios materiais, o etnólogo pelos aspetos conservados na vida atual, o geógrafo pelas formas inscritos na paisagem” (Ribeiro, 1961, 17). De forma distinta mas complementar entre si, o contributo destes cientistas sociais e dos cientistas naturais como os biólogos, os geólogos e outros, é necessário para a valorização do património geográfico de qualquer lugar ou região, em particular da ria de Aveiro e da área costeira que a limita. Aqui permanecem testemunhos de um património geográfico e natural diversificado onde se incluem diferentes valores naturais relacionados com os biótopos lagunares (coluna de água, leito da laguna, bancos intertidais e salinas, sapais e caniçais) e biótopos terrestres associados à laguna, tais como as dunas litorais, as dunas arborizadas, o bosque e o bocage (Silva, 2000), que importa defender e valorizar.

Aveiro e o seu município pelo que representa como antiga sede de Distrito, como centro urbano e como povoação que se orgulha da sua existência milenar não pode esquecer o património geográfico que enriquece o seu sítio e lugar, a sua posição e acima de tudo a sua centralidade num espaço alargado de fronteiras materiais e sobretudo imateriais, baseada na paisagem, na cultura, na inovação e no conhecimento. Mesmo que o não queiramos, a geografia dos lugares faz parte integrante do património natural, do património de saberes e permite a sua divulgação e expressão universal através de comparações que ocorrem noutros lugares e continentes onde os aveirenses se radicaram.

Os traços de similitude entre a cidade da ria e a cidade brasileira de Pelotas foi assunto explorado por Fiss e Pombo (1999) que valorizaram ainda mais o património geográfico local, com base na semelhança de “contextos, geográfico, cultural e sócio-económico presumivelmente assemelhados” (op. cit., 13). A pretexto de uma presença e reivindicação antiga dos portugueses,

nomeadamente dos aveirenses residentes nesta cidade, tem vindo a ser animada a geminação entre estas duas cidades, estabelecida há alguns anos.



Pesca

A importância da pesca em Aveiro, centro de comércio marítimo ligado a esta atividade e à indústria do sal, desde sempre acompanhou a evolução da própria povoação. Para tanto contribuiu o desempenho dos pescadores aveirenses que se tornaram notáveis nas suas expedições e trabalhos relacionados com o mar. Condições locais assentes na existência de uma longa costa marítima e a oportunidade de pesca na laguna, foram beneficiadas pela ação das águas do oceano abrigadas do mar pela restinga litoral que permitiu alimentar os recursos piscícolas que aqui proliferaram, beneficiados pela mistura de águas doce e salgada e temperatura amena (Bastos, 2006, 141). Estas circunstâncias estiveram na origem do crescimento de outras povoações marítimas e de um intenso movimento de embarcações que sustentaram o complexo agromarinho e piscatório constituído pelo sal, moliço e peixes de várias espécie que serviam de alimento e produto de venda a populações mais distantes.

Porque as condições da barra se vieram a deteriorar no decurso do tempo, levando por isso a alterações profundas no panorama comercial marítimo e piscatório de Aveiro, esta praça foi beneficiando dos contactos com povos mais distantes, sobretudo do mar do Norte, que aqui procuravam carregar o ouro branco produzido na laguna. De há várias centúrias a esta parte chegamos referências das muitas marinhas existentes neste território, bem como da atividade piscatória dos habitantes da região lagunar, praticada de Ovar a S. Jacinto e da Costa Nova à Vagueira, e que tem constituído uma poderosa fonte de receitas para a população que se dedica à pesca na ria. A eles se refere Girão (1922, 75), em particular aos habitantes da costa de Ovar, Murtoisa e Ílhavo, como sendo “trabalhadores e singularmente prolíficos, deixando o arado para se meter na companhia, emigrando temporariamente em épocas especiais para a pesca do atum e do bacalhau, ou ainda, definitivamente, levados pela sua paixão aventureira, para a costa portuguesa”.

Também Amorim (Bol. Municipal. XII, 23/24, 22) que numa transcrição da Memória Paroquial de Aveiro de 1758, relata as respostas que o Prior de São Miguel deu a este inquérito promovido pela Coroa: “He grande, e parece inextinguível a abundância de peixes que traz este rio, huns que se criam nelle, outros que lhe então pella Barra. A mayor quantidade dos que cria he de enguias, machos, solhas, lingoados, muges, Tainhas, Robalos; entraolhe pelo mar Crovinas, Lampreas, Savelhas, e outros; tão bem cria algumas espécies de

mariscos, e huma infinidade de peixinhos que alimentao quazi toda a pobreza destas vezinhanças”.

Quanto à apanha marítima, há que recordar a importância da pesca longínqua associada a uma dinâmica empresarial que levou os armadores locais a investirem na pesca do alto e na pesca do bacalhau. De acordo com Gomes (1877, 125), “nos reinados de D. Fernando e D. João I, como pescadores arrojados, foram os primeiros que pescaram o bacalhau na Terra Nova, descoberta, no tempo de D. Affonso V, por João Vaz Corte Real”. Mais ainda, prossegue este autor afirmando (loc. cit.): “Em 1504, aportando áquella ilha alguns bretões e normandos, encontraram alli colónias de pescadores de Aveiro e de Vianna do Minho”.

A importância dos pescadores e mareantes na sociedade medieval, onde se constituíam como uma força dentro da vila (Silva, 1997, 107), parece estender-se já a outros lugares próximos, particularmente a Sá. Tal situação aparece-nos confirmada em documento datado de 1487, pertencente ao Tombo de S^a Maria de Sá, que dá conta da confraria de pescadores e mareantes aí estabelecida, provavelmente durante o século anterior. Estas atividades estão de acordo com notícias relativas ao comércio marítimo assegurado pelos comerciantes biscoitinhos e galegos que demandavam a barra de Aveiro (1445), bem como pelo relato dos mercadores de Valença do Minho (1459) que “boõ trafego de sall que aquy tragiam dAveiro e o vendiam aos gallegos” (Christo e Gaspar, 1986, 259). É de crer que juntamente com o sal, os peixes de origem lagunar ou de águas marinhas pudessem ser transacionados em verde e salgados, servindo também para alimentar as tripulações nas viagens de alto-mar.

A importância do porto Aveiro é igualmente realçada por Rezende (1944, 168), que regista o contributo da flotilha de Aveiro e a sua deslocação com a de Viana, na segunda metade de Quinhentos, para os bancos da Terra Nova. Por sua vez Pinho Leal (1873, 259) refere a dimensão da frota local – “de 150 navios (quasi todos aqui construídos, e sendo alguns naus e galeões)” dos quais “só para a pesca do bacalhau no Banco da Terra Nova (descoberto por navegantes de Aveiro), armava mais de 60 navios” (loc. cit.). Muitos outros participaram, ainda, ao tempo de D. Sebastião, nas expedições ao norte de África transportando munições e soldados. O desaire aí sofrido condicionou a evolução da pesca do bacalhau e a prosperidade que então garantia a vida da população aveirense. Talvez por estas razões, verificou-se “o crescimento do predomínio inglês nos mares da Terra Nova (...), ainda no séc. XVI” (Moreira, 1987, 175), com o afastamento da frota portuguesa, o que veio a conter por mais dois séculos.

Depois de um agravamento das condições locais, mas também “por ter passado na sua quase totalidade para a mão de estrangeiros”, sobretudo ingleses “que se tornaram senhores da Terra Nova” (F. Neves, 1971, 40-41), este tipo de pesca terá decaído. Adianta o mesmo autor (loc. cit.) que “em 1611 a praça de Aveiro já não tinha navios e o porto de Aveiro passou a ser

frequentado por navios ingleses, franceses, flamengos, espanhóis, mas em pequena quantidade”, dado que “em virtude da ruína da marinha mercante de Aveiro, os ingleses já não podiam receber daqui o bacalhau de que necessitavam, e por isso apoderaram-se da Terra Nova e estabeleceram eles a pesca e o comércio do bacalhau, passando Aveiro a ser abastecido por eles”.

Tal situação decorre da destruição, do desinteresse político e do abandono “a que foi votado o problema marítimo de Aveiro” (Rezende, 1944, 60) durante o domínio Filipino, quando da destruição direta da frota local na Armada Invencível e por via dos conflitos com outras potências marítimas, nomeadamente os holandeses, tradicionais rivais das armadas portuguesas no mar e na posse das terras descobertas. Depois desta expedição, Aveiro perde a sua influência e com a sua frota perdida ou destruída, o litoral manteve-se ameaçado constantemente por piratas, inimigos de Espanha. Diz-nos Coimbra (1836, 20), que a “pesca em Aveiro, tanto a do rio como a do mar foi antigamente muito abundante, e de tal modo que o peixe hia em barriz, e secco ou salgado não só para diversas partes do Reino mas para fora d'elle”.

Esta atividade tem, portanto, uma longa tradição nesta região ribeirinha, estando durante séculos associada à produção do sal com o qual o peixe era devidamente acondicionado antes de ser exportado. Por sua vez Amorim (2002, 197), assinala a introdução de técnicas de salga da sardinha “conservada em camadas de sal, prensada, donde se extraía a gordura residual (...), conservando-se o peixe durante mais tempo, em melhores condições e com um ganho líquido superior ao método tradicional”. Era a salga à “moda da Galiza, à moda catalã”, apoiada na introdução da arte de xávega na “costa de Aveiro, no Furadouro, Torreira, Aveiro e Ílhavo, desde 1751” (op. cit., 195), para a qual o capitalista João Pedro Mijouille contratou diversas companhias de pesca em Aveiro e nas praias vizinhas, de modo a expandir o seu negócio (loc. cit.). Afirma a mesma autora (op. cit., 197) que a ele devem-se as propostas da construção de “um canal que ao longo da costa criasse uma via aquática contínua que unisse o Mondego, a ria de Aveiro e os sucessivos rios que desembocavam no litoral até ao Douro e à cidade do Porto”. O escoamento do produto era depois assegurado para outros portos da Galiza e do Golfo da Biscaia.

Como outras áreas de negócio este tipo de pesca sofreu a sua evolução e andou associada à produção do salgado de Aveiro, que se viu constantemente ameaçado pelo estado da barra e também pela concorrência do sal de Setúbal, de onde “provinham, continuamente, as grandes quantidades entradas na barra do Porto, muitas vezes sob a bandeira sueca ou dinamarquesa” (Amorim, op. cit., 197). Recorde-se que nos finais de Setecentos a barra do Porto era o principal destino do sal de Aveiro. Uma vez ultrapassadas as dificuldades decorrentes da abertura definitiva desta barra, a pesca local foi reativada no início de Novecentos com o aumento da frota pesqueira e da pesca aqui desembarcada. Antes da sua construção e do arranjo do respetivo cais acostável, afirma Sampaio (1966, 17) que “eram as Pirâmides o local

livremente escolhido pelos mestres das traineiras para venda do peixe. Às vezes eram tantas as embarcações que estas estendiam-se ao longo do cais do canal central até ao Rossio”. As instalações portuárias, que incluíam a Lota, foram inauguradas em 1959 e a partir daí este movimento concentrou-se “fora de portas”, inicialmente neste lugar e depois das obras mais recentes do porto de Aveiro, no cais da Gafanha.

Com o tempo o contributo da pesca longínqua do bacalhau na vida da povoação veio a ficar mais comprometido, o que veio a acontecer com a transferência de empresas locais para outros portos, nomeadamente para Figueira da Foz, e pelo florescimento de novos centros ribeirinhos que vendiam o peixe para mercados mais distantes. Mesmo assim em finais de Oitocentos são ainda os navios desta praça que participam no processo de reanimação da pesca longínqua recorrendo à tripulação de açoreanos, habituados a esse tipo de pesca. Destaca-se a ação do Capitão açoreano José da Cunha Ferreira, que por volta de 1884 terá iniciado um novo período de pesca, esforço que somente nos finais dos anos trinta, com a introdução de novas técnicas de pescar e a utilização da propulsão mecânica em substituição do velame, permitem um incremento desta atividade.

Registe-se a importância das obras portuárias do início do século XX que permitiram o crescimento da pesca longínqua de tal forma que, em 1934, demandaram já os mares da Groelândia e da Terra Nova, 14 embarcações de Aveiro e a média de 15 navios nos três anos seguintes, de 1935, 1936 e 1937 (Rezende, 1944, 176). Neste último ano utilizaram-se arrastões de ferro e não embarcações de madeira como sucedia até então, facto que se deve ao reacender da indústria da construção naval. Ainda assim, em 1942, estavam matriculados no porto de Aveiro dezasseis navios, todos eles destinados à pesca na Terra Nova, apenas dois dos quais eram movidos a motor e não veleiros e que descarregavam o bacalhau nas secas de Ìlhavo.

Só com as obras concluídas em 1958 e após a construção dos molhes atuais, mais compridos que os anteriores e uma vez aberta a barra, desobstruído o canal central e construído novo cais em terrenos da Gafanha, é que este movimento se reabilitou. Para tanto contribuiu ainda a melhoria das condições de navegabilidade e a generalização de embarcações de ferro e movidas a vapor que passaram a equipar a frota pesqueira aveirense.

Como observa Lima (1936, 5), "apesar das más condições de barra" este tipo de pesca desenvolveu-se localmente dada a existência de um conjunto de fatores, "que em nenhum outro porto se encontram em tão elevado grau:

- a) Condições climatéricas locais especiais para a seca;
- b) Estaleiros bem situados para a construção e reparação de navios;
- c) Ótimas condições de hibernagem dos navios;
- d) Amplos e apropriados espaços para as secas naturais;
- e) Tendência natural da população para a pesca de longo curso".

Não obstante o agravamento sucessivo das condições de acesso ao porto de Aveiro e a degradação contínua da sua barra, devido à sua marcha para sul

e à estagnação das águas do Vouga, a povoação antiga terá continuado a animar-se tendo por base o desenvolvimento de novas atividades económicas sediadas na sua região. Entre elas salienta-se a pesca de arrasto costeiro, bem conhecida na praça e que animou durante várias décadas a Lota de Aveiro. Tal veio a acontecer a partir da intensificação da exploração da plataforma continental permitida pela motorização da frota e pela introdução de novas artes de pesca.

Quanto à pesca do arrasto longínquo, sofreu diversas contrariedades depois de ter registado algum sucesso no Atlântico Norte, nas costas da Guiné, na Mauritânia e na Namíbia. Esta diversificação de pesqueiros segue a exploração antiga dos bancos da Terra Nova com a pesca do fiel amigo que alimentou, durante séculos, as atividades com ela relacionadas tais como a salga, o comércio e a construção naval em madeira e depois em aço. Quanto aos seus reflexos sobre a sociedade local regista Moreirinhas (1998, 237), que a pesca longínqua foi uma das vias de capilaridade social usada pelos pescadores da laguna através das possibilidades abertas à emigração.

Assim (loc. cit.), “deu-se uma transferência do setor costeiro para o longínquo por parte de pescadores da Torreira, a passagem de pescadores emigrados a proprietários, não apenas no setor da pesca, mas também no turismo, atividade com tendência a tornar-se principal em todo o litoral e também na Ria de Aveiro”. O mesmo foi registado mais a sul, sobretudo nas Gafanhas, em que esta atividade tem sido uma das que tem favorecido quer a mobilidade geográfica de alguns dos seus moradores, quer a reorientação da sua anterior ocupação para trabalhos ligados a atividades de subsistência e de diversão.

Dificuldades relacionadas com a política de pescas, de Portugal e da União Europeia, têm conduzido à redução desta atividade. Tal tem acontecido localmente e no porto contíguo da Figueira da Foz com o declínio da pesca longínqua, entretanto deixada ao abandono e ao seu desmantelamento. A situação presente contempla sobretudo a pesca costeira levando à perda da importância que conferiam ao porto de Aveiro a primazia como porto bacalhoeiro e um peso considerável no domínio da pesca longínqua. Disso se têm ressentido as atividades ligadas ao comércio e transformação do pescado, as indústrias do frio e a indústria de construção e reparação de embarcações sediadas nesta área. Contudo, perdura na memória popular, a antiga atividade piscatória (Sarabando, 1966, 139):

“A vida dum pescador
é uma vida amargurada
passa seis meses e dia
ao cimo de água salgada”.



Pestilências

A ocorrência, durante séculos, de períodos de grande mortalidade entre a população de Aveiro justifica-se tendo em conta a elevada concentração de habitantes dentro do espaço muralhado, ao trabalho da população nas fainas da marinha e da pesca e à proximidade da laguna que nos períodos de crise da barra levava à estagnação das águas e ao aparecimento de diversas endemias entre os habitantes. Globalmente estes períodos coincidem com a difusão das pestes e das designadas crises de subsistência associadas às más colheitas ou mesmo à junção das duas. Em períodos de maior morbidade, os proventos ficam mais reduzidos e a alimentação escasseia.

Também as condições de saneamento, os esgotos a céu aberto, a contaminação das fontes, o calor e humidade e a falta de higiene nas ruas, levavam a que as febres alastrassem por entre os habitantes que não tinham posses para uma alimentação diversificada. E as receitas das gemadas e dos ovos conventuais, com açúcar importado, não eram suficientes para tratar todos os que necessitavam... Refere-se Soares (1904, 57) ao traçado das ruas e à “pouquíssima ventilação e falta de luz, bem como pela muita humidade e matérias orgânicas que lá se encontram”, como sendo condições favoráveis à ação das espécies patogénicas prejudiciais à vida humana. Por sua vez Barreira (1998, 57) refere-se à higiene privada e habitabilidade, dado que “o chão das casas era de terra batida, húmida e fria (espalhava-se palha ou junca, apanhada nas bermas das marinhas, que, quando secava ou apodrecia, deitava mau cheiro e era um viveiro de ratos e percevejos”.

Estas condições davam origem a crises endémicas que prosperaram assinalando a extensão da grande bacia de maior insalubridade representada pelo Baixo-Vouga lagunar. Aqui certas culturas locais como as do arroz, contribuíam para a proliferação das febres paludosas, sezões e maleitas que aumentavam a morbidade dos habitantes. Em tempo, Soares (1904, 28) deixou assinalado que a insalubridade da cidade e dos seus arredores devia-se aos pântanos que rodeiam este território. São por isso vários os relatos que nos chegam sobre o acréscimo da mortalidade na região, das pestes e febres lacustres que levavam à perda de vidas humanas e a uma grande morbidade causada pela doença, trabalho penoso, fraca assistência e regime alimentar deficiente da população.

Tratando-se de uma cidade portuária e com uma grande frente ribeirinha, que se veio a reduzir à medida que se consolidou a região do Baixo-Vouga, é importante reter como as pestilências locais, alimentadas pelas condições de salubridade ou já por ação dos marítimos que entravam no porto de barra aberta de Aveiro, traziam consigo os germes de novas doenças que depressa se espalhavam pela população local. No dizer de Barreira (2001, 56) o comércio marítimo era “uma das principais vias de entrada das pestilências, transportadas pelos tripulantes ou pelas mercadorias e animais

contaminados”, estando reservado à entrada do canal da vila a ilha de Sama, para local de quarentena e isolamento (loc. cit.), sempre que necessário.

Recorde-se que as crises de mortalidade são abundantes na história da população portuguesa e devem-se não só a condições gerais decorrentes da transmissão das fontes das doenças provenientes de outros pontos do globo, mas também a condições locais que no caso vertente associamos à estagnação das águas da laguna. Mais para o interior as crises de mortalidade estão muitas vezes associadas a maus anos agrícolas e à escassez das subsistências, conduzindo a uma debilidade maior da população. Em casos pontuais andam ligadas a conflitos bélicos que foram bem frequentes na sociedade portuguesa de antanho. Outras perdas estão relacionadas com as saídas da população do Reino, como aconteceu durante os Descobrimentos e a outros empreendimentos marítimos em que participou a população aveirense depois dessa época.

As dificuldades de se conhecerem, com pormenor, os efeitos destas crises, têm a ver com os registos dos habitantes sendo que só na fase pré-estatística da sociedade portuguesa ou seja, desde o início de Oitocentos, é que a realização periódica dos recenseamentos da população - e particularmente desde 1864, após a criação do aparelho estatístico do Estado e a realização do 1º Recenseamento demográfico -, tais efeitos podem ser conhecidos. Por isso o conhecimento anterior das perdas causadas pelas pestes nacionais e locais só pode ser apreciado através de estudos de natureza micro-demográfica, compulsando fontes e registos paroquiais, registos dos hospitais das Misericórdias ou outros documentos locais.

Num dos seus estudos sobre Aveiro, Gaspar (1997, 46-47) dá-nos conta de alguns desses períodos de maior crise de mortalidade associados às pestes que então surgiram em Aveiro e noutros recantos do país. Retomando o passado, particularmente significativa foi a peste negra que desde 1348 grassou em Portugal e que em Aveiro “causou tais prejuízos que a vila ficou quase despovoada”. Antecipava-se assim, por causas naturais, o que viria a acontecer por razões geográficas quando da obstrução e fecho da laguna.

Não esqueçamos o carácter anfíbio da população desta área ribeirinha, a humidade constante e a natureza penosa do trabalho portuário para se entender o efeito das doenças provocadas pela transmissão de partículas oriundas das vias respiratórias superiores, em data que se entendia estas maleitas como um castigo do Céu. Assim aconteceu em particular no decurso do último quartel de Quatrocentos, tendo Aveiro como residente no Mosteiro de Jesus a Infanta Joana, filha de D. Afonso V, que para escapar a alguns surtos epidémicos teve de se refugiar, por períodos breves, no Alentejo, em Vila Nova de Gaia e em Coimbra. Assim terá acontecido em 1479, 1485 e 1489.

Para amenizar os efeitos da doença as albergarias, destinadas essencialmente ao acolhimento de peregrinos e de outras instituições de assistência, permitiam cuidar das doenças do corpo e da alma em casos mais

difíceis. Em finais do século XV existiam em Aveiro três instituições de assistência: os hospitais da Senhora da Alegria, de S. Brás e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia. Esta última, devido aos rendimentos à sua disposição, assume um papel relevante na assistência e cuidado aos enfermos durante os séculos seguintes.

Não obstante as eventuais crises de mortalidade provocadas pelas pestilências, a povoação continuava a expandir-se fruto da fixação dos moradores e da atividade do comércio que se ia estabelecendo nas margens da laguna e ao crescimento agrícola dos seus arredores. Por isso quando o rico de Aveiro (designação de João Nunes Cardoso, comerciante e armador) fez, em 1524, uma horta para a construção do Convento Franciscano de Santo António, tal gesto decorreu da peste que nessa data assolou a povoação, a qual terá causado "tais prejuízos entre nós que os aveirenses, dirigindo-se devotamente a Santo António, fizeram o voto de construir um convento para os frades franciscanos" (Gaspar, 1997, 47). Como assinala este autor (loc. cit.), o referido convento recebeu uma doação régia constituída por uma "reliquia do Mártir S. Sebastião, o santo advogado para os males da fome, da peste e da guerra".

Note-se que no século XVI o início da crise da povoação de Aveiro, devido à obstrução sucessiva da sua barra e à movimentação das areias para sul, foi um período em que se registaram diversas epidemias causando vítimas entre a população local. Assim o descreve Barreira (2001, 59): "as salinas teriam deixado de produzir, os estaleiros teriam fechado, nem mais um único barco teria ido à Terra Nova. A Alfândega teria deixado de render. O comércio não teria mercadorias. Os campos teriam ficado inundados com as cheias dos rios, por as águas não terem escoamento (...)". Estas as condições ideais para o desenvolvimento de pestilências entre a população que agravaram as situações de peste já registadas no país.

De Gaspar (1997, 47), transcrevemos a cronologia de outras situações:

➤ "1569 - uma nova peste trouxe tão grandes males que, segundo se diz, El-Rei D. Sebastião ordenou a construção em Aveiro da capela em honra do Mártir de Narbona, junto da fonte dos Amores";

➤ 1579/1580 – na sequência do surto de peste registado na capital, "em Aveiro, no dia 20 de janeiro de 1580, realizou-se uma procissão de penitência", com a reliquia de S. Sebastião;

➤ 1599/1600 - "uma terrível epidemia também sacrificou em Aveiro centenas de pessoas".

O conjunto destes períodos coincide com o registo de grandes crises de mortalidade registadas em Lisboa e noutras partes do país. De acordo com Barbosa (2001, 11), a primeira das quais decorre da "peste grande vinda de Veneza", a que se segue a do período iniciado em 1759, que se espalhou pela Itália, Alemanha, Inglaterra, França e chega a Portugal através de Espanha e a última, decorrente certamente da "peste de tipo bubónico" (Barbosa, op. cit., 12) sentida em Lisboa e noutros portos europeus. No que a Aveiro diz

respeito, Oudinot (2009, 695) dá conta que a mesma “fez grande número de vítimas e não poucas pessoas ficaram abatidas e definhadas”.

Depois desta data as condições não terão melhorado. E no século seguinte, Barbosa (2001) regista a ocorrência de novos surtos epidémicos, de fomes relacionadas com maus anos agrícolas, da dificuldade de importação de cereais e da carestia de preços, das guerras, nomeadamente a da Restauração. Daí que, nos finais do século XVII, os relatos dos vigários das paróquias de Aveiro assinalem que a maior parte dos seus paroquianos “vivem numa lastimosa e miserável pobreza. E adoecendo, padecem de extremas necessidades, de que muitos morrem por falta do necessário” (Barreira, 2001, 61).

Por sua vez, regista Barbosa (2001, 17), que “a partir do século XVII, as situações de peste deixaram de ser contínuas, passando o tifo, frequentemente associado às carências alimentares e às guerras, a provocar situações de desequilíbrio na vida das populações”. Referindo-se a Aveiro (op. cit., 18), anota que se verificaram as mesmas condições de crise ocorridas noutros locais da Beira Litoral, pelo que o “registo das dizimarias revelaram queda de produção, que os assentos da Misericórdia local refletiram na subida de preços, contexto em que se reproduziu um abatimento demográfico”; em 1834, foi a vez da “crise menor” de tipo epidémico, “que incidiu sobre os menores de idade” (op. cit., 21), que provoca nova crise de mortalidade.

Como se tal não bastasse, o terramoto de 1755 agravou a situação local devido à “difusão de afeções epidémicas, sobretudo do paludismo e da varíola, no contexto geral das subsistências” (Barbosa, 2001, 22). Daí que sejam verificadas novas dificuldades nos anos 70 e 80 de Setecentos, quando se registou “a falta de cereais e a subida dos preços” que serviram de “enquadramento à mortalidade excecional resultante das fomes e das possíveis doenças a ela associadas” (op. cit., 24). A este respeito assinala Amorim (2000, 624) que as cheias da cidade, quando do entupimento da barra, acentuavam as deficiências higiénicas estruturais da povoação ou mesmo quando do abandono das salinas, a estagnação das águas doces e salgadas dava origem a um “processo de destruição dos seres vivos e desenvolvimento de bactérias nocivas à saúde pública”, acelerada pela temperatura das águas.

Os inquéritos que foram respondidos ao Marquês de Pombal pelos vigários das Paróquias, no ano seguinte ao deste acontecimento, dão conta de prejuízos materiais, sobretudo na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Costa, 1956, 123-124). Devido a este fenómeno escreveu-se nesses registos, os habitantes locais “não deixão de experimentar os rigores da fome e da miséria” (op. cit., 128).

As perdas da população registadas por Amorim (2000, 621) entre 1732 e 1756, em Aveiro, foram superiores a 1,3 milhares, passando de 4387 almas na primeira data, para 3240 nesse ultimo ano. Esta variação foi igualmente acompanhada por uma quebra do nº de fogos, como nota a mesma autora (op. cit., 620), que nas quatro freguesias de Aveiro (S. Miguel, Espírito Santo,

Vera Cruz e Apresentação), decaíram de 1331 na primeira data, para 1047 em 1758. Os registos seguintes, de 1758 e de 1801, apontam (loc. cit.) para um acréscimo global de mais de meio milhar de almas, apesar da quebra de fogos no início de Oitocentos se situar ao nível de 1758.

Tomando ainda como referência Gaspar (1997, 47), no século XIX, já depois da abertura da barra, foram dois os períodos em que ocorreram as habituais pestilências que continuaram a massacrar e a dizimar os habitantes de Aveiro e seus arredores: o primeiro corresponde aos anos de 1833/1834; o segundo, ao ano de 1855. Em 1833/34, as condições locais de acesso ao mar estavam deterioradas causando a estagnação das águas da laguna. Diz-nos aquele autor (loc. cit.) que, “durante meses, uma nova peste atormentou de tal forma Aveiro que, só na cidade, foram atacadas cento e cinquenta e cinco pessoas, das quais morreram trinta e duas”. Mais uma vez esta descrição pode ser enquadrada na situação geral do país a qual, de acordo com Barbosa (2001, 28), decorre de então se viver em Portugal numa situação de “crise generalizada, sentindo-se um mal estar da sociedade e da economia (...). Dominavam as grandes crises provocadas pelas Invasões Francesas e o seu rasto de tifo exantemático, pela Guerra Civil, pela epidemia de cólera, pelos motins populares e pelos surtos de varíola”.

Anos mais tarde, em 1855, foi a vez da cidade e dos arredores sofrerem os efeitos da epidemia de cholera-morbus que durante quase um ano, de julho a outubro seguinte, “em Aveiro fez muitas vítimas chegando a morrer famílias inteiras, especialmente nos bairros do Albói e da Beira-Mar”. Refere-se Amorim (2000, 623-624) à perda da qualidade da água nestes locais “provocada pelo elevado grau de inquinação e dureza, atendendo à natureza do terreno e à vizinhança de água salgada, ao deficiente sistema de saneamento”, através de fossas junto da casa, no pátio ou do seu despejo nas valetas que corriam em direção à ria. Em 1904, Soares (1904, 29) no seu estudo sobre a Higiene d’Aveiro, constata a inexistência de “um cano de esgoto n’esse bairro piscatório tão populoso e trabalhador”.

Note-se ainda que com as invasões francesas e a presença dessas tropas no curso do Vouga ocorreu a deslocação de algumas povoações e as fomes subsequentes que tornaram mais débeis as populações locais. Aveiro acolheu então habitantes de muitos outros lugares, o que justifica novas crises de saúde pública. Barreira (2001, 62), baseado nos escritos de David Christo, refere que “É necessário desinfetar os lugares immundos, lavar as sargetas, empregar por toda a parte o chloreto de cal, ácido sulfúrico, ácido phenico, etc”, tal o estado a que tinha chegado a higiene em Aveiro e na sua ria, muito por causa, também, do matadouro público.

Debeladas as crises de cólera, de varíola (bexigas) e de influenza e com a melhoria das condições de vida da população e da cobertura médico-sanitária, nomeadamente a construção do novo hospital da Misericórdia, a cidade passou a prestar, desde o início do século passado, um serviço mais eficiente no tratamento das enfermidades que afetaram a população. De tal modo que

ultrapassadas as condições locais que haviam determinado as doenças palustres e as indústrias da ria assinalam-se, entre 1902 e 1905 (Barreira, 2001, 63), “as mais assíduas colaboradoras da morte:

- A gastro-enterite, ceifando vidas que desabrocham;
- As lesões orgânicas do coração, que, em geral, surpreendem a idade madura;
- a tuberculose pulmonar, que não escolhe idade;
- A congestão e hemorragia cerebral, que, em geral, põe ponto n’uma idade avançada;
- E a debilidade senil nos que já pareciam esquecidos da morte”.

Contudo no termo a 1ª guerra mundial foi a vez da gripe pneumónica que afetou o país. Assinala Barreira (2001, 89) que por causa da epidemia de tifo exantémico, teve de ser concluído o pavilhão chamado dos tuberculosos – futuro pavilhão das doenças infetocontagioso do Hospital da cidade.

Como refere Barbosa (2001, 37) a evolução da ciência médica em Portugal e a “nova consciência em relação aos progressos registados a nível da profilaxia e da terapêutica sobre várias doenças como a varíola, a difteria e o paludismo”, contribuíram decisivamente para a melhoria do estado de saúde da população. Juntamente com estas condições, a melhoria das instalações hospitalares e a das condições médico-hospitalares, da prevenção e dos programas de saúde pública, as enfermidades tradicionais “assíduas colaboradoras da morte”, como acima foi notado, passaram a ser debeladas permitindo a quebra das taxas de mortalidade geral, da mortalidade infantil e um acréscimo significativo da esperança de vida da população aveirense.

Nova fase está aberta com a formação, a investigação universitária e o desenvolvimento das unidades de ensino e de investigação na área da saúde, em crescimento na Universidade de Aveiro.



Pilares do crescimento urbano

As preocupações relacionadas com a distribuição dos recursos naturais e humanos num quadro geográfico determinado, bem como a análise das condições locais e regionais associadas ao seu aproveitamento e repartição, constituem um quadro privilegiado de análise no estudo das relações entre os fenómenos físicos, biológicos e humano à superfície terrestre e ao estudo das suas relações comuns. Estes fatores, aliados ao modelo de ordenamento físico do território, justificam o aumento da população residente nesta área por via da maior fixação da população local e da atração de novos habitantes que aqui encontraram melhores oportunidades de vida e de emprego.

Não sendo um caso distinto dos outros centros urbanos situados nesta faixa litoral, Aveiro participou ativamente nos processos de industrialização-

urbanização e de terciarização crescentes que marcaram a sociedade portuguesa ao longo da segunda metade de Novecentos. Como centro de uma área de implantação industrial já antiga, Aveiro atraiu durante décadas diversos investimentos que reforçaram as oportunidades de emprego nos setores secundário e igualmente no setor terciário que ultrapassa, em muito, os serviços públicos e o simples comércio tradicional.

A estas novas condições e aos avultados investimentos aqui realizados diretamente na construção de infraestruturas rodoviárias, portuárias e urbanas, ou indiretamente através das transferências bancárias efetuadas pelas comunidades de emigrantes residentes em diferentes locais do continente norte e sul-americano ou mesmo na Europa, afirmou-se no decurso dos anos oitenta o moderno campus universitário. Os seus reflexos fizeram-se sentir sobretudo a partir da década seguinte na evolução e na vida da aglomeração, acompanhando a consolidação e as atividades da própria universidade, a procura acrescida de estudantes e a sua fixação na cidade.

A atração de novos habitantes e de investimentos produtivos, a formação de recursos humanos, o estabelecimento de parcerias com a indústria, a prestação de serviços e a transferência de tecnologias para as unidades industriais sediadas na região, constituem os fundamentos necessários para uma nova etapa na vida urbana. Com efeito embora situado dentro do perímetro urbano, suficientemente individualizado da malha urbana pré-existente, o campus universitário de Santiago tem vindo a constituir-se como um novo pólo dinamizador de investimentos e de atração para uma vasta população de professores, de funcionários e de alunos que têm sido atraídos pelo crescimento e consolidação desta instituição universitária.

Em complemento das ações anteriores, a formação dos recursos humanos e a fixação destes quadros neste centro ou na sua área próxima, surgem-nos como elementos facilitadores de uma outra etapa de desenvolvimento e de inovação (tecnológica, cultural e social) que até ao momento a sociedade aveirense não havia experimentado. Estas razões parecem justificar a configuração atual do centro urbano de Aveiro, que no seu conjunto reflete "as condições naturais e históricas de ocupação do território e os movimentos da população" (Salgueiro, 1982, 59), mas que vai já além da situação anterior. De facto quando recordamos a evolução geográfica da cidade e tal como sucede em muitas outras povoações ligadas ao mar, o conhecimento geográfico de Aveiro lembra-nos o enunciado das teses deterministas de Ratzel (O. Ribeiro, 1970, 72) que nos fazem crer que o homem (e as suas atividades) é (são), sobretudo, um produto do meio onde vive.

Se é certo que o peso dos fatores físicos e naturais estão presentes na vida de Aveiro, na atividade das suas gentes e nas suas manifestações e interesses sociais e culturais, também é verdade que a humanização da paisagem na área ribeirinha comprova uma longa e persistente ação do homem que aqui introduziu "transformações profundas e formas inteiramente originais" (op. cit., 74). Esta ação está presente na organização do próprio espaço mostrando

como a cidade atual, embora mantendo alguns dos seus traços mais antigos, seguiu um percurso assente na evolução das atividades extrativas, do comércio, da indústria e dos serviços, mas hoje tende para a diversificação das suas atividades com base no ensino superior, no mar, na ria e na relação com as cidades vizinhas.

Embora sendo possível estabelecer um contínuum no processo de crescimento urbano e social desta povoação, em tempo identificámos cinco grandes pilares indissociáveis de todo o processo de evolução urbana e de crescimento de Aveiro (Arroteia, 1998). Passamos a recordá-los:

➤ A exploração dos recursos naturais ligados à exploração das salinas e ao cultivo da terra, que acompanharam o povoamento desta área, a consolidação do burgo primitivo e o seu desenvolvimento até finais do século XIV;

➤ A atividade comercial marítima e portuária, associada à pesca local e sobretudo à pesca longínqua, à salicultura e à indústria de construção naval, fortemente radicadas na vida desta povoação desde século XV, e que apesar de terem sofrido diversos reveses nos séculos seguintes, acompanharam a evolução e a consolidação de Aveiro como cidade até à abertura definitiva da barra no início do século XIX e ao arranque da sua industrialização. Estes factores, parcialmente recuperados devido às obras encetadas e ao alargamento da área de influência do complexo portuário continuam a animar a vida económica local, sendo determinantes para o seu fortalecimento;

➤ A criação de uma rede de transportes rodoviários e ferroviários, a que se associou um processo de industrialização e de expansão urbana, facilitador das relações com os mercados (importação e exportação) e da mobilidade da população, deram outro impulso ao crescimento da velha urbe. Iniciado no final do terceiro quartel do século XIX com a construção das primeiras estradas e do caminho de ferro que ligava Aveiro a outras cidades do país, esta evolução mantém-se na atualidade. Se é certo que estas vias têm contribuído para o escoamento de pessoas e de mercadorias para fora da região, também é verdade que a melhoria das condições de acessibilidade (rodoviária e ferroviária) de Aveiro em relação aos principais centros urbanos do país ou mesmo ao interior da Península Ibérica, constitui uma das apostas do desenvolvimento futuro do porto e do seu hinterland, bem como de toda a região aveirense;

➤ A terciarização progressiva da sociedade local, em resultado da industrialização-urbanização anteriores, da criação de novos serviços e da implantação do campus universitário em Santiago, foi outra etapa significativa na afirmação de Aveiro e do seu município. O crescimento da cidade para poente foi acompanhado da expansão urbana para norte e nascente e ainda para sul, ultrapassando a linha de fronteira imposta pela EN109. Este fenómeno deu azo ao preenchimento de novos espaços urbanos até então em verdadeiro pousio social, edificados a partir do último quartel de Novecentos;

➤ A afirmação do poder do conhecimento, ancorado na atividade desenvolvida pela Universidade de Aveiro e nas atividades de I&D em diversos domínios, tem dado um impulso generoso à afirmação de Aveiro fora de portas. De facto o progressivo alargamento destas atividades permitiu a afirmação desta instituição no espaço nacional e além-fronteiras, contando-se como um fator decisivo no encaminhamento de investimentos, na atração de novos habitantes e na formação dos recursos humanos necessários aos processos de desenvolvimento e de inovação tecnológica nacional.

Estes os fatores principais, que em nosso entender marcam a evolução milenar e urbana de Aveiro, cujo substrato natural continua marcado por uma realidade geográfica (natural e humana) onde o mar se insinua "pelos canais retalhando a planície em cujo centro, como uma artéria, corre placidamente o Vouga" (Oliveira Martins. in: Nemésio, 1978, 19). Não esconde, mesmo assim, a importância de outros contributos locais e nacionais, regionais ou de âmbito internacional, que igualmente têm acompanhado o seu engrandecimento. A história local de Aveiro e da sua região ilustra muitos outros exemplos que permitiram consolidar o crescimento urbano e a ação desta cidade como pólo atrativo da área adjacente.



Poder do conhecimento

Embora seja nossa intenção apresentar os aspetos geográficos, naturais e humanos que contribuíram para o crescimento e o povoamento desta área litoral, procuramos identificar através de diversos fatores da situação (George et. al., 1966, 26), as iniciativas que estiveram na origem da evolução técnica e tecnológica que permitiu o aproveitamento do solo e dos seus recursos naturais, da indústria e do desenvolvimento (Baud, Bourgeat, Bras, 1997, 75) responsáveis pela “melhoria global do nível de vida e transformação das estruturas da sociedade”. No seu conjunto estas condições acompanharam a evolução do bem-estar das populações permitindo uma maior esperança de vida e melhores níveis de instrução e de emprego consentâneas com o desenvolvimento humano dos seus habitantes.

Tal como aconteceu noutras áreas do país, o alargamento da rede dos estabelecimentos de ensino superior tem vindo a constituir-se como um fator determinante da animação urbana e dos circuitos económicos regionais, contribuindo para o aumento das relações intersectoriais/inter-regionais (Lopes, 1987, 15) entre diversas áreas do território. Este fenómeno não é indiferente aos investimentos que foram canalizados para a construção de infraestruturas para o ensino e que geraram novos tipos de aplicações do setor privado e, por conseguinte, o reforço destes novos pólos de desenvolvimento regional. Como assinalou Perroux (1987, 31), trata-se de um processo que se

quer global, endógeno e integrado, que permita a modernização da sociedade portuguesa, a inovação do seu tecido empresarial, a elevação do nível educativo, cultural e científico do país e a atenuação dos "efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais" (L.B.S.E.) existentes no nosso território.

A importância regional das novas escolas de ensino superior tem vindo a consolidar os seus territórios de formação e a reforçar a sua ação como pólos de atração de novos cursos e alunos, serviços e atividades produtivas, promovendo novas configurações territoriais e sociais capazes de organizarem uma vasta área à sua volta e de se articularem com os territórios vizinhos. Neste contexto a ação da Universidade de Aveiro ganha especial relevância por via das ações tangíveis, exercidas diretamente sobre a população escolar no âmbito das suas funções nos domínios da formação especializada e avançada ou na prestação de serviços à comunidade e ainda por outras ações relacionadas com a construção de uma teia de redes de relação e do conhecimento centradas nas funções de ensino, de formação e de investigação, reforçadas pela internacionalização das suas atividades.

Ao longo das três últimas décadas e em períodos distintos da história local, a U.A. tem contribuído para alterar o meio social e cultural aveirense e para o desenho de diferentes áreas de influência sobre estudantes de diversas proveniências geográficas e sociais que tomaram a cidade de Aveiro como local de atração e epicentro de diferentes representações sociais e funções relacionadas com a formação e a investigação. Esta questão obriga a pensar na intervenção de diferentes poderes, na forma como estes exercem a sua autoridade, como se apropriam do espaço e como se tornam responsáveis por novos tipos de organização territorial, social e cultural. Daqui releva o contributo do poder do conhecimento construído e centrado na ação exercida pelo ensino superior instalado na cidade de Aveiro.

Com o seu desempenho, este tem vindo a estruturar-se em espaços alargados de influência e de interdependência, assentes não só na área de recrutamento dos alunos, mas também na ação (académica, científica e de cooperação) junto da sociedade, das autarquias, das empresas, do governo central e de outras entidades públicas e não públicas. Esta ação está relacionada com a evolução do sistema social e político, com o exercício da autonomia das instituições universitárias e as iniciativas de desenvolvimento em curso. De notar que não há um modelo global de desenvolvimento, mas sim condições locais que favorecem as ondas de mudança. Estas podem resultar da ação individual e coletiva, dinamizada por atores e por nós específicos, neste caso os estabelecimentos de ensino superior, os laboratórios de investigação, as empresas, e na sua articulação entre si como facilitadores da troca de informação, da difusão e da inovação (Hagget, 1976, 111-113).

De notar que no tempo em que Hagget (1976) descreveu os efeitos da inovação e sobre "a propagação das idéias dentro da sociedade e do papel dos dirigentes como catalizadores da inovação e do problema da resistência à

mudança” (op. cit., 76), não estavam ainda desenhadas as autoestradas de informação que permitem a construção dos ambientes inteligentes (Toffler, 1984, 167) a partir da utilização do computador e da divulgação da *Web*. Tal facto, se associado à organização social, à liderança e ao poder institucional da U.A. baseado na sua ampla participação em diferentes projetos e iniciativas de formação e de investigação de natureza internacional, convergindo para a construção da teia mundial, “apertada e coesa” (Toffler, 1984, 401-402), que identifica a Terceira Vaga, descrita por este autor (op. cit., 400). É ainda responsável pelas transformações da sociedade e de a elevar a um nível mais elevado de diversidade e de complexidade.

As características referidas aplicam-se às redes de conhecimento estabelecidas entre instituições de ensino superior, através de atividades ligadas à formação, à I&D e à cooperação em diferentes tipos de parcerias e num sistema aberto à sociedade. Contudo, como observa Claval (2001, 174), “chaque culture dispose d’une grammaire de relations qu’elle sait mettre en oeuvre”, donde o registo de efeitos distintos destas experiências, apesar de incentivadas pela globalização, realça certas particularidades. E os resultados dessa ação podem ser apreciados pela natureza do produto, de que destacamos a qualidade da formação dos diplomados e a sua adequação às exigências regionais e nacionais do mercado de trabalho, a intensidade e as formas de cooperação interinstitucional (com outros estabelecimentos de ensino superior e com empresas), a partilha da inovação que reforça a identidade regional e a capacidade de intervenção social e do poder académico desta instituição no todo nacional e fora do espaço europeu.

Estas referências permitem-nos entender que o desempenho da U.A. tem vindo a estruturar um sistema de relações humanas e profissionais, de influência e de atração sobre os alunos e de poderio, ou poder - entendido como a “probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social” (Fernandes, 1988, 62) - através de diferentes ações e projetos sobre territórios e grupos sociais cada vez mais alargados. Esta ação não passa já por fluxos de pessoas e de mercadorias, mas sim pela circulação e divulgação do conhecimento em que se baseia o aumento do nível de instrução da população académica e pelo seu contributo na construção de diferentes cluster do saber, da inovação e da atividade empresarial.

Recorde-se que os benefícios da evolução técnica e tecnológica decorrente de novas formas de organização do trabalho, da inovação e dos avanços científicos conseguidos através da educação e da formação, sobretudo de nível superior, da divulgação da investigação científica e da sua aplicação às atividades produtivas e aos serviços, vieram a permitir novos avanços organizacionais com alterações sobre o desempenho e os resultados das empresas. Para isso têm contribuído a formação do capital humano, a construção do conhecimento científico e a sua irradiação e cooperação com as empresas, os serviços, as organizações sociais e outras instituições de ensino e de investigação que acompanham a mudança social decorrente do aumento da

escolarização no ensino superior e da formação especializada de recursos humanos.

Esta formação foi implementada a nível nacional através do alargamento da rede de escolas universitárias e politécnicas e da consolidação do seu espaço de ação e do poder do conhecimento de que dispõem. No caso específico da Universidade de Aveiro tal ação tem a ver com o desempenho da instituição no seu conjunto, criadora de espaços de influência direta, associados a um território alargado e a fronteiras tangíveis, mas também intangíveis, que definem diversos tipos de intervenção nos domínios da difusão da cultura científica, da formação dos recursos humanos, da prestação de serviços, da partilha de inovação e da sua afirmação como instituição universitária de referência europeia e internacional.

Note-se que é no subsistema de ensino superior e na influência direta do poder do conhecimento que os espaços de poder se tornam difíceis de precisar dada a ausência de limites físicos e a fluidez das relações interinstitucionais e/ou pessoais que animam as redes de conhecimento polarizadas por estabelecimentos, laboratórios, centros e/ou equipas, que se dedicam à formação, à investigação, à cooperação com as empresas e à prestação de serviços à comunidade, que não só as residentes no espaço mais próximo do cumpus e das suas Escolas. Na atualidade a ação da U.A. é vista como um sistema dinâmico, gerador de um espaço alargado de influência e de uma região do conhecimento, construída por diferentes tipos de fluxos intrarregionais e internacionais.

Como acontece com os demais espaços sociais trata-se de um espaço fluido, cujos limites são difíceis de estabelecer e que se alteram consoante o poder e o peso (institucional e científico) das organizações participantes. Por isso dizemos com George (1972, 43), que “l’espace de relation peut se définir comme un groupement d’espaces fonctionnellement complémentaires ou similaires, présentant un ou plusieurs caractères d’unité, qui constituent l’environnement familier des individus en dehors de leur espace vécu”. Ousamos recordar, desde a generalização da *Web*, que o poder do conhecimento baseado no capital cultural das equipas de formação e de investigação entrou neste jogo e competição. Assim o reconhece Claval (2001, 168) ao afirmar que a utilização do ciber-espaço e dos circuitos de informação exercem uma função relevante, “dont le rôle est essentiel dans l’organisation de l’espace”. Os seus efeitos fazem-se sentir através de uma cartografia invisível de redes, de fluxos e de relações pessoais e interinstitucionais que importa assinalar, promover e avaliar.

Os aspetos anteriormente assinalados andam associados ao exercício desse poderio, não como resultado de uma construção administrativa do espaço (caso do município de Aveiro), mas como exemplo de uma ação orientada pelo poder central e concretizado pela U.A. e pela autonomia que a lei lhe confere nos domínios administrativo, financeiro e patrimonial. Também pela sua natureza fundacional. À sua maneira esta instituição tem

vindo a contribuir não só para a formação dos recursos humanos, mas ainda para a partilha de inovação com a sociedade, desempenho que tem presente os conceitos de difusão e de inovação estudados por Hagerstrand (1965), baseadas na troca de informação, na vizinhança, no contacto entre indivíduos, bem como na aceitação e na resistência à inovação, mas que apesar disso promovem a sua difusão em áreas contíguas do mesmo território. Nesta perspetiva pensar o desenvolvimento futuro de Aveiro e da sua região obriga a centrar o seu crescimento em torno de iniciativas que permitam realçar a centralidade do poder e da economia do conhecimento como fatores decisivos deste processo.

Com base na apreciação do desempenho da U.A e das suas Escolas assinalamos, à semelhança de Thomas Friedman (2005, 366), a importância dos referidos fatores intangíveis baseados na difusão de boas práticas e no uso das tecnologias implementadas pelas instituições de ensino superior na sua articulação com o meio. Globalmente estas têm funcionado como promotoras do desenvolvimento económico e da mudança e acompanham as iniciativas do sistema político na luta pelo desenvolvimento territorial e social. Em simultâneo estas vão criando os seus espaços de poder, de âmbito regional e nacional, contribuindo para o processo de democratização do ensino e da sociedade e, também, para o desenvolvimento social e cultural das populações na procura crescente da sua afirmação e autonomia.

A este respeito recorda-nos Fernandes (1988, 321), que “não existe poder político que não alimente o desejo e o sonho de uma sempre maior autonomia”. Logo, encaramos os processos de avaliação como indispensáveis à melhoria do seu desempenho, à sua crescente emancipação e ao maior alargamento do seu espaço de ação educacional. Mais ainda, tal processo permite reforçar o peso da sua liderança e autonomia no contexto do sistema político e do conhecimento europeu e internacional.

Como ciência do homem e do espaço, a geografia tem uma palavra a dizer na explicação das dinâmicas relacionadas com a população, o desenvolvimento regional e o sistema de poder contemplado pelo sistema político. Por outro lado esta ciência não pode ficar indiferente às dinâmicas sociais que estão na origem da criação de novos espaços de ação política, económica ou baseada em redes do conhecimento, sediados em “nós” ativos, como sejam as instituições de ensino superior. O levantamento destas questões deve ser apreciado numa perspetiva dual: de acordo com a descoberta de Colombo, de que o mundo era redondo (Friedman, 2005, 13), ou baseado na leitura que este autor faz de que, afinal, o mundo é plano (loc. cit.).

Em nosso entender as questões que se relacionam com a análise geográfica destes fenómenos tornaram-se hoje mais complexas e confirmam a consolidação do poder do conhecimento e o seu contributo na capacidade inovativa (Castro, 1994), na afirmação do sistema binário (Arroteia, 1996) e na construção da sociedade do conhecimento estruturada em função das redes de

ensino superior. Por isso tendo em consideração as novas concepções e percepções estéticas do espaço (Claval, 1987, 378), carregadas de cultura, mas variando de acordo com “as sociedades e conforme os sistemas de valores e de socialização”, o contributo da geografia nesta matéria permite uma melhor compreensão dos fenómenos humanos, sociais e políticos, que decorrem do choque de civilizações: “um empenhado na civilização da Segunda Vaga, o outro na da Terceira Vaga” (Toffler, 1984, 434).

Sendo assim, o contributo da nossa reflexão evidencia também uma outra faceta mais dinâmica, com base nos desafios relacionados com o desempenho dos municípios e do poder local na construção de novas arquiteturas sociais (Claval, 1987), nomeadamente através da sua ação na área da educação, da cooperação institucional com outros municípios e na colaboração com estas redes do conhecimento, de iniciativa ou partilhadas com a UA. Cooperação assente na convergência de interesses que contribuem para o reforço do poder e da economia do conhecimento a que nos temos vindo a referir:

➤ Baseado nas sinergias entre o poder local, nomeadamente através da C. M. A. e da C.I.R.A. com a U.A. e na disponibilidade dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em articular alguns dos seus projetos com esta instituição universitária;

➤ Centrado no exemplo da U.A., no seu contributo para a construção do espaço do conhecimento e da inovação, induzidos por esta instituição de ensino superior e na execução de um conjunto de iniciativas com ele relacionadas, a serem tidas em conta no desenvolvimento regional;

➤ Alicerçado na ação de outras organizações sociais e atores que queiram partilhar o seu trabalho e resultados em prol de uma causa comum.

Pelo que foi exposto devemos realçar que o tema abordado centra-se num problema atual em geografia humana e com a leitura do espaço natural e humanizado e o espaço social e de relação resultantes, o primeiro, da ação do homem sobre o meio (que não só meio físico mas, sobretudo, o social e económico) e o segundo, da dominação que advém do exercício do poder conferido pelo Estado e exercido pela Universidade de Aveiro. Na sua essência este é constituído por uma constelação de escolas articuladas entre si e que exercem funções de nível superior em diferentes concelhos do antigo distrito. Neste caso o poder assume-se como “um fenómeno de relação social e organizacional” (Fernandes, 1988, 60), mas também científico e cultural, entre a unidade central e as diversas escolas.

Note-se que a construção do poder de persuasão (McLean, 1996, 398) - entenda-se, de influência - exercido por esta instituição sobre a sociedade e particularmente sobre a população escolar que frequenta as suas escolas, configura o traçado de um espaço alargado de intervenção da U.A., nalguns casos em articulação com outras instituições de formação e investigação e a estruturação de um tipo de região de natureza formativa, científica e de mudança dominada pela economia do conhecimento. Para tanto o território pode beneficiar da rede de cooperação estabelecida entre a organização

universitária e outras entidades regionais. Em conjunto estas devem reforçar o potencial de inovação firmado e a troca da informação, participar nas transações estabelecidas e, sobretudo, na cultura científica “baseada na partilha do conhecimento e do saber, criando um processo de aprendizagem e inovação coletiva” (Alves, 2001, 75).

Estamos, portanto, na presença de uma questão fundamental: a construção de novos espaços de relação e de poder baseados na autoridade científica que assenta não na homogeneidade geográfica e de base administrativa - que configura o exercício da autoridade normativa em áreas delimitadas do território, como as autarquias locais (freguesias, municípios e regiões administrativas) e os distritos, representado pelo poder local, como seja o município de Aveiro – mas, sim, noutra tipo de espaços. Trata-se de espaços regionais (e supraregionais) identificados por ondas de mudança científicas e tecnológicas, pela cooperação e interdependência institucional e pelo cumprimento das funções de nível superior (formação superior especializada e de investigação) da maior relevância e significado.

Esta situação sugere a necessidade de formação de agentes inovadores dispendo de uma base cultural e científica avançada e da melhoria das qualificações académicas e profissionais dos habitantes deste município. Tal não é, ainda, o panorama atual do começo do século XXI. Confirmados nos dados relativos a 2011 que nos dão uma visão de conjunto, por níveis de ensino, do nível de instrução da população nas freguesias do Município de Aveiro.

O nível de escolarização com maior proeminência regista-se no ensino básico e repercute-se no nível de instrução da população ativa no concelho de Aveiro que traduz a necessidade de promover a qualificação da mão de obra e de melhorar a sua qualificação académica a curto e a médio prazo. Tal situação constitui um dos entraves ao empreendedorismo e ao crescimento das atividades que incorporam o saber estar e o saber fazer, situação que põe em causa os pressupostos teóricos relacionados com a emergência local do poder do conhecimento e o esforço a fazer de modo a elevar o nível de qualificação académica da população residente.

Os dados acima indicados alertam-nos, também, para o trabalho a desenvolver pelas instituições de ensino, pela autarquia e pelo poder central no sentido de melhorar os níveis de instrução e de qualificação da população residente e de promover condições facilitadoras da mudança social que auxiliem o crescimento económico e a inovação educacional. Mais ainda, a criação de condições locais que assegurem a divulgação de uma cultura de socialização escolar e de capacitação profissional, facilitadora da construção, a partir da base, do poder de conhecimento assente em melhores qualificações, aprendizagens e desempenho dos diplomados em todos os níveis de ensino, que não só no ensino superior universitário.

Quadro 10 - Nível de instrução da população: 2011

Zona Geográfica	População HM	População residente segundo o nível de escolaridade atingido					
		Ensino básico			Ens. secund.	E. pós- secund.	E. superior
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
HM	HM	HM	HM	HM	HM		
Aveiro	78450	19761	7664	12244	13325	666	17980
Aradas	9157	2314	832	1356	1504	86	2295
Cacia	7354	2248	932	1258	1313	62	844
Eirol	753	276	135	129	103	4	52
Eixo	5571	1513	746	993	1032	51	751
Esgueira	13431	3089	1276	2235	2634	132	2909
Glória	9099	1753	642	1276	1411	72	3310
Nariz	1418	535	200	219	203	10	118
Oliveirinha	4817	1630	582	773	711	34	563
Requeixo	1222	483	190	199	135	6	87
S.Bernardo	4960	1143	383	695	855	34	1374
S. Jacinto	993	385	146	170	149	2	63
Vera Cruz	9657	1417	540	1244	1597	96	4027
Sª Joana	8094	2265	797	1368	1413	67	1423
Nª Sª Fát.	1924	710	263	329	265	10	164

Este é um desafio coletivo em que a formação do capital humano ganha uma importância estratégica no desenvolvimento do Município de Aveiro e dos que o acompanham na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro em termos da dinâmica e da promoção do capital humano que a deve identificar.



Poder Local

A referência ao poder local toma como exemplo as freguesias e o município de Aveiro, tal como é contemplado na Constituição da República Portuguesa, que consagra no seu Título VIII (artº 235) as autarquias locais como forma de organização democrática do Estado, sendo “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, na classe da administração autónoma do Estado (artº 242).

Numa referência ao passado recorda-se que é no contexto espacial das antigas comarcas Dionisinas e depois nos concelhos que o poder das câmaras é exercido, mas com fraca autonomia face ao poder régio. Esta situação tende a alterar-se com a queda do Absolutismo e as novas formas de organização promovidas pelo estado Liberal. Tendo por base as freguesias e os concelhos, a evolução destas unidades administrativas evoluiu deste a implantação do Liberalismo como forma privilegiada de estreitar as relações com o Governo central através de uma administração centralizadora em que os responsáveis eram escolhidos pelo poder político. Na sua origem está o Decreto nº 26 de 27 de novembro de 1830, quando a Regência, em nome da Rainha, determinou:

➤ “Artº 1 - Em todas as cidades, e Vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se crearem, haverá Câmaras, às quais compete o Governo económico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.

➤ Artº 2 – As Câmaras serão eletivas, e compostas nos Concelhos, que tiverem menos de dous mil fogos, de três Vereadores; de cinco Vereadores nos Concelhos que tiverem dous mil fogos, ou d’ahi para cima, porém menos de cinco mil; de sete Vereadores nos Concelhos que tiverem cinco mil fogos ou d’hai para cima, porém menos de dez mil (...)

➤ Artº 3 – O Vereador, que na Eleição obtiver maior numero de votos, será Presidente; e o immediato em votos será Fiscal na Câmara, e Procurador do Concelho, por serem estes os dous lugares, que exigem mais zelo da parte dos Vereadores, que os servirem, e maior confiança da parte dos Eleitores (...).”

Dadas as alterações políticas registadas durante a implantação do Liberalismo, as freguesias são de novo incorporadas na divisão administrativa do território (Lei de 25 de Abril de 1835), passando a ter os limites da respetiva paróquia. No ano seguinte, o Código Administrativo confere ao Pároco a responsabilidade de presidir à Junta, situação alterada quando da revisão do Código Administrativo em que essa presidência passa a ser livre (em 1878). Esta mudança é acompanhada da separação entre a administração dos bens do culto, dos bens de interesse coletivo da população.

Com a separação da Igreja do Estado, após a implantação da República, é retomado o teor da Código de 1878, deixando de caber essa presidência aos párocos. De acordo com Pauleta (1997, 146)¹⁶, “a partir desta data a freguesia passou a ser considerada uma autarquia local e iniciou um percurso de consolidação como entidade administrativa” de consolidação e organização do território. Finalmente em 1916, com a Lei nº 621, de 23 de junho, fica alterada a designação da Junta de Paróquia passando a designar-se por Junta de Freguesia, integrada num determinada Concelho.

16 Pauleta, Carlos M. (1997) – “As freguesias – história e atualidade”. In. Finisterra, XXXII, 64, pp. 145-148.

As bases da organização administrativa do país foram em data posterior elaboradas pela Assembleia Nacional, que em 31DEZ1936 aprova (Decreto Lei nº 27424) o Código Administrativo o qual, no seu artº 1º define: “O território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias”. Regista o artº 13 que o “Concelho é o agregado de pessoas residentes na mesma circunscrição municipal e com interesses comuns”, sendo que a Câmara Municipal (artº 37) “é o corpo administrativo do concelho e compõe-se de um presidente, nomeado pelo Governo, e de vereadores eleitos trienalmente pelo conselho municipal (...)”. Já a Freguesia (artº 177), “é o agregado de famílias que, dentro do território municipal, desenvolve uma ação comum”. Como órgãos da “administração paroquial” referem-se (artº 179): “1. As famílias, representadas pelos seus chefes na forma estabelecida na lei, 2. A junta de freguesia”. Estipulava esse documento a existência (artº 180) de um Regedor “representante da autoridade municipal e diretamente do presidente da câmara”.

Este foi o modelo encontrado pelo Estado Novo que permitiu ao poder municipal manter-se como uma extensão do Governo, mais do que um representante da população, dos municípios e das freguesias. Depois da revolução de 1974 a Constituição da República Portuguesa (1976) reconhece ao poder local um poder relevante, conjuntamente com os órgãos eletivos de soberania e as regiões autónomas, aspetos considerados nas revisões sucessivas desse texto. De acordo com a última revisão, de 2005, o poder local é exercida pelas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas - e estas fazem parte da “organização democrática do Estado” (Título VIII – Poder Local; artº 235).

Com a instauração do regime democrático, a descentralização e a eleição direta dos titulares dos cargos locais veio a alterar a situação política e social do país sendo que, como observa Mozzicafredo (1993, 82), "as novas Autarquias foram encontrar a sociedade local com um baixo nível de desenvolvimento económico, fortes assimetrias regionais e graves carências em infraestrutura urbana", levando-as a prosseguir uma política local de correção e desenvolvimento destas infraestruturas. Foi este o primeiro contributo do poder local depois da revolução de 25 de Abril de 1974. Assinala Fernandes (1992, 1) que esta forma de poder “anda associado à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património ou à valorização das culturas regionais”. Para o efeito, o poder local baseia-se no modelo de “democracia direta” e participativa, confinada a uma comunidade local em que “o poder pode ser aí constituído diretamente a partir da própria comunidade, sem mediação de agentes políticos de âmbito nacional” (op. cit., 4). É aqui que reside a singularidade do poder autárquico e a proximidade entre os eleitores e os eleitos.

Para o efeito a legislação, através da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, concretizando os princípios de descentralização

administrativa e a autonomia do poder local, assente nos princípios seguintes (artº 2):

➤ Descentralização de poderes, com a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, “tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional” e a promoção da eficiência e eficácia da gestão pública, “assegurando os direitos dos administrados”;

➤ Descentralização administrativa, assegurando o “princípio da subsidiariedade” de modo a permitir a racionalidade, eficácia e proximidade das atribuições e competências até então cometidas à administração central.

De acordo com a referida Lei, as autarquias locais passam a dispor de diversas competências, nomeadamente as que se relacionam com o planeamento, gestão, investimento, fiscalização e licenciamento, passando os municípios a ter um conjunto alargado de atribuições (artº 13) para a consecução de fins de bem público, fins sociais e culturais, ambiente e território. No seu conjunto estas atribuições visam garantir a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento territorial e humano dos seus munícipes. A análise deste documento confirma-nos ainda que as autarquias ficam obrigadas perante a lei ao cumprimento de um certo número de funções sobre as quais devem responder perante o cidadão eleitor e o poder central. Em quaisquer dos casos, porém, importa que os esforços da autarquia sejam articulados com os do poder central, garantindo assim a ordem, a cooperação, o bem-estar social e a realização dos interesses coletivos dos habitantes.

A ação realizada pelos municípios, a proximidade do poder aos cidadãos e a construção de numerosas infraestruturas - energia elétrica, abastecimento de água, rede de esgotos, etc., - veio a contribuir para a melhoria das condições de vida das populações e para a criação de um mais adequado crescimento urbano e territorial. Tal justifica a permanência de bolsas de atração populacional e de emprego existentes no nosso território. Desta forma o poder local, com base no município e também na freguesia, tem vindo a alargar a sua ação sobre um território e população seguindo os princípios fundamentais da autonomia e subsidiariedade, mas continua enfrentar grandes desafios relacionados com o "planear o próprio desenvolvimento local, o que significa desde logo o assumir de opções estratégicas face às encruzilhadas do desenvolvimento" (Lopes, 1993, 193).

A importância crescente das autarquias nos processos de desenvolvimento tem em conta não só a quebra da tradição centralista da nossa administração, mas também o interesse em aproximar os cidadãos do poder e deste ficar junto dos seus clientes mais diretos. Este aspeto constitui uma das características de evolução das sociedades modernas em que a base da democracia direta “é o grupo constituído por pessoas em relação de intersubjetividade” (Fernandes, 1991, 5), na defesa dos seus interesses comuns. Como assinala ainda este autor (op. cit., 10) a participação da comunidade tem especial representatividade no seio da Assembleia Municipal,

constituída por membros da comunidade local, que se transforma no “lugar de confronto entre partidos políticos com representatividade suficiente para nela terem assento”. A estas forças compete a defesa dos interesses do Município, expressando a vontade da comunidade e das suas forças sociais e culturais, o que faz realçar a necessidade de uma estreita ligação entre esta forma de poder e a própria comunidade.

Tal facto acentuou-se nos últimos anos por via do reforço do poder local e do modo do funcionamento das organizações autárquicas, em quem a sociedade confia o exercício de determinadas responsabilidades que o poder central não consegue garantir. Uma dessas funções tem a ver com a política de ordenamento do território e urbanismo, estabelecida pela Lei nº 48/98, de 11 de agosto e sua retificação pela Lei nº 54/2007, de 31 de agosto. De acordo com este documento (artº 2), esta lei visa “assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional (...), tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos”.

A gestão do território constitui um dos pilares da descentralização do país, defendida pela articulação entre os poderes central e local, de “acordo com o interesse público e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos” (artº 4, da referida lei). Com a publicação das Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro) e a definição de um sistema de gestão territorial de âmbito nacional, regional e municipal, podemos encarar a autarquia como um "sistema de informação e de participação, onde as solidariedades básicas e as identificações sociais ganham rosto e materialização", garantindo uma resposta às necessidades dos seus habitantes. Tal sucede a partir da eleição direta dos autarcas e do alargamento das competências do poder local, apoiada por um sistema financeiro que permite afetar recursos próprios ao seu desempenho.

Estes procedimentos assentam na autonomia normativa, administrativa e também financeira inerente ao poder exercido pelos representantes eleitos autonomamente e consignados na legislação, nomeadamente na Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro). Esta última Lei, que revoga a anterior Lei nº 42/98, ajusta os princípios e as regras orçamentais dos municípios e das freguesias na Lei de Enquadramento Orçamental e reflete o princípio da equidade intergeracional e da transparência (artº 4) como essenciais para a estabilidade financeira e solidariedade recíproca entre o Estado, as autarquias e os cidadãos.

De entre a legislação relacionada com as atribuições e competências do poder local, impõe-se uma referência à lei nº 11/2003, de 13 de maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público, constituídas por “municípios ligados entre si por um nexo territorial” (artº 2) e sujeitos, após a adesão a uma comunidade intermunicipal, a uma cooperação estreita (ver artº 4 e

seguintes) entre si. Por efeito da Lei nº 45/2008, de 27 de agosto, aquela legislação foi revogada, passando a associação entre municípios a ser de dois tipos (artº 2): de fins múltiplos, denominadas “Comunidades Intermunicipais” (CIM) e outras de fins específicos. De acordo com esta Lei, foi então estabelecida a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

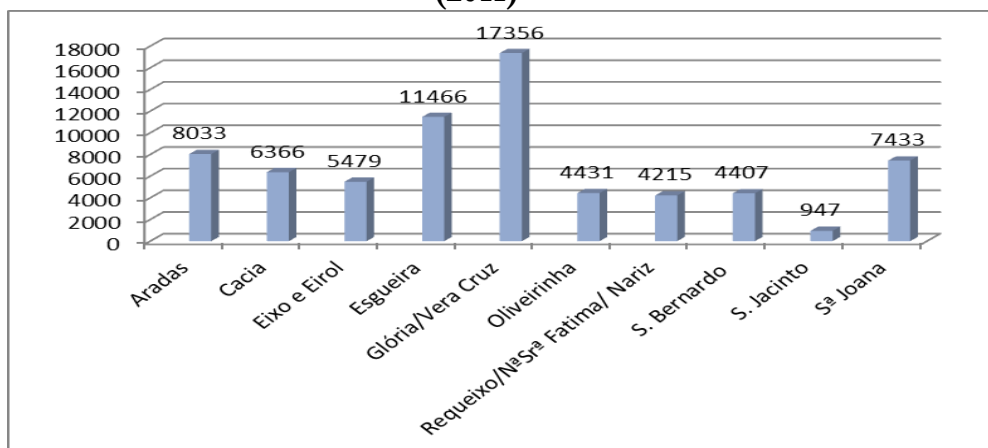
Evocamos, assim, a ação do poder local e os investimentos comunitários que têm sido utilizados na construção de infraestruturas potenciadoras do crescimento económico. Tal facto tem sido possível através do contributo das finanças locais e de diversos programas de intervenção nacionais e comunitários, que têm permitido ao município atuar em diversos setores ligados ao planeamento municipal, ao urbanismo, aos investimentos em infraestruturas e noutras áreas relacionadas com investimentos produtivos afetos à criação de parques Industriais e a outras iniciativas relacionadas com a Ciência e Tecnologia.

Uma análise mais circunstanciada realizada à escala do concelho, permitiria conhecer a importância de outros fatores responsáveis pela dinamização de alguns dos circuitos geralmente afetados pelo declínio das atividades e setores tradicionais. Não sendo de exclusiva responsabilidade do poder local, a este compete defendê-los em articulação com o poder central e os seus organismos. No caso de Aveiro salientamos o contributo das vias de circulação na criação de melhores acessibilidades físicas, mas contrariado pelas barreiras fiscais de passagem em vias rápidas tidas como essenciais para o crescimento urbano. É um facto que pode entravar novas dinâmicas de ocupação, economia do espaço e de instalação de atividades produtivas.

Como resultado do processo de democratização da sociedade portuguesa, da alteração das funções e competências das autarquias, da participação cívica dos cidadãos e das expectativas dos eleitores, o envolvimento político dos cidadãos - traduzida na sua inscrição no respetivo recenseamento eleitoral e participação no voto -, é importante em todos os processos eleitorais. Daí que Aveiro registe uma distribuição assimétrica do peso eleitoral das freguesias o que corresponde, afinal, à carga da sua população residente. Esta é uma participação que envolve não só as eleições locais mas os demais atos eleitorais relacionados com as eleições parlamentares, europeias e para a Presidência da República.

Entre 2001 e 2011 o total de eleitores inscritos no Município de Aveiro aumentou 11,6 milhares, valores que se fizeram especialmente sentir nas freguesias urbanas de Aveiro – Esgueira (+2,6 milh.), Glória e Vera Cruz (+1,9 milh.) e na sua coroa imediata: Aradas (+ 1,6 milh.), Cacia (+ 1,1 milh.), Stª Joana (+1,1 milh.), Bernardo (+ 0,812 milh.) e Oliveirinha (+ 0,316 milh.). Nas freguesias agregadas de Eixo e Eirol esse acréscimo foi superior a 1,2 milhares e no caso do Requeixo, Nª Srª de Fátima e Nariz, esse aumento ascendeu a +639 eleitores. A variação destes valores e o seu conhecimento nos dias de hoje pode ser apreciado nos mapas preparados pela Secretaria Geral – Administração Eleitoral, do Ministério da Administração Interna.

Figura 31 - N° de eleitores inscritos no Recenseamento Eleitoral (2011)



Pelo seu interesse e ligação entre esta forma de poder e o poder central, marcado pela democracia representativa, transcrevemos uma afirmação de Fernandes (1992, 31) do maior interesse e atualidade: “o poder autárquico não pode deixar de ter em conta uma área mais vasta e de manter também as suas relações com o Estado”. Por isso, circunscrito a regiões de menor dimensão e favorecendo, por isso, a mobilização dos atores e das elites locais, “o poder local autárquico é, em si mesmo, tanto mais democrático quanto mais local, e tanto mais poder quanto mais estatal. É sempre poder, mas nem sempre democracia”.

Esta é uma reflexão teórica que não deve deixar de ser equacionada pelos eleitos e eleitores, pelos autarcas e cidadãos, quatro décadas volvidas após a instauração do regime democrático em Portugal, devendo orientar novos procedimentos e atitudes.



Porto de Aveiro

A análise do passado histórico de algumas das povoações marítimas do continente português mostra-nos como o movimento marítimo, comercial e piscatório esteve na origem remota do crescimento de um grande número dessas povoações (Moreira, 1987), que gradualmente se transformaram em entrepostos comerciais e em centros portuários e urbanos com dimensão e funções consideráveis. Aveiro não foi exceção uma vez que dominava uma “zona piscosa de superfície suficiente, e com boas condições de exploração” (Cunha, 1959, 52), dispondo de um ancoradouro natural, a foz do rio Vouga.

Devido aos condicionalismos naturais as mudanças do cais de atracamento, ditadas por razões operacionais decorrentes das alterações

registadas no litoral, da erosão marinha, da circulação e da sedimentação de depósitos carreados pelos cursos de água, alteraram em momentos distintos as condições que garantiram a animação do porto local e a sua dimensão comercial e piscatória. Como aponta Amorim (1996.II, 567), no passado outros fatores podem ser invocados relacionados com a ação dos turcos e piratas, que em vários momentos da história se apoderaram das embarcações dos moradores da Vila de Aveiro ou mesmo os ameaçaram no seu sítio e lugar.

Relata-nos esta autora os muitos condicionalismos naturais e financeiros ligados à luta da população de Aveiro para construção de um verdadeiro porto comercial, antes ainda da realização das grandes obras de engenharia hidráulica de grande vulto que têm garantido a operacionalidade do complexo portuário aveirense. Na atualidade as condições naturais e o aumento global de arqueação dos navios, juntamente como o incremento da circulação noturna e a complexificação das operações de carga e de descarga, têm vindo a impor novas regras deste movimento. Para além destas condições também as alterações registadas nos transportes por via do incremento do movimento aéreo e, sobretudo, da expansão dos fretes rodoviários, têm vindo a provocar mudanças profundas no tráfego marítimo que deteve, durante séculos, a primazia no transporte de passageiros e de mercadorias.

A ligação do porto à povoação de Aveiro é bastante antiga, estando inicialmente relacionada com o movimento de tráfego costeiro que antes ainda dos alvares da nacionalidade era estabelecido entre as localidades marítimas do continente e da sua ligação às regiões do interior através de complexas redes de circulação. No passado este tráfego dependia ainda mais das condições naturais da barra e do porto de Aveiro, objeto de sucessivas intervenções e da preocupação constante dos moradores locais. Entre vários relatos, uma descrição do Prior de São Miguel ao interrogatório que fez parte da “Memória Paroquial de Aveiro de 1758” (Amorim, Bol. Municipal de Aveiro, XII, 23/24, 21), assinala:

“A piedade do nosso augustissimo Monarca, deferia as supplicas que efficazmente se lhe fizerao para se abrir nova Barra; mas como esta obra necessita de tempo e despezas grandes continuava a vexação até na saúde”. Regista, ainda, “a Liberalidade de Joao de Souza Ribeiro da Sylveira acodio a esta aflição, pedindo ao mesmo senhor licença para abrir, à sua propria custa, hum rego, ou valla de área, que desse sahida as imensas aguas de que abundava o rio, e que cauzavao tantos malles”. Um vez que “S. Magestade Fidelissima lha concedeo; e executou com tão felice socesso o que permeta que depois de muito trabalho e despeza, em outo de dezembro do anno passado, não somente abrio o rego, mas permetio que ficasse huma prodigioza Barra”.

No que ao cais diz respeito (igualmente sujeito a obras frequentes de beneficiação), regista-se que Aveiro era à data da fundação da nacionalidade um porto de barra aberta (Fidalgo, 1994, 8). Ao tempo as condições de

navegabilidade no canal central da ria, embora exigindo limpeza constante, e a arqueação dos navios permitiam a vinda destes até junto da cidade, situação que veio a ser alterada com a construção do porto comercial e piscatório próximo da convergência dos canais Central e de São Roque. Este cais estendia-se inicialmente por cerca de um quilómetro entre as pirâmides da Cale da Vila (mandadas edificar em 1780) e a ponte da Praça (F. Neves, 1954, 320-321), tendo-se transferido para junto da barra em consequência das obras aí realizadas e do acréscimo do respetivo tráfego comercial causado pela maior procura de embarcações ao porto de Aveiro.

Das obras realizadas destaca-se o canal de entrada, aberto em 1808 no cordão litoral que bordeja lateralmente a ria e a construção de molhes oceânicos que individualizaram a boca de entrada: o molhe norte (com uma extensão, desde a antiga linha de praia, superior a 1150 metros); o molhe sul (com cerca de 700 m) e o molhe central, com uma extensão praticamente coincidente com a linha de praia. Entre eles abre-se o canal principal de navegação, com mais de 9 km de extensão entre a foz do rio Vouga e as imediações da cidade. Neste canal entroncam, do lado norte, o canal de Ovar (navegável na maior parte do seu traçado) e o canal do Espinheiro, na direção da Murtosa. Para sul, estendem-se o canal de Mira (navegável entre a foz do Vouga e a Vagueira) e o canal de Ílhavo, com pouco significado na navegação interior.

Devido à obstrução frequente da barra, o porto local foi ao longo de séculos variando o seu papel regional. Assim, no início do século XX, em 1909, a “Memória” dos portos francos apresentada no Congresso Nacional de Lisboa não faz referência a Aveiro, mas sim a Viana do Castelo, Figueira da Foz, Setubal e Faro. Por isso só com a publicação da chamada lei dos portos (Decreto-Lei nº 12.767 de 2 de dezembro de 1926) é que se abriram novas perspetivas à beneficiação do porto de Aveiro com o lançamento das obras no seu exterior (através da construção de dois molhes, resguardando o acesso à barra concluídos apenas em 1958), e no seu interior (através da construção do dique regulador das correntes, no canal de Mira e no canal de Ovar). O conjunto destas obras incluiu ainda a construção de novas infraestruturas portuárias relacionadas com o porto comercial e piscatório, obras executadas entre 1932 e 1936 junto ao canal da Pirâmides, próximo da cidade e beneficiando diretamente a povoação.

Para ligação à linha do Norte, o canal de São Roque foi servido por ramal férreo que permitia o escoamento de mercadorias de maior volume. A inauguração deste melhoramento concretiza-se em 1957 com a fixação do porto piscatório e da Lota, próximo da cidade, no canal das Pirâmides e a fixação do porto piscatório na margem esquerda do canal Central. Já o terminal industrial foi retirado do centro, para a Gafanha da Nazaré, onde fica localizado o terminal químico, em ligação com as indústrias da região.

Por sua vez o novo porto de pesca costeira (que inclui para além do arrasto costeiro, o cerco e a pesca artesanal), encontra-se na margem direita do

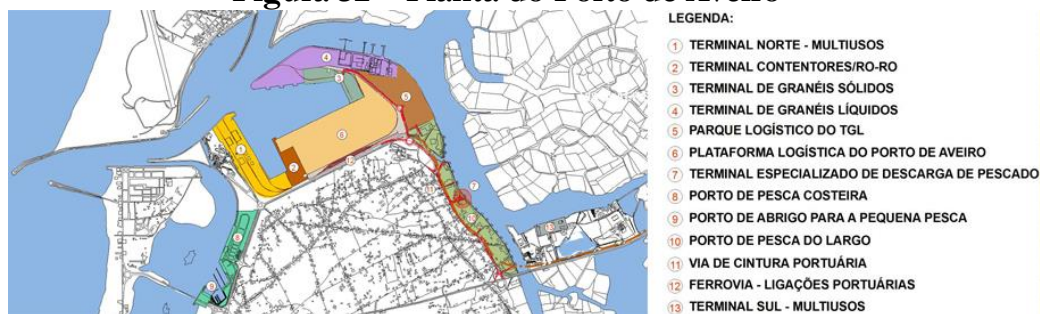
canal de Mira, enquanto o antigo porto, a lota (inaugurada em 1959), manteve-se ainda junto da cidade, próximo do Cais das Pirâmides. Aí foi desembarcado o pescado proveniente do arrasto costeiro (traineiras) e das embarcações fluviais da ria até à transferência do mesmo para as novas instalações do complexo portuário. Antes da edificação destas obras "eram as Pirâmides o local livremente escolhido pelos mestres das traineiras para venda de peixe" (Sampaio, 1966, 17) de tal forma que, como nota o mesmo autor, "às vezes eram tantas as embarcações que estas estendiam-se ao longo do cais do canal central até ao Rossio". Hoje em dia este troço do canal é ocupado por embarcações de recreio.

O arranjo interno do porto de Aveiro permite que nos anos sessenta se dê continuidade à construção de novas infraestruturas, fora já do limite urbano de Aveiro, datando de 1967 a inauguração do Cais Comercial (terminal sul). Outros melhoramentos deram continuidade às obras do complexo portuário, animado durante décadas pelas indústrias química de Estarreja e da pasta de papel de Cacia. Na atualidade o porto é constituído por vários terminais: o terminal comercial: norte e sul; o terminal industrial (ou petroquímico) e os dois terminais de pesca: um de pesca do largo e outro de pesca costeira, sediado este último próximo da entrada do canal da Pirâmides, junto à cidade de Aveiro. Para além destes terminais, está em marcha a construção de um porto de recreio - a marina da Barra - vocacionado quer para a navegação interior, quer para a atracação de embarcações de turismo de maior calado que circulem próximo da costa portuguesa.

A situação atual do porto de Aveiro¹⁷ fica assinalada pela expansão das suas infraestruturas portuárias e incremento das suas atividades portuárias, correspondendo aos investimentos realizados e às expectativas dos muitos agentes económicos nacionais e internacionais que recorrem aos serviços da Administração do Porto de Aveiro e às entidades externas que com ela partilham os seus serviços. Daí que se tenha vindo a registar, ao nível geral e dos terminais que integram esta infraestrutura portuária, desde o início da década de oitenta à atualidade, um acréscimo significativo do seu movimento comercial o que lhe confere um lugar de relevo entre os demais portos portugueses e da região centro-norte do país. Note-se que a sua posição junto dos eixos de circulação que atravessam o centro litoral do país, garante-lhe uma grande acessibilidade em relação aos transportes ferroviários (caso da linha do Norte) e uma ligação rápida às principais vias de penetração nacionais e europeias, em particular à vizinha Espanha. Daí que o hinterland desta infraestrutura portuária tenha vindo a aumentar, bem como a sua participação em diversos projetos europeus orientados para a sua expansão internacional. As obras beneficiação do porto têm sido repetidas em função das políticas do governo central para o setor portuário e a evolução do movimento portuário.

17 Ver: http://www.portodeaveiro.pt/apa_portal/start_apa (em 25JUL11).

Figura 32 – Planta do Porto de Aveiro



*In: Porto de Aveiro*¹⁸

Próximo da atualidade, o ano de 1974 assinala o arranque de um conjunto de estudos que permitiram o lançamento, em 1981, das obras de construção do novo complexo portuário de Aveiro. Nessa data para além dos estudos de viabilidade, os levantamentos encetados acentuaram a importância regional do porto de Aveiro e o seu papel no processo de desenvolvimento regional e nacional. Daí que se tenham iniciado os trabalhos referentes ao prolongamento do molhe norte e à construção de diques e de diversas obras de correção hidráulica.

Para além destas obras o porto de Aveiro foi igualmente beneficiado com a construção do porto comercial e de diversas instalações terrestres, administrativas e acessos, melhoramentos que têm sido completados com obras de dragagem e de terraplenos realizadas no seu interior. Estas condições permitiram não só retomar o movimento portuário comercial e piscatório, mas também favorecer algumas das atividades económicas, sobretudo a indústria sediada nesta área desde os finais do século XIX, após a construção da linha de caminho de ferro do Norte. Tais obras permitiram uma diversificação das mercadorias movimentadas, nomeadamente os produtos do complexo químico de Estarreja, celulose, madeira serrada e aglomerada, madeira exótica, ferroligas em contentores e a granel, carvão (a granel), cereais e outros produtos.

Espera-se que conjunto de atividades e de investimentos já concretizados e a realizar no Porto de Aveiro sejam alavancas para o surto de crescimento portuário e comercial com reflexos no fenómeno urbano regional. Além do mais, que permitam a esta infraestrutura portuária continuar a desempenhar um papel relevante na movimentação de mercadorias entre os portos mais movimentados do continente: Sines, Leixões, Lisboa e Setúbal. Para tanto salienta-se a construção do ramal ferroviário que liga o cais ao terminal multimodal de Cacia, o prolongamento do molhe norte e o aprofundamento do canal de navegação, obras que irão beneficiar o acesso ao cais comercial e as suas ligações ao vasto hinterland que a administração portuária de Aveiro deseja consolidar. Estas ações deverão ser completadas com outras iniciativas

¹⁸ Porto de Aveiro <http://ww2.portodeaveiro.pt/menu/index.php?x=143> 25JAN15

relacionadas com a captação de novos fluxos para o transporte marítimo a implementar com os órgãos de gestão portuária e outras instituições nacionais e internacionais. A constituição próxima da Associação, Comunidade Portuária de Aveiro, com sede em Ílhavo, da qual fazem parte diversas entidades oficiais, autarquias e associações empresariais, permite dar continuidade a empreendimentos que visem a promoção e o desenvolvimento deste porto.

O conjunto de outras iniciativas destinadas à valorização do porto de Aveiro obriga a um olhar transnacional e para a utilização plena desta infraestrutura tendo presente a extensão e o seu interesse estratégico do seu hinterland, bem como o desenvolvimento do cluster do mar, o qual pode constituir um dos vetores estratégicos do desenvolvimento da nossa economia no seio da U.E. e no âmbito das suas relações com outros países e complexos portuários. Contudo não deve desmerecer um olhar atento às questões geográficas ligadas à preservação do património natural, especialmente a ria, à sustentabilidade das populações nesta área e à mobilidade das rotas transoceânicas e de transporte a longa distância. Sobretudo no que diz respeito às obras de engenharia hidráulica na sua relação com o equilíbrio ecológico e natural da estrutura sedimentar e arranjo da própria laguna.



Qualidade de vida

A qualidade de vida é um tema essencial na cidadania dos portugueses, consagrada na Constituição da República Portuguesa, que no seu artº 65 - “Ambiente e Qualidade de Vida”, assume:

➤ “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. Para tanto, consigna este texto:

➤ “Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos” (...):

➤ Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas”.

Estes os princípios que nos servem de referência embora novos contributos possam encontrados em documentos diversos que abordam este assunto que se constitui como um dos temas fulcrais das preocupações dos municípios portugueses: a qualidade ambiental nas suas relações com a qualidade de vida dos seus edis. Tal facto tem a ver com as práticas da democracia participativa e com o envolvimento crescente de cidadãos e associações na defesa de valores e de padrões de vida relacionados com o

ambiente urbano, as acessibilidades e transportes, o urbanismo e habitação, a cultura e lazer, a saúde e segurança, o nível de rendimento e de vida ou outros aspetos da vida quotidiana e das expectativas da população residente num determinado território.

Diversas facetas podem ser analisadas quando se pretende definir a qualidade de vida de uma região ou de um centro urbano, sendo as mesmas traduzidas em indicadores gerais e específicos e em estudos de caso relativos a grupos individualizados ou a aspetos concretos da nossa vivência diária. E como noutras cidades do país, em Aveiro a qualidade de vida está dependente de diversos fatores, “alguns deles puramente naturais, outros criados pelo homem ao longo dos tempos” (Hall, 1977/78, 65) e é o reflexo da existência de um vasto património ambiental ameaçado pela carga humana e pressão de crescimento e desenvolvimento económico. Assim se justificam as preocupações relacionadas com a distribuição dos recursos naturais e humanos num quadro geográfico determinado, bem como a análise das condições locais e regionais associadas ao seu aproveitamento e repartição. Estas constituem um quadro privilegiado de análise no estudo das relações entre os fenómenos físicos, biológicos e humanos, à superfície terrestre e ao estudo das suas relações comuns.

Assim sendo o processo de desenvolvimento - ao qual surgem associados os conceitos de qualidade de vida e qualidade urbana - são processos sociais, evolutivos, em estreita ligação com as questões do território e pressupõem o “acesso aos bens e serviços básicos e às oportunidades em geral em situações de relativa igualdade” (Lopes, 1995, 273), sendo que “a criação e manutenção de tais condições de acesso exige intervenção sempre que as assimetrias tendam a alargar-se como frequentemente acontece (...)” (loc. cit.). Não se pode esquecer que a satisfação das necessidades básicas relacionadas com o nível de vida e de rendimento da população constituem a base material do conceito de qualidade de vida, à qual se associam outros aspetos imateriais ligados ao cidadão e às suas relações com o meio social e cultural onde reside.

Recorde-se também que o processo de mudança social que identifica as nossas sociedades alarga o âmbito das necessidades básicas individuais e coletivas fazendo com que muitas delas, uma vez satisfeitas, venham a alimentar uma sequência de outras aspirações que configuram a ação de diversos fatores e poderes. Daí que venham a caber na área de intervenção dos poderes económico e político, no âmbito de atuação do poder público, as iniciativas que garantam a acessibilidade a diferentes fontes de riqueza e recursos, a bens e serviços diferenciados e à satisfação da sua fruição.

Estas afirmações permitem-nos situar o processo conducente à melhoria das condições de vida da população e à mudança das estruturas da sociedade como aspetos fulcrais da vida em sociedade. No seu conjunto aquelas condições podem resultar de diferentes iniciativas locais e de ações concretas levadas a cabo pelo poder central, pelos municípios ou por cidadãos, traduzidas em investimentos diretos e indiretos, com o intuito de criar riqueza

e/ou melhorar a existência, a qualidade de vida e urbana dos habitantes da cidade e do seu redor. Esta perspectiva segue de perto o conceito de desenvolvimento sustentado proposto em 1987 por Gro Harlem Brundtland, já assinalado.

A busca de um maior equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a conservação do meio ambiente, bem como a erradicação da pobreza universal fortaleceram a construção de um novo conceito em torno do desenvolvimento sustentável o qual, tendo presente as necessidades do crescimento atual, torna necessário garantir que a satisfação dessas necessidades não venha a pôr em risco a liberdade das gerações futuras no que respeita à degradação ambiental e societal, nem em relação às suas opções de desenvolvimento.

Entre os autores que se debruçaram sobre este tema evocamos Perroux (1987, 30), que no seu enunciado teórico sobre o novo desenvolvimento remete-nos “para o homem, sujeito e agente, para as sociedades humanas, para a sua finalidade e para os seus objetivos manifestamente evolutivos” (loc. cit.), ou seja, para "desenvolvimento de cada homem e de todos os homens". Como defende este autor (op. cit., 34), este deve ser feito no quadro alargado das relações espaciais no qual se inscrevem os fenómenos sociais e no âmbito mais restrito da atividade humana, em estreita ligação com a sociedade.

No mesmo sentido pronunciou-se Lopes (1995, 18): “o desenvolvimento tem que ver com as pessoas e estas localizam-se, como se localizam quaisquer outros recursos, como se localizam as atividades”. Por isso acrescenta o mesmo autor (op. cit., 19), que o desenvolvimento impõe, igualmente, “condições de ordem qualitativa – de equilíbrio, de harmonia, de justiça social – (...) e exige ainda, numa perspetiva temporal, que a utilização dos recursos garanta permanência e estabilidade (...)”. Embora pertinentes estas considerações não escondem a discussão proposta por Perroux (op. cit. 13), acerca do significado, por vezes ambíguo, do próprio conceito de desenvolvimento e também do novo desenvolvimento, o qual tem subjacente um quadro teórico (op. cit., 31-32), obrigando a que este seja:

➤ Global, ou seja, que tenha uma “visão de conjunto das dimensões de um todo humano e a diversidade dos aspetos que deve ser assumida nas suas relações, para além das análises especiais”;

➤ Endógeno, abarcando “as forças e os recursos interiores de uma nação e a sua utilização e valorização coerentes”;

➤ Integrado, ou seja, “reunindo unidades ou fatores num mesmo conjunto”.

Daqui decorre que ao refletirmos sobre a natureza de certos indicadores económicos e sociais escolhidos para identificarem um determinado estágio de crescimento que acompanha o processo de desenvolvimento, nos interroguemos não só sobre a sua origem e significado mas, também, sobre os resultados gerais de produção, sobre a evolução das atividades económicas no seu conjunto e sobre os reflexos desta ação sobre as condições de vida e o

bem-estar de uma determinada população residente num espaço ou território devidamente identificado.

Neste sentido alerta-nos Hall (1977/78, 66) para a necessidade de uma utilização e “planeamento cuidadoso da utilização dos recursos do ambiente, tomando à partida como parâmetros importantes os que vêm a traduzir a qualidade de vida”. Qualidade, que passa pela consideração de aspetos vários relacionados com o ordenamento da vida na cidade e na escolha de diversos indicadores que devam traduzir uma mudança relacionada com a melhoria global dos indicadores macro-económicos - tais como o produto nacional bruto, o rendimento per capita, as taxas de emprego e de produtividade, a energia consumida, etc. - e em mudanças estruturais que melhorem as condições de vida da população no seu conjunto. Igualmente será de esperar que estas modificações se repercutam ao nível do funcionamento das instituições políticas, sociais e económicas, gerando as sinergias necessárias a qualquer processo de inovação e de "expansão da atividade dos homens em relação aos homens, pela troca de bens ou de serviços e pela troca de informação e de símbolos" (Perroux, 1987, 56).

Não esqueçamos que estas transformações constituem um processo complexo, gerador de alterações estruturais profundas e de modificações ao nível dos comportamentos e das mentalidades (Birou, 1978, 94), dos papéis sociais e das formas de desempenho, cujos resultados são extensivos a toda a sociedade. É desta forma que podemos encarar os fenómenos relativos ao crescimento e ao desempenho do sistema sócio-económico, particularmente os que têm a ver com as assimetrias espaciais, a mobilidade da população e os fenómenos de expressão urbana.

Como em tempo referiu Hall (1977/78, 66), “a superestrutura da cidade está fixa, presa ao chão, imóvel (...) o que vale a pena é a utilização que se faz dela, é imaginar aquelas ações, às vezes uns pequenos nada, que tornam a vida de todos os dias mais agradável, que fazem aumentar a identificação das pessoas com a sua terra, que as fazem sentir-se em casa mesmo enquanto percorrem as ruas”. Associando esta reflexão a um determinado território, temos de considerar que a vida dos seus habitantes anda a par da construção do complexo histórico-geográfico de natureza regional e local, em que a base de subsistência da agricultura foi acompanhada de diferentes inovações técnicas sugeridas pelo crescimento dos habitantes e pela sua adaptação ao meio. Este tem sido um processo contínuo que permitiu o crescimento das subsistências e das atividades relacionadas com a industrialização, a urbanização e a sua localização próxima da rede de centros de feição urbana que deveriam ter crescido para as pessoas e concebidos “à sua medida para dar satisfação às suas necessidades” (Hall, op. cit., 66).

Como em tempo assinalou Samuel (1984, 9), o alargamento e a vivência do nosso tempo social universal – como entidade distinta do tempo é influenciado “par les caractéristiques de la culture et de la société où ils sont conçus et perçus”. Donde a sua fruição depende das muitas representações

coletivas (Durkheim) construídas pelas sociedades contemporâneas, identificadas pela explosão da informação, pelo consumo e por interações sociais constantes que vieram alargar o tempo social de que dispomos.

Tomando como referência o espaço urbano como local de maior concentração humana e de atividades, sobretudo associadas aos serviços, transcrevemos de Quintão (Relatório do Plano Diretor Municipal) algumas considerações sobre a qualidade urbana que se transfere para a vida dos seus cidadãos: “A qualidade dos espaços urbanos tem uma importância e é sentida, cada vez mais, como uma necessidade dos seus utentes. Por este facto, ao modelo de expansão meramente desenvolvimentista tende a sobrepor-se outro, de transformação, em que se procura um espaço social que propicie a rentabilização económica e cultural do património existente e a convivência coletiva”.

Estas palavras remetem-nos para a necessidade de repensar a intervenção urbana como um processo complexo, que tem a ver com os aspetos físicos do tecido urbano e os fluidos intersticiais que o animam, constituído por pessoas e mercadorias, bem como pelas razões e causas que condicionam essa circulação. Entre elas citam-se as amenities, consideradas não só como fatores decisivos para o crescimento rural e urbano (Deller et alli, 2001), mas ainda como determinantes da qualidade de vida dos cidadãos. Aqui incluem-se as áreas de interesse público como parques e jardins e as áreas degradadas que contribuem negativamente para a vivência humana.

Não só património natural e construído merece uma referência associada às memórias coletivas que identificam as diferentes áreas urbanas. Deve igualmente merecer atenção a matriz cultural dominante nos diversos cantos da cidade para que as intervenções promotoras da qualidade urbana e da qualidade de vida dos habitantes possam garantir um maior entrosamento entre as diferentes partes de uma urbe, os seus arredores e o conjunto do território onde se articulam os seus múltiplos aspetos sociais, económicos e ambientais. Cada um destes tópicos inclui uma lista numerosa de domínios, e estes de indicadores, que permitem conhecer a Qualidade de vida dos habitantes de uma cidade¹⁹.

Relativamente à cidade de Aveiro, refere-se o estudo de Conde (2007) às políticas urbanas e à sustentabilidade das cidades, onde se toma como exemplo esta cidade, de média dimensão e com “evidentes potencialidades de desempenhar funções que se destaquem no contexto regional e nacional” (op. cit., 4). Diz a autora (loc. cit.) merecer, por isso, que as políticas públicas e municipais tenham em consideração três princípios fundamentais: o princípio da equidade entre gerações, o da justiça social e o da responsabilidade transfronteiriça (op. cit., 8). Neste sentido aponta um conjunto de indicadores seguidos pela U.E. sobre a sustentabilidade urbana. Pela sua relação com a

19 Ver: <http://www.urbanaudit.org/>, em 4SET13

qualidade de vida, registam-se os seguintes (op. cit., 31): igualdade e inclusão social, governação local, relação local/global, economia local, proteção do ambiente e património cultural/qualidade do ambiente construído. Não esquecer que a extensão demográfica destes indicadores passa pela existência de um conjunto de infraestruturas básicas e ambientais que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Não sendo necessária a sua discriminação, refere-se uma recomendação do Plano Director Municipal que apesar do tempo passado, não deve desmerecer a nossa atenção como promotor da qualidade de vida urbana: “propõe-se um sistema urbano sustentado (...) baseado na valorização das linhas de água existentes e a prolongar, que serão recuperadas em termos ambientais – Verde Público Estruturante. Estes “canais verdes, possibilitarão a intensificação dos usos nas suas margens nomeadamente com a construção de equipamentos públicos de lazer”, desde que ancorados em manchas ecológicas, hídricas ou vegetais, de maior dimensão urbana. O projeto de desenvolvimento promotor da qualidade de vida do cidadão aveirense deve adaptar-se à configuração do tecido da cidade e do seu território limítrofe, sendo que das diferentes intervenções autárquicas - se devidamente norteadas pelo sentido do bem comum, da valorização patrimonial e do interesse coletivo na preservação do ambiente urbano que nos cerca e que estamos a construir – devem resultar melhorias significativas para a população que escolheu este município para sede permanente da sua residência e atividades quotidianas.

Importa ter presente que a gestão do território integra em si diversas componentes relacionadas com as condições ambientais e a sua gestão, os equipamentos de fruição colectiva, as condições económicas e a sua evolução, as dinâmicas sociais que contemplam a gestão social e cultural, o conhecimento da sociedade e do seu meio, as mudanças que nela ocorrem, o aproveitamento dos recursos, nomeadamente dos recursos humanos e patrimoniais. Estes são os principais pilares capazes de integrar um sistema permanente de informação sobre a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento duradouro que atenda à matriz geográfica e cultural da cidade salgada, do seu meio ambiente e do homem que aqui reside.

Pelo seu interesse transcrevemos da página oficial da CIRA²⁰ os aspetos relevantes de intervenção do Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro, cujos objetivos são os de “apoiar o desenvolvimento sustentável do setor da pesca e a melhoria da qualidade de vida das zonas mais dependentes da pesca, abrangendo as comunidades piscatórias” de freguesias dos municípios de Ovar, Murtosa, Aveiro, Ílhavo e Vagos. Os referidos objetivos assentam numa “visão estratégica que se estrutura em quatro princípios de referência:

20 <http://www.regiaodeaveiro.pt/>

- Cooperação institucional potenciando as capacidades existentes na região pela criação de sinergias, integrando a intervenção dos agentes públicos e privados;
 - Sustentabilidade social, económica e ambiental da fileira da pesca e melhorar a sua articulação com outros setores de atividade;
 - Valorização e promoção do património natural e arquitetónico;
 - Contribuição para o reforço da competitividade da região.”
- Um exemplo a registar direcionado a um grupo específico da população mas cujos efeitos, por arrastamento, são extensivos à sua vizinhança.



Redes e Acessibilidades

A importância de uma rede de acessos fáceis ao porto e à praça de Aveiro, que não só os ligados às vias fluviais do Vouga, aos canais da ria e às ligações marítimas com os portos do norte do país, da Galiza, de Biscaia e de outros lugares mais distantes da Europa e do Mediterrâneo, foram determinantes para o crescimento desta povoação e das suas atividades. Para além destas, uma rede de caminhos e de vias de circulação terrestres facilitaram a vida dos almocreves e animaram a vida da povoação nas suas relações com as cidades, as vilas e os mercados do interior. No entanto dada a sua localização costeira, o burgo de Aveiro manteve-se afastado do principal eixo de circulação viária que passava por Coimbra e ligava a capital do reino à cidade do Porto.

Com a construção das vias rodoviárias e ferroviárias, que antecederam as infraestruturas atuais e o desenvolvimento do complexo portuário, Aveiro ficou dotado de uma teia de vias de circulação, o que lhe permitiu um aumento das transações comerciais e da mobilidade humana favorável à intensificação da atração populacional e ao fenómeno de urbanização, tal como se tem vindo a registar nas últimas décadas. Este fenómeno tem vindo a acompanhar a expansão do fenómeno urbano em Portugal, por razões de desenvolvimento económico e das mudanças sociais e tem sido objeto de diversos estudos centrados no espaço e nas formas de crescimento das cidades, na sua estrutura e nas funções desempenhadas por estas novas formas de povoamento, que se têm afirmado como uma consequência do fenómeno de industrialização e do aumento das relações entre os habitantes de um determinado território.

Confrontados com o alargamento crescente do centro urbano de Aveiro, das funções que desempenha e das relações que animam o seu espaço envolvente, importa evocar o contributo dos fatores naturais, humanos, sociais e culturais que têm condicionado a vida deste aglomerado e a sua evolução recente. Em causa está não tanto o estudo da paisagem urbana ou das funções que lhe dão vida, mas sim analisar e compreender os aspetos mais

relevantes que têm marcado este facto artificial que é a cidade, "resultado de ações humanas conscientes e voluntárias" (Oliveira, 1973, 7). Com efeito, a consulta dos mais diversos documentos relativos à história de Aveiro acentua a importância dos fatores naturais que se prendem com as atividades humanas, marítimas e portuárias, determinantes do seu crescimento mas sempre dependentes dos condicionalismos impostos pelo rio Vouga e pelo estado da sua barra. Por esta razão difícil se torna encarar esta cidade do ponto de vista geográfico sem atender à natureza e extensão da laguna que a cerca, bem como à centralidade deste aglomerado relativamente às principais vias de comunicação e aos centros urbanos que a rodeiam.

Estas razões levam-nos a lembrar a importância de determinados factos sociais que se manifestaram ao longo da vida desta povoação e à sua relação com outros fatores, principalmente os de ordem natural que têm determinado a sua evolução. Tal facto obriga-nos a atender aos aspetos relacionados com o crescimento da população e das suas ocupações e, por outro lado, aos fatores geográficos e locativos que têm marcado a marcha das suas atividades. Num passado remoto estiveram ligados essencialmente à afirmação do burgo primitivo e ao longo das épocas mais próximas, aos que ditaram os seus ritmos de crescimento. Destes fatores a criação das redes de comunicação ferroviária e rodoviária foram determinantes para a industrialização local, para a afirmação do "hinterland" portuário e para reforçar a centralidade de Aveiro face aos demais centros urbanos do litoral português.

Como observa Amaral (1968, 14), o estudo das características espaciais do fenómeno urbano e das suas relações externas deve ser considerado, tal "como todos os fenómenos humanos, como uma entidade orgânica que evoluciona sob a ação de uma multiplicidade de ações individuais e coletivas". Destas ações destacam-se as que se relacionam com a mobilidade humana e às suas deslocações entre mercados, ao transporte de mercadorias e a outras formas de circulação geradoras de fluxos de maior volume e dimensão populacional.

Pensando no caso de Aveiro já referimos como a evolução do estado da barra do Vouga foi uma marca relevante no processo da evolução da cidade e no reacender das suas atividades económicas. Através do Vouga estabelecia-se a ligação a Pessegueiro do Vouga e à zona serrana do interior e com a circulação nos rios Águeda e Cértima e na pateira de Fermentelos, estavam asseguradas as ligações com o território de Águeda e de Anadia e o escoamento dos vinhos da Bairrada. Por sua vez através dos canais da laguna assegurava-se o trânsito de homens e de mercadorias, entre Ovar e Mira, numa extensão de mais de quatro dezenas de km. No entanto a vida económica de Aveiro e da sua região relacionava-se com a abertura para o mar, fazendo daí depender o comércio com o exterior e a vida de relação com os portos vizinhos.

A Vila de Aveiro não estava isolada pois a ela acorriam mareantes e comerciantes de diversas nacionalidades, sendo que dispunha já de correio

com as principais cidades do Reino quando, em 1758, o Prior de São Miguel respondeu ao interrogatório de S. Magestade Fidelíssima, dando-lhe conta que (Amorim, Boletim Municipal de Aveiro. XII, 23/24, 20), “há nesta villa Correyo duas vezes na Semana o de Lisboa e Coimbra parte no Domingo ao meio dia, e chega na Sexta feira pela manhan. O do Porto parte na Quinta feira de madrugada, e chega na Segunda feira de tarde”. Por outro lado a proximidade da laguna – que “atraiu e marcou profundamente a vida das populações ribeirinhas durante séculos, aproximando localidades, marcando o ritmo e a natureza das técnicas e das trocas” (Rodrigues, 2010, 37) – levou a que a cidade de Aveiro tenha partilhado com estas localidades a sua riqueza e autonomia. Refere ainda o mesmo autor (Rodrigues, 1998, 14), “só a utilização do caminho de ferro, a partir de 1864, quebraria essa dependência secular da ria e do mar, permitindo, assim, explicar o relativo desinteresse pela barra, na segunda metade do século XIX, e o conseqüente arrastamento das obras até aos anos 20 do nosso século”.

A construção de novas infraestruturas rodo-ferroviárias, melhorando as acessibilidades locais, resulta de uma ação deliberada das “elites políticas e económicas aveirenses de meados de Oitocentos” (Rodrigues, 2010, 47), que “souberam potenciar as ligações ao poder central” e cujos efeitos foram bem sucedidos, aliados a outras iniciativas. À construção da linha de caminho de ferro seguem-se as ligações rodoviárias às povoações de Albergaria-a-Velha (1854) e da Barra (1861) e os trabalhos de ligação à estrada real de Coimbra, ao Porto (Rodrigues, 1998, 20). Esta rede segue as vias pedestres já existentes, como a ligação à Estrada Mourisca e beneficia quer o concelho de Aveiro, quer o concelho vizinho de Eixo, melhorando a atividade comercial aqui implantada. Esta rede fica completa nos anos sessenta de Oitocentos com as ligações: Aveiro-Águeda (1862), Aveiro-Oliveirinha (1863), Aveiro-Mogofores (1864) e Aveiro-Ílhavo (1867).

Recorde-se que os produtos transacionados - sal e peixe, vinho e breu, ovos e queijo, frutos e produtos da fábrica da Vista Alegre (porcelanas, vidros e cristais) -, anteriormente à inauguração da linha férrea do norte percorriam parte do seu trajeto, entre Ílhavo e Ovar, em barcos através dos canais da laguna. Esta a solução facilitada por barcos e recoveiros que faziam o transporte de diversos produtos a partir do Porto nestas embarcações, que apesar dos baixios dos canais e dos perigos associados às condições desta toalha de água, continuavam a circular na ria de Aveiro.

Importa assinalar que a melhoria das vias de acesso a Aveiro e à sua área urbana, tanto as rodoviárias como as ferroviárias, foram determinantes para a fixação de diferentes unidades industriais no território e para a sua distribuição no espaço (Caetano, 1986, 311). Aponta esta autora (loc. cit.), recordando a “teoria da minimização dos custos de produção” de Weber (1909), que “a escolha da localização rege-se (...) na prática, pela determinação do lugar onde se atinge o custo mínimo de produção” em relação às fontes de energia, aos custos de transporte, à obtenção de matérias-primas, ao mercado e à mão de

obra em termos de disponibilidade de formação, de custos e de clima social, político e sindical. Outros condicionalismos foram determinados pela facilidade de escoamento através dos afluentes do Vouga, fator relevante que se associou às vias de acesso anteriormente assinaladas.

A construção destas acessibilidades permitem uma nova fase do crescimento urbano de Aveiro, iniciado com as obras de abertura e de melhoria da barra, a construção da linha férrea do Norte e a construção das unidades industriais no fim do século XIX, facto que tem vindo a expressar o peso de muitos outros fatores que se tornaram relevantes ao longo da última centúria. Apontamos, em primeiro lugar, a consolidação das obras de beneficiação portuárias que permitiram o reacender do comércio marítimo, a animação da pesca longínqua e de longo curso, o incremento da construção naval e a implantação de um conjunto de indústrias químicas, de papel, mecânicas, metalomecânicas e outras, que acabaram por se instalar próximo do perímetro urbano de Aveiro.

Embora algumas destas atividades tenham definhado ou mesmo perecido, estes empreendimentos assinalam as diversas etapas registadas no processo de desenvolvimento de Aveiro. Para tanto concorreram não só capitais locais ou gerados pela emigração, mas igualmente capitais estrangeiros que foram aplicados na agricultura, na pesca e na exploração marinha, na indústria transformadora e na construção civil, bem como nos serviços relacionados com o comércio, o trânsito de mercadorias, o porto e os serviços alfandegários.

Também as obras portuárias de beneficiação levadas a cabo durante Novecentos e continuadas no presente, a construção do antigo itinerário principal (IP5) e da rede de autoestradas que na atualidade servem este centro aproximando-o do interior da Península Ibérica e do resto do país, vieram reforçar a centralidade da cidade e favoreceram o incremento de outras atividades lúdicas relacionadas com o turismo, os desportos náuticos e a navegação de recreio. No seu conjunto estas obras, ao facilitarem as acessibilidades físicas a este território, trazem consigo investimentos e novas apetências para a utilização do solo, agravando a tendência para a desordem na ocupação do território.

As condições descritas obrigam a um olhar comum para as questões relacionadas com a mobilidade na área do Município de Aveiro e nos municípios vizinhos que com ele compartilham dos mesmos projetos no âmbito da C.I.R.A., de forma a potenciar os investimentos, as iniciativas e as ações comuns que venham a reforçar o sistema urbano da Região de Aveiro e conferir a esta cidade a centralidade necessária que lhe garanta desempenhar um papel relevante como nó-central de uma rede mais alargada de centros urbanos onde se incluem os municípios aderentes à sua Região. O traçado da rede de acessos a Aveiro mostra a sua densidade e diversidade no que se pode constituir como uma teia complexa, marcada por uma intensa vida de relação nesta zona do arco lagunar, centrado em Aveiro e no seu território. É a esta

teia que importa atender melhorando as acessibilidades aos municípios vizinhos, a complementaridade de serviços e equipamentos de serviço público, a abertura a novas iniciativas e também a qualidade de vida e acessibilidades de natureza económica e cultural à população residente.

Como se tem registado em muitos locais e municípios, do conjunto de ações tomadas pelo poder local e da sua articulação com o poder central e com outras entidades, podem resultar sinergias muito válidas que potenciem ainda mais a rede de acessibilidades que servem Aveiro e a sua Região, aproximando-a dos outros centros e mercados do país e além-fronteiras. Esta é uma das condições de valorização da cidade e da sua Região, que beneficiando da entrada conferida pelos equipamentos portuários, pela experiência industrial das suas empresas, pelo conhecimento de alguns dos seus grupos profissionais e pelas acessibilidades físicas, económicas e culturais podem potenciar, em conjunto, as redes e as facilidades de circulação já existentes, nomeadamente as que conduzem ao centro da Europa.

A convergência dos eixos de circulação rodoviária é permitida pelas seguintes vias: AE do Norte (A1); AE das Beiras Litoral e Alta (A25); AE do Litoral Centro (A17); AE da Costa de Prata (A29) e IC2. Este traçado junto ao eixo ferroviário da Linha do Norte constitui mais uma das condições favoráveis a uma rápida circulação de pessoas, de mercadorias ou mesmo de capitais no reforço da centralidade geográfica de Aveiro e dos Municípios da CIRA.



Rede escolar

Tendo presente as condições geográficas locais relacionadas com a planura do território e o seu povoamento, consideramos oportuna uma referência à rede escolar, que consigna na distribuição dos estabelecimentos de ensino, na frequência da sua população, no desempenho dos seus docentes, na qualidade do ensino, nas aprendizagens dos alunos e nas relações da Escola com a comunidade, as bases para uma sociedade que garanta a construção de um novo espaço social marcado pelo caráter escolarizado, aprendente e empreendedor dos seus habitantes.

Recorde-se que a aprendizagem das noções básicas relativas ao mundo que nos rodeia, tradições, normas, valores e práticas sociais que permitem a vida em comum, constitui um processo lento cujo início tem lugar nos primeiros anos da nossa vida e no seio da constelação familiar. Como processo dinâmico não se circunscreve apenas a este meio, mas vai-se consolidando através da frequência dos estabelecimentos de ensino, da educação da infância ao ensino superior. Trata-se de um processo iniciado com a socialização em família e que vai contribuir para a formação da

personalidade na qual interferem as influências carreadas da instituição familiar, das instituições sociais, educativas e dos diferentes grupos culturais. Trata-se de um processo que se vai desenvolvendo ao longo de estádios sucessivos do crescimento humano, por ação de múltiplos fatores e agentes que garantem a aprendizagem de conteúdos, papéis e de atitudes comportamentais facilitadoras da integração do indivíduo no meio sócio-cultural em que vive. Daí a relevância de uma cobertura vasta e diversificada da rede escolar, que permita o acesso universal das crianças a estes estabelecimentos e a oferta de condições materiais e culturais que facilitem a progressão para as aprendizagens futuras e a consolidação da democratização do ensino.

Os dados relativos a alguns indicadores escolares no Município de Aveiro, do ensino pré-escolar ao ensino superior, tal como são divulgados no censo de 2011 expressam essa situação, deixando à decisão política a sua alteração futura. De igual modo os dados de frequência escolar na rede pública do município de Aveiro, no ano letivo de 2010/2011, registam o total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino inseridos na rede de Educação de Infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Cursos Profissionais e outras modalidades de ensino não superior. Esse montante ascendia a 11,6 milhares, dos quais 60,4% frequentavam o Ensino Básico e 19,4% o Ensino Secundário. Outras modalidades, tais como o Ensino Profissional, representavam mais de 10% dos alunos inscritos e à Educação Pré-Escolar cabia apenas 5,5%. A estes valores há que juntar os dados relativos à educação pré-escolar, salvo a que faz parte da rede de instituições privadas de segurança social, não incluídos nesta relação.

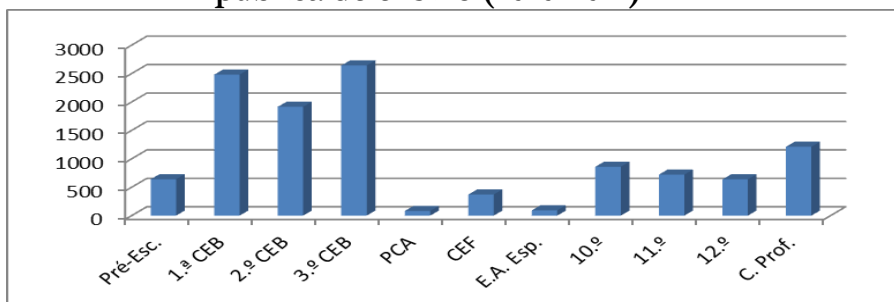
Algumas razões justificam a atual procura escolar. No domínio da educação pré-escolar, essa procura acompanhou a emancipação progressiva da mulher e a sua inserção no mercado de trabalho, tornando-se inevitável à medida que as novas oportunidades de emprego e a alteração dos padrões de família tradicionais cederam aos impactos da industrialização-urbanização e da terciarização da nossa sociedade. Se encararmos, por outro lado, o ensino básico, a sua evolução a partir da década de setenta faz transparecer duas situações distintas: a ação dos fatores demográficos, com a natalidade em franca recessão e, por outro, os reflexos da política educativa que promovendo o alargamento da esperança de vida escolar levou, depois da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), ao alargamento da escolaridade obrigatória inicialmente para nove anos e na atualidade para doze anos, conduzindo a uma maior frequência de alunos.

Independentemente das vias em que se desenvolve, o ensino secundário com a progressão de alunos neste ciclo, terminal para uns e intermédio para a população escolar que entra no ensino superior, tem vindo realçar o efeito de onda causado pela maior permanência dos alunos no sistema e da sua transição para o ciclo seguinte. Quanto ao ensino superior, a abertura deste subsistema segue os princípios da Revolução de Abril relacionados com a

democratização do ensino e da sociedade portuguesa. Recorde-se que a frequência universitária foi desde sempre responsável pela formação das classes dirigentes e desde então encarada como um fator determinante da democratização da própria sociedade. Daí a abertura deste subsistema de que se realça, num passado próximo, o lançamento de novas iniciativas orientadas para a população maior de 23 anos e para a população em geral, através de programas que valorizam as competências dos adultos.

Tem a rede atual uma distribuição desenhada ao longo do tempo, com uma história que acompanha a evolução do sistema de ensino português marcado, nas últimas décadas, pela maior participação do poder local. Apresenta esta rede diversos nós constituídos por estabelecimentos que obedecem a tipologias diferenciadas. Devem-se a iniciativas de natureza pública, particular e cooperativa, sendo frequentados por uma população distinta nas suas origens geográficas, sociais e culturais. Esta rede tem sido beneficiada por melhorias nas suas instalações e na sua reorganização territorial, acompanhando as fases de evolução da cidade, do seu município e da sua região.

Figura 33 - Município de Aveiro: frequência de alunos na rede pública de ensino (2010-2011)



Na base desta ação tem havido projetos locais e nacionais resultantes de uma interação entre os diversos níveis de decisão nacional, regional e local, que levaram ao aproveitamento e à (re)construção de novos equipamentos. Uma ação que tem permitido uma (re)configuração da rede escolar, entendida como um processo dinâmico, como “expressão de uma política educativa projetada num determinado horizonte temporal, continuamente reavaliada e atualizada, no quadro de uma prática de planeamento educativo, desenvolvida de uma forma sistemática e continuada aos diversos níveis da Administração” (GEP,1990,13). Assim se entendia no início deste processo.

A imagem da rede escolar atual configura o traçado de um mapa educativo complexo, o qual tende a realçar estabelecimentos com diversas tipologias e natureza, cada um deles com atividades escolares e educativas, diferenciadas e incluídas em programas de formação básica, secundária, profissional e terciária, diferenciados. Estes são alguns dos traços contemplados na carta escolar, entendida como uma forma de planeamento a

nível local ou seja como um processo dinâmico elaborado a partir do diagnóstico da situação a nível autárquico e que deve atender às necessidades recentes e futuras em matéria de educação.

Como referimos noutra local (Arroteia, 1996), como instrumento auxiliar do planeamento e tendo em conta a quantidade de elementos que reúne, o traçado desta carta revela-se do maior interesse uma vez que permite racionalizar a utilização dos recursos; facilitar uma maior igualdade de oportunidades em matéria de educação; facilitar a concretização de reformas do sistema educativo. As funções da carta escolar possibilitam ainda um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e facilitam a análise das diferenças do desenvolvimento da educação entre as unidades territoriais, ou eventualmente entre os grupos sociais, promovendo uma evolução democrática e inclusiva do sistema educativo.

A utilização da carta escolar como instrumento fundamental do processo de planeamento é ainda relevante porque permite uma participação acrescida da população, deixando de ser uma construção puramente teórica ou distante dos cidadãos. Deve por isso atender às características dominantes da distribuição dos habitantes, às áreas de recrutamento dos alunos, a critérios de acessibilidade, a diversas tipologias dos equipamentos educativos e aos limiares da população que condicionam a configuração genérica da rede e a gestão dos seus recursos. Por isso a elaboração da carta escolar, compreende etapas distintas, a saber:

- Diagnóstico da oferta atual e identificação dos desequilíbrios existentes;
- Projeção das necessidades de escolarização, a nível do ensino obrigatório e pós-obrigatório;
- Preparação das propostas relacionadas com as políticas locais de educação;
- Avaliação continuada do seu traçado e desempenho.

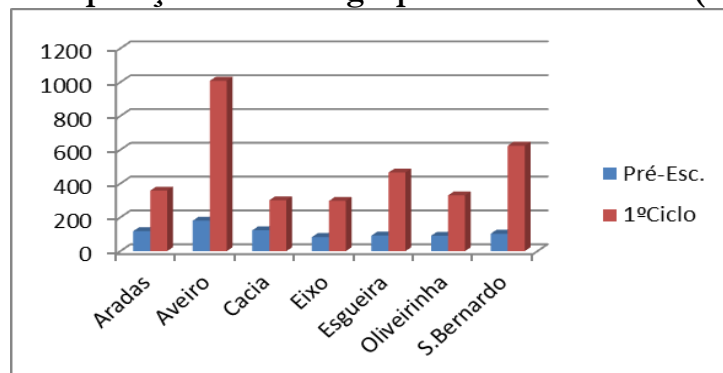
Diversos são os fatores a ter em consideração. Salientamos os de ordem demográfica os quais devem atender aos movimentos e estrutura da população bem como os fatores de ordem geográfica relacionados com a acessibilidade física, sócio económica e cultural da população escolar. Igualmente relevantes são os custos financeiros, as assimetrias locais de escolarização, as disparidades entre os grupos sociais e a participação da população. Também devem ser consideradas como prioritárias as preocupações de natureza pedagógica com os horários, o desenvolvimento de atividades extracurriculares, a formação docente, etc., aspetos relevantes neste processo complexo relacionado com a carta escolar e a democratização do ensino.

Note-se que o desenvolvimento de um sistema de ensino democrático, no qual todos os alunos tenham igualdade no acesso e sucesso educacional, exige uma verdadeira articulação entre os diversos subsistemas e redes de ensino, para além de carecer de uma interação entre os diferentes níveis de

administração do subsistema educativo, o poder autárquico e os demais subsistemas sociais.

Tendo em conta a situação do município de Aveiro nota-se que os dados relativos à distribuição da população escolar por agrupamento de escolas, sugerem as variações da própria população e dos seus comportamentos demográficos, nomeadamente no que respeita à redução do total de nascimentos. É o que se pode verificar em relação ao ano de 2009/2010, quando essa maior frequência de alunos era registada no 1º CEB em escolas da cidade e da sua coroa urbana. Nos demais agrupamentos de escolas esta população escolar mostra o fraco rejuvenescimento na base da população aveirense, sugerindo por isso um acompanhamento dos investimentos futuros relacionados com a carta educativa do município e com as suas propostas de execução.

Figura 34 - População escolar: agrupamento de escolas (2009/2010)



Os dados relativos à distribuição da população escolar no Município fazem transparecer as alterações demográficas e os efeitos da mobilidade geográfica e social da população residente. Nestes casos a redução da natalidade comum à população portuguesa, repercutiu-se de igual forma nas escolas que fazem parte da rede escolar do Município de Aveiro, inseridas em sete Agrupamentos de Escolas: Aradas, Eixo, Oliveirinha, Cacia, Esgueira, Aveiro e São Bernardo, constituídos ao abrigo da legislação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas (Lei nº 75/2008, de 22 de abril). Este Regime veio a definir estas unidades organizacionais, dotadas de “órgãos próprios de administração e gestão” (artº 6), “constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de um ou mais níveis e ciclos de ensino”.

Razões de natureza pedagógica, gestão curricular, funcionalidade orgânica e administrativa e contiguidade territorial, estiveram na origem do modelo seguido, o qual tende a favorecer o aumento da esperança de vida escolar dos alunos e através dela o acréscimo dos níveis de escolarização, melhoria das aprendizagens escolares e registo da mobilidade social desta população. Estes os aspetos que foram tidos em conta na constituição dos referidos Agrupamentos e que têm acompanhado o desenho das políticas locais de

educação, que sendo coordenadas pelo Município, exigem a participação das escolas, dos pais e de outros membros da comunidade que integram um dos órgãos de coordenação municipal: o Conselho Municipal de Educação de Aveiro (C.M.E.A.).

Conforme se lê no seu regulamento (artº 1), o C.M.E.A. “é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões e eficiência e eficácia do mesmo.” O referido regulamento aponta-lhe, ainda, os objetivos seguintes:

- “a) Contribuir para a definição de um Projeto Educativo do Concelho, potenciando uma efetiva interação escola/meio;
- b) Contribuir para o reforço de uma identidade cultural própria, contudo integrada no todo nacional, através da consciencialização da existência de um património cultural comum;
- c) Contribuir para a correção progressiva de desigualdades e assimetrias;
- d) Contribuir para desenvolver um espírito participativo em todas as camadas da população, no âmbito da educação e ação social escolar.”

A composição alargada deste órgão, presidido pelo Presidente da C.M.A. e com representação de autarcas, do Ministério da Educação e de estruturas existentes no município, dão o seu valioso contributo.



Requeixo



Heráldica da Freguesia de Requeixo

As referências a Requeixo (Requexo) e ao seu termo são bastante antigas, como comprova a sua inclusão na Inquirição de D. Afonso II (em 1220), juntamente com outras localidades próximas de Aveiro: Eixo, Arada, Sá e Verdemilho (Madahil, 1959.I, 56). A povoação de Requeixo de Riba Vouga foi concelho autónomo, o qual terá sido incorporado no território de Eixo entre a

data do Foral de 1516, concedido por D. Manuel e o Numeramento de 1527 (Ferreira, 2005, 112). Observa este autor (op. cit., 111) que este concelho teria sido criado antes da concessão deste foral, tendo nessa oportunidade o Rei aproveitado “para os fundir num só, dando Eixo como cabeça e sede”. A unificação destes concelhos, concretizado no início de Oitocentos, permitiu a aproximação dos limites das novas unidades administrativas às divisões paroquiais, acabando por alargar os limites desta freguesia e os do concelho de Eixo.

Descreve Leal (1873. VIII, 146) dispor esta freguesia, situada na margem esquerda do rio Águeda, próximo da confluência com o Cértima, de terreno “muito fértil em todos os géneros agrícolas do nosso clima”, não fosse banhada por esses rios e pela ribeira do Pano. No seu território desenvolve-se o marnel ou pateira de Requeixo (contígua à pateira de Fermentelos), vasta superfície húmida com fauna e flora característica. Observa P. Leal (1873. VIII, 146), “todavia já foi mais povoada (...) provavelmente pela sua pouca salubridade”. Apesar disso, prossegue o autor (loc. cit.), “uma parte do pântano, produz arroz, o resto apenas produz uma infinidade de plantas aquáticas, que o povo aproveita para adubo das terras”.

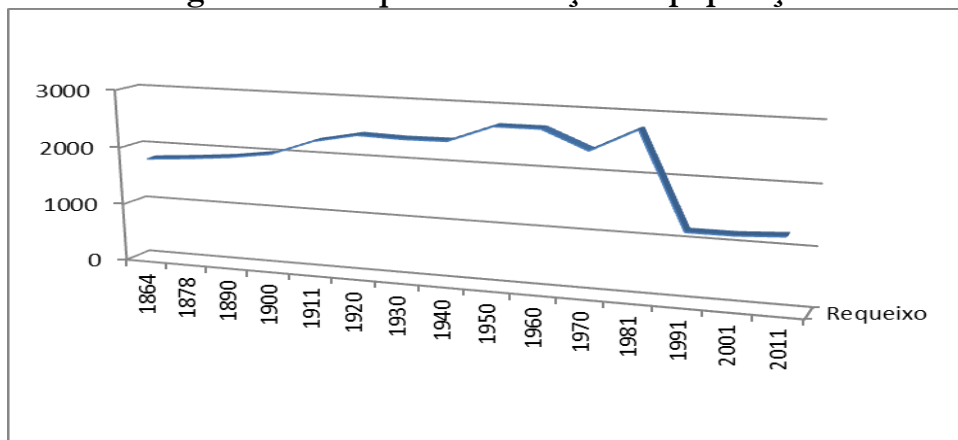
Por sua vez refere Bastos (2006, 122) a ocorrência de arroteias em Requeixo, em 1282, ao tempo de D. Dinis. Nota ainda esta autora (op. cit., 128) que assim poderá ter acontecido não só por se tratar de terras recentes “resultantes do progressivo assoreamento de zonas de aluvião”, como também da “pressão demográfica local a isso impelir”. Contudo, de acordo com Neves (1968, 8), quando da realização do Numeramento do Reino de 1527 este lugar tinha apenas 24 vizinhos, o que pode equivaler a cerca de uma centena de habitantes. Quanto à posse destas terras, diz Miranda (1866, 109), que a aldeia de Requeixo, juntamente com as aldeias de Paos e Ois da Ribeira, era pertença dos “bens da Real corôa, e que, como taes foram doados ao conde Barcelos” no início do século XV - ainda no tempo de D. Dinis ou de seu filho – sendo que “o mesmo conde tinha da coroa a villa d’Eixo” (loc. cit.). Foi por isso da apresentação da Casa de Bragança.

A fundamentação histórico-jurídica do extinto almoxarifado de Eixo, onde se inclui a terra de Requeixo, contra a Casa de Bragança, elaborada por este autor, regista diversas questões relacionadas com a sua posse desde a morte da Infanta Joana, em Aveiro e da sua apropriação pela casa dos Senhores de Requeixo (op. cit., 143) ou seja, pela família dos Sousas Diabos (op. cit., 142). Pelo seu teor histórico omitimos essas referências quanto à sucessão dessa posse e forais, mas notamos a riqueza agrícola dos solos da terra e que estaria na base de tal discórdia.

Pertenceu esta paróquia e freguesia ao antigo convento do Eixo, tornando-se em 1875 “sede do juízo ordinário, composto das freguezias de Eixo, Eirol, Oliveirinha, Palhaça, Nariz e Requeixo” (Leal, 1873.VIII, 147), tendo transitado para o de Aveiro quando da extinção daquele concelho. Do território desta freguesia foram também desmembradas as freguesias de

Fermentelos, em 1738 – após a necessária permissão do Bispo de Coimbra - e a freguesia de Nariz, em 1819. Mais recentemente foi ainda com parte do território desta freguesia que em 1984 foi constituída a freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Figura 35 – Requeixo: evolução da população



Estas desanexações comprovam a vasta extensão territorial deste núcleo de povoamento, conjuntamente com o território vizinho de Eixo e o valor da atividade agrícola aí praticada durante séculos. Realçam ainda tratar-se de um povoação com uma herança rural muito antiga, com solos férteis para a cultura do milho e mesmo de algumas árvores como a oliveira, que deram lugar a azenhas e lagares evocados na toponímia local. As atividades rurais estão assim relacionadas com a sedimentação progressiva do baixo Vouga e o alargamento das áreas de paul do rio Cértima, facto que terá levado ao aumento das seções e levado a população residente nas terras mais baixas a fixarem-se no alto de Santo Amaro (século XVII), dando vida a este lugar. Uma situação que não sendo inédita na região de Aveiro, foi em tempos determinante para a limitação do seu povoamento e para a implantação e crescimento de muitas das suas atividades.

Fazem parte integrante da paisagem desta freguesia os vestígios do sistema lagunar do Vouga, representado pela pateira de Requeixo, que em ligação com a Pateira de Fermentelos constituem uma das superfícies húmidas do interior, reconhecida pela vegetação que cobre as margens e pela fauna que a habita. Tal acontece apesar das ameaças que pairam sobre o fundo vegetal que ocasionalmente cobre parte do seu lençol de água. A ligação desta bacia ao Vouga permitia ainda, nos finais do século XVIII (Gaspar, 1974, 65), a navegação fluvial diretamente de Ovar e Aveiro a Águeda, sendo que a mesma povoação beneficiava já de ligação terrestre que ia “da cidade de Aveiro para Águeda e toda a serra da Estrela” (loc. cit.). Uma ligação bem conhecida pelos almocreves da região que a utilizavam para o transporte mais longínquo dos seus haveres e mercadorias. Desta freguesia faziam parte os lugares de

Carregal, Casal de S. Paio, Granja, Jorge, Pera, Póvoa do Valado, Rego do Espinheiro, Requeixo, Sanguinheira e Taipa.

As atividades dominantes foram baseadas na agricultura e na moagem de cereais, o que se justifica tendo em conta a sua localização na área de confluência do rio Cértoma com a Pateira de Fermentelos e as possibilidades de cultivo abertas pela extensão dos solos de aluvião, pela seu teor em húmus e pela humidade retida nos diversos horizontes que constituem a cobertura superficial das terras aráveis desta área. Apesar da importância destas atividades, a evolução demográfica desta freguesia sofreu a perda de diversos lugares que vieram a constituir as novas freguesias de Santa Joana e de N^a Sr^a de Fátima.

No censo de 2001 a população reduziu-se para pouco mais de um milhar de habitantes e em 2011 a 1222 habitantes repartidos em três principais núcleos de povoamento: Taipa – 393 hab.; Requeixo – 360 hab. e Carregal – 336 habitantes.



Ria de Aveiro

De acordo com as descrições mais antigas o território hoje ocupado pela ria de Aveiro - half delta ou laguna - foi formada pela acumulação de sedimentos fluviais e marinhos. Estaria ainda ausente no decurso do Flandriano²¹ (Martins, 1949, 55) e ter-se-á acentuado no decurso dos movimentos eustáticos pós-Wurmianos, responsáveis pela subida gradual das águas do mar e pelo assoreamento progressivo das fozes dos rios. Este movimento veio a prosseguir no decurso dos tempos históricos e de acordo com a reconstituição deste autor, no século XIV estaria definida já a língua de areia de Ovar até Aveiro e construídas algumas das ilhas interiores na laguna. Escreveu ainda Martins (op. cit., 52): “la Ria de Aveiro est un Haff que les alluvions du Vouga et d’autres cours d’aeau on ensablé, faisant surgir une série d’îlots et contribuant, de la même manière que le cordon littoral, à la décadence du commerce maritime de la ville”.

Como descreve A. Araújo²² este acidente litoral, de tipo laguna é interpretado pela geografia física “no sentido de vale fluvial invadido pelas águas do mar”, desenvolvida paralelamente à costa. Faz notar esta autora (loc. cit.) que durante a “Pequena Idade do Gelo a descida do nível do mar, e um possível acréscimo no fornecimento de sedimentos devido a uma situação de tipo mais resistático provocada pelo abaixamento da temperatura poderá ser responsável pelo avanço muito rápido da restinga”, que empurrou gradualmente para meio-dia o cabedelo de areias que foi aumentando a sua

21 Divisão do Quaternário, em relação com o último período glaciário Wurm.

22 Ver: <http://web.lettras.up/asaraujo/seminario/Aulas8.htm>, em 8AGO11

resistência perante o volume crescente de águas que se iam acumulando na laguna interior. Daí a necessidade crescente de se manter artificialmente aberta a restinga, que após a construção dos molhes contribuíram para o alargamento progressivo da área dunar a norte de São Jacinto e a sua redução progressiva a sul da foz do rio Vouga.

Séculos antes da fundação da nacionalidade existia um vasto golfo marinho que se estendia muito próximo do local ocupado pela atual cidade de Espinho, até às imediações da Serra da Boa-Viagem (Figueira da Foz). Esta configuração corresponde a um passado pré-histórico ou mesmo já ao período histórico (Girão, 1922, 55). Por ação das alterações climáticas que se registaram depois da transgressão Flandriana, que terá atingido o seu máximo há cerca de 7000 anos (Rebelo, 2007, 64), quando o mar avançou sobre as fozes dos principais rios portugueses. Então não só o rio Vouga deveria ter desembocado bastante mais para o interior, como a linha de costa tinha uma reentrância mais pronunciada. Prossegue o mesmo autor afirmando (loc. cit.), que o arrefecimento que se seguiu, levou ao recuo do mar de modo que quando da dominação romana (entre 300 a.C. e 400 d.C), “embora a forma atual estivesse longe de existir, encontravam-se já em atividade as causas que contribuíram para a sua formação”, o que veio a acontecer por ação dos ventos e das correntes marítimas.

Os contornos dessa bacia deveriam passar pela “profunda e ampla chanfradura, que ainda hoje pode apreciar-se na escarpa que bruscamente se levanta sobre a margem esquerda, entre Eírol e S. João de Loure” (Martins, 1949, 55), cheia com os depósitos sedimentares marítimos e fluviais que estiveram na origem da formação da língua de areia formada paralelamente à costa e alastrando cada vez mais para sul. Assim é referido por Martins (1949, 54), que com base no portulano de Petrus Vesconte (1318), reconstituiu a sua evolução.

O registo de novas alterações climáticas durante a Idade Média, que terão começado a sentir-se por volta de 1350 e atingido o seu máximo entre 1460 e 1490 (Rebelo, 2007, 65), justificam que os séculos XV e XVI sejam considerados quentes e secos (loc. cit.), levando a que os rios tivessem reduzido o seu caudal e a respetiva carga sólida transportada essencialmente no decurso das chuvas ocasionais. Refere este autor (loc. cit.) que o “arrefecimento seguinte levou a um importante recuo do mar em toda a costa portuguesa, durante os séculos XVII e XVIII, originando acumulação de muita areia”, facto que conduziu a um intenso processo de sedimentação e recuo da costa por ação dos ventos e marés, alterando as condições locais.

A este respeito escreveu Lima (1968): "a acessibilidade por via marítima ou fluvial manteve-se através da sua evolução geológica porque à medida que a profundidade do mar minguava e a praia recuava, ficaram ilhas e canais e minúsculas veias de água navegáveis, que levavam e ainda levam os barcos até ao sopé dos montes, e nos barcos transportam a gente que do mar largo aqui aportou". Em resultado, portanto, da evolução Neolítica e posteriormente da

configuração da linha de costa, foi-se formando a laguna, que Girão (1922, 62) descreve como uma “região baixa e pantanosa, povoada certamente de aves aquáticas”, que justifica o nome de Aviarium atribuído à futura povoação de Aveiro ao tempo de Marco Aurélio.

Interpretação diferente teve F. Neves que antevê uma raiz eslava ‘av’ -, ‘ave’ -, ‘ava’ – (= água) desta designação (Sant’Anna Dionísio, 1984, 474). Em quaisquer dos casos, a presença da água é a alma desta terra. Uma presença quase divinal, tal como o Nilo no velho Egito, pois “só ela gera e produz” (Brandão, 1982, 72). E se ela adoce, o homem adoce também, como se viu quando da obstrução da barra: a terra despovoou-se, as atividades decaem.

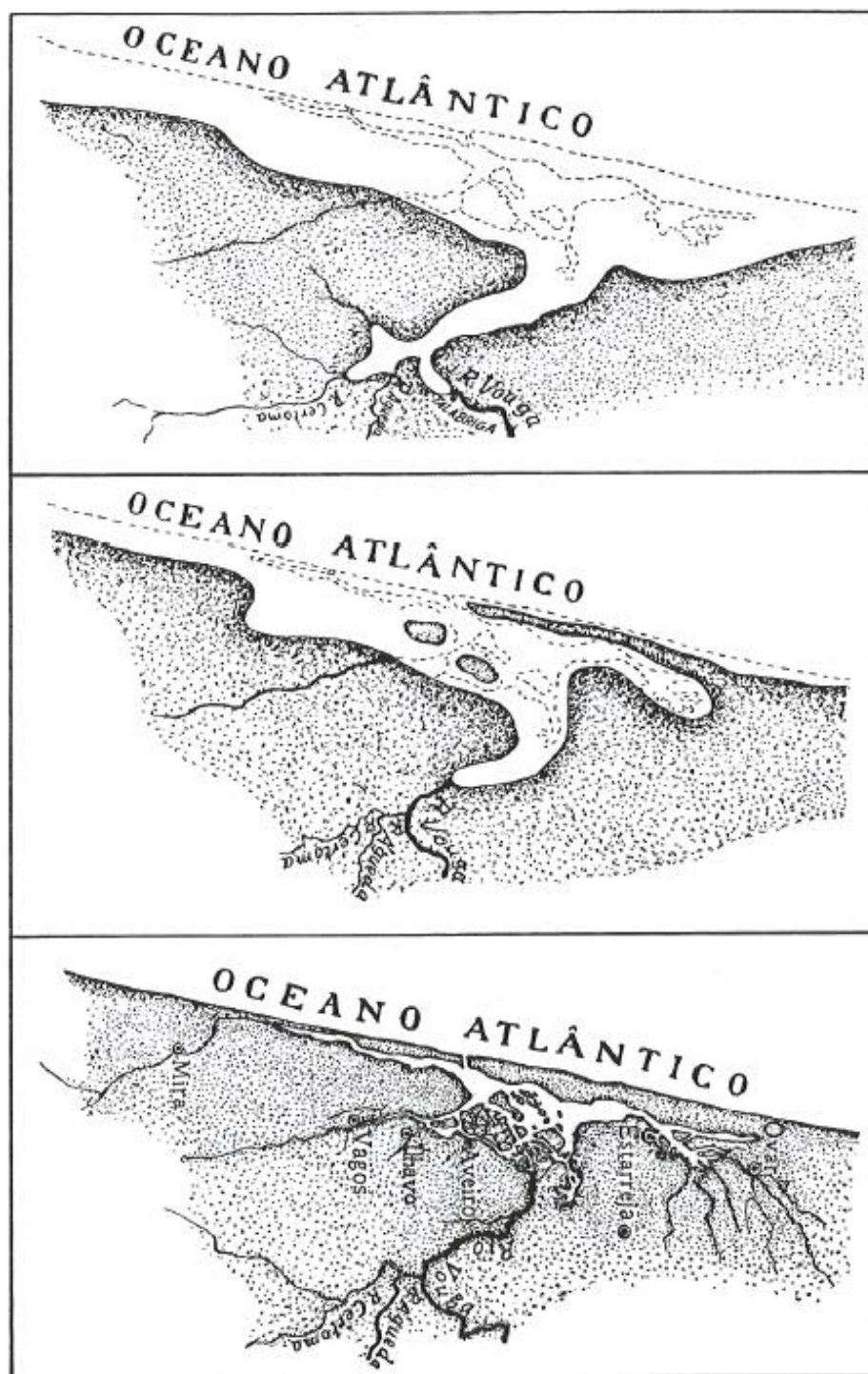
Quaisquer destes relatos acentua os traços da parte terminal do estuário do rio Vouga, que Loureiro (1904, 9) descreve como sendo devido à ação das correntes e das chuvas que “foram depositando os seus nateiros e alluviões, e levantando terrenos de uma fertilidade extraordinária, cortados por esteiros, canais e vallas, e entremeados por lagos e pântanos profundos, que, ao mesmo tempo que recebiam as águas das terras baixas e alagadiças, estabeleciam um labirinto de vias aquáticas e de comunicações navegáveis”.

Registe-se que à data da fundação da nacionalidade a linha de costa atual andava pelas imediações de Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira e no início do século XIII situava-se próximo da Torreira. Nos seus bordos foram-se consolidando as lezírias onde assentam as povoações ribeirinhas, bem como as numerosas ilhas que preenchem o interior da laguna. No início do século seguinte o cabedelo de areias atingia já as proximidades de S. Jacinto, prosseguindo na sua marcha para meio-dia e no começo do século XVII os depósitos sedimentares estariam a sul da Costa Nova.

Em Setecentos, esse cabedelo ultrapassava a zona da Vagueira, prolongando-se depois até Mira e fechando-se completamente em 1757. Com a sua deslocação para sul, até Mira, completa-se mais um ciclo de sedimentação litoral e consolida-se a formação da linha de costa dos nossos dias. Esta situação veio a provocar a deslocação sucessiva da barra para sul, obstruindo por completo a sua abertura e impedindo o tráfego marítimo. Daí terá resultado o aumento da sedimentação da laguna, no interior da qual se formaram algumas ilhas: Monte Farinha, Testada, Gaivotas, Paço, Tranqueira, Sama e outras.

O fenómeno de sedimentação acentuou-se praticamente durante a segunda metade de Setecentos em que parte da laguna ficou submersa inundando a Vila de Aveiro e as povoações próximas. Tal situação manteve-se inalterável até ao início do século XIX quando da abertura definitiva da Barra de Aveiro, sendo responsável pelas perdas da população causadas pelas epidemias e insalubridade das águas, bem como pela atrofia das atividades económicas agromarinhas, lacustres, piscatórias e comerciais que alimentavam o burgo de Aveiro. A acumulação da carga sólida no litoral, as dificuldades de acesso ao porto de Aveiro junto da povoação e as limitações do trânsito nos canais, punham em risco essa navegação.

Figura 36 - Evolução da laguna de Aveiro



F. Martins: In: Arroteia, 1983

A evolução anteriormente descrita comprova as Reflexões históricas sobre a Barra de Aveiro, de M. M. A. Coimbra (1836. in: Neves, 1933, 11): “a prosperidade de Aveiro tem sempre andado a par da bondade da sua Barra”,

situação que se repete no presente uma vez que o seu porto continua a ser um dos pilares de desenvolvimento da cidade e da sua região. Com efeito, a ligação desta toalha de água à cidade consubstanciou-se através dos canais que fazem parte da paisagem urbana, como sejam o canal central ou das Pirâmides, o canal de S. Roque, o canal dos Mercantéis e o canal dos Santos Mártires ou do Matadouro. Através deles processou-se o movimento comercial e piscatório que no início de Novecentos enriquecia os mercados locais e que depois era distribuído “por almocreves de afastadas regiões” (Pereira, 1956, 53), ou já por caminho de ferro, para o interior do país.

Como nota Rodrigues (2010, 37), depois da inauguração da linha férrea “é que se desloca o eixo de comunicações da ria para o caminho de ferro”, mas “as populações dos concelhos não servidos pelo comboio irão alimentar, durante algum tempo mais, as velhas rotas da ria”. Associada a esta mobilidade temos a apanha do moliço, utilizado na adubação das areias de duna conjuntamente com o escasso recolhido nas águas da laguna e que beneficiou também as terras do concelho mais próximas deste espelho de água que domina a paisagem da ria.

Rezende (1944, 1) descreve-a, “lisa como um espelho”, refletindo o céu cinzento ou brilhante, mas sempre orlada de “terras baixas”, de “campos alagadiços” e de uma inigualável moldura humana, expressa nas diferentes embarcações que lhe davam vida e na “majestosa amplidão da sua campina, um panorama cheio de luz, emoldurado pelas espelhentas águas do Oceano e pelas da Ria, onde brincam, como mariposas, mil barquinhos de velas pandas, a esvoaçar”. Prossegue o mesmo autor (op. cit., 72), dizendo que “A alma desta terra é na realidade a sua água”.

Uma leitura complementar é revelada no escrito de E. Moniz (1950) que afirma o seguinte: “A Ria é, afinal, o celeiro de todos os lavradores ribeirinhos. Dá comida ao gado, fornada de farinha de bom milho ao pessoal da casa, e feijão saboroso para fortalecer o caldo. E dá ainda a riqueza do peixe que enche a casa dos ricos e remedeia a dos pobres. Há pesca para todos!” No seu conjunto este acidente geográfico cobre uma área de cerca de 11.000 ha., dos quais cerca de metade estão permanentemente cobertos de água, estendendo-se numa extensão máxima de 45 Km de comprimento, entre o Carregal (Ovar) e Mira e uma largura extrema de 11 km.

É nesta zona costeira marcada pela existência de diversos esteiros, canais, ilhas e terraços litorais onde assentam as povoações ribeirinhas, afastadas que estão dos quatro canais que a constituem: Ovar e Murtosa, a norte; Ílhavo e Mira, a sul. Para aqui convergem as águas do Vouga e dos seus afluentes que “encharcam estas terras baixas” (Brandão, 1982, 71). No dizer de Saramago (1999, 119), esta superfície é constituída por “terra firme e água rodeando todas as formas que podem ter as ilhas, os istmos, as penínsulas, todas as cores que podem ter o rio e o mar”. Se este é o reino do Vouga, há que acrescentar-lhe “as ajudas da arraia-miúda de rios, ribeiras e ribeirinhos que das vertentes das serras da Freita, de Arestal e do Caramulo avançam para o

mar, alguns condescendendo afluir ao Vouga, outros abrindo o seu próprio caminho e encontrando sítio para desaguar na ria por conta própria” (loc. cit.).

A extensão destes canais, em particular dos que ligam à cidade de Aveiro às povoações mais distantes, está assinalada pelo Prior de S. Miguel, que em 1758 deu resposta à Memória Paroquial do Reino (Amorim, Boletim Municipal de Aveiro. XII, 23/24, 22). Então deu conta da “imensidade de barcos, de pescadores, de homens que tirao deste rio o provimento para as suas labouras, de outros que negocea em sal”, bem como de muitos outros que “trazem passageiros de Ovar para Aveiro, e os levaro de cá para lá”. Em complemento, assinala o Prior, os lugares onde se embarca e desembarca com comodidade: Ovar, Estarreja, Bunheiro, Pardilhó, Veiros, S. Martinho de Salreu, Esgueira, Verdemilho, Coutada, Ílhavo, Ermida, Vagos, Sousa e outras povoações de menor dimensão. Esta função de transporte levou mesmo à elaboração de propostas para a ligação, por canal, da ria de Aveiro às bacias hidrográficas do Douro e do Mondego, projeto que embora não tendo tido seguimento acentua a importância desta bacia de água nas acessibilidades da região.

Em redor deste acidente geográfico encontram-se várias povoações urbanas tais como Ovar e Estarreja, profundamente marcadas pela industrialização. Mais a sul, Vagos e Mira, como povoações da gândara, cresceram com forte peso das atividades agrícolas. Como característico de toda a região ribeirinha, temos um tipo de povoamento inicial disperso-ordenado, orientado pelas vias de circulação que atravessam esta superfície litoral. A ocupação recente e o excesso de carga humana registado em alguns locais têm vindo a alterar por completo esse padrão inicial.

Diversos relatos podem ser evocados sobre a paisagem da ria de Aveiro. Sobre ela escreveu Brandão (1982, 71): “a ria é um enorme pólipó com braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira” ou seja, um vasto lençol de água, que A. Souto (s/d., 4) descreve da seguinte forma: “a Ria de Aveiro está engastada num anfiteatro de planuras, colinas e serranias que são, afinal, pelo seu contraste, o segredo da gama de modelados e da espantosa policromia que constituem a sua riqueza e beleza”. Baseado no estudo que empreendeu sobre a bacia do Vouga e esta parte terminal do seu percurso, escreveu Girão (1922, 67): “o pequeno delta que o rio hoje forma, protegido pelo cordão de areias do litoral, tende fatalmente (...) a produzir uma larga deposição de materiais inconsistentes, por sorte que é de prever o total preenchimento do esteiro, como estado transitório para a formação de um delta mais importante”. Conclui, afirmando: “a ‘ria’ está inevitavelmente condenada a desaparecer, arrastando consigo a prosperidade e a riqueza dessa região tão original, e comprometendo seriamente a cifra da sua população”.

A certeza destas palavras está comprovada por ações várias que Rebelo (2007, 67) aponta como devidas ao processo de assoreamento lento, em curso, ao abandono das atividades tradicionais como a salicultura e ao desmorroneamento dos canais interiores. Outras causas mais complexas

resultam da redução da carga sólida transportada pelas grandes bacias hidrográficas a norte do Vouga, que têm vindo a modificar as condições geomorfológicas costeiras e a gerar alterações complexas no cordão dunar litoral pondo em risco a sobrevivência da laguna.

Em tempo referiu Girão (1922, 68): “os marítimos têm como certo o vaticínio de que um dia há-de vir em que toda essa zona será um contínuo areal sem vegetação e sem vida (...) com o seu cortejo de desastrosas consequências”. A sedimentação e a erosão em curso deveriam por isso obrigar a repensar algumas das obras em execução equacionando de forma integrada e esclarecida os riscos que pairam sobre esta jóia nacional antes que se avolumem outras consequências mais desastrosas (Rebelo, 2007) já referidas por A. Girão (1922) quanto à preservação deste acidente geográfico.

Não obstante estas ameaças o Plano Estratégico da “Polis Litoral (2010) sobre a requalificação e valorização da orla costeira, onde se integra a Ria de Aveiro, elaborado pela Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro S.A., integra toda a laguna e o Sítio rio Vouga e assume como visão estratégica e de futuro, “uma Ria de múltiplas vivências, economicamente dinâmica e ambientalmente preservada” (Plano Estratégico, 10), assente em quatro eixos estratégicos, cada um deles envolvendo diversas medidas e ações para uma “Ria ambientalmente preservada:

➤ Eixo 1. Proteção e requalificação da zona costeira lagunar visando a prevenção de riscos (...);

➤ Eixo 2. Proteção e valorização do património natural e paisagística (...);

Ria economicamente dinâmica

➤ Eixo 3. Valorização dos recursos como fator de competitividade económica e social (...); Ria de múltiplas vivências

➤ Eixo 4. Promoção e dinamização da vivência da Ria (...).”

As obras envolvem a grande frente marítima e lagunar, de Esmoriz a Mira e os concelhos limítrofes do interior. Tal justifica-se tendo em conta a proximidade geográfica destes lugares e a sua memória histórica profundamente marcada por relações humanas e de natureza comercial responsáveis pela criação de laços de identidade comum e vivências coletivas expressas em diversas facetas, sobretudo de natureza etnográfica, comuns a vários lugares das margens da própria Ria. Neste caso, o esforço comum de valorização da sub-região lagunar surge como um imperativo estratégico do ordenamento físico do litoral centro-norte e dá mote para uma ação mais profunda que possa elevar, junto da comunidade internacional, o património geográfico que a identifica a outros patamares de reconhecimento científico e paisagístico.

De acordo com Raul Brandão (1982, 23), esta é uma terra onde “ninguém vem que não fique seduzido”; “um sítio para contemplativos e poetas (...), um sítio para sonhadores e para os que gostam de se aventurar sobre quatro tábuas (...)”. Assim continua nos dias de hoje.



S. Bernardo



Heráldica da Freguesia de S. Bernardo

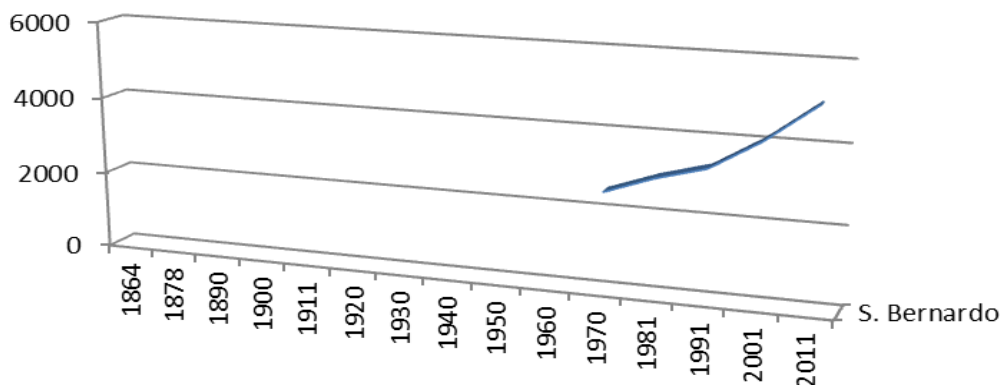
As referências ao lugar de São Bernardo são lidas no estudo de Gaspar (1980) que anota a sua existência desde meados do século XV (op. cit., 7) sendo que, na “segunda metade do século XVIII e primeira metade da centúria seguinte, São Bernardo era já um pequeno aglomerado populacional de cerca de sessenta famílias” (loc. cit.). Baseado na descrição do Pe. António Costa, prossegue o referido autor: “dilata-se quase toda de norte a sul, em forma prolongada, sobre uma fértil e aprazível campina, que não tem padastro em muitas léguas à roda”. Tal facto resulta da constituição de diversos núcleos de povoamento (loc. cit.), tais como as “terras aforadas e outros casais que, no meio delas, iam construindo modestas habitações, sob o celeste patrocínio de S. Bernardo de Claraval, cuja devoção se incentiva por influência da ordem de Cister”.

Esta configuração, seguida nos dias de hoje, tem a ver com o caminho ocupado pela antiga saída de Aveiro que permitia escoar o pão, o vinho, os legumes, as frutas, as flores e hortaliças das suas hortas e quintas (loc. cit.) para a cidade próxima de Coimbra ou mesmo para outros lugares mais distantes. Refere-nos ainda o mesmo autor (op. cit., 9) a fertilidade das suas terras em relação à cultura da batata, levando a que no início do século XIX, a referida semente fosse “gratuitamente distribuída pela Câmara Municipal” (loc. cit.). A dita via de circulação, lançada no início da segunda metade de Oitocentos (em 1856), veio beneficiar os acessos a este lugar que deixaram de seguir através do lugar de Vilar. A nova rota, ao sair de Aveiro, “ficou a passar ao lado da velha Fonte da Benespera ou dos Amores, de água cristalina e saudável, cortando depois, entre Aradas e Vilar, através de férteis campos de cultivo” (op. cit., 11).

Quando da apresentação da petição para constituição da nova paróquia, São Bernardo “tinha à volta de 400 fogos e cerca de 2000 habitantes” (op. cit., 12) – 500 fogos e 2500 habitantes em 1955 –, data em que esta nova freguesia eclesiástica foi criada com terras da Glória e de Aradas, por iniciativa do Prelado de Aveiro, D. J. Evangelista Lima Vidal. Este, o Pastor, que no seu

trabalho sobre a terra, as gentes e os costumes de Aveiro (1967, 117), deixou assinalado: “São Bernardo, aqui, é uma ridentíssima terra que se avista a olho nú da torre do Município e tem uma linda capela, à beira da estrada, consagrada ao santo donde lhe veio o seu nome”.

Figura 37 – S. Bernardo: evolução da população



A criação da freguesia de S. Bernardo foi publicada em 18 de janeiro de 1969 e cobre quase por completo o lugar do mesmo nome e os povoados vizinhos pertencentes às freguesias de Glória e Aradas. A proximidade de Aveiro não impede que os equipamentos comerciais e serviços locais sirvam para animar a sede da freguesia, que se constitui como o lugar principal, aproximando-os da cidade que acolhe muitos dos seus moradores. Tal proximidade justifica a evolução demográfica, positiva, registada desde a sua criação e as perspetivas que se abrem da continuidade da expansão urbana em terrenos desta freguesia. Isso o comprova o aumento populacional entre 2001 (4079 habitantes) e 2011, situando a população residente na freguesia num patamar próximo de cinco milhares de habitantes. Destes, 3446 residiam, em 2011 no lugar designado por Aveiro e 1514, no lugar sede da freguesia.

A proximidade desta povoação de outros lugares do município, para na consciência popular, como registou Sarabando (1966, 15):

“Aveiro é uma lima,
S. Bernardo é um limão,
Loveirinha um ramo de oiro
E a Granja um manjeriço”.



S. Jacinto



Heráldica da Freguesia de S. Jacinto

A povoação de São Jacinto, edificada no cabedelo de areias que se formou ao longo da costa atlântica, está assinalada desde longa data pela presença de uma capela dedicada à Senhora das Areias. Uma descrição de R. Brandão (1982, 78) mantém-se atual nos dias de hoje: “É neste ponto, depois da barra, que a ria desvanecida se imaterializa e atinge a perfeição suprema. S. Jacinto das Areias, pintado de vermelho e envernizado de novo, revê-se no espelho límpido das águas”. Por sua vez, assinalou P. Leal (1873.I, 276), que aquela edificação ficou a dever-se ao cabido do Porto, “a quem antigamente pertencia a disima do pescado da costa de S. Jacinto”. Já, Coimbra (1836, 13) regista que esta “já existia muito antes da era de 1553 tempo em ella já precisava de reparos”. Trata-se de uma capela de traçado ortogonal onde é venerada a imagem da Santíssima Virgem, a qual terá sido encontrada numa embarcação encalhada na barra. Sobre ela, transcrevemos uma quadra popular (Sarabando, 1966, 64):

“A Senhora das Areias
Tem um dedinho cortado,
Que lho cortaram os moiros,
De cima do seu telhado.”

Embora não tendo grande dimensão e encontrando-se parcialmente enterrada na praia no início do século XIX, foi esta capela uma referência para todas as obras que se realizaram na barra do porto de Aveiro até à sua abertura definitiva, no início de Oitocentos. Em simultâneo terá servido de amparo espiritual aos pescadores Murtoseiros que aí se terão fixado com as suas redes e aprestos e fundado uma pequena colónia, semelhante às que criaram noutros lugares da costa marítima portuguesa. Aí viveram diversas companhias que se dedicaram à pesca marítima, quando na costa portuguesa abundavam espécies muito diferentes, tais como a sardinha, o chicharro, a cavala, o cação e muitas outras descritas por Vidal (1967, 139) no seu relato sobre as terras de Aveiro. Contudo a mais abundante era a sardinha, que depois de desembarcada em S. Jacinto era transportada para Aveiro, vendida e apreciada pela população local ou então salgada e expedida por caminho de ferro e outras vias para os mercados do interior.

A costa de S. Jacinto e respetiva ermida ficaram a depender, civil e eclesiásticamente da paróquia da freguesia de Vera Cruz, em 1856, até ter sido desmembrada desta, em 1955, por constituir paróquia religiosa e possuir igreja, escola e cemitério próprios. Pesou ainda a distância de cerca de 10 km da freguesia de Vera Cruz, a cujo acesso só se podia fazer de barco. Identificava-se ainda nesta povoação um notável desenvolvimento industrial e recursos indispensáveis para satisfazer os encargos da nova freguesia.

A separação religiosa de Vera Cruz teve lugar em 1953. O território deste cabedelo pertencia à freguesia de S. Cristóvão de Ovar, cujos domínios acompanharam a evolução do cabedelo litoral até à constituição do concelho da Murtoza. A este respeito dizem-nos Christo e Gaspar (1986, 421) que quando da reforma administrativa, judicial e eleitoral do território do Distrito de Aveiro, em 1835, a restinga de areia desde o Furadouro à barra velha, que pertencia à freguesia de Ovar, foi devidamente demarcada, passando “para o Bunheiro a costa da Torreira, para Vera Cruz a costa de São Jacinto, para Ílhavo a Costa Nova do Prado e para Vagos a costa da Vagueira”.

A evolução recente desta freguesia, apoiada na velha tradição piscatória, nas artes de xávega e na pesca lagunar anda associada, desde o início do século passado, à aviação naval. E uma vez iniciado o 1º conflito armado, o Governo português propôs ao Governo Francês, em 1917, a criação de um centro aeronáutico destinado a proteger a costa atlântica da ação submarina alemã. Tendo ocupado os terrenos de S. Jacinto e inicialmente usando instalações provisórias, a construção da base aérea para hidroaviões data de 1918, inicialmente guarnecida com tropas gaulesas. Uma vez concluída a guerra, S. Jacinto serviu de base ao Comandante Sacadura Cabral e após a decadência deste tipo de aviões e o final da 2ª guerra mundial foi transferida, em 1952, para a força aérea portuguesa.

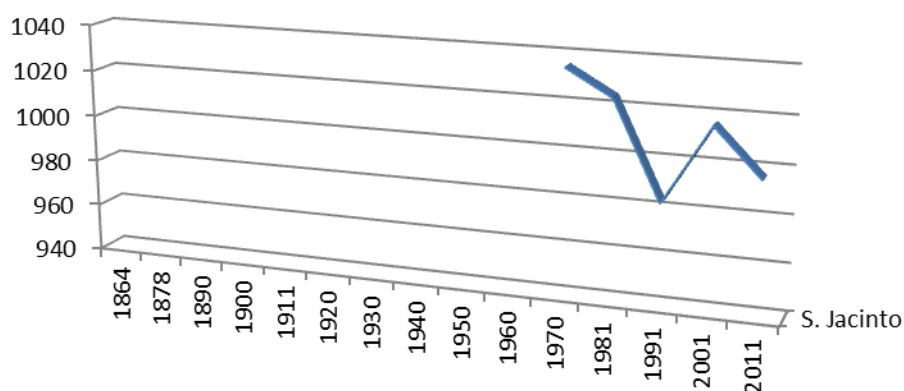
De acordo com Duarte (1983, 83), é possível individualizar 3 fases na vida desta base de aviação naval: “1ª – de 1926 a 1924, período de criação, da temeridade da aviação heroica de Sacadura Cabral; 2ª – de 1925 a 1942, período de crescimento, impetuoso e competente como Cardoso e Viana em que se aperfeiçoara as estruturas e a técnica, melhora o ensino e a aparelhagem; 3ª – de 1943 a 1952, período de maturação, de engrandecimento que culmina, infelizmente, com a sua extinção”. A memória da Aviação Naval na vida local ficou assinalada com a construção de um monumento, em Aveiro, junto da ponte da Dobadoura.

O desenvolvimento da pesca longínqua conseguida com as obras do porto trouxe novas perspectivas que foram aproveitadas, no início dos anos quarenta, por Carlos Roeder, que fundou junto ao braço da ria que liga a Ovar, os Estaleiros Navais de S. Jacinto, destinados à construção metálica de navios para pesca. Estes barcos deviam substituir as velhas embarcações de madeira e o método de pesca tradicional à linha e em doris, pela pesca de arrasto. Contudo o desenvolvimento desta atividade teve lugar após o termo da segunda guerra mundial. Depois de mais de meio século em atividade,

dificuldades crescentes na indústria naval e pescas levaram à redução da atividade industrial.

Como assinalou Vidal (1967, 253), “secas, pesca, estaleiros, fábricas, aviação”, vieram a alterar a pacatez desta povoação piscatória, identificada pelos antigos palheiros de pescadores, alugados aos veraneantes nos meses de verão. Contudo o fim dos estaleiros e as alterações da pesca na ria e no mar, levaram à saída de muitos habitantes locais. Daí a redução da população da freguesia constituída pelo lugar da sua sede – S. Jacinto - que tem vindo a decrescer desde que se acentuaram as condições repulsivas locais, decorrentes do declínio das suas atividades tradicionais. Isso comprova o decréscimo da população na freguesia - 1016 habitantes em 2001 e 993 em 2011 -, facto que acompanha a decadência das suas atividades económicas.

Figura 38 – S. Jacinto: evolução da população



Dada configuração geográfica do território, a concentração da população desta freguesia evidencia-se na sua sede onde em 2011 residiam 991 dos habitantes recenseados.

No termo desta freguesia situa-se a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, criada pelo Dec-Lei nº 41/79 e que confina: a norte, com terrenos do limite da mesma freguesia e da freguesia da Torreira; a sul, com a Estrada da Areia; a oeste, com o Oceano Atlântico e a leste, com a Estrada nacional nº 327. Esta reserva garante a preservação do ecossistema litoral construído sobre as dunas, entre o mar e a ria. No seu perímetro estão estabelecidas as seguintes unidades: reserva natural integral, que ocupa uma área de 102,5 ha., reserva natural parcial, com 473,5 ha. e reserva de recreio, com 90 ha.

A cobertura dominante é constituída por pinheiro bravo, plantado a seguir à duna primária e que serve para fixar as areias por acácias e outras espécies vegetais. Apresenta, igualmente, uma fauna diversificada de aves, insetos e outras espécies animais, que podem ser apreciadas através dos trilhos de descoberta da natureza, compostos por várias estações de observação. Esta constitui uma das iniciativas de preservação do património geográfico e natural anexo à ria de Aveiro e um exemplo a seguir em relação a outras áreas interiores que reclamam tratamento idêntico, salvando assim as reservas

florísticas e faunísticas ainda disponíveis em diversos recantos do Baixo-Vouga.



Salgado de Aveiro

A presença de marinhas e a exploração de sal em Aveiro e no seu termo é bastante antiga, assinalando Gomes (1877, 140) que “é difícil, senão impossível, fixar a época da sua criação”. É certo que já existiam algumas no século X, como se lê na doação que a condessa Mumadona fez das suas marinhas ao mosteiro de Guimarães. Documentos posteriores a esse século dão conta de salinas em lugares mais distantes de Aveiro, como em Alquerubim e mesmo em Fermelã, sugerindo que se tratava de uma atividade extensiva a outras terras baixas, levada a cabo na proximidade das águas salinas que davam entrada na laguna, ainda em formação.

De notar que a produção de sal era igualmente significativa a norte do Douro, mas a alteração das condições climáticas e locais que afetaram o território português depois da fundação da nacionalidade, acabaram por ditar o seu desaparecimento. Deixou assinalado Resende (1944, X, 52) que “a indústria salineira em Aveiro deveria, pois, ter começado com a formação das marinhas por volta daquela época”, atividade que se veio a incrementar com a decadência posterior das marinhas de Vila do Conde, de Miragaia, de Massarelos, de Leça e de Matosinhos.

A partir de então Aveiro ficou com a responsabilidade de abastecer os mercados até então servidos por aquelas marinhas, e de assegurar o seu tráfego para outros países, especialmente do norte da Europa tais como França, Flandres e Inglaterra. Esta situação está de acordo com o processo de Reconquista e a deslocação para sul dos “grandes focos produtores do sal medievo português” (Bastos, 2006, 142), o ouro branco, como foi conhecido. Por sua vez, Madahil (1959.I, 13, 25 e 83) regista a existência de salinas em Aveiro, no ano de 1077, em Sá, no Esteiro e depois em 1137, quando da oferta “feita pelo Bispo de Coimbra, D. Bernardo, ao arcediogo Martinho, da sua marinha de Esgueira”. No século seguinte este autor regista doações de salineiros, em 1280, ao mosteiro de S. João de Tarouca, de diversas marinhas em Aveiro. Note-se que a produção de sal nesta terra seria já significativa, como prova a confirmação da doação de “mil moios de sal de Aveiro” (op. cit., 80) feita por D. Pedro Eanes ao mosteiro de S. João de Tarouca.

Por sua vez, Coimbra (1836, 18-19) regista várias datas medievais em que se mencionam salinas em Alquerubim (1059) e em Esgueira, em 1057, 1175 e 1206, estas duas últimas pertencentes ou doadas ao Bispo de Coimbra. Aveiro e Cacia são igualmente referidas por Barros (2006, 146-147) como tendo salinas em 1168 e 1192, respetivamente. Observa ainda o primeiro autor

(Coimbra, 1836, 19), que a produção local de Aveiro abastecia, sobretudo a partir do Porto, as províncias do Douro, Minho e Trás-os-Montes. Para tanto terá contribuído a gente - "nobre e não nobres, leigos e eclesiásticos, todos parecendo interessar-se por este produto extraído do mar" (Silva, 1997, 99) - que ocupando-se do trabalho do sal, veio a fixar-se nesta área do litoral.

A importância histórica desta indústria, "a principal fonte de riqueza, e quase que a única indústria de Aveiro" (loc. cit.), é confirmada por outros estudos. Entre eles, S. Gomes (1996, 431) refere-se às salinas de Esgueira (séculos XI a XIII), onde "os talhos de marinha multiplicavam-se por centenas, possuídas por particulares, clérigos e instituições religiosas (Lorvão, Vacariça, Stª Cruz e Sé de Coimbra)". Prossegue, afirmando (loc. cit.) que na mesma época, as salinas de Sá, Ovar, Ílhavo e Vagos eram "disputadas por proprietários alodiais e eclesiásticos", em particular os cistercienses dos Mosteiros de Celas de Coimbra, de Lorvão e de S. João de Tarouca. E em pleno século XIII, "as marinhas do Vouga atingem a sua plenitude", escreveu Barros (2006, 156) que regista (op. cit. 148), ao tempo de D. Dinis, a ocorrência de diversas doações de salinas nesta povoação e em terras vizinhas (S. João de Loure e Cabanões).

Do início do século XIV chegam-nos notícias da importância do comércio do sal depois de D. Duarte (1438) ter permitido "a sua exportação, bem assim de outras mercadorias, para o Norte de África, se no regresso trouxessem trigo" (Fidalgo, 1994, 10). Por sua vez, Christo e Gaspar (1986, 161) registam a queixa transmitida por D. Afonso V ao Almojarife de Aveiro (1326), "que os homens do Porto lhe fizeram acerca da cobrança de dízima que em Aveiro pretendiam fazer aos seus barcos que aqui vinham carregar sal", mostrando que aquela era uma atividade bastante lucrativa. Disso nos dá conta o pedido apresentado pelos procuradores desta vila nas Cortes de Elvas (1361), no qual "pediram a liberdade de fazer o sal que pudessem, quebrando-se a postura em contrário" (op. cit., 226).

Nos séculos seguintes relatos vários dão conta da importância da extração salina nas margens do Vouga e o seu papel no comércio e desenvolvimento da povoação. Aveiro, Esgueira, Verdemilho e Arada, Vagos e Soza, Ílhavo, Ermida e outros lugares, são referidos numa carta de D. Afonso V, em 1459, impondo o costume antigo das mesmas "se manterem alagadas até 1 de junho de cada ano" (Madahil, 1959.I, 219). Considerado por V. Rau (1984) como um produto de boa qualidade, o segredo da sua extração era vedado a estrangeiros, em especial a trabalhadores da Galiza (Lemos, 1996, 21), a quem D. Pedro, "em decreto de 8 de novembro de 1695, proibiu que trabalhassem o sal para não levarem o segredo para Espanha". E os "rendeiros ou feitores que lhes dessem trabalho estavam sujeitos a ser açoitados e degredados durante cinco anos para as galés". Apesar das condições marítimas se terem alterado no norte da Península, o fabrico de sal continha segredos que não importava revelar.

As notas anteriores servem para ilustrar a importância deste produto cujo fabrico anda associado a uma paisagem secular do salgado aveirense, que se deve às condições topográficas e climáticas da própria ria. Diz-nos F. Moura (1968, 5, 18) que a sua construção, feita com a labuta diária do cagaréu²³, “foi-se à água informe e desordenada e domesticou-a dentro de retângulos de uma esquadria rigorosa, realizando uma paisagem geométrica com murinhos pueris de lodo que parecem riscados a régua e esquadro”. Uma paisagem que fazia parte da alma-mater de Aveiro, conjuntamente com os seus campos de milho e arrozais, próprios destas terras baixas e “envolvidas carinhosamente pela atmosfera marítima” (Brandão, 1982, 81). Assim o descreve este autor (loc. cit.): “um rasgão e avisto os montes de sal espalhados pelo campo farto”.

No seu estudo sobre a bacia do Vouga, Girão (1922, 64) aponta a presença de salinas em Esgueira e em Vagos, cuja presença anda associada à evolução da própria linha de costa, “mostrando assim como a influência marítima, outrora penetrando muito para o interior, se veio progressivamente retraindo”. Por isso (op. cit., 158) este importante recurso mineral foi sendo explorado em terrenos localizados “em pontos sucessivamente mais próximos da atual zona costeira, acompanhando assim a progressiva retirada das águas marinhas para Ocidente” ou seja, em marinhas de sal, entendidas por Dias (1996, 58), como a “instalação a céu aberto, destinada a obter, por evaporação, o sal dissolvido na água da Ria”.

Durante este processo de construção de novas marinhas, também a barra, o porto de Aveiro e a povoação sofreram alterações vultu que se repercutiram na produção e comércio do sal. Contudo não só as causas naturais e humanas determinaram a evolução do salgado de Aveiro, mas também as razões económicas ligadas à sua produção mais recente. Destas, assinala I. Amorim (Boletim do Município de Aveiro. IX, 17, 12) duas razões que foram determinantes:

➤ a primeira relacionada com a maior produtividade das salinas mais meridionais, com as de Setúbal, onde nos finais do século XVII “1m² de superfície cristalizadora precisa de 1,5 a 1,6 m², em Aveiro 1m² precisa de 8 a 10 m² de superfície cristalizadora”;

➤ a segunda, relacionada com “as perturbações da Barra com submersão de marinhas”, o que leva a um abaixamento da produção.

Modernamente, porém, os preços de produção noutros continentes e locais conduziram à perda da competitividade do produto em granel, abrindo-se no entanto outras oportunidades para a comercialização do sal artesanal e, sobretudo, da designada flor de sal.

Depois do período de estagnação desta atividade motivada pelas cheias constantes na laguna, provocando a baixa produtividade do salgado aveirense, bem como as alterações significativas na apanha do moliço, a exploração

23 Alcinha atribuída aos habitantes da freguesia ribeirinha de Vera Cruz, em contraste com a freguesia da Glória, junto dos antigos campos de cultivo, onde residem os “ceboleiros”.

salineira tem sofrido diversas flutuações. No seu conjunto evidenciam que esta produção tem dependido do estado da barra e das obras que aí foram realizadas, melhorando com a sua abertura e a construção dos molhes que permitiu a entrada de um maior volume de água salgada utilizada na produção de sal. Observa, Lucci (1918, 37), que a evolução da linha de costa criando no seu interior espaços com cotas reduzidas onde a circulação da água se processa facilmente, “propiciamente disposta aos raios solares, tornando-se a evaporação frequentes vezes duma rara atividade”. Também os ventos predominantes de norte, sobretudo no verão, as temperaturas médias próximo de 10° nos meses de inverno e de 18° no verão e a distribuição das chuvas ao longo do ano, com um valor total ligeiramente inferior a um milhar de mm/ano, concorrem favoravelmente para a evaporação das águas salinas e a cristalização nos talhos de marinha que servem de leito às salinas.

Como regista Semedo (2009, 72), “o salgado aveirense, pela sua antiguidade, associou-se indelevelmente à imagem da região” e está geograficamente agrupado em cinco grupos: Monte Farinha, Norte, Mar, Sul e São Roque/Esgueira, territórios que hoje mostram, na sua ocupação, os vestígios de uma indústria bastante rendosa que Portugal soube aproveitar à medida que o povoamento e a Reconquista se estenderam para sul. As condições naturais foram, portanto, muito cedo aproveitadas pela população para a extração deste valioso produto da terra, usado como referência no pagamento dos salários e como moeda de comércio e fonte de receita da população local.

Como foi notado, a expansão de outros setores de atividade na região, com remunerações mais atraentes e exigindo um esforço menos violento, levaram à decadência da exploração salícola uma vez que o mercado tem vindo a recorrer ao produto importado de outros países onde as condições de cristalização e a mão de obra tornam a sua venda mais económica. A estas condições juntou-se a degradação dos terrenos, das valas e das próprias salinas, sendo que a estas condições se veio ainda juntar a quebra do preço do sal por via da importação oriunda de países tropicais. Também a decadência da pesca local, nomeadamente da pesca do bacalhau e a divulgação da indústria do frio vieram a condicionar a procura. Daí o abandono das áreas do salgado e a sua ocupação por novas formas de exploração ligadas à piscicultura. Contudo esta atividade constitui um testemunho que importa preservar tendo em conta o estado atual da laguna e do terreno onde se situam as salinas, que traduzem o envelhecimento progressivo do Vouga.

Dos trabalhos relativos à indústria de sal de Aveiro, Gomes (1967, 8) faz notar que, a perder-se, “a Economia aveirense ver-se-ia privada de um dos seus mais importantes baluartes; a cidade e a sua laguna seriam amputadas da nota característica de uma panorâmica encantadora. O Marnoto, esse, com todo o simbolismo da sua expressão económica e artística, passaria à história de Aveiro”. Com pendor técnico e descritivo, destacamos o Inquérito realizado pela Comissão Reguladora dos Produtos Químico e Farmacêuticos

(1956). Este arrolamento procede a um levantamento exaustivo das condições locais e das características físicas, humanas e até económicas da exploração do salgado de Aveiro. Trata-se de um tema que tem continuado a merecer a atenção de cientistas e investigadores, conduzindo a novos estudos e projetos. Destacamos, a propósito, o estudo de Semedo (2009) e os trabalhos conduzidos na Universidade de Aveiro e da própria Autarquia aveirense, sobre o salgado aveirense.

Após a decadência que tem vindo a afetar esta atividade, decidiui a edilidade reconstruir a atividade extrativa com o aproveitamento de um espaço de lazer e informação situado na Marinha da Troncalhada, junto ao Canal das Pirâmides, a sul do Canal de São Roque, na área sul do salgado aveirense. Desenvolvido a partir de 1995, o Ecomuseu da Marinha da Troncalhada é um espaço de exploração para fins pedagógicos e científicos do sal e de preservação da cultura da produção, das técnicas praticadas pela comunidade de marnotos, bem como dos numerosos utensílios usados nesta tarefa. Os trabalhos da safra do sal são reproduzidos ao longo do ano permitindo assim, entre março e setembro, acompanhar as diferentes fases de produção e a recolha do produto obtido a partir da cristalização da água nas marinhas de Aveiro.

No mesmo sentido a Universidade de Aveiro tem vindo a recuperar a marinha de Santiago da Fonte, nos terrenos que possui na lagoa do Paraíso. Os trabalhos aí desenvolvidos e coordenados por uma equipa alargada de cientistas de diversa formação, é uma experiência pioneira criada em áreas de sapal e por isso merecendo uma atenção internacional devido à escassez destas superfícies na Europa e noutros lugares do globo. Aí tem sido dada particular relevância à conservação da natureza e à proteção das aves e da fauna, à perservação da biodiversidade e à implementação do aproveitamento deste espaço de investigação e de lazer para a realização de atividades relacionadas com o turismo da natureza e o ecoturismo para todos.

Assente em trabalhos desenvolvidos há duas décadas, os resultados obtidos nesta experiência piloto têm permitido levantar um conjunto de questões relacionadas com o futuro do salgado de Aveiro, para muitos com o seu futuro ameaçado pela redução do número de marnotos e do seu conhecimento sobre a arte e pela alteração das condições ambientais, de circulação das águas, de proteção da valas e dos esteiros interiores. Acresce a estas condições a falta de interesse das novas gerações por esta atividade ancestral.

Note-se que a sabedoria acumulada ao longo de séculos e por isso fazendo parte da memória coletiva relacionada com as técnicas de fabrico, tem sido validada empiricamente através de diversos estudos que realçam a especificidade de muitos dos atributos do salgado aveirense. Correspondendo a esse esforço pioneiro desenvolvido pelos investigadores da U.A. em colaboração com alguns marnotos, o produto obtido pela cristalização das águas nas salinas de Santiago da Fonte, com as características ancestrais do sal

tradicional de Aveiro, nomeadamente no que respeita à sua composição, odor e características físicas, mereceu a certificação de qualidade em 2009.

Embora decadente na sua produção, programas atuais de âmbito nacional e internacional, incentivados por parcerias animadas pela instituição universitária aveirense, têm procurado reanimar a produção de sal restituindo-lhe o significado do ouro branco de outros tempos. Como disse Vidal (1967, 129), “o sal não é só uma inconfundível beleza, é também inestimável riqueza” que importa saber fabricar, apesar das condições climatéricas locais decorrentes do grau de humidade do ar ou mesmo da insolação total ser diferente de outros lugares da costa portuguesa, em particular no sul do país. Retomamos a afirmação pouco otimista de Girão (1922, 68) sobre a possibilidade de perda futura do património lagunar e a sua reflexão: “na mão do homem está apenas retardar esse fatal desenlace, com todo o seu cortejo de desastrosas conseqüências”. Compete-nos a todos aceitar ou recusar este veredicto.

O imaginário popular continua a recordar o que em tempos, identificou este lugar (Sarabando, 1966, 15):

“Aveiro, por ser Aveiro
por ter marinhas de sal
- Não há terra como Aveiro
neste nosso Portugal”.



Santa Casa da Misericórdia

Na história da cidade de Aveiro cabe uma referência à Santa Casa da Misericórdia, instituição de Direito Canónico reconhecida pela sua atividade entre as demais I.P.S.S. do concelho, por ser uma das instituições mais antigas e ainda pelo seu desempenho, ao longo dos cinco séculos de existência, no cumprimento dos deveres prescritos pela Irmandade. Mais ainda, pelo seu contributo na evolução do perímetro do povoado, situação que se registou de igual forma nos territórios colonizados por portugueses onde as Misericórdias, pela dimensão e extensão do seu edificado, tiveram um papel na organização do espaço construído e nos regulamentos de ocupação do solo ditados pelas respetivas Mesas. Assim aconteceu no Brasil onde algumas destas Santas Casas vieram a dar origem a hospitais de reconhecido mérito, no apoio à saúde das populações.

A criação das irmandades da Misericórdia com a sua ação assistencial, médica e social em prol dos carenciados, da população local e dos visitantes, que em momentos distintos aqui acorreram e a sua expansão em Portugal e no Brasil, é um exemplo de difusão de uma das instituições religiosas mais antigas orientadas para o cumprimento das setes obras de misericórdia, de natureza espiritual e de outras tantas, de natureza corporal. São elas, de

natureza corporal: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar pousada aos peregrinos, assistir aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos; de natureza espiritual: dar bom conselho, ensinar os ignorantes, corrigir os que erram, consolar os tristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as fraquezas do próximo, rogar a Deus pelos vivos e defuntos.

A criação, em 1498, da Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, em Lisboa, por iniciativa da Rainha Leonor de Lencastre e com o apoio espiritual de Frei Miguel de Contreiras, seu confessor, procura acorrer aos doentes e enfermos na fome, nas pestes, nas guerras, bem como no enterro dos confrades e desamparados e noutras situações de necessidade através de práticas caritativas assumidas pelos irmãos da confraria e obedecendo aos compromissos da Irmandade. As Santas Casas foram, no mundo português, responsáveis pela criação de albergarias, hospitais e igrejas, onde se cuidava do corpo e da alma dos mais necessitados. Neste compromisso local, fica assinalada construção da capela de Santo Ildefonso (demolida em 1835), anexa à igreja matriz de S. Miguel e no início do século XVII a construção da nova Igreja da Irmandade que veio a consolidar um núcleo da vila através da construção anexa do respetivo Hospital (Barreira, 2001, 37).

As instalações da Santa Casa dominam a parte alta da cidade, junto da Câmara Municipal e na sua evolução registam o crescimento da povoação e da sociedade aveirense. Assim o assinala Barreira (1998, 55) que a propósito desta Irmandade afirma: “acompanhou o progresso da vila quinhentista, sofreu a crise dos séculos XVII e XVIII, evoluiu e modernizou-se na contemporaneidade”. Depois de construída a sua Igreja chegou mesmo a servir de Sé ao novo Bispado de Aveiro, constituído em 1774, mas acabou por perder essa qualidade a favor da Igreja Dominicana de S. Domingos.

Note-se que quando das quatro paróquias em Aveiro, cada uma delas possuía um elevado número de Confrarias, destacando-se o caso da Igreja de S. Miguel com quinze Irmandades de invocação de vários Santos, do SS. Sacramento, da SS. Trindade, das Almas e do Espírito Santo. Algumas delas, como a do SS. Sacramento e a das Almas, existiam também nas restantes paróquias. Após a fundação da Irmandade, a função assistencial e de cuidar os doentes manteve-se viva através dos cuidados de enfermaria, como relata o Prior de S. Miguel que em 1758 deu resposta à Memória Paroquial do Reino. Aí dá conta da existência deste hospital “aonde se curao os pobres da terra e alguns passageiros” (Amorim, Boletim Municipal de Aveiro. XII, 23/24, 17).

Esta informação é confirmada por Barreira (1998, 47) que regista, desde o início do século XVII, a função de uma assistência hospitalar oficializada, beneficiando de dádivas régias, da recolha de dádivas e de receitas próprias – em particular da exploração das marinhas de sal e de outros legados - e de doações dos Irmãos e de outros habitantes, destinada aos irmãos e a outros cidadãos necessitados. Assinala este autor que entre esses doentes contaram-se militares (desde o início do século XVIII), facto que se constituiu como uma

fonte de receita para o funcionamento da Irmandade. Assim aconteceu no período das invasões francesas, em 1808, quando o Regimento de Chaves estaciona em Aveiro “e cria grande afluência ao hospital” (op. cit., 50), levando à aquisição de material diverso. O mesmo veio a acontecer no decurso das lutas entre os liberais e os absolutistas.

Pela sua localização geográfica junto a um porto de barra aberta, Aveiro era uma povoação propícia à entrada de pestilências e de enfermidades, facto que se associava às condições de vida, à fraca salubridade de alguns estratos da população e ao traçado das ruas. Estas condições podiam incrementar a morbidade e a mortalidade da população, devido essencialmente a gastroenterites (op. cit., 63) em crianças. Estas doenças justificam os cuidados assistenciais da Irmandade e as despesas inerentes ao atendimento dos doentes locais e dos viajantes e peregrinos que se acolhiam a esta cidade. Uma vez tratados prosseguiam o seu destino, como testemunha Barreira (1998, 147): para norte “os viajantes e peregrinos eram encaminhados no barco da Misericórdia ou nos de transporte de sal, para Ovar. Para sul, iam de carro (eram ‘encarrados’), também nos de transporte de sal, para Cantanhede, provavelmente dirigidos para a Misericórdia daquela vila”.

Na história do hospital desta Irmandade, em Aveiro, há a assinalar a sua ação no decurso do surto de cólera de 1855 e a necessidade de novas instalações, situação ultrapassada por ação do deputado aveirense J. Magalhães Lima, que em 1896 consegue “um subsídio anual de um conto de réis para a construção do hospital de Aveiro” (Barreira, op. cit., 84). Esta obra veio a concretizar-se depois de diversas vicissitudes da situação política nacional e internacional, antes do termo do 1º conflito armado, em 1917. Nesta fase a Santa Casa centra a sua atividade na assistência hospitalar, mais do que em atos religiosos como sucedera até ao Liberalismo e por ação de alguns dos seus responsáveis locais encontrou a razão de ser da instituição e o cumprir dos deveres do Compromisso da Irmandade.

O alargamento do equipamento hospitalar para nascente da cidade vai ter um papel relevante na construção do espaço edificado e no domínio da cobertura da saúde da população. Importante foi ainda o seu contributo com a cedência de terreno para a construção do Bairro da Misericórdia e do Seminário de Santa Joana Princesa, no decurso da década de quarenta do século passado. Tal aconteceu após a implantação da República com a ocupação da parte oeste da cidade, até então dominada pela atividade rural, dada a prevalência dos bons solos agrícolas ocupados então pelas instalações hospitalares e pelo Jardim municipal anexo ao Passeio Público de Santo António. Em parcela parcialmente cedida pela Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e parte por aquisição pública, o novo edifício hospitalar de Aveiro foi iniciado em 1969, deixando de depender desta Irmandade em 1974 (Dec-Lei nº 704/74), concretizando-se quando da nomeação da Comissão Liquidatária da Misericórdia de Aveiro, em 1976.

Não obstante estes factos e as circunstâncias que se registaram em torno deste assunto, a Santa Casa da Misericórdia continua a afirmar a sua ação e os compromissos da Irmandade que a suporta e o Hospital Infante D. Pedro prossegue a sua consolidação no âmbito da ação hospitalar que lhe é devida. Fica, contudo, o registo da memória de uma das mais antigas instituições sediada na cidade de Aveiro e com dependências no domínio da educação infantil ou do apoio à população sénior, respetivamente, nas freguesias próximas de Esgueira e de Oliveirinha.



Santa Joana



Heráldica da Freguesia de Santa Joana

A criação da nova freguesia de Santa Joana resulta do contínuo alargamento do espaço da cidade de Aveiro e do esforço dos moradores nos lugares mais próximos, para a criação de infraestruturas administrativas, equipamentos sociais e culturais e outros, que atendessem aos seus direitos, expectativas e projetos de vida. A este respeito, Albino (Boletim Municipal de Aveiro, XIV, 1996, 28, 62) assinala que havendo necessidade de “dar unidade jurídica áqueles que conviviam nas mesmas ruas e nos mesmos espaços geográficos”, parcelas e comunidades dispersas, surgiu um movimento para a criação desta nova paróquia e freguesia.

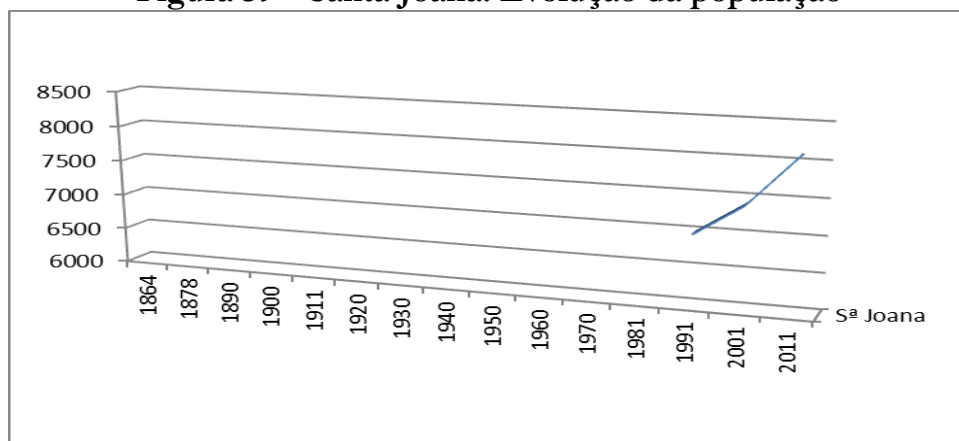
Por sua vez diz-nos o Mons. J. Gaspar, em artigo editado pelo Boletim Municipal de Aveiro (1988, nº 5, 9-20), que a criação da freguesia de Santa Joana deve-se ao notável crescimento demográfico registado nos “lugares periféricos da cidade de Aveiro – Presa, Quinta do Gato, Solposto, Viso, Areais, Azenha, Alagoas” e à intervenção do bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, que em 1959 “tendo julgado conveniente rever os limites das paróquias de Santo André de Esgueira, de Nossa Senhora da Glória e da Vera Cruz de Aveiro, no que se refere ao lugar da Quinta do Gato (...), houve por bem colocar unicamente sob a jurisdição da paróquia de Esgueira o referido lugar, desmembrando das outras duas paróquias o território que a elas pertencia”.

A designação desta nova unidade tomou como referência a figura da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V, que entrou para o Convento

de Jesus, em Aveiro, no ano de 1472 e aqui permaneceu até à sua morte, em 1490. Com este gesto quiz o Prelado evocar a ligação da Beata Joana à cidade de Aveiro e perpetuar a memória desta Infanta, que após a morte começou a ser invocada pelas suas qualidades e ação benfazeja para a população de Aveiro, agora como sua padroeira. O processo de Beatificação data de 1628, tendo sido canonizada em 1693. Note-se que a Infanta Joana foi senhora da vila de Aveiro e do seu termo, dos lugares de Eixo e de Requeixo entre outros, bem como das dízimas de sal e de pescado vendidas na vila.

Refere o Gaspar (1988) que no ano de 1966, o bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Trindade, tendo em conta o crescimento das povoações vizinhas e da sua população entendeu criar nova divisão eclesiástica que agrupasse as povoações de Azenha, Solposto, Quinta do Gato e Presa, povoação que à data se encontrava repartida pelas paróquias de Glória, Vera-Cruz e Esgueira. Esta nova unidade eclesiástica, designada por Paróquia de Santa Joana, deveria ficar agrupada em torno da nova Igreja a construir e destinada a “servir várias povoações”. Esta decisão foi tomada por decreto episcopal de 11 de novembro de 1969, quando foram estabelecidos os respetivos limites territoriais da nova paróquia. O lançamento da primeira pedra do templo religioso foi feito em 1972 e a petição para a constituição da nova freguesia foi apresentado oficialmente em 1976. Baseava-se a mesma no crescimento demográfico, expansão económica na respetiva área e infraestruturas já existentes.

Figura 39 – Santa Joana: Evolução da população



Quando da apresentação do Projeto-lei para a criação da nova freguesia, em 1978, justifica-se esta criação pela “conveniência de proceder ao melhor aproveitamento do dinamismo das comunidades vicinais ou paroquiais” e com base em indicadores diversos justificava-se a “desanexação das parcelas das freguesias da Glória, de Esgueira, da Vera-Cruz e, numa pequena parcela, de São Bernardo, que deveriam integrar o território da proposta nova freguesia”. Para contento dos seus habitantes, a criação da nova freguesia de Santa Joana foi estabelecida em 30 de novembro de 1984 (Lei nº 63/84).

A sua proximidade à cidade de Aveiro tem vindo a alterar a matriz rural do território desta antiga terra de Requeixo, com a sua produção cerealífera e moagens. A vinda de novos moradores alterou também esse panorama dada a sua ocupação no centro urbano e noutros locais próximos, fazendo constantemente aumentar a população da nova freguesia, repartida pelos lugares de Aveiro – 5508 hab.; Solposto – 1129 hab.; Alagoas – 890 hab. e Azenha de Baixo – 567 habitantes. Os dados do recenseamento de 2011 (8094 habitantes) registam um aumento de 668 indivíduos em relação ao início do século.



Santiago: campus universitário

A construção do Campus da Universidade de Aveiro, conhecido por Campus Universitário de Santiago e o seu alargamento para a Agra do Crasto decorre da expansão do subsistema de ensino superior público no início da década de setenta e aos esforços de democratização do então ministro da educação, Professor Veiga Simão (1973). Constitui um dos pilares atuais do desenvolvimento urbano, do reforço da sua área de influência e do seu contributo nacional e internacional para a consolidação do ensino universitário. Em alguns dos seus aspetos esta presença parece esbater-se no

conjunto da vida urbana, dada a especificidade e a natureza dos trabalhos de investigação e de docência levados a cabo no seio deste campus. Contudo a instituição universitária de Aveiro tem vindo a constituir-se num importante fator de desenvolvimento urbano e regional, dado o seu contributo na formação dos recursos humanos e nos investimentos relacionados com I&D. Complementarmente também o tecido empresarial exerce uma ação sobre este subsistema de ensino superior, colocando grandes desafios às suas Escolas e Departamentos.

Como afirma J. Gaspar (1993, 81), embora prosseguindo atividades de docência distintas e prestando serviços diferenciados à comunidade, a intervenção destes estabelecimentos de ensino superior tem vindo a orientar-se para a "necessidade de articular mais intensamente a capacidade instalada ao nível do ensino superior e investigação com o tecido económico existente no terreno", não isoladamente, mas sim através de um "um enorme esforço de formação profissional, em todos os domínios e níveis de atuação" (op. cit., 81). Tal facto permite contribuir não só para a equidade social e para uma maior ação sobre o tecido empresarial, mas também para a resolução dos problemas de falta de capital humano e para o aumento da literacia científica, académica e cultural da sociedade portuguesa.

Em termos territoriais a U. A., embora situando-se numa franja peri-urbana em relação ao centro, tem vindo a desempenhar um papel crescente, "ativo e interventor na transformação da própria cidade" (Pinho et al., 1991, 150), como acontece com o alargamento do seu espaço físico. Note-se que a extensão do campus universitário de Santiago, começando por ocupar cerca 75 ha, constitui um facto urbanístico de excelência dada a forma de organização do espaço interior e o traçado arquitetónico dos seus edifícios. Por outro lado a extensão e localização deste, numa zona ribeirinha - considerada como uma reserva rural da cidade de Aveiro (Auzelle, 1964) - e a sua consolidação - beneficiando da "conjunção de oportunidades e decisões de responsáveis e consultores" (Portas, 2000, 25. In: Arroteia, Portas e Toussaint, 2000) - tem vindo a contribuir para a dinamização de uma larga mancha urbana, que por via das condições locais, numa das zonas húmidas e de marinhas, alargou-se para longe da zona histórica tradicional. A expansão do campus universitário para sul do esteiro de S. Pedro reforça a atual cintura urbana em terrenos de Verdemilho e beneficia a sua ligação com a cidade de Ílhavo.

Dadas as características da atividade docente e de investigação e a implantação do campus universitário, lateralmente a um dos eixos de penetração na cidade e entre este e a Rua da Pega, a ocupação dos terrenos anexos ao antigo lugar de S. Tiago representa, no dizer de Pinho (op. cit., 119), "para a cidade um facto de particular importância, na medida em que o seu desenvolvimento e conseqüente edificação permitiu a abertura de uma nova frente de expansão urbana, desta feita realizada por uma entidade que não a autárquica, e em aparente oposição às direções de expansão urbana,

tendencialmente favorecidas por esta". Foi o que acabou por se verificar apesar das características do terreno envolvente, que inicialmente não facilitou a integração plena do núcleo universitário na vida da própria cidade.

Recordamos que a melhoria das acessibilidades física e cultural deste núcleo e a sua abertura à população cidadina, têm vindo a animar esta nova frente urbana à qual Aveiro deve, não só o aumento substancial da sua área geográfica, mas a mudança da estrutura social dos seus habitantes, das suas funções como lugar central e o seu desempenho regional e nacional nos domínios do ensino, da investigação e da formação dos recursos humanos. Pela sua natureza estes fatores são indispensáveis a qualquer processo de desenvolvimento regional, como aquele que se prevê para esta área, bastante sensível do ponto de vista físico e ambiental.

Como se lê num documento de divulgação institucional da U.A., "O Campus Universitário de Santiago é hoje um belo exemplo de como a arquitetura e a funcionalidade do espaço podem valorizar uma região ribeirinha e contribuir para a homenagem à história, tradições, e condições naturais de um rincão à beira-ria plantado. Esta é mais uma prova de como a Universidade soube integrar-se e interagir com o meio social, contribuindo para o seu desenvolvimento arquitetónico e apontando novas formas de valorizar recursos da região".

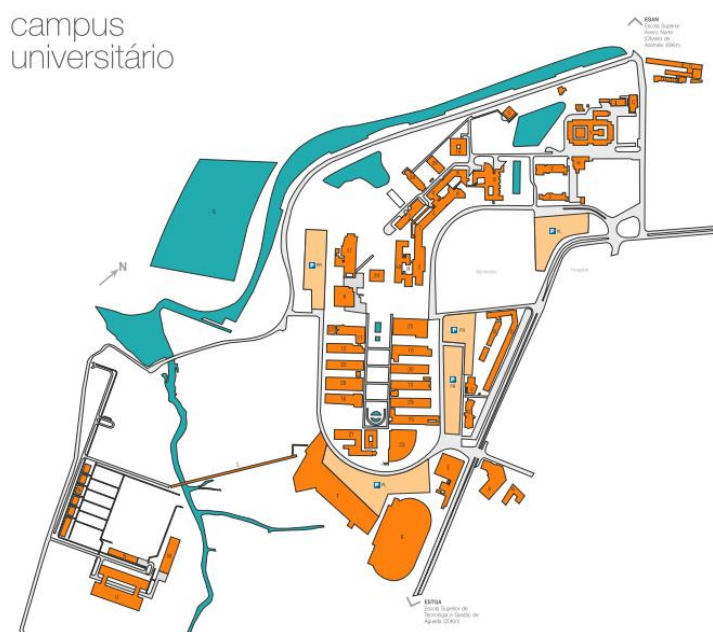
Prossegue o referido texto, afirmando: "O aspeto físico da Universidade modificou o semblante da cidade de Aveiro de uma forma equilibrada e segundo uma componente horizontal que é tendência da região (laguna e planície envolvente), privilegiando um material típico do litoral, a argila, o que deu ao Campus o colorido tão característico do tijolo e da tijoleira. Sem pôr em causa a unidade do conjunto, foram chamados a intervir arquitetos prestigiados e de nível internacional, de diferentes gerações, para contribuírem para a obra de qualidade e de referência que é hoje o Campus de Santiago, visitado com regularidade por grupos de arquitetos e estudantes de arquitetura de todo o mundo (...)."

O contributo dos diversos autores de renome, seguindo a execução do Plano de Ordenamento do Campus, coordenado pelo Arquiteto Nuno Portas, "foi concretizado, edifício a edifício, pela mão de conhecidos arquitetos portugueses", permitindo a construção do novo espaço universitário, onde coexistem "a harmonia e a qualidade (...) que será porventura a maior mostra de trabalhos da moderna arquitetura portuguesa". Aqui "predomina a cor de tijolo que reveste grande parte dos edifícios e que contrasta de forma intensa com os cada vez mais numerosos espaços verdes que se intercalam com as construções e com as manchas de água naturais da zona lagunar contígua e os pequenos espelhos de água construídos". Mais ainda, "entre a área do atual campus e a zona da Agra do Crasto, a sudoeste (...), localiza-se o esteiro de S. Pedro, uma vasta zona em vias de recuperação ambiental e requalificação como parque ecológico.

A preocupação com a preservação ambiental e a integração do contorno arquitetónico do campus no aglomerado urbanístico da cidade estão patentes no ordenamento deste espaço universitário”, criando uma área de ocupação contínua onde os edifícios se articulam entre si e com a praça central que lhes serve de orientação. As novas construções estabelecem “um compromisso entre a elevada qualidade das estruturas construídas e a manutenção de uma componente utilitária e funcional, conseguida com um intenso apetrechamento científico e tecnológico. O objetivo final é a obtenção das melhores condições de estudo, investigação e trabalho para todos os elementos que integram a comunidade académica”.

No seu conjunto, “as instalações que compõem o Campus Universitário da Santiago compreendem edifícios escolares, edifícios de apoio administrativo, logístico e técnico (residências de estudantes e de docentes), e outros serviços de apoio (cantinas, restaurantes, unidades comerciais, centro de infância...), laboratórios, institutos e outras construções de apoio ao desporto e lazer” (Texto da Universidade de Aveiro) numa área inicial de 69 ha.”

Figura 40 – Campus Universitário



In: UA, <https://www.ua.pt/fis/ReadObject.aspx?obj=19113>.

O contributo de diferentes autores e as soluções encontradas por cada um deles, nomeadamente na construção do edifício da Biblioteca central, do depósito de água, do edifício da Reitoria e da Ponte pedonal, na sua relação com o edificado na Agra do Crasto, conferem a este conjunto uma singularidade no domínio da arquitetura portuguesa, a qual prima não só pela sua contemporaneidade, mas ainda pelo repositório de diferentes obras que concorrem para valorizar o campus, constituindo-se como uma das rotas da

arquitetura portuguesa e universitária, reconhecida ao nível nacional e internacional²⁴.



Sub-regiões naturais

A individualização de espaços humanos identificados com unidades de paisagem, "cuja descrição e interpretação constituem a essência do objeto" da geografia humana (Ribeiro, 1970, 76), leva-nos a tomar como referência o estudo de Amorim Girão (1922) sobre a bacia hidrográfica do rio Vouga. Este estudo constituiu, à época, um trabalho pioneiro da ciência regional, valorizando os aspetos humanos e a vida de relação estabelecidos ao longo deste curso de água que foi um elemento estruturante da comunicação entre a Beira Alta e a Beira Litoral. De acordo com este autor, o território da região ribeirinha preenchido pela laguna de Aveiro e a sua área adjacente, ocupada por áreas agrícolas e prados naturais, é constituída por diversas unidades de paisagem influenciadas pela natureza do solo e localização geográfica.

Além dos traços assinalados no curso médio e superior do rio Vouga, a parte terminal do seu percurso e bacia dá origem a três sub-regiões naturais "baseadas sobre o predomínio de algum ou alguns dos seus caracteres geográficos (...) determinadas por condições diversas de solo e clima ou aspetos diversos de paisagem" (Girão, 1922, 167). São elas:

➤ "Ria (...), abrange as terras marginais do esteiro, sobretudo vizinhas da foz do Vouga (parte dos concelhos de Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo e Vagos;

➤ Gafanha, estendendo-se pelos concelhos de Ílhavo e Vagos, e dando o nome a vários lugares (...), é um antigo areal adaptado à cultura pelo homem, à custa de um trabalho insano e dos adubos extraídos da ria;

➤ Gândara é a designação que, de uma forma especial, se aplica à mancha pliocénica que se estende entre o Vouga e o Mondego, cercada a ocidente pelos medos de areia do litoral."

Destas sub-regiões importa assinalar o povoamento próximo da Gafanha, "um areal inculto e desprezado, a que só no último quartel do século XVII começam a fazer referência alguns atos de aforamento", como nos dá conta

24 Servem de referência os projetos de Arquitetura do Campus de Santiago, assinados por: Álvaro Siza Vieira, Manuel & Francisco Aires Mateus, José Maria Lopo Prata, João Almeida & Victor Carvalho, Firmino Trabulo, José Rebelo de Andrade, Vitor Figueiredo, José Carlos Loureiro, Jorge Kol de Carvalho, Rebelo de Andrade & Espírito Santo, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Alcino Soutinho, Joaquim Oliveira, Alfredo Matos Ferreira, Eduardo Souto Moura, Adalberto Dias, Gonçalo Byrne & Manuel Aires Mateus, Bernardo Ferrão, Fernando Gomes da Silva, Nuno Portas & Joaquim Oliveira, Maria Emília Pedroso Lima, João Luís Carrilho da Graça.

O. Ribeiro (in: Rezende, 1944, VIII), à custa da “simbólica Joana Maluca, que deixou 9 filhos e 66 netos e por isso passou, indevidamente, por progenitora dos Gafanhões” (loc. cit.).

Bordejando a Ria, região plana e de cotas reduzidas, encontra-se a Marinha ou Borda de Água, que ocupa "as terras marginais do esteiro" e as terras vizinhas da foz do rio Vouga. Fazem parte desta sub-região a maior parte das freguesias do concelho de Aveiro, com cotas pouco elevadas, solos aráveis e de boa fertilidade agrícola. Para o interior fica a Ribeira, "zona de transição das terras altas do interior (Serra) para as terras baixas do litoral (Marinha) e mais a sul, a Bairrada, território que Girão (1922, 172) considerou fazer já parte da Beira Litoral. Esta sub-região abarca parte do concelho de Águeda e Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada e é "caracterizada pela cultura da vinha, que dá origem a um tipo especial de vinhos maduros muito ricos em tanino". Alguns destes traços são já visíveis em parte do concelho de Aveiro.

Mais para o interior, já na serra situa-se a sub-região de Lafões, que se distingue pela "constituição geológica dos terrenos, (...) culturas em socalcos, um tipo especial de vinhos verdes, e uma sub-raça distinta de bovinos". A sul desta sub-região, mas contactando diretamente com ela encontra-se o Caramulo. Dominada pela serra do mesmo nome, que se estende ainda pelos concelhos de Águeda e de Mortágua, esta sub-região natural "pode dizer-se caracterizada pela cultura do centeio e pela criação de gado ovino e bovino, sendo aí que teve a origem a raça caramuleira" (Girão, op. cit., 170). Igualmente com características acidentadas estende-se para norte da bacia do Vouga, a sub-região de Paiva. Trata-se de uma "região montanhosa, correspondente ao maciço da Gralheira" (op. cit., 171), que abrange os concelhos de Sever do Vouga, Oliveira de Azeméis e parte de Santa Maria da Feira.

A identidade destas sub-regiões naturais foi tida em consideração quando da divisão do território nacional para efeitos estatísticos (NUTIII), quando os concelhos que fazem parte da bacia do Vouga foram integrados na mesma NUTIII-Baixo Vouga (Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos).

A diversidade de paisagens registadas ao longo da bacia hidrográfica do rio Vouga não esbate a identidade da paisagem lagunar e a génese comum das povoações ribeirinhas. A sua evolução também não esconde as vicissitudes por que as mesmas têm igualmente passado. Disso nos dá conta a história recente das povoações ribeirinhas de Ovar, Estarreja, Murtosa, Ílhavo, Vagos e Mira, cujo crescimento populacional e das suas atividades anda ligado à evolução geográfica do cabedelo de areias que bordeja, a poente, a laguna de Aveiro e ao estado da toalha de água que a ladeia pelo lado nascente.

Cada uma destas povoações ribeirinhas tem a sua história própria: a povoação de Ovar tem assento histórico datado de 922, quando da doação do rei Ordonho II de Leão ao mosteiro de Castromire (Gomes, 1877, 284);

Estarreja teve foral dado por D. Manuel, em Évora, em 1519; Murtosa, povoação lagunar e piscatória bastante antiga, foi desmembrada do concelho de Estarreja, em 1926, para se constituir concelho independente; Ílhavo apresenta igual cunho de ancestralidade e foi elevada à categoria de vila, por D. Dinis, em 1296 (Gomes, op. cit., 221); Vagos, que cresceu como povoação do concelho de Souza, até 1853 e quando este se extinguiu passou a depender da vila de Vagos; Mira, deve a Dom Pedro, Duque de Coimbra, a autonomia municipal que este lhe concedeu em 1442.

Estas referências não escondem a luta insana contra invasores e os caprichos vindos do mar, nem a sua luta milenária em prol da fertilização do solo e do acolhimento de novos colonos, que contribuíram para a humanização de toda a área dunar litoral onde se inscreve a ria de Aveiro. Entre outras descrições, escolhemos uma das mais pitorescas, feita por R. Brandão (1982, 71): "a ria é um enorme pólipó com braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira. Todas as águas do Vouga, do Águeda e dos veios que nestes sítios correm para o mar encharcam nas terras baixas, retidas pela duna de quarenta e tantos quilómetros de comprido, formando uma série de poças, de canais, de lagos e uma vasta bacia salgada."

O conjunto destes traços justifica a individualização e a valorização desta unidade de paisagem do centro-litoral português e a sua preservação, tendo em conta as ameaças do avanço do mar e a carga humana que reside e utiliza as suas margens. Como observa Moreira (1987, 64), a ria de Aveiro é o acidente natural mais importante da costa atlântica portuguesa e "em conjunto com os estuários do Tejo e Sado e Ria Formosa, um dos mais importantes ecossistemas marinhos portugueses". No entanto as ameaças naturais que pairam sobre esta área lagunar e sobre a região costeira ocidental, devem exigir uma reflexão e medidas que permitam minimizar os efeitos das investidas, cada vez mais frequentes e devastadoras, do oceano sobre o cordão dunar litoral.

Os trabalhos desenvolvidos por equipas de investigadores da Universidade de Aveiro, integrados no Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM) e noutros centros, têm vindo a chamar a atenção para o risco que as alterações climáticas podem provocar nas áreas litorâneas e estuarinas da nossa costa. Tais alterações, juntamente com a evolução recente do território, alteram significativamente o significado da referida classificação geográfica baseada na identificação dos elementos comuns à paisagem.

Figura 41 - Esboço de uma Carta Regional da Bacia do Vouga



ESBOÇO DE UMA CARTA REGIONAL DA BACIA DO VOUGA.

Esc. 1:750.000

(Redução de uma carta feita pelo A. em maior escala)

In: *Girão*, 1922, 168

Na apresentação do Programa: Modelação das alterações climáticas no litoral da Ria de Aveiro – estratégias de adaptação para cheias costeiras e fluviais²⁵, pode ler-se:

“(...) O litoral da Ria de Aveiro tem elevada vulnerabilidade às inundações. A Ria de Aveiro é uma laguna ligada ao Oceano Atlântico através de uma única embocadura. (...). Os trechos costeiros adjacentes à laguna, Vagueira-Mira e Esmoriz-Furadouro (...) são exemplos da erosão e do risco de rutura do cordão dunar (EEA 2006;

- Parte significativa dos fenómenos de cheias ocorre em condições climáticas adversas: chuvas torrenciais com aumento dos caudais fluviais;

25 <http://www.cesam.ua.pt/index.php?menu=198&tabela=projectosdetail&projectid=425&language=pt>, em 10OUT2013

baixas pressões a N/NW de Portugal e altas pressões a S/SW, associadas a ventos fortes de Sul, originam sobre-elevações do nível do mar. As marés-altas têm também impacto nas inundações, bem como a evolução do nível médio do mar. A morfodinâmica da embocadura da Ria de Aveiro depende ainda do nível do mar e do regime de ondas do Nordeste Atlântico. Estes últimos, associados à disponibilidade sedimentar, determinam a erosão que ocorre no litoral da Ria de Aveiro²⁶

- É consensual que os fenómenos associados às alterações climáticas (AC) amplificam os efeitos destes forçamentos. (...)”.

O conjunto destas observações sobre um fenómeno recente relativo às mudanças climáticas e aos seus efeitos na costa atlântica sugere a sua ampla divulgação sobre as populações costeiras e de medidas consistentes por parte das autoridades com responsabilidades territoriais nesta área.



Transações marítimas e portuárias

Não obstante a evolução da topografia local ter sofrido profundas modificações por via da deposição de sedimentos marinhos e fluviais, a exposição solar e aos ventos dominantes de Noroeste e do Norte – com a humidade constante e o calor transportado pela brisa do mar –, foram propícias à exploração do sal e à implantação das atividades marítimas e lagunares que vieram dar origem ao comércio lagunar, interno e também ao comércio marítimo com o exterior. Destas tarefas destacamos, além do sal, a pesca e a exploração das algas - molicho - utilizado largamente, juntamente com o escasso da ria, na fertilização dos solos arenosos e de pouca fertilidade conquistados ao mar, permitindo uma intensa vida agrícola praticada nos terrenos vizinhos da laguna ou mesmo vendido para lugares mais distantes, contribuindo assim para o enriquecimento da terra ao longo de todo o percurso dos canais da ria.

Para além do cultivo de produtos hortícolas, a cultura de cereais teve aqui particular desenvolvimento e daí a necessidade de construção de moinhos e de moagens, como sucedeu com as azenhas do Cojo, cuja laboração se terá mantido, embora de forma irregular, até aos finais do século XIX. Recorde-se que a importação de cereais do norte de África foi uma prática comum em vários portos do continente e o pão e o peixe seco foram usados nas suas longas jornadas e viagens, juntamente com as azeitonas que serviram de condimento aos pescadores do bacalhau nos mares da Terra Nova.

Em simultâneo com os cereais e o sal, o peixe verde e salgado, animava os mercados da ria e era exportada para outros portos. Estas atividades estiveram

26 In: IHRH, 2003; www.euroasion.org/reports-online/reports.html.25NO14

dependentes do estado da barra de Aveiro, pelo que a sua ligação ao movimento comercial e marítimo tem funcionado como barómetro da economia local e regional. A este respeito diz-nos Loureiro (1904, 5): “pode dizer-se que o estado de Aveiro, mais ou menos próspero, coincidiu sempre com o da sua barra, tendo já no tempo dos romanos, e mais tarde no século XVI, contado com muitas embarcações de longo curso, entre as quaes diversas naus e galeões construídos nos seus próprios estaleiros”. De acordo com este mesmo autor (op. cit., 6), o porto de Aveiro era conhecido pelo comércio com os franceses, com África e com a longínqua península do Labrador, para cujo achamento terão contribuído pescadores aveirenses.

Foi no início desse período Quinhentista que se registou um grande desenvolvimento da praça de Aveiro. Com a alteração da barra o comércio foi decaindo sendo que, na primeira metade do século XVIII, menos de duas dúzias de embarcações conseguiram entrar neste porto, situação que só melhorou no início do século seguinte mas que foi mantida a custo devido à deterioração da foz do Vouga. Debruçando-se sobre o movimento comercial no porto de Aveiro nessa época, Amorim (2000, 628-629) regista a saída de vinho, sardinha, azeite e limão e a entrada de bacalhau, ferro e aço, situação que conduz a um balanço negativo das saídas entre o “bastante que entrava e o ‘pouco’ que saía, sobretudo em termos de receitas fiscais cobradas”, situação que rendia à Alfandega de Aveiro muito menos que a vizinha da Figueira da Foz do Mondego, do porto de Vila do Conde ou mesmo de Viana do Castelo.

A natureza das mercadorias transacionadas esteve inicialmente ligada à exploração dos recursos da ria e das terras limítrofes, contribuindo para o estabelecimento do comércio marítimo, antes que as obras da barra permitissem a entrada de navios com outras dimensões e características, como sucede na atualidade. Por isso no decurso da vida do porto de Aveiro e para além dos períodos medievos de maior navegabilidade, a importância deste porto e a sua função comercial ficou à mercê dos melhoramentos e da construção dos cais de pesca e comercial, fora do perímetro urbano. Só então foi possível estabelecer uma ligação com a indústria localizada no hinterland portuário, destacando-se nesse movimento os combustíveis e os produtos químicos, a pasta de celulose e o papel, o ferro e o aço, os granéis sólidos e, também, a madeira.

Relacionada com a atividade comercial temos o pescado, durante séculos associado à pesca na ria, à pesca longínqua e à pesca de arrasto costeiro. Alguns dados relativos ao movimento portuário registado desde o início de Novecentos, mostram como a pesca se animou depois das obras efetuadas na transição da segunda para a terceira década do século XX. No entanto o peso da tradição e as oportunidades de emprego geradas pela faina maior, levaram a que durante décadas fosse da região de Aveiro que saíssem "todos os capitães da marinha mercante que se dirigem aos bancos da Terra Nova" (loc. cit.) e uma flotilha considerável de embarcações à vela, que demandavam os pesqueiros da Terra Nova.

Em resultado dos trabalhos portuários facilitou-se o acesso de embarcações a motor, de maior calado e em melhores condições de circulação e de atracamento, permitindo ao mesmo tempo reafirmar a função regional do porto de Aveiro, nomeadamente pela alternativa que passou a desempenhar em relação ao porto de Leixões. E o seu desempenho para o progresso económico da área envolvente reforçou-lhe a função essencialmente comercial que desempenhou repetidamente durante várias décadas e que esteve na origem do desenvolvimento do "espírito marítimo e mercantil que a distinguiu das populações mais próximas" (R. Cunha, 1928, 132).

Como observou Sampaio (1966, 15), as obras portuárias de Aveiro "marcam uma época de ressurgimento de uma região das mais prometedoras do País", com efeitos imediatos sobre os concelhos ribeirinhos, de Ovar a Mira. No seu conjunto permitiram reanimar diversas atividades e não só a piscatória (lagunar, marítima e longínqua, onde em meados dos anos oitenta se empregavam mais de 2.500 trabalhadores nas dez principais empresas de pesca de Aveiro), mas ainda a salicultura, a apanha do molicho e a construção naval. Paralelamente foram reativadas as indústrias conserveiras e a cerâmica, os lacticínios e indústrias agroalimentares com base na agricultura, beneficiada pela recolha das algas utilizadas na fertilização dos solos e pelos adubos produzidos na região.

O conjunto destes melhoramentos, juntamente com outras iniciativas tais como a construção dos complexos industriais de Estarreja (indústria química, construído desde o início dos anos sessenta) e o centro fabril de Cacia (pasta de papel, inaugurado em 1953), vieram permitir incrementar o trânsito portuário devido à exportação maciça dos produtos aí fabricados. Assim, o movimento geral de mercadorias movimentadas no porto de Aveiro passou de menos de 10.000 ton. em 1957, para mais de 51.150 milhares ton. em 1960, quaduplicando em 1970 (223.073 ton.), para ultrapassar em 1984 as 600.000 toneladas. Na década de noventa esse movimento passou de 1.574 milhares de toneladas em 1991, para mais de 2.225 milhares de toneladas em 1995 e 2.089 ton. em 1996, valores que confirmam a importância das obras realizadas e em curso no complexo portuário de Aveiro. No início de 2011, esse montante ascendeu a 272,4 milhares de toneladas.

De referir que a melhoria das condições de acessibilidade (portuária, ferroviária e, mais recentemente, rodoviária), facilitando o abastecimento mais rápido de matérias-primas e o escoamento dos produtos laborados, levou também à implantação de várias indústrias na área de influência do porto de Aveiro. Tal facto parece comprovar localmente, como se tem verificado noutras áreas do globo, que as condições de circulação devem ser consideradas como "um dos fatores principais de localização das indústrias" (Caetano, 1986, 314), como sucedeu nesta terra e em todo o seu distrito.

Concorrendo em algumas das suas valências com o porto de Leixões, o movimento portuário tem vindo a aumentar consideravelmente depois da realização das obras integradas no Plano Geral de Desenvolvimento do Porto

de Aveiro. Os estudos iniciais, que remontam à década de setenta, têm permitido a realização de novas obras de ampliação e de beneficiação, às quais se deve o reacender da atividade piscatória, ocasionalmente da própria salicultura, da indústria do frio e dos serviços portuários e transitários, que no seu conjunto concorrem para animar este complexo portuário, o centro urbano de Aveiro e outras localidades da região ribeirinha.

Dada a localização do porto, as facilidades de escoamento - sobretudo por via rodoviária -, estão garantidas através dos itinerários principais, das vias rápidas e autoestradas que servem esta parte do território e da beneficiação das condições de carga e descarga que melhoraram comparativamente a outros portos do continente. Conjuntamente com as obras de expansão em curso, a acessibilidade local conferida por aquelas vias e pela via ferroviária, tem facilitado o movimento portuário permitindo-lhe a sua maior abertura ao exterior através do alargamento do seu hinterland para o interior da Península. Por este facto o movimento atual de mercadorias estende-se praticamente a todos os distritos do continente (em particular aos distritos do Porto e de Lisboa), bem como à vizinha Espanha, em particular à província de Castilla-Leon.

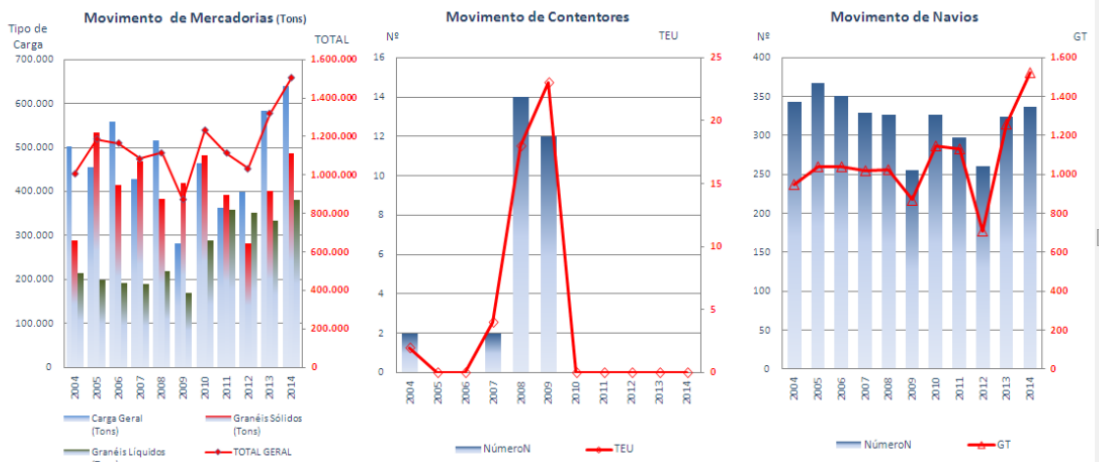
Para além da perspetiva geográfica relacionada com as acessibilidades, os responsáveis pelo porto de Aveiro procuram potenciar o dinamismo económico do seu hinterland através da intensificação do movimento de mercadorias e do alargamento de mercados e clientes. No tráfego portuário realça-se o peso da pasta de papel e dos produtos químicos (representando cerca de 2/3 do total das mercadorias embarcadas), sendo os cereais e os produtos metalúrgicos, os produtos químicos e alimentares, os minerais brutos, a madeira, a cortiça, o cimento e outros materiais de construção, os primeiros responsáveis pelo movimento de carga e descarga realizadas no cais de Aveiro. Este tem como principais parceiros os países da União Europeia.

Quanto às instalações portuárias, o complexo portuário de Aveiro estende-se ao longo de um canal com 9 km de extensão, onde foram construídos os terminais comerciais (norte e sul), o porto industrial e os portos de pesca costeira e de pesca longínqua. Situados na margem esquerda do Vouga (em terrenos da Gafanha), o terminal comercial sul fica a cerca de 8 Km da embocadura (na margem esquerda da Cale da Vila, na antiga estrada de Aveiro-Barra). O terminal norte situa-se na ilha da Mó do Meio (concelho de Ílhavo). Próximo deste localiza-se o porto industrial (essencialmente preparado para a armazenagem de granéis e de combustíveis líquidos) e o porto de pesca longínqua (pescado congelado e bacalhau).

Quanto às instalações portuárias, o "complexo portuário" de Aveiro estende-se ao longo de um canal com 9 km de extensão, onde foram construídos os terminais comerciais (norte e sul), o porto industrial e os portos de pesca costeira e de pesca longínqua. Situados na margem esquerda do Vouga (em terrenos da Gafanha), o terminal comercial sul fica a cerca de 8 Km da embocadura (na margem esquerda da Cale da Vila, na antiga estrada de

Aveiro-Barra). O terminal norte situa-se na ilha da Mó do Meio (concelho de Ílhavo). Próximo deste localiza-se o porto industrial (essencialmente preparado para a armazenagem de granéis e de combustíveis líquidos) e o porto de pesca longínqua (pescado congelado e bacalhau).

Figura 42 - Porto de Aveiro: movimento comercial e navios



In: IMT, 2014, 1827

A referência ao movimento comercial portuário não desmerece uma outra nota relativa ao comércio internacional, no todo da NUTIII-Baixo Vouga, onde Aveiro se insere. Esta área insere-se no “polígono policêntrico Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu” (U.A., 2008, 13), com uma forte componente de internacionalização em relação ao movimento geral registado no território português. Estes são alguns dos aspectos a reter quando se analisa a importância do comércio na área do município aveirense.

Outras considerações, certamente mais pertinentes e atuais relacionadas com o comércio urbano e nas freguesias, não são consideradas não só por dificuldades na obtenção estatística desses dados, mas também pelas transformações que este tem vindo a sofrer no dia a dia da urbano. Realça-se, no entanto, o seu contributo na vida económica da cidade e das suas povoações, mantendo-se como uma atividade que suporta um grande número de cidadãos quando as dificuldades económicas afetam, cada vez mais, a sociedade local e a população portuguesa no seu conjunto.



27 Instituto da Mobilidade e dos Transportes (2014) – Movimento de carga e dos navios nos portos do continente. In: http://www.imtt.pt/sites/IMTT/Portugues/IMTT/relatoriosectoriais/Documents/Movimento%20Portuario%20Reportorio%20Mensal/MovPort_ReportMensal_Abril2014.pdf. 25JAN15

Turismo

A expansão e o desenvolvimento do turismo internacional repercutiram-se na evolução do fenómeno turístico em Portugal, tendo o acréscimo ocorrido nos últimos anos sofrido os efeitos do crescimento do turismo mundial. Entre as várias fases que identificam a sua evolução recordamos, apenas, o período que coincide praticamente com a segunda metade do século passado, até ao eclodir do primeiro choque provocado pela crise petrolífera dos anos setenta, durante o qual as economias dos países ocidentais sofreram um considerável impulso. Daí que se tenham verificado, depois de 1975, flutuações e quebras com efeitos diretos sobre a expansão deste setor. Com a expansão dos corredores aéreos, a nível internacional, a redução de custos de transporte e a promoção de novos destinos, estamos em fase de expansão das viagens internacionais.

A apreciação do turismo, localmente, deve ter em conta a existência de um conjunto de fatores que favoreceram o desenvolvimento deste fenómeno, definido por Lanquar (1987, 10) como “o conjunto de relações e de factos associados à deslocação e à estadia de indivíduos fora do seu lugar de residência habitual, enquanto tais deslocações não estejam associadas a qualquer atividade lucrativa”. Dentro de tais fatores destacamos, em primeiro lugar, os aspetos geográficos e naturais relacionados com a diversidade de paisagens que acompanham os acidentes físicos relatados nas antigas terras de Alavarium.

São os traços de natureza física, humana, económica e cultural que permitem identificar a diversidade de paisagem local, onde a proximidade da montanha e da planície mostram duas realidades distintas e simultaneamente vocações humanas diferenciadas. Como afirma Ribeiro (1970, 296) a “montanha, com vastas áreas lisas onde o relevo se sente apenas nos ásperos declives que as limitam; planície tantas vezes molemente ondulada, com silhuetas azuladas de cimos no horizonte de quase todos os lugares”.

Estes os aspetos que identificaram a antiga região da Rota da Luz e os seus municípios e que hoje continuam a promover a região do centro através do Turismo Centro de Portugal, onde Aveiro se integra. Bastaria esta descrição para compreender as diferenças de geologia, de relevo e as nuances climáticas locais que caracterizam esta nesga atlântica, afeiçoada ao longo de gerações por colonos e emigrantes e que só depois da construção da linha férrea do Norte despontou para a atividade de veraneio. Esta começou por atrair os nossos vizinhos mais próximos, os espanhóis e foi gradualmente ganhando novos adeptos entre os habitantes do novo e do velho continente.

Nesta convergência de interesses e nas incidências imediatas deste fenómeno, o turismo foi gradualmente ganhando foros de cidadania, conquistando o seu espaço e afirmando-se como força motriz do desenvolvimento económico à escala nacional e regional, sobretudo a partir da década de sessenta do século passado. A partir de então o turismo tornou-se

capaz de mobilizar recursos consideráveis, aproveitando situações e fatores operacionalmente endógenos relacionados com as nossas potencialidades e riquezas naturais. Entre elas destaca-se a paisagem humanizada e a diversidade patrimonial natural e humana, as quais surgem como legados do passado e fazem parte da nossa consciência coletiva. Por isso devem ser entendidos como um elemento, que no dizer de Durkheim (1977.I, 98), “liga uma às outras as gerações sucessivas”, mantendo unido o indivíduo ao grupo a que pertence.

Recordamos uma afirmação do início do século XIX quando se despertou para a importância deste fenómeno e que foram proferidas por Sebastião Magalhães Lima: “carecemos de valorizar o nosso território, a nossa natureza, as nossas paisagens, o nosso sol (...). O turismo não é só alegria, o movimento, a beleza, a vida: é também a saúde e a riqueza. Do seu desenvolvimento depende o nosso futuro” (Pina, 1988, 11). Esta citação evoca as bases do turismo em Aveiro, cidade que veio a beneficiar do seu enquadramento paisagístico natural e das facilidades de circulação ferroviária proporcionadas pela abertura da linha do Norte, em finais do século XIX e das vias de circulação rodoviárias complementares que hoje tornam mais acessível esta região.

Sobre a cidade de Aveiro no início da segunda metade de Oitocentos, anotou Abreu (1865, 13) no seu roteiro do viajante dos caminhos de ferro: “tem Aveiro duas cousas notáveis: o lyceu e o tumulo da princeza Sancta Joanna; o lyceu é um monumento que recordará aos vindouros o patriotismo de José Estêvão; o tumulo é um suberbo quadro de mosaico, dadiva de D. Pedro II, para encerrar os restos mortaes da filha de D. Affonso VI, que está no convento das freiras dominicas”. Observa ainda o mesmo autor (loc. cit.), um outro motivo de atração aveirense, “o passeio público, modernamente construído”, o qual “resente-se d’esta circumstancia, mas quando as arvores crescerem deve ser bem agradável passar alli as tardes de verão” (loc. cit.). Do referido roteiro faz ainda parte uma breve nota sobre a povoação de Eixo e o comércio local de “objetos de cobre, que os seus moradores vendem por quasi todo o reino” (op. cit., 45), bem como da povoação de Ílhavo (op. cit., 53), onde o “geral das mulheres (...) é serem lindíssimas, e o traje de que usam torna-as tão donairosas como as de Aveiro”.

Repare-se que à semelhança do que sucedeu noutros países da Europa, a divulgação da máquina a vapor durante a revolução industrial e a construção das linhas férreas fomentaram a mobilidade e as viagens das classes mais abastadas que passaram a constituir, ainda durante o século XIX, um dos hobbies da burguesia da época. Pelo seu interesse transcrevemos de Abreu (1865, 148), o relato do circuito sugerido para um viajante que se deslocasse entre o Porto e Coimbra, fazendo escala na cidade de Aveiro:

“Apeia-se, e dirige-se ao hotel do Vouga, ou hospedaria da Luizinha, aonde é servido regularmente, devendo preferir esta, se quer economisar, e aquelle se quer mais apparato.

Nas doze horas que aproximadamente está em Aveiro, tem tempo para ver tudo, não esquecendo ir até à ‘columnas’ desfructar o agradável espetáculo que apresentam as salinas.

Em quanto almoça dispõe as cousas para que lhe preparem um barco que o conduza á Vista Alegre, visto que infelizmente não há estrada em termos de ir em trem, e para que em quanto por lá anda, lhe apromptem os ovos moles e mexilhões, porque ningem deve ir a Aveiro e deixar de comprar d’aquella fazenda (...).

Depois que regressa da Vista Alegre, toma logar no comboyo para a Mealhada, aonde chega à noite.

Ao sahir de Aveiro, colloca-se na carroagem juncto á janella do lado direito, mas senta-se voltado para o norte, a fim de poder gozar a aprazível vista que a cidade apresenta ao passar sobre o aterro das Agras, que é pouco distante da estação”.

A afluência de visitantes a esta cidade depois da construção do C.F. levou o poder central a criar a “estancia de turismo de Aveiro”. Esta iniciativa decorre do processo de regionalização turística, iniciado em 1921, quando foram institucionalizadas as “comissões de iniciativa”, dependentes da Repartição de Turismo, “a quem competia promover o desenvolvimento do turismo nas zonas classificadas como estâncias balneares, termais, climatéricas, de recreio, de turismo, de altitude e de repouso” (Pina, 1988, 29). Em 1929 é criada a correspondente Comissão de Iniciativa de Aveiro, “numa área que abrangia todo o concelho e sujeita à jurisdição da sua Comissão de Iniciativa” (Almeida, 2009, 343).

Note-se que esforços de promoção desenvolvidos por Portugal no estrangeiro, assegurada pelas Casas de Portugal, alimentavam as esperanças de um futuro mais risonho para esta atividade quando em meados da década de trinta se reuniu em Lisboa o 1º Congresso Nacional do Turismo (em 1936). A partir de então o turismo passou a ser considerado como uma grande indústria, uma alternativa possível da indústria manufatureira e outras, que não foram criadas a seu tempo em Portugal durante a revolução industrial.

Refere-se Pina (op. cit., 29) que o aparecimento das zonas de turismo tinha como limite máximo o concelho, consagradas no Código Administrativo de 1936, tendo tal configuração sido alterada em 1956 com a Lei nº 2082, a qual estabeleceu “expressamente que, para além das zonas de turismo, se poderiam criar regiões de turismo, abrangendo duas ou mais zonas de turismo ou mesmo zonas não incluídas em zonas de turismo e ainda que pertencessem a concelhos diferentes”. Por isso em Aveiro foram tomadas diversas medidas relacionadas com a dinamização do turismo nesta área.

Em dezembro de 1936 as competências das Comissões de Iniciativa são transferidas para as Comissões Municipais de Turismo, o que permitiu a estruturação do turismo na cidade e no seu município através de um conjunto de ações de âmbito urbano - relacionadas com o embelezamento da cidade e do parque - e fora de portas, vindo a fortalecer a atividade e o crescimento

deste fenómeno na região. Assinala Almeida (2009, 344) a oportunidade das Festas do Milénio (1959), que deram um “grande impulso” com a instalação dos serviços de turismo na Av. Lourenço Peixinho, os quais foram transferidos em 1970 para as instalações definitivas no edifício fronteiro à Câmara Municipal.

Note-se que processo de regionalização turística em Portugal, definido em 1982, conferia ao poder local a liberdade de escolher a sua região, sendo os corpos responsáveis pela sua administração não nomeados pelo poder central, mas sim eleitos entre os membros que a constituem: autarquias, associações empresariais, departamentos estatais. Assim o município de Aveiro, “ciente da sua importância como catalizador dos fluxos turísticos regionais (...) esteve na génese da criação da Região de Turismo da Rota da Luz, englobando 14 dos 19 concelhos do Distrito de Aveiro” (Almeida, 2009, 345), o que aconteceu em 1985.

Para o contexto internacional, Lozato-Giotart (1989, 131) explicita que “uma região turística parece definir-se a partir do momento em que a organização dos transportes, dos serviços e da economia geral é em parte, ou totalmente devida ao impacto dos fluxos, da frequência ou dos núcleos de acolhimento próprios da função turística”. Por estas razões uma região turística “é um espaço funcional imprimindo a sua imagem a um conjunto natural e humano mais ou menos homogéneo e contínuo”. As regiões turísticas, onde se incluía a Região de Turismo da Rota da Luz - criada em 1985 por associação de grande parte dos municípios do distrito de Aveiro - foram alteradas por via da aprovação do “Plano Estratégico Nacional de Turismo” (PENT), pela Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2007, de 4 de abril, que definiu os objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor, através de 5 eixos e 11 projetos:

- Territórios, Destinos e Produtos
- Marcas e Mercados
- Qualificação de Recursos
- Distribuição e Comercialização
- Inovação e Conhecimento.

Pelo seu interesse, transcrevemos os 11 projetos, envolvendo diversas entidades e parceiros desta área:

- Produtos, Destinos e Pólos
- Intervenção em ZTIs (Urbanismo, Ambiente e Paisagem)
- Desenvolvimento de Conteúdos distintivos e inovadores
- Eventos
- Acessibilidade Aérea
- Marcas, promoção e Distribuição
- Programa de Qualidade
- Excelência no Capital Humano
- Conhecimento e Inovação
- Eficácia no relacionamento Estado-Empresa

➤ Modernização Empresarial.

Pela legislação de 2008 (Portaria nº 1037, de 15 de setembro) é criada a Entidade Regional de Turismo do Centro, com sede em Aveiro, responsável pela promoção turística do Centro de Portugal, espaço alargado que abarca as regiões, litoral e montanhosa do interior, com as suas diversidades geográficas e culturais. Com competências próprias no setor, dispõe de quatro delegações nos distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Castelo Branco, que assumem a designação de Pólos de Marca Turística. São elas: Dão-Lafões, Coimbra, Castelo Branco e Ria de Aveiro (artº 5).

Deste Pólo fazem parte diferentes produtos da marca de Aveiro. São eles: Sol e Mar, Gastronomia e Vinhos, Natureza, Cultural e Paisagístico, Negócios, Náutico, Saúde e Bem-Estar e Golfe. Outros podem vir a ser explorados que atendam aos equipamentos instalados em Aveiro e na sua área urbana, a saber: o turismo de negócios, o turismo científico, o turismo náutico e outras modalidades relacionadas com a exploração das potencialidades de lazer e de recreio, permitidas pelo património local. Entre este destaca-se o artesanato – sobretudo a cerâmica –, as festas tradicionais e da ria, bem como os eventos urbanos, ações que exigem um permanente acompanhamento e uma formação especializada nesta área.

Um rol de iniciativas cabia aqui destacar, desde as festividades ligadas ao dia do Município e a Santa Joana, padroeira da Diocese de Aveiro (12 de maio), às festas de São Gonçálio (S. Gonçalo de Amarante) que anima, durante uma semana, o bairro piscatório da Beira-Mar. Conhecido como o santo casamenteiro, sobre ele rezam muitas quadras (cf. Sarabando, 1966, 66), de que evocamos a seguinte:

“Ó meu querido S. Gonçalo,
lembrai-vos das solteironas;
deparai-lhes maridinhos,
pois são boas mocetonas”.

Estas iniciativas são algumas das oportunidades para conhecer as tradições que enriquecem a memória dos aveirenses. Já as festas da Ria, que têm lugar nos meses de verão, com o seu desfile de pinturas e de moliceiros, reforçam a identificação da paisagem lagunar e do seu património como dominantes da procura dos visitantes da cidade de Aveiro e dos seus arredores.

Recordando algumas das propostas em tempo elaboradas pela C.M.A e Região de Turismo Rota da Luz²⁸, é possível traçar itinerários regionais e locais que permitem conhecer as particularidades sub-regionais e os patrimónios locais associados à Ria de Aveiro, ao Mar, à Arte Nova e à Serra diversificando-se, neste caso, os circuitos que possam englobar o Mar e a Serra ou escolher, livremente, a visita às Serras do Interior. Estes circuitos

28 Mapa de Aveiro, divulgado pelo Município de Aveiro, em 2004, em colaboração com a Região de Turismo da Rota da Luz.

obrigam a uma deslocação entre municípios da antiga unidade distrital de Aveiro.

No âmbito dos circuitos urbanos, a sugestão apresentada incluía dois itinerários urbanos principais: o primeiro relacionado com o Património Religioso; o segundo, com a Arquitetura Civil Pública, separando os locais de interesse nas freguesias urbanas de Glória e de Vera Cruz, hoje: União das Freguesias de Glória e Vera Cruz. Para além destas, a património construído, nomeadamente o roteiro de Arte Nova da cidade de Aveiro e o roteiro da Universidade, são motivos de procura dos visitantes e turistas que têm ao seu dispor as vias rodoviárias e ferroviárias dotadas de boa acessibilidade, e a proximidade do aeroporto da cidade invicta.

A cidade dos canais e dos circuitos urbanos de bicicleta (Buga) vai sendo conhecida por outras iniciativas que acolhem os cidadãos estrangeiros e nacionais no seu dia a dia, em épocas festivas e sobretudo na época estival. É neste período que a cidade regista uma grande procura de cidadãos europeus, sobretudo da vizinha Espanha - mas também Franceses, Ingleses e Alemães - que fazem de Aveiro um dos seus destinos de eleição. Para os acolher dispõe o concelho e a cidade de Aveiro um montante de estabelecimentos hoteleiros, com capacidade de alojamento significativa no conjunto da NUTII-Baixo Vouga.

No conjunto de ações e de diversificação de produtos turísticos regionais, importa atender à natureza do fenómeno turístico, referido por Almeida (2009, 346) como “um fenómeno de interação entre o homem e o meio”, mas também à carga humana a que determinados ecossistemas ficam sujeitos pelo que, no dizer do referido autor (loc. cit.), “é fundamental minimizar os efeitos da atividade turística no meio ambiente”. Estas precauções ligam-se, sobretudo, às novas formas de turismo da natureza e ambiental de que Aveiro possui uma grande diversidade e um património ainda por explorar.

Por sua vez as condições locais, em particular as condições lagunares oferecidas pela Ria de Aveiro e pelas áreas húmidas das Pateiras, sugerem justamente a que se atenda a estes condicionalismos sem os quais a diversidade faunística e florística dessas áreas ficam comprometidas. Torna-se por isso necessário olhar as precauções que a natureza e a sociedade exigem, para a especificidade do turismo ambiental na área da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, na área da Zona de Proteção Especial das Aves Selvagens da Ria de Aveiro – Rede Natura e em todo o Baixo Vouga lagunar. Estas unidades fazem parte de um vasto património geográfico, natural e cultural, que se deve articular com o património das terras vizinhas.

Além destes aspectos, as festividades, em particular as consagradas aos Padroeiros das respetivas Paróquias e os motivos locais presentes em cada uma das freguesias do concelho, contribuem para o reforço e afirmação de tradições que fazem parte do roteiro de memória aveirense. Um roteiro preenchido com diferentes tipos de Feiras e de Exposições – da Agrovouga, à Farav e outras – que se juntam ao património construído (caso da

Arqueologia industrial, da Arte Nova, da Arquitetura contemporânea da U.A.) e sobretudo ao património natural local, poderoso agente do veraneio e do lazer. Estes e outros motivos locais, sobretudo relacionados com a vida lagunar, marítima e urbana, são pretexto para uma permanência duradoura no Município de Aveiro e na sua região.

Realçamos um último aspeto ligado à Hotelaria, à Restauração e ao fenómeno turístico, onde Aveiro se tem vindo a destacar, a formação especializada na área do Turismo. Como acontece em relação aos demais setores de atividade, a especificidade da formação em turismo requer uma adequada capacitação profissional, reconhecida pela sua profundidade e atualidade dos conhecimentos científicos e também pela sua relação com o mundo do trabalho. Tal facto obriga ao ensinamento de conhecimentos teóricos relativos ao saber-fazer, ao saber-estar na profissão e aos aspetos diários do seu desempenho. Estas razões bastam para justificar a necessidade de um ensino e atualização contínua da formação em turismo, às mudanças no mercado (e à especificidade dos diversos setores), bem como à inovação no que concerne não só aos conteúdos de ensino, mas também ao exercício das práticas profissionais.

Recorda-se como a formação na área do turismo é importante no nosso sistema sócio-político e educativo tendo em conta a evolução das condições de trabalho e a maior libertação de tempos livres, bem como a tendência crescente para a mobilidade facilitada pela melhoria das condições de transporte e de ócio. São estes fatores que justificam os cursos de ensino superior lecionados na Universidade de Aveiro e outros cursos de natureza profissional disponíveis na cidade, sobretudo orientados para a Hotelaria e a Restauração. Se outras condições não existissem a especificidade dos serviços prestados em hotelaria, turismo e restauração, bastariam para justificar uma atenção especial à formação em diversas áreas. São elas:

- A natureza do produto turístico já que, na maior parte das vezes, os serviços prestados neste domínio são bens de consumo imediato;
- Os interesses dos agentes prestadores desses serviços - hoteleiros e trabalhadores - os quais deverão ter uma perspetiva concordante acerca da importância da qualidade dessas tarefas;
- A diversidade dos consumidores e a sua legítima expectativa de usufruir de um serviço hoteleiro da melhor qualidade, dentro da categoria a que recorre;
- A mutabilidade dos mercados, tendo em atenção que para além dos mercados tradicionais, as alterações políticas ou as flutuações económicas podem determinar novos fluxos de consumidores variando, por conseguinte, os cuidados habituais e as rotinas já estabelecidas para com os clientes tradicionais;
- A dependência de outros setores, como dos transportes e da indústria no seu conjunto, sendo certo que a qualidade dos serviços em hotelaria apresenta uma componente muito forte de dependência em relação aos outros

setores económicos e cujos efeitos se traduzirão na satisfação dos seus utentes;

➤ A falibilidade das políticas sectoriais e estruturais que esquecem, por vezes, a importância do turismo no seu conjunto como fator estratégico de desenvolvimento nacional.

Por todas estas razões a formação em turismo, hotelaria e restauração, bem como nos outros serviços que lhes estão diretamente associados, deve ser entendida como uma formação altamente especializada e fortemente prestigiada pela classe profissional. Dela beneficiam não só os clientes e agentes, como os demais atores regionais e nacionais que se dedicam a este setor. A importância assumida desta atividade na vida dos aveirenses está há muito plasmada num testemunho de D. Constant (1966, 20) onde se lê: “O turismo está para Aveiro como todas as suas indústrias tradicionais: pesca, sal, construções navais e cerâmica. São atividades resultantes das condições naturais, e elas, por força das circunstâncias, levaram os Aveirenses a praticá-las (...). Aveiro, rainha das águas serenas, deve confiar ao turismo a sólida construção do seu futuro”.

Embora proferida há meio século, há nesta afirmação o traçar de um rumo quanto a uma das atividades para a qual Aveiro tem potencialidades naturais para aproveitar, conhecimento científico e experiência na formação na área dos RH para poder responder condignamente a esta citação. Para tanto saibam concorrer os cidadãos, as instituições de saber, as escolas de natureza profissional e os responsáveis políticos, proporcionando os meios para um bom aproveitamento dos recursos naturais e humanos postos à nossa disposição.

Não esqueçamos que a delapidação de um, qualquer que seja, dos produtos que identificam a Ria de Aveiro – nomeadamente o bom acolhimento humano - terá consequências nefastas quanto ao futuro do sistema natural, ecológico e social que garantem a sobrevivência e a afirmação deste setor. Tal é reforçado pela procura crescente de novas modalidades de turismo, como o Turismo Natureza, o Ecoturismo e outras formas de lazer, que reclamam um contacto maior com a fauna e a flora local. De destacar ainda a procura dos circuitos pedestres ao longo dos pequenos canais desta vasta zona lagunar, que permitem uma estreita simbiose e comunhão entre o que resta de um vasto património geográfico e natural, já parcialmente alterado ou destruído, consumido abusivamente ou deixado ao desleixo por nós próprios e por alguns que nos antecederam.



Universidade de Aveiro

A presença da Universidade de Aveiro constitui para a cidade e sua região um importante fator de desenvolvimento urbano, em termos da organização do espaço e de mobilidade humana, mas ainda como indutora de um conjunto de mudanças científicas, sócio-culturais e económicas que importa assinalar. Com efeito, decorridas quatro décadas após a criação da U. A. podemos assinalar marcas distintas que retratam as etapas mais significativas do seu crescimento; a ação dos seus responsáveis; a dedicação de alguns dos seus mais distintos e anónimos colaboradores; o trabalho dos pioneiros que se empenharam na construção de um novo projeto universitário, distinto dos moldes tradicionais de Coimbra ou do Porto, que se foi edificando nos campos de Santiago; a capacidade de aceitação e de acolhimento da sociedade local e das empresas da região para com este promissor projeto universitário criado pelo governo marcelista, em dezembro de 1973. Recentemente há provas da confirmação internacional desta instituição reconhecida pela sua marca dentro e fora do país.

Evocar o percurso histórico da U.A. é assinalar a visão estratégica dos seus construtores, do seu campus, dos seus modelos de formação e de interação social; é evidenciar a formação aqui ministrada e a disseminação dos conhecimentos ao longo do tempo e nos mais diversos contextos sociais onde trabalham os seus diplomados; é saber ler nas marcas do campus, as etapas de construção do atual sistema de ensino superior na sua relação com a construção da nossa democracia. Por isso, uma leitura abrangente do desempenho institucional universitário assenta em diversos pilares que assinalamos, relacionados, com:

➤ A natureza da formação dos recursos humanos (diplomados), que a nível local e nacional têm contribuído para o enriquecimento do capital humano indispensável ao processo de desenvolvimento do nosso país e sociedade;

➤ A diversidade das aprendizagens (formação inicial e pós-graduada), diretamente relacionadas com as necessidades do mercado de emprego (e de outras, não académicas), que têm permitido aumentar a literacia da população escolar;

➤ A mais-valia da investigação realizada intramuros e em articulação com as empresas, as quais têm beneficiado da partilha da inovação indispensável à afirmação da economia e da sociedade de conhecimento, bem como do nosso sistema social e universitário;

➤ O contributo dos programas de formação ao longo da vida que hoje preconizam e tentam aprofundar a relação dos profissionais com as instituições de ensino;

➤ A territorialização da formação e da investigação na sua ligação com o contexto físico, social, económico e cultural mais próximo das escolas que integram a Universidade de Aveiro;

➤ O incentivo à inovação tecnológica e à criação de redes do conhecimento com incidência no mercado global das empresas e dos serviços.

Estes pilares têm vindo a permitir a construção de uma comunidade dinâmica, empreendedora e cientificamente preparada, que tem contribuído para afirmar Aveiro no mapa das cidades e das regiões inovadoras no país e à sua escala internacional. Recorde-se que os esforços próximos para a criação de um estabelecimento de ensino superior nesta cidade remontam aos anos sessenta e ao esforço inicialmente desenvolvido pelo Reitor do Liceu de Aveiro²⁹, a que se juntaram muitas outras vozes e iniciativas. Diz-nos Gaspar (1999, 37), que “a primeira tomada de posição oficial a favor da criação de um estabelecimento de ensino superior em Aveiro foi da iniciativa do mencionado vereador da Câmara Municipal, na ocasião sob presidência do Dr. Alberto Souto, na reunião ordinária realizada no dia 4 de novembro de 1960”.

Tendo em conta a evolução demográfica do distrito e a importância da sua riqueza industrial, agrícola e pecuária, propunha-se em 1965 a criação de uma secção da Faculdade de Ciências (da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto ou de Coimbra), bem como a criação de outras "escolas para o ensino agrícola e pecuária (médio e superior), enfermagem, náutico e educação física" (O. Oliveira, 1971, 26). Este interesse foi ganhando alento tendo o então Ministro da Educação, Professor J. Veiga Simão declarado nesta cidade, por ocasião do encerramento do VI Congresso do Ensino Lical, em abril de 1971, que a "criação de estudos superiores em Aveiro" constituía uma das suas preocupações.

Entretanto, estudos de base elaborados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e por outras entidades passaram a sugerir, perante vários indicadores de natureza económica e demográfica, a expansão do sistema universitário a várias cidades do país, como Setúbal, Braga e Aveiro. Perante estes estudos o apelo à sua criação, em Aveiro, é subscrito pelo Governador Civil do Distrito³⁰ e alcançado em 1971, data em que se instalou nesta cidade o ensino médio através de uma secção do Instituto Comercial do Porto. A evolução deste tipo de ensino deu origem, em 1975, ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro integrado posteriormente, como escola do ensino superior politécnico, na própria Universidade.

A Universidade de Aveiro foi criada pela Lei nº 402/73, de 11 de agosto, conjuntamente com a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Minho e o Instituto Universitário de Évora, que depois deu lugar à Universidade de Évora. Tal aconteceu no âmbito da reforma do sistema educativo português e do processo de democratização do ensino que destinou à Universidade de Aveiro as seguintes funções principais: "ministrar o ensino superior de curta e longa duração e de pós-graduação, promover a

29 À data, Dr. Orlando de Oliveira, também Vereador da Câmara Municipal de Aveiro.

30 Dr. Francisco Vale de Guimarães.

investigação fundamental e aplicada nas diferentes disciplinas científicas e em áreas interdisciplinares e, no âmbito da sua missão de serviço à comunidade, considerar o estudo da cultura portuguesa".

Em cerimónia festiva realizada no salão de conferências do Museu de Aveiro (na casa onde viveu Santa Joana e onde se encontra o túmulo), em 15 de dezembro desse ano foi empossada pelo Ministro Veiga Simão a respetiva Comissão Instaladora da Universidade de Aveiro (que se manteve em funções até ao final de 1981), aproveitando então o titular da pasta da Educação para traçar as linhas condutoras da sua orientação (Aveiro e o seu Distrito, 16, 23):

➤ Elaboração dos "programas globais" e dos "planos sectoriais de desenvolvimento da Universidade para uma população escolar que não deve exceder os 7.000 alunos";

➤ Definição dos "diversos cursos universitários, estruturando os departamentos de ensino e de investigação",

➤ Atribuição de "números-limite de população escolar para cada curso", decisões que deverão ter em conta "o planeamento sócio-económico, a nível regional e nacional, e as necessidades do mundo do trabalho em pessoal altamente qualificado".

Estes objetivos foram prosseguidos através da elaboração de um primeiro Plano Geral da expansão física da Universidade, apresentado em 1979, e do alargamento do seu corpo de docentes, investigadores, funcionários e alunos. A situação geográfica da nova instituição universitária localizada numa das regiões do país dotadas, ao tempo, de uma grande dinâmica económica e demográfica e a natureza do seu projeto institucional, permitiram-lhe um crescimento contínuo e o reforçar das suas ligações com o meio através de diversas realizações pedagógicas, culturais e de cooperação empresarial.

Este desempenho tem vindo a alimentar a evolução da sua população discente, que segue o processo de expansão do subsistema de ensino superior em Portugal decorrente das transformações políticas, sociais e económicas que afetaram a sociedade portuguesa e que se incrementaram com a revolução de abril de 1974. Daqui resultou o aumento da procura social da educação em todos os níveis de ensino, fenómeno que se deve não só ao desenvolvimento sócio-económico e ao alargamento crescente da rede escolar, mas também ao acréscimo das expectativas de mobilidade social conferidas pelo prosseguimento de estudos no ensino universitário.

Para além destes aspetos não podemos igualmente menosprezar a importância de outros fatores, nomeadamente os da natureza económica - que conduziram a uma evolução favorável das acessibilidades económicas - decorrentes da alteração dos tecidos empresarial e produtivo do país e do mercado de emprego, conduzindo a uma alteração das condições de vida de largos estratos da população residente. Estas condições facilitaram o aumento da esperança de vida escolar a um número considerável de alunos, para além dos limites impostos pela lei, ou seja, o período de escolaridade obrigatória. Recorde-se que esta nova etapa de expansão do ensino superior foi

completada a partir dos finais da década de setenta com a criação, em todos os distritos do continente, de diversas escolas do ensino superior politécnico, bem como pela expansão do ensino superior universitário e politécnico oficial, particular e cooperativo.

A Universidade de Aveiro foi aberta ao público no ano letivo de 1974/75 - curso de Eletrónica e Telecomunicações - e em instalações cedidas pelo Centro de Estudos e Telecomunicações dos C.T.T.. Os serviços de apoio ocuparam inicialmente um prédio alugado na Rua Mário Sacramento onde ficaram instaladas a Reitoria e a Administração até à sua transferência para Santiago, na zona contígua à Cadeia e ao Bairro da Misericórdia. Esta implantação resultou dos estudos realizados durante a década de setenta e as novas instalações foram então construídas na zona de Santiago (Pavilhão I, em 1976).

Depois da construção dos Pavilhões II e III, durante a primeira metade da década de oitenta, foi nos anos seguintes que o novo campus universitário sofreu um impulso considerável com a construção dos novos edifícios e departamentos. Assim aconteceu depois de 1986/87, com a reestruturação do projeto geral da U.A. e do convite endereçado a alguns dos mais prestigiados arquitetos portugueses para apresentarem projetos dos novos edifícios a implantar nos terrenos de Santiago, próximo da ria e das suas marinhas. Como resultado deste processo a área construída foi sendo sucessivamente ampliada, estando repartida por diversos blocos que fazem parte do campus de Santiago onde estão sediadas as atividades de ensino, investigação, prestação de serviços à comunidade, bem como a maior parte das infraestruturas de apoio social (residências e restaurantes universitários), cultural e desportivo aos alunos.

Estas iniciativas acompanharam a nova fase de expansão da U.A., iniciada na década de 90, permitindo o aumento considerável da população escolar, a "internacionalização da atuação da Universidade como instituição de ensino, investigação e de cooperação" (Texto da U.A.) e o reforço da sua ligação à sociedade através de diversos programas facilitadores desta intervenção. Na atualidade o campus antigo de Santiago está ligado ao novo campus da Agra do Crasto, onde se situam diversas instalações sociais e destinadas à Associação Académica, como novas instalações ligadas à formação e à investigação, sobretudo no domínio da saúde.

Relembramos que a importância desta instituição universitária tem vindo gradualmente a aumentar no conjunto das demais universidades portuguesas. Diversos fatores têm concorrido para esta evolução. Por um lado, o aumento da sua população docente e discente; por outro, o reconhecimento pelo seu desempenho pedagógico, científico e institucional, garantido pelo corpo docente, equipamentos e instalações sediadas num campus universitário, de feição distinta dos demais construídos em Portugal durante o mesmo período.

Para além de outros projetos, a expansão universitária recente envolveu a criação de uma rede de escolas do Ensino Politécnico associadas à própria

Universidade - como sejam o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro (ISCA-UA), a Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (ESSUA), a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) e a Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologia de Produção Aveiro Norte (ESAN). Estas escolas vieram permitir a consolidação da própria Universidade e reforçar o seu contributo para o crescimento económico e social da região. Assim tem vindo a acontecer através da formação do capital humano e da sua atuação como pólo gerador não só da evolução urbana, como o observa Fonseca (2010, 35), mas também da sua função como “pólo regenerador da evolução urbana e estimulador do crescimento económico e social, potenciando um desenvolvimento autossustentado da cidade”.

A diversidade de projetos em que está envolvida, nomeadamente os de ordem institucional relacionados com a C.I.R.A., como seja o Parque da Ciência e Inovação, a criar no termo do Campus da U.A., é uma das iniciativas que vai permitir o acolhimento de unidades de investigação e a incubação de novas empresas que promovam sinergias e o desenvolvimento sócio-económico desta região. Os dados do desempenho atual da U. A.³¹ assim o testemunham. Para além destes aspetos não devemos esquecer o fluxo de novos habitantes arrastados pelo crescimento desta instituição universitária. Os dados contidos nos recenseamentos da população registam ainda o acréscimo de diplomados que anualmente saem da U. A. e que por razões de trabalho, de acessibilidade científica e cultural (decorrente da oferta de programas de formação graduada e contínua) ou por outras razões passaram a fixar a sua residência neste centro urbano (Arroteia e Martins, 1997).

Os dados dos relatórios de gestão e contas – Grupo Universidade de Aveiro, assinalam a evolução crescente dos alunos colocados nesta instituição universitária, com uma população universitária de mais de catorze milhares de alunos no seu todo. A evolução da população escolar em cursos de formação inicial (1º Ciclo de Bolonha) traduz no entanto uma ligeira variação devida à nova formatação dos cursos de ensino superior ao Processo de Bolonha e à procura de outras instituições na Região Centro. É ao nível da Pós-Graduação (2º e 3º Ciclo de Bolonha) que a Universidade de Aveiro tem vindo a consolidar a sua posição e a acolher maior número de alunos, nomeadamente de estudantes estrangeiros equilibrando, desta forma, as variações ao nível da formação inicial.

Fazemos notar o peso destes novos habitantes na dinamização de certos aspetos da vida quotidiana da instituição universitária e da própria aglomeração. A Universidade, direta e indiretamente, tem vindo a contribuir para a alteração da fisionomia, da sociedade aveirense e para a evolução de todo o aglomerado urbano. Entre estes é de realçar a frequência de diversos

31 Fonte: <http://www.ua.pt/PageText.aspx?id=429>, em 7MAR11

estudantes estrangeiros que ao abrigo dos programas de mobilidade e de outros programas de formação, escolhem esta Universidade. Não podemos ainda esquecer os textos de protocolo assinados com diversas entidades, nacionais e estrangeiras, no decurso dos últimos anos, que realçam uma nova dinâmica de partilha e colaboração com entidades externas ao próprio subsistema de ensino superior e um esforço acrescido de cooperação nacional e internacional.

Estes aspetos refletem-se na imagem e animação do campus no seu todo, que ilustra a força e a identidade deste projeto que se identifica em Portugal e no exterior como uma marca forte nos domínios do ensino, da investigação e da inovação. Ela é por demais conhecida não só na cidade salgada onde habitamos, mas já entre os estados da velha Europa.



Urbanização recente

A expansão do fenómeno urbano em Portugal registado nas últimas décadas, por razões de desenvolvimento económico e das mudanças sociais em curso, tem sido objeto de diversos estudos centrados no espaço e nas formas de crescimento das cidades. Igual interesse tem merecido a estrutura e as funções desempenhadas por estas novas formas de povoamento, que se têm afirmado como uma consequência do fenómeno de industrialização e do aumento das relações entre os habitantes de um determinado território (cf: Salgueiro, 1992 e a extensa bibliografia dedicada a este assunto). Não admira por isso que confrontados com o alargamento crescente do centro urbano de Aveiro, das funções que desempenha e das relações que animam o seu espaço envolvente, tenhamos de atender à importância dos fatores naturais, humanos, sociais e culturais que têm condicionado a vida deste aglomerado e as causas da sua evolução recente.

Escreveu O. Ribeiro (1994, 176) que "as aglomerações urbanas constituem os nós de uma malha de organização do espaço em função das relações humanas", animadas pelas atividades do setor terciário (comércio e serviços) implantadas na sua sede. No caso vertente verificamos que este setor tem acompanhado a evolução do centro urbano, refletindo no seu movimento as fases de evolução do próprio aglomerado. Contudo, mais do que o estudo da paisagem urbana ou das funções que lhe dão vida, importa compreender os aspetos relevantes que têm marcado este facto artificial que é a cidade, como escreveu Oliveira (1973, 7) e cuja evolução é uma constante dos nossos dias.

A este respeito assinalou Semedo (2009, 31) que "uma cidade é o expoente da acumulação de riqueza o que pode aperceber-se pela atividade comercial e dos serviços, menos claramente pela indústria que tende a afastar-se do olhar próximo do cidadão e pela produção agro-pecuária e florestal".

Estas afirmações dizem bem da evolução das povoações urbanas e das suas atividades ao longo do tempo. Assim aconteceu em Aveiro com a implantação e depois retirada das primeiras indústrias e a conseqüente terciarização da sociedade local, atraída pela diversidade de consumidores e pelas perspetivas de um mercado alargado e dotado de maior mobilidade.

A evolução da paisagem e da vida urbana é determinada pelo cumprimento de diversos tipos de funções: administrativa, residencial, comercial, lúdica e outras, que se desenvolvem num perímetro cada vez mais alargado que deixou cair anteriores critérios territoriais, como a designação das freguesias urbanas (Glória, Vera Cruz e Esgueira) ou a indicação do nº de habitantes (> 10000, como estabeleceu o INE). Avançou-se com a utilização de novos critérios, como os de contigüidade territorial, níveis de concentração populacional, características de centralidade e coesão, que respeitem limites concelhios. Com estes critérios o INE passou a utilizar a designação de centro urbano, em torno de um espaço territorial que “contenha fisicamente a Presidência de Câmara” (INE, 2004, 11) ou que supere, num dos outros critérios de referência, mais de 500 hab./km². Estes critérios tomam em consideração a forma e as atividades económicas dos habitantes e o modo de vida das populações que aí residem.

De acordo com a classificação do INE (2004), Aveiro ocupava em 2003 a 18ª posição na hierarquia dos centros urbanos, registando então 114 funções centrais, numa área que envolvia 6 freguesias: Glória, Vera Cruz, Esgueira, Aradas, S. Bernardo e Santa Joana e uma população de quase meia centena de milhares de habitantes concentrados numa área de 82 km². No concelho são ainda consideradas de matriz urbana as freguesias de Oliveirinha, Eixo e Nª Srª de Fátima. Em contraponto a estas, S. Jacinto e Requeixo, são consideradas pelo INE, áreas rurais.

A consulta dos mais diversos documentos relativos à história de Aveiro, acentua a importância dos fatores naturais que se prendem com as atividades humanas, marítimas e portuárias, determinantes do seu crescimento, dependentes dos condicionalismos impostos pelo rio Vouga e pelo estado da sua barra. Daí que a promoção do lugar, quando passou de vila a cidade, pode ser encarada como um incentivo à economia da povoação ou ainda, como assinala Salgueiro (1992, 26), a “procurar estancar o seu previsível declínio”. Por isso é difícil encarar esta cidade, do ponto de vista geográfico, sem atender à natureza e extensão da laguna que a cerca, bem como à centralidade deste aglomerado relativamente às principais vias de comunicação e aos centros urbanos que a rodeiam.

Estas razões levam-nos a realçar a importância de determinados factos sociais que se manifestaram ao longo da vida desta povoação e a sua relação com outros fatores, principalmente com os de ordem natural, que determinaram a sua evolução mais antiga. Nestas circunstâncias refletir sobre o crescimento urbano de Aveiro obriga a uma análise que atenda, por um lado, aos aspetos relacionados com o crescimento da população e das suas

ocupações e, por outro, aos fatores geográficos e locativos que têm marcado a marcha das suas actividades - num passado remoto e longínquo (ligados essencialmente à afirmação do burgo primitivo), e ao longo das épocas mais próximas - que ditaram os seus ritmos de crescimento.

À semelhança de outras cidades costeiras, o conhecimento geográfico de Aveiro associa-se ao pensamento determinista de Ratzel (O. Ribeiro, 1970, 72), relativas à dependência do homem (e das suas actividades) do meio onde vive. Com efeito o peso do determinismo geográfico está presente na vida de Aveiro, nas actividades das suas gentes e nas suas manifestações sociais, económicas ou mesmo culturais, estendendo-se à humanização da paisagem e às "transformações profundas e formas inteiramente originais" (op. cit., 74) que o homem soube criar nas suas relações e domínio da natureza. Esta ação está presente na utilização do solo e na forma de organização do próprio espaço que tem vindo a mostrar como a cidade atual, embora mantendo alguns dos seus traços mais antigos (indicando o peso das actividades marítimas e portuárias), está a seguir um percurso diferente do que o seu passado milenar lhe parece ter ditado.

A evolução recente da cidade, onde se tem vindo a manifestar uma importância mais reduzida da civilização industrial e um acréscimo dos serviços, característicos dos grandes aglomerados urbanos, representa mais uma fase da sua evolução. Neste exemplo concreto é determinante o peso do comércio e dos serviços ligados à administração e finanças, a evolução tecnológica e as questões ambientais ligadas ao mar, à ria e às suas relações com o meio circundante.

Como sucede noutros centros urbanos situados entre os rios Minho e o Sado ou já no Algarve, o crescimento das principais aglomerações portuguesas tem-se intensificado a partir da segunda metade do século passado, acompanhando um movimento complexo de despovoamento interior, a ampliação das bacias de emprego e a construção de infraestruturas que têm sido edificadas em toda a faixa do litoral. Estes fatores, aliados ao modelo de ordenamento físico do território, têm condicionado as diversas soluções que não permitiram ainda minorar as assimetrias territoriais e estruturais dominantes na sociedade portuguesa. Mesmo assim justificam o aumento da população residente nesta área litoral do continente por via, quer da maior fixação da população local, quer da atração de novos habitantes que para aqui se encaminharam à procura de melhores oportunidades de vida e de emprego, contribuindo para o agravamento do fenómeno de litoralização.

De acordo com os dados do INE, em 2011, a população residente nas 141 cidades portuguesas elevava-se 4028 milhões de indivíduos, ou seja, cerca de 39% da população então recenseada. No que a Aveiro diz respeito, a atração de novos habitantes e de investimentos produtivos, a formação de recursos humanos, o estabelecimento de parcerias com a indústria, a prestação de serviços e transferência de tecnologias para as unidades industriais sediadas na região, constituem os fundamentos necessários para uma nova etapa na

vida da cidade. Etapa, que deve assentar no desenvolvimento e inovação (tecnológica, cultural e social) requeridas pela sociedade aveirense.

Estas razões parecem justificar a configuração atual do centro urbano de Aveiro, que no seu conjunto reflete ainda "as condições naturais e históricas de ocupação do território e os movimentos da população" (Salgueiro, 1992, 59). Movimentos, que configuram novas oportunidades de formação e de emprego e o alargamento progressivo da cidade e da área urbanizada das freguesias limítrofes, num processo contínuo que se pode estender a outras áreas mais distantes, nomeadamente aos que partilham com Aveiro um conjunto de projetos de ordenamento territorial e social, intenções investimento e políticas comuns de acessibilidades, de serviços comuns e de bem-estar ao serviço dos cidadãos e residentes. Estamos a pensar em projetos que configuram a sua evolução próxima e a sustentabilidade deste e dos centros urbanos da periferia.

Dinamizados pela C.I.R.A. - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro” - um desses projetos, alimentado pela candidatura dos municípios que integram a Comunidade Interurbana de Aveiro, ao Programa Estratégico das Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, visa “construir, consolidar e/ou ativar dinâmicas coletivas de desenvolvimento urbano das cidades e principais aglomerados populacionais da região de Aveiro”.³² Através desta cooperação conjunta, deseja-se dar melhor forma às tendências da urbanização acrescida dos municípios aderentes e promover, em bases ajustadas, a sua sustentabilidade e desenvolvimento urbano. Um sistema urbano que se quer competitivo, empreendedor e inovador, que possa permitir o atenuar das assimetrias do crescimento e do bem-estar social da população residente nesta Comunidade Intermunicipal, isoladamente e nas suas relações com os centros urbanos vizinhos.

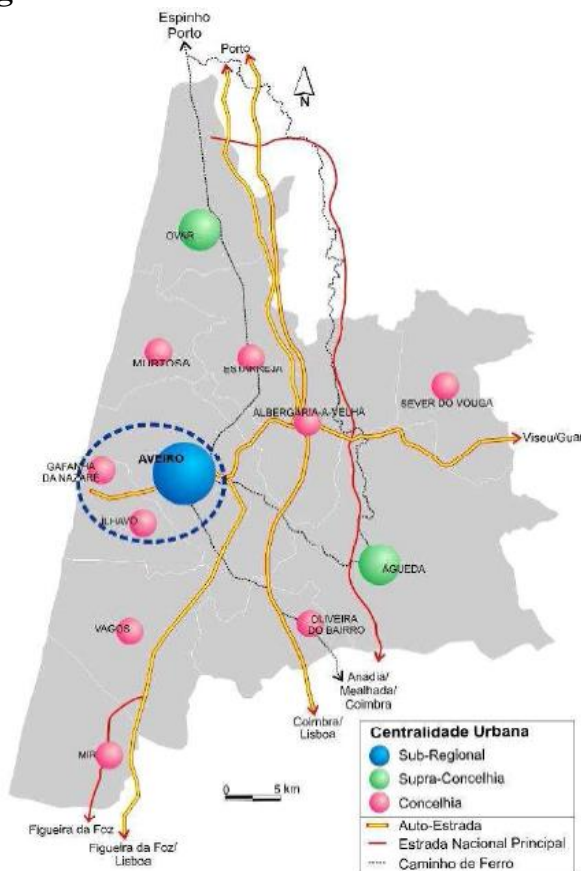
A figura anexa ilustra a configuração dos sistemas urbanos da Região Centro, tal como foram definidos no PROTCentro e a que importa atender tendo presente os estudos realizados e os resultados dos censos de 2011, que expressam as tendências recentes da evolução demográfica portuguesa relacionadas com a atração urbana nas capitais concelhias. Tal tem vindo a expressar-se no acréscimo de habitantes em detrimento das áreas rurais da sua periferia.

A configuração do sistema urbano da Ria de Aveiro, com as suas centralidades e eixos de circulação, como foram definidos no Programa Polis Ria (2010), assenta na proposta do reforço da centralidade urbana de Aveiro e das cidades vizinhas de Ilhavo e da Gafanha e da sua articulação com os centros supraconcelhios de Ovar e de Águeda, bem como as demais sedes concelhias que integram esta comunidade intermunicipal. Importa ainda assinalar que a construção deste sistema exige que os municípios aderentes assumam de forma clara o seu empenho, cumplicidade e solidariedade em

32 Texto de apresentação do RUCI - CIRA

relação ao projeto, promovendo em simultâneo ações que favoreçam as relações de vizinhança, a melhoria das acessibilidades e a complementariedade funcional entre eles.

Figura 43 - Sistema urbano da Ria de Aveiro



In: Polis Ria – Relatório Estratégico, 2010, 92

Como exemplo de uma ação comum nesta área refere-se a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes na Região de Aveiro, documento estratégico e operacional, da responsabilidade da CIRA³³, que visa ser um “instrumento de atuação e sensibilização, fomentando a articulação entre os diferentes modos de transporte, bem como a implementação de um sistema integrado de mobilidade e minimização dos custos de investimento e exploração”. A sua preparação “assenta em princípios orientadores nacionais e internacionais no domínio da Mobilidade, destacando-se a gestão da mobilidade em transporte público, no qual são analisados igualmente os transportes escolares, bem como as questões da mobilidade sustentável e elétrica e da sensibilização para a utilização de modos suaves de deslocação.”

33 http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=29289&projectoId=25,15OUT13

Através deste meio procura-se a valorização dos territórios municipais, mas a construção de um espaço alargado, de natureza supramunicipal, que beneficie os residentes nesta área e que se torne apelativo tendo em conta as tendências demográficas recentes expressas na evolução e distribuição da população portuguesa. Os dados recentes apontam justamente para um reforço destes centros que tendem a concentrar um número crescente de atividades e de serviços, face a uma situação de quebra das atividades tradicionais, de despovoamento do território e de envelhecimento progressivo que tem vindo a marcar a sociedade portuguesa há algumas décadas.



Vera Cruz



Heráldica da Freguesia de Vera Cruz

O território da freguesia de Vera Cruz foi autonomizado da primitiva paróquia de São Miguel, em 1572, quando o prelado de Coimbra desanexou o território a norte do canal da ria, situado entre a ponte das Almas, o canal central, a rua Larga, a rua do Vento, a ria e o ribeiro das Barrocas, incluindo os lugares da Forca, Presa e Quinta do Gato.

Sobre a designação desta paróquia, Mons. J. Gaspar (Boletim Municipal de Cultura, XVIII, 36, 107-108), vê nela uma ligação religiosa decorrente da natural devoção do então Bispo de Aveiro, D. Frei João Soares, aos lugares santos de Jerusalém e à sua Santa ou Vera Cruz, mas também ao secular Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pertença dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Outra razão invocada remete-nos para a leitura dos escritos de Rangel Quadros que regista existir, no ano de 1562, próximo do local onde se ergue a matriz desta paróquia, “um pequeno templo com a invocação da Vera-Cruz” (Gaspar, op. cit., 108).

Quando da reforma liberal e da criação de duas freguesias em Aveiro, o território a norte do canal central, que abrangia as antigas paróquias de Vera Cruz e de Nossa Senhora da Apresentação ou das Candeias, passou a constituir uma só freguesia, Vera Cruz, que integrou então o bairro de Sá. Note-se que até aí este território fazia parte do concelho de Ílhavo, criado por D. Dinis no final do século XIII, por razões que têm a ver com a criação de novos núcleos de povoamento e a posse desta freguesia pelo poder régio,

contrariamente aos concelhos vizinhos de Aveiro e de Esgueira, que pertenciam aos mosteiros de Celas e Tarouca e de Lorvão, respetivamente. Essa pertença foi confirmada no foral Manuelino de Ílhavo, em 1513, e deste lugar continuaram a sair muitos pilotos para as Descobertas, como vinha a acontecer desde o início do século anterior. Parte deles pertenciam à Confraria de Santa Maria de Sá (Gomes, 1899, 74), irmandade que teve um papel relevante na assistência e nos cuidados de saúde da população do mar.

Este lugar de Sá e o território de Vera Cruz eram por excelência as áreas ribeirinhas da cidade, estendendo-se o seu casario até às imediações do canal de São Roque onde se situavam os armazéns de sal de Aveiro. Na atualidade prolonga-se ainda pelo bairro da Beira-Mar, onde o traçado e a toponímia local fazem recordar as velhas atividades marítimas que lhe deram vida. São exemplo as ruas das Falcoeiras, dos Arrais, das Velas, dos Mercantéis e das Marinhas onde, na atualidade, coexistem zonas residenciais e serviços comerciais diversos, espaços de diversão e de lazer que se prolongam por um espaço territorial e ambientalmente mais extenso que inclui o território de algumas das suas antigas marinhas.

Em 1835, no âmbito das reformas liberais que então se registaram, esta freguesia foi ampliada com a incorporação da freguesia de N^a Sr^a da Apresentação. De acordo com Quadros (1984, 95), a redução de quatro para duas freguesias então registada não foi bem aceite pela população, em particular pelos seus paroquianos “que se mostraram contrários à redução das freguesias” e à demolição dos templos de S. Miguel, do Espírito Santo e de Vera Cruz, o que ficou provado pelo “facto de não haverem aqui operários, que facilmente se prontificassem aos trabalhos, que reputavam de um vandalismo” (loc. cit.). A Igreja inicial conhecida por S. Gonçalo (Gaspar, 1974, 29) foi dedicada, depois da construção do novo templo, a N^a Sr^a da Apresentação (outrora, N^a Sr^a das Candeias) - propriedade da Ordem de S. Bento de Avis, como as demais da cidade - em lugar próximo das habitações dos comerciantes do velho burgo.

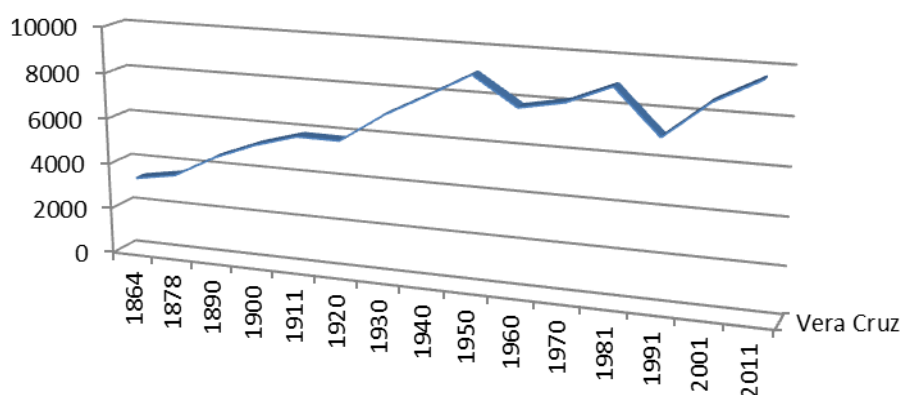
Ocupando quase todo o território a norte do canal central, o espaço desta freguesia da vila nova distinguia-se pelo predomínio de mercadores e de ofícios diversos entre os seus habitantes. A este respeito, Quadros (1984, 134) refere-se aos seguintes: ourives, sombreireiros, alfaiates, tintureiros, marceneiros espadeiros e outros. Mais ainda, afirma o mesmo autor (op. cit., 182) que “depois da freguesia de S. Miguel, era esta a mais populosa e, talvez, se possa dizer, que relativamente era de todas a mais rica, porque estavam no seu território os principais estabelecimentos comerciais e nela moravam quase todos os negociantes de mais nomeada”.

A evolução das atividades económicas de Aveiro, em particular as relacionadas com o comércio marítimo e a pesca, estão associados à evolução desta freguesia e ao crescimento da sua população. Para isso contribuíram também a instalação de Conventos, como o Carmo e o Convento de Sá e a instalação de novos serviços e indústrias que vieram a alargar as possibilidades

de emprego e de recrutamento da mão de obra local. Ainda hoje, como um dos núcleos residenciais mais característicos desta freguesia, temos a Beira-Mar que se distinguiu pelo facto de maior parte dos seus habitantes estarem ocupados nas atividades da Ria: patrões das marinhas, encarregados das marinhas, marnotos, pescadores (de várias artes), calafates, salineiras e peixeiras. Residentes, que nos dias de bonança e quando a saúde o permitia, trocavam a casa térrea do Bairro da Beira-Mar pelo barco, onde “nele decorria toda a vida familiar, qualquer que fosse o ofício ou a capacidade do barco” (Neves, Semedo e Arroeteia, 1989, 83).

Ligados por laços de forte solidariedade, os habitantes desta área mantiveram uma grande coesão social respeitada pela intimidade e confiança dos habitantes, que mesmo ausentes de suas casas, mantinham a chave na porta da rua onde circulavam vizinhos, amigos e visitantes. Outras manifestações de antiga sociabilidade estão patentes em festividades locais, como as festas de São Gonçálinho ou mesmo as de N^aSr^a das Febres. Aqui se revivem antigas tradições e danças evocando rezas e preceitos religiosos ou aproveitando para recuperar tradições culturais, culinárias e gastronómicas, que durante séculos estiveram associadas à geografia social e cultural deste território e freguesia.

Figura 44 – Vera Cruz: evolução da população



Na fase de expansão urbana da cidade, iniciada na segunda metade de Novecentos, esta freguesia acentuou o seu pendor residencial devido à construção de novas urbanizações, à atração constante de novos habitantes e à diversificação das oportunidades de trabalho no perímetro urbano ou fora dele. Manteve, no entanto, certos testemunhos de atração realçados pelo espaço de lazer do Rossio, das suas praças, cais, capelas e antigas construções evocadas nos edifícios de Arte Nova, cuja construção acompanhou o pulsar das atividades económicas aveirenses nos inícios do século passado. Estes fatores acompanham a evolução demográfica nesta freguesia, cuja frente ribeirinha continua a atestar as raízes de uma longa tradição lagunar, bem como a oportunidade de um aproveitamento mais eficaz deste espelho de água e das suas marinhas, em benefício das atividades de lazer da população

urbana. Para isso concorrem os projetos de ocupação do solo para novas edificações e projetos sociais e culturais, que devem continuar a atrair novos habitantes e residentes.

Os dados do recenseamento de 2011 revelam um acréscimo de quase um milhar de habitantes, elevando a população residente na freguesia para 9657 residentes.



Xadrês multicultural

O incremento dos movimentos da população no continente europeu, sobretudo no período posterior à segunda guerra mundial, constitui um dos sintomas do processo de desenvolvimento e de mudança social que experimentou o velho continente no período de reconstrução e de expansão económica que se seguiu àquele conflito armado. Deve-se ainda aos desequilíbrios territoriais e sociais existentes entre as suas diferentes regiões.

No entendimento de G. Tapinos, no seu estudo sobre *Économie des Migrations* (1974), esta situação decorre da desigual repartição "entre as necessidades e os recursos, a pressão demográfica e o desenvolvimento económico", sendo um sintoma da dependência dos países da periferia, em particular dos países mediterrânicos, face ao poder económico dos países industrializados do ocidente europeu. Esta a situação registada no início da segunda metade de Novecentos e que continua a evidenciar-se nos últimos anos através da forte imigração registada para o velho continente.

A referência anterior não esconde a importância crescente da população estrangeira em Portugal, que se tem vindo a acentuar desde a data da descolonização dos territórios africanos sob administração portuguesa, ocorrida com a revolução de abril de 1974. Tal facto contrasta com a imagem construída durante as décadas precedentes, em que a mobilidade da nossa população ficou assinalada pelo fenómeno maciço da emigração. Em virtude da independência desses territórios, a situação recente mostra alterações muito significativas registadas no padrão normal das migrações internacionais em Portugal. Desde então que o nosso país passou a ser um local de passagem (e de fixação) para muitos outros cidadãos, especialmente africanos e mais tarde asiáticos (vindos de Macau e de outros lugares), cidadãos da antiga Europa Oriental e para muitos cidadãos brasileiros.

A importância destes movimentos ascendia, em 1981, à presença de 380,5 milhares de estrangeiros em Portugal dos quais, mais de metade, angolanos. Em 1991 esse montante ascendia a 106519 estrangeiros, dos quais 9,3 milhares de nacionalidade angolana, 3,1 milhares de nacionalidade moçambicana e outros oriundos das antigas colónias portuguesas. Tendo em conta os valores oficiais relacionados com a evolução da população de

nacionalidade estrangeira com autorização de residência em Portugal, registamos a existência de duas fases distintas:

- a primeira, compreende o início dessa imigração para Portugal e vai de 1975 a 1984, data em que este montante ascendeu a quase 100000 novos habitantes; entre 1984 e 1994 este valor ultrapassou os cem milhares, elevando-se a mais de 150000, nesta última data;

- a segunda, vai desde 1995 à atualidade, em que este valor triplicou, passando dos cerca de 150000 imigrantes nessa data, para quase meio milhão, em 2009.

Note-se que apenas entre 2000 e 2005, o total de estrangeiros com autorização de residência que habitava em Portugal passou de 207587 em 2000, para 275906 em 2005 e para 451742 em 2009. Em 2013, esse valor havia decrescido para 401320 cidadãos com título de residência válido. No que respeita a estrutura etária desta população, em 2013, ela traduz a maturidade destes habitantes, com uma população potencialmente ativa de 337008 milhares de cidadãos dos quais 179510 pertencentes ao grupo etário dos 20-39 anos.

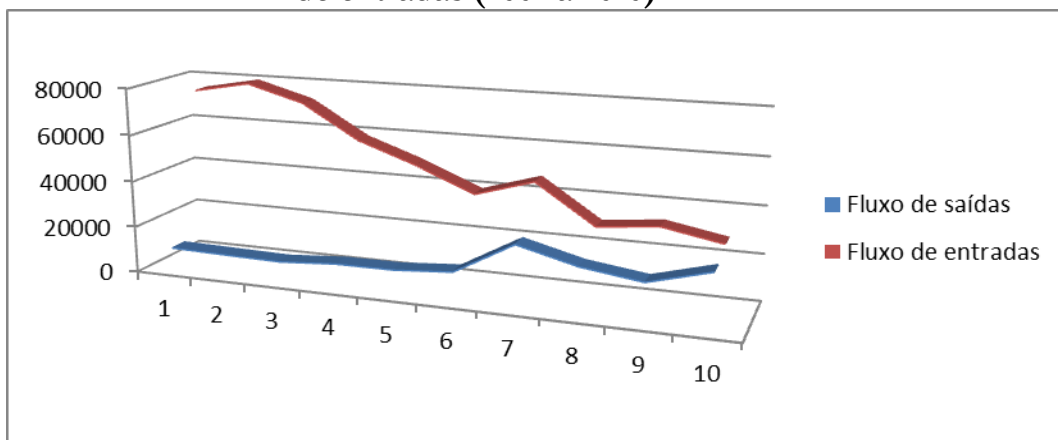
A consolidação deste movimento tem vindo a justificar o fortalecimento das diversas comunidades estrangeiras residentes no continente, concentradas em torno dos principais centros urbanos da área metropolitana de Lisboa (176963 cidadãos), que acolhia quase de metade dos cidadãos estrangeiros, e noutros centros e distritos tais como Faro (58839 cidadãos) e Setúbal (41711 cidadãos). Nestes distritos coabitam africanos de diversas nacionalidades (dos quais a maioria constituída por cabo-verdeanos – 42401 em 2013, valor em declínio desde 2001) e asiáticos, das mais diversas origens e proveniências.

Para além destes, um número igualmente de brasileiros (92120 indivíduos) e outros, completam o leque de cidadãos estrangeiros que desde os finais da década de setenta tem chegado ao nosso país. Um número ainda crescente de cidadãos comunitários tem vindo a fixar residência no continente (sobretudo de ingleses – 16471 residentes -, muitos em idade de reforma), engrossando o caudal de nacionalidades representadas entre os mais de dez milhões e trezentos mil habitantes residentes em Portugal no início de 2001 e dos cerca de dez milhões e quase seiscentos mil, residentes em 2011.

A diversidade de origem não esconde um outro fenómeno, igualmente notório na sociedade portuguesa. É a existência, entre esta população, de emigrantes já regressados e de descendentes seus naturalizados noutros países, de portugueses retornados das antigas colónias de África, de cidadãos africanos oriundos destes novos países e de outros cidadãos de origem diversificada, que legal ou clandestinamente se estabeleceram em Portugal ou que aqui aguardam a oportunidade de se deslocarem para outro país. Estas novas situações decorrem da coexistência de diferentes tipos de estatutos: titulares de autorização; prorrogação de permanência, ou seja, indivíduos que exerciam uma atividade profissional em Portugal, mas que pelo facto de residirem no país há mais de cinco anos lhe é concedida essa autorização;

prorrogações de vistos de longa duração, por motivo de estada temporária, de vistos de trabalho e de estudo.

Figura 45 - Portugal: movimento comparativo dos fluxos de saídas e de entradas (2001 a 2010)

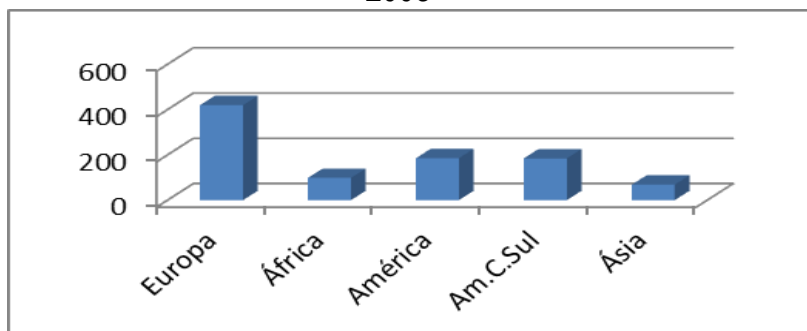


Legenda: 1 a 10: anos de 2001 a 2010

Fonte: INE, 2011

No seu conjunto a população estrangeira em 2013 era constituída maioritariamente por indivíduos do sexo masculino: 48,7% de homens e 51,3% de mulheres; 10,3% dos residentes com idade inferior a 10 anos de idade. Convém assinalar a redução última dos títulos de residência bem como o reconhecimento da integração destas comunidades na sociedade portuguesa. Tal como sucedeu com os portugueses na Europa durante os anos sessenta e setenta, a aceitação e o reconhecimento da sua cultura, das suas raízes históricas e da civilização de origem, foi importante para promover a integração social desta comunidade.

Figura 46 - Cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Aveiro – 2006

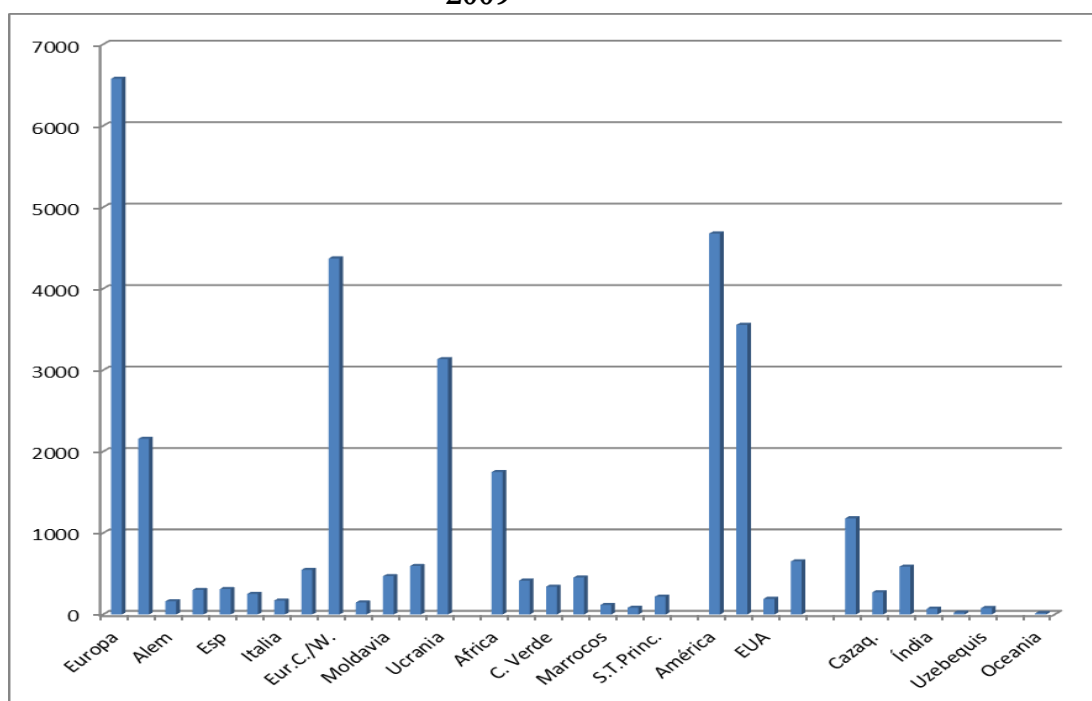


Em 2006, residiam no concelho de Aveiro 770 estrangeiros, dos quais 419 oriundos de países europeus, 185 do continente norte-americano, 184 oriundos de países da América Central e do Sul, 98 Africanos e 68 Asiáticos. Por sua vez o total de estrangeiros residentes no distrito, nos finais de 2009

elevava-se a 14,2 milhares, num total de 451,7 milhares residentes no território nacional. Em 2013, o total de cidadãos estrangeiros residentes na área do antigo distrito havia decrescido para 12,556 milhares.

Note-se que a construção de uma Europa sem fronteiras assenta na mobilidade geográfica e social dos seus habitantes e na participação democrática das suas gentes. Tal processo deve acompanhar-se de uma autonomização crescente das populações migrantes, do reconhecimento dos seus direitos cívicos e políticos fundamentais, do reforço da cidadania e da sua identidade. Esta é uma tarefa comum que se reafirma como prioritária nesta encruzilhada de culturas que nos vinculam e que partilhamos no seio da União Europeia.

Figura 47 - População estrangeira residente no Distrito de Aveiro – 2009



Fonte: SEF, 2009, 25



Zona: “arco lagunar”

A compilação destas notas relativas ao Município de Aveiro sugere a oportunidade de outros apontamentos relacionados com os territórios vizinhos, sobretudo os situados nas margens da laguna de Aveiro, que com este partilham traços físicos e humanos semelhantes. A eles fizemos referência noutros locais querendo realçar a prevalência de um conjunto de propriedades identificadoras de uma certa homogeneidade natural, social, económica e

cultural (Baud, Bourgeat, Bras, 1997, 253), que distinguem um determinado meio geográfico de outro, que lhe é conferido pela “síntese entre o meio físico e o espaço humano” (loc. cit.).

Estas são algumas características comuns aos municípios da Ria, em particular aos que partilham com Aveiro a frente da bacia de sedimentação preenchida pelas ilhas e canais que constituem o núcleo húmido desta superfície. Referindo-se a este espaço lagunar, Jaime Magalhães Lima (1968, 14) assinalou que “esta região nunca alterou o seu caráter de abrigo e refúgio das tormentas marítimas, como também nunca perdeu as suas condições de acessibilidade marítima”. Facilidades, que lhe são conferidas pela profusão “de minúsculas veias de água navegáveis, que levavam (...) os barcos até ao sopé dos montes, e nos barcos que transportam a gente que do mar largo aqui aportou” (op. cit., 15).

Os elementos recolhidos sobre Aveiro e o seu concelho realçam a extensão destes aspetos numa área alargada dominada pelo baixo-Vouga e pela laguna de Aveiro, a qual apresenta uma frente comum, desde o braço do Espinheiro ao braço de Mira. A partilha mais próxima desta frente terrestre com a bacia lagunar, em termos climáticos e ambientais, permite desenhar um espaço alargado, com traços bioclimáticos comuns que designamos por arco lagunar. Situamos nesta frente todo o território ribeirinho do Município de Aveiro (desde São Jacinto, até Verdemilho), Murtosa, Estarreja e Ílhavo, para o distinguir dos braços da laguna que se estendem, a partir daqui para Norte na direção de Ovar e para Sul, em direção a Vagos e a Mira.

No seu conjunto todo este território apresenta uma evolução geográfica próxima, decorrente da abertura da bacia do Vouga e da influência marinha dos ventos e marés, do salgado e da paisagem marcada pelas ilhas e canais que permitem acentuar a sua identidade natural. Por razões de metodologia vamos recordar alguns aspetos do seu povoamento e atividades, tendo presente a descrição de J. M. Lima (1968, 59) desta “larga baía aberta ao mar pelo poente e resguardada por montes altos ao nascente”. Do lado norte, “na Murtosa e sua arguíssima esfera”, fixaram-se “os mareantes que arribaram do norte”; do lado sul, “em Ílhavo e terras circunvizinhas, os mareantes que vieram do sul e aprenderam cedo o caminho de tão vasto abrigo”.

Sendo que a duna onde foi construída a ermida de N^a Sr^a das Areias pertenceu ao antigo território de Ovar, o isolamento das populações do Cabedelo, outrora dependentes do cabido da Sé do Porto, robusteceu o sentido de autonomia administrativa e religiosa que se consubstanciou na criação de novas freguesias e do próprio concelho da Murtosa. Neste caso a antiga freguesia da Murtosa, que foi “curato anexo à freguesia de S. Thiago de Beduido” (Gomes, 1877, 193), reconhecida pela importância do seu mercado de peixe de Pardelhas, logrou ser concelho em 1926, constituído

então por terras do concelho de Estarreja³⁴. De acordo com Barbosa (1899, XIV) esta área, que compreendia não só aquele concelho e mesmo a atual freguesia da Murtosa, “fazia parte do Senhorio denominado Terra de Santa Maria ou Terra de Feira, povoado e reedificado nos anos de 990 pelos Condes Mem Guterres e Mem Lucidio” e cuja extensão ia da “margem esquerda do Douro até ao Caima e desde o oceano até ao Arda”.

Sobre a origem da povoação primitiva, ela parece ter nascido muito próximo da ria, formada por pescadores naturais de Aveiro ou Esgueira, ou talvez mesmo de Ílhavo, “povoações muito mais antigas, que ali se foram estabelecer com as suas redes e pequenas canoas” (Pereira, 1956, 125). Para isso concorreu a fertilidade e a abundância de peixe na laguna. Tal deu origem a que, quando do arrolamento de 1527, a aldeia da Murtosa e o lugar de Pardelhas, “dominadas ambas, simultânea e respetivamente, pelo Senhorio eclesiástico dos mosteiros de Arouca e Vila Covas das Donas, em Sandim” (op. cit., 53), representava já “uma das paróquias mais populosas desta região”.

Como primeiros responsáveis do crescimento destas povoações, sobretudo de Pardelhas, temos a atividade agrícola e a pesca, no caso da Murtosa e o comércio, em Pardelhas. Esta atividade, que a partir de 1785 se incentivou com a transferência do mercado de Veiros para o largo de S. Lourenço, lugar mais seco que os terrenos adjacentes da ria, acentuou a sua evolução futura. Estas transações beneficiaram do mau estado da barra de Aveiro e da decadência da cidade, fazendo com que o mercado de peixe local tenha ficado conhecido em todo o país pela qualidade do pescado aí vendido. Por isso aí acorriam diariamente os “almocreves de afastadas regiões” (loc. cit.) do Porto, de Lamego e de outros pontos do país, para “fazer as suas cargas do saborosíssimo peixe da ria de Aveiro” (Barbosa, 1899, 26). Para além do pescado da ria destaca-se ainda o pescado da Torreira, povoação que veio a integrar este concelho e conhecida então pela sua atividade de pesca no mar, onde se ocupavam diversas companhias.

Com a abertura da barra de Aveiro e a movimentação das suas águas, os pescadores e os moliceiros viram aumentar as suas atividades garantidas pelo florescimento da agricultura e do comércio na ria. Contudo a apanha do moliço na ria tornou-se tão intensa, que praticada em qualquer época do ano – mesmo durante a desova – a ria de Aveiro viu-se desprovida de muita da sua fauna. Estas condições favoreceram a saída de alguns pescadores locais para outros pontos do país, nomeadamente para Lisboa e para o Algarve. A este respeito diz-nos Pereira (1956, 131) que os pescadores do sul, transportados nos seus caíques algarvios, dirigiam-se a Aveiro para vender os “carregamentos de peixe salgado” e, no regresso, levavam as bateiras dos

34 Este texto é uma adaptação de parte do Cap. 1 de: “Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa” (Arroteia, 1983).

pescadores murtoseiros, “com as suas redes e aprestes adequados, por insignificante preço”.

Apesar destas condições os habitantes da Murtosa e da freguesia vizinha do Bunheiro apresentaram à Câmara dos Deputados, em 1899, um pedido para a criação do concelho, facto que foi atendido em 1926. Mesmo depois de alcançarem o seu novo estatuto, os descendentes desta colónia de “mareantes que arribaram do norte” (Lima, 1968, 59), mantiveram as suas atividades tradicionais e apesar das poucas iniciativas relacionadas com a indústria de conservação pesqueira, prosseguiram no movimento de saídas, já então comum noutras terras da ria, para o Brasil, África do Sul, Venezuela, Canadá e sobretudo para os E.U.A. Aqui está há muito radicada uma importante colónia de murtoseiros, tornando a cidade costeira de Newark conhecida como a Murtosa americana.

Deste movimento de saídas dos seus habitantes resultou um crescimento negativo da sua população, fenómeno que se verifica desde 1890, data em que as freguesias que iriam constituir o futuro concelho registam 14,2 milhares de habitantes. Esta situação só foi ultrapassada no último censo da população, com um aumento para cerca de uma dezena de milhares de habitantes. Diversos testemunhos (Barbosa, 1899 ou Pereira, 1956) dão-nos conta do movimento migratório local no qual preponderavam quer as saídas para o estrangeiro – no início, para o continente sul-americano – ou já para outros locais da costa portuguesa (Cascais, Sesimbra, Setúbal, Alcácer do Sal, Olhão, são disso exemplo), quer ainda para as praias do Tejo (Muge, Salvaterra, Benavente, V. Franca de Xira e Azambuja), onde se ocupavam da campanha do sável.

Com o reacender da pesca longínqua, muitos participaram na pesca do atum e do bacalhau, mas a maioria prosseguiu o movimento da emigração que fez deste concelho um exemplo sugestivo deste fenómeno à escala nacional (Arroteia, 1983). Assim o havia reconhecido Lima (1968, 63): “a exploração mercantil do mundo rende-lhe tanto ou mais que o património do seu berço, e frequenta a América com a mesma facilidade com que percorre todas as nossas províncias e moureja, sobretudo, na capital”. Uma descrição adequada destes povos do baixo-Vouga.

A proximidade da Murtosa a Estarreja decorre não só da partilha da alguma da sua história em comum, mas também da localização deste território na frente lagunar, fazendo com que após a decadência da navegação na ria, a acessibilidade à Murtosa tem sido permitida, apenas, pelo atravessamento do espaço concelhio de Estarreja na parte terminal do rio Antuã. Conhecido na época medieval pelas suas marinhas e pela ligação direta ao oceano, esta área ribeirinha, que abrange Beduído, Estarreja e Veiros, formava nessa época uma vila rústica identificada com o nome desse rio. Integrada no domínio do convento de Arouca, a vila de Estarreja teve foral em 1519, dado por D. Manuel em Évora, sendo Comarca em 1835. Esta abrangia todo o concelho, incluindo a parte mais ocidental que veio a constituir o concelho da Murtosa.

As suas freguesias, todas elas em contacto direto com as águas da ria, viram na agricultura a primeira fonte de subsistência da população, ocupando a maior parte da sua população até à instalação do parque industrial. A evolução demográfica da população no concelho e nas suas freguesias traduz esse crescimento contínuo dos seus habitantes, que à data do 1º Recenseamento Geral da População, em 1864, registava 18,2 milhares de habitantes; 23,4 milhares em 1930; 23,7 milhares em 1940 e 27,2 milhares em 2011. Uma quebra de moradores fica a assinalar este último período intercensitário.

O processo de industrialização teve início da década de quarenta do século passado quando foi aí implantada a primeira unidade industrial do Amoníaco Português, com o objetivo de explorar a indústria química, principalmente o sulfato de amónio e gases industriais (hidrogénio, azoto e amoníaco). Este parque foi ampliado no início dos anos setenta e adaptado às novas exigências da produção e do mercado impostas à empresa, sobretudo a sua abertura à exportação, através do porto de Aveiro. A criação de novas indústrias agroalimentares, metalúrgicas e outras, permitiu tornar o município num dos mais industrializados de toda a zona ribeirinha, levando ao abandono progressivo da agricultura. Neste processo assistiu-se à terciarização progressiva da sede do concelho, a freguesia de Beduído, onde se implantaram diversos equipamentos de interesse social, serviços comerciais, serviços públicos e privados de suporte às atividades económicas

A subsistência agrícola do concelho de Estarreja ficou identificada, durante décadas, quer pelo trabalho agrícola em part-time dos operários industriais, quer pela ocupação plena da mulher nos trabalhos do campo, antes da sua entrada maciça no mercado de trabalho. Daqui resultou a auto-suficiência do concelho em proventos agrícolas e pecuários, principalmente em carne e leite, sendo a produção restante canalizada para os mercados vizinhos e para as unidades de transformação que se implantaram na bacia leiteira do baixo-Vouga, em tempo uma das bacias de produção de leite mais importantes do país.

A zona da frente lagunar inclui ainda o território do município de Ílhavo, povoação igualmente antiga cujas raízes emergem, no dizer de Gomes (1877, 221), a “uma colónia de origem pelágica”, que “aportando à foz do Vouga ainda antes da vinda dos phenícios à península aqui se estabeleceu” (loc. cit.). Na cronologia histórica anotamos o ano de 1296, data em que D. Dinis elevou a povoação à categoria de Vila, talvez para contrariar o desenvolvimento de Aveiro, pertencente aos mosteiros de Celas e de Tarouca, bem como de Esgueira, pertencente ao concelho de Lorvão. Por sua vez D. Manuel deu-lhe foral em março de 1514, sendo que dois séculos depois, em 1758, esta freguesia era considerada como bastante populosa, com cerca de mil e vinte e três fogos e aproximadamente “dois mil e novecentos e quarenta e sete almas” (Madahil, 1937, 28).

Como atividades predominantes registam-se, nessa época, a agricultura praticada no termo da Vila, onde além do milho eram recolhidos “em mayor abundância” (op. cit., 44) o trigo e o vinho, a exploração do sal e a pesca, atividade que “sustenta a mayor parte dos moradores da Villa que vivem do exercício de pescadores” (loc. cit.). Devido à mobilidade do cabedelo litoral para sul, Ílhavo, que era “terra da beira-mar, também o era de pescadores desde tempos imemoriais” (Rezende, 1944, 197) e de mareantes, “que não tira os olhos do mar” (Lima, 1968, 63) e “não sabe viver sem armadores de navios” (loc. cit.).

Quando da consolidação da nova barra, “os pescadores abandonaram em grande número (...) a velha Costa, para frequentarem a costa nova (onde vieram de arribada), tendo por isso de atravessar as dunas e o grande prado da Gafanha, ao tempo encrustado ou coberto de feno e junco e frequentado apenas pelos poucos habitantes dali e pelos pastores”, como no descreve Rezende (op. cit., 197) na sua monografia da terra da Gafanha. Indica ainda este autor (op. cit., 231), que “a fecunda natalidade e o retalhamento desta limitada campina em estreitas leiras, obriga uma grande parte dos seus habitantes a procurar os meios de subsistência, ou fora do país ou, embora dentro dele, longe da terra natal”.

Relatos vários confirmam que a ria de Aveiro foi bastante fértil em espécies animais e exerceu uma enorme atração sobre a população, apesar da insalubridade da Vila, situada em “terreno plano, hum tanto bayxo, e bastante húmido” (Madahil, op. cit., 27). Daí que, tal aconteceu noutras povoações ribeirinhas, como em Aveiro e na Murtosa, a partir do final do século XVII, quando da obstrução da barra, as doenças fossem frequentes e os óbitos elevados. O crescimento de Ílhavo está descrito por Carvalho da Costa (cit. por: Barbosa, 1899, XV), que regista a existência de “quinhentos vizinhos” em 1708 e “mil e vinte e três” (Madahil, 1937, 28) em 1758, o que denota o ritmo de crescimento desta povoação.

O alargamento da área do concelho através da colonização e desanexação das terras da Gafanha, do concelho de Vagos para o de Ílhavo,³⁵ permitiu que a população continuasse a aumentar, sobretudo à custa de novos habitantes de Vagos e de outras freguesias do sul atraídas pelas boas condições e fertilidade do solo, vindo a fixar-se sobretudo na área da Gafanha. Diz-nos Rezende (1944, 12) que este território areento e estéril, “separado do mundo e que o braço do homem fecundou e tornou rico”, enriqueceu-se com a vinda de novos habitantes, o que permitiu que o areal inculto e desprezado, referido em atos de aforamento a partir dos finais de Seiscentos, passou a colonizar-se intensamente a partir do século seguinte ganhando, a partir do início do século XIX, um novo incremento com a chegada de novos foreiros.

Esta fixação vai dar origem a diversos núcleos de povoamento que Rezende (op. cit., 15) enumera pela ordem da sua antiguidade: Gafanhas da

35 Decreto de 24 de outubro de 1855

Cale-da-Vila, da Gramata, dos Caseiros, da Vagueira e de Aquém. Mais tarde surgem novas povoações e lugares que completam a relação das colónias em torno da Gafanha da Gramata, também conhecida por Gafanha-da-Maluca (op. cit., 17), nome da mulher que aqui se fixou dando o nome à futura povoação da Gafanha da Encarnação.

Os dados relativos à evolução demográfica da população no concelho de Ílhavo confirmam a procura crescente por parte das populações de outros lugares pelas terras da Gafanha, da Costa Nova do Prado e da freguesia de São Salvador, levando a uma evolução populacional fortemente positiva desde 1864 aos dias de hoje. Na Costa Nova do Prado contamos com a fixação de pescadores oriundos de Ílhavo e de Aveiro, alguns deles que exploravam o mar em São Jacinto, terão rumado mais para sul contribuindo para o alargamento da atividade piscatória neste local ou mesmo continuando um movimento de saídas para outros locais da costa portuguesa, a sul do Cabo Mondego. Tal foi o movimento geral das populações marítimas de Ovar, da Ria e das Gafanhas, que deram origem a diversas colónias de pescadores ao longo da costa Atlântica, na Costa da Caparica ou já na costa do Algarve, onde continuaram a desenvolver a sua atividade piscatória.

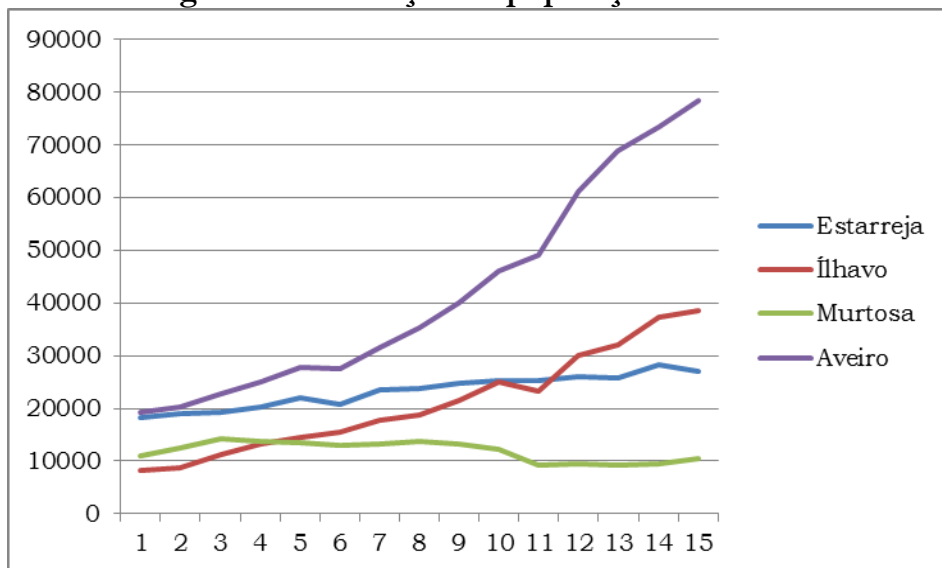
Este é um dos traços antigos desta população, sobretudo dos pescadores de Ílhavo, a quem Lima (1968, 64) reconhece o seu total comprometimento com a faina da pesca: “o pescador desta região, se não tem trabalho na ria ou no mar, ou se o peixe escaseia, pede esmola, mas não procura trabalho na terra, que aliás nem ama nem conhece”. As mulheres primaram, na capital, pelos grupos de Varinas a que deram origem e pela venda de peixe a que estavam habituadas. Outros habitantes ocuparam-se na pesca longínqua do bacalhau ou integraram os contingentes emigratórios que partiram de Aveiro e das terras da sua frente lagunar, para diversos destinos americanos e europeus.

A evolução crescente das atividades económicas do município de Ílhavo, que contavam já com a indústria de porcelanas, iniciada em 1824 depois da construção da fábrica da Vista Alegre, foi ampliada a partir dos anos trinta do século passado com a expansão das indústrias da seca do bacalhau e da construção naval fixadas na Cale da Vila. Foi então que se assistiu à vinda maciça de moradores de outras regiões do país, nomeadamente do Nordeste e das Beiras, do interior os quais, atraídos por estas atividades e pela agricultura. Fixaram-se na colónia agrícola da Gafanha e nas povoações vizinhas. Aqui se encontram restos de uma ocupação humana sugestiva de fertilização do solo conseguida à custa da incorporação do moliço, do lodo e do escasso recolhido na ria.

Apesar da diversidade de atividades comerciais e marítimas, que acabaram por se fixar no termo deste concelho - em particular na Gafanha da Nazaré, animada pelas atividades portuárias e industriais, ou para outros locais onde se criaram pequenas e médias indústrias - o território manteve-se como uma área de forte atração e de irradiação de grupos de trabalhadores e seus familiares

que daqui emigraram, participando primeiramente no movimento transoceânico e mais tarde na corrente da emigração europeia.

Figura 48 - Evolução da população: 1864-2011



Legenda: 1-1864; 2-1878; 3-1890; 4-1900; 5-1911; 6-1920; 7-1930; 8-1940; 9-1950; 10-1960; 11-1970; 12-1981; 13-1991; 14-2001; 15-2011

Fonte: INE

Contudo a vida própria da cidade, sede do concelho e a proximidade de Aveiro, têm alimentado a fixação de novos moradores (38,5 milhares em 2011), que continuam a preferir residir nesta faixa costeira ocidental, de Braga a Setúbal, onde se concentram mais de 2/3 da população portuguesa no que constitui, apenas, 1/4 do território nacional.

Para uma visão conjunta da carga humana nos municípios desta zona, regista-se a evolução demográfica de 1864 aos nossos dias. À redução antiga de habitantes e recente aumento na frente lagunar da Murtosa ou mesmo à sua evolução crescente em Estarreja e quebra no último censo populacional, contrapõe-se o seu aumento significativo em Ílhavo e sobretudo em Aveiro. Aqui os efeitos da industrialização-urbanização e, sobretudo, da terciarização da sociedade aveirense, justificam a fixação de novos habitantes na sua área urbana, numa relação de grande e oportuna simbiose com a cidade de Aveiro.



Zoneamento e prospectiva

Como foi assinalado o território ocupado pelo centro urbano de Aveiro, pelo seu Município e, sobretudo, pelo seu antigo Distrito, mostra-se como sendo um espaço geograficamente multifacetado, constituído por diversas

unidades de paisagem urbana e rural e por diferentes funcionalidades. É um espaço que apresenta um certo número de características comuns face aos territórios vizinhos, que permitem alguma diferenciação dos seus limites e extensão e a que chamamos zona ou cintura, onde cabem as designações de zona urbana, industrial, rural, comercial ou tão só a zona de transição ou zona suburbana, sempre difícil de definir e de caracterizar do ponto de vista físico, humano e funcional.

Para além dos aspetos de natureza geográfica baseados essencialmente na morfologia, unidades de paisagem, povoamento, rede urbana e população, importa ter em consideração outros tipos de divisão, tal como a administrativa, que agrega diversas unidades, delimitando espaços de poder autárquico: municípios e freguesias. Os limites territoriais que as separam configuram áreas de intervenção do poder local, cujo zoneamento ou limite, serve de base a intervenções alargadas no âmbito de projetos de cooperação municipal e outros, relacionados com diversos domínios de atuação.

Com a divisão do território nacional para efeitos estatísticos, em NUT I (o território continental), NUT II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, Açores e Madeira) e cada uma destas, em diferentes NUT III, o distrito de Aveiro passou a estar repartido em duas NUTIII: Entre Douro e Vouga, a Norte e Baixo Vouga, a sul. O concelho de Aveiro integra a NUT III – Baixo Vouga, que corresponde a um zoneamento dos municípios contíguos à ria de Aveiro e cuja área de intervenção deu o nome à C.I.R.A. - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga (D.R., 2ª série, nº 201 – 16OUT2008). Trata-se “uma instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram”.³⁶ Tal como foi assinalado abarca o território da antiga Associação dos Municípios da Ria e os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

De acordo com os objetivos que presidiram à sua constituição, a C.I.R.A. vem desempenhar uma função essencial “na realização de interesses comuns aos municípios que a integram” (artº 1 dos Estatutos) no que concerne ao ordenamento dos municípios ribeirinhos e ao desenvolvimento de Aveiro e da sua área urbana, nomeadamente nos aspetos relacionados com (artº 2 dos Estatutos):

- Planeamento e gestão estratégica do desenvolvimento económico, social e ambiental;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

36 In: <http://www.regiaodeaveiro.pt/> (em 25JUL11)

A articulação da atuação dos municípios do Baixo-Vouga com a Administração Central, abrange diversas áreas relacionadas com a infraestruturização do território e as redes de equipamentos sociais, culturais de lazer, segurança e mobilidade, tendo em conta um ordenamento mais eficaz e a conservação da natureza e dos seus recursos naturais (artº 2 dos Estatutos). Para tanto, assume esta entidade no documento relativo às Grandes Opções do Plano – 2010 (p. 6), que “a escala intermunicipal vai ganhando a cada dia mais espaço e mais importância, assumindo a C.I. Região de Aveiro um trabalho que tem agora que cuidar muito mais das relações institucionais ao nível da Região e do País, numa aposta em ser interlocutor ativo e solitário, cuidando de ter uma relação próxima com os cidadãos (...)”.

Refere-se ainda que por iniciativa dos municípios que faziam parte da A.M.R.I.A., atual C.I.R.A., foi elaborado um Plano conjunto de ordenamento da Ria de Aveiro com o objetivo de se “estabelecer orientações integradas para o território envolvente ao sistema territorial da Ria de Aveiro e seu prolongamento natural através da bacia hidrográfica do Vouga até à Pateira de Fermentelos e ao rio Cértima” (Polis Ria – Plano Estratégico, 2010, 58). Uma preocupação contida no plano UNIR@RIA, que pretende a “qualificação e desenvolvimento sustentável da Ria de Aveiro e território envolvente”. Este Plano está sujeito à disciplina dos Planos Diretores Municipais (PDM) dos concelhos abrangidos, incluindo por isso diversos instrumentos de gestão territorial da área onde se insere o município de Aveiro.

O conjunto destas atribuições e o desempenho da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – C.I.R.A., na coordenação de diversos programas, nomeadamente no âmbito do QREN, tem vindo a permitir a consolidação de um espaço de dominante urbana, constituído por uma rede de municípios e de cidades com dimensão variável, partilhando entre si um conjunto de funções e de serviços que alimentam uma população urbana, industrial e terciária, atraída pelo emprego, pelos equipamentos e funções aí instalados ou em criação. Nestas circunstâncias importa atender à dimensão demográfica e da bacia de emprego deste espaço e às perspetivas da sua afirmação na construção comum de um verdadeiro poliedro de desenvolvimento. Este pode assentar no bom aproveitamento do território, no poder local, no poder do conhecimento baseado na Universidade de Aveiro e nas suas Escolas, nas empresas, nos cidadãos e nas organizações de diferente natureza aqui sediadas.

Importa ainda assinalar a constituição da Sociedade Anónima PCI – Parque de Ciência e Inovação, sociedade que “tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia (...), bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo” (artº 3 dos Estatutos). Trata-se de um projeto

liderado pela U. A. sendo partilhado com várias entidades, nomeadamente a C.I.R.A., associações empresariais e empresas, a ser financiado pelo QREN.

Como fazem notar os seus autores, as apostas assentam “no reforço do complemento entre projetos, na criação de sinergias de projetos e sinergias entre estratégias de investimento regionais, criando um fio condutor sustentando as opções formuladas” (U.A., 2008, 54), bem necessárias ao desenvolvimento do município de Aveiro e da sua região. Estes são alguns dos desafios que se prendem com o desenvolvimento deste território, se assim for entendido pelos seus principais atores e pela população em geral.



Posfácio

A elaboração deste roteiro permitiu-nos a leitura de várias obras e aprofundar o pensamento de diversos autores que se têm preocupado com o território de Alavarium e sobre certos aspetos essenciais da vida dos seus cidadãos. Não foi fácil identificá-los mas o percurso seguido permitiu, em momentos diferentes da sua realização, traçar um encadeamento para a exploração dos temas escolhidos. Daí resultou este vademecum o qual, apesar do esforço desenvolvido não deixa, até pela conexão de temas e pelo seu encadeamento temporal e espacial, de repetir algumas notas sobre a geografia histórica e atual do Município de Aveiro. Mesmo assim as leituras e reflexões produzidas durante a escrita permitem-nos mais alguns considerandos que redigimos para esta nota conclusiva.

Testemunhos diversos atestam uma presença humana antiga em diversos locais do território de Alavarium, nomeadamente na bacia hidrográfica baixo-Vouga. Fatores de natureza geográfica e sobretudo de natureza histórica relacionados com a ocupação humana desta faixa litoral, identificam-na como uma área de contacto entre povos e civilizações distintas que aqui terão aportado. No seu conjunto a parcela do território onde se localiza o Município de Aveiro apresenta certas singularidades que resultam do processo histórico do povoamento português, desde a época da Reconquista e de processos modernos e contemporâneos relacionados com o desenvolvimento lagunar, que ditaram a construção de uma rede de povoamento diferenciado e alicerçado em atividades complementares da sua população. Daí resultaram dinâmicas diferenciadas do crescimento de Aveiro e do território adjacente, sendo que este sofreu uma longa evolução geográfica, histórica e cultural que identifica a construção deste município, das suas atividades, empresas e organizações.

Não sendo um caso distinto dos outros centros urbanos situados na faixa litoral, Aveiro participou ativamente nos processos de industrialização-urbanização e de terciarização crescentes que marcaram a sociedade

portuguesa ao longo da segunda metade de Novecentos. Ao longo de anos, com a evolução da cidade e a consolidação das suas atividades económicas, a sociedade aveirense foi crescendo, mantendo embora os seus traços de dependência em relação às atividades marítimas que permitiram o alicerçar de uma elite local de armadores, navegantes, comerciantes, artífices e mais tarde de industriais, que se afirmaram em diversos momentos da história aveirense com as suas iniciativas e atividades. Com estes cresceu uma outra elite de políticos, homens de pensamento e ciência, de capital, de autarcas e outros, que souberam aproveitar as circunstâncias do seu tempo para projetarem a cidade de Aveiro fora do perímetro da sua malha urbana ou já para além do seu espaço concelhio. A proximidade de Coimbra e do Porto estimulou essa atitude.

Tal como assinalámos em relação à construção urbana da cidade, também aqui foi possível atender a certos aspetos fundamentais da sociedade aveirense para fortalecer um crescimento crescente, coeso e solidário deste território e das suas atividades. E várias das iniciativas registadas no decurso dos dois últimos séculos da sociedade aveirense, estão relacionadas com o desenvolvimento cultural e humano, antes da afirmação do conhecimento científico que hoje forma um cluster relevante na sua afirmação e identidade. Este processo assemelha-se à construção de um poliedro, consolidado ao longo do tempo com diversos vértices e arestas, faces e alguns eixos.

Ainda que não identifiquemos os seus elementos estruturantes, privilegiamos a importância que o poder local e também o poder do conhecimento desempenham como fatores aglutinadores de iniciativas, de projetos e de ações abertas a atores institucionais e a empresas, baseadas na formação de R.H., na I&D e respetiva partilha da inovação, na criação de redes, na internacionalização do tecido empresarial circundante e, acima de tudo, na participação e envolvimento da população. Esta ação irá refletir-se na organização do espaço municipal, na evolução do comércio e dos serviços, na inovação tecnológica e nas iniciativas que contemplem o mar, a ria, os municípios próximos e a sociedade no seu conjunto.

Em nosso entender o poliedro em formação deve incluir diversos eixos estruturantes, a saber:

- Articulação territorial com os municípios vizinhos, o acréscimo da mobilidade e a melhoria da qualidade de vida;
- Desenvolvimento sustentável, tendo em consideração a preservação do meio geográfico e ambiental, o crescimento da população e as suas condições de vida;
- Intensificação dos investimentos em capital humano e a promoção do desenvolvimento humano, fator indispensável ao crescimento e da sua afirmação urbana e regional;
- Diferenciação do conhecimento e construção de nichos de inovação e internacionalização, facilitadores da inovação e mudança social;

➤ Criação de sinergias entre todos os atores institucionais e difusão de boas práticas de gestão pública e empresarial.

Outras oportunidades devem surgir. Por isso não deixam de aparecer propostas, estudos e reflexões relacionadas com futuro desta terra e do seu território, dominado por uma rede de centros urbanos de que Aveiro faz parte, e tido como um espaço privilegiado de análise dos fenómenos históricos, sociais e culturais. Dizem-nos Baud, Bourgeat, Bras (1997, 366), que “culture, par opposition à celui de nature, désigne l’ensemble des formes acquises de comportement, de croyances et de connaissances”. No seu sentido mais atual (loc. cit.), a noção de cultura anda associada aos “modos de comunicação do saber nas sociedades em rápida transformação e para os objetos simbólicos produzidos por uma sociedade a fim de veicular valores”.

Como veículo importante do reforço desta participação, temos as redes de circulação que promovem as acessibilidades entre os centros através de redes de comunicação rápidas e acessíveis à população. São estas redes que promovem o crescimento e o desenvolvimento, entendidos por S. Lopes (1995, 142): “o crescimento é material, é quantitativo, será objetivo” e o desenvolvimento (loc. cit.) “pressupõe alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça, ou a independência, ou a cultura, ou mais sinteticamente a qualidade de vida, a felicidade”. Escreveu o mesmo autor (Lopes, 1987, 293) que o crescimento regional pode ser devido quer a "mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço", quer a processos internos à região. Nestas circunstâncias "o crescimento económico surge (...) associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho".

Assim aconteceu em Aveiro e na sua área urbana onde os investimentos realizados ao longo do tempo têm vindo a afirmar-se na aplicação crescente do capital humano, relacionado com a expansão de rede de ensino superior e a sua implantação urbana. Este tem sido um fator indispensável ao desenvolvimento das sociedades pós-industriais e aos fenómenos de mudança social que lhe andam associados. O poder local e o poder do conhecimento surgem assim como parceiros privilegiados na construção de um espaço alargado aos municípios do Baixo-Vouga, onde as conexões espaciais entre o centro urbano de Aveiro e os centros urbanos adjacentes devem ser firmados em fluxos materiais (de mercadorias, pessoas, capitais e comunicações) e imateriais (baseados na circulação do conhecimento), promotores do desenvolvimento social e humano, capaz de ancorar novos equipamentos de I&D nesta rede de centros urbanos interligados entre si.

A acontecer, teremos um novo conceito de organização territorial e espacial, novas centralidades e equipamentos e uma comunidade urbana conectada por redes assentes no poder e na economia do conhecimento, na inovação, na coesão territorial e social e não só no poder local, na administração pública e no sistema económico, como hoje acontece. Este é um dos desafios que se coloca à comunidade urbana centrada em Aveiro e

que exige a partilha de responsabilidades e iniciativas dos atores sociais que aqui residem e dos que assumem como seu, o velho território de Alavario.

Como em tempo assinalou Brandão (1982, 72), este é um espaço e um lugar privilegiado para "contemplativos e poetas", que teimam em tirar partido do que a natureza, o homem e a civilização oferece. É igualmente formado de habitantes os quais, como notou Ribeiro (1970, 135), devem atender à essência da paisagem e ao esforço humano que surge "como um traço indelével, a avivar as naturais vocações da terra portuguesa" (op. cit., 312), para prosseguirem com a sua afirmação e identidades. Vocação, que de acordo com Gaspar (1997, 8), convida os aveirenses a viver com a sua história e esforço mas sem amarfanhar a sua esperança, pois tal "seria tirar-lhes aquilo que os conduz à certeza". Parafraseando Braudel (1989, 25), "os desafios variam, as respostas também".

Esta é outra questão que as gerações atuais e vindouras têm de encarar se entenderem ser de prosseguir a construção do seu futuro com a força e o denodo dos seus antepassados, mas também com a sabedoria acumulada de quem sabe ler, nos ventos e marés, no brilho do sol poente e no voar das aves marinhas, que batizaram este ancoradouro, os sinais de esperança desta terra virada para o mar.



Bibliografia

- APA (2006) – Sumário executivo do Plano Estratégico do Porto de Aveiro. Aveiro, Administração do Porto de Aveiro.
- Abreu, João A. Peres (1865) – Roteiro do viajante no continente e nos caminhos de ferro de Portugal em 1865. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Alarcão, Alberto (1964) - "Êxodo rural e atração urbana no continente". In: *Análise Social*. 7-8, pp. 511-573.
- Albergaria, Henrique (1999) – “A dinâmica populacional das cidades do Continente”. in: *Revista de Estatística*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, II, pp. 43-66 (2º Sem/99).
- Albino, Gaspar (1996) – “Freguesia da Glória – saudades de progresso”. in: *Boletim Municipal de Aveiro*. Ano XIV, 28, pp. 59-67.
- Almeida, J. C. de (1866) – Dissertação historico-juridica em defeza dos povos do extincto almoxarifado d’Eixo nas causas de foros e rações, que lhes move a Serenissima casa de Bragança. Porto, Typographia Commercial, 1866.
- Almeida, Artur Jorge (2009) – “Uma cidade de turismo”. in: Neves e Ferreira, 2009, pp. 343-362.
- Almeida, C., Almeida, A. e Leal, A. (1987) “O forno cerâmico romano do Eixo – Aveiro”. in: *Portugália – Nova Série*. VIII, pp. 69-72+Grav. Estamp.
- Almeida, Carlos A. B. e Fernandes, Francisco R. C. (2001) – Carta arqueológica do concelho de Aveiro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Alves, M. Brandão – coord. (2001) – Economia Regional e Urbana – os modelos de desenvolvimento e a política económica espacial. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão – CIRIUS.
- Amaral, Diamantino (1968) – “A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro”. in: *Aveiro e o seu Distrito*, 6, pp. 34-45.
- Amaral, Ilídio (1968) - Luanda (estudo de Geografia Urbana). Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Amorim, Inês (2008) – “Recursos e infraestruturas portuárias – gestão e funcionalidade de um porto: Aveiro (1756-1857)”. in: *Revista da Faculdade de Letras – História*, III, 9, pp. 141-168.
- Amorim, Inês (2006) – “Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)”. in: *Análise Social*. XLI, 180, pp. 693-729.
- Amorim, Inês et al. – Coord. (2002) - O litoral em perspetiva histórica (séc. XVI-XVIII) – Atas. Porto, Instituto de História Moderna – Centro Leonardo Coimbra.
- Amorim, I. (2001) – História da Universidade de Aveiro: a construção da memória. Aveiro, Universidade de Aveiro.

- Amorim, I. (2000) – “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”. in: *Análise Social*, XXXV, 156, pp. 605-650.
- Amorim, Inês (1997) – “Cartografia antiga da cidade”. in: *Boletim Municipal de Cultura e Património*. dezembro 1997, pp. 117-124.
- Amorim, Inês (1996) - Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814) - estudo económico de um espaço histórico (II vols.). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento - Policopiada).
- Amorim, Inês (1996) – “A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à Fábrica de ‘Louça Fina’”. in: *Revista da Faculdade de Letras-História*, 1996, II, 13, pp. 403-422.
- Amorim, Inês (1994) – “Memória paroquial de Aveiro de 1758, um inquérito promovido pela Coroa”- In: *Boletim Municipal de Aveiro*. Ano XII, 23/24, pp. 25-38.
- Amorim, Inês (1992) – “Os poderes urbanos face às mutações económicas: a fábrica de algodão de Aveiro – 1769/78”. in: *Revista da Faculdade de Letras-História*, II, 9, pp. 137-172.
- Amorim, Inês (1991) – “O comércio do sal de Aveiro até meados de XVII: relações comerciais com o norte da Europa e Galiza”. in: *Boletim Municipal de Aveiro*. Ano XII, 23/24, pp. 13-24.
- Antão, P. António Valente N. (1991) – *Oliveirinha do Vouga*. Aveiro, Estante Editora.
- Arroteia, Jorge Carvalho (20013) – *A Universidade de Aveiro e os seus contextos (1973-2013)*. Aveiro, Universidade de Aveiro (Em edição)
- Arroteia, Jorge Carvalho (2009) – *Leiria e o Pinhal Litoral: sistema geográfico e contextos de desenvolvimento*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2008) - *Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2007) - *A população portuguesa: memória e contexto para a ação educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1998) – *Aveiro: aspetos geográficos e do desenvolvimento urbano*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1996) – *O ensino superior em Portugal*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho et al. (1996) – *Gafanha da Nazaré: escola e comunidade numa sociedade em mudança*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1987) - *Ensaio tipológico dos movimentos migratórios portugueses*. Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1985) – *Portugal: perfil geográfico e social*. Lisboa, Livros Horizonte.

- Arroteia, Jorge Carvalho (1983) - Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa (II vols.). Aveiro, Universidade de Aveiro (Tese de Doutoramento - Policopiada).
- Arroteia, J., Portas, N. e Toussaint, M. (2000) – Universidade de Aveiro. Arquitetura e Urbanismo. Lisboa, White & Blue.
- Auzelle, R. (1964) - Plano director da cidade de Aveiro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Batista, Augusto Soares S. (1956) – “O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro”. in: Arquivo do Distrito de Aveiro, XXII, pp. 40-86.
- Batista, Joaquim (1989) - Reflexões sobre a navegação do rio Vouga-1824 (Manuscrito de 1829, transcrição, introdução e notas de Armando L. Vidal). Aveiro, Estante Editora.
- Batista, A. J. e Moniz F. J. C. (1985) – Migrações internas: algumas observações a partir dos fluxos inter-regionais no período 1973-1981. Lisboa, IACEP/NEUR, E34.
- Batista, Susana (1996) – “A atividade turística na Região Centro”. in: Cadernos Regionais. Coimbra, INE, 6.
- Barbosa, J. Maria (1899) – A Murtosa (a propósito da sua autonomia). Aveiro, Typ. do Campeão das Províncias.
- Barbosa, Maria Hermínia V. (2001) – Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX. Guimarães, Universidade do Minho (A.A.A./NEPS - Cadernos).
- Barreira, Manuel (2001) – Os hospitais de Aveiro – dos hospitais da Misericórdia ao Hospital Distrital Infante D. Pedro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Barreira, Manuel (1998) – A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza e solidariedade. Aveiro, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro.
- Bastos, Maria Rosário C. (2006). O Baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da Monarquia aos finais do reinado de D. Dinis. Lisboa, Universidade Aberta (Tese de Doutoramento – Policopiada).
- Bastos, M. R. e Dias, J. M. Alveirinho (2002) – “Uma representação do litoral português: o Baixo Vouga (séculos IX-XIV)”. in: O litoral em perspetiva histórica (séc.XVI-XVIII) – Atas. Inês Amorim et. al. – Coord.. Porto, Instituto de História Moderna – Centro Leonardo Coimbra, pp. 111-126.
- Baud, P., Bourgeat, S., Bras, C. (1997) - Dictionnaire de Géographie. Paris, Hatier.
- Birou, A. (1978) – Dicionário das Ciências Sociais. Lisboa, Publicações Dom Quixote (4ª edição).
- Blache, Vidal de la (1954) - Princípios de Geografia Humana. Lisboa, Edições Cosmos.

- Braga, Amílcar Manuel de Oliveira (1995) - "Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil". in: Estudos Aveirenses. n.º 5, pp. 191-206.
- Branco, Vasco (1993) – A cidade salgada. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Brandão, Raul (1982) - Os pescadores. Porto, Paisagem Editora.
- Braudel, Fernand (1989) – Gramática das civilizações. Lisboa, Editorial Teorema.
- Brundtland, Gro H. (1987) – Our common future. New York, ONU.
- C.C.D.R.C. (2009) – Região Centro: Boletim Trimestral. Coimbra, C.C.D.R.C.
- C.M.A. (1999) – Guia “Aveiro – Cidade Arte Nova”. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- C.M.A. (2006) – Carta educativa - Município de Aveiro: 2002-2006. Aveiro, C. M. A.
- C.M.A. (2010) – Diagnóstico social: concelho de Aveiro – outubro 2010. Aveiro. Câmara Municipal de Aveiro.
- C.R.P.Q.F. (1956) – Inquérito à indústria do sal. Lisboa, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos.
- Caetano, Lucília de Jesus (1986) - A indústria no distrito de Aveiro. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) (2 vols.).
- Caetano, Marcelo (1985) – História do Direito Português. Fontes-Direito Público (1140-1495). Lisboa, Editorial Verbo (2ª Ed.).
- Castro, Eduardo Anselmo M. F. (1994) - Assimetrias regionais de desenvolvimento e capacidade inovativa. Aveiro, Universidade de Aveiro (Tese de Doutoramento – Policopiada).
- Castro, João Bautista (1762) – Mappa de Portugal antigo e moderno. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Cerqueira, Eduardo (1980) - "Porto de Aveiro - um porto das Beiras". in: Aveiro e o seu Distrito. Aveiro, Assembleia Distrital de Aveiro, 26-28, pp. 5-13.
- Christo, António (1989) – Capelas de Aveiro. Aveiro, ADERAV.
- Christo, António e Gaspar, João Gonçalves (1986) - Calendário histórico de Aveiro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Claval, Paul (1987) - Geografia do homem: cultura-economia-sociedade. Coimbra, Livraria Almedina.
- Claval, Paul (2001) – Epistémologie da la Géographie. Paris, Nathan.
- Coimbra, Manoel M. A. (1836) – “Reflexões históricas sobre a Barra de Aveiro”. in: Neves, 1933, pp. 9-25.
- Coimbra, M. M. A. (1836) – Reflexões históricas sobre a barra de Aveiro”. In: Arquivo do Distrito de Aveiro. Aveiro, Vol. XXIX, pp. 102-118.

- Conde, Bartolomeu (1997) – Cacia e o Baixo Vouga. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Conde, Sandra Cristina R. (2007) – O contributo das políticas urbanas para a sustentabilidade das cidades – os casos das cidades de Aveiro e de Tavira. Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado – Policopiada).
- Constant, Daniel (1966) – “A água: fator de beleza e turismo na região de Aveiro”. in: Aveiro e o seu Distrito, 1, pp. 16-20.
- Costa J. S. (2002) – Compêndio de economia regional. Coimbra, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.
- Costa, Eduardo (1956) – “O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro”. in: Arquivo do Distrito de Aveiro, XXII, pp. 40-80, pp. 117-138 e pp. 167-207.
- Costa, Pe. António Carvalho da (1708) - Corographia Portuguesa e descripçam topographica do famosos Reyno de Portugal. (II vols.) Lisboa, Of. de Valentim da Costa Deslandes.
- Costa, Américo (1930) - Dicionário Chorográfico de Portugal continental e insular. (XII vols.) Vila do Conde, Typographia Privativa do Diccionário Chorográfico.
- Costa, Eduardo (1956) - "O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol. XXII, pp. 40-87,117-138 e 167-207.
- Costa, M. S. e Neves, J. P. (1993) - As autarquias locais e desenvolvimento. Porto, Edições Afrontamento.
- Costa e Melo (1997) - Memória de Aveiro em forma de saudades. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Cruz, Ventura (1996) - Anteplano de urbanização de Aveiro. Aveiro, Ventura da Cruz Planeamento.
- Cunha, Silvério da Rocha (1959) - O porto de Aveiro. Aveiro, Tipografia "A Lusitânia" (2ª edição).
- Cunha, Silvério da Rocha (1928) – “O porto de Aveiro”. in: Neves, F.F. (coord), pp. 128-143.
- DGOTDU (2002) - Sistema urbano nacional – rede complementar. Lisboa, Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Deller, S., Tsai, T., Marcouiller, D. e English, D. (2001) – "The role of amenities and quality of life in rural economic growth". in: American Journal of Agricultural Economics, 83, 2, pp. 352-365.
- Dias, Diamantino (1996) – Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da Ria de Aveiro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Dias, Diamantino (1971) – Moliceiros. Aveiro, Comissão Municipal de Turismo.

- Dias, J. M. (2009) - “Hidro/morfologia da Ria de Aveiro: alterações de origem antropogénica e natural”. in: *Debater a Europa*. pp. 99-121 - <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000043455/> em 11MAI11).
- Dolffus, Olivier (1973) - *L'espace géographique*. Paris, PUF (Que sais-je ?, 1390).
- Durkheim, Émile (1977) - *A divisão do trabalho social*. Lisboa. Editorial Presença (II vols).
- Elias, Norbert (1991) – *Qu'est-ce que la sociologie ?* Paris, Éditions de l'Aube.
- Evangelista, João (1971) - *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa, Centro de Estudos Demográficos/INE.
- Faria, Maria Gabriela A. (1996) – “Da boca e do coração das gentes da Beira-Mar”. in: *Boletim Municipal de Aveiro*. Ano XIV, 28, pp. 69-72.
- Fernandes, António Teixeira (1983) – *O social em construção: a teorização nas ciências sociais*. Porto, Figueirinhas.
- Fernandes, António Teixeira (1992) – “Poder local e democracia”. Comunicação apresentada ao II Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5-7 fevereiro de 1992.
- Fernandes, Maria Isabel S. (1996) – *A Gafanha, os homens, o espaço e o tempo*. Coimbra, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras – Instituto de Estudos Geográficos (Dissertação de Mestrado – Policopiada).
- Ferreira, Francisco M. Trindade (2005) – *Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo (1590-1910)*. Braga, Universidade do Minho (Tese de Doutoramento – Policopiada).
- Ferreira, Sofia Almeida S. (2003) – *Aveiro no Estado Novo: a cidade idealizada versus a cidade operacionalizada*. Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado – Policopiada).
- Ferro, Gaetano (1986) – *O Mediterrâneo: ambiente e tradição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fidalgo, M. (1994) - "O porto de Aveiro e a pesca do bacalhau: os primeiros séculos". in: *Porto de Aveiro: boletim informativo*. 8, Aveiro, JAPA, pp. 7-13.
- Fiss, M. Regina S. e Pombo, Carmen Regina S. M. (1999) – *Aveiro – Pelotas: geminação e repercussões em estudo*. Aveiro, *Boletim Municipal de Cultura*, XVI, 34.
- Fonseca, Ana T. (2010) – *Aveiro: Cidade-Universidade*. Coimbra, Universidade de Coimbra – FCTUC - Departamento de Arquitetura. (Dissertação de Mestrado - Policopiada).
- Friedman, Thomas (2005) - *O mundo é plano – uma história breve do século XXI*. Lisboa, Atual Editora.

- GEP (1990) - Critérios de planeamento da rede escolar. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento-Ministério da Educação.
- Galego, Júlia e Daveau, Suzanne (1986) - O numeramento de 1527-tratamento cartográfico. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/Universidade de Lisboa.
- Gama, R. (1999) – “Região Centro: um estilo de vida não metropolitano”. in: Cadernos de Geografia, 18, pp. 139-150.
- Garcia, Mayra Rúbia (2003) – A Princesa Infanta Joana (1452-1490). Goiânia, Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado – Policopiada).
- Gaspar, João Gonçalves (1986) - "Formação da Ria e povoamento da região de Aveiro". in: Aveiro e o seu Distrito. Aveiro, Assembleia Distrital de Aveiro, 36, pp. 55-67.
- Gaspar, João Gonçalves (1998) – Eixo na história. Eixo, Paróquia de Santo Isidoro.
- Gaspar, João Gonçalves (1997) - Aveiro na história. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Gaspar, João Gonçalves (1988) - A princesa Santa Joana e a sua época. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro (2ª edição).
- Gaspar, João Gonçalves (1985) - “A freguesia de Nossa Senhora de Fátima”. in: Boletim Municipal de Aveiro, III, 6, pp. 11-23.
- Gaspar, João Gonçalves (1984) – “Memória sobre a vila de Eixo”. in: Boletim Municipal de Aveiro. Ano II, 3, pp. 30-64.
- Gaspar, João Gonçalves (1975) - "A liberdade em Aveiro". in: Aveiro e o seu Distrito. nº 19, pp. 14-40.
- Gaspar, João (1964) - A Diocese de Aveiro. Aveiro, Ed. da Cúria Diocesana de Aveiro.
- Gaspar, João Gonçalves (2000) – “Porquê ‘Vera-Cruz’ na cidade de Aveiro”. in: Boletim Municipal de Cultura – Câmara Municipal de Aveiro. Ano XVIII, 36, pp. 95-109.
- Gaspar, João Gonçalves (1999) – Universidade de Aveiro: do sonho à realidade. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Gaspar, João Gonçalves (1995) – “A vila de Esgueira – notas soltas proferidas num serão informal”. in: Boletim Municipal de Aveiro. Ano XIII, 25/26, pp. 25-38.
- Gaspar, João Gaspar (1993) – “No centenário do farol de Aveiro”. in: Boletim Municipal de Aveiro. XI, 22, pp. 15-23.
- Gaspar, João Gonçalves (1980) – A freguesia de São Bernardo. Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro - Separata.
- Gaspar, João Gonçalves (1974) – “A Diocese de Aveiro no século XVIII”. Aveiro (Separata do jornal “O Correio do Vouga”).

- Gaspar, J., Candal, C. e Ramos, C. (1985) – “A freguesia de Santa Joana”. in: Boletim Municipal de Aveiro, III, 5, pp. 9-32.
- Gaspar, Jorge (1993) - As regiões portuguesas. Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território/SEPDR.
- Gaspar, Jorge (1987) - Portugal, os próximos 20 anos. vol I- Ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaspar, Jorge (1972) - A área de influência de Évora - sistema de funções e lugares centrais. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/ Universidade de Lisboa.
- Gazeneuve, J., e Victoroff, D. (1982) - Dicionário de Sociologia. Lisboa, Verbo.
- George, Pierre (1977.I) – “Sociologia geográfica”. in: Gurvitch, G. – Tratado de Sociologia (II vols.). São Paulo, Liv. Martins Fontes, pp. 347-373.
- George, Pierre (1972) - Sociologie et Géographie. Paris, Presses Universitaires de France.
- George, Pierre, et al. (1966) - A Geografia ativa. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- Giacobi, M., Roux, J.P. (1990) - Initiation à la sociologie. Paris, Hatier.
- Girão, Aristides de Amorim (1941) – Geografia de Portugal. Porto, Portucalense Editora.
- Girão, Aristides de Amorim (1922) - Bacia do Vouga - estudo geográfico. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Girão A. de Amorim e Velho, Fernanda de O. L. (1948) – Migrações internas (1890-1940). Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
- Gomes, Marques (1899) - Subsídios para a história de Aveiro. Aveiro, Typografia do 'Campeão das Províncias.
- Gomes, Marques (1877) - Memórias de Aveiro. Aveiro, Tip. Commercial.
- Gomes, L. Ferreira e Ladeira, Fernando L. (2009) – “Contribuição para o estudo geotécnico da zona metropolitana de Aveiro”. in: Neves e Ferreira, 2009, pp. 11-16.
- Gomes, Celso S. F. (2010) – “Argila, chão de Aveiro – fator importante de desenvolvimento sócio e económico”. in: Patrimónios. 4 Ano XXXI, II série, 8, pp. 37-50.
- Gomes, Saul (1996) – “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”. in: Revista Portuguesa de História, XXXI, I, pp. 431-446.
- Graça, Luís Maria P. S. (1992) – Mandato e civilidade. Setúbal, Governo Civil de Setúbal.

- Guimarães, Tércio (1986) – “Sinais flutuantes: um estudo de etnologia naval na Ria de Aveiro”. in: Boletim Municipal de Aveiro. IV, 8, pp.9-36.
- Guimarães, Tércio (1983) – “A decoração do moliceiro”. in: Boletim Municipal de Aveiro. I, 2, pp.9-36.
- Gurvitch, Georges (1979) – A vocação atual da Sociologia. Lisboa, Ed. Cosmos.
- Hagget, P., (1976) - Analisis locacional en la geografia humana. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- Hall, Aristides (1977/78) - “Algumas reflexões sobre a qualidade de vida em Aveiro”. in: Aveiro e o seu Distrito. 23/25, pp.65-68.
- INE (2011) – Censos 2011: resultados preliminares. Lisboa. INE (in: <http://www.ine.pt> (em 2JUL11)).
- INE (2008) – Estimativas provisórias de população residente - 2008. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004) - Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional – Região Centro. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Isnard, Hildebert (1982) - O espaço geográfico. Coimbra, Livraria Almedina.
- Karini, Gicele de Oliveira (2009) – Análise da Autoperceção de Qualidade de Vida de Homens e Mulheres entre 18 e 64 anos da Cidade de Aveiro, Portugal. Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Desporto (Dissertação de Mestrado – Policopiada).
- Lanquar, Robert (1987) – L'Économie du tourisme. Paris, Presses Universitaires de France (Que sais-je?, 2213).
- Laranjeira, Lamy (s/d) – A ria de Aveiro – barcos e artes de pesca. Aveiro, Portucel.
- Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1873) - Portugal antigo e moderno - Dicionário. Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira y Companhia (XII vols.).
- Lemos, João Pereira (1996) – A ria de Aveiro: um olhar de resvés. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Lima, J. de Magalhães (1968) – Os povos do Baixo Vouga. C.M. Ílhavo/C. T. Torreira.
- Lima, João Ribeiro Coutinho (1936) - Porto e Ria de Aveiro: notícia sobre o seu valor económico. Aveiro, Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- Lobo, Manuel Costa (1999) – Planeamento regional e urbano. Lisboa, Universidade Aberta.
- Lopes, A. Simões (1995) - “Regionalização e eficiência na gestão de recursos”, Brotéria. 140, pp. 27-37.

- Lopes, A. Simões (1987) - Desenvolvimento regional. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (3ª edição).
- Lopes, A. Simões (1971) – As funções económicas dos pequenos centros. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Economia e Finanças.
- Lopes, Judite C. A. (2008) – Teatro Aveirense. Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado – Policopiada).
- Lopes, R. (1993) - "As autarquias nas encruzilhadas do desenvolvimento". in: Costa et al., 1993, pp. 187-204.
- Lopes, Luis S. (1995) - “Talábriga – situação e limites aproximados”. in: Portugália (Nova Série), XVI, pp. 331-343.
- Loureiro, Adolpho (1904) - Porto de Aveiro. Lisboa, Imprensa Nacional (separata d' "Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes").
- Loureiro, Adolpho (1936) - Porto e ria de Aveiro-notícia sobre o seu valor económico. Aveiro, Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro.
- Lozato-Giotart (1989) – Géographie du tourisme. Paris, Ed. Masson.
- Lucci, Luiz Filipe de L. Schwalbach (1918) - Estudos geográficos (alterações litorais. A ria de Aveiro). Lisboa, Typographia do Anuário Commercial.
- M.G. (1947) – Cantares de Aveiro. Porto. Livraria Civilização.
- MAOTDR (2002) – Polis em números. Lisboa, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Programa Polis.
- McLean, Iain (1966) - The concise dictionary of Politics. Oxford, Oxford University Press.
- Madahil, António Gomes da Rocha (1966) - "Impressões de Aveiro recolhidas em 1871". in: Aveiro e o seu Distrito, nº 2, pp. 48-56.
- Madahil, António Gomes da Rocha (1959) - Milenário de Aveiro. Coletânea de documentos históricos.I. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro (1º vol.).
- Madahil, António Gomes da Rocha (1968) - Milenário de Aveiro. Coletânea de documentos históricos.II. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro (2 vol.).
- Madahil, António Gomes da Rocha (1937) – Ílhavo no século XVIII – as informações paroquiais de 1721 e de 1758. Figueira da Foz, Tipografia Popular.
- Madahil, António Gomes da Rocha (1935) - "Informações paroquiais do distrito de Aveiro de 1721". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. I, pp. 37-46, 325-332 e Arquivo do Distrito de Aveiro. II, 151-160.
- Marques, A.H. de Oliveira (1976) - História de Portugal (II vols.). Lisboa, Palas Editores.

- Marques, Lauro, Dir. (1998) – Exposição Histórico-documental do porto de Aveiro. Um imperativo histórico (Catálogo). Aveiro, Porto de Aveiro.
- Martins, A. Fernandes (1949) – Le centre littoral et le massif calcaire d'Estremadura. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (Livro Guia do Congresso Internacional de Geografia).
- Martins, A. Fernandes (1947) - A configuração do litoral português no último quartel do século XIV - apostila a um mapa. Coimbra, Separata da "Biblos", vol. 22.
- Martins, David P. (2005) – Fragmentos de vida – a minha terra. Aveiro, Edição do autor.
- Martins, Oliveira (1956) - Fomento rural e emigração. Lisboa, Guimarães e C^ª., Editores.
- Miranda, J. C. de (1866) – Dissertação histórico-jurídica em defeza dos povos do extinto Almojarifado d'Eixo, nas causas de foros e razões, que lhes move a Sereníssima Casa de Bragança. Porto, Typographia Commercial.
- Moniz, Egaz (1950) - A nossa casa. Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lta, pp.127-130.
- Moura, Frederico (1968) – Apontamentos para um trabalho sobre a paisagem de Aveiro”. in: Aveiro e o seu Distrito, nº 5, 17.
- Moreira, José Carlos B. (1987) – “Indústria extrativa do distrito de Aveiro: sua importância no contexto nacional”. in: Boletim Municipal de Aveiro, III, 5, pp.33-42.
- Moreirinhas, Maria Luisa F. N. C. (1998) – Solidariedade e sobrevivência na Ria de Aveiro: os pescadores do Chinchorro da Torreira. Murtoza, Câmara Municipal da Murtoza.
- Mozzicafredo, J. (1993) - "Estratégias políticas de desenvolvimento local". in: Costa et al., 1993, pp. 77-102.
- Nazareth, J. Manuel (1988) - Portugal: os próximos 20 anos. vol III de: Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nemésio, Vitorino (1978) - Portugal, a terra e o homem. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Neves, Amaro (2011) - Das autarquias aveirenses. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Neves, Amaro (2000) – A “arte nova” em Aveiro e seu Distrito. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Neves, Amaro (1997) - Judeus e cristãos-novos de Aveiro e a inquisição. Aveiro, Fedrave.
- Neves, Amaro (1985) - Azulejaria antiga em Aveiro. Aveiro, Ed. do Autor.

- Neves, Amaro (1984) - Aveiro: história e arte. Aveiro, ADERAV.
- Neves, A. & Ferreira, D. B. (2009) – História de Aveiro: sínteses e perspetivas. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Neves, A., Semedo, E. e Arroiteia, J. (1989) - Aveiro - do Vouga ao Buçaco. Lisboa, Editorial Presença (Novos Guias de Portugal).
- Neves, Francisco F. (1973) - "A confraria dos pescadores e mareantes de Aveiro (1200-1855)". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol. XXXIX, 241-271.
- Neves, Francisco F. (1971) - "Subsídios para a história económica de Aveiro no século XVII". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol. XXXVII, pp. 38- 51.
- Neves, Francisco F. (1968) - "A casa e morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro". in: Aveiro e o seu Distrito. vol. XXXIV – Separata.
- Neves, Francisco F. (1963) - "As 'reflexões históricas sobre a barra de Aveiro' de Almeida Coimbra e as obras de Luís Gomes". in: Aveiro e o seu Distrito. vol. XXIX, pp. 94-118.
- Neves, Francisco F. (1954) - "O cais de Aveiro". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol. XX, pp. 320-322.
- Neves, Francisco F. (1947) - "Resumo histórico da barra de Aveiro". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol XIII, pp. 20-113.
- Neves, Francisco F. (1941) – “Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII”. in: Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. VII, pp.182-194.
- Neves, Francisco F. (1933) – As “Reflexões históricas sobre a Barra de Aveiro” de Almeida Coimbra e as obras de Luiz Gomes. Aveiro, Gráfica Aveirense.
- Nogueira, Miguel (2005) – “Imagens cartográficas da vitalidade económica da Ria de Aveiro em 1934”. in: I Seminário Internacional sobre o sal português. Porto, Universidade do Porto – Instituto de História Moderna.
- Nunes, Maria Helena L. C. A. (1967) – Aveiro, a laguna e o porto. Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra (Dissertação de Licenciatura – Policopiada).
- Oliveira, A. C. (1993) - "Autarquias locais e desenvolvimento: novos e importantes desafios". in: Costa et al., 1993, pp. 17-26.
- Oliveira, José Manuel P. - Coord. (1996) - Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, José Manuel Pereira (1973) - O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento (II vols). Coimbra, Centro de Estudos Geográficos/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Oliveira, Orlando (1988) - Origens da ria de Aveiro. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Oliveira, Orlando (1971) - "Ensino secundário, artístico e superior na região de Aveiro". in: Aveiro e o seu Distrito. nº 12, pp. 21-26.
- Oliveiros, Albertina V. (1984) – “Aveiro no século XV”. In. Boletim Municipal de Aveiro, II, 4, pp. 17-30.
- Oudinot, José Reinaldo Rangel de Quadros (2009) – Aveiro: apontamentos históricos. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Pacheco, Hélder (1987) – Rostos da gente. Lisboa, Caminho.
- Pereira, Lopes (1956) – Murtosa – gente nossa. Feira, Gráfica Feirense.
- Perroux, F. (1987) – Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Philiponeau, Michel (1964) – Geografia e ação: introdução à geografia aplicada. Lisboa, Cosmos.
- Pimenta, Belisário (1942) - "A barra de Aveiro em 1809". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol. VIII, pp: 161-173.
- Pina, Paulo (1988) – Portugal, o turismo no século XX. Lisboa, Lucidus.
- Pinho, Paulo et al. (1991) - Contributos para a definição de uma estratégia de desenvolvimento da Universidade de Aveiro para os anos 90. Aveiro, Universidade de Aveiro (Policopiado).
- Pires, Artur R. (1986) – “Industrialização difusa e ‘modelos’ de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro”. in: Finisterra, XXI, 42, pp. 239-269.
- PNUD (2004) – Relatório do desenvolvimento humano - 2004. New York, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Polis Litoral (2010) – Polis Litoral-Ria de Aveiro: Plano Estratégico. Lisboa QREN/POVT/Mais Centro/Promar/Programa Ambiente.
- Porto, Carmen Manso – Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII). Madrid, Real Academia de la História, Depart. de Cartografia e Bellas Artes, 1999.
- Quadros, Rangel de (s/d) - Apontamentos históricos. Aveiro, Biblioteca Municipal de Aveiro (Manuscritos - 8 vols.)
- Quadros, José Reinaldo Rangel (1984) - Aveiro-origens, brasão e antigas freguesias. Aveiro, Paisagem Editora.
- Quintão, José C. (1995) – “Reabilitação de centros urbanos Aveiro”. in: Boletim Municipal de Aveiro. Ano XIII, 25/26, pp. 39-41.
- Rau, Virgínia (1984) – Estudos sobre a história do sal português. Lisboa, Ed. Presença.
- Rebelo, Fernando (2007) – “O risco de sedimentação na laguna de Aveiro: leitura atual de um texto de Amorim Girão” (1922). in: Territorium, 14, pp. 63-69.

- Rebelo, F. e Quaresma, A. (1979) - Aveiro e a sua região. Aveiro, Comissão Municipal de Turismo.
- Rezende, Pe. João Vieira (1944) - Monografia da Gafanha. Coimbra, Coimbra Editora, Lta. (2ª edição – 1ª Edição em 1938).
- Rezende, Pe. João Vieira (1944) - "As marinhas de sal de Aveiro". in: Aveiro e o seu Distrito. vol. X, pp. 51-55, 233-242 e 295-324
- Ribeiro, Darcy (1983) - O processo civilisatório. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Ribeiro, Orlando (1955) - Portugal. Tomo V de: Geografia de Espanha y Portugal. Barcelona, Montaner y Simon.
- Ribeiro, Orlando (1960) - Atitude e explicação em geografia humana. Porto, Galaica.
- Ribeiro, Orlando (1970) - Ensaios de Geografia Humana e Regional. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, Orlando (1961) - Geografia e civilização: temas portugueses. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Ribeiro, Orlando (1994) - Opúsculos geográficos - Tomo V: Temas urbanos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, J. Cadima (1998) – “Emprego e desenvolvimento regional – Comércio e crescimento urbano: o caso de Braga”. Comunicação apresentada no “V Encontro Nacional da APDR”. Coimbra, Faculdade de Economia de Coimbra.
- Rivals, Claude (1984) – Moliceiros d’Aveiro. Toulouse, Université de Toulouse le Mirail.
- Rodrigues, Manuel Ferreira (2010) – Empresas e empresários das indústrias transformadoras na sub-região da ria de Aveiro, 1864-1931. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/F.C.T. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- Rodrigues, Manuel Ferreira (1998) – A fundação da Associação Comercial de Aveiro e o estado da barra em meados do século XIX. Aveiro, Associação Comercial de Aveiro.
- Rodrigues, Manuel Ferreira (1998) - “A construção civil em Aveiro, 1860-1930. Notas para a sua compreensão histórica”. in: Jorge F. Alves, coord., A indústria portuense em perspetiva histórica. Atas de Colóquio. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centro Leonardo Coimbra, pp. 303-342.
- Rodrigues, Manuel Ferreira (1996) - "Os industriais de cerâmica: Aveiro: 1882-1923". in: *Análise Social*. XXXI, 136-137, 2º-3º; pp. 631-682.
- Rodrigues, Manuel Ferreira (1990) - A indústria cerâmica de Aveiro (final do século XIX-início do século XX) - contribuição para o seu estudo. Separata da "Revista Portuguesa de História", Tomo XXV.

- Rodrigues, Teresa e Pinto, Maria Luís (1997) - "O crescimento urbano no Portugal oitocentista". in: *População e Sociedade*. nº 2, pp.131-145.
- S.P.I. (2009) – Plano Estratégico do Concelho de Aveiro – PECA. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Salgueiro, Teresa Barata (1989) – “Novas formas de comércio. in: *Finisterra*. XXIV, 48, pp. 151-217.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992) - A cidade em Portugal: uma Geografia Urbana. Porto, Edições Afrontamento.
- Sampaio, Álvaro (1966) - "O porto de Aveiro e a sua influência no crescimento económico da região". in: *Aveiro e o seu Distrito*. nº 2, pp. 5-27.
- Samuel, Nicole (1984) – *Le temps libre: un temps social*. Paris, Librairie des Meridiens.
- Sant’Anna Dionísio (1984) – Guia de Portugal – Vol. III Beira (Tomo I. Beira Litoral). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (1ª Edição, em 1940).
- Santos, José António (1988) – Poder local: antologia. Lisboa, Mosaico.
- Sarabando, João (1966) – *Cancioneiro de Aveiro*. Aveiro. Livraria Vieira da Cunha.
- Saramago, José (1999) – *Viagem a Portugal*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Sarmento, Clara (1999) – Os moliceiros da Ria de Aveiro: quadros flutuantes. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Sarmento, Clara e Cardoso, Alexandre (2007) – “Testemunhos históricos da influência do terramoto de 1755 na laguna de Aveiro”. in: *Territorium*, 13, pp. 93-104.
- Schwalbach, Lucci (1918) – Estudos geográficos – Alterações litorais: a ria de Aveiro. Lisboa, Typ. do Anuário Comercial.
- Semedo Énio (2009) – Ecomuseu do salgado de Aveiro: preservar para transmitir. Aveiro, FEDRAVE.
- Semedo, Énio (2009) – “Para uma geografia de Aveiro”. in: Neves e Ferreira, 2009, pp. 23-45.
- Serra, João B. (1988) - As reformas da administração local de 1872 a 1910. in: *Análise Social*, vol. XXIV, 4º-5º, Lisboa, pp. 1037-1066.
- Serrão, J. Veríssimo (1975) – “Uma estimativa da população portuguesa em 1640”. in: *Memórias da Academia das Ciências*. XVI, pp. 213-303 (Separata).
- Serrão, Joel (1989) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas (VI Vols.).
- Serviço Meteorológico Nacional (1970) – O clima de Portugal (Fasc. XIII). Lisboa, Serviço Meteorológico Nacional.
- Silva, António Morais (1949-1959) - Grande Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa, Editorial Confluência (4ª Ed.).

- Silva, Fernando A. Pereira (1993) – “A mamoa de Mamodeiro – a ocupação do litoral de Aveiro durante a pré-história recente”. in: Boletim Municipal de Aveiro. Ano XI, 22, pp. 25-32.
- Silva, João Nunes (2000) – Aveiro natural. Lisboa, Quetzal Editores.
- Silva, Maria João Violante Branco Marques (1997) - Aveiro medieval. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro.
- Silvino, Frei (1992) - Carmo de Aveiro. Aveiro, Comunidade dos Padres do Carmo de Aveiro.
- Soares, José (1904) - A hygiene d'Aveiro. Dissertação Inaugural Apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto, Imprensa Civilização.
- Sousa, José Fernandes (1996) – “A Associação Comercial de Aveiro – contributo para uma história de 130 anos”. in: Estudos do I.S.C.A.A., II série, 2, pp. 21-76.
- Sousa, F. e Gonçalves, S. (2002) – Os Governos Civis do Distrito de Vila Real. Vila Real, Governo Civil de Vila Real.
- Sousa, Fernando Alberto P. (1979) – A população portuguesa nos inícios do século XIX. Porto, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de Doutoramento – Policopiada).
- Sousa, José Ferreira da Cunha (1940) - "Memória de Aveiro no século XIX". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. vol. VI, pp. 83-100, 177-202 e 259-277.
- Souto, Alberto (1923) - Origens da ria de Aveiro - I Apontamentos sobre a geografia da Beira Litoral. Aveiro, Liv. João Vieira da Cunha.
- Souto, Alberto (s/d) – A paisagem e o homem na grande região aveirense (esboço de uma síntese). Aveiro, Separata do jornal “O Democrata”.
- Tapinos, Geoges (1974) – L'économie des migrations internationales. Paris, Armand Colin.
- Tavares, José (1959) - "Aveiro e o seu progresso". in: Arquivo do Distrito de Aveiro. nº XXV, pp. 55-63.
- Toffler, Alvin (1984) – A terceira vaga. Lisboa. Livros do Brasil.
- Torga, Miguel (1943) – Diário – II. Coimbra, Ed. Autor.
- Universidade de Aveiro (2008) – Programa territorial de desenvolvimento para a Sub-Região do Baixo Vouga. Aveiro, Grande Área Metropolitana de Aveiro - Universidade de Aveiro.
- Vale, Mário (2005) – Teorias e políticas de Desenvolvimento Regional. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa (Programa de disciplina – Policopiado).
- Valério, Maria Margarida T. B. (2010) – Critérios de sustentabilidade da ocupação urbana: estudo na cidade de Aveiro. Coimbra, Faculdade de Letras – U. C. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

- Vasconcelos, J. Leite de (1936) - Etnografia portuguesa: tentame de sistematização. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (II Vol). (2ª edição: 1980).
- Venâncio, José Gonçalves (1998) – Esgueira: aldeia medieva – suas raízes e origens. Esgueira, Junta de Freguesia de Esgueira.
- Vidal, D. João E. Lima (1967) – Aveiro: suas gentes, terras e costumes. Aveiro, Junta Distrital de Aveiro.
- Vidal de la Blache (1954) - Princípios de Geografia Humana. Lisboa, Edições Cosmos.
- Vieira, Venâncio Dias de F. (1984) – Memória sobre a vila de Eixo. in: Boletim Municipal de Aveiro. II, 3, pp. 30-64.
- Willis K. (2005) – Theories and practices of development. New York, Routledge.

Outros:

Our common future” – Relatório elaborado pela Primeira-Ministra da Noruega, para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento-ONU (1987).

I.N.E. (Documentos vários).

Cartografia:

Carta Geológica de Portugal – 1/500.000 (Lisboa, Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos – Serviços Geológicos).

Carta Hipsométrica de Portugal – 1/600.000 (Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral).



Índice de Quadros

Quadro 1 - Resumo do estado da barra de Aveiro e das obras propostas para a sua abertura.....	41
Quadro 2 – Cronologia das freguesias	69
Quadro 3 – Numeramento de 1527	76
Quadro 4 - Estimativas da população	78
Quadro 5 – Crescimento da população de Aveiro, entre 1417 e 1900.....	79
Quadro 6 – Evolução da população - freguesias de Aveiro.....	83
Quadro 7 - Aveiro: Estrutura da população residente.....	88
Quadro 8 – Aveiro: Estrutura da população residente (2011).....	89
Quadro 9 – Baixo-Vouga: indicadores demográficos - 2011	170
Quadro 10 - Nível de instrução da população: 2011.....	206



Índice de Figuras

Figura 1 - Carta de Portugal - Fl. 16. Aveiro.....	3
Figura 2 - Aradas: evolução da população.....	31
Figura 3 – Proa de barco moliceiro.....	36
Figura 4 - Barra de Aveiro: 1648.....	37
Figura 5 – Cacia: evolução da população	51
Figura 6 - Temperaturas (°C) médias anuais (Aveiro/Barra):.....	58
Figura 7 - Precipitação total (Aveiro/Barra):	59
Figura 8 - População residente por freguesias: 2011	75
Figura 9 - Variação da população no concelho de Aveiro:	82
Figura 10 - Concelho de Aveiro: distribuição da população por lugares (2001 e 2011).....	84
Figura 11 – Variação da população residente por freguesia, 2001-2011 ..	86
Figura 12 – Pirâmide etária da população (2008)	90
Figura 13 – Eirol: evolução da população	104
Figura 14 – Eixo: evolução da população.....	108
Figura 15 - Emigração oficial no concelho de Aveiro:	111
Figura 16 - Composição da emigração oficial no distrito de Aveiro: 1955- 1974.....	112
Figura 17 – Esgueira: evolução da população.....	116
Figura 18 - A muralha no século XV	119
Figura 19 - Aveiro: 1780-81(?)	130
Figura 20 – Limites da cidade (1954)	133
Figura 21 - Cidade de Aveiro: 2008.....	136
Figura 22 – Glória: Evolução da população.....	140
Figura 23 - Bacia hidrográfica do rio Vouga	144
Figura 24 – Baixo Vouga: população residente (2001 e 2011).....	148
Figura 25 – Esboço geológico.....	160
Figura 26 - Baixo Vouga: população que mudou de residência entre 2005 e 2011 e população residente em 2011	166
Figura 27 - Portugal: evolução da TBN e TBM –	169
Figura 28 – Nariz: evolução da população	172
Figura 29 – N ^a S ^a Fátima: Evolução da população.....	173
Figura 30 – Oliveirinha: evolução da população	176
Figura 31 - N ^o de eleitores inscritos no Recenseamento Eleitoral (2011)	212
Figura 32 – Planta do Porto de Aveiro	216
Figura 33 - Município de Aveiro: frequência de alunos na rede pública de ensino (2010-2011).....	229
Figura 34 - População escolar: agrupamento de escolas (2009/2010)....	231
Figura 35 – Requeixo: evolução da população	234

Figura 36 - Evolução da laguna de Aveiro	238
Figura 37 – S. Bernardo: evolução da população	243
Figura 38 – S. Jacinto: evolução da população.....	246
Figura 39 – Santa Joana: Evolução da população.....	257
Figura 40 – Campus Universitário.....	260
Figura 41 - Esboço de uma Carta Regional da Bacia do Vouga.....	264
Figura 42 - Porto de Aveiro: movimento comercial e navios	269
Figura 43 - Sistema urbano da Ria de Aveiro.....	287
Figura 44 – Vera Cruz: evolução da população	290
Figura 45 - Portugal: movimento comparativo dos fluxos de saídas e de entradas (2001 a 2010)	293
Figura 46 - Cidadãos estrangeiros residentes no concelho de Aveiro – 2006.....	293
Figura 47 - População estrangeira residente no Distrito de Aveiro – 2009	294
Figura 48 - Evolução da população: 1864-2011	301



ANEXOS I - População 2011

População, famílias, Alojamentos e Edifícios

<i>Zona Geog.</i>	<i>População residente</i>			<i>Pop. Pres.</i>		<i>Famíl. Inst.</i>	<i>Núc. Famil.</i>	<i>Alojam. familiares</i>		<i>Ed. Cláss.</i>
	<i>Total</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>	<i>Cláss.</i>			<i>Total</i>	<i>Clássic.</i>	
Aveiro	78450	37120	41330	79542	31142	45	24205	40570	40475	22817
Aradas	9157	4359	4798	9521	3791	4	2857	4888	4887	2917
Cacia	7354	3599	3755	7059	2630	0	2345	3180	3139	2744
Eirol	753	375	378	724	272	0	240	342	341	337
Eixo	5571	2669	2902	5284	2045	3	1748	2523	2519	1778
Esgueira	13431	6405	7026	12772	5216	6	4165	6422	6414	3258
Glória	9099	4212	4887	12561	4135	12	2660	6219	6207	1630
Nariz	1418	677	741	1356	501	0	442	656	656	632
Oliveirinha	4817	2247	2570	4633	1714	5	1468	2132	2127	1937
Requeixo	1222	610	612	1150	445	0	386	563	560	542
São Bernardo	4960	2352	2608	4715	1875	7	1553	2273	2268	1503
São Jacinto	993	486	507	896	388	0	323	637	637	520
Vera Cruz	9657	4370	5287	9271	4434	3	2859	6394	6390	1758
Santa Joana	8094	3863	4231	7756	3007	5	2553	3505	3495	2473
N^a Sr^aFátima	1924	896	1028	1844	689	0	606	836	835	788



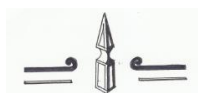
Estrutura etária

	<i>População residente</i>							<i>Pop. resid. – Vari. entre 2001 e 2011</i>				
	<i>Em 2001</i>	<i>Em 2011</i>						<i>(%)</i>				
	<i>Total</i>	<i>Total</i>		<i>Grupos etários</i>				<i>Var. Total</i>	<i>Grupos etários</i>			
	<i>HM</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>0-14</i>	<i>15-24</i>	<i>25-64</i>	<i>>65</i>		<i>0-14</i>	<i>15-24</i>	<i>25-64</i>	<i>>65</i>
	<i>2</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	<i>13</i>	<i>14</i>	<i>15</i>	<i>16</i>	<i>17</i>	<i>18</i>
Aveiro	73335	78450	37120	11431	8551	45202	13266	6,97	-3,93	-19,24	12,26	25,38
Aradas	7628	9157	4359	1310	924	5364	1559	20,04	19,85	-12,25	26,24	26,44
Cacia	7006	7354	3599	1112	842	4202	1198	4,97	-7,18	-18,09	11,93	16,76
Eirol	781	753	375	82	96	404	171	-3,59	-40,15	-3,03	1,25	17,12
Eixo	5253	5571	2669	899	622	3200	850	6,05	-6,45	-21,76	11,07	37,99
Esgueira	12262	13431	6405	2153	1562	7972	1744	9,53	-1,19	-11,95	13,77	33,95
Glória	9917	9099	4212	1012	996	5166	1925	-8,25	-24,19	-37,12	-4,88	22,85
Nariz	1467	1418	677	206	164	803	245	-3,34	-17,27	-30,21	9,7	-2,39
Oliveirinha	4780	4817	2247	708	513	2609	987	0,77	-11,39	-22,39	6,4	13,71
Requeixo	1198	1222	610	196	129	662	235	2	-10,5	-26,29	7,47	25
S. Bern.º	4079	4960	2352	799	487	2924	750	21,6	19,61	-17,6	30,24	30,43
S. Jacinto	1016	993	486	136	120	563	174	-2,26	-22,73	-32,58	5,04	38,1
Vera Cruz	8652	9657	4370	1325	931	5664	1737	11,62	2,63	-10,57	16,11	20,46
Sª Joana	7426	8094	3863	1182	938	4627	1347	9	-6,49	-14,73	12,03	44,53
Nª Sª Fát.ª	1870	1924	896	311	227	1042	344	2,89	-5,76	-17,15	8,88	11,33



Escolaridade

Zona Geográfica	População	População residente segundo o nível de escolaridade atingido											Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
		Nenhum nível de escolaridade	Ensino pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior		HM	H	
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	HM	H	HM	H	HM	H			
1	2	4	6	8	10	12	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Aveiro	78450	4816	1994	19761	7664	12244	13325	6717	666	382	17980	7740	2086	589	2,93
Aradas	9157	526	244	2314	832	1356	1504	763	86	51	2295	982	207	60	2,49
Cacia	7354	493	204	2248	932	1258	1313	698	62	35	844	346	242	58	3,65
Eirol	753	46	8	276	135	129	103	51	4	2	52	24	29	10	4,13
Eixo	5571	350	135	1513	746	993	1032	520	51	27	751	303	166	40	3,31
Esgueira	13431	792	364	3089	1276	2235	2634	1326	132	75	2909	1237	292	78	2,42
Glória	9099	456	179	1753	642	1276	1411	709	72	49	3310	1516	179	52	2,12
Nariz	1418	92	41	535	200	219	203	95	10	8	118	46	80	24	6,2
Oliveir ^a	4817	405	119	1630	582	773	711	342	34	14	563	228	240	67	5,5
Requeixo	1222	89	33	483	190	199	135	70	6	2	87	31	44	22	3,99
S. Bern.	4960	338	138	1143	383	695	855	441	34	25	1374	588	123	35	2,77
S. Jacinto	993	58	20	385	146	170	149	68	2	1	63	19	38	15	4,16
Vera Cruz	9657	466	270	1417	540	1244	1597	798	96	56	4027	1755	90	24	1,02
S ^a Joana	8094	572	189	2265	797	1368	1413	723	67	34	1423	596	291	79	3,97
N ^a S ^a Fát.	1924	133	50	710	263	329	265	113	10	3	164	69	65	25	3,77



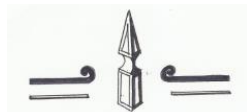
População ativa

<i>Zona Geográfica</i>	<i>População economicamente ativa</i>									<i>Taxa de atividade (%)</i>			
	<i>Total</i>		<i>Empregada</i>							<i>Em 2011</i>			
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>Total</i>		<i>Primár.</i>	<i>Secund.</i>	<i>Total</i>	<i>Terciário</i>		<i>Relac. c/ act. econ.</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
			<i>HM</i>	<i>H</i>				<i>De nat. social</i>	<i>Relac. c/ act. econ.</i>				
<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	<i>13</i>	
Aveiro	40093	20242	35791	18143	383	10189	25219	11103	14116	51,11	54,53	48,03	
Áradas	4831	2406	4375	2206	46	1220	3109	1350	1759	52,76	55,2	50,54	
Cacia	3576	1917	3156	1724	23	1266	1867	687	1180	48,63	53,26	44,18	
Eirol	339	187	315	175	11	147	157	50	107	45,02	49,87	40,21	
Eixo	2879	1475	2580	1314	25	952	1603	699	904	51,68	55,26	48,38	
Esgueira	7242	3636	6426	3227	33	1712	4681	1968	2713	53,92	56,77	51,32	
Glória	4553	2245	3973	1942	31	749	3193	1576	1617	50,04	53,3	47,23	
Nariz	691	372	619	334	16	288	315	118	197	48,73	54,95	43,05	
Oliveir.^a	2260	1190	2032	1075	54	729	1249	476	773	46,92	52,96	41,63	
Requeixo	563	302	510	279	18	203	289	101	188	46,07	49,51	42,65	
S. Bern.^o	2641	1308	2401	1195	26	631	1744	817	927	53,25	55,61	51,11	
S.Jacinto	427	243	362	206	23	119	220	93	127	43	50	36,29	
Vera Cruz	5203	2467	4693	2240	25	829	3839	1936	1903	53,88	56,45	51,75	
S.^aJoana	3951	2003	3515	1781	30	1007	2478	1056	1422	48,81	51,85	46,04	
N.^a Fat.^a	937	491	834	445	22	337	475	176	299	48,7	54,8	43,39	



Situação perante o emprego

<i>Z. Geográfica</i>	<i>População desempregada</i>									<i>Taxa de desemprego (%)</i>		
	<i>Total</i>			<i>Procura do 1º emprego</i>			<i>Procura de novo emprego</i>			<i>Em 2011</i>		
	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	<i>13</i>
Aveiro	4302	2099	2203	786	374	412	3516	1725	1791	10,7	10,4	11,1
Aradas	456	200	256	76	38	38	380	162	218	9,44	8,31	10,6
Cacia	420	193	227	52	18	34	368	175	193	11,7	10,1	13,7
Eirol	24	12	12	3	1	2	21	11	10	7,08	6,42	7,89
Eixo	299	161	138	56	33	23	243	128	115	10,4	10,9	9,83
Esgueira	816	409	407	156	77	79	660	332	328	11,3	11,3	11,3
Glória	580	303	277	137	67	70	443	236	207	12,7	13,5	12
Nariz	72	38	34	7	2	5	65	36	29	10,4	10,2	10,7
Oliveir.^a	228	115	113	35	17	18	193	98	95	10,1	9,66	10,6
Requeixo	53	23	30	8	2	6	45	21	24	9,41	7,62	11,5
S. Bern.^o	240	113	127	40	14	26	200	99	101	9,09	8,64	9,53
S. Jacinto	65	37	28	10	5	5	55	32	23	15,2	15,2	15,2
Vera Cruz	510	227	283	101	43	58	409	184	225	9,8	9,2	10,3
Sª Joana	436	222	214	86	45	41	350	177	173	11	11,1	11
Nª SªFát.^a	103	46	57	19	12	7	84	34	50	11	9,37	12,8



II - Reorganização Administrativa do Território (Lei n.º 22/2012)

UTRAT

Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território

PARECER

MUNICÍPIO DE AVEIRO

1. Considerando que:

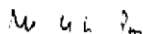
- 1.1. O Município de Aveiro tem 14 (catorze) freguesias situadas no seu território, a saber: Aradas, Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Glória, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Oliveirinha, Requeixo, Santa Joana, São Bernardo, São Jacinto e Vera Cruz – cfr. mapa, que constitui o **Anexo I** ao presente parecer.
- 1.2. De acordo com o disposto nos artigos 4.º, 5.º e anexos I e II da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, o Município de Aveiro é qualificado como município de nível 2, com (i) 1 (um) lugar urbano (Aveiro) que abrange parte das freguesias de Aradas, Esgueira, Glória, Santa Joana, São Bernardo e Vera Cruz; (ii) 1 (um) lugar urbano (Quinta do Picado) não contíguo a Aveiro que abrange apenas parte da freguesia de Aradas; (iii) 1 (um) lugar urbano (Cacia) não contíguo a Aveiro que abrange apenas parte da freguesia de Cacia; (iv) e 2 (dois) lugares urbanos sucessivamente contíguos (Azurva e Eixo) não contíguos a Aveiro que abrangem apenas parte da freguesia de Eixo.
- 1.3. Nenhuma das freguesias situadas no território do Município de Aveiro tem menos de 150 habitantes.

- 1.4. Do disposto no art. 6.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei n.º 22/2012, e uma vez que não se aplica o n.º 3 do mesmo artigo, resulta que, no território do Município de Aveiro deverá alcançar-se uma redução de 5 (cinco) freguesias, sendo 3 (três) cujo território se situa parcialmente no lugar urbano de Aveiro e 2 (duas) outras freguesias.
- 1.5. Ao abrigo do disposto no art. 11.º da Lei n.º 22/2012, a Assembleia Municipal de Aveiro deliberou sobre a reorganização administrativa do território das freguesias situadas no seu território – cfr. pronúncia da assembleia municipal, que constitui o **Anexo II** ao presente parecer.
- 1.6. De acordo com a referida pronúncia, a assembleia municipal:
- 1.6.1. Propõe a agregação das freguesias de Glória e Vera Cruz, a designação de “*Glória e Vera Cruz*” para a freguesia resultante da agregação e os limites territoriais indicados na planta do ponto 3.3. da pronúncia, sem, porém, indicar a respetiva sede.
- 1.6.2. Propõe a agregação das freguesias de Eixo e Eirol, a designação de “*Eixo e Eirol*” para a freguesia resultante da agregação e os limites territoriais indicados na planta do ponto 3.3. da pronúncia, sem, porém, indicar a respetiva sede.
- 1.6.3. Propõe a agregação das freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, a designação de “*Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz*” para a freguesia resultante da agregação e os limites territoriais indicados na planta do ponto 3.3. da pronúncia, sem, porém, indicar a respetiva sede.

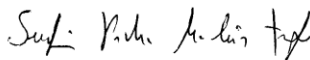
-
- 1.6.4. Propõe a manutenção das restantes freguesias e respetivos limites territoriais.
- 1.7. O art. 7.º, n.º 1, da Lei n.º 22/2012, prevê que, no exercício da respetiva pronúncia, *“a assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite, em casos devidamente fundamentados, propor uma redução do número de freguesias do respetivo município até 20% inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação das percentagens previstas no n.º 1 do artigo 6.º”*.
- 1.8. O art. 7.º, n.º 2, da Lei n.º 22/2012, prevê que, *“em casos devidamente fundamentados, a assembleia municipal pode alcançar a redução global do número de freguesias prevista na presente lei aplicando proporções diferentes das consagradas no n.º 1 do artigo 6.º”*.
- 1.9. De acordo com o disposto no art. 14.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 22/2012, compete à Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) *“elaborar parecer sobre a conformidade ou desconformidade das pronúncias das assembleias municipais com o disposto nos artigos 6.º e 7.º da presente lei e apresentá-lo à Assembleia da República”*.
2. Não obstante o referido em 1.4.,
- 2.1. Da aplicação do disposto no art. 7.º, n.º 1, da Lei n.º 22/2012, decorre que, no território do Município de Aveiro, o número de freguesias a reduzir poderia ser de apenas 4 (quatro).
- 2.2. Na sua pronúncia, a Assembleia Municipal de Aveiro utiliza expressamente a faculdade prevista no art. 7.º, n.º 1, da Lei n.º 22/2012.

- 2.3. Pelo que, a UTRAT entende que será de admitir que, ao abrigo do disposto no art. 7.º, n.º 1, da Lei n.º 22/2012, o número global de freguesias a reduzir seja de apenas 4 (quatro).
3. A prerrogativa prevista no art. 7.º, n.º 2, da Lei n.º 22/2012 permite que a Assembleia Municipal de Aveiro reduza apenas 1 (uma) freguesia cujo território se situa parcialmente no lugar urbano de Aveiro, desde que se alcance a redução do número global de freguesias referidas em 2.3.
4. Uma vez que foi proposta uma redução global de 4 (quatro) freguesias, é entendimento da UTRAT que a pronúncia apresentada pela Assembleia Municipal de Aveiro se apresenta **conforme** com o disposto nos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 22/2012.
5. O novo mapa administrativo das freguesias situadas no território do Município de Aveiro seria, assim, o correspondente ao **Anexo III** ao presente parecer.

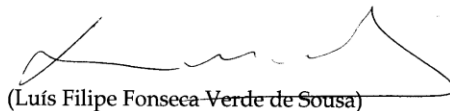
Lisboa, 26 de outubro de 2012



(Manuel Carlos Lopes Porto)



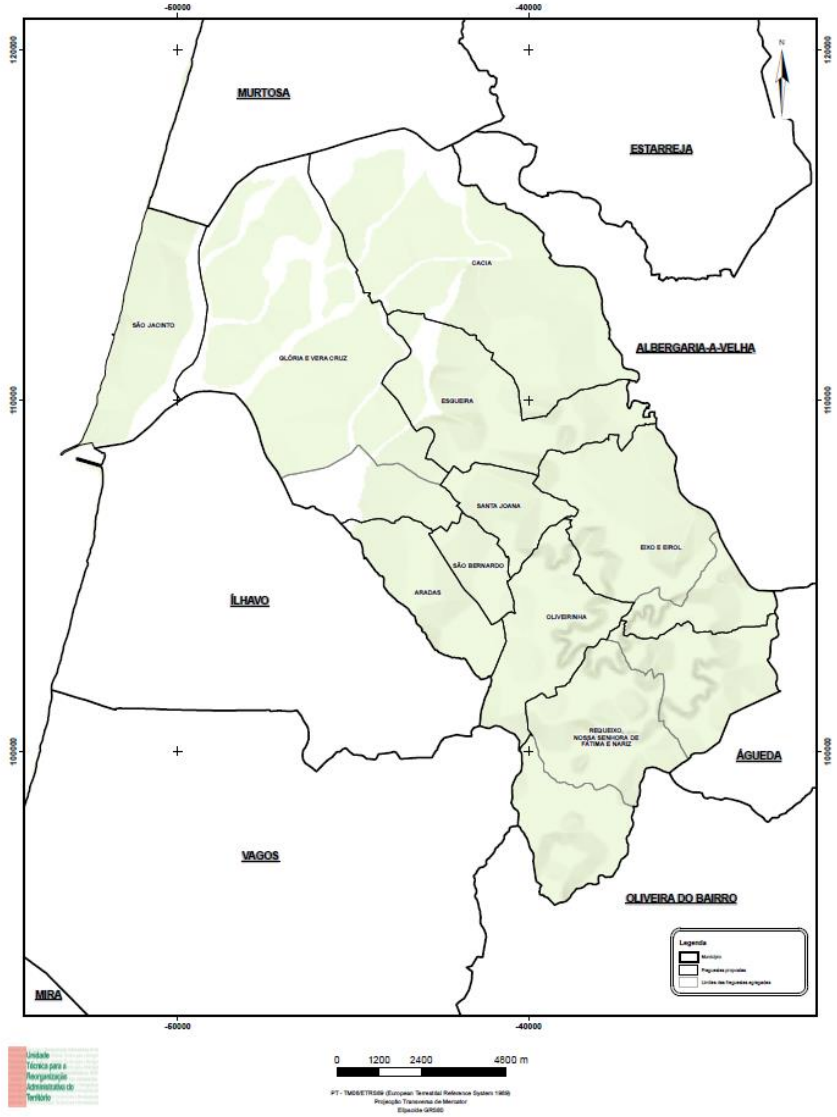
(Serafim Pedro Madeira Froufe)



(Luís Filipe Fonseca Verde de Sousa)

Anexo III

PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO



Unidade
Técnica para a
Reorganização
Administrativa do
Território



Jorge Carvalho Arroteia (Monte Redondo – LR: 1947) – Professor Catedrático, Aposentado, da Universidade de Aveiro. Licenciado em Geografia (Universidade de Lisboa), Doutor e Agregado em Ciências Sociais (Universidade de Aveiro). É autor de diversos estudos relacionados com a Geografia Humana, Emigração Portuguesa e Análise Social da Educação, tendo participado em diversos projetos de investigação nestas áreas.

Para além da docência, da investigação e do desempenho de cargos de gestão na Universidade de Aveiro desempenhou funções de Direção em serviços centrais do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Consultor na área de Educação e Desenvolvimento. Membro da Assembleia Municipal de Aveiro.

